Renata Schittino e Janaína Cordeiro (Organizadoras)

Caminhos da História Política
Os 20 anos do NEC-UFF

online

PPGH

Renata Schittino
Janaina Cordeiro
(organizadoras)

Caminhos da História Política – os 20 anos do NEC/UFF

1ª Edição

Niterói/RJ

PPGHISTÓRIA-UFF

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello
Vice-Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:
Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus e Samantha Viz Quadrat

Copyright © dos autores, 2016.

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do *copyright*.

Diagramação: Renata Torres Schittino, Janaina Martins Cordeiro e Vanessa Costa Ferreira

Revisão: Renata Torres Schittino, Janaina Martins Cordeiro e Vanessa Costa Ferreira

Ficha catalográfica

J33 Caminhos da História Política – os 20 anos do NEC/UFF
Renata Torres Schittino e Janaina Martins Cordeiro (orgs.). –
Niterói-RJ: PPGHistória-UFF, 2016.
397 p.
ISBN: 978-85-63735-21-8

I. História política e Tempo Presente. II. Intelectuais, política e sociedade. III. Modernidade, identidades e resistência.

CDD: 990

Índice

Apresentação - ***As idas e vindas do político*** **..... 6**

Renata Schittino e Janaina Cordeiro

I. História política e Tempo Presente

1.1) O apito inicial: a institucionalização do futebol no Brasil e na Argentina 15
Lívia Gonçalves Magalhães

1.2) O Ministério da Guerra no governo JK: instabilidade e polarização política 37
Karla Carloni

1.3) A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 55
Marcus Dezemone

1.4) "UNE - INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO": a oposição estudantil à greve universitária por um terço em 1962 65
Rafaela Mateus Antunes dos Santos

1.5) Coerção, consentimento e cotidiano durante os anos de chumbo da ditadura no Brasil 73
Janaina Martins Cordeiro

1.6) A naturalização da violência política na Argentina entre os anos 1960 e 1970 e seus reflexos nos anos 2000 84
Isabel Cristina Leite

1.7) Percorrendo memórias nacionais na Rodovia Transamazônica 105
César Martins de Souza

1.8) A antessala do paraíso: o CENIMAR na Ilha das Flores 114
Beatriz Kushnir

1.8) O PT na encruzilhada: entre o liberalismo e o nacional-estatismo 122
Raphael Fernandes Xavier Duarte

1.9) Elementos para uma história social da noção de agronegócio no Brasil 132
Mario Grynszpan

II. Intelectuais, política e sociedade

2.1) Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski e a intelligentsia russa: filosofia, arte e revolução na segunda metade do século XIX 157
Camilo Domingues
2.2) Fantomas contra los vampiros multinacionales: Julio Cortázar e o Tribunal Russell, 1975 168
Marco Antonio Serafim de Carvalho
2.3) Edward Said como migrant writer - atuação intelectual e testemunho no mundo contemporâneo 178
Renata Schittino
2.4) Edward Said: ação intelectual e exílio 189
Alana Pacheco dos Reis Verani
2.5) Séries do banal memorável: notas sobre fotos da diplomacia 196
André Jobim Martins
2.6) Luis Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos 210
Daniel Aarão Reis
2.7) O Manifesto dos Mineiros e a UDN: cultura política e desestabilização política no Brasil republicano (1945-1964) 223
Weder Ferreira da Silva

III. Modernidade, identidades e resistência

3.1) Zombaria como instrumento de descrédito das lutas das mulheres pela emancipação ... 232
Rachel Soihet
3.2) "É COR DE ROSA CHOQUE". A história do rock brasileiro não é feita majoritariamente por homens 255
Aline Rochedo
3.3) Reivindicação, controle, cooptação e lazer: o esporte em Angola (1950-1960)
Marcelo Bittencourt 263
3.4) Uma resistência feita por lentes: o cinema africano no contexto da independência 276
Núbia Aguilar Moreno e Felipe Paiva

3.5) Repensar a resistência: política e historiografia em Ali Mazrui 284

Felipe Paiva

3.6) Xiconhoca: o empecilho para construção do homem novo em Moçambique (1975-1980) 292

Cristiane Nascimento Silva

3.7) Trabalho forçado, trabalho análogo ao escravo e migrações 305

Norberto Ferreras

3.8) Revolução política e revolução dos costumes: a construção da "geração 1968 brasileira"- sexualidade e memória 317

Johnnatan Monteiro

3.9) "Por ti, América": luta armada, latino-americanismo e internacionalismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria na década de 1970 336

Izabel Pimentel da Silva

3.10) O estado plurinacional e comunitário na Bolívia: antecedentes e desafios 352

Mariana Bruce

3.11) Oposição no Estado Novo e a democracia cristã 374

Gabriel Vitorino Sobreira

3.12) Exodus, o Grande Terror começa nos campos – coletivização de terras na U.R.S.S na década de 30 391

Vanessa Ferreira

Apresentação

As idas e vindas do político

Renata Schittino

Janaina Cordeiro

A historiografia, é comum dizer, sempre esteve, desde o seu aparecimento na Grécia, ligada à política. Isso se deve principalmente à importância concedida à Tucídides e à determinada forma metódica de escrever história no século XIX. Os *Annales*, de certa maneira, sacralizariam essa imagem ao dar vazão à caçada aos "ídolos da história" – o cronológico, o político e o individual - como definia François Simiand em 1903. (SIMIAND: 2003)

Nessa cristalização da história, o político assumia feições específicas e já pejorativas, aparecendo impreterivelmente numa conexão direta com formas narrativas lineares, causalistas, e, inevitavelmente, conectada ao desenrolar da trajetória de figuras ilustres e públicas, geralmente chefes de Estado. A história política significaria contar a trajetória dos grandes homens em linha reta, privilegiando o exame dos documentos escritos acumulados pelo Estado em instituições próprias, ou seja, uma história que caracterizava-se eminentemente pelo factual.

Deve-se notar que quando se retoma a história da escrita da história e, mais especificamente, da história política tendo como ponto de inflexão a teoria dos *Annales*, a configuração em três fases impõe-se de modo significativo. Passa-se a visualizar a historiografia num amplo traçado que vai dos gregos até os *Annales* e dos *Annales* até o presente. A história política surge com Tucídides e com a narrativa da Guerra do Peloponeso, se afirma no século XIX quando a história incorpora o discurso científico moderno e se altera radicalmente com o aparecimento dos *Annales*. Sendo atacada num primeiro momento, acaba por ressurgir de modo significativo depois dos anos 70 impulsionada por transformações no interior do próprio discurso *annaliste*. Momento significativo nesse restabelecimento da política será identificado no texto de Jacques Julliard, publicado no volume *História: novas abordagens*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1974. (LE GOFF; NORA:1976)

No processo que levou ao obscurecimento da história política atuaram não só os *Annales* em suas diferentes vertentes, mas o estruturalismo e o marxismo de viés economicista. De fato alguns historiadores, como Eric Hobsbawm, chamariam a atenção para as mudanças significativas na história que abre o século XX - Revolução Russa, guerras mundiais, democracias de massa -, observando a importância dessas transformações na própria construção da historiografia. Pelo menos na primeira metade do século XX o que se pode notar é um crescimento da análise social e econômica,

desenvolvimento que alcançará uma proeminência por volta dos anos 50 das estruturas e do quantitativo. A morte do rei, como revela a sagaz leitura de Jacques Rancière sobre *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Phillipe II*, atesta a morte de um determinado modo de fazer história e a construção de uma poética do saber. (RANCIÈRE: 1994)

Do mesmo modo, muitos autores aventaram a hipótese de que a mudança e a reabilitação da história política estariam envolvidas, de uma maneira mais geral, com uma ampliação da noção de Estado e de política, notando que a aproximação entre história e outras disciplinas, como a ciência política, ciência social, antropologia teria sido fundamental para trazer à historiografia política questões que não lhe eram comuns e que lhe alterariam definitivamente as feições. A mudança envolvia principalmente a forma através da qual os historiadores concebiam a temática do poder. A insistência nesse ponto é significativa. Julliard chega a dizer que a renovação da história política acabará se configurando como "o estudo do poder e de suas ramificações". (LE GOFF; NORA(org.):1976) em sentido similar, René Rémond descreve a política como "atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder". (RÉMOND: 2003)

O que está em jogo nessa alteração não é evidentemente exclusividade da história política. Pode-se observar que, desde pelo menos o fim da Segunda Guerra Mundial, diferentes frentes de questionamento do Estado como lócus do político foram abertas. Vale mencionar, em especial, o anseio de determinação acerca da responsabilidade política. Tarefa urgente nos processos de julgamento e compreensão num mundo que havia testemunhado os horrores dos campos da morte. Toda a discussão sobre culpabilidade na Alemanha e sobre cooperação e resistência na França iriam afetar incisivamente as possibilidades de conceber a ação política e suas consequências. Quem são os responsáveis? Líderes de estado? Agentes públicos? Homens comuns? 1968 seria um outro marco nessa trajetória. O trabalho de Michel Foucault é sintomático nessa passagem. Esboça a hipótese de que o poder não está no Estado ou em qualquer lugar fixo. O poder não é uma coisa que um grupo ou uma pessoa específica possa deter em suas mãos. O poder é uma relação de forças. Trata-se de compreender como o poder circula e não onde ele está.

A ampliação da noção de poder configura-se como um alargamento do político. Na esteira dessa abordagem renovada, a história política tem o seu campo de alcance multiplicado ao infinito. O político não é mais um objeto específico e intransponível. A história política não é mais necessariamente a história de reis ou de figuras políticas próprias. Não é mais amparada simplesmente pelo exame crítico de documentos oficiais. O político e as relações de poder podem ser observadas, analisadas, historiadas nas mais distintas circunstâncias – nas instituições públicas, no mundo da vida cotidiana, na inculcação de determinados discursos de poder, etc.

Algumas vozes, em especial a de René Rémond, ainda ecoariam conclamando a história política a estabelecer uma especificidade do político para não cair numa dissolução ou crise de identidade.

Parece significativo, para além da querela das fronteiras da história política, observar que o deslocamento da ênfase do político como factual para o político como poder implica implícita ou explicitamente uma transformação maior diante da própria forma como nos relacionamos com o passado e com a história. Alguns vão trabalhar com a concepção de guinada subjetiva para vislumbrar as modificações em jogo, mas é possível perceber que se trata de uma aposta ainda mais ampla na ideia de que cada homem é um ser de ação, qual seja, é capaz de fazer escolhas, de transformar a história, de responsabilizar-se.

A ponta do iceberg na historiografia foi exatamente o reconhecimento do sujeito na produção do conhecimento, a ideia de que a história não nos chega do passado, não é um processo natural que será transcrito objetivamente pelo historiador, mas, ao contrário, é o historiador – é o próprio presente – quem levanta problemas, quem faz perguntas à documentação e, portanto, constrói, através da formulação de hipóteses, a história, seu texto histórico.[1]

Essa revolução teve que aguardar até a segunda metade do século XX para tomar corpo, mas está semeada ali no reconhecimento da capacidade de ação do historiador e com ela na possibilidade de fazer história, não através da descrição dos fatos, do exercício de contar como as coisas aconteceram, mas antes pelo caminho a contrapelo, desfazendo o suposto caminho causal, no qual os grandes atores da história ainda pareciam encarnar o espírito naquele sentido hegeliano, e introduzindo luta, contingência e resistência.

A potencialidade do historiador, nesse sentido, é a potencialidade da própria história. Descobrir-se como aquele que tem a capacidade de lançar questões é um passo sintomático nessa transformação através da qual cada homem, cada presente, passará a ser considerado na sua possibilidade ativa. A grande reviravolta da história política aparece como reversão da narrativa do simples dado. Implica desfazer binarismos, reconhecer novos agentes históricos, contar histórias jamais contatadas. Significa problematizar, descontruir versões naturalizadas da história. Requer considerar o que poderia ter sido, o que não foi, o que ficou soterrado pelos discursos autoritários, pelas histórias dos vencedores.

No Brasil, desde fins da década de 1970 mas, principalmente, a partir do decênio seguinte, floresceram perspectivas historiográficas interessantes abertas pela boa recepção aqui de autores como Foucault e Edward P. Thompson. Ao mesmo tempo, o alcance obtido pelas propostas de novas

1 "[...] a política é a atividade de que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder [...]. Mas não qualquer poder! O abuso, a partir de 1968, da noção de poder e a extensão de sua aplicação desencadearam sua diluição: tudo seria

abordagens e novos objetos que a *Nouvelle Histoire Culturelle* francesa defendia possibilitaram uma verdadeira ampliação do campo e das discussões.

Ao quadro mais específico de transformações historiográficas que a academia experimentava, somava-se também uma conjuntura política, nacional e internacional, favorável à retomada de determinadas temáticas. O contexto estritamente brasileiro – o fim da ditadura e o início de uma longa transição política, o retorno dos movimentos sociais às ruas e a lenta reconstrução do pacto democrático – favorecia o interesse em temas como aqueles que faziam referência aos problemáticos processos de construção da cidadania no país e suas indissociáveis relações com as dinâmicas entre autoritarismo e democracia.

Ao analisar a ampliação do campo da história social e, particularmente o da História Social do Trabalho no Brasil, Ângela de Castro Gomes explica:

> Mas de toda forma, a década de 1980, no Brasil, foi a da anistia (1979), a do desenvolvimento dos movimentos sociais e a de uma luta vigorosa pelo fim do regime militar, presidida pela palavra de ordem da redemocratização e materializada na expressiva manifestação que foi a campanha pelas "Diretas já", em 1984. Não surpreende assim que, no âmbito dos programas de pós-graduação em história e ciências sociais, os objetos recortados pelos alunos privilegiassem o tema dos movimentos sociais urbanos e rurais, bem como uma história social do trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral. Tais escolhas estavam claramente articuladas com preocupações voltadas para o estudo do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro, especialmente em suas formulações autoritárias, abrindo-se caminhos para investigações centradas no tema da cidadania e dos direitos, em sua trajetória de transformações na sociedade brasileira (GOMES, 2004: 2).

É essa mesma conjuntura, de abertura política e de ampliação do campo acadêmico que favoreceu também o desenvolvimento dos debates em torno das possiblidades de uma *nova* história política no país, retomando suas dimensões interdisciplinares e o estudo das relações de poder. Data de 1996, por exemplo, a publicação da primeira edição brasileira da coletânea *Por uma história política*, organizada por René Rèmond (FGV). O livro teve grande impacto no país, articulando aqui o interesse crescente pela história política às problemáticas relativas à chamada história do tempo presente.

Também em 1996, um interessante levantamento realizado pelas professoras Márcia Mansor D'Alessio e Maria de Lourdes Janotti apontava para um aumento expressivo do interesse pela esfera do político na produção acadêmica brasileira. As autoras analisaram 1091 dissertações e 242 teses produzidas nos programas de pós-graduação em história de todo o Brasil, entre os anos de 1985 e 1994 e concluíram que, destes totais, 743 dissertações (68,10%) e 143 teses (59,09%) possuíam conteúdo que poderiam ser definidos como "políticos" (D'Alessio e Janotti, 1996: 127). Evidentemente, o levantamento das professoras consideraram trabalhos das mais variadas temáticas, os quais, no entanto,

evidenciavam a importância dos vínculos com o político na produção nacional, este considerado em seus "inúmeros campos de atividades e nas relações humanas" (Borges, 1996: 152).

Pois foi justamente nesta conjuntura que foi criado, em 1994, o Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF (NEC/UFF). Rapidamente o NEC tornou-se um espaço agregador de professores, pesquisadores e estudantes interessados nas discussões relativas à noção mesma de contemporaneidade à partir da perspectiva de uma história política renovada, em seus aspectos mais plurais, às quais seus pesquisadores souberam adicionar enriquecedores diálogos com outros campos da historiografia e também perspectivas interdisciplinares.

Desde então, são especialmente caros aos projetos desenvolvidos por professores e pós-graduandos ligados ao NEC o debate e a compreensão dos processos de construção dos Estados Nacionais e dos múltiplos projetos de modernidade nos séculos XIX e XX, a partir da interseção entre História política, social e cultural; as relações entre intelectuais, Estado e modernidade; as lutas de libertação nacional e a construção do discurso pós-colonial na África e na Ásia; os mundos do trabalho e os processos de construção da cidadania na contemporaneidade; as múltiplas experiências e regimes autoritários que tiveram lugar no século XX, seus processos de construção social e a constituição de narrativas de memória sobre estes regimes, além dos debates que envolvem as questões da violência política, traumas, situações-limites e as justiças de transição que marcaram o século XX na Europa, América, Ásia e África.

Ao longo de duas décadas, o NEC desenvolveu importante vocação para formação acadêmica, tendo acolhido um número bastante expressivo de alunos de graduação, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos. Atualmente o núcleo reúne cerca de 18 pesquisadores, entre professores da casa, pós-doutorandos e pesquisadores externos, além de 40 alunos de pós-graduação e graduação. Nesse sentido, foi de extrema importância termos podido reunir durante três dias do mês de novembro de 2014, para realizarmos um seminário comemorativo dos 20 anos do NEC/UFF, parte significativa desta equipe, além de pesquisadores e ex-alunos que se formaram aqui, mas principalmente, que ajudaram a formar o laboratório. O evento representou a possibilidade não apenas da realização de intensos debates e calorosos encontros acadêmicos, mas também de reunir distintas gerações de professores, pesquisadores e alunos que, ao longo de duas décadas, ajudaram a construir o NEC, fazendo dele um espaço de diálogo sempre plural e aberto.

Este livro apresenta alguns dos trabalhos apresentados e debatidos nestes três dias de novembro. Estão reunidos aqui textos de professores e pesquisadores, bem como de alunos de graduação e pós-graduação ligados ao NEC/UFF. Além disso, tivemos o prazer de contar com uma conferência e agora com um artigo da professora Rachel Soihet, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC/UFF). A presença da professora em nosso evento, além de muito nos

honrar, permitiu-nos, ao mesmo tempo, a renovação de diálogos com outros laboratórios de pesquisa da UFF, sempre tão caros ao NEC e enriquecedores.

O leitor observará que o livro está dividido em três grandes eixos temáticos: *História política e Tempo Presente*; *Intelectuais, política e sociedade* e, por fim, *Modernidade, identidades e resistência*. Todos, em sua amplitude, invocam questões e debates extremamente caros às pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEC e serviram, eles próprios como eixos que estruturaram a organização dos três dias de evento. Achamos por bem mantê-los como fios condutores também para orientar a organização do livro. Evidentemente, qualquer tentativa de compartimentação guarda algo da ordem do arbitrário e a maioria destes artigos poderiam estar em mais de um eixo temático. Esta proposta de organização dos textos é, portanto, apenas uma das possibilidades. Cada um dos trabalhos são extremamente ricos em sua individualidade, ao mesmo tempo em que esboçam férteis possibilidades de diálogos entre eles.

Assim, a primeira parte, *História política e Tempo Presente*, reúne artigos que buscaram analisar, majoritariamente aspectos diversos da história política brasileira pós 1945. Nos textos de Karla Carloni, Marcus Dezemone e Rafaela Mateus Antunes dos Santos, por exemplo, diferentes aspectos da experiência democrática de 1945 a 1964 são analisados. No caso dos dois últimos, a crise política da primeira metade dos anos 1960 e os desdobramentos que resultaram no golpe Estado em 1964 são considerados, tendo como pontos de vista centrais ora a questão agrária, ora a atuação política conservadora de determinados grupos estudantis.

A ditadura civil-militar aparece como tema principal nas análises de Janaina Martins Cordeiro, César Martins de Souza e Beatriz Kushnir. Já Raphael Fernandes Xavier Duarte e Mario Grynzspan consideram, a partir de temáticas distintas – a análise da trajetória do Partido dos Trabalhadores ou a história da noção de agronegócio no Brasil – aspectos fundamentais do Brasil pós-ditadura.

Complementam esta primeira parte a análise comparativa de Lívia Gonçalves Magalhães sobre os processos de institucionalização do futebol no Brasil e na Argentina, bem como o estudo de Isabel Leite sobre os processos de naturalização da violência política durante os anos 1960 e 1970 pela sociedade argentina.

A segunda parte do livro é dedicada aos estudos das relações entre intelectuais e personagens políticos com as sociedades em que viveram, produziram e atuaram. Abrimos a seção com o artigo de Camilo Domingues sobre o escritor russo Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski e a intelligentsia russa do século XIX. Em seguida, Marco Antonio Serafim de Carvalho analisa a atuação de Julio Cortazar por ocasião do Tribunal Russell, em 1975, enquanto Renata Schittino e Alana Pacheco estudam a posição de Edward Said como *migrant writer*, tomando seu lugar de intelectual exilado como referência principal para suas considerações.

Esta seção se encerra com os estudos de André Jobim Martins sobre as fotografias diplomáticas; de Daniel Aarão Reis, que nos apresenta a recente biografia que escreveu sobre Luis Carlos Prestes; e de Weder Ferreira, que retoma o Manifesto dos Mineiros de 1943 e a posterior fundação e atuação da União Democrática Nacional (UDN) para analisar a conformação de determinada cultura política brasileira.

Por fim, a terceira parte do livro, *Modernidade, identidades e resistência*, reúne artigos bastante diversificados, que tomam como eixo fundamental o estudo dos processos de constituição da modernidade, analisando como referências centrais as lutas de determinados grupos pela afirmação de suas identidades políticas, sociais e culturais.

Assim, Rachel Soihet examina as revistas ilustradas brasileiras da primeira metade do século XX para compreender a utilização de recursos como a zombaria e a ironia empregadas para desmerecer as lutas das mulheres por emancipação. Já Aline Rochedo recupera a história do rock brasileiro buscando evidenciar ali a importância do papel das mulheres.

Em uma segunda chave, Marcelo Bittencourt, Núbia Aguilar Moreno, Felipe Paiva e Cristiane Nascimento Silva retomam temáticas distintas – o futebol, o cinema, os intelectuais e a propaganda – para tentar compreender os processos de construção nacional e a pós-colonialidade na África.

O trabalho de Norberto Ferreras, por sua vez, discute as problemáticas em torno do trabalho forçado ou trabalho análogo à escravidão no mundo contemporâneo.

Johnnatan Monteiro e Izabel Pimentel da Silva buscam reconstituir os projetos políticos das esquerdas latino-americanas durante as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, Monteiro analisa a geração de 1968 brasileira e as formas a partir das quais pensava questões determinadas comportamentais, sobretudo aquelas relativas à sexualidade. Já Silva estuda o projeto revolucionário e internacionalista da Junta de Coordinación Revolucionaria, que reuniu organizações da Bolívia, Uruguai, Argentina e Chile. Ainda no âmbito dos estudos sobre a América Latina, Mariana Bruce se dedica à compreender a constituição do Estado plurinacional e comunitário na Bolívia.

Fecha a coletânea o estudo de Vanessa Ferreira sobre o Grande Terror e a coletivização das terras na URSS ao longo dos anos 1930.

Este livro e principalmente o Seminário que o originou foram, acima de tudo, trabalhos de equipe. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer a todos os professores do NEC – Daniel Aarão Reis, Karla Carloni, Marcelo Bittencourt, Marcus Dezemone, Mario Grynzspan, Norberto Ferreras e Samantha Viz Quadrat –, que não apenas estiveram presentes ao longo de todo o evento, participando e acompanhando os debates como deram seu apoio e incentivo. É preciso agradecer também o comparecimento de pesquisadores associados, tão importantes para a história do núcleo, como Beatriz

Kushnir, Ângelo Segrillo, Shu Sheng e Ricardo Figueiredo de Castro. Além deles, a participação de colegas de outros laboratórios de pesquisa da UFF como Rachel Soihet e Tatiana Poggi enriqueceram nossos debates. Principalmente, foi para nós uma grata satisfação constatar a grande participação e interesse dos nossos alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Em particular, é preciso agradecer aqueles alunos e colegas que foram incansáveis na organização do evento: Alana Pacheco, Lívia Gonçalves Magalhães, Marco Antonio Serafim de Carvalho, Vanessa Ferreira e Weder Ferreira da Silva. A Vanessa, ainda um agradecimento especial pelo apoio na preparação dos originais do livro.

Por fim, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, pelo suporte e o apoio para a publicação deste livro resultado do evento.

Boa leitura!

No período transcorrido entre a realização do Seminário e a publicação deste livro, o NEC perdeu sua fiel, querida e sempre bem humorada secretária, Maria das Graças Nunes, para nós, apenas *Graça sorriso*. Este livro é dedicado à sua memória. Mais que isso, é uma homenagem que prestamos à alegria com a qual sempre nos recebeu e ajudou no dia-a-dia dos nossos afazeres no NEC e à valentia com que enfrentou as situações mais difíceis. À Graça, o nosso carinho e admiração!

Niterói, fevereiro/2016

I. História política e Tempo Presente

1.1 O APITO INICIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL E NA ARGENTINA*

Lívia Gonçalves Magalhães**

Desde o início de sua prática no Brasil e na Argentina no século XIX, o futebol foi um ator de destaque na história de ambos os países. Ao longo dos anos, ele ganhou espaço e consolidou-se como o principal e mais popular esporte, ao mesmo tempo em que as próprias identidades eram construídas, tornando-se um elemento fundamental desta e da cultura dos países. E tornou-se também decisivo no cenário político.

De fato, nas nações modernas que se formaram entre os séculos XVIII e XX, esporte e política sempre *jogaram* juntos. As disputas entre nações, em distintas categorias e em eventos como as Olimpíadas e a as Copas do Mundo, surgem no contexto de estimular as relações internacionais pacíficas entre os países. A partir da intensificação destes encontros, novas interpretações e significações foram construídas:

> As razões que fizeram do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas teriam sido a faculdade e a facilidade de provocar, mesmo nos menores atores políticos individuais ou públicos a identificação com a nação. A imaginária comunidade de milhões de concidadãos parece mais real, mais protagonista, na forma de um time de jogadores nomeados. O indivíduo, mesmo o simples torcedor, torna-se o próprio símbolo de sua nação (VASCONCELLOS, 2011).

Para alguns países, como Brasil e Argentina, o futebol e as Copas do Mundo são o momento máximo de expressão do nacionalismo através deste esporte, pois é quando as nações são representadas em cada seleção (GASTALDO e GUEDES, 2006). Ao longo do século XX, a Copa do Mundo de Futebol da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) tornou-se um dos maiores eventos esportivos mundiais. Com o passar do tempo e a consolidação da competição, a mesma se tornou um importante marco na história dos séculos XX e XXI.

O objetivo deste trabalho é recorrer o percurso da institucionalização das federações brasileira e argentina ao longo das primeiras décadas do século XX. Com a popularização do futebol mundial, foi uma tendência a busca por organização e institucionalização do esporte, com o objetivo de controlar

---

* * Este artigo é uma adaptação do primeiro capítulo da minha tese de doutorado *Com a taça nas mãos:* Sociedade, Copa do Mundo e ditaduras no Brasil e na Argentina, defendida em março de 2013 pelo PPGH da UFF, e publicada em 2014 pela Lamparina/Faperj.

* *** Pós-Doutoranda em História na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) e professora substituta de História da América Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

seus atores e as práticas. Entretanto, como veremos a seguir, esta construção foi marcada por conflitos e disputas que permanecem no cenário atual do futebol.

I - Memória e história

Como de costume, a memória e a história do futebol sul-americano foram construídas a partir de alguns mitos. No caso do futebol moderno, sua expansão mundial a partir da Inglaterra se deu principalmente de duas formas:

> (...) de um lado, através das escolas enquanto esporte elitista e aristocrático; por outro, através de processos de harmonia imitativa, e reapropriação, através das massas populares. Evidentemente, na Alemanha, Argentina ou Brasil a historiografia oficial do futebol, acompanhada e incentivada pela mídia, incentivou a versão das origens únicas advindas do "nobre esporte bretão", buscando ares de nobreza para um esporte bastante popular (SILVA, 2006, p.18).

É verdade que inicialmente o futebol foi um esporte elitizado, comum nas escolas tradicionais inglesas e que chegou aos países latino-americanos com os imigrantes e trabalhadores de empresas britânicas. No Brasil, o mito do esporte que foi "conquistado" pelas camadas populares permanece, principalmente através da figura do inglês Charles Miller, o "pai do futebol brasileiro". Porém, como aponta Leonardo Pereira, existem relatos ainda do século XIX desta prática esportiva fora deste âmbito, por navegadores e até operários, e em muitos casos a apropriação deste esporte ocorreu não pelas vias das elites e seus clubes, mas por manifestações sociais de atores diversos, que praticavam o futebol fora destes espaços fechados e controlados (PEREIRA, 2000). Portanto, a formação dos primeiros clubes populares como o Sport Club Corinthians Paulista, em São Paulo, ou o clube de operários de Bangu, no Rio de Janeiro, representou a massificação do esporte, e não apenas sua expansão para novos setores sociais (MAGALHÃES, 2010).

No caso argentino, o mito segue a mesma tendência, com a chegada do futebol pelas mãos de um imigrante escocês, Alexander Watson Hutton, que corresponderia ao Miller do vizinho do sul. Porém, na página oficial da Associação do Futebol Argentino (AFA), consta como data da chegada do esporte ao país a década de 1840, acompanhando o desenvolvimento das ferrovias, e Hutton como seu posterior difusor.[1] Com o passar dos anos, na memória do esporte, enfatizou-se o caráter local, *criollo*,[2] que o futebol adquiriu, em detrimento do tradicional modelo inglês (FRYDENBERG, 1999).

---

[1] www.afa.org.ar, site consultado no dia 19/11/2011.

2 Entende-se por *criollo* ou *rioplatense* o estilo de futebol característico dos argentinos e uruguaios, "baseado no drible, "jogo de cintura", improvisação e espontaniedade em oposição à rigidez de esquemas táticos que seriam típicos do futebol europeu de uma forma generalizada" (HELAL, Ronaldo, "Jogo Bonito" y Fútbol Criollo: la relación futbolística Brasil-

Outro mito comum foi o da "pureza do esporte", que construiu a ideia de que neste âmbito os interesses políticos, seja de ditaduras ou de democracias, não teriam sucesso, e de certa forma construiu-se um tabu no que diz respeito ao futebol como ferramenta política. Da mesma maneira, os jogadores também tiveram, em muitos casos, uma imagem ingênua, inocente, de atores manipulados pelos dirigentes. Ao mesmo tempo, criou-se também o mito contrário, do futebol como ferramenta de manipulação social nas mãos dos regimes e dos dirigentes dos clubes e seleções:

> Eu acho que essa confusão [futebol e regime] se estabeleceu de maneira tal que a nossa própria esquerda teve muita dificuldade de digerir. E a pensou de maneira muito equivocada. E de tal forma, e com tal prejuízo, que durante muitos e muitos anos, até com elaboração intelectual, dizia-se que futebol era o ópio do povo, futebol era o pão e circo, quer dizer, era o circo, não dá pão, dá circo.[3]

A pesquisa realizada nos documentos do arquivo do COBA, na BDIC em Paris, mostra que a questão da manipulação dos esportes também foi tema constante entre os manifestantes europeus da década de 1970. No material analisado, diversas vezes a Copa de 1978 na Argentina é considerada como parte da lógica imperialista de manipulação das massas através de um esporte popular, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

> b. Esporte crítica institucional.
> "Berlim 1936, Argentina 1978": a campanha para boicotar a Copa do Mundo na Argentina destacou o fato de que o esporte não é "neutro", é um instrumento de poder com objetivo de fortalecer a exploração e a opressão do povo. O próprio transcurso do Mundial revelou como este tipo de concorrência não era apenas um jogo, mas uma questão política e econômica (como no caso da Adidas para a seleção da França, o roubo no jogo Argentina-Peru ...).[4]

A análise realizada por diversos pesquisadores e profissionais que trabalham com o tema esporte - como Julio Frydenberg, Pablo Alabarces e Eduardo Archetti na Argentina; Leonardo Pereira, Giselle Moura, Carlos Eduardo Sarmento e Gilberto Agostino, no Brasil, por exemplo -, é sobre o caráter mobilizador que o mesmo possui[5]. Seguindo essa linha de pensamento, tais estudiosos apontam que foi

---

Argentina en los medios de comunicación" In: Alejandro Grimson (org.). *Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina.* 1ª edição. Barcelona: Edhasa, 2007, v.1, p. 349-385, p. 2)

3 Juca Kfouri, entrevista concedida à autora no dia 19/07/2011,em São Paulo, SP.

4 *Aux chiottes l'arbitre: à l'heure du mondial, ces footballeurs qui nous gouvernent*, de Daniel Denis, 1978. Cote: F Delta 1831, Fundo COBA, BDIC, Paris, França. "b. Critique de l'institution sportive. « Berlin 1936, Argentine 1978 » : la campagne de boycott de la Coupe du Monde en Argentine a mis en évidence le fait que le sport n'est pas « neutre », qu'il est un instrument au service des pouvoirs en place pour renforcer l'exploitation et l'oppression des peuples. Le déroulement même du Mundial a dévoilé à quel point ce genre de compétition n'était pas un simple jeu, mais un enjeu politique et économique (Affaire Adidas pour l'Équipe de France, truquage du match Pérou-Argentine…)." Tradução feita pela autora.

5 Entre os diversos trabalhos destes autores podemos citar: FRYDENBERG, Julio. "El nacimiento del fútbol profesional argentino: resultado inesperado de una huelga de jugadores". Trabalho apresentado no II Encontro de Esporte e Ciências Sociais Faculdade de Filosofia e Letras – UBA, 6 de novembro de 1999; ALABARCES, Pablo (org). *Deporte y Sociedad.* Buenos Aires: Eudeba, 1998; ARCHETTI, Eeduardo. *Masculinidades, Fútbol, tango y polo en la Argentina.* Buenos Aires:

por isto que o futebol não escapou de ser objeto de interesse de governos e políticos. No Brasil, o futebol de maneira geral, os clubes, a prática do esporte e os campeonatos nacionais foram alvo de interesse e até intervenção do Estado desde as primeiras práticas no país (GUTERMAN, 2009). Com o tempo, a seleção nacional tornou-se o principal "alvo" de interesses políticos, e foi instrumento para muitos governos, tanto em ditaduras como em períodos democráticos.

Por sua vez, na Argentina houve um predomínio inicial do futebol como uma identidade local através dos clubes dos bairros[6]. A seleção tinha um importante peso, principalmente até a primeira Copa do Mundo em 1930, porém nas décadas seguintes a política esportiva enfatizava a não participação nos torneios da FIFA por conflitos diversos com o futebol internacional[7]. Por outro lado, durante este período o Estado investiu no futebol interno, incentivando e ajudando a construção de clubes (FRYDENBERG, 1999). Desta forma a seleção argentina manteve sua participação apenas em torneios regionais, principalmente o Sul-Americano, que posteriormente se tornaria a Copa América, enquanto a AFA procurava fortalecer a CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol) e tentava esvaziar o poder da FIFA na América do Sul.[8]

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o futebol também foi espaço de conflitos, incluindo uma Portaria do dia 3 de fevereiro de 1942 que proibia que os eventos esportivos fossem espaço de manifestações nacionais.[9] Na prática, a medida afetou principalmente os clubes fundados por imigrantes italianos, como o Palestra Itália, de São Paulo (atual Sociedade Esportiva Palmeiras) e o Sociedade Esportiva Palestra Itália, de Minas Gerais (atual Esporte Clube Cruzeiro), e ambos mudaram tanto seus uniformes como seus nomes para evitar medidas mais extremas (AGOSTINO, 2002).

Antropofagia, 2003; PEREIRA, Leonardo, *Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; MOURA, Giselle de Araújo, *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.; AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer – futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

6 Neste primeiro momento, a formação dos clubes tanto no Brasil como na Argentina esteve associada também à questão da imigração, como um espaço de sociabilidade (ARCHETTI, *Op. Cit*, 2003).

7 No site da AFA, a própria associação explica que "En esos tiempos, a raíz de la diferencia de criterios y enojos impensables en la actualidad, sumado a la dramática situación que se vivía en Europa con la Segunda Guerra Mundial, nuestro equipo nacional quedó al margen de las grandes competencias y sufrió las secuelas" (www.afa.org.ar, consultado em 20/11/2011). A posição argentina durou até a Copa de 1954, na Suécia.

8 A CONMEBOL foi fundada em 1916, após o primeiro Sul-Americano organizado pela Argentina para comemorar o centenário da independência do país. Sua principal competição entre seleções é a Copa América, nome oficialmente adotado em 1975 (www.conmebol.com, consultado em 03/10/2012).

9 Portaria publicada no Diário Oficial do Estado (03.02.1942), assinada pelo capitão Sylvio Magalhães Padilha, que representava o Conselho Regional de Desportos (CRD). (*Apud* SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corínthians: Quinta coluna ou tudo Buona Gente?*– São Paulo, 2007, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade de São Paulo.)

Em diversas partes do mundo, o final do século XIX e as primeiras décadas do XX marcaram a difusão e a popularização do futebol. O fenômeno ocorreu de forma parecida nos países industrializados e em via de industrialização, europeus e latino-americanos. Entre os fatores que o caracterizam destaca-se:

> o processo de metropolização de algumas cidades, que fez do futebol um esporte especial, pois cumpria o papel de adaptar a população urbana ao ritmo industrial que se impunha; o aparecimento e a expansão da radiodifusão, que permitiu ao futebol chegar a mais pessoas e a lugares mais distantes; além das transformações na imprensa esportiva escrita, que aproximou ainda mais os torcedores do futebol (NEGREIROS, 1997, p.1).[10]

Mesmo com as tentativas de manter o futebol exclusivo das elites, a popularização e consequente massificação foram inevitáveis. Os torcedores passaram a frequentar os jogos, pagando pelo ingresso, e gerando renda para os clubes. A facilidade da prática do esporte –quase qualquer objeto pode ser utilizado como bola, e o campo de jogo tampouco precisa de muita elaboração- fez com que o futebol se difundisse mesmo sem a inserção das massas nos primeiros clubes.

Logo, não demorou muito para ele se tornar popular em toda a sociedade e em menos de um século, o esporte mais popular do planeta. E ao mesmo tempo em que se difundia e popularizava, o futebol se institucionalizou. De fato, foi o crescimento como espaço de sociabilidade que o transformou também em um espaço de interesses políticos e econômicos.

II - A paixão é mundial

A sede da FIFA em Zurique, Suíça, está localizada ao lado do jardim zoológico da cidade. Apesar do terreno amplo, o edifício é discreto, e por fora não se percebe seu real tamanho: os andares não são para cima, como de costume, mas subterrâneos. Ali são realizadas não apenas as mais importantes reuniões do futebol mundial, como também alberga uma biblioteca sobre o tema e os arquivos da Federação. É possível realizar visitas, comprar lembranças oficiais, adquirir grátis exemplares da revista da FIFA, e, com autorização, pesquisar nos arquivos da entidade. A dimensão atual da Federação hoje representa tanto seu poder político como o sucesso do objetivo principal de seus fundadores: unificar, sob uma entidade mundial, as diversas associações nacionais de futebol que se formavam com a expansão do futebol.

Os ingleses formaram a primeira das associações nacionais em 1863, a The Football Association (FA), que formulou as regras oficiais do esporte. Em 1886, a FA e as respectivas associações da Escócia (Scottish Football Associatio - SFA), País de Gales, (Football Association of Wales - FAW) e da Irlanda (Irish Football Association – IFA, que hoje representa somente a Irlanda do Norte) fundaram a

10 O autor se refere ao caso brasileiro, mas consideramos que a análise também se aplica para o caso argentino.

International Football Association Board (IFAB), um modelo de organizar internacionalmente o esporte que se popularizava e difundia pelo mundo:

> Desde que foi fundada no século XIX, a International Football Association Board (IFAB) possui um papel vital no futebol internacional. Ela atua como guardiã das regras do jogo e é responsável pelo estudo, modificação e supervisionar quaisquer alterações nele[11].

Novas associações surgiam ao redor do mundo, e a ideia de uma Federação que controlasse o próprio esporte significava também o poder sobre o mesmo. Os britânicos perceberam isto rapidamente, e apesar da IFAB ter sido posteriormente incorporada pela FIFA, a FA possui lugar cativo em seu diretório. Ao longo da primeira metade do século XX, as tensões entre as duas entidades envolvendo a disputa pelo poder o futebol significaram a ausência por décadas da seleção da Inglaterra de eventos organizados pela FIFA.

No início do século XX, com a propagação de entidades futebolísticas em todo o mundo e a realização de disputas internacionais entre as seleções, o futebol foi percebido por seus dirigentes e por políticos como uma forma de impulsionar relações diplomáticas. Durante a Primeira Guerra Mundial, foi uma prática comum entre França e Inglaterra; no pré Segunda Guerra, a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler viram nas disputas internacionais um meio de romper com o isolamento internacional realizado por alguns países ocidentais (França e Inglaterra, principalmente). Importante destacar que Brasil e Argentina também tiveram atuações neste sentido. Por exemplo, em 1904, durante uma partida entre as duas seleções, o então presidente argentino Julio Argentino Roca compareceu ao vestiário de sua seleção no intervalo para pedir moderação no placar: a vitória por três a zero era suficiente, uma diferença maior poderia afetar a boa relação entre os dois países naquele momento (AGOSTINO, 2002).

Ao mesmo tempo, o futebol se associava também à ideia de civismo, de representação da própria nação. De fato, esta era uma tendência dos esportes de modo geral, como refletia a organização dos Jogos Olímpicos modernos. A prática esportiva surgia como uma opção de ócio para todos os setores sociais, e:

> Mais do que à simples preocupação de regulamentar a prática desportiva, o início do século XX assistiu à legitimação do esporte como um ideal superior de expressão das qualidades humanas. Resgatada da esfera da brutalidade de seres considerados inferiores e incultos, a expressão esportiva tornou-se um campo propício para as elites se lançarem à construção simbólica de seus valores civilizatórios (SARMENTO, 2006).

---

11 www.fifa.com. Página consultada no dia 10/10/2012. "Ever since it was founded in the 19th century, the International Football Association Board (IFAB) has played a vital role in international football. It acts as the guardian of the Laws of the Game and is responsible for studying, modifying and overseeing any changes to it". Tradução realizada pela autora.

Foi neste contexto que em 1904 foi criada a FIFA, em Paris. Nesta data diversos países já tinham sua própria federação, como a Argentina, cuja fundação ocorreu em 1893. Portanto, como é comum neste primeiro momento, a entidade nasce lidando com a luta de poder entre os países membros e não membros, em um quadro internacional complicado no início do século XX, que desembocaria na Primeira Guerra Mundial dez anos depois. Os países fundadores foram França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça, e seu primeiro presidente foi o francês Robert Guérin[12]. Em 1932 a sede da entidade foi transferida para a Suíça, país considerado neutro no quadro de tensões do período entre guerras europeu[13].

A Inglaterra, considerada a inventora do futebol moderno, filiou-se à nova entidade em 1905, porém em 1924, por desavenças relacionadas ao amadorismo e à participação das seleções locais e não a do Reino Unido, as quatro associações britânicas -Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales- se retiraram, retornando somente em 1946[14]. No tocante à Argentina, ela foi o primeiro país americano a se associar à nova entidade, em 1912, enquanto o Brasil o fez apenas em 1923[15].

Desde sua fundação, a FIFA refletiu o cenário das relações internacionais dos países integrantes, da mesma forma que o futebol foi utilizado como construtor destas relações. Ao longo do século XX, os países que formavam parte da entidade foram se organizando em agrupações regionais, que englobavam as seleções nacionais, mas se mantinham submissas à FIFA. Em 2012, existem seis Associações, todas ligadas à FIFA[16]. São elas:

---

12 Até a atualidade, a FIFA teve apenas oito presidentes em quase 110 anos de existência: Robert Guérin, França (1904-1906); Daniel Burley Woolfall, Inglaterra, (1906-1918); Jules Rimet, França (1921-1954) ; Rodolphe Seeldrayers, Bélgica (1954-1955) ; Arthur Drewry, Inglaterra (1955-1966) ; Stanley Rous, Inglaterra (1961-1974) ; João Havelange, Brasil (1974-1998), e Joseph Blatter, Suíça (atual presidente, desde 1998). (www.fifa.com, site consultado no dia 15/05/2011). Os longos mandatos de dirigentes são uma tradição no futebol, e no mundo esportivo de forma geral. No início de 2013, por exemplo, o presidente da AFA Julio Grandona está no poder desde 1979. Já Ricardo Teixeira presidiu a CBF entre 1989 e 2012.

13 Muito se discute sobre a mudança da sede da FIFA para a Suíça. De fato, este era um país neutro no entre guerras, e esta tradição permanece nos dias atuais. Porém, ao declarar-se como um clube esportivo, a entidade encontra-se isenta de impostos neste país (www.fifa.com, site consultado em 03/03/2010, e http://www.swissinfo.ch/por/Capa/Archive/Grandes_instancias_do_futebol_estao_na_Suica.html?cid=6356518, site consultado no dia 03/03/2010).

14 Com a fundação da FIFA na França em 1904, os ingleses sentiram sua liderança ameaçada, e durante décadas tiveram uma relação conflituosa com a entidade principal do futebol mundial, que resultou no caso de exclusão citado. Entre os oito presidentes da FIFA até a atualidade, três foram ingleses: **Daniel Burley Woolfall (1906-1918), Arthur Drewry (1955-1961) e** Stanley Rous (1961-1974) (www.fifa.com, site consultado em 15/05/2011, e http://www.thefa.com/, site oficial da The Football Association, (consultado no dia 12/08/2011). Até hoje é a FA que define as regras do futebol, inclusive qualquer mudança nas regras do esporte.

15 MODERNO, Luis Barros "De Rimet a Cañedo" In *Programa Oficial para el IX Campeonato Mundial de Fútbol*, Cidade do México, 1970. Arquivo Institucional da FIFA, Zurique, Suíça.

16 No total, as associações somam 222 países. A FIFA possui 209 membros oficiais, o que significa que não formam parte dela alguns dos países integrantes das entidades regionais: da UEFA, Gibraltar (representante dos Territórios Ultramarinhos Britânicos); da AFC, Marianas Setentoriais; da CAF, as Ilhas Reunião e o Zanzibar; da CONCACAF a Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Saint-Martin e Sint Maarten; e da OFC Kiribate, Ilha de Niue, Palau e Tuvalu.

Nome	Número de afiliados	Data de Fundação[17]
CONMEBOL (Confederação Sul Americana de Futebol)	10	09/07/1916
AFC (Confederação Asiática de Futebol)	47	08/05/1954
UEFA (União das Federações Europeias de Futebol)	54	15/06/1954
CAF (Confederação Africana de Futebol)	56	08/02/1957
CONCACAF (Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe)	40	18/09/1961
OFC (Confederação de Futebol da Oceania)	15	15/11/1966

A tabela mostra que a organização regional dos países membros foi uma tendência entre as décadas de 1950 e 1960. Com exceção da CONMEBOL, as demais entidades foram fundadas quando a FIFA já estava consolidada.

As relações entre tais associações e a FIFA foram –e ainda são- constantemente marcadas por disputas de interesses e contradições. Uma das principais críticas feitas à entidade é ao seu caráter autoritário, procurando controlar não apenas os eventos que organiza, mas mantendo sob suas regras as associações continentais que reclamam maior autonomia:

> Por um lado, externamente a FIFA pode ser representada, em termos de poder de organização, como um caso particularmente avançado de burocratização progressiva mundial e racionalização, embora com uma fachada democrática. Por outro, internamente, a FIFA com um olhar mais profundo, é mais bem compreendida como uma organização hierárquica, tão presa ao padrão oligarca e corporativo, que a sua coerência organizacional se transformou em uma forma de poder total, muitas vezes compreendido no social europeu como "despotismo oriental". A justaposição dessas duas articulações do poder fez uma grande contribuição para a crescente crise dentro do coração da FIFA, que ameaça minar a missão global da organização (SUGDEN e TOMLINSON, p. 7)[18].

Durante muitos anos, como se pode ver na tabela acima, a CONMEBOL foi a única entidade regional existente, o que permite compreender tanto sua consolidação e poder nas associações locais

17 A tabela foi feita a partir da consulta às páginas oficias de cada entidade: CONMEBOL www.conmebol.com; AFC www.the-afc.com; UEFA www.uefa.com; CAF www.cafonline.com; CONCACAF www.concacaf.com; OFC www.oceaniafootball.com.

18 "At one level, the outer circle o FIFA can be represented, in terms of organizational power, as a particularly advanced case of progressive global bureaucratization and rationalization, albeit with a democratic facade. At another, deeper level FIFA's inner circle is best viewed as an hierarchical organization, so steeped in oligarchic and corporate patronage, that its organizational coherence has bordered on a form of total power often conveyed in European social thought as "oriental despotism". The juxtaposition of these two articulations of power has made a major contribution to a crisis growing within the heart of FIFA which threatens to undermine the organization's global mission". Tradução realizada pela autora.

como seus conflitos com a FIFA.[19] Para a entidade mundial, durante anos a existência da CONMEBOL significava limitações ao seu controle, uma autonomia para os países membros que não interessava na lógica de reunir sob uma entidade o controle do futebol mundial. Ao mesmo tempo, a FIFA teve que fazer concessões aos interesses da entidade, já que ela abrigava algumas das principais seleções do mundo, como o Uruguai, que na década de 1930 era bicampeão olímpico e campeão e sede da primeira Copa do Mundo da FIFA.[20]

As tensões aumentaram durante a presidência de Sir Stanley Ford Rous, entre 1961 a 1974. Foram durante seus anos na FIFA que a disputa entre o futebol europeu e o sul-americano ganhou força, principalmente pela discussão entre os modelos de futebol: os europeus dominariam um estilo que ficou conhecido como *futebol força*, enquanto os sul americanos eram os representantes do chamado *futebol arte*. Por trás desta questão estava a disputa pela liderança de um esporte que se tornava cada vez mais popular e de uma entidade que aumentava seus poderes político e econômico.

Para John Sugden e Alan Tomlinson, um dirigente em especial destacou-se a partir de tais conflitos:

> Estas questões destacadas pela tensão FIFA-CONMEBOL foram utilizadas com brilhantismo pelo brasileiro Havelange, como representante de uma experiência e sofisticação do Segundo Mundo, e em nome dos emergentes do Terceiro Mundo e suas demandas, dentro do contexto de blocos de elites empresariais e federações em blocos, como Rous os viu (SUGDEN e TOMLINSON, p. 25)[21].

De fato, em 1974, após uma intensa campanha mundial, Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange foi eleito presidente da FIFA pelos votos das entidades latino-americanas, asiáticas e africanas, que se sentiam desprestigiadas com as políticas do antecessor, Stanley Rous. Nascido no Rio de Janeiro em 1916, Havelange é empresário e advogado, ex-nadador e jogador de polo aquático, respectivamente os esportes em representou o Brasil nas Olimpíadas de Berlim (Alemanha) em 1936 e de Helsinque (Finlândia) em 1952 Em 1963 passou a formar parte também do Comitê Olímpico Internacional (COI). Naquele contexto da década de 1970 e expansão do futebol mundial, o brasileiro soube negociar e trazer como seus aliados à FIFA países que se consideravam excluídos da entidade, por seu forte caráter eurocêntrico. Antes disso, durante sua presidência na Confederação Brasileira de

---

19 As dez afiliadas da CONMEBOL são: a Associação do Futebol Argentino, a Federação Boliviana de Futebol, a Confederação Brasileira de Futebol, a Federação de Futebol do Chile, a Federação Colombiana de Futebol, a Federação Equatoriana de Futebol, a Associação Paraguaia de Futebol, a Federação Peruana de Futebol, a Associação Uruguaia de Futebol e a Federação Venezuelana de Futebol.

20 Apesar de ser a menor das afiliadas, a CONMEBOL possui 9 títulos de Copas do Mundo: 5 do Brasil, 2 da Argentina e 2 do Uruguai. Até a Copa do Mundo da África do Sul em 2010, era a mesma quantidade da Europa, que ultrapassou com a vitória da Espanha. Os outros campões europeus são: Itália, 4 vezes, Alemanha, 3 vezes, e França e Inglaterra, 1 vez cada.

21 "These issues highlighted FIFA-CONMEBOL tensions that were to be played upon with brilliance by the Brazilian Havelange, as a representative of a Second World experience and sophistication, and on behalf of the Third World's emerging pleas and demands, within the context of business elites and cross-federational 'blocks', as Rous saw them". Tradução realizada pela autora.

Desportos (CBD), entre os anos 1958 e 1975, fez sua campanha para a FIFA utilizando o bem mais valioso da entidade brasileira: a seleção de futebol tricampeã do mundo.

Havelange assumiu a FIFA após a Copa do Mundo de 1974, na Alemanha. A primeira competição organizada por ele foi justamente a de 1978 na Argentina, torneio que recebeu diversas denúncias em função do governo sede como veremos nesta tese.[22] A "era Havelange" foi de grandes transformações tanto para a FIFA como para o esporte mundial. Na página da entidade, o dirigente é descrito como:

> presidente da FIFA durante 24 anos, comandando um período de profundas mudanças na organização. Nadador e jogador de polo aquático olímpico quando jovem, Havelange se destacou como administrador de futebol pelo aumento do número de participantes da Copa do Mundo da FIFA de 16 para 32, pela criação de novas competições (os Mundiais Sub-17 e Sub-20 no final da década de 80; a Copa das Confederações da FIFA e a Copa do Mundo Feminina da FIFA no início da década de 90) e pela maior participação de seleções da Ásia, África, CONCACAF e Oceania, regiões que juntas haviam tido apenas três vagas na Copa do Mundo da FIFA 1974. O número de funcionários da sede da FIFA em Zurique passou de 12 para quase 120 em função das maiores responsabilidades comerciais e de organização.[23]

Durante seu mandato, multiplicaram-se e diversificaram-se os recursos da entidade, e a reformulação que a mesma sofreu permitiu também um aumento significativo no número de membros, sendo que hoje possui mais países que a Organização das Nações Unidas (ONU).[24] Em um editorial publicado em razão da inauguração da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha, o então secretário geral da ONU, Kofi Afta Annan comentou esta diferença:

> Você pode estar se perguntando por que o secretário-geral das Nações Unidas está escrevendo sobre futebol. Mas a Copa do Mundo faz com que nós, nas Nações Unidas, morramos de inveja. Como o único jogo realmente global, praticado em todos os países, por todas as raças e religiões, é um dos poucos fenômenos tão universais quanto as Nações Unidas. Podemos até dizer que é ainda mais universal. A FFA tem 207 membros. Nós temos 191.25

Nos 24 anos em que Havelange esteve na presidência da entidade, aumentaram também os contratos publicitários, transformando-a, e o futebol mundial, em um grande modelo empresarial. Em 2011 as denúncias contra Havelange sobre o período em que esteve na presidência da FIFA tornaram-

---

22 O evento havia sido confirmado em 1973 pelo regime da então presidente Isabel Perón, e ainda durante o mandato como presidente da FIFA de Stanley Rous.

23 www.fifa.com, site consultado em 25/01/2010.

24 A FIFA possui em dezembro de 2012 209 nações filiadas, já a ONU possui 192 (www.fifa.com, www.un.org). Entretanto, alguns membros da FIFA não são reconhecidos como países soberanos.

25 Publicado dia 12/06/2006 no Editorial do Jornal *The New York Times*, http://www.nytimes.com/2006/06/09/opinion/09iht-edannan.1940224.html?_r=0, site consultado dia 20/10/2012. "You may wonder what a secretary general of the United Nations is doing writing about football. But in fact, the World Cup makes us at the United Nations green with envy. As the pinnacle of the only truly global game, played in every country by every race and religion, it is one of the few phenomena as universal as the United Nations. You could even say it's more universal. FIFA has 207 members; we have only 191". Tradução realizada pela autora.

se tema em diversas investigações judiciais na Suíça e jornalísticas em todo o mundo. Em 2012 o dirigente respondeu às denúncias sobre seu envolvimento e no suborno recebido pela empresa International Sports Leisure (ISL), responsável pela transmissão das Copas do Mundo e que trabalhava com o marketing da FIFA. Tais acusações fizeram com que Havelange renunciasse ao seu cargo no COI em dezembro de 2011, evitando assim sua possível expulsão e a divulgação pública das acusações.[26] Em julho de 2012 a justiça suíça tornou públicos os valores das comissões que teriam sido recebidas, assim como o processo envolvendo o ex dirigente.

Apesar do destaque da FIFA no cenário mundial, o futebol não se organiza somente entre as nações. Ao contrário, foi primeiro internamente que os interessados –dirigentes, jogadores e demais envolvidos na nova paixão que se expandia- passaram a se organizar e a disputar o poder do futebol.

III - O jogo fica sério na América do Sul

No Brasil, fundaram-se primeiro as ligas e associações regionais, e posteriormente uma entidade que fosse responsável pelo esporte nacional, a CBD, criada em 1916.[27] Frente a este cenário, os regionalismos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram um dos principais marcos da construção do futebol como um ator social.[28] As primeiras entidades surgiram para representar as elites, e tentar manter seus privilégios nesta prática esportiva. Porém, já no início do século XX surgiram os primeiros clubes de caráter popular, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, que começaram a exigir participação nos campeonatos e disputas dos "times grandes". O futebol deixava, aos poucos, de ser um *hobby* elitista para chegar às classes mais populares, que transformariam seu caráter, levando ao profissionalismo e posteriormente, ao fenômeno mundial.

A primeira associação de futebol fundada no Brasil foi a Liga Paulista de Futebol (LPF), em 1901. Quatro anos depois, fundou-se no Rio de Janeiro a Liga Metropolitana de Futebol, que em 1908 passou a ser Liga Metropolitana de Esportes Atléticos (LMEA).[29] No caso do futebol brasileiro, o

---

26 Folha Online, "Havelange renuncia ao COI dias antes de possível expulsão", 04/12/2011, consultado no dia 07/12/2011. O caso que segue na justiça Suíça refere-se à falência da empresa ISL, e inclui denúncias contra diversos dirigentes do futebol mundial, entre eles João Havelange e o ex-presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

27 Em 1915, os paulistas fundaram a Federação Brasileira de Futebol e os cariocas a Federação Brasileira de Esportes, que objetivavam comandar o futebol no país. Entretanto, foi somente com a CBD em 1916 que fundou-se uma entidade que de fato englobava o futebol nacional.

28 Até hoje existem no Brasil os campeonatos regionais, e o embrião do campeonato nacional de clubes foi o Torneio Rio – São Paulo (criado durante o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1933). O primeiro campeonato nacional organizado pela Confederação Brasileira de Desportos em 1922 foi entre as seleções de cada estado, já que organizar um campeonato de clubes era caro pela questão da logística.

29 Tais entidades foram constantemente espaço de conflitos entre os dirigentes, tanto em suas regiões como no âmbito nacional. Não demorou muito para que surgissem as dissidentes: em 1913, fundou-se em São Paulo a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA), que futuramente seria um dos braços da CBD; Em 1923, com a crise do "amadorismo marrom" no futebol carioca, surgiu a associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), que foi integrada à CBD após o desligamento da LMEA. A antiga LPF fundou, com o apoio de outras ligas regionais, insatisfeitas com a centralização do futebol na capital, a Federação Brasileira de Futebol, ao mesmo tempo em que surgia a CBD. (MAXIMO, 1999).

pioneirismo das ligas regionais ajuda a compreender a dificuldade de centralização do poder, como no caso argentino.

A CBD, inicialmente Federação Brasileira dos Esportes (FBE), surgiu da necessidade de uma entidade única que fosse responsável pelo esporte nacional, principalmente o futebol, às vésperas de realizações de importantes competições internacionais: os Jogos Olímpicos de Berlim (cancelados pelo prolongamento da Primeira Guerra Mundial) e a Copa organizada pela Argentina pela celebração do centenário de sua independência,[30] ambas em 1916.[31] Como tanto a FIFA e o COI somente reconheciam uma entidade oficial por país, os principais dirigentes esportivos não demoraram a perceber que era uma questão de tempo para alguém fazer a primeira entidade centralizada que pudesse se associar às internacionais.[32]

Porém, a crise entre os dirigentes não foi controlada e, em 1915, a LPF com o apoio de dirigentes do Paraná e do Rio Grande do Sul, criou a Federação Brasileira de Futebol (FBF). A situação agravou-se quando esta entidade foi reconhecida pelas equivalentes argentina e uruguaia, praticamente invalidando a recém-criada FBE.[33]

Ambas as associações enviaram um pedido de afiliação à FIFA, que não respondeu a nenhum deles. Visando finalizar os conflitos pela liderança esportiva, mais precisamente do futebol -que afetava a própria imagem do país no exterior uma vez que não podia participar de eventos internacionais- em 1916 o então ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, organizou uma reunião na qual foi fundada a CBD, que seria a partir de então a única responsável por dirigir o futebol brasileiro (SARMENTO, 2006).[34]

O ano de 1916 foi um marco na consolidação das entidades futebolísticas da América do Sul. Foi o ano do primeiro torneio Sul-Americano, que ocorreu na Argentina, e que por muito tempo seria a principal competição regional. Foi nessa ocasião, no jantar de comemoração do centenário do país anfitrião decide-se criar a uma entidade regional, a CONMEBOL, oficializada em dezembro. No

---

30 O campeonato recebeu o nome de Sul-Americano, e hoje é considerado como a primeira Copa América. A prática de celebrar os centenários das independências com disputas entre seleções nacionais foi comum. Além da Argentina em 1916, o Brasil fez uma série de atividades em 1922, que incluíram o VI Campeonato Sul-Americano e as Taças Rio Branco e Rodrigues Alves, contra Uruguai e Paraguai, respectivamente. O Uruguai no seu centenário sediou a Primeira Copa do Mundo da FIFA.

31 A própria fundação da CBD já mostra o peso que o futebol tinha naquele momento, e a necessidade de uma entidade que pudesse representar o país internacionalmente, acima dos interesses regionais. No mesmo encontro foi criado o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), responsável pelas delegações que iriam às Olimpíadas.

32 Participaram da sessão: os representantes da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, da LMEA, do Automóvel Clube Brasileiro, da Comissão Central de Concursos Hípicos, do Clube Ginástico Português, do Iate Clube Brasileiro e do Aeroclube Brasileiro (SARMENTO, 2006).

33 A crise entre a recém-formada FBE e a LPF agravou-se em 1914, quando a entidade nacional decidiu entregar à dissidente paulista APEA a definição, junto com a carioca LMEA, dos jogadores que iriam disputar a primeira edição da Copa Roca, contra a Argentina (competição que será retomada ainda neste capítulo).

34 A questão só foi de fato resolvida no final da década de 1930, já que a postura inicial da CBD contra o profissionalismo declarado em 1933 levou à uma nova ruptura e à formação de uma outra Liga, unificada em 1937 (MAGALHAES, 2010).

mesmo mês, o Brasil aprovava definitivamente o estatuto da CBD, e conseguia que a entidade fosse reconhecida provisoriamente pela FIFA (a aceitação definitiva viria em 1923).[35]

O fortalecimento da CBD e do futebol como esporte popular no país ocorreu com a organização do III Campeonato Sul-Americano no Rio de Janeiro, em 1919.[36] Foi neste evento, quando a seleção conquistou seu primeiro título na competição, que a torcida comemorou pela primeira vez euforicamente um título nacional e:

> ...para além dessas disputas políticas, a realização do torneio confirmou muitas das expectativas de seus idealizadores. Primeiro, porque o esporte reafirmou sua condição de meio de expressão das construções imaginárias acerca da identidade nacional. Intelectuais, artistas e políticos, como o escritor Coelho Neto, manifestaram-se favoravelmente à disseminação da prática desportiva como elemento de ascensão social e de realização das aspirações e projetos relacionados à construção da identidade nacional brasileira. Em segundo lugar, porque o caráter lúdico e popular do futebol foi fortalecido. A presença do público nos jogos surpreendeu os organizadores e os delegados das demais nações representadas, evidenciando a lenta, porém irreversível, tendência de popularização de um esporte elitista em seu nascedouro (SARMENTO, 2006, p.20).

Uma das formas da CBD consolidar seu poder como entidade nacional, e de gerar algum tipo de recurso econômico para a entidade, foi a realização de campeonatos nacionais. O modelo definia a disputa entre seleções de cada estado, que se enfrentaram entre si e depois haveria uma final com os melhores de cada região. Portanto, não eram os clubes que participavam do novo torneio, o que representava uma clara tentativa da entidade de diminuir o poder das ligas estaduais.[37]

Já na Argentina, o caráter institucional do futebol se desenvolveu de forma diferente. O processo de centralização em uma entidade única foi anterior ao do surgimento das ligas regionais e locais.[38] A AFA tem suas origens em 1893, quando surge como The Argentine Association Football.[39] Seu nome foi alterado em 1903 para Argentine Football Association, e novamente em 1912, para Associación Argentina de Football. Neste mesmo ano a entidade associou-se à FIFA, e desentendimentos referentes à troca de jogadores entre os clubes levou à criação da dissidente

---

35 A CBD considerava sua data de fundação o ano de 1914, e por isso em 1964 organizou-se a "Taça das Nações", um torneio celebrando os 50 anos da entidade. Apesar de ocorrer durante a ditadura, foi definido antes do golpe. Participaram do torneio as seleções do Brasil, da Argentina, de Portugal e da Inglaterra. A Argentina consagrou-se campeã ao vencer a seleção brasileira, o que gerou constrangimento para a CBD frente ao novo governo civil-militar.

36 A data original era 1918, mas com o surto de febre amarela na cidade a competição teve que ser adiada.

37 Um campeonato brasileiro oficial, envolvendo clubes de todas as regiões do país e organizado pela CBD foi realidade somente em 1971. Em 2010 a CBF reconheceu os clubes campões dos torneios Taça Brasil (1959 a 1968), e Roberto Gomes Pedrosa (1967 e 1970) como campeões brasileiros, igualando estas competições às realizadas a partir de 1971.

38 Existem ligas locais na Argentina, algumas filiadas à AFA, porém elas não possuem o mesmo poder político que no Brasil. Na primeira divisão existem apenas dois campeonatos anuais, sem o modelo de torneios regionais como conhecemos. É importante destacar que no Brasil a CBF organiza apenas os torneios nacionais, porém seu calendário respeita os regionais, responsabilidade de cada entidade estadual.

39 As primeiras associações foram nomeadas em inglês em função da influência dos britânicos na difusão do futebol no país.

Federación Argentina de Football, que organizou um campeonato paralelo até 1914, quando se fundiu com a primeira entidade.[40]

Em 1919, novamente os conflitos entre os clubes levaram ao rompimento. A ameaça do profissionalismo fez com que quinze dos vinte clubes membros criassem a Associación Amateurs de Football, e outra vez um campeonato paralelo. A situação prolongou-se até 1926, quando de novo houve a fusão das duas associações após a intervenção direta do então presidente da República Marcelo Torcuato de Alvear (1922-1928), agora com o nome de Associação Amateur Argentina de Football. Em 1931, com a profissionalização surgiu a Liga Argentina de Football, e novamente o futebol do país encontrava-se dividido, com a antiga entidade renomeada como Asociación de Football Amateurs y Profesionales. Finalmente as duas associações fundiram-se em 1934, dando forma definitiva à AFA[41].

Segundo Gustavo Albano Abreu, até 1939 apenas os clubes que estavam no máximo a oitenta quilômetros da cidade de Buenos Aires poderiam participar dos campeonatos organizados pela AFA:

> La incorporación, por méritos deportivos, de los clubes Newell's Old Boys y Rosario Central de la ciudad de Rosario (situada a 300 kms. de la Capital Federal) en 1939, fue el primer acto de apertura de la AFA hacia los clubes indirectamente afiliados. Luego se sumaron Unión y Colón de la ciudad de Santa Fe en 1940 y 1948 respectivamente, entre las excepciones más relevantes que se pueden contabilizar (ABREU, 2012, s/n).

A partir de então, os clubes de outras regiões se associaram, mas não houve, como no caso brasileiro, as disputas entre entidades regionais. A identidade popular era principalmente a identidade do bairro, e o futebol passava por ela. Com isso houve o surgimento de uma grande quantidade de clubes atrelados a esta lógica local, que cresciam e tornavam-se parte das competições nacionais, mas que também continuavam, muitas vezes, com seu caráter localista. Na Argentina, a institucionalização do futebol se deu, portanto, através de uma entidade com caráter nacional, mas que de fato representava apenas os clubes da capital federal Buenos Aires e de suas proximidades:

> En esa época, el fútbol era en Buenos Aires, el gran Buenos Aires, La Plata y Rosario, un espectáculo multitudinario, una pasión barrial y ciudadana, y la práctica del amateurismo marrón estaba muy extendida. El enfrentamiento entre las asociaciones del fútbol organizado no sólo estaba vinculado a esta práctica económica sino a la oposición de los clubes de Buenos Aires y La Plata con las asociaciones del interior del país. El enfrentamiento culminó con la introducción del profesionalismo en 1931, impulsado por los clubes más ricos que tenían más asociados y recursos, y la formación de la Liga Argentina de Football que nucleó a los clubes más importantes. (…) Los clubes del Interior, pese a formar parte de la Asociación a través de la afiliación de las diferentes ligas, quedaron marginados de este proceso por su escaso poder económico. El interior del país quedó así relegado y pasó a funcionar como semillero para los clubes ricos (ARCHETTI, 2000, pp.229-230).

40 Como era costume, a FIFA reconhecia apenas uma das Associações, a que já era sua afiliada.
41 www.afa.org.ar, site consultado no dia 13/08/2011.

Tanto no Brasil como na Argentina, com a popularização do futebol o chamado "amadorismo marrom" passou a ser uma prática comum em todo o mundo: oficialmente os atletas não eram contratados pelos clubes, mas recebiam diversas formas de recompensa por suas atuações. Era comum também a contratação de alguns jogadores como operários ou empregados de uma fábrica que não frequentavam, dedicando-se exclusivamente ao futebol (FRYDENBERG, 1999). Outro ponto importante foi a "fuga" de jogadores para o exterior. A Itália foi um dos principais destinos, principalmente de jogadores argentinos e paulistas, descendentes de italianos e por isso com a cidadania dupla (AGOSTINO, 2002).[42]

Foi neste contexto que, em todo o mundo, começou-se a discutir a profissionalização ou não do futebol. De uma maneira geral, foi uma questão conflituosa, que gerou rupturas e ausências entre os clubes nos âmbitos nacional e internacional. A Inglaterra, por exemplo, uma das pioneiras em adotar o profissionalismo, ausentou-se durante anos de torneios internacionais que exigiam o amadorismo para a participação das seleções, como era o caso dos Jogos Olímpicos.[43]

Também marcou as primeiras décadas do futebol internacional a disputa no que diz respeito à profissionalização do esporte, que ao menos no caso latino-americano envolvia diretamente os interesses da elite que o praticava e o dirigia. No Brasil, a disputa entre profissionalismo e amadorismo também foi marcada pela tentativa dos clubes de elite de controlar a popularização do esporte. Os principais clubes do Rio de Janeiro e São Paulo defendiam o amadorismo e a manutenção do futebol no espaço limitado das elites nacionais.[44] Com a prática cada vez mais comum e as proporções que as partidas e campeonatos ganhavam, tornou-se impossível controlar o "amadorismo marrom" (MAGALHAES, 2010). O conflito levou à saída de alguns clubes, como os cariocas Clube de Regatas Flamengo e o Fluminense Futebol Clube, e o paulista Clube Athletico Paulistano, de suas ligas regionais, e a fundação de nova entidades, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Com a profissionalização na Argentina, em 1931, e no Uruguai, em 1932, a pressão aumentou. As próprias disputas regionalistas marcaram o conflito, e impediam uma solução por parte CBD, que era contra a profissionalização. Após o fracasso na Copa de 1930 e a crise pela questão do profissionalismo entre os clubes, em 1933 ele tornou-se uma realidade no futebol brasileiro.

---

42 Outros casos citados pelo autor são o do Vasco da Gama que em excursão pela Europa "perdeu" dois de seus jogadores, Fausto e Jaguaré, que aceitaram a oferta do espanhol Barcelona e não retornaram ao Brasil; e o do argentino Boca Juniors, cujo jogador Luisito Monti, vice-campeão na Copa de 1930, foi contratado pelo Juventus de Turim.

43 Outra questão que influenciou a ausência da Inglaterra de competições organizadas pela FIFA durante anos (entre as décadas de 1920 e 1950, quando esteve fora da entidade) foi a questão da representação nacional. Tanto o COI como a FIFA não aceitavam que Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, que compunham o Reino Unido, fossem representados separadamente. Até hoje este é um problema que enfrentam tais seleções. A FIFA cedeu, porém o COI continua considerando apenas a seleção do Reino Unido no futebol. Nas Olimpíadas de Londres em 2012 a questão recebeu destaque mais uma vez. Como sede, os ingleses aceitaram organizar uma seleção britânica para participar da competição futebolística.

44 No período da profissionalização, os principais clubes cariocas eram o Clube de Regatas Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama e o Fluminense Futebol Clube; em São Paulo, o Palestra Itália, o Sport Club Corinthians Paulista e o Clube Athlético Paulistano.

Com o não reconhecimento do mesmo pela CBD, as ligas dissidentes do Rio de Janeiro e São Paulo (Liga Carioca de Futebol, LCF, e APEA, Associação Paulista de Esportes Atléticos) formaram novamente a Federação Brasileira de Futebol, enquanto a CBD apoiou a formação da Federação Paulista de Futebol. O conflito teve consequências na seleção brasileira enviada para a Copa da Itália em 1934, que não contou com jogadores filiados a LCF, APEA ou FBF, ou seja, os jogadores profissionais. Somente em 1937 a CBD reconheceu o profissionalismo e absorveu a FBF, o que significou também a unificação das ligas do Rio de Janeiro (com a Liga de Futebol do Rio de Janeiro e posteriormente, em 1941, a Federação Metropolitana de Futebol)[45] e de São Paulo (Liga Paulista de Futebol, que em 1941 tornar-se-ia a atual Federação Paulista de Futebol).

No caso da Argentina, o fim do amadorismo ocorreu como resultado de uma greve dos jogadores, que exigiam a liberdade para trocar de clubes sem a autorização dos mesmos. Em 1931, durante a ditadura liderada por José Felix Uriburu (1930-1932), apesar do estado de sítio declarado, os jogadores em greve marcharam até a casa de governo para apresentar ao presidente suas reivindicações. Os atletas foram atendidos por um funcionário designado pelo mandatário, o prefeito Guerrico, que ao reunir-se com os presidentes dos clubes, associou a greve à questão do profissionalismo, e assim forçou sua definição (FRYDENBERG, 1999).

Os conflitos não cessaram, alguns clubes se recusavam a pagar seus jogadores, e as disputas atravessaram a década de 1940. O conturbado clima político do país, com sucessivos golpes e interrupções de governos, impedia ações diretas no esporte por parte do Estado, e o profissionalismo das diversas categorias foi afetado. Em 1944 foi criado o sindicato Futebolistas Argentinos Agremiados (FAA).[46] Dois anos depois, em 1946, Juan Domingo Perón chegou ao poder, colocando em prática uma política oficial de esporte, associada à política social do governo. Os projetos e mudanças não foram suficientes, e em 1948 os jogadores, através do sindicato, iniciam uma nova greve no futebol nacional. O campeonato da primeira divisão foi cancelado, e somente em 1949 os atletas voltaram a campo, após garantirem o reconhecimento do FAA, o pagamento das dívidas dos clubes e a livre contratação (GONZALEZ, 1996). Portanto, se por um lado a disputa no caso brasileiro se deu principalmente entre as entidades responsáveis pelo futebol (no âmbito regional e entre estas e a CBD), no caso argentino a tradição de centralização da AFA fez com que os jogadores atuassem através de outros espaços.

Devemos pensar também o papel do Estado em ambos os casos. O papel de mediador que muitas vezes tiveram as diversas esferas do poder público – prefeitos, ministros, governadores, presidentes, etc.-, de fato ocorreu por interesse dos demais atores envolvidos nos conflitos. Jogadores, entidades e clubes, frente ao impasse, foram à procura deste mediador, o que, a longo prazo, significou a

45 Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a Federação Carioca de Futebol e a Federação Fluminense de Desportos se unificam na atual Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.
46 No Brasil, o primeiro sindicato do futebol foi criado em 1939, no Rio de Janeiro, mas não aparece na bibliografia nem nas fontes trabalhadas, como no caso argentino.

abertura para a entrada do poder público (que tinha interesse em participar de tais relações) como novo ator no espaço político esportivo que se configurava.

Logo, ambas as associações, AFA e CBD, se consolidaram no mesmo período, com o fim do amadorismo no futebol e o início de um modelo nacional de intervenção estatal e incorporação das massas populares como atores políticos. Uma das consequências desta nova relação que se estruturava foi a intervenção direta do Estado no esporte. Enquanto no Brasil a CBD conseguiu manter certa independência até 1975, quando com a saída de João Havelange, em 1974, a ditadura civil-militar nomeou o Almirante Heleno de Barros Nunes para o cargo de presidente da entidade, as interferências na AFA foram mais comuns. Durante a greve de 1948, por exemplo, a primeira dama Eva Perón se posicionou a favor dos jogadores, o que foi essencial para o êxito do movimento, e significou também o afastamento do então presidente da AFA, Oscar Nicolini, que estava a favor dos dirigentes dos clubes. Contudo, intervenções frequentes ocorreram a partir da ditadura governada por Juan Carlos Onganía (1966-1970) até a chegada do atual presidente Julio Grandona em 1979 durante o auto-denominado *Processo de Reorganização Nacional* .[47]

> Esa es la historia de un fútbol que los militares podían controlar sin temor a sufrir represalias de la FIFA. Después vendrían las intervenciones en democracia desde el ex Ministerio de Bienestar Social a cargo de José López Rega. En total, hubo nueve dirigentes al frente de la AFA en ocho años (1966-1974). Todos puestos a dedo. De esa inestabilidad institucional se pasó, golpe mediante, al largo período de Grondona como presidente. Entre aquellos interventores y él, apenas hubo un par de elegidos: el peronista David Bracutto y Alfredo Cantilo, un hombre funcional al vicealmirante Carlos Lacoste.[48]

Como vimos, desde o final do século XIX e nas primeiras décadas do XX houve intervenções de presidentes, ministros e representantes estatais, mas foram esporádicas e sem um caráter de política nacional. Foi também o período de consolidação das entidades nacionais do futebol, que em determinados momentos viram no Estado um mediador nos conflitos de cada país. Porém, a partir das décadas de 1930 e 1940, no novo cenário que se desenhava no futebol brasileiro e argentino, os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, com suas políticas de incentivo ao esporte, tiveram um papel essencial: "El deporte operó así sobre la articulación de las modalidades y los mecanismos de consenso civil y político porque se trata de un conjunto de emociones, necesidades y subjetividades relacionadas con las modalidades narrativas de un sentimiento patriótico" (ALABARCES e RODRIGUEZ, 1997).

Durante os primeiros governos de Vargas (entre 1930 e 1945), o futebol tornou-se de fato um elemento do Estado na construção de um modelo nacional. Se a Copa de 1934 foi um fracasso, em

---

47 Em 1976 na Argentina, após o golpe civil-militar, a Junta de Governo retirou o então presidente da AFA e colocou em seu lugar Alfredo Francisco Cantilo.

48 "La AFA modelo 69", Jornal *Pagina12*, 29/05/2009. O primeiro interventor foi **Arturo A. Bullrich, em 1956.**

1938 a participação foi vivida de forma diferente pelos brasileiros (SCHER e PALOMINO, 1988). Pela primeira vez os jogos eram transmitidos pelo rádio, um veículo de comunicação importante para o regime varguista. O presidente recebeu a seleção antes da viagem, incentivou seu clamor mesmo após a derrota, e de fato "o futebol assumia uma função crucial nos valores ideológicos governamentais. A presença de negros na seleção era apresentada como símbolo da democracia racial" (AGOSTINO, 2006). Neste quadro, os estádios de futebol também foram apropriados, e tornaram-se importante espaço de comícios do presidente, como o São Januário, no Rio de Janeiro, e o Pacaembu, em São Paulo.[49]

Na Argentina, durante o governo de Perón os esportes tornaram-se parte do projeto estatal de inserção social: "la deportiva estaba inmersa dentro de las políticas sociales, junto con los correlatos educativos, laborales, de salud y hasta turísticos, y en la nueva Constitución de 1949 se incluyó el derecho constitucional a la cultura, que también integraba a la cultura física" (ANTUNEZ e MIRANDA, 2006, p.2). O regime organizava os anuais campeonatos de Futebol Evita, com mais de cem mil crianças em todo o país, em que os vencedores eram premiados pelo casal presidencial (AGOSTINO, 2002).

Apesar da seleção argentina de futebol não participar de nenhuma Copa do Mundo durante os primeiros peronismos (1946-1955), eles ganharam três Sul-Americanos e mantiveram a tradição de disputas de Taças com seus principais rivais regionais, Brasil e Uruguai.[50] Porém, de fato foi através dos clubes que o governo se envolveu no espaço futebolístico: "investindo na construção, ou reforma, de estádios de capacidade média para os principais clubes do país, o governo Perón sustentou a possibilidade de tornar qualquer jogo uma missão difícil, às vezes quase impossível, para os visitantes" (AGOSTINO, 2002, p.165).

Nesse sentido, uma questão essencial para ambos os países foi a construção de estádios. No início do século XX, entre as exigências da AFA para um clube participar da liga oficial estava ter uma arena própria, o que significou um grande número de estádios particulares, sendo que entre os que hoje possuem capacidade para mais de 30 mil pessoas, o primeiro foi construído por alguma ramificação do poder estatal apenas em 1975.[51] A AFA exigia ao menos uma pequena tribuna, normalmente para os

---

49 É interessante considerar neste caso que o São Januário é um estádio privado, que pertence ao Vasco da Gama, enquanto o Pacaembu é público, propriedade do município de São Paulo.

50 A ausência da seleção argentina nas Copas do Mundo entre 1934 e 1958 será tratada no próximo capítulo. Nesta instância, é interessante pensar que durante seus dois governos (três mandatos), Perón governou somente parte de uma Copa do Mundo com participação de seu país. No primeiro mandato, entre 1946 e 1955 (reeleito em 1952 para governar até 1958, interrompido por um golpe de estado), os argentinos não disputaram nenhuma das Copas realizadas. Em 1974, na Copa da Alemanha, a Argentina compareceu, porém Perón faleceu em primeiro de julho daquele ano, e o evento ocorreu entre os dias 13 de junho e 7 de julho, sendo o último jogo da seleção no dia 03 de julho.

51 Trata-se do Estádio Municipal de Comodoro Rivadavia, na cidade de mesmo nome na província de Chubut, que não foi sede da Copa de 1978.

sócios, mas a torcida também era considerável. O caráter intimista da equipe local fez com que o número de torcedores nas ligas argentinas sempre fosse considerado alto. Isso estimulava não só a popularidade do esporte, mas os interesses econômicos e políticos no mesmo. Os clubes eram espaços de sociabilidade, não apenas de futebol.

A questão dos estádios de futebol é fundamental para compreender a formação social do futebol no Brasil e na Argentina. Neste caso, consideramos os clubes que possuem capacidade para mais de trinta mil torcedores.[52] Na Argentina, dos vinte e seis estádios, apenas seis não pertencem a algum clube, ou seja, são propriedade de algum poder estatal (provincial ou municipal). Entre eles, três foram construídos para a Copa de 1978. No Brasil, dos trinta e cinco estádios correspondentes a tal critério, vinte e três pertencem ou foram construídos por esferas estatais.[53] Destes, catorze foram construídos durante o último regime civil-militar, como veremos ao longo deste trabalho.

Mesmo com a exigência de um estádio para os jogos no início do século XX, na Argentina o fenômeno da construção de grandes estádios ocorreu a partir do final da década de 1930, como no Brasil. O impacto da profissionalização transformou as relações e o próprio mundo futebolístico, e, como consequência, mais interessantes para o público, que entendia a participação estrangeira como um aumento na qualidade técnica das partidas. O torcedor já incorporava a ida aos estádios como parte de seus momentos de lazer, e a bilheteria arrecadada tornou-se uma importante fonte de renda para os clubes. O mercado ao redor do futebol crescia e se desenvolvia, e não demorou muito para os clubes perceberem a vantagem de ter estádios próprios e com capacidade para muitos torcedores. O espaço futebolístico se transformava a cada dia, tornando-se mais complexo e abrangendo cada vez mais setores da sociedade.

IV - Considerações finais

A partir da década de 1950, com o profissionalismo consolidado nos principais países capitalistas e com as novas relações desenhadas no mapa mundial esportivo, a nova grande mudança ocorreria a partir do Brasil.[54] Em janeiro de 1958, João Havelange assumiu como presidente da CBD

52 Este é usualmente o parâmetro usado tanto pela AFA como pela CBF em suas estatísticas.

53 Neste caso estão incluídos o Estádio João Havelange (conhecido como Engenhão), Rio de Janeiro (RJ), Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (Arrendado pelo Botafogo de Futebol e Regatas); e o Estádio Elmo Serejo Farias (Boca do Jacaré), Taguatinga (DF), Governo do Distrito Federal (Arrendado pelo Brasiliense Futebol Clube).

54 Nos países comunistas, o esporte permanecia como amador. Sobre este tema, ver os trabalhos de EDELMAN, Robert "Moscow 1980: Stalinism or Good, Clean Fun?" In TOMLINSON, Alan e YOUNG, Christopher (org). *National Identity and global sports events – culture, politics and the football world cup*. Albany: State University of New York Press, 2006; e VASCONCELLOS, Douglas Wanderlei. *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

em meio a uma *crise do futebol brasileiro*,[55] e quando se retirou em 1975, a seleção brasileira era tricampeã do torneio.

A chegada de Havelange simbolizou uma significativa mudança no futebol brasileiro, que já era o principal esporte para a CBD, e o fim da geração de dirigentes que transformou o espaço esportivo brasileiro com o profissionalismo. As novas diretrizes eram, principalmente, conseguir a primeira vitória na Copa do Mundo. Havelange mudou também a própria estrutura da CBD, que passou a funcionar com uma lógica de geração de lucro através dos esportes.[56] Foi juntando estes dois objetivos que o novo dirigente investiu em muitos amistosos da seleção, aumentando a arrecadação da entidade, o que também foi feito através de empréstimos a longo prazo com a Caixa Econômica Federal e, após o êxito internacional com a conquista do tricampeonato na Copa De 1970, com publicidade. Como vimos, a transformação feita por Havelange não se limitou à CBD e ao esporte brasileiro, foi também posteriormente para a FIFA.

Entretanto, se internamente os dirigentes e jogadores disputavam os interesses do esporte, exteriormente o objetivo era comum: a vitória da seleção nacional. Desde o primeiro momento, o futebol foi marcado pela questão da representação da pátria pelos jogadores em campo. E apesar do controle da história e da memória do futebol que a FIFA procura ter desde sua fundação, as seleções nacionais já organizavam confrontos entre si e disputavam seu orgulho em batalhas nos estádios antes mesmo da institucionalização esportiva.

Na América do Sul, os jogos entre as novas entidades recém-criadas ocorreram antes mesmo da fundação da FIFA. Em 1901, por exemplo, os argentinos jogaram sua primeira partida internacional contra os uruguaios, em Montevidéu. Já o primeiro jogo internacional oficial da seleção brasileira foi contra a Argentina no que ficou conhecido posteriormente como Copa Roca, torneio organizado pela primeira vez em 1914. Idealizado pelo ex-presidente e então Ministro das Relações Exteriores argentino Julio Argentino Roca, foi nomeada em sua homenagem. O torneio se resumia ao enfretamento entre Brasil e Argentina, e foram onze edições até 1976, quando foi interrompido. Em 2011 a AFA e a CBF retomaram a competição, renomeada como Superclássico das Américas, com uma segunda edição em 2012, ambas vencidas pelos brasileiros.

Este tipo de partida foi comum ao longo do século XX, como forma de integração entre países. No caso do Brasil, disputas semelhantes foram feitas com o Uruguai (a Taça Rio Branco),[57] com o

55 A crise era consequência do fracasso nas Copas do Mundo até então, principalmente nas edições de 1950, no Brasil e 1954, na Suíça.

56 Esse tema será retomado ao longo da tese, no período de Havelange na CBD na época da ditadura e posteriormente, na presidência da FIFA durante a Copa de 1978.

57 A primeira edição deveria ter ocorrido em 1922, no marco das comemorações do centenário da independência do Brasil. Porém, após a insatisfação da Federação uruguaia com a atuação de um juiz durante o VI Campeonato Sul-Americano que ocorreu no Rio de Janeiro no mesmo ano –alegando que o árbitro tentava beneficiar os brasileiros ao favorecer o Paraguai-, a Taça foi cancelada. Somente em 1931 ocorreu a primeira disputa, e foram no total de dez edições, até 1976.

Paraguai (Taça Rodrigues Alves em 1922 e depois Taça Oswaldo Cruz entre 1950 e 1976, com oito disputas), e com o Chile (Taça Bernardo O'Higgins, entre 1955 e 1966, disputada cinco vezes) (ASSAF e NAPOLEÃO, 2006).

Entre Argentina e Uruguai foram diversos os torneios, o que refletia o destaque das duas seleções no cenário regional das primeiras décadas do século XX. O primeiro foi **a** Copa de Caridad Lipton, disputada 29 vezes entre 1905 e 1992, no início quase anual, mas ao longo dos anos foi tornando-se esporádico, sendo as duas últimas edições em 1976 e 1992. Seu nome é uma homenagem ao inglês Thomas Lipton, quem doou a taça do evento. Outra disputa foi Copa Newton, cujo primeiro encontro foi em 1906, e foi jogada 27 vezes até sua última edição, em 1976. Também foram organizados eventos deste tipo com outros países, como a Copa Marechal Ramón Castilla, disputada com o Peru, com apenas três edições, em 1972, 1976 e 1978; e a Copa Carlos Dittborn, contra o Chile, disputada nove vezes entre 1962 e 1976.[58]

Portanto, apesar das tentativas da FIFA em centralizar seu poder e seu controlo sob o futebol mundial, o que de fato ocorreu ao longo dos anos, o caso sul-americano permite ver que estas relações são permeadas por constantes confiltos. Os casos de Brasil e Argentina, os dois maiores vencedores de títulos a FIFA na América do Sul, permitem compreender as origens de conflitos políticos atuais no mundo futebolístico, e olhar de maneira mais crítica tais eventos e disputas.

Bibliografia

ABREU, Gustavo A. "El pobre federalismo del fútbol Argentino. Comparación con el sistema de competición de Brasil". In Revista de Derecho del Deporte, Buenos Aires: Información Jurídica Editores, abril de 2012, s/n. Disponível em: http://www.ijeditores.com.ar/articulos.php?idarticulo=48765&print=2.

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer – futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALABARCES, Pablo (org). *Deporte y Sociedad*. Buenos Aires: Eudeba, 1998; ARCHETTI, Eeduardo. *Masculinidades, Fútbol, tango y polo en la Argentina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2003.

ALABARCES, P. e RODRÍGUEZ, M. G. "Fútbol y Patria: La crisis de la representación de lo nacional en el fútbol argentino". Trabalho apresentado no North American Society of Sociology of Sport (NASSS) Conference Toronto, Canada, 5 al 8 de Noviembre, 1997, s/n.

ANTÚNEZ, M. e MIRANDA, N. E. "El deporte como política pública. Participación y representación femenina". In Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, UFSC, 28-30 de agosto, 2006

58 www.afa.org.ar. Site consultado em 15/10/2011.

ARCHETTI, E. "Fútbol: imágenes y estereótipos" In DEVOTO, F e MADERO, M. *Historia de la vida privada en la Argentina, tomo 3*. Buenos Aires: Taurus Ediciones, 2000

ASSAF, Roberto e NAPOLEÃO, Carlos Antonio. *Seleção Brasileira, 1914-2006*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

FRYDENBERG, Julio. "El nacimiento del fútbol profesional argentino: resultado inesperado de una huelga de jugadores". Trabalho apresentado no II Encontro de Esporte e Ciências Sociais Faculdade de Filosofia e Letras – UBA, 6 de novembro de 1999.

GASTALDO, E. e GUEDES, S. "De pátrias e de chuteiras". In GASTALDO, E. e GUEDES, S (org.) *Nações em Campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006.

GONZALEZ, S. S. "Perón y el deporte", In revista Todo es Historia, Nº 345, Buenos Aires, abril 1996.

GUTERMAN, Marco. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009

MAGALHAES, Lívia G. *Histórias do Futebol*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

MAXIMO, J. "Memória do Futebol Brasileiro". Revista *Estudos Avançados* – Dossiê Memória. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 13, n. 37, p.179-118, set./dez, 1999

MOURA, Giselle de Araújo, *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

NEGREIROS, Plínio. J. L. de C. "Futebol e Identidade Nacional: o caso da Copa de 1938". In: *Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

PEREIRA, Leonardo A. de M.. *Footballmania - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SCHER, A. e PALOMINO, H. *Fútbol: pasión de multitudes y de elites*, Buenos Aires: CISEA, 1988.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Futebol: uma paixão coletiva" In SILVA, F. C. T. da e SANTOS, R. P. dos (orgs). *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora e FAPERJ, 2006, vol 2.

SUGDEN, John e TOMLINSON, Alan. *FIFA and the contest for the world football: who rules the peoples' game?*. Cambridge: Polity Press, 1998. VASCONCELLOS, Douglas W. de. *Esporte, Poder e Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Gusmão, 2011. YALLOP, David A. *Como eles roubaram o jogo – segredos dos subterrâneos da FIFA*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

1.2 O MINISTÉRIO DA GUERRA NO GOVERNO JK: INSTABILIDADE E POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Karla Carloni*

Em comemoração aos 20 anos do Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense apresento no presente artigo parte das reflexões de meu doutorado realizado na referida universidade sob orientação do professor doutor Daniel Aarão Reis Filho, concluído em 2010. A trajetória de minha pesquisa nesses anos que integrei o NEC teve como objetivo desvendar a identidade da esquerda militar no Brasil na década de 1950 e 1960, sobretudo às vésperas do Golpe Civil-Militar de 1964[1]. Para tanto, pesquisei a trajetória política e militar do ex-ministro da Guerra e candidato à presidência da República, Marechal Henrique Teixeira Duffles Lott. O oficial se tornou símbolo do nacionalismo militar ao liderar o contragolpe de 11 de novembro de 1955 que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República respectivamente (CARLONI, 2012).

No artigo, destaco a atuação de Henrique Teixeira Duffles Lott no Ministério da Guerra durante o governo de JK (156-1960) e, principalmente, demonstro como apesar da aparente estabilidade do governo de Juscelino, as Forças Armadas, sobretudo o Exército, foram marcadas por conflitos e disputas políticas que repercutiram no cotidiano da República. A polarização se dava, sobretudo, entre militares defensores dos ideais nacionalistas, que compreendiam ser a autonomia política e econômica o caminho para a superação do subdesenvolvimento e a ampliação dos direitos sociais e, em lado oposto, reuniam-se os setores conservadores, composto principalmente por oficias anticomunistas e defensores do liberalismo econômico e do alinhamento ideológico aos Estados Unidos. Neste sentido destaco que as Forças Armadas no período que antecede ao golpe civil-militar de

---

* Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. O artigo é versão reduzida e adaptada de capítulo do livro CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Lott*: a opção das esquerdas. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2014.

1 Sobre a esquerda militar, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. SILVA, Helio. *A vez e voz dos* vencidos: militares X militares. Petrópolis: Vozes, 1988. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 6a ed. MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1994. CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002. _____. *Militares e militância. Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: UNESP, 2014. ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo". In: *Revista Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, ano 4, n.12, junho de 1999. VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: PPGH- UFRJ, 2010. CARLONI, Karla. "A esquerda militar no Brasil". *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. _____. *Militares e democracia no Brasil*: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2012. _____. *Op.Cit*. 2014.

1964 era composta por grupos heterogêneos e marcada por clivagens o que, por sua vez, exige do historiador um olhar muito mais apurado a respeito da identidade militar e a atuação de praças e oficiais na política nacional.

No plano político, os militares identificados com as teses nacionalistas se alinharam, sobretudo, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já as alas mais conservadoras se identificavam com a União Democrática Nacional (UDN). Apesar da "mão-de-ferro" do ministro da Guerra na condução da principal pasta militar, os quartéis não ficaram imunes a disputa de projetos de nação que marcou o debate político dos anos 1950 e a primeira década de 1960 e impulsionou a radicalização de direitas e esquerdas.

O Ministro da Guerra de JK

Em 31 de janeiro de 1956, contrariando a oposição e sob a garantia do Exército brasileiro, Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados no governo da República. Para maior descontentamento dos adversários civis e da ala militar mais conservadora, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, Lott foi mantido no Ministério da Guerra. JK estava certo de que o general seria um importante pilar do seu governo. Os acontecimentos recentes da história republicana brasileira demonstravam que o presidente não conseguiria governar à revelia das Forças Armadas. Lott, com pulso firme, enfrentou revoltas e resistências nos meios militares e, ao mesmo tempo, tornou-se figura de destaque no mundo político ao ser identificado pelas esquerdas da época como símbolo ideal do nacionalismo popular.

O governo Kubitschek foi marcado por tensões no âmbito civil e militar. As disputas ideológicas em relação ao futuro político e econômico do país dividiam a sociedade e promoviam a união entre civis e militares que rejeitavam ou exaltavam a herança nacionalista e trabalhista deixada pela carta-testamento de Getúlio Vargas. Os setores mais conservadores denunciavam o suposto perigo de que o país virasse uma "República Sindicalista" e as esquerdas adaptavam e ressignificavam os símbolos da Era Vargas. Exaltavam sobretudo o nacionalismo e as conquista das leis sociais. A memória política do presidente morto tornou-se um importante divisor de águas.

JK foi o único presidente civil que, durante o período democrático de 1945-1964, permaneceu no governo do início ao fim do seu mandato. A aparente estabilidade política conquistada, de acordo com Celso Lafer e Maria Victória Benevides, deveu-se à manutenção de um tripé estrutural: a aliança no Congresso entre os dois maiores partidos políticos da época, o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB; o apoio das Forças Armadas, principalmente na figura de seu ministro da Guerra, o general Henrique Lott; e uma política econômica conciliatória com as elites, por meio do Plano de Metas

(BENEVIDES, 1979). O que não excluiu, contudo, a instabilidade política como característica importante da Era JK. De qualquer forma, o país aprofundava a experiência democrática acompanhando com entusiasmo o crescimento econômico do país. Eram os "Anos Dourados".

Se por um lado a manutenção da frágil estabilidade política se dava pelo apoio da maioria do Congresso ao governo e pelas políticas conciliatórias do Plano de Metas e do Ministério do Trabalho, havia um outro lado da moeda, a coerção exercida pelo Exército. Na pasta da Guerra, Lott conduziu com rigidez a mais importante das forças militares, silenciando e dissipando dissidências e rebeliões de oficiais das três forças. O grupo militar que se consolidou no poder com o Movimento 11 de Novembro, em aliança com os atos do Congresso, foi pedra angular do governo de Juscelino, garantindo a efetiva implementação da política econômica do governo.

Nas frequentes mudanças ministeriais ocorridas durante o governo JK, Lott, apesar de inúmeros ataques à sua pessoa e de seu pedido, em janeiro de 1959, de transferência para a reserva remunerada, foi o único, juntamente com o ministro da Educação, Clóvis Salgado, que permaneceu no cargo do início ao fim do governo (BENEVIDES, 1979: 154-5).

A aparente estabilidade escondia a atmosfera tensa nos bastidores militares. Já na sessão solene de instalação do Congresso Nacional, a ausência de importantes autoridades militares repercutiu na imprensa. De acordo com o jornal *Correio da Manhã*, a solenidade contou somente com a presença do ministro da Guerra, do general Mascarenhas de Morais, do brigadeiro Álvaro Hecksher e de um general não identificado pela reportagem. "A Marinha de Guerra não mandou nenhum representante" (CORREIO DA MANHÃ, 17/03/1956: 13).

No mês seguinte, o general Juarez Távora enviou à imprensa uma carta criticando a permanência de Lott no Ministério da Guerra. Segundo o oficial, a participação do Ministro no episódio do 11 de novembro estaria causando a instabilidade militar e política que o país atravessava:

> Devo esclarecer, a bem da verdade, que [...] em recente encontro que tive com o sr. General Lott, abordando o tema da necessária harmonização das Forças Armadas, disse-lhe, com a lealdade e a franqueza que o momento e o assunto impõem, considerar sua permanência à frente do Ministério da Guerra, um dos grandes empecilhos à desejável tentativa de alcançar aquela harmonização, em virtude de sua atuação nos acontecimentos de novembro de 1955. (CORREIO DA MANHÃ, 15/04/1956: 15).

Lott não se abalava. Em 29 de junho expediu uma ordem do dia pelo aniversário de morte do "consolidador da República", marechal Floriano Peixoto. Seu discurso exaltava o regime democrático e a legalidade, enfatizando o papel do militar na República: o respeito à lei e à autoridade constituída como o verdadeiro caminho para a nacionalidade. O recado para os demais oficiais era claro:

> Seduções, intrigas, entusiasmos frenéticos de amigos e partidários de nada valeram para desviar o ínclito chefe do ideal republicano e democrático. Era homem da legalidade. Julgaria trair o seu passado, se usurpasse o direito inalienável previsto pela

> Constituição. É bem verdade que poderia reformá-la para justificar a sua continuidade no poder, mas, acima de qualquer motivo, estava uma límpida consciência de soldado e de cidadão (CORREIO DA MANHÃ, 29/06/1956: 03).

O ministro da Guerra montou um ministério com homens de sua confiança. Muitos deles pendiam para os ideais de esquerda e alguns pertenciam ao PCB. Apesar das inúmeras críticas de oficiais como Cordeiro de Farias, Castelo Branco, Ernesto Geisel e Juarez Távora, o critério de escolha do ministro era a defesa da democracia, da legalidade e dos ideais nacionalistas. Por contrariar os grupos mais conservadores, Lott foi acusado de ter politizado e protegido oficiais comunistas e ter perseguido a direita quando ministro[2].

O coronel de cavalaria anistiado Kardec Lemme, na época membro do Partido Comunista, fez parte do ministério. Lotado no próprio Ministério da Guerra, passavam por suas mãos boa parte dos pedidos de transferência de oficiais e suboficiais: "Eu era responsável por indicar ao Lott todos aqueles que deveriam ser transferidos ou não (...) Eu trouxe muitos companheiros do Sul e do Norte para servir nos postos estratégicos" (Entrevista concedida à autora, 31/07/2008). Ao ser questionado a respeito de sua colaboração na composição do quadro de oficiais auxiliares do ministro, Kardec explica o que seria a sua lealdade ao chefe político e a confiança depositada pelo ministro em oficiais com orientação política tão diferente:

> Lott era consciente de que, se não montasse um dispositivo militar com- prometido com o nacionalismo, ele seria esmagado pelo anticomunismo dos militares de direita. Lott sabia que podia contar conosco, oficiais que viviam e morreriam para defender o Brasil grande, como ele desejava (Entrevista concedida à autora, 31/07/2008).

Com orgulho o militante comunista compara seu grupo com os soviéticos da Batalha de Stalingrado, durante a II Guerra Mundial:

> Nós poderíamos fazer resistência a qualquer ação da direita, não porque éramos oficiais com capacidade superior ou tínhamos melhores condições técnicas, mas porque éramos resistentes. Por isso o meu grande amor pelo Lott. Ele sabia que éramos perigosos para os caras que queriam assumir o poder e não para o povo. Não sei se ele chegou a saber da minha filiação de carteirinha ao partido, pois isso já era uma coisa antiga, mas sabia do meu posicionamento político (Entrevista concedida à autora, 31/07/2008).

Os militares comunistas constituiriam um "serviço de espionagem" dentro do próprio Exército:

> Muitos oficiais, como o major do Paraná Joaquim Pires Cerveira, preso e morto durante o Regime Militar, passaram a informar o ministro a respeito da movimentação dos militares de direita. Podemos afirmar que foi montada uma verdadeira rede de

---

2 Ver, entre outros: FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate:* diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. FROTA, Sylvio. *IdeaisTraídos*: a mais grave crise dos governos militares narrada por um dos seus protagonistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *31 de março*: um movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2003. NETO, Lira. *Castelo*: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

> informações que mantinha o ministro informado" (Entrevista concedida à autora, 31/07/2008).

Contudo, o que unia oficiais de diferentes orientações políticas sob o comando do ministro da Guerra não era a ideologia política liberal ou o comunismo, embora o mundo vivesse a bipolaridade da Guerra Fria. A possibilidade de um Brasil emancipado política e economicamente, o que para muitos significava desenvolvimento social e manutenção do regime democrático, superou temporariamente as divergências ideológicas. Para Kardec, o general tinha "consciência clara" e "não tinha preconceito ideológico":

> Sua filha, a Edna Lott, vivia em minha casa e era o nosso principal contato com o Ministro. Ele não fazia restrições ao convívio dela conosco. Lott sabia que nós tínhamos capacidade de lutar e dar nossas vidas (Entrevista concedida à autora, 31/07/2008).

Durante o governo JK, a ascensão da imagem do general Lott como símbolo popular e representante dos ideais nacionalistas das esquerdas, e a presença em seu ministério de alguns oficiais ligados ao Partido Comunista, como o coronel Kardec Lemme, ou defensores de ideais progressistas, como o coronel Nemo Canabarro, causavam imenso mal-estar entre a oficialidade mais conservadora. Para muitos, o ministro, apesar de seus anos de experiência, estaria fazendo papel de "inocente útil". Estaria sendo usado para as causas subversivas e protegeria ingenuamente militares de esquerda, ao mesmo tempo que perseguia a direita militar.

> O general Lott, que não é comunista, mas se deixa envolver e soprar pelos militantes, simpatizantes e auxiliares do comunismo, ao contrário do general Estillac que é inarredável. É o centro de gravidade do próprio Tripé – Supremo Poder da República do Retorno, tão diferente da constitucional. O Exército, dividido, como o conjunto das Forças Armadas, não tem meios de reagir por uma crise de efeito psicológico do tipo da que resolveu o problema daquela vez. [...] a minoria comunista ou para-comunistas, além de ser extremamente ativa e tecnicamente organizada, está serrando de cima, recebendo o bafejo oficial e o exercício dos comandos.[3]

A atmosfera de instabilidade política era influenciada pela conjuntura mundial: o então chamado Terceiro Mundo, do qual fazia parte o Brasil, começava a questionar de forma contundente as relações desiguais no sistema internacional. JK, com o seu projeto desenvolvimentista, começava a dar forma ao que seria conhecido como Política Externa Independente, só consolidada no governo de Jânio Quadros. Os ambientes externo e interno ajudavam a insuflar as pretensões políticas das esquerdas.

Desde o levante de 1935, a vigilância no interior das Forças Armadas em relação à infiltração da perigosa "doutrina vermelha" fazia parte da agenda dos chefes militares. Tudo que destoasse da

---

3 *Diário Carioca.* 26 de outubro de 1956. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944- 1962). 492 - Comitê Antimil – Setor Militar.

ideologia defendida pela alta hierarquia militar era considerado subversivo e, portanto, possivelmente comunista.

O caráter clandestino das organizações de esquerda nas Forças Armadas e a dura repressão do Regime Militar inaugurado em 1964 dificultam o mapeamento desses grupos. O mais conhecido e não menos obscuro é o Antimil, fração nacionalista e militar do PCB. Encontram-se algumas referências a ele nas memórias de Nelson Werneck Sodré e de Jacob Gorender. Segundo pesquisas recentes de Paulo Ribeiro da Cunha, o setor tinha uma organização extremamente hierarquizada:

> (...) era composto por militantes do PCB inseridos nas Forças Armadas, e que foi, segundo algumas fontes, historicamente coordenado por Almir Guimarães e, mais recentemente, por Giocondo Dias – ambos participantes de 35 – (...) Entre várias abordagens pesquisadas, consta que em 1964 havia 10% dos oficiais e praças da corrente nacionalista, sendo alguns de patente superior. Concretamente, era uma fração bem pequena sob todos os aspectos, e amplamente minoritária, ainda que influente, abarcando todos os segmentos da hierarquia militar e, por razões de segurança, era mais que tudo segmentado e altamente compartimentalizado. Ao que parece, prevalecia internamente, em alguma medida, a mentalidade e a hierarquia militar, já que esse setor se subdividia em uma esfera de organização por armas (ainda que não necessariamente) e uma de assistência política direcionada aos soldados e praças. Uma outra, paralela, era direcionada aos sargentos e uma terceira, de oficiais, sempre com assistentes políticos dos partidos, em alguns casos, ex-militares participantes de 35 (CUNHA, 2002: 248-51).

De acordo com o mesmo pesquisador, a Aeronáutica foi a arma que mais forneceu generais à Antimil. Já a Marinha contava com aproximadamente 300 marinheiros e suboficiais militantes do Partido Comunista e o dobro de simpatizantes, sendo poucos os oficiais:

> Havia núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra, ao que parece, com uma discussão política intensa com muitas reuniões, que contavam com a presença de assistentes políticos, tendo, inclusive, um jornal clandestino interno intitulado Bandeira Vermelha, que chegou a circular com várias edições. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor AntiMil, junto aos marujos, para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém-adquiridos e prontos para serem incorporados à armada, não seguissem diretamente dos Estados Unidos para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos (CUNHA, 2002: 248-51).

Já no Exército existiam numerosas células de militantes do PCB, compostas, em sua maioria, por sargentos. E havia uma importante presença na Academia Militar de Agulhas Negras. Mas, se ser nacionalista de esquerda já era difícil, pertencer aos quadros do PCB era extremamente perigoso. A perseguição e a repressão eram intensas (CUNHA, 2002: 248-51). As organizações nacionalistas e comunistas, principalmente aquelas que contavam com integrantes militares, ficavam na mira das direitas. Os órgãos militares e civis com função de polícia ou li- gados à justiça eram utilizados como instrumento de monitoramento e coerção. Nos arquivos da Polícia Política e Social, por exemplo, é possível localizar informações, datadas de antes de 1964, a respeito de militares e organizações militares

suspeitos de serem comunistas.

No período referente ao governo JK, o próprio ministro da Guerra foi alvo de investigações.

Já no início da década de 1950, dossiês denunciam a presença de periódicos e panfletos "subversivos" nos quartéis. Havia uma persistente circulação dos ideais de esquerda, notadamente comunistas, entre a tropa, o que levantava a preocupação dos setores conservadores. Os jornais clandestinos eram um importante meio de disseminação de ideias e de cooptação de militares para a causa nacionalista e para o comunismo. Durante o governo JK, a atuação das esquerdas se intensificou.

O Boletim Reservado n. 64, de 11 de abril de 1951, e o Boletim Reservado n.120, de 4 de julho de 1951, denunciam o jornal comunista Guararapes, que circularia na Base Aérea do Recife "por ação do comitê ANTI-MIL organizado por comunistas". Já o Boletim Reservado no 91, de 23 de maio de 1951, denuncia ação clandestina de integrantes do Partido Comunista que fariam circular nas Forças Armadas o jornal União de Ferro. Este jornal, que "reapareceu nos quartéis", segundo o boletim, seria bastante antigo, tendo circulado até 1935, "quando teve ensejo de desempenhar, nos Quartéis, papel preponderante na disseminação do vírus comunista".

Destacam-se, nas edições mais recentes apreendidas do União de Ferro, a publicação de um manifesto de Prestes preconizando a criação de um "Exército Popular de Libertação Nacional".[4] Há ainda em outras edições do União de Ferro chamadas como: "Notícias Militares"; "Soldados e Marinheiros, defendamos Luiz Carlos Prestes! "; e "Os caixões de defunto da FAB". Este último denunciava, em novembro de 1951, acidentes envolvendo oficiais da FAB que pilotavam aviões de origem norte-americana, descritos como "ferro velho". Há ainda dossiês de pequenos jornais direcionados principalmente a praças e sargentos: O Patriota; O Libertador, O Alvorada: o jornal do soldado; Marinha Vermelha; O Soldado de Prestes. Questionavam o custo de vida e seus respectivos vencimentos, denunciavam a Guerra da Coreia, eram partidários das Campanhas pela Paz e criticavam o "imperialismo ianque" (APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). 30418 – Jornais comunistas nas Forças Armadas).

As denúncias sobre a presença de comunistas nas Forças Armadas eram constantes. Uma lista que figura em outro dossiê da DPS, sobre o período1944/1962 e formulada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento Federal de Segurança Pública, traz os nomes de militares indiciados como suspeitos de serem militantes comunistas. São praticamente todos do Exército. Na

---

4 Em agosto de 1950, o PCB lançou o *Manifesto de Agosto*, com forte inspiração maoísta pregava a formação de uma força militar inspirada no modelo chinês: "Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato e suas respectivas corpo- rações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país". CARONE, Edgard. *O PCB*: 1943 a 1964. v.2. São Paulo: Difel, 1982. Ver também: REIS, Daniel Aarão. "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964". *In:* _____. RIDENTI, Marcelo. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil.* Vol:V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002.

lista constam os nomes de 31 coronéis, 19 tenentes-coronéis, 40 majores, 43 capitães, 43 tenentes, 20 sargentos-cabos. Entre os oficiais citados está o nome do tenente-coronel Nelson Werneck Sodré. O texto que antecede a lista é enfático:

> Todos, enfim, possuem veementes de exercerem ou terem exercido atividades, se não comunistas, pelo menos ajustáveis dentro da linha de atuação do extinto, 'de jure', Partido Comunista Internacional – seção do Brasil. Existem nestas listas membros de entidades comunistas, organizações que funcionam sob nomes diversos, mas cujas finalidades são claramente as de colocarem em funcionamento o Partido Comunista em nosso País. [...] UM MILITAR, NA VERDADEIRA ACEPÇÃO DA PALAVRA, NÃO PODE SEQUER SER SUSPEITO. MAS, TODOS ESSES O SÃO (APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Casa dos Sargentos do Brasil. 20133)[5].

Entre maio e junho de 1956, a imprensa noticiou a anistia de oficiais e soldados da Aeronáutica presos e condenados por terem se envolvido em campanhas "subversivas" em defesa do monopólio estatal do petróleo, principalmente na cidade de Natal. Jornais de diferentes orientações políticas se posicionaram durante a tramitação do processo:

> *O Globo* 13/06/1956: "Justiça Militar: julgamento dos condenados da Aeronáutica: 12 militares entre oficiais e praças acusados de 'atividades subversivas'".
> *A Notícia* 27/06/1957: "Mantida a condenação dos oficiais envolvidos em atividades comunistas. Decisão ontem do Superior Tribunal Militar (...) organizações de células comunistas nos quartéis e fora dos mesmos, propaganda de origem comunista, exploração da campanha do petróleo com finalidade subversiva, na Base Aérea de Gravataí, no Rio Grande do Sul (...)".
> *Imprensa Popular* 23/06/1957. "Novo Julgamento dos Patriotas da FAB: (...) por terem participado da campanha nacional que empolgou o país em defesa do monopólio estatal do petróleo".
> *Imprensa Popular* 24/05/1856: "Caiu o processo-farsa da base aérea de Natal: o conselho de Justiça da Aeronáutica absolveu os vinte e nove cidadãos envolvidos no processo-farsa da Base Aérea de Natal (...). Os cidadãos civis e militares foram presos durante os famigerados inquéritos policial-militares sobre supostas atividades 'subversivas' nas Forças Armadas. Foram vítimas de violências inenarráveis. (...) Centenas de outros cidadãos, em diversas regiões do país, foram submetidos aos mesmos processos-farsa e às mesmas torturas. Quase todos, porém, foram absolvidos unanimemente pelos tribunais competentes – o que vem atestar o embuste de todos esses processos odiosos instaurados sob a direção do FBI americano, aqui representado pelo capitão ianque Bundy e assessorado pelo fascista Pena Boto (...) (APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). Inquérito Militar. 20165)

Políticos conservadores de direita e seus jornais aliados tinham papel importante ao denunciar a "infiltração da doutrina subversiva nos quartéis". Em agosto de 1956, o Tribuna da Imprensa publicou: "Lott favorece no Exército criação de brigada comunista: nomeou 13 oficiais com postos de comandos – Entregue pelo ministro ao PC quase uma Divisão" (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/07/1956 apud: APERJ – FUNDOS DPS).

Neste mesmo mês, o deputado Raimundo Padilha anunciou na Câmara dos Deputados que

5 Grifos da autora.

havia entregue ao ministro da Guerra um requerimento sobre a presença de comunista nos comandos do Exército no qual exigia explicações ministeriais. O general Henrique Lott não respondeu ao requerimento e, na época, os jornais publicaram a lista com os nomes de 17 oficiais, citando onde cada um estaria lotado (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/08/1956. APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962). 492 - Comitê Antimil – Setor Militar).

O clima de Guerra Fria gerava tensão. Enquanto Juscelino cuidava da economia do país, pondo em marcha seu plano quinquenal, e João Goulart administrava a pasta do Ministério do Trabalho, o general Henrique Teixeira Lott tentava controlar com mão de ferro as Forças Armadas. Lott era o braço armado de JK. A atmosfera militar oscilava com sua postura ao mesmo tempo intransigente e conciliatória. O general era incisivo na luta contra seus opositores mais radicais, principalmente os setores mais conservadores da Marinha e da Aeronáutica, e tolerava em seu ministério a presença de elementos ligados às esquerdas da época – embora fosse conhecida a sua posição contrária ao comunismo.

No início de 1956 estourou a primeira rebelião militar contra o governo. O movimento pode ser identificado como um sintoma da hostilidade das Forças de Mar e Ar ao novo presidente e seu ministro da Guerra. Seus integrantes temiam ser prejudicados nos acessos aos postos de comandos e às promoções, como efetivamente ocorreu ao longo do governo de JK. Na FAB um grupo de oficiais permaneceu radicalmente contrário à permanência do brigadeiro Vasco Alves Seco no Ministério da Aeronáutica. Em fevereiro, os oficiais Veloso e Lameirão lideraram uma revolta. Apoderam-se de um caça AT-11 no Campo dos Afonsos (RJ) e voaram rumo à base aérea de Jacareacanga, no Pará. O objetivo era liderar um movimento de resistência ao governo partindo das unidades militares da região norte do país.

Conhecido como Revolta de Jacareacanga, o movimento ganhou a adesão de grupos de oficiais da região e se estendeu de 10 a 29 de fevereiro. Foi reprimido pela união das três forças, embora oficiais da Marinha e da Aeronáutica tenham resistido a seguir os comandos de seus superiores para o combate à rebelião. Debelados, os líderes dos revoltosos obtiveram asilo político na Bolívia.

Mais tarde JK, concedeu anistia ampla e irrestrita aos revoltosos e a todos aqueles que cometeram atos revolucionários no período de 10 de novembro de 1955 a 1o de março de 1956. Era uma tentativa de evitar maiores atritos com os militares da oposição. A anistia não era somente para a oposição, militares enquadrados como comunistas também foram beneficiados. Um documento da "Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem" relaciona os nomes dos anistiados que haviam sido processados e condenados por serem considerados adeptos ou simpatizantes da doutrina de Moscou: são 118 militares, entre estes 16 oficiais e 62 sargentos ou ex-sargentos, além de 33 civis (DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 10/08/1956. APERJ. Inventário Preliminar – Fundo DPS (1944-1962).

492 - Comitê Antimil – Setor Militar).

A proposta de conciliação não rendeu frutos. No final de outubro de 1958, outra crise militar de grandes proporções abalou o governo. Nesse mês, por determinação de Juscelino Kubitschek, Henrique Lott substituiu interinamente o então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Correia de Melo, que se ausentou por conta de uma viagem aos Estados Unidos. O evento desencadeou uma série de graves desentendimentos entre o ministro da Guerra e o oficialato conservador da FAB que, desde novembro de 1955, nutria ressentimento pelo chefe do Exército. A crise na Aeronáutica teve início na própria solenidade de embarque do ministro da pasta para os EUA e a concomitante posse de Lott como interino. Alguns oficiais não compareceram à cerimônia e muitos dos presentes não cumprimentaram o novo titular. Era a forma de demonstrar o desagrado com a decisão de JK. Como reação, no dia primeiro de novembro Henrique Lott demitiu o brigadeiro Ivo Borges do seu cargo na Inspetoria Geral da Aeronáutica, justamente por não o ter cumprimentado na solenidade e, segundo os jornais da época, haver declarado: "pelo regimento militar não ser obrigado a cumprimentar o ministro depois de bater continência". O brigadeiro era o comandante, em novembro de 1955, da 4a Zona Aérea (SP), onde houve a maior reação ao Movimento 11 de Novembro. Era um dos mais antigos oficiais da FAB, um de seus fundadores, e fez parte do grupo pioneiro do Campo do Afonsos (JORNAL DO BRASIL, 02/11/1958: 4).

No dia 4 do mesmo mês, 42 oficiais da FAB endereçaram uma carta aberta aos brigadeiros que não compareceram à posse de Lott, enaltecendo-os e acusando o general de aproximação com os comunistas: "Carta aberta aos senhores brigadeiros que não compareceram à passagem do cargo de ministro da Aeronáutica:

> (...) A Força Aérea Brasileira parece ter sido vítima de uma trama solerte arquitetada nos moldes das ações características da técnica comunista, que procura desmoralizar, aviltar e corromper os homens e as organizações, onde a simples propaganda bolchevista não encontra o eco idealizado pelos dirigentes vermelhos.
> A atitude serena, nobre e dignificante que V.Exas, tomada de maneira reta, mas ostensiva, ao deixarem de cumprir a ordem superior de comparecimento ao ato de transferência da pasta da Aeronáutica, planejada e executada à revelia da classe e por iniciativa e responsabilidade do próprio ministro da Aeronáutica que saía a passeio, evidenciou de maneira insofismável, a todos os homens de bem da nossa organização militar e do Brasil, que há realmente na FAB um pugilo de chefes que cultuam a dignidade, reverenciam a honra e orgulham-se da prática dos postulados que distinguem a integridade dos homens que realmente são os condutores morais da organização a que pertencem (...) [V.Exas] revidaram a afronta feita a vários chefes da Aeronáutica (...).
> A espada que V.Exas utilizaram no revide a essa provocação entre irmãos foi, para galardão de todos os homens moralmente bem formados, a espada do patriotismo, que nunca corre o risco de manchar as mãos limpas de quem as empunha.[6]

6 Exmos. srs. tenente-brigadeiro Eduardo Gomes; tenente-brigadeiro Trompowisky; tenente-brigadeiro Duncan; major-brigadeiro Guedes Muniz; major-brigadeiro Althayr Rozsnyi; major-brigadeiro Ivo Borges; major-brigadeiro Carlos Brasil;

A reação de Lott foi imediata e rigorosa. No dia 6, os jornais noticiaram a comunicação de prisão da maioria dos oficiais que assinaram a carta em solidariedade aos brigadeiros. Segundo o Jornal do Brasil, "mais de 30 oficiais assinaram ontem a 'carta-aberta' endereçada aos brigadeiros, a maioria é de São Paulo. O documento está correndo nos estados e recebendo adesão, aproximadamente 80 assinaturas" (JORNAL DO BRASIL, 06/11/1958: 4). No mesmo dia em que Lott declarou a prisão dos oficiais, houve a cerimônia de formatura na Escola de Comando de Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) no Rio de Janeiro. Uma série de incidentes ocorreram: dezesseis oficiais não compareceram à solenidade; diversos alunos formandos não se apresentaram à entrega dos diplomas dos cursos; no único discurso da solenidade, o brigadeiro Carlos Rodrigues Coelho não citou o nome do general Lott (posteriormente expediu uma nota dizendo que cometeu um lapso); a vitrola com o "Hino dos Aviadores" não tocou na cerimônia, houve a suspeita de que os cabos foram cortados. Juscelino esteve presente ao evento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/11/1958: 1).

Ao longo da crise, alguns jornais seguiram noticiando, de forma exagerada, o número de prisões na Aeronáutica por ordem de Henrique Lott: "78 prisões até 24 horas de ontem na Aeronáutica", "Aeronáutica: 165 protestaram, 114 foram presos"; "Oficiais solidários 465; presos 200"; "300 presos e 500 adesões à carta aberta até ontem" (JORNAL DO BRASIL, 7, 9 e 12/11/1958; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/11/1958). O estardalhaço foi tanto que fez Lott ameaçar o jornal Diário de Notícias com a Lei de Imprensa por este "exagerar em números, nomes e fatos a crise na Aeronáutica, a fim desestabilizar as Forças Armadas" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/11/1958: 1).

Dos Estados Unidos, o brigadeiro Melo fez um pronunciamento criticando os oficiais que se envolveram nos atos de hostilidade à Lott e acusou-os de péssima educação: "Parece-me que há alguns oficiais muito mal-educados e talvez seja conveniente reiniciar a sua carreira militar, a fim de que apreendam um pouco de disciplina" (JORNAL DO BRASIL, 07/11/1958: 4). Em outra declaração sugeriu a necessidade de repreender os oficiais rebeldes:

> É evidente que há pessoas que pertenceram a alguns partidos políticos antes de ingressar na Força Aérea e que agora procuram criar transtornos. Pode ser necessário dar-lhes uma pequena sacudidela, mas tenho confiança de que a situação está dominada (JORNAL DO BRASIL, 08/11/1958: 1).

Ao longo dos dias, a crise tomou proporções maiores. Parte da Marinha declarou-se solidária aos oficiais da FAB. Em carta aberta aos brigadeiros, generais e almirantes, o almirante José Augusto Vieira acusou textualmente JK de alimentar a desunião nas Forças Armadas. Segundo o Diário de

---

major-brigadeiro Américo Leal; major-brigadeiro Armando Pinheiro de Andrade; major-brigadeiro Archimedes Cordeiro; major-brigadeiro Ismar Brasil; brigadeiro Márcio de Souza e Melo; brigadeiro Moss; brigadeiro Balloussier. *Diário de Notícias*. 5 de novembro de 1958. p.01.

Notícias, o almirante teria sido o único oficial da sua arma a comparecer, em 1956, à polêmica cerimônia popular que entregou uma espada de ouro a Lott. Na carta, o oficial culpa Juscelino de ser, de forma intencional, o responsável pela crise na FAB. Na interpretação do almirante, o presidente desejava vingar-se da crise de agosto de 1954 que levara ao suicídio de Vargas e, ao mesmo tempo, desestabilizar aquela força:

> (...) E porque é feito isso? [JK ter indicado Lott para a pasta da Aeronáutica]. É preciso punir mais ainda os autores do 24 de agosto, rebaixá-los, anestesiá-los, anulá-los para manobra futuras. (...)
> O antigo ministro não tinha necessidade premente de se ausentar do país, mas era necessário punir os promotores do 24 de agosto.
> Os que nessa época caíram retornaram ao poder, e agora que julgam consolidadas as suas posições, procuram o revide e ao mesmo tempo o amaciamento de brasileiros resolutos.
> E quem promove e provoca esse revide é o próprio chefe da nação, nomeando um novo ministro que por motivos óbvios jamais poderia assumir a pasta da Aeronáutica (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9-10/11/1958: 1).

No mesmo documento, o almirante alerta que a Marinha também seria atingida pela nefasta ação do presidente da República: "sofrerá e passará pelas mesmas humilhações que estão sendo impostas à sua coirmã, a FAB", pois o "11 de Novembro está ainda vivo na memória de todos". Assim, "desmoralizadas perante o povo, não podem as Forças Armadas inspirar-lhes aquilo que de menos poderiam almejar: respeito". Por fim, reclama que o atual chefe da Aeronáutica fora imposto pelo presidente da República (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9-10/11/1958: 1).

Aparentemente, a situação foi controlada com o retorno do ministro da Aeronáutica ao Brasil. Ao passar a pasta da Aeronáutica para o brigadeiro Melo, no dia 10 de novembro, Lott atribuiu a crise na FAB a "um grupo de oficiais que põem à mostra suas paixões e frustrações" (JORNAL DO BRASIL, 11/11/1958: 4) e o brigadeiro advertiu os oficiais rebeldes da FAB:

> (...) em sã consciência não podemos tergiversar ou transigir com os indisciplinados, mesmo quando mal orientados e manipulados por aproveitadores, intransigentes ou agitadores. Compactuar com a indisciplina (...) é querer a anarquia, a subversão da ordem, a inversão dos valores, criando um ambiente de tensão e mal-estar, prejudicial à coletividade (JORNAL DO BRASIL, 12/11/1958: 4).

O dossiê elaborado pela DPS sobre a "Liga de Emancipação Nacional" é outro exemplo do envolvimento de militares com as causas do nacionalismo popular e da preocupação que suscitavam entre as direitas conservadoras. A documentação, com data inicial de 1955, consta de boletins, relatórios, documentos internos e recortes de jornais sobre a organização que teria sede na cidade do Rio de Janeiro e seria presidida pelo general Edgar Bauxbaum. Outro membro militar da liga seria o general Felicíssimo Cardoso.

O dossiê acusa o movimento de ser órgão do Partido Comunista e salienta a preocupação de

seus integrantes com a defesa da Petrobrás, com a garantia do monopólio estatal na exploração do petróleo e com o combate aos testes nucleares. Segundo o dossiê, a Liga possuiria diretórios em outras cidades do Brasil e aproximação com representações estudantis e sindicais. Um estatuto interno definia o caráter e as atividades da instituição:

"(...) uma sociedade civil destinada a congregar todas as pessoas e organizações que a ela aderirem na conformidade dos presentes Estatutos, com a finalidade de cultivar as tradições de independência e civismo e pugnar pela ampla e real emancipação do Brasil.

> (...) Liga deverá:
> a) Estimular e coordenar estudos sobre a situação econômica do país;
> b) Concorrer para o desenvolvimento da educação cívica do povo, para isto mantendo e patrocinando cursos e debates sobre assuntos de interesse nacional;
> c) efetuar campanhas, através de sessões públicas, conferências pela imprensa e rádio, e por quaisquer outros meios de divulgação, sobre assuntos de interesse nacional;
> d) representar aos poderes públicos acerca de assuntos relacionados com seus objetivos;
> e) manter intercâmbio com todas as entidades que tratem total ou parcialmente, dos objetivos a que se propõe.
> (...) Liga não se ocupará de assuntos religiosos ou de caráter político-partidário (APERJ. FUNDO DPS. Inventário Preliminar. 30033 – Liga de Emancipação Nacional).

Há o registro de um banquete realizado pela liga na sede do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1955. Era uma homenagem ao general Leônidas Cardoso, que havia sido eleito deputado em São Paulo. Segundo o relatório, no evento estaria presente a "fina flor do comunismo", composta por oficiais como: o marechal Valdemar Rodrigues; os generais Felicíssimo Cardoso, Manoel Ferreira de Souza, Temistócles Cordeiro de Mello, Fernando Biosca e Artur Carnauba; os coronéis França e Alburque, Jocelyn Brasil e Salvador Correia de Sá e Benevides.

O deputado Campos Vergal foi o orador do evento e saudou o homenageado. Enalteceu as lutas políticas travadas pelo general Leônidas desde a sua juventude. Lembrou de sua atuação na Liga de Emancipação Nacional e nas campanhas nacionalistas travadas contra os Estados Unidos, em defesa do petróleo, contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a favor da Paz Mundial etc (APERJ. FUNDO DPS. Inventário Preliminar. 30033 – Liga de Emancipação Nacional).

Outros oficiais são identificados como integrantes da Liga de Emancipação Nacional eram: Capitão Renato de Castro (presidente do núcleo de Realengo); coronel Luiz França de Albuquerque; major Onor Franklin; capitão Antônio José Fernandes; coronel Jocelyn Brasil; capitão de mar e guerra Valfredo Caldas (APERJ. FUNDO DPS. Inventário Preliminar. 30033 – Liga de Emancipação Nacional).

Importante ponto de encontro de militares nacionalistas foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), destacado núcleo de elaboração de ideias e reflexões nacionalistas de setores das

esquerdas. Através dos seus cursos de formação, o ISEB teve papel de destaque na formação e na organização da esquerda militar. Criado em 1955, com a reunião dos integrantes da entidade privada IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), o instituto era subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Seus integrantes, apesar da heterogeneidade de suas posições, tentavam formular um projeto de desenvolvimento autônomo para o capitalismo brasileiro e, consequentemente, superar o subdesenvolvimento. Entre os seus principais ideólogos estavam: Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré.[7]

Apesar de a proposta do ISEB "contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas populares", não havia uma unidade de pensamento entre os seus integrantes. Podem ser identificadas duas grandes tendências nos anos iniciais da instituição: "os que preconizavam a participação ampliada, a mobilização de massas, o uso do Estado para conter excessivas desigualdades econômico-sociais" e os que defendiam "a dinâmica inerente à sociedade capitalista, à economia de mercado, sem se impressionarem com preocupações sociais que lhes pareciam demagógicas" (KONDER, 1998: 363).

Várias foram as interpretações de nacionalismo que se abrigaram na instituição. Quando Nelson Werneck Sodré assumiu o departamento de História, junto com Álvaro Vieira Pinto e Corbsier, orientou a linha teórico-política da instituição em direção ao marxismo. O grupo pretendia "promover uma 'radicalização' do nacional-desenvolvimentismo", o que teve como consequência o afastamento de intelectuais como Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos (KONDER, 1998: 364).[8]

Os cursos de formação do ISEB atraíam muitos oficiais militares e eram fonte de preocupações entre os setores mais conservadores das Forças Armadas. Em 29 de dezembro de 1956, em cerimônia de formatura realizada no Ministério da Educação, uma turma do ISEB teve como patrono o falecido presidente Getúlio Vargas e como paraninfo o deputado Gabriel Resende Passos, que declarou: "o nacionalismo quer apenas o homem livre numa terra livre e engrandecida". Entre os "no- vos isebianos" estavam o tenente-coronel Fortunato e o capitão Lauro Moura, da FAB; os majores Nieps, do Exército, e Eunício, da PMDF. Prestigiaram o evento o presidente JK e o ministro da Guerra Lott (ÚLTIMA HORA. 02/01/1960: 6 e 04/01/1960).

O evento foi seguido de recepção na casa do capitão Lauro, com a presença do deputado José Jofily; do juiz Irineu Jofily; do coronel Gilberto; do Major Oiticica; do professor Corbisier; e do capitão

---

7 Os militares que depuseram o governo de João Goulart em 1964 decretaram a extinção do ISEB treze dias após o golpe e instauraram um Inquérito Policial-Militar na instituição. ABREU, Alzira Alves de. [et.al.]. (coords). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*R. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. pp. 2801-2803.

8 Sobre o ISEB ver também: ABREU, Alzira Alves de. "Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)". *In*: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). RJ: Civilização Brasileira, 2007.

Saddeck. De acordo com o colunista do *Última Hora*, todos os militares apoiavam a candidatura de Lott à presidência da República nas eleições de 1960. Também estavam presentes no evento um representante do Ministério da Guerra e a filha do ex-ministro da Guerra (Idem, idem). A partir da campanha eleitoral do marechal, em 1960, Edna Lott se destacou na política. Em 1962 seria eleita pelo PTB para a Assembleia Legislativa da Guanabara, sendo reeleita, em 1966, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com cerca de 29 mil votos.

Problemas como a má distribuição de renda, o desemprego, a ineficiência do sistema educacional e de saúde, o monopólio da terra e a ação predatória do capital estrangeiro indicavam a necessidade de profundas reformas econômicas, políticas e sociais. Ao longo da década de 1950, nos quartéis e na sociedade como um todo foram radicalizadas as reivindicações nessa direção. Nas Forças Armadas, as manifestações políticas ganharam força entre os oficiais a partir do 11 de Novembro de 1955, foram intensificadas pelos sargentos na revolta de 1963, chegando aos praças na Revolta dos Marinheiros de 1964 (CARLONI, 2012).

Um dossiê da DPS denominado Movimento Nacionalista Brasileiro, reunindo reportagens e documentos datados em sua maioria de 1957, mostra a integração entre os militares de esquerda, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o ISEB. Destaca-se o número de oficiais envolvidos.

Um relatório da reunião realizada no Clube Militar (RJ) no dia 17 de junho de 1957, entre representantes estudantis, "isebianos", militares e sindicalistas, indica o grau de aproximação entre estes setores. Segundo o documento, o texto de abertura, lido pelo major Ulisses Vieira de Lima, versa sobre a história do clube e sua tradição nacionalista e alerta a respeito da exploração do petróleo brasileiro e a responsabilidade dos estudantes na defesa dos interesses do país. Em nome do Clube Militar, o major prestou solidariedade: "Em nome do Clube Militar, aqui trago a solidariedade de nossa Instituição ao elevado e patriótico Movimento Nacionalista Brasileiro, liderado pela mocidade estudantil (...)" (APERJ – DPS -1045 – Movimento Nacionalista Brasileiro).

Na reunião estavam presentes o capitão de Fragata Primo Nunes de Andrade; o engenheiro Antônio Luiz, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás; Clementino de Mattos Levy, do Sindicato dos Bancários; José Ribamar Costa; o advogado José Frejat, ex-presidente da UNE; José Batista de Oliveira Júnior, presidente da UNE; Nelson Trad, presidente da UME (União Metropolitana de Estudantes) (APERJ – DPS -1045 – Movimento Nacionalista Brasileiro).

O agente policial que elaborou o relatório identificou os supostos "líderes vermelhos" do movimento:

> (...) Após algum 'Bate-Papo' aprovou-se a proposta do representante do Clube Militar, Capitão de Fragata Primo Nunes, no sentido de que a campanha nacionalista não poderia fugir aos democráticos bem como à defesa do regime.
> (...) o coronel Canabarro, bem como o Prof. Guerreiro Ramos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que funciona no Ministério da Educação e do qual

> tenho tido informações avermelha- das, são sem dúvida os cabeças do movimento no Distrito Federal. (APERJ – DPS -1045 – Movimento Nacionalista Brasileiro).

A relação dos militares conservadores com o ISEB era turbulenta. Identificavam o instituto como arma de propaganda comunista e de apoio à memória política de Getúlio Vargas. A aproximação de oficiais militares ao conteúdo nacionalista dos "isebianos", por meio de cursos e palestras, desagradava em muito. Além de serem monitorados, os "isebianos" sofriam processos na Justiça por conta de suas posições ideológicas.

Em 4 de setembro de 1957 a Cruzada Brasileira Anti-Comunista deu entrada em um processo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores contra o professor Alberto Guerreiro Ramos, membro do ISEB. Encaminhada diretamente ao ministro da Justiça, a denúncia baseava-se no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional e foi motivada pelo conteúdo de um discurso proferido pelo professor em 13 de agosto, durante uma cerimônia na ESG (Arquivo Nacional (AN). Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). 38603).

No evento, Guerreiro Ramos afirmou a necessidade de desunião das Forças Armadas, o que, segundo Penna Botto, líder da Cruzada, causou "repulsa de todos os Cruzados brasileiros". Em sua palestra, o professor alertou sobre a peculiaridade do comunismo no Brasil e sobre o perigo que se constituiria o poder militar:

> O comunismo vem perdendo a sua peculiaridade, no Brasil, onde está sendo absorvido pelo nacionalismo: e não é por força da nova tática vermelha que os comunistas estão se arvorando em intransigentes nacionalistas.
> A desunião das Classes Armadas é uma garantia do regime democrático e um fato de caráter evolutivo e construtivo. Pois as Classes Armadas unidas poderiam assumir o papel de verdadeiras polícias, com predominância do militarismo, falho de ideologia e, o que é ainda pior, usurpador da ideologia dominante (AN.MJNI.38603).

Diante das declarações, a reação dos setores mais conservadores foi imediata. Guerreiro Ramos estava questionando algo que as Forças Armadas levaram décadas para construir e era proporcional à razão do seu poder: a coesão e o forte grau de autonomia. A união, por meio da manutenção da hierarquia, da disciplina interna e da estabilidade entre as três forças, foi conquistada em um longo processo iniciado na década de 1930, principalmente durante o Estado Novo. Episódios como a queda do Estado Novo, em 1945, e o suicídio de Vargas, em 1954, tinham demonstrado o grau de independência e de poder político que as Forças Armadas brasileiras tinham alcançado.

O processo judicial, para desgosto dos integrantes da Cruzada e de seu presidente, seguiu adiante no Ministério da Justiça, passando por diferentes setores, sendo arquivado a pedido da Consultoria Jurídica daquele ministério. O parecer ressaltava as características democráticas do regime brasileiro e isentava Guerreiro Ramos de qualquer incurso na Lei de Segurança Nacional.

> A toda evidência, consideradas com isenção de ânimos, as palavras imputadas ao ilustre sociólogo patrício não se referem à divisão das Forças Armadas no atinente às importantes tarefas que lhes deferiu a Constituição, mas única e exclusivamente à posição, no campo ideológico, daquelas que as integram. Referindo essa divisão ideológica notória, o professor Guerreiro Ramos haveria declarado entendê-la benéfica aos interesses da comunidade brasileira. E assim precedendo, por sem dúvida, estaria por fazer uso legítimo da liberdade de pensamento, conquista democrática de há muito consagrada em nossos Estatutos Políticos. (...) (AN.MJNI.38603).

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. [et.al.]. (coords). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. R. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

_____. "Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)". *In*: FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As Esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). RJ: Civilização Brasileira, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 3a ed.

CARLONI, Karla. *Militares e democracia no Brasil*: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2012.

CARLONI, Karla. "A esquerda militar no Brasil". *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. "Edna Lott". *In*: ABREU, Alzira Alves. [*Et al.*]. (coords.). *Dicionário da Política Republicana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2014.

_____. *Forças Armadas e democracia no Brasil*: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garmond; FAPERJ, 2012.

_____. *Marechal Henrique Lott*: a opção das esquerdas. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2014.

CARONE, Edgard. *O PCB*: 1943 a 1964. v.2. São Paulo: Difel, 1982.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002

D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. *Meio século de combate:* diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FROTA, Sylvio. *Ideais traídos*: a mais grave crise dos governos militares narrada por um dos seus protagonistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003. 6a ed.

KONDER, Leandro. "História dos intelectuais nos anos cinqüenta". *In:* FREITAS, Marcos Cezar. (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *31 de março*: um movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2003.

NETO, Lira. *Castelo*: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

REIS, Daniel Aarão. "Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964". *In:* _____. RIDENTI, Marcelo. (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol:V. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

1.3 A QUESTÃO AGRÁRIA, O GOVERNO GOULART E O GOLPE DE 1964

Marcus Dezemone*

O objetivo deste trabalho é discutir o papel da questão agrária na crise política do governo Goulart (1961-1964). Trata-se de levantar o tratamento dispensado pela historiografia a esse tema, investigando sua presença na campanha de desestabilização do governo e na conspiração que o derrubou com o golpe de 1964, na feliz distinção analítica proposta por Carlos Fico (2008). Por campanha de desestabilização, entende-se o esforço para enfraquecer o governo Goulart, desgastando a imagem do presidente, dificultando as chances de vitória eleitoral numa eventual candidatura em 1965, ou dele se tornar ator decisivo no processo sucessório. Por conspiração, entende-se a campanha de rompimento com a legalidade que culminou na deposição do presidente. É evidente que ambas se articulam, mas ao mesmo tempo não podem ser confundidas.

Nesse sentido, dois aspectos serão priorizados em meio à campanha de desestabilização: o debate sobre a reforma agrária e o processo de sindicalização rural. Parte da produção historiográfica sobre o período tem afirmado, de modo recorrente, que a ruptura institucional de 1964 foi um golpe contra as reformas de base, dentre as quais, a reforma agrária (Toledo, 1997). De forma majoritária, a historiografia salienta a ação das Ligas Camponesas, tratadas como a principal organização atuante junto ao campesinato brasileiro (Azevedo, 1982; Bastos, 1984; Medeiros, 1995; Rangel, 2000). Para alguns autores, as Ligas seriam símbolo da radicalização política do conjunto das esquerdas com o lema "reforma agrária na lei ou na marra" (REIS, 2004).

Na realidade, as Ligas Camponesas foram um dos atores que atuaram no campo brasileiro, sendo acompanhas por outros dois grupos que competiam pela organização do campesinato: o PCB e a Igreja Católica. A industrialização e a urbanização aceleradas contribuíram para um alarmante êxodo rural, com a chegada de camponeses nas cidades em decorrência das migrações, mas também para manifestações, considerando o espaço urbano como privilegiado para a obtenção de visibilidade para suas demandas. Atento a isso, o governo Goulart não ficou afastado e procurou aproximação dos movimentos camponeses, estabelecendo os termos através dos quais se daria essa organização.

Um primeiro esforço de aproximação, ainda no parlamentarismo, foi a presença do presidente Goulart (PTB), de Tancredo Neves (PSD), então primeiro ministro, e do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), dentre outros importantes políticos, no I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, mais conhecido como "Congresso Camponês de Belo

* Professor Adjunto de História do Brasil da UFF e da UERJ.

Horizonte" ou "Congresso das Ligas Camponesas", que acabou difundindo o lema: "reforma agrária na lei ou na marra".

A partir desse encontro, um intenso esforço político e legislativo se traduziu em medidas que reconheciam e estimulavam sindicatos rurais, que proliferam rapidamente no início dos anos 1960 em meio ao estímulo do governo. Foi nesse quadro que os *camponeses* – categoria associada ao atraso e a passividade – agruparam-se, segundo Medeiros (1995), em torno de uma identidade nova – a de *trabalhador rural* – noção cuja associação à defesa de direitos foi reconhecida e consagrada por um documento legal, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de março de 1963.

A maioria dos mais de quatrocentos sindicatos rurais que surgiram no governo Goulart estava vinculada aos militantes do PCB e a setores da Igreja Católica (Barbosa, 2007, p. 192). Para os comunistas, a questão chave era estender os direitos sociais ao campo, enquanto os católicos conservadores preocupavam-se em afastar os camponeses do comunismo e do protestantismo. Posteriormente, os católicos radicais atuariam para estimular as mobilizações (DE KADT, 1970).

Apesar da pluralidade de forças em disputa, a visão que se impôs na historiografia sobre os movimentos rurais no período atribui hegemonia ao grupo que, isolado, mais radicalizou suas ações – as Ligas Camponesas. Segundo Medeiros (1995), as Ligas passaram a figurar no "imaginário sociológico" como um verdadeiro marco de ruptura, a partir do qual era possível proceder à distinção entre movimentos "revolucionários" e "reformistas". Depois da Liga do Engenho Galiléia, rapidamente o modelo expandiu-se por vários municípios, chegando a estabelecer núcleos em outros estados. Sua atuação mais intensa, porém, se deu no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba, onde se localizava a maior das Ligas, a de Sapé, à frente da qual esteve João Pedro Teixeira, pastor protestante assassinado em 1962.

Dois aspectos foram fundamentais na gênese e crescimento das Ligas: a luta contra o *cambão* (Julião, 1962) e a mudança na conjuntura política em Pernambuco, da segunda metade dos anos 1950 ao começo dos anos 1960, com a chegada de grupos políticos que se abriram a uma maior influência e presença das esquerdas, buscando apoio de trabalhadores rurais.

Processo do qual participaram múltiplos atores, à esquerda e à direita, produção da percepção do peso e relevância maior das Ligas à frente das lutas no período não se circunscreve a temporalidade curta da existência daquelas entidades, de 1955 a 1964. Um primeiro aspecto para entender essa percepção de hegemonia, foi a retomada do interesse intelectual pelas mobilizações rurais do começo da década de 1960, quando, no início dos anos 1980, ocorria a "abertura lenta, gradual e segura" do regime autoritário, em meio a um novo quadro de mobilizações, nas cidades e no campo. Resultaram disso, trabalhos acadêmicos como o de Fernando Azevedo, de 1982, e Elide Rugai Bastos, de 1984, que separados por dois anos, tinham o mesmo título: *As Ligas Camponesas*.

Essas obras dedicavam pouca ou quase nenhuma atenção a outras organizações como as Ligas Comunistas nos anos 1940, fechadas quando da ilegalidade do PCB, consideradas "incipientes", "frágeis", "apêndices da estrutura centralizada" conforme revela e critica o historiador Leonardo Santos (2005), que estudou as ações daquelas organizações. A imagem da reduzida importância das Ligas Comunistas, aumentava e enfatizava o papel e a novidade das "Ligas de Julião". O próprio termo "Liga" foi adotado pela impressa conservadora de Pernambuco para remeter o movimento dos anos 1950, às Ligas Comunistas dos anos 1940. O nome da organização era "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco" – SAPPP. Do conteúdo pejorativo inicialmente atribuído, o termo "Liga" acabou incorporado e difundido pelo movimento (CAMARGO, 2002).

O filme *Cabra marcado para morrer*, de 1984, talvez seja o melhor exemplo da articulação entre uma descoberta do campo pelas esquerdas nos anos 1950 e 1960 e uma espécie de "redescoberta" nos anos 1980. Envolvido com as atividades do CPC, Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), o então jovem cineasta Eduardo Coutinho participou, no início dos anos 1960, de um projeto itinerante, a UNE-Volante, cujo objetivo era documentar e divulgar a cultura popular no Brasil. Quando passou pela localidade de Sapé, na Paraíba, onde se realizava um protesto contra a morte de João Pedro Teixeira, que o cineasta conheceu a viúva Elizabete Teixeira. Coutinho resolveu iniciar o filme, abordando a trajetória do líder assassinado, da luta contra o latifúndio, da premência da reforma agrária. Interrompida devido ao golpe, a película só foi retomada na década de 1980, aproveitando-se do material anterior, tratando também da trajetória da viúva e da separação da família, confrontando as duas conjunturas: aquela das esperanças da redemocratização e mobilizações nos anos 1980, com a dos anos 1960, atribuindo destaque maior às Ligas Camponesas (GRYNSZPAN& DEZEMONE, 2007).

Há ainda um segundo aspecto que merece ser observado na gênese da ideia de hegemonia das Ligas: o processo combinado, no qual ao mesmo tempo em que se naturalizava sua ação, se construía a ideia de *nordeste* em substituição ao *norte* – denominação da região desde a Colônia e o Império –, que se tornava símbolo do atraso e região-problema do Brasil. Duval Albuquerque Jr. (1999) mostra como, de principal polo da economia colonial, o Nordeste consagrou-se durante a República numa área que demandava recursos e investimentos públicos, cuja maior expressão foi a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), respondendo à comoção causada quando Antonio Callado publicou uma série de reportagens sobre a "indústria da seca". Foi a partir da relação entre tal visão do Nordeste e a ação das Ligas que o IPÊS (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) produziu o filme "Nordeste: problema n. 1" (DREIFUSS, 1981).

A percepção da preponderância e do poder das Ligas não foi exclusivamente produzida a *posteriori* ou somente pela ação de outros atores. Ela resulta da difusão do lema por elas defendido, num

trecho do discurso de Francisco Julião: "reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue", no Congresso Camponês de Belo Horizonte, de 1961. Foram as Ligas que deram o tom do Congresso, ainda que seus delegados estivessem ali em menor número. A responsável pela realização do evento foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), de presença nacional mais efetiva e à qual se vinculava a maioria dos representantes camponeses.

A ULTAB foi criada em 1954, sob influência do PCB. Um de seus principais dirigentes foi Lyndolpho Silva, alfaiate, membro do partido que, desde a segunda metade da década de 1940, passou a trabalhar junto aos camponeses do então chamado Sertão Carioca, zona rural da cidade do Rio de Janeiro. Sua trajetória guarda semelhança com a de outros militantes que, atuando junto ao operariado urbano, começaram a ser deslocados para o campo naquele mesmo período. No curto período de legalidade, o PCB acentuava a importância daquele deslocamento para a organização dos camponeses para a luta política por seus direitos (Santos, 2005).

O Congresso de Belo Horizonte foi palco de disputas entre as Ligas e a ULTAB, forças políticas que buscavam consolidar e afirmar sua representatividade. Na proclamação final constava que:

> As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta Declaração, manifestar sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir as e organizar as forças nacionais que desejem o bem estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.[1]

O Congresso coincidia com a vinda em massa de nordestinos de origem rural para as cidades do Sudeste, o que tornava os problemas do campo ainda mais perceptíveis e próximos. Por a partir daí que se fortaleceu a percepção de que, na base do êxodo rural estava o latifúndio. Assim, a mobilização camponesa e a ação das Ligas foram vistas, naquela época e nos anos 1980, como decorrências naturais, desdobramentos legítimos da situação de exploração existente no mundo rural brasileiro. Gerada pelo latifúndio, se essa situação não fosse resolvida por meio da reforma agrária "na lei", levaria à radicalização "na marra".

Se as Ligas foram ator importante na construção da visão de hegemonia diante do campesinato e de radicalização diante da reforma agrária, principalmente, por sua ação no Congresso Camponês de Belo Horizonte, suas próprias escolhas foram condições para a diminuição da presença efetiva diante da ação de comunistas e católicos. O entendimento de Francisco Julião, seu principal líder, era de que os sindicatos rurais seriam entidades inapropriadas à luta camponesa, esvaziando essa forma de organização em beneficio de associações civis, modelo das Ligas, que não teriam a tutela e reconhecimento do Estado. Comunistas e católicos souberam aproveitar as consequências dessa opção

1 *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: abril de 1962, vol. III, nº 12, pp. 433-437.

para ampliar suas bases. Em Pernambuco, por exemplo, berço das Ligas, os sindicatos católicos respondiam por 200.000 filiados enquanto as Ligas Camponesas possuíam 40.000 membros.[2]

É evidente que isso não quer dizer que a quantidade de filiados, resulte, automaticamente, em maior ou menor mobilização, mas sim, que a maioria se afastava das propostas e concepções das Ligas.

As mobilizações camponesas, no Brasil e no mundo, também contribuíram para as expectativas de militantes e analistas diante do que seria a capacidade de luta e *revolucionarismo* inerentes ao campesinato. Esse quadro inspirou membros das Ligas Camponesas a criar o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1962, no qual defendiam o recurso às armas. A radicalização não foi exclusiva deles. Marcelo Ridenti (2000) destacou a influência do maoísmo e do guevarismo, que idealizavam o homem do campo, apostando na sua mobilização armada como o caminho para a transformação social no que era chamado de "Revolução Brasileira", nacionalista e anti-imperialista. Desde 1961, uma pequena parte das esquerdas brasileiras passava a considerar a opção pela luta armada no campo. Segundo Denise Rollemberg (2003), tratava-se de duas etapas a serem desenvolvidas. A primeira seria pela arregimentação de quadros e recursos materiais nas cidades, cujo objetivo era a preparação da segunda etapa, de organização da guerrilha rural.

A percepção era a de um caráter revolucionário latente no campo brasileiro, com potencial explosivo. As esquerdas exploravam isso, investindo na atuação no mundo rural, enquanto as direitas entendiam a necessidade de promover a contenção. Nos jornais da época eram frequentes às referências à "cubanização" – o risco de que no Brasil ocorresse uma revolução nos moldes da cubana, cujo caráter socialista declarado em 1961 inspirava militantes das esquerdas e perturbava setores das direitas. A pobreza, a miséria e o atraso que caracterizavam as representações sobre o Nordeste seriam responsáveis por fertilizar o solo no qual o socialismo frutificaria. E para piorar, a atuação das Ligas, na região Nordeste, com o discurso inflamado que caracterizou parte dos militantes. Dessa maneira entende-se melhor o porquê do IPES considerar a região como o problema número 1.

Foi dessa maneira que utilizando politicamente a retórica radicalizada de parte das esquerdas, setores conservadores a instrumentalizaram como parcela dos argumentos para a campanha de desestabilização do governo e também para a conspiração que o derrubou com o golpe de 1964, impondo a representação de que um golpe das esquerdas estaria a caminho, o que justificaria uma "intervenção pontual" na defesa da "legalidade". Rasgariam a constituição e desrespeitariam as instituições sob o argumento de defendê-las.

O ponto fundamental é que o governo Goulart não foi um espectador passivo da mobilização no campo. A produção legislativa e os esforços que estimulavam a criação de sindicatos rurais revelam uma estratégia de intervenção com objetivos claros na fase presidencialista. A promulgação do ETR,

2 Os números são de WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil.* 2. rev. ed. Madison: Wisconsin University., (mimeo).oct. 1968.

em 1963, mais do que estender direitos sociais ao campo, contemplava também a criação de entidades sindicais de grau superior, isto é, federações estaduais e uma confederação nacional. Surge em janeiro de 1964, conforme previsão do ETR, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) formada com forte apoio das lideranças da ULTAB, como visto, fundada em 1954, de forte presença comunista e com católicos radicais (Grynszpan & Dezemone, 2007). Recuperavam-se os princípios da *estrutura sindical verticalizada*, o *sindicato oficial,* o *monopólio da representação* e a *unicidade sindical*, características do decreto de sindicalização rural do Estado Novo, de 10 de novembro de 1944 (DEZEMONE, 2008).

Dos princípios do decreto de 1944, o que teve maior dificuldade de ser regulamentado foi a *unicidade sindical*, devido à pluralidade de relações de trabalho no campo, como meeiros, colonos, moradores, posseiros, arrendatários e outras. A solução veio por meio da categoria "trabalhador rural", flexível e ampla, definida pela prestação de serviço em troca de salário ou produto *in natura*, o que contemplava a multiplicidade de arranjos no mundo rural. No ETR constava, no seu artigo 2º, que "Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro".[3]

O significado da reprodução desses princípios é que o Governo impôs, a exemplo do que a Lei de Sindicalização de 1939 fizera com os trabalhadores urbanos, aquele que seria o principal espaço de concorrência entre as forças no campo, delimitando suas escolhas, forçando-as à interlocução. Católicos e comunistas se engajaram fortemente na disputa, criando novas organizações sindicais e transformando em sindicatos antigas entidades civis. Foi assim que, de apenas 5 sindicatos rurais reconhecidos oficialmente em todo o país no começo dos anos 1950, mais de 400 foram constituídos em menos de dois anos. As Ligas Camponesas, conforme visto optaram, em nome da manutenção da autonomia, em não seguir o caminho da sindicalização oficial, o que acarretou perda de espaço para seus concorrentes.

Goulart, reconhecido como "herdeiro" político de Vargas se aproveitava do legado recebido para, novamente, tentar ampliá-lo, buscando os trabalhadores do campo. Caio Prado Jr., na época, chegou a afirmar que o ETR era "uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888".[4] Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1999), afirmaram que o primeiro passo em direção às reformas de base foi o ETR.

Defende-se aqui, que a extensão da legislação social ao campo, e principalmente, a organização sindical nos mesmos moldes Varguistas, visava ampliar a sustentação política de Goulart a fim de

---

3 *Diário Oficial da União*, retificação, 22/03/1963, p. 3033, coluna 1.

4 PRADO JR, C. *A questão agrária no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1981. Citado por SANTOS, L. "Estatuto do Trabalhador Rural". In MOTTA, M. (org.) *Dicionário da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 200-202.

pressionar o Congresso Nacional para aprovar as reformas de base. Vale lembrar que o governo Goulart não possuía a maioria necessária no Congresso Nacional para reformar a constituição. Tratava-se mesmo de criar as condições políticas para aprová-las, o que seria obtido através do estímulo à mobilização popular através de uma série de grandes comícios, cujo primeiro – e o único que aconteceu – foi realizado em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enquanto o último estava agendado para o 1º de maio, em São Paulo, impedido pelo golpe.

O Comício na Central do Brasil é repleto de elementos simbólicos, como o fato de Goulart ter discursado no mesmo palanque de madeira usado por Vargas, além das faixas que pediam "legalização para o PCB"; "reforma agrária na lei ou na marra" e "13 de março não é agosto", com o retrato de Vargas estampado. No velho palanque discursaram várias lideranças populares como Miguel Arraes e Leonel Brizola. A reforma agrária foi tema destacado pelos oradores, como na fala de Goulart, que a considerou "o complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria."[5] Para que as palavras não se tornassem fórmulas vazias, numa operação que, assim como Vargas, procurava fazer coincidir o esforço de valorização simbólica com medidas que potencialmente poderiam ter alcances concretos, foi assinado o decreto de desapropriação das terras nas margens das rodovias federais, redigido por João Pinheiro Neto que comandava a SUPRA (Superintendência de Política Agrária).

A polarização ideológica se expressou na pronta resposta ao Comício da Central do Brasil através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19, numa iniciativa que se multiplicou pelo país. Somadas aos atos encarados pelos militares de alta patente como inadmissíveis – a indisciplina e a quebra da hierarquia militar – na Revolta dos Marinheiros, em 23 de março de 1964, e posterior anistia dos rebelados pelo presidente, desequilibraram a correlação de forças que Goulart considerava, senão favorável, capaz de fornecer o apoio necessário à consecução de seus objetivos.

O sociólogo Antonio Lavareda revelou nos anos 1990 a existência de pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública) nas grandes cidades brasileiras antes do golpe. Dentre outras questões, os levantamentos tratavam da aprovação do presidente e da reforma agrária. O resultado revelava amplo apoio à realização da reforma agrária. A sensibilidade nas metrópoles a temas como a favelização, periferização e inchaço urbano, diretamente associadas ao êxodo rural, ajuda a compreender os percentuais em alguns casos superiores a 70%. No entanto, o aparente apoio revelado esconde um aspecto fundamental: o sentido da reforma agrária que seria realizado. Para os militantes do Congresso Camponês de Belo Horizonte, tratava-se de reformar a constituição de 1946, que previa indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriações. A

5 Discurso de Goulart em 13/03/1964. In ALVES FILHO, I. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999, p. 577.

proposta seria a de permitir o pagamento com títulos da dívida pública, mas dependia de aprovação do Congresso. A reforma agrária "na marra" não era explicada. Ficava subentendida.

Além desse debate por uma reforma agrária distributiva, que atacasse a concentração fundiária, os grandes proprietários também discutiam a questão. A revista *A Lavoura*, ligada aos proprietários paulistas, num primeiro momento era radicalmente contrária à reforma agrária. Em seguida, chegou a admitir uma "revisão agrária", para depois utilizar a expressão "reforma agrária" dissociada de qualquer sentido que alterasse a concentração fundiária. Tratava-se de promover a modernização da agricultura, com a introdução de novas técnicas, bem como a melhoria e capacitação da força de trabalho (GARRIDO, 2014). Como se vê, longe do aparente consenso, a noção de reforma agrária estava em franca disputa.

Talvez por isso, quando do Sesquicentenário da Independência em 1972, no exílio, João Goulart tenha tomado a iniciativa de redigir um texto que só chegou ao conhecimento do público em 2014, numa versão datilografa e com observações escritas à mão, a partir de uma matéria do jornalista Raphael Kapa para o jornal *O Globo*. Jorge Ferreira, um dos biógrafos de Goulart reconheceu a letra e a autenticidade.[6] No documento, apreendido pelo SNI (Serviço Nacional de Informações) e que integrava o acervo particular do ex-presidente Medici, Goulart fazia um balanço do seu governo, sem entrar em análises sobre os acontecimentos referentes a sua deposição ou aos generais-presidentes. Ele elencava duas preocupações fundamentais do seu governo. A primeira, "concentrada na defesa da economia do país e na preservação do controle nacional das suas decisões". Na "segunda preocupação fundamental", Goulart reservava espaço para as "Reformas de Base, que tantas e tamanhas incompreensões provocaram nos setores mais radicais, da esquerda e da direita". Em seguida prosseguiu afirmando que "em face de uma realidade rural anacrônica e anti-econômica, propusemos a Reforma Agrária, sob princípio de que '<u>a ninguém é lícito manter a terra improdutiva, por força do direito de propriedade</u>'" (grifos do original). Oito anos e cinco meses depois de sua deposição, Goulart registrava o tipo de reforma agrária que defendida que se coaduna com as iniciativas tomadas, como o processo de sindicalização rural e os decretos concernentes à reforma agrária, nos termos da declaração final do Congresso de 1961, numa linha diferente daquela associada às Ligas e ao seu famoso lema.

6 Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/documento-inedito-mostra-visao-de-jango-sobre-seu-governo-ditadura-13633516. Acesso 30.ju.2015.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN/ ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Rômulo. *Entre Igualdade e Diferença*: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil. Tese de Doutorado. Seropédica-RJ: CPDA-UFRRJ, 2007.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAMARGO, A. "Ligas Camponesas". In: ABREU, A. e al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 1930*. 2º Ed. 5 Vol. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, pp. 3122-3124.

COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (org.) *O Congresso Nacional Camponês*: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2010.

De KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO, MEC, 2007 [1970].

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 220-240.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão:* da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GARCIA JR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero/ UnB/ CNPq, 1990.

GARRIDO, Luciene. *Sociedade Rural Brasileira*: a centralidade do meio agrícola nos debates nacionais e a atuação desta entidade nos anos do Governo Goulart (1961-64). Trabalho de Conclusão de Curso. História. Niterói: UFF, 2014.

GRYNSZPAN, Mario e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; e AARÃO REIS, Daniel. (org). *As Esquerdas no Brasil*. (1945-1964). Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209-236.

JULIÃO, Francisco. *Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas,* Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Terra Prometida. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pp. 138-148.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista*

Brasileira de História, v. 28, 2008, p. 245-263.

MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.

MORAES, Denis (org.). *A esquerda e o golpe de 1964*: vinte e cinco anos depois as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço Tempo, 1989.

MOTTA, Márcia. (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. *Clio*, n. 26-2, 2008.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar:* quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. "Esquerdas revolucionárias e luta armada". In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Trocadero*: Revista de historia moderna y contemporanea. España, nº 17, p. 77-100, 2005.

STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política* – a formação do sindicato dos trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: FAPESP, Annablume, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). 1964: *Visões Críticas do golpe*: democracia e reformas no populismo. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1997].

WILKIE, Mary. *A report on rural syndicates in Pernambuco, Brazil*. Master of Science (Sociology). Madison: Wisconsin University, 1968.

1.4 "UNE - INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO"*: A OPOSIÇÃO ESTUDANTIL À GREVE UNIVERSITÁRIA POR *UM TERÇO* EM 1962

Rafaela Mateus Antunes dos Santos**

I - Desvendando a juventude: afinal, o que é ser jovem?

Parece ser uma pergunta fácil de responder, porém não é. É impossível definir o que é juventude somente por aspectos biológicos. Compreender esse período na vida de um indivíduo envolve observar uma série de condições históricas e sociais que variam de sociedade para sociedade. Para além da faixa etária, é importante apreender os diferentes significados e os simbolismos que cercam o universo juvenil. Afinal, a juventude é uma construção social, cultural e histórica. Nesse sentido, é possível definir a juventude como uma categoria social, o que a torna uma representação sociocultural e uma situação social.

Para obter maior compreensão acerca das múltiplas experiências vividas por essa categoria, é recomendável o uso do termo juventude no plural. Apesar dos jovens viverem um determinado tempo em comum, cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, gênero, mundo urbano e rural etc. – usufruiu essas experiências a sua maneira. Ou seja, a juventude é vivida de diversas formas, de acordo com a posição social e às diferenças sociais. A pluralidade de juventudes decorre de práticas culturais e sociais que, ao longo do tempo, criam e recriam as faixas etárias. Dessas experiências, surgem comportamentos específicos de cada grupo juvenil, dando origem às subculturas juvenis.

A história dos jovens brasileiros e sua atuação no movimento estudantil da década de 1960 estiveram fortemente ligadas ao projeto político das esquerdas. Essa proximidade contribuiu sobremaneira para a construção de uma memória baseada na ideia que toda a juventude brasileira lutou, intensamente, a favor das Reformas de Base, durante o governo de João Goulart (1961-1964) e proporcionalmente contra o golpe civil-militar e o estado ditatorial que foi implantado nos anos posteriores. Em decorrência da grande participação juvenil nesses acontecimentos e da crença de que a juventude possuiu uma natureza contestadora, criou-se um mito de que todo jovem é rebelde e revolucionário. Além disso, a predominância de estudos sobre as esquerdas colaboraram para ressaltar

---

**

** Mestre em História pela UFF.

essa visão, dando ênfase, principalmente, ao movimento estudantil de esquerda (Cf.: MARTINS FILHO, 1987; AARÃO REIS, 2008 e ARAÚJO, 2007). Existe, portanto, uma lacuna na historiografia sobre outros grupos juvenis que militavam no movimento estudantil e que não estavam vinculados às esquerdas. A atuação dos jovens brasileiros da década de 1960 não foi homogênea e destituída de cisões. Além disso, não pode ser compreendida fora da conjuntura, daquele período, marcada por disputas políticas e intensa polarização ideológica.

II - A participação dos jovens no cenário político brasileiro na década de 1960

A União Nacional de Estudantes (UNE) que, desde o governo JK, estava em um processo de crescente politização destacou-se neste quadro de radicalização das esquerdas a partir de 1961. A atração que a UNE exercia em relação aos estudantes mais politizados teve como consequência

> a aproximação deles com trabalhadores rurais, sindicalistas e sargentos, bem como, mais adiante, com cabos, marinheiros e fuzileiros navais estava coerente com a proposta da aliança operário-camponesa-estudantil-militar (FERREIRA, 2010: 353).

Até 1956 a tendência liberal era predominante no meio estudantil. Momentos marcantes da história do Brasil e de forte conteúdo liberal, como por exemplo, a Revolução de 1932 e a campanha pelo fim do Estado Novo contaram com um expressivo apoio dos estudantes. Após 1956, com a eleição de um bloco composto por nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas para a direção da UNE, teve início no movimento estudantil um processo de radicalização que refletiu maior disputa entre os estudantes acerca do posicionamento ideológico da entidade.

Durante o governo de João Goulart (1961-1964) a radicalização política se traduziu em inúmeros embates que envolveram diversos grupos sociais. A maior demanda do movimento estudantil era a Reforma Universitária e, a partir da organização do I Seminário Nacional de Reforma Universitária na Bahia, em maio de 1961 pela UNE, foi produzido um documento que sintetizava esse projeto nas seguintes questões: abertura, democratização e modernização da universidade. A Declaração da Bahia[1] expressava a crença de representantes, de algumas entidades estudantis, de que era necessária a Reforma Universitária. Diante das transformações sociais e econômicas que vinham ocorrendo no Brasil, principalmente, a partir da década de 1950, e o estágio de modernização e industrialização que o Brasil se encontrava, era necessário buscar novas soluções para a preparação de profissionais capazes de atuar nesse novo contexto. Por isso, o projeto da Reforma Universitária estava situado à conjuntura social e econômica brasileira. Por isso, não bastava à transformação no ensino superior. Era necessário ir além. A mudança na Universidade deveria estar sintonizada a outros

1 Disponível em http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com.br/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html. Acesso em 20 de dezembro de 2012.

elementos fundamentais, como o incentivo ao desenvolvimento através de uma "reformulação total da estrutura socioeconômica do país" e o fim da estrutura econômica liberal-burguesa, sendo substituída por uma economia planificada. Essas medidas seriam fundamentais para atender as necessidades do povo e garantir o fim da exploração do trabalho humano (DECLARAÇÃO DA BAHIA, 1961).

A Declaração da Bahia depositava nos jovens o papel de protagonista nesse processo. Colocar as ideias em prática era tarefa dos jovens, porque eles eram portadores do "espírito" revolucionário. De acordo com Mattos "cabia aos estudantes protagonizar as mudanças que achavam necessárias, já que era entre eles que as novas concepções tinham mais abertura" (MATTOS, 2012: 2).

A partir do II Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em 1962 em Curitiba, os estudantes traçaram estratégias para a realização da Reforma. A primeira decisão tomada pelos participantes do evento foi

> democratizar os órgãos colegiados, ampliando a participação dos estudantes, na proporção de *um terço* do seu número total de membros, o que também foi chamado de co-governo e, quem daria início a essas reformas, em última instância, seria o próprio movimento universitário, a partir da sua participação efetiva nos rumos desses órgãos deliberativos (MATTOS, 2012: 4).

Para a mobilização e unificação dos estudantes em prol desse projeto foi criado a UNE – Volante e o Centro Popular de Cultura (CPC) (Cf.: RIDENTI, 2000). Através de viagens por quase todas as capitais do país, da realização de seminários e de peças de teatro, os estudantes apresentavam suas propostas em defesa da Reforma Universitária e da participação estudantil de *um terço* nos órgãos colegiados.

O desejo pela transformação aglutinou diversos grupos, defensores do nacionalismo e do movimento popular, em torno das Reformas de Base. A UNE e outras entidades regionais passaram a exercer um papel ativo no quadro dessas mobilizações, o que resultou em um posicionamento favorável do movimento estudantil às lutas sociais mais amplas. Segundo Martins Filho, a UNE nos momentos finais do governo João Goulart foi um dos protagonistas mais radicais, defensora de um projeto político anti-imperialista e popular (MARTINS FILHO, 1987: 60).

Ao mesmo tempo em que ocorria a mobilização da UNE e de outras organizações estudantis em prol da reforma universitária e educacional, além de outras reivindicações populares, as direitas também se mobilizaram durante esse período. A principal alegação utilizada era que a UNE tinha se tornado um instrumento de mobilização política das esquerdas entre os jovens e que, por isso, tinha perdido o foco na luta a favor das reivindicações estudantis. Na visão desses jovens, era necessário intervir e lutar por espaço dentro das entidades estudantis. Em relação ao movimento estudantil, seu principal apoio teve origem no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que por meio de assistências financeiras, técnicas e administrativas serviram de base para o movimento estudantil de

direita no Brasil. A ação contra a UNE ocorreu através do Movimento Estudantil Democrático (MED), fundado e patrocinado pelo complexo IPES/IBAD. Outras organizações surgiram também com esse sentido: a Frente da Juventude Democrática (FJD), também patrocinada pelo IPES e ainda o Grupo de Ação Patriótica (GAP)

> liderado por Aristóteles Drummond e composto por estudantes de classe média e alta que, juntamente com a FID, o Movimento Anti-Comunista - MAC e o MED, operava como intimidador contra simpatizantes da UNE e UBES, assim como contra os propagadores das posições nacional-reformistas dentro do movimento estudantil (DREIFUSS, 2008: 355).

Além disso, utilizaram jornais estudantis, como *Juventude Universitária*, o *Jornal Universitário*, da FJD e o *Correio Acadêmico* como instrumentos para a propaganda contrária a UNE.

III - A greve universitária por *um terço*

Com o objetivo de mobilizar as bases estudantis e visando colocar em prática a participação estudantil de *um terço* nos órgãos colegiados, a UNE decretou, no dia 1º de junho de 1962, uma greve nacional. A paralisação foi adotada em praticamente todas as 40 universidades brasileiras da época. O alcance bem-sucedido da greve pode ser associado "ao cenário de efervescência no interior das universidades". Em São Paulo, os estudantes da Universidade Mackenzie estavam em greve desde maio, pois reivindicavam a federalização da instituição. Na Faculdade de Direito da USP, estava em curso uma greve estudantil devido à contrariedade de um concurso de Cátedra (MATTOS, 2012: 6). Em outras universidades do país a convocação de greves estudantis tornara-se um meio de mobilização para demandas locais e, portanto, uma prática que ampliou o alcance da greve por *um terço*.

Contudo, mesmo em face da grande mobilização estudantil isso não significou que todos os estudantes foram favoráveis à greve. Dias após a paralisação das aulas, estudantes de Direito da Mackenzie e da PUC-SP declararam-se contrários à greve (O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/06/1962). Apesar dos movimentos estudantis contrários à greve por *um terço* não terem atingido uma proporção nacional, nesse contexto, há destaque para a FJD que, organizou uma oposição radical ao movimento grevista, lançando diversos comunicados na imprensa nacional. A Frente da Juventude Democrática, fundada em abril de 1951, era composta por um grupo de estudantes de Direito, de Engenharia, de Medicina, de Educação e Filosofia que tinha por objetivo "neutralizar a atuação desenvolvida pelo Partido Comunista no seio da juventude brasileira" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/06/1962: 10). Com cerca de 500 membros, era dirigida por um Comitê Nacional composto por sete estudantes, cujo presidente era o estudante João Batista Gabriel, e possuía seções estaduais.

Ainda no dia 1º de junho, a FJD publicou um comunicado oficial no qual demonstrava seu

posicionamento desfavorável à greve. A principal alegação era que estava ocorrendo na direção da UNE uma infiltração comunista e de que havia um projeto de desestabilização da ordem nacional

> o movimento paredista é apresentado como resultante de motivos relevantes, isto é, desejo de participação no conselho das universidades, solidariedade aos estudantes perseguidos, reforma universitária e outros pretextos, quando a greve geral decorre de ordem expressa da União Internacional de Estudantes (UIE), em Praga, que determinou aos seus agentes – traidores dos estudantes- que perturbem o ambiente para tornar possível a eclosão revolucionária dos operários (greve) e camponeses (guerrilhas) (O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/06/1962: 10).

No mesmo mês o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um segundo manifesto da FJD contra a permanência da UNE no Rio de Janeiro. Como sugestão, a UNE deveria ser transferida para Brasília ou para "Moscovita, matriz ideológica do internacionalismo nacionalista, fabricantes de greves, lutas de rua, agitação e invasão de escolas" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 27/06/1962: 6). Até julho, a FJD continuou a produzir comunicados que apresentavam praticamente as mesmas denúncias em função da intensa campanha contrária a UNE e a greve por *um terço*.

O prolongamento da greve coincidiu com o XXV Congresso da UNE em julho de 1962 que tinha por meta, eleger a nova diretoria da entidade. Buscando angariar a apoio e divulgar suas propostas, a FJD se colocou como defensora da democracia e no papel de realizar uma "maratona cívica em favor da libertação dos estudantes brasileiros" com o objetivo de livrá-los "dos grilhões da minoria russificada que empolgou a direção da UNE" (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/07/1962).

Ao final do Congresso somado ao desgaste da greve, a campanha anticomunista e pela defesa da democracia teve seus resultados. Em São Paulo, alguns centros acadêmicos da Universidade Mackenzie "se desligaram da União Estadual de Estudantes (UEE) local e da UNE, de modo geral aprovando cartas de repúdio às ações da entidade, que entendiam ser subversivas" (MATTOS, 2012: 9). No Rio de Janeiro, houve o surgimento do Movimento Solidarista Universitário (MSU) em oposição ao comunismo e aos extremismos, composto por estudantes de diversos centros acadêmicos da PUC que se colocaram em oposição à UNE. Os centros acadêmicos das faculdades Nacional de Medicina, Engenharia e Odontologia também se desligaram da UNE. No dia 1º agosto de 1962, decorridos dois meses da greve, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou que em Santa Catarina, Paraná e Recife começaram a surgir movimentos contrários à UNE e em defesa do retorno às aulas.

A greve universitária por *um terço* chegou ao fim em agosto de 1962 sem alcançar seu objetivo. Do ponto de vista de Arthur Poerner, esse episódio serviu "para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da Universidade no Brasil" (POERNER, 1979: 207). Para João Roberto Martins Filho a paralisação das aulas convocada pela UNE deve ser compreendida como uma das manifestações mais expressivas da reivindicação estudantil pela democratização da Universidade e a crença de que era necessária a participação direta dos estudantes no

processo de ampliação e manutenção dos direitos a serem adquiridos (MARTINS FILHO, 1987: 58). Segundo André Luiz Mattos os rumos da greve favoreceram a radicalização política da oposição estudantil a presença de movimentos de esquerda dentre da UNE. Além disso, fora do âmbito estudantil, diversos parlamentares se posicionaram desfavoráveis às ações da entidade sob a justificativa de que a mesma tinha se tornado um centro comunista.

Os efeitos da greve por *um terço* foram extremamente significativos para os novos rumos no meio estudantil. A partir desse episódio muitos centros acadêmicos que se colocaram veementemente contrários à influência das esquerdas nas entidades passaram a disputar espaço dentro do movimento estudantil. Na eleição para a presidência da União Metropolitana (UME) a vitória foi da chapa Renovação que, representava uma linha de oposição à liderança anterior da entidade. O presidente eleito para UME, Osiris de Azevedo Lopes Filho afirmou, em reportagem ao Jornal do Brasil, que a chapa Renovação tinha o compromisso com a participação estudantil nas lutas sociais do país. Contudo, defendiam que "esta contribuição nos problemas políticos nacionais deve ser acima de tudo independente e autêntica, vale dizer, sem vinculações político-partidárias" (JORNAL DO BRASIL, 02/11/1962). Essa vitória serviu de inspiração para novas vitórias da oposição em outras entidades regionais (MATTOS, 2012: 11).

Apesar disso, em 1963 a UNE continuava a ganhar projeção política. Além do engajamento nas questões políticas, participavam de campanhas nacionais de alfabetização de adultos e de campanhas sanitárias no campo. Somado a isso, a UNE continuava a atuar fortemente através do Centro Popular de Cultura (CPC), desenvolvendo uma forte campanha política dentro das classes trabalhadoras. Por outro lado, o movimento estudantil de direita se articulava cada vez mais a favor da desmobilização da UNE. Essa luta ideológica marcou as eleições nacionais para decidir a liderança da UNE, ocorridas em julho de 1963, que teve como resultado a vitória de José Serra, candidato paulista da Ação Popular, uma ramificação da Juventude Universitária Católica – PUC também ligada ao projeto nacional-reformista. Esse episódio significou a grande influência que a esquerda continuava a exercer no movimento estudantil brasileiro do período.

A greve por *um terço* em 1962 foi expressão da luta política e ideológica que ocorreu dentro do movimento estudantil brasileiro na década de 1960. A análise desse episódio comprova a existência de grupos de múltiplas orientações ideológicas dentro do meio estudantil e contribui para a compreensão dos acontecimentos que ocasionaram o golpe civil-militar de 1964. Além disso, é possível perceber como a crença na ameaça comunista fez com que grupos de jovens assumissem uma posição de defesa aos seus espaços de atuação nas entidades estudantis. Os que estavam em desacordo com a greve por *um terço*, convocada pela UNE, procuraram se organizar e lutar para obter, através de eleições, a direção das organizações. Para esses jovens era necessário conter a influência das esquerdas na UNE e em

outras entidades estudantis. Por isso, realizaram uma intensa campanha baseada em acusações e denúncias. Naquele momento, a oposição era em relação à direção da UNE e não a entidade que, na visão dos estudantes, tinha perdido o foco em relação à luta pelas demandas estudantis para se tornar um movimento político-partidário.

Mesmo com a derrota, o complexo IPES/IBAD não diminuiu seus investimentos em relação ao movimento estudantil. A partir de uma série de relações, que envolviam outros setores sociais como, por exemplo, o apoio de entidades femininas de direita, com destaque para a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), grupos e entidades como a Associação de Cultura Brasileira – Convívio e o Instituto Universitário do Livro (IUL), entre outros, o IPES estabelecia um importante papel na realização de atividades políticas e ideológicas no meio estudantil. Somado isso, o IPES mantinha relações com Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com a PUC de São Paulo e com a Universidade Católica de Minas. O objetivo era criar uma rede de relações capaz de aglutinar jovens contrários à política desenvolvida pela UNE a partir da intensa de doutrinação ideológica.

O golpe civil-militar de 1964 gerou um forte abalo aos grupos estudantis comprometidos com o projeto nacional-reformista. A partir daí, as lideranças estudantis e suas entidades passaram a ser duramente perseguidas. A intensa participação de estudantes no projeto político das esquerdas durante o governo João Goulart (1961-1964) foi vista pelos militares como uma atitude subversiva e de má influência ao movimento estudantil. Apesar da intensa repressão a esses segmentos estudantis, os estudantes continuaram a sua luta a favor de transformações dentro e fora da Universidade. No entanto, agora possuíam um novo adversário: a ditadura.

Fontes

Declaração da Bahia (1961)
Jornal do Brasil
O Estado de São Paulo

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.* 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. A UNE como instrumento de subversão: a Frente da Juventude Democrática contra a esquerda estudantil durante a greve universitária de 1962. In*: Revista Espaço Acadêmico*, nº 133, junho de 2012.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968 a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEGANFREDDO, Sonia. UNE: instrumento de subversão. Rio de janeiro: Editora GRD, 1963.

1. 5 COERÇÃO, CONSENTIMENTO E COTIDIANO DURANTE OS 'ANOS DE CHUMBO' DA DITADURA NO BRASIL

Janaina Martins Cordeiro*

O segundo semestre de 1969 assistiu a uma das crises internas mais graves pelas quais passou a ditadura civil-militar desde 1964. Em meados de agosto, o General-Presidente Arthur da Costa e Silva sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) que acabou por afastá-lo definitivamente da presidência. O vice-presidente, Pedro Aleixo, deveria, cumprindo a ordem legal, assumir a República. Não foi o que aconteceu, no entanto. Contra ele, pesava o fato de ser "um político" e o "único membro do governo a votar contra o AI-5" (GEISEL, in: D'ARAÚJO & CASTRO, 1997: 210), no ano anterior. Assim, assumiu o governo, em caráter provisório, uma Junta Militar, formada pelos Ministros das três Armas: General Lyra Tavares, Almirante Augusto Rademaker e Brigadeiro Márcio de Souza e Melo.

Poucos dias depois de assumir, a Junta Militar foi surpreendida por uma das mais impactantes ações que a oposição armada ao regime empreendera até então: a captura do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick e a exigência, em troca, da libertação de quinze prisioneiros políticos. A ação colocou a ditadura contra a parede. Acuado, o governo se viu forçado a negociar e ceder às exigências dos guerrilheiros. Conquanto a repressão tivesse reagido com intensidade após a ação da captura, aqueles *quatro dias de setembro* abalaram a ditadura e fragilizaram ainda mais a Junta Militar.

O regime, que havia sido tão popular nos seus primeiros dias, via as insatisfações, vindas dos mais diversos segmentos da sociedade e mesmo de dentro das próprias Forças Armadas, se acumularem. Era preciso tomar providências. De posse do AI-5, já há quase um ano, a ditadura necessitava, então, reorganizar seu próprio campo, recuperar a popularidade perdida e, mais ainda, recuperar a credibilidade, abalada diante do impedimento do vice-presidente civil Pedro Aleixo e, principalmente, diante do imenso embaraço causado pela captura do Embaixador americano.

Era preciso uma nova "liderança", capaz de acalmar os ânimos acirrados dentre os radicais das Forças Armadas (Cf: CHIRIO, 2012: 135-164), reprimir as oposições, sobretudo as armadas, e restabelecer a popularidade do regime. Era preciso, pois, um novo General-Presidente, um homem forte e não o poder divido entre as três armas, em uma Junta Militar que não chegou a convencer. Assim, novas "eleições" foram apressadas. Aos poucos, o nome do General Emílio Garrastazu Médici foi aparecendo como opção. Em seu depoimento para o CPDOC/FGV, o ex-presidente Ernesto Geisel explica a opção pelo nome de Médici naquela conturbada conjuntura: "Era benquisto [entre os

* *Professora Adjunta de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) Uma versão similar à este texto foi apresentada no Colóquio Internacional Violência Política no século XX, ocorrido em Lisboa, entre os dias 12 e 14 de março de 2015.

militares], como já disse, não era radical e tinha a vantagem de ser amigo do Costa e Silva. Não iriam escolher alguém que tivesse sido hostil ao Costa e Silva" (GEISEL, in: D'ARAÚJO & CASTRO, 1997: 211).

Os relatórios produzidos pela diplomacia norte-americana no Brasil, no entanto, indicavam uma outra forte razão, para além da proximidade entre Médici e Costa e Silva, para que ele tivesse sido indicado e, posteriormente, escolhido presidente:

> No passado, Médici criticou a paciência de Costa e Silva diante das manifestações anti-governo e, em dezembro de 1968, ele apoiou fortemente a criação do Ato Institucional nº5, o qual suspendeu as liberdades civis e fechou o Congresso Nacional. Apesar de Médici não se identificar como parte da chamada *linha-dura* do Exército, sua defesa, no passado, da adoção de medidas políticas restritivas indica que ele será, possivelmente, menos tolerante que Costa e Silva com a oposição radical[2].

Desse ponto de vista, o General Médici aparecia naquele momento, para as Forças Armadas e para as forças políticas e sociais que sustentavam o regime, como o nome ideal para contornar aquela grave situação: "benquisto" nas Forças Armadas, amigo de Costa e Silva, era naturalmente o homem ideal para acalmar os ânimos na caserna, continuar, sob determinados aspectos, a política de Costa e Silva e avançar com relação ao governo anterior, sobretudo no que tangia à *caça aos inimigos do regime*. Um "homem de bem", "simpático" e, ao mesmo tempo, forte, disposto a enfrentar a "oposição radical". Como refletiria, mais tarde, o General Ernesto Geisel, "naquela situação, naquela emergência, foi a melhor escolha" (GEISEL, in: D'ARAÚJO & CASTRO, 1997: 214).

E foi assim, como quem assume uma "situação de emergência", que Médici assumiu a presidência do Brasil em 30 de outubro de 1969. Anos mais tarde, em depoimento concedido aos pesquisadores do CPDOC/FGV, Roberto Médici, filho e assessor do ex-presidente, relembraria que o pai "aceitou o cargo como uma missão que seus companheiros de farda, em uma hora difícil para a corporação e para a Pátria, pediram-lhe que cumprisse" (MÉDICI, 1995: 27). O filho buscava, assim, afirmar uma imagem segundo a qual o pai teria sido militar e "patriota" exemplar. Imagem cara à família, que ressentia-se, desde o processo de abertura, do lugar reservado ao General Médici pela memória coletiva, inclusive dentro de determinados segmentos das próprias Forças Armadas (Cf: CORDEIRO, 2014: 208-215).

De uma certa forma, pode-se mesmo compreender seu mandato, bem como o projeto político ali gestado, pela necessidade, segundo determinados setores das Forças Armadas, do cumprimento da *missão* para a qual havia sido convocado: levar adiante o modelo econômico e de controle inflacionário redefinido ainda sob o governo Costa e Silva e *pacificar* o país, livrando-o da ação de grupos armados. E

---

2 General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 8, 1969. "Brazil: General Médici chosen to replace President Costa e Silva".

mesmo antes da crise causada pela doença e afastamento de Costa e Silva, na conjuntura mais ampla de desgaste em que a ditadura se encontrava após os eventos de 1968, o General Médici já dava sinais dos caminhos que acreditava que o regime deveria trilhar. Recém saído de dois anos à frente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de volta ao Rio Grande do Sul, agora para comandar o III Exército, o General afirmava em abril de 1969:

> O povo não está reclamando pelo que a Revolução fez, mas pelo que ela ainda não fez. O povo, que apoia a Revolução, não está pedindo a volta ao passado, mas o apressamento para o futuro, supondo a existência da liberdade sem excluir a responsabilidade individual e coletiva e nem permitir licença para contrariar a vocação política da nação[3].

E foi este projeto de "apressamento para o futuro" e de realizar o que a "Revolução" ainda não tinha feito, que Médici foi empossado em fins de outubro de 1969. O novo presidente, cedo impressionou os observadores mais diversos. Chamava atenção sua postura de *homem forte*, à altura da situação grave que o país enfrentava naquele momento. A reportagem da revista *Veja*, por exemplo, destacava algumas qualidades que o "estreante" Emílio Garrastazu Médici demonstrava: "sua voz impressiona bem: é forte, é solene, excelente para os papéis principais"[4]. Duas semanas após sua posse, o jornalista Henrique Pongetti, na revista *Manchete*, fazia lembrar a ascendência ilustre do presidente:

> Grande estirpe a dos Medici*! Por quais caminhos veio um ramo reflorir no Brasil, ignoro totalmente. (...) Devem ser apagadíssimos, ou talvez inexistentes, os laços de parentesco dos Médici de Florença com os Medici do Rio Grande do Sul. Mas o sobrenome evoca gente fadada ao poder e geralmente hábil em exercê-lo. Medici ou Meditchi, como quer o meu amigo carcamano, que o general seja, dos Medici, Lourenço o Magnífico**...[5]

O Cônsul norte-americano em Porto Alegre, por sua vez, fazia a seguinte apreciação da imagem de Médici:

> O General Médici é alto, para um brasileiro (...) e possui uma figura marcante, muito bem para os seus 63 anos (...) Seus movimentos são lentos e deliberados, sem parecerem pesados. O rosto do General poderia se constituir em um desafio para um escultor, começando pelas amplas sobrancelhas, que destacam seu olhar lúgubre (...) Especialmente usando quepe, ele possui uma notável semelhança com o General McArthur. (...) Sua principal característica é a taciturnidade (...) Ele nunca usa duas palavras onde uma é suficiente e prefere não usar nenhuma, sempre que possível. (...) Por causa de sua altura, silêncio e, frequentemente, seu porte imperial, o General, às vezes oprime aqueles à sua volta, mesmo sem querer. Ele próprio é uma pessoa bastante informal, com um controlado, mas saudável senso de humor[6].

Nelson Rodrigues, um assumido admirador do regime e, particularmente do presidente Médici,

---

3 Museu Dom Diogo de Bagé, RS. Coleção Emílio Garrastazu Médici. Recorte de jornal. *Revista Visão*, 10/10/1969, p. 20.
4 *Veja,* 15/10/1969, p.18.
*[*] O artigo utiliza a grafia do sobrenome do presidente sem acento, para fazer jus, provavelmente, à grafia italiana do nome.
** [**] Lourenço, o Magnífico é descrito pelo autor do artigo como alguém que fez um governo "justo e tranquilizador", apesar de enfrentar conjuntura adversa, além de ser "dos Medici antigos (...), o mais simpático".
5 Museu Dom Diogo de Bagé, RS. Coleção Emílio Garrastazu Médici. Recorte de jornal. PONGETTI, Henrique. "Os Médici". In: *Manchete*, 15/11/1969.
6 General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Biographic notes on General of the Army Emílio Garrastazu Médici, Presidente elect of Brazil. October, 1969.

também se deixou impressionar pela sua *figura marcante*. Em crônica publicada em *O Globo,* em janeiro de 1970, escreveu:

> Quando começou o jogo de candidaturas, disse eu: - 'Ganha esse, pelo nome e pela cara'. Não é impunemente que um homem se chama Emílio Garrastazu Médici. Tiremos o Emílio e fica Garrastazu. Tiremos o Garrastazu e ficará o Médici. Bem sei que essa meditação sobre o nome parece arbitrária e até delirante. Não importa, nada importa. Depois vi a sua fotografia. Repeti na redação para todo mundo ouvir: - 'É esse o Presidente'. Ora, numa redação há sempre uns três ou quatro sarcásticos. Um deles me perguntou: - 'Só pelo nome?' Respondi: -'Pelo nome e pela cara'. Como já disse, a História e a Lenda também exigem uma certa fotogenia. E senti que Emílio Garrastazu Médici tinha um certo perfil de moeda, de cédula, de selo. Organizem uma retrospectiva presidencial e verão que os nossos presidentes são baixos. Getúlio era baixíssimo, embora tivesse um perfil histórico e, digamos assim cesariano. (...) Garrastazu Médici é o nosso primeiro Presidente alto (RODRIGUES, 2008: 231-2).

Conquanto seja importante destacar que as opiniões acima mencionadas a respeito do General Médici pertençam a grupos e pessoas bastante específicos, é de se questionar em que medida sua figura forte e imponente não foi capaz de exercer certo *fascínio* sobre segmentos mais amplos da sociedade. É de se questionar se a *missão* para a qual o General fora escalado, qual seja, a de *pacificar* o país não seria capaz de acalentar os anseios de segmentos mais amplos da sociedade, preocupados com a escalada ascendente das ações de grupos guerrilheiros no país. É preciso se perguntar em que medida a figura forte e *esmagadora*[7] de Médici não veio, de alguma forma, atender à determinadas expectativas de normalização do cotidiano para segmentos da sociedade insatisfeitos e mesmo inseguros diante da multiplicação e radicalização das oposições ao governo.

Sobretudo, as opiniões favoráveis à escolha de Médici como presidente ainda em 1969, bem como o fascínio que sua figura fora capaz de exercer, sendo associada, sempre, à sua capacidade de promover o retorno da *ordem* e da *tranquilidade* e mesmo à necessidade do exercício da repressão, nos coloca questões interessantes para refletirmos a respeito de uma certa memória sobre os *anos de chumbo*, não raramente mitificada.

Ou seja, os anos do governo Médici são, não sem razão, identificados como o período mais duro da ditadura. Neste momento, o aparelho repressivo funcionava de maneira extremamente eficaz na caça aos *inimigos do regime*, prendendo, torturando, matando, desaparecendo. Ao fim de seu mandato, os grupos de guerrilha urbana já estavam praticamente aniquilados e, no interior do país, apenas resistia, mas não por muito tempo ainda, a guerrilha do PCdoB no Araguaia. Ao mesmo tempo, sabe-se que este é o período do *Milagre brasileiro*, de grande crescimento econômico, da construção de grandes obras, do triunfo da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo do México, em 1970, dos *slogans* ufanistas da propaganda oficial e da euforia nacionalista fruto desta conjuntura.

---

7 O verbo *to overwhelm*, foi utilizado para definir a forte presença exercida pelo General Médici, no relatório produzido pelo cônsul norte-americano em Porto Alegre, citado anteriormente. Pode ser traduzido como submergir, esmagar, abafar, prostrar, oprimir, subjugar.

Médici foi, nesse momento, um presidente extremamente popular. Pesquisas do IBOPE davam-lhe, em 1972, um índice de aprovação de 90% na cidade de São Paulo[8]; para os migrantes da Transamazônica, seu nome foi "símbolo de esperança e mudanças em suas vidas" (SOUZA, 2012:207); foi, inúmeras vezes, aplaudido em estádios de futebol, homenageado por músicos populares e entidades as mais diversas da sociedade civil (Cf: ALONSO, 2015; CORDEIRO, 2015).

Para a memória construída a partir da redemocratização sobre a ditadura, no entanto, o General-Presidente, o mais *terrível* entre os cinco que tivemos, somente conquistou sua popularidade em virtude da *manipulação* de uma todo-poderosa propaganda oficial. Esta, além de criar um falso clima de *histeria nacionalista* a partir do *Milagre*, teria se aproveitado também do triunfo futebolístico brasileiro, manipulando, inclusive, o gosto do Presidente pelo esporte, para desse modo, *tentar* fazer do carrancudo General, um Presidente popular. Assim, a partir de uma *propaganda falsificadora*, centrada na exploração do *Milagre* e do futebol, auxiliada pela censura que tudo calava, a sociedade fora *enganada*, *manipulada*, *subjugada*. Somente a partir desse viés – da manipulação, do desconhecimento – a popularidade de Médici é aceita pela memória coletiva.

Não obstante, quando analisamos a imprensa da época, as opiniões de intelectuais conservadores como Nelson Rodrigues e mesmo os detalhados relatórios produzidos pela diplomacia norte-americana no Brasil, notamos que, por parte de setores mais conservadores da sociedade, começou a ser forjada uma opinião favorável ao Presidente Médici mesmo quando o *Milagre brasileiro* apenas começava a ser configurado e tal expressão sequer existia ainda e antes da Copa do Mundo de 1970, considerada por certa memória, em geral, o auge da instrumentalização da opinião social pelo regime (Cf: MAGALHÃES, 2014).

É certo que o crescimento econômico brasileiro dos anos seguintes, bem como a vitória na Copa do Mundo tiveram um significativo poder de potencializar a popularidade do presidente. Mas, é preciso considerar, como demonstram os documentos citados que, o fascínio exercido por sua imponente figura presidencial começou a se fazer sentir antes do *Milagre*, antes do tricampeonato mundial de futebol e estava, sobretudo, relacionado ao fato de ser ele um *homem forte*, *menos tolerante* com as oposições, capaz de *pacificar* o país, em resumo, capaz de *reprimir*.

Aqui, creio que seja interessante retomar o ensaio de Carlo Ginzburg sobre Hobbes e o Leviatã. O artigo intitula-se "Medo, reverência e terror" e nele, Ginzburg nos fala da necessidade de reler Hobbes hoje. Chamo atenção para um pequeno extrato em particular, no qual Ginzburg nos mostra como Hobbes entendia o "estado de natureza" e a função do *medo* como agente fundamental de sua filosofia:

---

8 63% dos entrevistados consideraram seu governo "ótimo", enquanto 27% o classificou como "bom", somando, portanto, um índice de aprovação de 90%. Cf: Arquivo Edgar Leuenroth. Fundo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Pesquisa de Opinião Pública realizada por solicitação do deputado Adhemar de Barros Filho. Agosto, 1972, p.7.

> Em tal estado [de natureza] os homens são substancialmente iguais e têm os mesmos direitos (entre os quais os de ofender e se defender): por isso vivem numa condição de guerra perene, de 'desconfiança geral', de 'medo recíproco'. Eles saem dessa condição renunciando a uma parte dos próprios direitos: um pacto que transforma uma multidão amorfa num corpo político. Nasce assim o Estado, aquele que Hobbes chamará Leviatã (GINZBURG, 2014:16).

Assim, para Hobbes o Estado surge de um pacto nascido do medo. Mas, questiona Ginzburg, um pacto é válido mesmo em situação de constrição como a que caracterizava o estado de natureza? A resposta é sim, para Hobbes um pacto é válido mesmo que estipulado em uma situação de medo. Mais ainda, se pensarmos em conjunturas de regimes autoritários e ditaduras, como é o caso do Brasil durante os anos 1960 e 1970, veremos que o *medo* desempenha papel crucial para a coesão destes regimes. Especificamente no caso do Brasil, o *medo* – do comunismo, da desordem, da "cubanização" do país, da participação popular no jogo político – configurou aspecto central do discurso que legitimou a intervenção militar em 1964 (Cf: CORDEIRO, 2009). Em seguida, na conjuntura de 1968, da imposição do AI-5 e da radicalização dos conflitos armados na cidade e no campo, o *medo* do *terrorismo* e dos *terroristas* continuaram a desempenhar expressivo papel para a manutenção do regime.

Para o caso da Alemanha nazista, Robert Gellately analisa:

> Diferentemente do que foi transmitido, a população alemã fez mais que aceitar o "bem" que o nazismo trouxe (para a economia, por exemplo) e rejeitar as instituições malignas. Pelo contrário, Hitler teve grande sucesso em obter o apoio, de um modo ou de outro, da maioria dos cidadãos. O consenso formou-se com rapidez, mas era e permaneceu pluralista, diferenciado e às vezes, inconsistente. Entretanto, (...), os alemães em geral se revelavam orgulhosos e contentes por Hitler e seus asseclas estarem afastando certos tipos de pessoas que não se encaixavam ou que eram consideradas "*outsiders*", "antissociais", "bocas inúteis" ou "criminosas" (GELLATELY, 2011:7-8).

Dessa forma, Gellately demonstra, ao longo de seu estudo, o envolvimento da sociedade alemã com a ditadura nazista, o qual se baseava, ao mesmo tempo, na popularidade do ditador, nas propostas de recuperação do orgulho nacional alemão e de seu lugar central no concerto europeu, bem como no fato de que "a maior parte da repressão e do terror foi usada contra indivíduos específicos, minorias e grupos sociais pelos quais o povo tinha pouca simpatia" (IDEM:22). O medo, o terror, empregados de maneira seletiva, foram, sob este aspecto, elementos fundamentais na conformação do pacto social em torno do nazismo.

De maneira similar, resguardadas, evidentemente, as devidas proporções, podemos analisar a conformação do pacto social em torno da ditadura e mais especificamente durante os anos Médici, no Brasil. Nesse sentido, é importante destacar que o *medo* como elemento central da compreensão do pacto que sustentou o regime ditatorial no país não impedia, no entanto, que ele buscasse outros mecanismos de consenso. Basta mencionar o clima de nacionalismo triunfante que reinava nos anos 1970. Para isso, no entanto, é preciso que abandonemos concepções simplificadoras da realidade como aquelas que falam em uma propaganda manipuladora e o reconfortante *nós não sabíamos*. Ambos,

elementos fundamentais para os processos de constituição de determinada memória coletiva ao longo do processo de transição e construção do pacto democrático, mas que não resistem à análises históricas mais aprofundadas.

Assim, é importante considerar, por exemplo, que "a retórica e argumentos da propaganda do regime estavam enraizadas no pensamento autoritário tradicional brasileiro", acrescidas, é certo, de inovações próprias da conjuntura da Guerra Fria, como a ênfase em noções como as de inimigo interno (SCHNEIDER, 2104: 5). Além disso, a sensação de *construção do novo* constituiu-se em aspecto fundamental da *opinião dominante* (Cf: LABORIE, 1988 e 2001; KERSHAW, 2002) durante os primeiros anos da década de 1970. Sob este aspecto, o discurso do Presidente no qual anunciava a *chegada do futuro* é emblemático. Em dezembro de 1971, Médici afirmava: "A Nação tem hoje a tranquila consciência de sua grandeza, em termos realistas, possíveis e viáveis. Temos agora a certeza de que *o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente* (MÉDICI, 1972:76-77)."

E não era apenas no discurso oficial que se verificava tais expectativas. Em análise recente sobre a música sertaneja brasileira na década de 1970, o historiador Gustavo Alonso demonstra como sentimentos ufanistas e de satisfação com os rumos do país eram frequentemente cantados por músicos populares. Veja-se, por exemplo um trecho da canção *Brasil caboclo exportação,* composta em 1971 e gravada pela dupla Belmonte & Miltinho:

> Cada dia que passa o Brasil vai crescendo/ No estrangeiro agora é Brasil/ [...]/ Meu amigo caboclo não perca a esperança/ sua vida tão cedo irá se modificar/ O progresso virá trazendo a bonança/ em seu rancho distante vai/ o conforto chegar (ALONSO: 2014, 93).[9]

Assim, a conjuntura específica do Milagre criava condições para associação cada vez mais íntima entre ditadura e modernização entre *medo* e *progresso*[10], como se fossem faces da mesma moeda. Sobre este processo, Rodrigo Patto, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti avaliam justamente como "os militares brasileiros e seus aliados civis lograram deslanchar um processo de modernização que implicou mudanças importantes na infraestrutura do país", ao mesmo tempo em que tal projeto modernizador era profundamente conservador e autoritário, sendo que "as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (também ela modernizada naqueles anos)" (REIS, 2014:7-8).

Sob este aspecto, refletir sobre a vivência cotidiana deste processo de modernização autoritário e como as pessoas se relacionaram com ele, torna-se fundamental para discutir as formas a partir das quais a ditadura se sustentou por longos anos no Brasil, bem como os diálogos que estabeleceu com

---

9 São numerosos os exemplos de músicas sertanejas que cantavam o Brasil e o regime. Para mais informações, ver além deste artigo, ALONSO, 2015.

10 A expressão foi tomada emprestada do livro de Antonio Cazorla Sanchez, *Fear and progress*, no qual o autor estuda as experiências e comportamentos sociais sob o franquismo. Cf.: SANCHEZ, Antonio Cazorla. *Fear and progress*: ordinary lives in Franco's Spain, 1939-1975. Chichester, United Kingdon: Wiley-Blackwell, 2010.

tradições arraigadas no imaginário social e as permanências de traços autoritários ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Portanto, é também através da noção de *construção do novo* que este período deve ser compreendido. Sem perder de vista que "construir é também vigiar, porque os inimigos do povo conspiram. Construir é controlar as faltas, identificar os *desvios* e também, quando e se necessário for, punir" (REIS, 2010:102). Assim, de forma similar à Alemanha pré-1933, o Brasil pré-1964 viveu momentos de intensa agitação política, que renasceram a partir de 1967 e, principalmente, em 1968. Para expressivos segmentos da sociedade o *comunismo* era, de fato, um *espectro* – perigoso, ameaçador – que rondava o país. Nesse sentido, não teriam se sentido aliviados quando, a partir dos primeiros anos da década de 1970, o governo, de posse do AI-5 e com os aparelhos de repressão e informação atuando a todo vapor se incumbiu, de forma definitiva, da missão de *livrar* a sociedade da *subversão* e do *terrorismo*? A definição de um "inimigo interno" com contornos bastante específicos, aliada ao contexto mais amplo de ascensão material não teria dado a segmentos expressivos da sociedade uma estranha sensação de que estavam às salvo e ao mesmo tempo, de retorno à certa normalidade cotidiana?

Assim, torna-se importante compreender como o discurso oficial do regime – e da repressão – foram absorvidos socialmente a partir também da necessidade de reprodução de uma certa *cultura de normalidade* (BERGERSON, 2004). É preciso verificar como a definição de um *inimigo interno*, aspecto fundamental da Doutrina de Segurança Nacional, foi ou não naturalizada no cotidiano de amplos segmentos sociais. Todavia, para o caso do Brasil, refletir sobre as formas a partir das quais constitui-se uma *cultura de normalidade*, significa também pensar a violência a partir das idiossincrasias e do próprio passado e tradições nacionais. Nesse sentido, refletir sobre uma dita normalidade cotidiana sob a ditadura, cuja lógica está baseada na dinâmica entre *ação cotidiana* e *auto-ilusão de inocência e impotência*, precisa ter em perspectiva uma visão ampliada da história nacional e um processo de *longa duração* a partir dos quais violências políticas de tipos diversos foram naturalizadas no cotidiano ordinário ao longo da história.

Para finalizar, cabe questionar as razões e processos a partir dos quais a memória coletiva guarda desse período uma imagem estática, polarizada, opondo de um lado um Estado repressivo todo poderoso e uma sociedade perseguida, silenciada, quando não acuada e absolutamente impotente. Os anos do governo Médici são particularmente ricos na difusão dessas oposições simplificadas. As imagens de *eufóricas* celebrações de um lado e de *sombrias* perseguições de outro são reafirmadas a partir de pressupostos que cristalizam os lugares-comuns da sociedade *vitimizada* e da propaganda que seduz e manipula, apagando por vezes, a sensação de absoluta normalidade, de acordo com a qual segmentos não pouco expressivos da sociedade viveram aquele período.

A memória coletiva em torno da ditadura no Brasil é algo complexo. Situa-se entre o desejo de

perdoar, *lembrar* e *silenciar*. À medida em que ganhava espaço o processo de transição democrática no Brasil, entre fins dos anos 1970 e ao longo da década seguinte, as relações plurais e muitas vezes *ambivalentes* estabelecidas entre sociedade e ditadura foram silenciadas. A sociedade passou a enxergar-se através do espelho da *resistência* ou da imagem da *maioria silenciosa*, "levada à reboque, como simples observadora, em um processo de crescente violência política e social com o qual nunca esteve de acordo"[11].

Nesse sentido, é importante tomar a ideia de memória como um processo complexo, que articula, segundo Henri Rousso, "lembranças e esquecimentos, consciente e inconsciente, a parte aceita e assumida do passado como sua parte negada ou ocultada" (ROUSSO, 1999:110). Assim, *esquecimento* não é tomado aqui como "ausência de memória": "esquecer alguma coisa é deslocar o olhar retrospectivo e recompor, assim, uma outra paisagem do passado" (IDEM). Considerando tais relações, os processos de memória – seus silêncios e não ditos – tornam-se fundamentais para refletir sobre a vida cotidiana durante a ditadura, as demandas por *normalização* do dia-a-dia e as relações com os processos de violência política.

Sob este aspecto, é importante tentar compreender a memória deste período tendo em vista a complexidade de um governo que é lembrado pela memória coletiva nacional como sendo os *anos de chumbo*, das perseguições e repressão desencadeadas pelo *golpe dentro do golpe* a partir de dezembro de 1968. Mas que é também o período do *Milagre Brasileiro* e da grande euforia proporcionada pelo crescimento econômico; do entusiasmo pela conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970; dos estádios lotados aplaudindo ao general-presidente da vez; da expansão das fronteiras, que integravam o país e das grandes obras *faraônicas*. Foram também, portanto, *anos de ouro*. E aqui, é preciso esclarecer, esta expressão não define apenas os que manifestavam publicamente seu entusiasmo pelo regime, mas abrange uma variada gama de comportamentos sociais. Diz respeito, por exemplo, à classe média, grande beneficiária do *Milagre*; mas também, aos muitos imigrantes que se dispuseram a desbravar as fronteiras, colaborando para integrar o território nacional. Diz respeito às expectativas de pleno emprego, às oportunidades, à mobilidade social, às melhorias de padrão dos trabalhadores mais qualificados, às significativas melhorias proporcionadas aos trabalhadores do campo e a outros segmentos populares (CORDEIRO, 2015).

Referências bibliográficas

ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto*. Música sertaneja e modernização brasileira. Rio de Janeiro:

11 A imagem da "maioria silenciosa" é tomada emprestada de Carassai (2013: 72) em sua análise sobre a sociedade argentina.

Civilização Brasileira, 2015.

_____. "Ditadura do sertão: apoio e consenso da ditadura civil-militar na música sertaneja". In: CORDEIRO, Janaina Martins, LEITE, Isabel Cristina, SILVEIRA, Diego Omar e AARÃO REIS, Daniel (orgs.) *A sombra das ditaduras – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

BERGERSON, Andrew Stuart. *Ordinary Germans in extraordinary times*. The Nazi revolution in Hildesheim. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

CARASSAI, Sebastián. *Los años setenta de la gente común*. La naturalización de la violência. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

CHIRIO, Maud. *A política nos quarteis*: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de Milagre:* comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. *Direitas em movimento*. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. "Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 22, nº43, p. 85-104, 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GELATELLY, Robert. *No sólo Hitler*. La Alemania nazi entre la coacción y el consenso. Barcelona: Crítica, 2002.

GIENSEN, Bernhard. "Sobre héroes, víctimas y perpetradores". In: *Puentes*. Buenos Aires, ano 2, número 5, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror. Quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LABORIE, Pierre. "De l'opinion publique à l'imaginaire social". In: *Vingtième Siècle*, vol.18, numéro 18, 1988.

_____. *L'opinion française sous Vichy*. Les Français et la crise d'identité nationale (1936-1944). Paris: Éditions du Seuil, 2001.

_____. *Les français des années troubles*. De la guerre d' Espagne à la Liberation. Paris, Seuil, 2003.

_____ . "1940-1944. Os franceses do pensar-duplo". In: Denise Rollemberg e Samantha VIz Quadrat (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2010.

LVOVICH, Daniel. "A questão do consenso durante a ditadura militar argentina: problemas

metodológicos e contextos historiográficos (1976 -1983)". In: Beired, JLB., e Barbosa, Cas (orgs.) Política e identidade cultural na América Latina. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Magalhães, Lívia Gonçalves. *Com a taça nas mãos*: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nosso caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, Roberto Nogueira. *Médici, o depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

REIS, Daniel Aarão. Stalin, stalinismo e sociedade soviética. Literatura & História". In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat. (orgs). A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RODRIGUES, Nelson. *O reacionário*: memórias e confissões. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. "Apresentação". In: _____. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. 3 Vols. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROUSSO, Henri. "Le statut de l'oubli". In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *Pourquoi se souvenir?* Académie Universelle des cultures. Forum International Mémoire et histoire. UNESCO, 25 mars 1998, LA SORBONNE, 26 mars 1998. Paris: Bernard Grasset, 1999.

SANI, Giacomo. "Consenso". In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 4ªed., v.1, 1992.

SCHNEIDER, Nina. *Brazilian propaganda*: legitimizing an authoritarian regime. Gainesville: University Press of Flórida, 2014.

SOUZA, César Augusto Martins. *A estrada invisível*: memórias sobre a Transamazônica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2012.

1.6 A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NA ARGENTINA ENTRE OS ANOS 1960 E 1970 E SEUS REFLEXOS NO ANOS 2000

Isabel Cristina Leite[1*]

Em 29 e 30 de maio 1969 estourou na cidade de Córdoba uma greve que culminou em uma situação quase incontornável de violência popular como ação política. Milhares de estudantes e trabalhadores sindicalizados organizaram um grande protesto. O *Cordobazzo*, como ficou conhecido o episódio, expôs as fraquezas, sobretudo econômicas, da ditadura de Juan Carlos Onganía (1966-1970). O processo que levou a esta situação havia começado cerca de 15 dias antes com a greve dos operários mecânicos, que terminou com repressão estatal. O jornalista Rodolfo Walsh[2] assim descreveu o dia 29:

> El 29 de Mayo amanece tenso. Los trabajadores de luz y fuerza son atacados con bombas de gases a la altura de Rioja y Gral. Paz. Una vez más la represión está marcha. Las columnas de los trabajadores de las fábricas automotrices llegan a la ciudad y son atacados. El comercio cierra sus puertas y la gente inunda las calles. Corre la noticia de la muerte de Máximo Mena, obrero mecánico. Se produce un estallido popular, la rebeldía contra tanta injusticia, contra los asesinatos, contra los atropellos. La policía retrocede. Nadie controla la situación. Es el pueblo. Son las bases sindicales y estudiantes que luchan enardecidas. El apoyo total de la población. Es la toma de conciencia contra tantas prohibiciones. Nada de tutelas ni usurpadores del poder, ni de cómplices participacionistas. El saldo de la batalla de Córdoba, "El Cordobazo", es trágico. Decenas de muertos, cientos de heridos. Pero la dignidad y el coraje de un pueblo florecen y marcan una página histórica argentina y latinoamericana que no se borrará jamás. En medio de esa lucha por la justicia, la libertad y el imperio de la voluntad del pueblo, sepamos unirnos para construir una sociedad más justa, donde el hombre no sea lobo

---

[1] * Pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense. Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este artigo é parte integrante da minha tese: *Ningún justificativo nos vuelve inocentes: o debate sobre a luta armada na Argentina.*

[2] Jornalista. Entrou para os *Montoneros* em 1973, trabalhando no jornal do grupo *Notícias*. Em 24 de março de 1977, escreveu a "Carta aberta de um escritor para a Junta Militar" e enviou a todas as redações de Buenos Aires. Ninguém a publicou. Ele foi preso no dia seguinte por um grupo de tarefas da ESMA e morto no mesmo dia.
http://www.revistasudestada.com.ar/edicion/195/el-periodismo-segun-walsh/

> del hombre, sino su hermano. "Nuestras clases dominantes han procurado siempre que los trabajadores no tengan historia, no tengan doctrina, no tengan héroes ni mártires. Cada lucha debe empezar de nuevo, separada de las luchas anteriores. La experiencia colectiva se pierde, las lecciones se olvidan.
>
> La historia aparece así como propiedad privada cuyos dueños son los dueños de todas las cosas. Esta vez es posible que se quiebre el círculo..."[3]

O historiador Marcos Novaro afirmou que o *Cordobazzo* significou o começo do fim do *Onganiato*. Os governos que se seguiram tiveram como legado um clima de violência política crescente e um Estado falido, com pouca autoridade para controlá-la. O General Perón, ainda no exílio, foi quem mais contribuiu para este clima de mobilização. Passou a ser visto como o único capaz de acalmar os ânimos revolucionários que assolavam o país. Onganía ficou no governo até meados do ano seguinte. Aos problemas que vinha enfrentandosomou-se mais um,também grave, causado por militantes revolucionários: o sequestro, seguido de morte, do ex-presidente Pedro Eugênio Aramburu, pelo recém-criado grupo *Montoneros*, no dia 29 de maio de 1970.

Tal sequestro foi uma das mais espetaculares ações realizadas por um grupo de guerrilha na Argentina. Aramburu foi presidente entre os anos de 1955-1958, e foi um dos militares que encabeçaram a queda de Juan Domingo Perón, dando início à chamada "Revolução Libertadora", responsável por banir o peronismo do país, em 6 de setembro de 1955[4].

Ao todo, os *Montoneros* soltaram cinco comunicados informando sobre a ação. O primeiro avisou da prisão e da intenção de submeter o General a um julgamento revolucionário. Pesava sobre

---

[3] "Periódico de la CGT de los Argentinos". Colección Completa. Números 1 al 55. Mayo 1968 – Febrero 1970. **www.cgtargentinos.org**

[4] Começou, em 1955, um ciclo de violência e instabilidade, que terminou somente com o fim da última ditadura militar, em 1983. Marco desta violência foi o bombardeio da *Plaza de Mayo* em junho daquele ano, que deixou cerca de 300 mortos. Foi uma espécie de preparação para o golpe. Durante governo de Aramburu houve a intervenção no *Partido Peronista*, na *Confederación General del Trabajo* e em diversos sindicatos. Ficou proibido, também, o uso de símbolos peronistas. Ruas, praças, ou qualquer local cujo nome houvesse alguma ligação com o General Perón ou sua esposa, Eva Duarte, tinha seu nome mudado. Diversos dirigentes políticos foram presos e a Constituição, datada de 1949 foi anulada. O mais grave deste governo, ocorreu em 1956, quando o governo mandou fuzilar opositores, depois de mais de cem anos sem esta prática no país. Um dos assassinados foi o militar oposicionista Juan José Valle.

Aramburu a pecha de *traidor a la pátria y al Pueblo y asesinato em la persona de veintesiete argentinos*[5]. O segundo comunicado dava mais detalhes do sequestro para desfazer equívocos, pois outros grupos se diziam sequestradores do General e queriam resgate. O terceiro, datado de 31 de maio, trazia as declarações de Aramburu, dadas ao Tribunal Revolucionário. Ele assumiu a responsabilidade pelos decretos que autorizavam fuzilamentos sem julgamento prévio, dos 27 argentinos; depois, se disse responsável, também, por outro decreto que liberava a execução de mais 8 militantes, mesmo eles tendo sido declarados inocentes; também se responsabilizou por ter encabeçado um governo repressivo, que proscreveu organizações, interveio em sindicatos, prendeu dirigentes; e, por fim, assumiu que profanou o lugar onde repousava os restos mortais de Evita e que desapareceu com o corpo, privando o povo de seus restos[6].

O Tribunal, por sua vez, o declarou culpado pela difamação do nome dos legítimos dirigentes populares: Juan Perón, Evita e Juan José Valle; por ter anulado as últimas conquistas sociais trazidas pela revolução *Justicialista* e por ter entregue o patrimônio nacional aos interesses internacionais. Com base nestas acusações e nas confissões, o Tribunal resolveu condenar Aramburu à morte, prometeu publicizar a documentação que fundamenta esta decisão, bem como, se comprometeu a dar sepultura cristã aos restos do acusado e devolver os restos à família assim que fossem devolvidos os restos mortais de Evita[7].

No quarto comunicado, os *Montoneros* publicaram um trecho da carta escrita pelo General Juan Jose Valle a Aramburu pouco antes de ser assassinado pelo regime, em 1956. Dizia o trecho: *Con fusilarme a mí bastaba, pero no. Han querido ustedes escarmentar al pueblo. Aunque vivan cien años, sus victimas seguirán a cualquier rincón del mundo donde pretendan esconderse.* Depois da citação, seguiu o aviso do assassinato de Aramburu, no dia 1 de junho. O grupo afirmou que o general pretendia voltar ao poder e reeditar os tempos da "revolução fuziladora". Se definiram como homens e mulheres que lutam com armas em punho pela soberania nacional, se diziam responsáveis por prevenir o povo argentino das manobras dos gorilas e convocavam o povo às armas. Dizia o documento:

---

[5] Todos os comunicados começam com *Perón vuelve* e terminam com *Perón o muerte! Viva la Patria!* São assinados pelo Comando Juan José Valle, nome do tenente General fuzilado a mando de Aramburu. *Comunicado* N°1. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973.* La Plata: De La Campana, s/d. p. 49.

[6] *Comunicado* N°3. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973.* La Plata: De La Campana, s/d. p.50 b

[7] Idem. p.51

> Compañeros: que la inexorable justicia popular que se hizo sentir sobre el asesino Aramburu se convierta em punto de partida de la lucha. (...) Que sepan los vendidos, los torturadores, que sepan los enemigos de la classe trabajadora: el pueblo no recibirá solamente los golpes, ahora está dispuesto a devolverlos y a golpear donde duela. Los Montoneros llamamos a la resistência armada por uma pátria libre, Justa y Soberana[8].

Beatriz Sarlo, em seu livro "A paixão e a exceção: Eva, Borges e os Montoneros" relatou sua alegria com a morte de Aramburu. Contudo, trinta anos depois do ocorrido, questionava-se se realmente conseguiu captar à época o sentimento moral e a ideia política do fato:

> Quando me lembro daquele dia em que assistia a televisão com outros amigos peronistas e veio a notícia de que encontraram o cadáver, e mais tarde, quando me lembro de ter acompanhado o enterro na Recoleta, vejo outra mulher (que já não sou). Quero entendê-la, pois quem eu era não foi muito diferente de outras e outros; provavelmente também não parecia uma estrangeira no grupo que o sequestrara, julgara e executara Aramburu. Embora meu caminho político fosse se afastar do Peronismo, naquele ano de 1970 admirei e aprovei o que tinha sido feito (SARLO, 2005: 11).

Em uma vídeo-entrevista concedida para a revista cultural *Ñ*, a autora reviu seus anos de militância alinhada primeiramente com o Peronismo e depois com o Maoísmo. Foi a partir destas experiências que nasceram os livros *La pasión y la excepción* (2003) e *Tiempo pasado* (2005). O que a chamava a atenção de Sarlo era que a maioria dos textos sobre os anos 70 eram textos partidários. Não se mencionava o duro da política, somente se construía uma visão romântica do militante:

> Una versión romántica de la militancia, es un versión bobalicona de la militância(...) Ahí estábamos equivocados, en las ideas, no en el voluntarismo de querer una sociedad mejor. (...) así como la muerte de Aramburu me pareció bien, la de Rucci fue un horror.

---

[8] *Comunicado* N°4. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973*. La Plata: De La Campana, s/d. p.52.

Assim, *La passión* foi um livro que surgiu com a finalidade de colocar uma pedra em seu passado político[9].

Este assassinato mudou os rumos da política Argentina. Havia uma crença de que dali por diante a vitória revolucionária seria inevitável. Entre os anos de 1968 a 1976, houve o surgimento e um maior protagonismo dos grupos armados. O que caracterizou a luta armada naquele país foi a utilização das ações de comando e expropriação nas zonas urbanas, como faziam os *Tupamaros*, mas a estas ações eram incorporadas uma estratégia de luta revolucionária. Isto significaria que a guerrilha urbana tinha como objetivo formar um exército revolucionário. As guerrilhas argentinas propuseram uma derrota militar do inimigo, através da luta urbana, que seria complementada pela luta armada nas zonas rurais. Tais guerrilhas, sobretudo as de viés peronista, tinham como objetivo fazer a revolução e não restaurar a democracia com a volta de Perón (MOLINA, 2002: 11). O historiador Vicente Massoti, escreveu que as razões da luta armada na Argentina não foram construções arbitrárias, nem especulações sem sentido forjadas com o propósito de se lançar a uma aventura destinada ao fracasso. As principais organizações existentes à época eram *Ejercito Revolucionario del Pueblo*[10] e os *Montoneros.* Ambas chegaram a abraçar a violência e a levá-la ao limite da política: a guerra (MASSOTI, 2013: 13-15).

A primeira experiência de guerrilha rural argentina ocorreu em Tucumán, no ano de 1959, com o *Ejército de Liberación Nacional-Movimiento Peronista de Liberación,* mais conhecidos como *Uturuncos*[11]. A partir dessa organização, originaram-sedezenas de outras de orientação *peronista,* cuja organização de maior destaque foi *Montoneros*, que surgiu em 1969, sendo seus quadros, em sua maioria,

---

[9] *Comunicado* N°4. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973*. La Plata: De La Campana, s/d. p.52.

[10] Em 1965 foi fundado na sede do sindicato dos cabelereiros no bairro de *Once*, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Este novo partido era o resultado da união da Frente Revolucionária Indoamericanista Popular, liderada por Mario Santucho, e o grupo *Palabra Obrera*, de origem trotskysta e liderado por Nahuel Moreno. Dentro das mobilizações que resultaram no *Cordobazzo,* em 1969, o PRT desenvolveu intensas atividades politicas e militares, dentre elas a formação de um exército revolucionário, o ERP, em 1968. Nos primeiros anos da década de 1970 foi o grupo mais importante da esquerda revolucionária fora do peronismo, com grande número de quadros. O ínicio de seu fim de deu em fins de 1975. Durante seu período de legalidade, em 1973, com Cámpora na presidência, sua imprensa atingiu seu ponto mais alto. *El Combatiente,* jornal mais importante do PRT chegou ao número de 21 mil exemplares vendidos, já o *Estella Roja*, do ERP, vendeu 54 mil. Cf. CARNOVALE, Vera. *Los combatientes. Historia del PRT-ERP.*Buenos Aires, Sliglo XXI, 2011; POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas. PRT-ERP.* EDEUBA: Buenos Aires, 2001.

[11] "Homens tigres" em idioma quéchua. Acerca do perfil dos primeiros guerrilheiros, há uma contradição. O pesquisador Daniel James afirma primeiramente que estes militantes eram universitários pertencentes à juventude peronista, aliados à esquerda não peronista, depois afirma que eram jovens humildes deidade entre 16-20 anos. Cf. SALAS, Ernesto. El errático rumbo de la vanguardia montonera. In: *Lucha armada en Argentina.* Año 3. n. 8. 2007. pp. 34-35 pp.24.

originários da esquerda católica. Em fins dos anos 1970, cresceu o número de jovens de vários setores da sociedade que nele ingressaram, com vistas a fazer oposição à ditadura militar vigente. Muito embora se apresentassem como uma espécie de braço armado de Perón, nem sempre foi tranquila a relação entre ambos (GILLESPIE, 1987: 47).

Privilegiaram mais as ações urbanas que rurais, muito embora por muito tempo tivessem influência cubana. Com o passar dos anos este modelo foi sendo abandonado em razão de fatores como a influência exitosa Tupamara, que colocaram as ações urbanas em evidência; o declínio da guerrilha rural, sobretudo após a morte de Che; o aumento da s lutas de massas urbanas, sobretudo depois do *Cordobazzo*. Muitos *montoneros* fizeram treinamento militar em Cuba (BASCHETTI, 1970-1973: 39), mesmo reconhecendo algumas limitações da teoria do foco. Sabiam quem seria inviável copiar o modelo na Argentina, dadas as diferenças históricas e sociais deste povo (BASCHETTI, 1970-1973: 66). Mesmo assim tinham a guerra revolucionária como método, cujo fim seria a construção nacional do socialismo (BASCHETTI, 1970-1973: 265).

Conforme observamos em trabalho anterior, "Comandos de Libertação Nacional – oposição armada à ditadura em Minas Gerais", fruto da investigação no mestrado, uma das particularidades da organização, e de certa forma, da luta armada na Argentina é que, ao contrário do Brasil, os Montoneros não traziam somente para si a responsabilidade da vanguarda da revolução. A vanguarda seria fruto da união de toda a esquerda peronista, que era plural. Dentro da discussão sobre vanguarda, a concepção da esquerda peronista seria diferente da concepção da esquerda marxista. Para os peronistas radicais, seria o movimento das massas trabalhadoras o responsável por criar a vanguarda. Entre os anos de 1970-1973, o grupo obteve grande popularidade, por cultivar simpatizantes por meio do uso de violência ofensiva e uma extremada seleção de objetivos, evitando ações violentas aleatórias. Prestavam atenção às operações simbólicas, suscetíveis de provocar a adesão de todos os peronistas (RODRIGUEZ apud: LEITE, 2009: 80).

Segundo Richard Gillespie, em seu estudo clássico sobre o grupo, intitulado "*Montoneros: los soldados de Perón*", as ações *montoneras*, mais do que operações militares, seriam uma espécie de propaganda armada. Os principais objetivos do grupo passavam por acumulação de dinheiro e recursos logísticos e militares e o esforço para maior adesão popular. Não praticaram ações em guarnições militares, ou mesmo provocaram enfrentamento armado deliberadamente a exército ou a polícia (GILLESPSIE, 1987: 142-3), mas ficaram conhecidos os sequestros de empresários, como parte das ações espetaculares do grupo.

Em 1972 foi publicado o primeiro documento de crítica interna, chamado Documento Verde[12]. Escrito no presídio em Córdoba, o documento criticava a concepção foquista e a militarização da organização, que internamente se encontrava extremamente verticalizada e com rigidez em excesso. A supremacia do militar colocou o político como auxiliar da organização. Ali já era mencionado o desprezo do grupo pela vida, inclusive dos companheiros, e o afastamento paulatino das massas. Comentou Luiz Rodeiro, antigo militante da organização:

> Se convertieron en una patrulla perdida en el espacio. Es ese foquismo, esta concepción de lucha armada como ideologia determinante, la que contribuie a crear las condiciones para el advenimiento de la ditadura más sangrenta a traves de la práctica del terrorismo de Estado (RODEIRO, 2006: 58).

Até 1973 acreditou-se que os destacamentos armados seriam a vanguarda do movimento revolucionário, até que se tornasse uma única organização. No inicio deste mesmo ano decidiram se fundir com as *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) e centralizaram na figura de Perón o papel de vanguarda da revolução (SALAS apud: LEITE, 2009: 80). Com o passar dos meses, ficou explícito aos *Montoneros* a diferença de seu projeto e o do general Perón, que seguia realizando acordos com burocratas sindicais e setores liberais. Tais atitudes teriam conduzido a esquerda radical a não abrir mais espaço para alianças. A partir de então, tomaram para si da vanguarda revolucionária, provocando uma ruptura com o General. O ponto mais alto de tensão entre ambos se deu com o assassinato de José Inacio Rucci, secretário geral da CGT, em 1973. Este ato foi uma forma de desafiar o General Perón e mostrar-lhe que deveria prestar mais atenção e

---

[12] "*Durante la corta y vertiginosa vida política de Montoneros existieron cuatro rupturas formales y varios planteos de desacuerdo y críticas a la organización, algunos documentados y otros que solo permanecen en las memorias de los militantes. Las disidencias que se estudiarán en este trabajo son la ruptura del grupo que fue conocido como "Columna Sabino Navarro" y que manifestó públicamente su rompimiento con Montoneros en 1972 emitiendo el Documento Verde y la de la Juventud Peronista Lealtad que abandonó la organización en 1974. También se analizarán los planteos discordantes de la Columna Norte de la provincia de Buenos Aires y los informes que Rodolfo Walsh escribió en 1976. Existen otras dos rupturas que son tardías. En 1979, Rodolfo Galimberti y Juan Gelman firman una carta en la que plantean sus desacuerdos con la conducción del Movimiento Montonero. Un sentido similar tendrá, algunos meses después, la "rebelión de los tenientes" encabezada por Miguel Bonasso que dio origen a Montoneros- 17 de octubre. Estas dos desavenencias se dan en el marco de la operación que se llamó Contraofensiva y justamente por eso han sido descartadas, considerando que el contexto de las rupturas posteriores a 1976 es diametralmente diferente al de las que se manifiestan durante la cumbre de la vida pública de Montoneros que se da entre 1971 y 1975*". Cf. MINGRONE, Luciana Azul. *Pelearle a María. Disidencias en Montoneros (1972-1976).* In: Segundo Congreso de Estudios sobre el Peronismo (1943-1976) **http://redesperonismo.com.ar/archivos/CD2/Mingrone.pdf**

negociar mais com a "banda armada do peronismo"[13]. No ano seguinte, foi a vez de sequestros de empresários. Ao todo, conseguiram 70 mil dólares.

O uso da violência em escala surpreendente, sobretudo entre peronistas e anti-peronistas, marco de toda a ação política. Houve toda uma geração na Argentina que foi obrigada a escolher apenas uma das duas histórias possíveis (MARTINS FILHO, 2000). Marcos Novaro definiu a sociedade argentina de 1955 até o início do século XXI como instável e de desacordos, em uma oscilação entre ensaios semi-democráticos e períodos autoritários. Estes últimos períodos terminaram se impondo e a cada volta estavam mais prolongados e violentos até seu fracasso final, nos anos 1980. A Argentina seria um país sem rumo fixo, em meio a suas políticas públicas, em sua inserção no mundo e nas imagens que produz de si e para si (NOVARO, 2010: 9).

Carlos Fico, em seu artigo "Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador", avaliou a violência como uma das principais chaves analíticas dos chamados "eventos traumáticos" do século XX. Todavia, ele afirmou que pensar em termos de violência seria mais adequado para tratar do caso argentino, em contraposição à noção de frustração, que melhor se adequaria para refletir sobre o caso brasileiro. Dois aspectos singularizaram a experiência Argentina quando comparada à do Brasil, segundo o autor: a grande visibilidade da repressão militar e a extensiva prática da violência pela luta armada. A guerrilha naquele país foi muito atuante, bem como a repressão (FICO, 2013).

Para se entender a violência da última ditadura é importante mirarmos no período imediatamente anterior ao golpe. O trabalho da historiadora Marina Franco mostrou como a figura do inimigo interno e o combate à subversão já estava presente na sociedade e estava institucionalizado neste período democrático anterior a 1976 e como o próprio Juan Perón foi protagonista no espiral de violência. Em meados de 1973 começava a aparecer fissuras na relação entre sociedade e

---

[13] De acordo com Miguel Bonasso, antigo militante *Montonero*, foi o próprio Mario Firmenich, líder da organização, quem lhe contou que haviam matado Rucci, sob a justificativa de que "***estaban enfrentados*** *con el sindicalismo ortodoxo, un "aliado del imperialismo*", e por "*su responsabilidad personal (la de Rucci) en la matanza de Ezeiza*". Bonasso havia dito a Firmenich que não concordava com a ação, pois seu assassinato seria uma aberta provocação a Perón, que recém voltava do exílio, após 18 anos e dois dias antes do assassinato havia ganhado as eleições com mais de 60% dos votos. "*El Pepe (Firmenich) recién se impacienta cuando argumento que una organización revolucionaria* ***no puede producir un ajusticiamiento*** *sin asumirlo públicamente porque, si no, equipara sus acciones a las de un servicio de inteligencia. La frase, me parece, conspira contra mis posibilidades de ascenso*", disse Bonasso. Cf. Todo lo que Bonasso ya reveló sobre el asesinato de Rucci. 05/03/2015 **http://www.perfil.com/columnistas/Todo-lo-que-Bonasso-ya-revelo-sobre-el-asesinato-de-Rucci-20150305-0003.html**. La vida y la muerte de José Rucci **http://www.ruinasdigitales.com/descamisado/descamisadolavidaylamuertedejoserucci220/**

peronismo. O ERP declarou apoio ao governo de Héctor Cámpora (1973), mas avisou que continuaria atuando contra "os inimigos da nação". Os *Montoneros*, dois dias depois da eleição de Perón, em setembro de 1973 assassinaram Inácio Rucci e juraram continuar na luta armada, ainda que com Perón no poder. Esta continuidade das ações da guerrilha fortaleceu o discurso de Cámpora de condenação pública da violência, parte de um processo que já estava em curso, um discurso de colocar fim às ações armadas, deslegitimando a violência de esquerda, relacionando esta violência a períodos de ditadura (FRANCO, 2012).

Marina Franco ainda apontou três fatores que foram responsáveis por potencializar da violência neste período e que, de certa forma, são fatores que estão interligados: Primeiramente estão as cisões internas no peronismo. A partir do massacre de Ezeiza[14], onde peronistas de direita e de esquerda entraram em conflito, Perón começou a traçar uma linha entre o que ele considerava "ordem" e o que considerava "desordem", para tentar manter a pacificação nacional. Ambos se tratavam como inimigos e a serviço do imperialismo, uma ideologia externa ao "ser argentino". Depois do assassinato de Rucci, Perón declarou como novo inimigo o comunismo. Elegeu o sindicalismo como coluna vertebral do peronismo e começou com uma política de "depuração ideológica", onde colocava a juventude como potencial centro de problemas, por ser alvo fácil de ideologias externas. Houve ampla utilização do discurso médico, para tratar do problema dessa

---

[14] Em 20 de julho de 1973, Perón voltava após 18 anos no exílio. Para recebê-lo foi montado um palco nos arredores do aeroporto de Ezeiza. Cerca de dois milhões de pessoas aguardavam o líder. O responsável pela segurança do evento era Jorge Manuel Osinde, militar da direita peronista e subsecretário dos Esportes. Havia ordem de não deixar que a esquerda peronista. Quando os *Montoneros* e *FAR* tentaram se aproximar, foram surpreendidos com tiros, vindos do palco. Foram 13 mortos e 365 feridos. No dia seguinte, Perón colocou a do massacre nos *Montoneros.* Segundo Martín Caparrós, ex-militante montonero: *Los montoneros ese día pecaron por ingenuos. Pensaron que con esa movilización de cientos de miles de personas alcanzaba, y la derecha los esperaba con unos cientos de ametralladoras y la logística militar bastante mejor establecida, y los corrieron a balazos. Al día siguiente, Perón los condenó como autores de ese enfrentamiento, cosa que no fueron. De los montoneros, algunos pocos iban armados, pero infinitamente menos que la derecha. Me parece que a partir de ese día todo empezó a degradarse; por un lado había como una justificación clara para aquellos que decían que las armas eran más útiles. Los sectores más militaristas, más fierreros, como se decía de los Montoneros, tuvieron un argumento muy difícil de contrarrestar. Y creo que ahí, el día del supuesto apogeo, todo empezó a degradarse.* Já, Mario Fiermenich, relatou que foram pegos de surpresa com o ataque. Afirmou o líder: *Nuestra decisión política era mostrarle a Perón un poderío de masas, de opinión pública, para decirle: "Vea, General, el proceso va por acá. No va por la vieja burocracia sindical. El proceso político argentino, éste que lo ha traído a usted, viene por esta base de masas, que es esta juventud que opina esto, que se organiza de esta forma y que tiene esta bandera". Y por eso llevamos enormes banderas de 50 metros de largo que decían Montoneros. Era un hecho histórico y nosotros teníamos la voluntad política de dejar constancia de que había una dirección transformadora del proceso que estaban marcando las nuevas generaciones. Por eso movilizamos a toda la gente que pudimos del interior y de Buenos Aires. Hicimos el máximo esfuerzo de movilización con banderas claras. No había consignas. Simplemente la presencia. Yo creo que esto también sorprendió a los organizadores del acto. A veces pienso que la masacre no estaba premeditada. A lo mejor, así como para nosotros era absurdo pensar que hubiera una banda de mercenarios enquistada en el palco dispuesta a tirar, también para ellos habrá sido absurdo pensar que estos jovencitos pudieran copar el acto más grande de la historia argentina. Lo copamos. El acto más grande de la historia argentina fue un acto, no digo montonero, un acto peronista dominado políticamente por al expresión de los montoneros.* Cf. PIGNA, Felipe. Lo pasado pensado. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2005. Retirado de: http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/vuelta_de_peron/masacre_de_ezeiza.php

ideologia estranha ao corpo peronista. Com o aumento das ações da guerrilha e dos grupos paraestatais entre 1973 e 1974, a violência se transformou em rotina. Em contrapartida, o governo Peronista foi ficando mais duro, fazendo o discurso da necessidade de repressão e para o aniquilamento da violência de esquerda. O assassinato de Rucci e depois o ataque ao quartel de Azul, realizado pelo *ERP*, para roubo de armas, fez com que Perón realizasse Reformas no código penal. Para o general, nada justificava um crime, mesmo que tivesse sido cometido pela esquerda. Nesse crescendo de insatisfações, em 1 de maio de 1974, Perón rompeu com os *Montoneros* (FRANCO, 2012: 45-58).

O segundo fator foi a violência paraestatal, que surgiu dentro do Peronismo. Lopez Rega, ministro do Bem-Estar Social durante os governos de Perón e Isabelita (Maria Estela Perón), fundou a *Alianza Anticomunista Argentina.* A Triple A, como era conhecida, começou a agir e divulgar suas ações e listas de inimigos logo após o episódio de *Ezeiza.* Matavam sistematicamente militantes e dirigentes sindicais. Os números de mortos variavam muito. O *Nunca Más* apresentou428 assassinatos só neste período anterior a 1976, mas várias outras fontes da época falam em até dois mil. O jornal *La Opinión* registrava as mortes diárias, em um ano foram contabilizadas mais de 800. A triple A permaneceu durante a ditadura, envolvendo funcionários do governo da Junta (FRANCO, 2012: 59-63). Este estado clandestino que atuou concomitante ao Estado legal foi dado o nome de paralelismo global. Foram enumeradas ao menos três justificativas para a existência deste Estado. A primeira dizia que este seria método mais rápido e eficaz para o combate da subversão; a segunda afirmava que sendo clandestino evitaria pressões externas; por fim, poderia se dizer que esta situação criava um clima de constante temor na sociedade nos inimigos, fragilizando-os[15].

O terceiro fator mencionado por Marina Franco foi a violência da esquerda. Tanto os *Montoneros* quanto o ERP, atingiram seu auge de ações em meados da década de 1970. Quando houve o golpe já estava isolados da sociedade, desgastados e boa parte da militância já estava no exílio. Com o julgamento das juntas, os líderes *montoneros* foram a julgamento, sendo o primeiro caso na história de punição a militantes de esquerda, em razão do episódio da contra-ofensiva (FRANCO, 2012: 64-110). Em 1973, o ERP fez uma grande ação cercando um hospital militar. Esta serviu para aumentar o coro dentro do governo de Perón no discurso de combate à subversão. O presidente tentou tratar este episódio, e todos os outros assaltos e sequestros que seguiram, como crimes comuns. Na realidade, a postura do general com a guerrilha sempre foi ambígua. Ora se aproximava, sobretudo dos *Montoneros*, ora afastava. Com sua morte, em 1974,

---

[15] CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. COLOQUIO: "La política de desapariciones forzadas de personas". París, febrero de 1981. S.N.T. pp.12. *citado por* LEITE. op. cit. 98.

houve um recrudescimento no combate a estes grupos (legalmente e clandestinamente) e o tratamento destas ações como ações políticas (FRANCO, 2012: 59-63).

Nos primeiros anos dos anos 1970 a violência estava tão arraigada na sociedade que era muito comum o uso de armas na publicidade argentina. Sebastian Carassai fez um formidável trabalho para mostrar a naturalização da violência nos anos anteriores ao golpe. Artistas, desportistas, não raras vezes, apareciam em entrevistas com rifles em punho. Como afirmou o autor, independente de serem pessoas que trabalhassem ou não com violência (um dos exemplos usados foi de um famoso lutador de boxe – Carlos Monzon) o fato de aparecerem com rifles e escopetas nas revistas era um indicativo de como a opinião pública via as armas como algo positivo. A propagandas de armas ora as apresentavam como símbolo de virilidade, ora como símbolo de amizade e alma aventureira. Em uma propaganda apareceu um casal de atores lindos e bem-sucedidos, representando uma família exemplar, mas que na foto um aparecia apontando uma arma para o outro. Vários segmentos de produtos se utilizaram das armas em suas propagandas. Carros, sapatos, cigarros, jeans. Eram produtos destinados, sobretudo, para a classe média/classe média alta e não estava somente focados no público masculino. Havia revistas femininas que misturavam moda e até mesmo casamento, com armas. Até mesmo a Mafalda, personagem muito conhecida por seu humor político, chegou a comentar o clima (CARASSAI, 2013: 249):

Nos dias em que se seguiram à execução de Aramburu, várias lojas fizeram trocadilhos com as promoções usando as palavras "liquidar" ou "matar". Na final da copa Libertadores da América, em 1971, a rádio mais importante dizia: "Esta noite, sequestramos a audiência". Outras propagandas faziam alusão à luta política ideológica, como no caso da Austral linhas aéreas: *con la izquierda, no*. Se alguma vez te servirem com a (mão) esquerda, avise-nos (CARASSAI, 2013). Todo esse conjunto de exemplos tirados da linguagem publicitária da primeira metade dos 70 é recheado de metáforas de violência. Isso mostra a naturalidade com que se aludia às ideias de matar, morrer, guerra, subversão, armas, delatores etc.

Em 1974 o ERP tentou fazer um foco guerrilheiro em Tucumán, norte do país. Foram descobertos e o presidente interino Ítalo Luder editou um decreto que designava a eliminação da guerrilha. Diversos autores chamaram a atenção para o fato de que Luder não exigiu abertamente o massacre aos guerrilheiros, contudo, a ambiguidade do texto levou os militares a concluírem que somente com a matança dos guerrilheiros seria possível acabar com a guerrilha. A partir deste decreto foi instaurada a "Operação Independência", cujo objetivo primeiro era eliminar o foco do ERP, mas se estendeu. Foi a partir desta Operação que foram criados os primeiros centros clandestinos de detenção, na mesma região de Tucumán. Este episódio da dizimação dos guerrilheiros do ERP evidenciou para os militares a necessidade da criação de forças treinadas para ações contra-insurgentes. Os primeiros treinamentos neste sentido só teriam se iniciado após o evento de Tucumán . Foi, também, no período que se sucedeu à dizimação da guerrilha que Luder elaborou outro decreto, que ampliaria a atuação do exército por todo o território argentino, designando às Forças Armadas o papel de executar as operações militares, e de segurança, que fossem necessárias para aniquilar os elementos subversivos. Desta forma, a ação dos militares seria apenas reativa[16].

O ano de 1976 iniciou-se na Argentina sob o signo da violência política, da crise institucional e do desastre econômico. O ineditismo do golpe militar do referido ano, diferente de outras intervenções militares naquele país, teria sido a crise política sem precedentes e esta, por sua vez, deu lugar a um regime de alto grau de messianismo, cujas promessas eram de mudanças radicais e irreversíveis em vários âmbitos: político, econômico e social. Desta forma se iniciava o Processo de Reorganização Nacional (PRN), composto por representantes das três armas que se propunham a criar uma "autêntica democracia", tendo como base a vigência dos valores da moral cristã, da tradição nacional e da dignidade do argentino (NOVARO & PALERMO, 2008: 27). A ausência de uma preocupação em institucionalizar o regime foi a marca dos governos militares argentinos. A Junta militar governou por meio de decretos especiais e atos institucionais, que possibilitaram aos militares um poder direto sobre o governo e seus oficiais. A Junta anunciou a destituição das autoridades argentinas e eliminou, desde o primeiro dia, o princípio de divisão dos

---

[16] Dizia o decreto 21611: El comando General del Ejercito procederá a ejecutar las operaciones militares que sean necesarias a efectos de neuralizar y/o aniquilar el accionar de los elementos subversivos que actúan en la provincia de Tucumán. Cf. BRANDÃO. Priscila. *Argentina, Brasil, Chile e o desafio da reconstrução das agencias nacionais civis de inteligência no contexto de democratização.* Tese de Doutorado em Ciência Política. UNICAMP. 2005. op.cit.pp.84; ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres. Tutela militar ou controle civil?* São Paulo: Atica, 1994. pp.84; pp. 90-91. LEITE. op. cit. p.93-94.

poderes, modificou as regras de funcionamento dos órgãos do governo, dissolveu o Congresso, outorgou faculdades legislativas ao Executivo, dentre outras medidas.

O resultado daqueles anos já é bem conhecido e a historiografia já debateu muitas questões. Foram cerca de trezentos e quarenta centros de detenção, existentes em unidades militares, jardins de infância e até mesmo oficinas mecânicas. Em razão do alto número de vítimas da ditadura, alguns autores chegaram a tratar o caso como genocídio, muito embora há quem conteste esta designação. Genocídio teria ocorrido no holocausto judeu, onde a vitima era objetiva e impessoal. Os Nazistas não se importavam como agiam ou pensavam suas vítimas. Já no caso argentino, os inimigos eram identificáveis, pois a perseguição tinha um claro viés político- ideológico (NOVARO & PALERMO, 2008: 116). O sequestro seguido do desaparecimento era a estratégia militar. O desaparecimento propiciava a negação do crime, com o desaparecimento da prova. Dentre os sequestrados estavam também crianças, que nem sempre eram devolvidas para as famílias, ou, nasciam em cativeiro e eram dadas para adoção. Este circuito clandestino de adoção envolvia funcionários de cartórios, médicos e até mesmo religiosos, para facilitar a falsificação de documentos e dificultar a identificação dos bebês. Posteriormente, descobriu-se que esses bebês tinham suas identidades trocadas e eram apropriados por militares ou por pessoas ligadas à repressão e ao regime. As mães de desaparecidos confirmaram assim que eram avós e que deveriam lutar pela aparição com vida de seus filhos e pela recuperação de seus netos. Foi assim que surgiu, em 1977, a *Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo*. Em 1983 foi criado um Banco Nacional de Dados Genéticos, para que familiares pudessem depositar seu material genético. Até o momento foram encontrados 116 netos, que tiveram sua identidade recuperada, contudo, ainda assim é um número baixo, tendo em vista que foram cerca de 500 sequestrados (LEITE & TOLENTINO, 2013).

Em 2003 o juiz Claudio Bonadio decidiu decretar a prisão dos ex-chefes *Montoneros* Roberto Perdía e Fernando Vaca Navaja, bem como ordenar a captura internacional de Mário Fiermenich, na Espanha, sob acusação de responsabilidade no desaparecimento de 15 de seus militantes durante a chamada contra-ofensiva montonera, de 1979. Os três militantes haviam sido anistiados pelo então presidente Carlos Menem, em 1989 e 1990, dentro do que ele chamou de política de "reconciliação nacional". Para os editores do jornal Clarín a decisão do juíz "*enturbia la politica de derechos humanos del presidente Kirchner y muestra la medida de riesgo de haber iniciado una nueva revisión de la*

última tragedia argentina"[17]. O governo buscou neutralidade neste caso para respeitar a independência do judiciário, contudo, temiam que esta postura pudesse ser interpretada como uma concordância com a teoria dos *dois demônios* e uma revisão completa de tudo que ocorreu nos anos 1970. Este episódio da contra-ofensiva, em especial, merece alguma atenção para nosso estudo, por trazer à baila o debate de um tema ainda sensível mesmo quase 30 anos após o fim da Ditadura: a violência praticada pela esquerda na sociedade e dentro dos próprios grupos revolucionários. Esta obsessão pelo passado, contudo, não reflete uma ideia de história findada no que teria de fato acontecido. A contra-ofensiva foi a última ação de guerrilha na Argentina e foi o "erro fatal" dos *Montoneros* (NOVARO & PALERMO, 2009; FERRERAS, 2008). Em 1977, boa parte dos Montoneros abandonou o país seguindo os passos de seus líderes, sobretudo indo para o México e Espanha. Em análises infelizes, seus comandantes acreditavam que a ditadura cambaleava, entre os anos de 1979 e 1980. De fato, o governo argentino estava dando início a uma crise econômica e havia disputas graves dentro das Forças Armadas. Todavia, superestimando seus poderes, os *Montoneros* acreditavam que se fizessem ações pontuais ajudariam a evidenciar as contradições e fraquezas do regime e lograriam como o Irã, Nicarágua e Bolívia. Acreditavam que era chegada "a hora dos povos" na Argentina[18] e para tanto, era necessário que seus quadros voltassem para o país e dessem continuidade à luta. A convocação de uma paralisação nacional pela "Comissão dos 25", setor combativo do sindicalismo peronista, em abril de 1979, fomentou a expectativa de um eminente levante popular que teria seu centro de influência no cordão industrial na grande Buenos Aires. Ali se localizou a operação guerrilheira, com esperança de disparar uma ampla mobilização operária que avançaria sobre a capital. Nada disso aconteceu, e pelo menos cem *Montoneros* foram sequestrados e mortos (NOVARO & PALERMO, 2009: 103). Analisando algumas publicações montoneras podemos notar que há exagero tanto em crer na fragilidade do governo quanto em crer que estavam organizados o suficiente para derrubá-los. *Estrella Federal, órgano oficial del ejercito montonero*, dizia:

> El avance de la lucha de masas, el desarollo del MPM como condución política de las mismas y el accionar de nuestro ejército, encuadrados en la estrategia planteada y conducida pelos Montoneros, ha llevado a la Dictadura a una profunda crisis y al resquebrajamiento de su estrategia. Esto la conducirá a ir transformando

---

[17] El Gobierno, ante una encrucijada por la causa de los montoneros. Clarín. 17/08/2003. http://edant.clarin.com/diario/2003/08/17/p-01001.htm

[18] *Vencer. Revista Internacional del Movimiento Peronista Montonero.* Año 1. Nº1. 1979.

> paulatinamente, durante el periodo que se inicia, su estrategia ofensiva en retirada. (…) El ejercito Montonero deberá sostener con sus armas[19].

Já na publicação mais famosa do grupo, o *Evita Montonera*, foi o próprio comandante Fiermenich quem fez as análises de conjuntura. Para o militante, houve algumas vitórias políticas na copa do Mundo de 78, que poderiam ser vislumbradas pela denúncia à ditadura em diversos momentos: ao conseguirem encher as ruas cantando *Argentina campeón, Videla al Paredón*, durante transmissão televisiva após o fim do campeonato e através da fragilidade da própria ditadura traduzido pelo aumento da inflação; pelo fracasso da política habitacional que desabrigou centenas de pessoas; da migração de centenas de empregados do funcionalismo público para a iniciativa privada – e de lá serem demitidos.

> La cosecha de tantos fracassos y desatinos no podia desembocar em outra cosa que no fuera la crisis interna de la própria dictadura militar". Ya hemos hecho fracasar definitvamente las pretensiones criminales de la estrategia gorila iniciada el 24 de marzo de 1976. (…) Ya que no pudieron aniquilar el movimiento obrero organizado, ni a nuestro Partido y Ejército Montoneros, ni acabar para siempre con nuestro movimiento peronista. (…) Quela dictadura haya pasado de un proyecto de gobierno militar para 30 años a un proyecto cívico-militar en apenas 2 años y medio es una gran victoria de la resistencia masiva sindical y popular y de la decidida resistencia militar y miliciana con la que asuminos las posiciones de vanguardia al dia siguiente del golpe de Estado[20].

À esta leitura otimista e distorcida da realidade também vinculou-se uma percepção vanguardista de que os *Montoneros* eram a legítima liderança do operariado e que toda resistência no interior da Argentina respondia à organização[21]. Era como se a simples presença montonera no conflito entre o governo e os sindicatos servisse como alavanca de um processo insurrecional, capaz de

---

[19] El ejercito montonero crece con la resistencia popular. *Estrella Federal, organo oficial del Ejercito Montonero.* N° 3. 1er. Trimestre de 1978. p. 3.

[20] El triunfo de la resistencia de los trabajadores forjará la unidad del peronismo. *Evita Montonera.* N° 22. Sep/oct 1978.

[21] Idem.

expulsar os militares do poder. Pela primeira vez desde o golpe, trabalhadores organizaram paralisações e greves em função da crise do modelo econômico, o que indicava certo ressurgimento da atividade sindical. Pouco depois, no quinto aniversário da morte de Perón, em julho de 1979, uma manifestação reuniu mais de 5.000 pessoas (GILLEPSIE, 1987: 137). Neste mesmo ano, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi visitar o país. Ironicamente, foram espalhados milhares de cartazes que maquiavam a realidade, com os dizeres: *los argentinos somos derechos y humanos* (PADRÓS, 2008: 158). Para agravar a situação da polarização interna nas Juntas, houve a nomeação do general Roberto Viola como chefe do Exército, considerado "moderado" pelos anticomunistas radicais e posicionando-se como futuro sucessor do general Rafael Videla.

Para dar seguimento à contra-ofensiva, as lideranças *montoneras* apontavam algumas diretrizes para o trabalho: pregavam autonomia dos sub-grupos; desenvolvimento de ações de propaganda, de modo a recrutar mais montoneros para a empreitada e ajudar a elevar o "nível de violência" dos grupos, com treinamento guerrilheiro[22]. Seria necessária a reorganização das forças que estavam no exterior com os que ainda acreditavam na luta e sobreviviam na Argentina. Fiermenich pregava que ainda seria necessário muito esforço para obrigar a ditadura a retirar-se e que para tanto, no momento da "contra-ofensiva", seria preciso "heroísmo de los cuadros capaces de morrir para que la Pátria viva (...) Con total decisión, inteligencia y valentia conquistemos la paz con la lucha"[23].

No editorial seguinte, *Organizarse para vencer*, de janeiro de 1979, o líder montonero reafirmou o que foi dito anteriormente, que estariam dispostos a fazer a "contra-ofensiva" a todo custo[24]. Tais análises e palavras de ordem foram repetidas à exaustão, principalmente em publicações fora da Argentina, como no caso da revista *Vencer. Revista Internacional del Movimento Peronista Montonero*, também produzida por Fiermenich e Vaca Navaja e impresso no Panamá. Ela trouxe em sua primeira capa a chamada para a contra-ofensiva[25]. Aos militantes que tomavam a decisão de regressar ao país era ordenado que se cortasse vínculo com a família e que se instalasse em uma

---

[22] Directivas para el Ejercito Montonero. *Estrella Federal, organo oficial del Ejercito Montonero.* N° 3. 1er. Trimestre de 1978. p. 5.

[23] El triunfo de la resistencia de los trabajadores forjará la unidad del peronismo. *Evita Montonera.* N° 22. Sep/oct 1978.

[24] Organizarse para vencer. *Evita Montonera.* Nº 23. Enero 1979.

[25] Talvez seja o único exemplar da revista. Não tivemos informações suficientes para garantir se houve a continuidade desta publicação

casa que serviria como uma espécie de quartel. Uma norma era clara: uma vez que ingressados na casa, não haveria volta. Os que se entranhavam nesta empreitada o faziam *para honrar la memoria de algún muerto o morigerar el peso de la culpa por haberse escapado de la Argentina*[26]. Esta estratégia de sedução de militantes por meio da retórica, incutindo valores e moral do que seria um verdadeiro revolucionário, foi utilizada pelos líderes, sobretudo por Fiermenich, para dar coesão ao grupo. Desde 1975 a organização já estava derrotada e há muito havia enveredado por um caminho militarista. Desvinculou-se da política de massas, e já não contavam mais com o apoio de uma população que estava paralisada pelo medo, desconfiada, mas também anestesiada por fugazes sucessos econômicos do regime (especialmente as camadas médias) e alienadas pelas vitória futebolísticas do Mundial de 1978 e o Campeonato Juvenil de 1979.O fracasso da contra-ofensiva levou a organização à bancarrota e lançou luzes a algumas questões que vinham sendo discutidas dentro da organização como o militarismo exacerbado e a falta de democracia interna: "Fue una locura lo que los comandantes montoneros ordenaron. Así demostraron su incapacidad de reformarse y de superar el militarismo ciego en el que habían caído"[27].

A decisão do juiz Claudio Bonadío suscitou outro debate que até então também era um tabu: a questão do colaboracionismo entre lideranças montoneras e Exército. De acordo com o jornal Clarín, as perguntas do juiz iriam no sentido de questionar as motivações dos líderes em ordenar a volta dos militantes - entre eles, dois menores - a regressarem ao país poucos meses após sua saída, levando em consideração que "*sabían que la estructura logística estaba tomada por los servicios de inteligência*"[28]. O jornalista norte-americano Martín Andersen, realizou uma polêmica pesquisa que teria dado argumentos ao juiz. Andersen afirmou que Mario Fiermenich era agente duplo desde pelo menos o assassinato do general Aramburu[29]. Para o jornalista a justificativa plausível era que: "Fue liquidar un "mal negocio". Montoneros ya estaba "en la lona". Si Firmenich actuó de esa forma en casi toda la década del '70, era casi obvia su disposición a infiltrar la información para

---

[26] Muito recentemente o filme Infância Clandestina revisita o episódio da Contra-ofensiva. Infancia Clandestina. Benjamin Ávila. 2012. Outro livro que trata do tema é: ZUCKER, Cristina. *El tren de la victória.* Buenos Aires: El nuevo extremo, 2010. Sobre a informação: Cf. GAMBINI. Hugo. *Historia do Peronismo – La violencia.* Buenos Aires: Stockcero. p.395.

[27] "La contraofensiva fue una locura de los comandantes montoneros". Entrevista com Richard Gillespie. *La Nación.*05/07/2008.

[28] Vaca Narvaja y Perdía atribuyeron sus detenciones a motivos políticos. *Clarín.*15/08/2003; Recentemente foi lançado o livro: *Montoneros: Soldados de Massera*, do jornalista Carlos Manfroni que trouxe esta polêmica novamente à cena.

[29] Idem.

que cayeran todos"[30].Em resposta às afirmações do jornalista, Juan Gasparini, também jornalista e autor do clássico *Montoneros: final de cuentas,* afirmou que estava na moda a demonização de Fiermenich, sobretudo por parte de setores médios e uma ala "progressista" argentina que estariam impregnadas por falsidades da teoria dos dois demônios. Gasparini disse, ainda, que se descarregam na guerrilha peronista todas as responsabilidades pelos erros do passado recente de violência, numa simplificação perversa:

> Los prejuicios de ciertos periodistas que practican la revisión histórica están haciendo estragos. Las supuestas revelaciones en perjuicio de Mario Firmenich, cuando encabezara la conducción de los Montoneros, sobre todo las provenientes del fingido agente del Partido Demócrata de los Estados Unidos, Martin Edwin Andersen, embarran de tal manera los años de reciente violencia que conociera la Argentina, que le calza la memorable frase de Gabriel García Márquez en El otoño del patriarca: 'nada era verdad en aquella crisis de incertidumbre'[31].

O episódio da contra-ofensiva é mais um exemplo de como a temática da luta armada ainda não é um tema que se podia discutir de modo tranquilo na Argentina até muito recentemente. Ainda havia uma necessidade de busca de responsabilidades e uma dificuldade de pensar violência revolucionária não como sendo necessariamente vinculada à violência estatal e há uma dificuldade de reflexão sobre a diferença de ambos.

Referências Bibliográficas

"La contraofensiva fue una locura de los comandantes montoneros". Entrevista com Richard Gillespie. *La Nación.*05/07/2008.

---

[30] Sobran pruebas de que Fiermenich fue informante. Disponível em: http://www1.rionegro.com.ar/arch200308/p16j02.htm

[31] La CIA de los Montoneros. Juan Gasparini.http://www.historiaparatodos.com.ar/LA%20CIA%20DE%20LOS%20MONTONEROS.html.

"Periódico de la CGT de los Argentinos". Colección Completa. Números 1 al 55. Mayo 1968 – Febrero 1970. www.cgtargentinos.org

Beatriz Sarlo: De Montoneros a 6,7,8. In.Revista Ñ. 29/03/13 Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/politica-economia/Beatriz-Sarlo-epifanias_0_890311229.html

BRANDÃO. Priscila. *Argentina, Brasil, Chile e o desafio da reconstrução das agencias nacionais civis de inteligência no contexto de democratização.* Tese de Doutorado em Ciência Política. UNICAMP. 2005.

CARASSAI, Sebastián. *Los años setenta de la gente común*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes. Historia del PRT-ERP.*Buenos Aires, Sliglo XXI, 2011

Comunicado N°1. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973*. La Plata: De La Campana, s/d.

Comunicado N°3. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973*. La Plata: De La Campana, s/d.

Comunicado N°4. In. BASCHETTI, Roberto. *Documentos. 1970- 1973*. La Plata: De La Campana, s/d.

Directivas para el Ejercito Montonero. *Estrella Federal*, *organo oficial del Ejercito Montonero.* N° 3. 1er. Trimestre de 1978.

El ejercito montonero crece con la resistencia popular. *Estrella Federal*, *organo oficial del Ejercito Montonero.* N° 3. 1er. Trimestre de 1978.

El Gobierno, ante una encrucijada por la causa de los montoneros. Clarín. 17/08/2003.

El triunfo de la resistencia de los trabajadores forjará la unidad del peronismo. *Evita Montonera.* N° 22. Sep/oct 1978.

El triunfo de la resistencia de los trabajadores forjará la unidad del peronismo. *Evita Montonera.* N° 22. Sep/oct 1978.

esquecimento à memória total. In: REIS, Daniel & ROLLAND, Denis. *Modernidades Alternativas.* Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-284, jul./dez. 2013. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación. Orden interno, violência y "subversión".* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2012.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón. Los Montoneros.* Buenos Aires: GRIJALBO, 1987.

La vida y la muerte de José Rucci http://www.ruinasdigitales.com/descamisado/descamisadolavidaylamuertedejoserucci220/

MARTINS FILHO, João Roberto. Tragédia platina. Revista brasileira de Ciencias Sociais. vol.15 n.42. São Paulo, Fev. 2000.

MASSOTI, Vicente. *El cielo por asalto. ERP, Montoneros y las razones de la lucha armada.* Buenos Aires: El Ateneo, 2013.

MINGRONE, Luciana Azul. *Pelearle a María. Disidencias en Montoneros (1972-1976).* In: Segundo Congreso de Estudios sobre el Peronismo (1943-1976)

MOLINA, Ramon. Apresentación. In.: FLASHKAMP, Carlos. *Organizaciones politico-militares em Argentina.* Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2002.

NOVARO, Marcos & PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do Golpe de Estado à Restauração Democrática.* São Paulo: Edusp, 2008.

NOVARO, Marcos. *Historia de Argentina.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

Organizarse para vencer. *Evita Montonera.* Nº 23. Enero 1979.

PADRÓS, Enrique. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO et.all. (org.). *Ditadura e democracia na America Latina.* Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PIGNA, Felipe. Lo pasado pensado. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2005. Retirado de: http://www.elhistoriador.com.ar/articulos/vuelta_de_peron/masacre_de_ezeiza.pp

POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas. PRT-ERP*. EDEUBA: Buenos Aires,2001.

RODEIRO, Luis. El Documento Verde. La primera critica a Montoneros desde Montoneros. In.: *Lucha Armada en Argentina.* Año 2. N° 6. 2006.

RODRIGUEZ, Laura. Militancia y memoria. Los montoneros en Missiones. In: *Voces recobradas.* Año 3. n.4.

SALAS, Ernesto. El errático rumbo de la vanguardia montonera. In: *Lucha armada en Argentina.* Año 3. n. 8. 2007.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção. Eva, Borges e os Montoneros.* Rio de Janeiro: Cia. Das Letras. 2005.

Todo lo que Bonasso ya reveló sobre el asesinato de Rucci. 05/03/2015 http://www.perfil.com/columnistas/Todo-lo-que-Bonasso-ya-revelo-sobre-el-asesinato-de-Rucci-20150305-0003.html

Vencer. Revista Internacional del Movimiento Peronista Montonero. Año 1. N°1. 1979.

1.7 PERCORRENDO MEMÓRIAS NACIONAIS NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA[·]

César Martins de Souza[**]

I - A estrada para o progresso

Em tempos de euforia desenvolvimentista, em 1970, em um momento marcado por altas taxas de crescimento em que se destacava a figura do general-presidente Emílio Garrastazu Médici (AARÃO REIS, 2014), sendo ovacionado no Maracanã, ao fazer embaixadas com a bola, diante de um estádio lotado, um projeto de ocupação da Amazônia foi iniciado: a construção da rodovia Transamazônica (BR-230).

A gigantesca rodovia pretendia atravessar todo o país de leste a oeste, integrando oceanos, pessoas, regiões e desejos há muito cultivados de conquistar a Amazônia e atacar o coração da lendária floresta, para fazê-la curvar-se ao machado, motosserra e trator, agentes da vitória do asfalto e das estradas de terra batida que permitiriam o transporte não somente de veículos automotores, mas também das incontáveis riquezas minerais, vegetais e animais que, acreditava-se, estariam ocultas no interior da selva. As políticas implementadas, aliadas ao momento favorável da economia mundial, não apenas possibilitaram ao governo alguns resultados expressivos do ponto de vista da macroeconomia, como também um clima de otimismo em diferentes setores (FICO, 1997). Com os resultados positivos das políticas econômicas durante o *milagre brasileiro* "o país quis legitimar a ideia de que o autoritarismo era benéfico para a economia, trazia paz social, ordem, permitia o progresso" (D'ARAÚJO, 2007: 48).

A Transamazônica conseguia reunir em um único empreendimento todos estes ideais, pois misturava autoritarismo, e um forte discurso de que traria paz social, com a abertura de frentes de

---

[·] *Artigo elaborado a partir da tese de doutorado do autor, apoiada por bolsa da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Cf.: SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. Tese de Doutorado. Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012.

[**] **Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará. Atualmente desenvolve Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

trabalho e concessão de terras aos nordestinos flagelados pela seca, bem como progresso a uma região considerada um "vazio demográfico". Para Daniel Drosdoff, correspondente no Brasil, da United Press International:

> O governo Médici ficou mais do que satisfeito com a resposta popular ao plano da rodovia Transamazônica, que nos meios militares era conhecida como *ideia-força*, ou a "grande ideia" que inspiraria a unidade nacional e o patriotismo (DROSDOFF, 1986: 72).

A rodovia cumpria um papel importante para consolidar na propaganda oficial a ideia de que o Brasil, ao conquistar o gigante verde, caminhava para tornar-se uma grande potência mundial. Carlos Fico, analisando as propagandas em torno de políticas dos anos 1970, argumenta que pensar o Brasil potência se constituía em uma ideia-síntese que não fora criada pelo governo Médici, mas que estava presente na sociedade há muito tempo como algo ao qual o Brasil estaria destinado. Desta forma, os planejadores do governo utilizaram esta ideia como pressuposto para afirmar que seria necessário divulgar as obras do governo para conduzir o Brasil rumo ao "seu inexorável encontro com o futuro promissor" (FICO, 1997: 85).

O caminho para o Brasil potência passaria então pela *conquista* do país às riquezas de seu vasto território. Tomar posse das riquezas naturais perpassava o domínio irrestrito sobre a floresta amazônica a que teriam sucumbido tantos viajantes e exploradores, como Percy Fawcett,[1] para concretizar a crença de que o Brasil estava no caminho certo. Dessa forma, a construção da Transamazônica despertou junto à população um clima de euforia com o desenvolvimento do país.

II - A estrada para o atraso

Passado o governo de Médici e o período de euforia nacional com o desenvolvimentismo, cresceram as críticas de diferentes setores à rodovia Transamazônica. A mesma estrada que fora

---

[1] O explorador britânico Percy Fawcett desapareceu na floresta em sua busca por encontrar uma antiga civilização que estaria perdida na Amazônia, a Cidade Z. Cf.: GRANN, David. *A cidade perdida: a obsessão mortal do coronel Fawcett em busca do Eldorado brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

colocada como o eixo central a ser percorrido pelo país para chegar ao progresso e desenvolvimento passara, paulatinamente, a inspirar memórias sobre o fracasso, atraso econômico e desperdício de dinheiro público.

Logo após o governo de Médici, em 1975, O *Jornal do Brasil* trazia em reportagem intitulada "Transamazônica não é estrada é só caminho na selva – motorista a define como céu, na boca da onça", a afirmação de que a rodovia se tornava apenas um caminho na selva amazônica e que a floresta indomável avançava lentamente sobre ela:

> A capoeira[2], lá conhecida como juquira, está retomando a estrada (em pontos diversos de toda a sua extensão) e sobressai a imbaúba, uma árvore fina e comprida, cujo tronco não serve para fazer nada. Há muitos pontos em que um caminhão passa pela estrada esbarrando na juquira, de um lado a outro.
>
> **E a pista estreitando**
>
> Pelo trajeto, a Transamazônica deveria ter 8,60m de pista (correspondentes à terraplenagem). Mas sob ação contínua das chuvas provocando o aumento de volume dos igarapés, a estrada, com exceção de trechos como entre o rio Xingu e Altamira, está com sua largura muito reduzida (JORNAL DO BRASIL, 13/07/1975).

A imagem da estrada-fantasma, reocupada pela floresta, ficou marcada na memória nacional, do mesmo modo como ocorreu um fenômeno semelhante, em outro momento, na primeira metade do século XX, com outro grande empreendimento implementado na Amazônia: o projeto chamado Fordlândia[3]. As notícias sobre o desaparecimento da estrada ou de que ela foi "engolida pela selva", como afirmou o repórter do *Jornal da Tarde* em 15 de outubro de 1990[4], são um caminho importante para reflexão e problematização em relação às memórias da Transamazônica. Mesmo em congressos acadêmicos, quando apresento pesquisa sobre a rodovia, muitos participantes, manifestam surpresa

---

[2] Capoeira ou juquira, como denominam muitos agricultores da Transamazônica, é a vegetação secundária que cresce rapidamente na Amazônia, em áreas desmatadas e que leva alguns anos para se tornar floresta densa novamente.

[3] A Fordlândia, cidade-projeto construída no interior da floresta amazônica por ordens de Henry Ford, em área pertencente ao município de Aveiro-PA, foi abandonada em seguida, transformando-se em cidade-fantasma. Cf.: GRANDIM, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

[4] JORNAL DA TARDE. Atravessamos a estrada que a selva engoliu. São Paulo, 15 de outubro de 1990.

com sua existência, pois acreditavam que havia sido engolida pela floresta. A ideia da estrada-fantasma, quase desaparecida no meio da selva, se transformou em uma memória nacional,de acordo com a qual, a grande estrada se tornou invisível.

A estrada empolgou e despertou a exaltação nacionalista de diferentes setores da sociedade mas, sobretudo após o final dos governos de presidentes militares, teve seus significados e memórias metamorfoseados e passou a carregar as marcas negativas do período em que foi construída. A definição de Jelin e Langland ao refletir sobre monumento e memória, traz elementos para pensar sobre o triunfo, fracasso e esquecimento da rodovia:

> ...dada la historicidad de estos procesos, lo que puede ser vivido como "éxito" o "fracaso" en un momento llevará a cambios de sentido en momentos futuros, dependiendo de las interpretaciones que las generaciones darán a lo que se está conmemorando, al sentido que adquiere el lugar para otros proyectos, incluyendo la posibilidad de indiferencia o olvido (JELIN & LANGLAND, 2003: 5).

A transformação das memórias e os significados da Transamazônica, como consequência de processos históricos nacionais, foi ressaltada por muitos setores, contudo incomodou alguns grupos sociais que têm suas identidades relacionadas a este empreendimento. Assim, diferentes sujeitos, como um engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), um dos que trabalharam desde o início da construção, defendem a estrada e se mostram bastante aborrecidos com a postura dos críticos do empreendimento:

> ...tem um monte de gente de fora que nunca viu a estrada e tudo que ela trouxe para centenas de milhares de pessoas que fica criticando só porque ela é na Amazônia e os principais engenheiros dela eram daqui do Pará e do Amazonas. Se fosse para lá, viviam elogiando a estrada, como é para cá parece que nem existe, falam dela como se não existisse[5].

---

[5] Não foi exposto o nome do entrevistado para não identificá-lo. Entrevista realizada pelo autor, em 05 de fevereiro de 2010, em Belém.

Ele denuncia em sua fala um preconceito que acredita existir contra a Amazônia, justificando que "a demonização da rodovia", se deve ao fato de ter sido construída predominantemente por engenheiros da própria região. Para muitas pessoas que nasceram e/ou vivem na região, a "defesa" desta obra é um fator de reforço das suas identidades. A defesa da rodovia, pelo engenheiro civil, tendo como argumento central, um suposto preconceito contra as populações amazônicas, tem em seu eixo discursivo um contraponto entre suas identidades e as de outras regiões, algo muito presente na literatura, em ensaios e em reportagens elaboradas e veiculadas na Amazônia.

Há um contraponto entre pessoas que migraram e vivem na região, bem como engenheiros, operários e outros sujeitos relacionados diretamente ao empreendimento, com jornalistas, ensaístas, políticos e outros segmentos que criticam a rodovia. Reportagens, ensaios, discursos, progressivamente transformaram a estrada em obra do passado que não foi concluída e desapareceu na selva. Tem forte significado o fato de muitas imagens e/ou matérias jornalísticas sobre a estrada serem feitas em forma de retrospectiva, no pretérito, rememorando os anos 1970, para criticar projetos da ditadura e o desperdício de verbas públicas:

> Afinal, já haviam naufragado ali [na Amazônia] projetos megalomaníacos, como a Fordlândia, o delírio de Henry Ford – desfeito por pragas incontroláveis de fungos nos seringais em 1945 – de abastecer o mundo de borracha e a Ferrovia Madeira-Mamoré, que funcionou até os anos 70, mas que custou mais que o Canal do Panamá. A floresta também ignorou a grandiosidade da Transamazônica que, na cabeça de seus idealizadores do governo militar seria o eixo monumental de ocupação da mata com braços vindos do Nordeste. A Transamazônica com seus 700 quilômetros, arduamente trafegáveis, tem tanta influência na região quanto uma estrada vicinal (REVISTA VEJA, 05/07/1989: 86).

No noticiário nacional, as poucas menções feitas a BR-230, concentram-se no relato de que foi vencida pela floresta, ou a considerando sem importância. É preciso destacar, contudo, que a estrada atravessa importantes cidades da Amazônia, onde há grande tráfego de veículos e numerosas populações vivendo às suas margens. As comparações com outros "delírios" já "desaparecidos" como a Fordlândia, no Pará, ou a Ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia, é recorrente no universo de críticas sobre a estrada, referida no pretérito, em retrospectiva, como se não mais existisse.

O *Jornal da Tarde*, em 1990, fez uma retrospectiva após vinte anos de início de construção da rodovia com o sugestivo título *Atravessamos a estrada que a selva engoliu* reforçando a imagem do desaparecimento da estrada, engolida pela floresta. Se refere a diversas cidades como lugares isolados ao

longo da estrada e destaca as mazelas vividas pelos poucos moradores que restariam no local. A matéria traz um quadro denominado "Roteiro do deserto", destacando as mazelas e "polêmicas" ao longo dos principais municípios, bem como curiosidades que mostram de modo enfático, o abandono e o flagelo da estrada, como a "transformação vivida" por um grande hotel em Rurópolis:

> É a mesma situação do antes luxuoso hotel erguido pelo INCRA em Rurópolis, no entroncamento da Santarém-Cuiabá. O hotel que abrigava políticos da época, com o tempo transformou-se em galinheiro. Hoje, administrado pela prefeitura local, virou uma espécie de bordel (JORNAL DA TARDE, 15/10/1990).

O hotel de luxo, muito presente nos relatos dos moradores, que se transformou em galinheiro e depois, segundo o jornal, em bordel, é utilizado como síntese do abandono e do desaparecimento da estrada. Este hotel, o qual um dia teve importância porque, segundo relatos, nele ficavam hospedados Médici e seus ministros, quando de viagens pela região, teria desaparecido do mesmo modo que a estrada.

Em 1993, ao criticar a ditadura, a revista *Veja* afirmava que "o Executivo brasileiro tem responsabilidade única e exclusiva pela Transamazônica, consumida pela floresta..." (REVISTA VEJA, 27/10/1993: 50). Esta reportagem vai ao encontro da problematização de Aarão Reis, para quem, passado este período, a ditadura e todos os seus empreendimentos passaram a ser vistos como unicamente responsabilidade dos generais-presidentes, pois os demais segmentos da sociedade se autoproclamaram na condição de ex-opositores ao regime (REIS, 2004a: 29-52). Esta responsabilidade, atribuída exclusivamente aos presidentes militares, pela construção da rodovia, cria dificuldades para que ela e sua população de mais de um milhão de habitantes recebam investimentos significativos de presidentes civis.

A estrada vista como vencida, consumida pela floresta se transformou em invisível aos olhos da população brasileira, apesar de ter sido construída em 2.320 quilômetros de Estreito-MA até Lábrea-AM e integrando o Leste ao Oeste, com mais duas estradas já existentes antes de 1970 que totalizam outros três mil quilômetros. Soma, assim, 5.419 quilômetros os quais são ocupados por centenas de milhares de pessoas ao longo de vilas e muitos municípios, nos Estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas. Diante desses dados, mesmo com todos os problemas sociais e de infraestrutura, não é possível dizer que a estrada foi engolida pela selva e nem que tem a importância de uma vicinal, como afirma o artigo da *Veja*(27/10/1993: 50).

A despeito de não ser uma estrada em perfeitas condições de trafegabilidade ou de o programa de colonização não ter atingido os números prometidos, a rodovia tornou-se importante para muitas pessoas que não podem ser ignoradas neste estudo. Mas, apesar das muitas memórias e histórias de vidas que ali se construíram, a rodovia ficou definida sob uma marca que não mais se retirou, de projeto megalomaníaco que fracassou e desapareceu, como fica evidenciado em matéria, novamente da *Revista Veja*, mas já no século XXI:

> Olhado em retrospecto, o período entre 1964 e 1985 continua impressionando pela dimensão das mudanças que representou. Cometeram-se ali erros históricos. Em projetos megalomaníacos como a Transamazônica, a usina nuclear de Angra dos Reis e a Ferrovia do Aço enterraram-se bilhões de dólares ao ritmo de "Eu te amo, meu Brasil" e de um endividamento externo galopante (REVISTA VEJA, 31/03/2004: 102).

Projeto megalomaníaco, colocado ao lado de outros tão megalomaníacos quanto, em cartas, artigos e ensaios é uma memória que se consolidou sobre a rodovia. Assim, a palavra Transamazônica transformou-se de sinônimo de progresso, na década de 1970, em sinônimo do atraso e de algo que deve ser lembrado apenas como uma lição negativa do passado, uma obra da ditadura.

Desta forma, muitas cidades como Estreito-MA, Jacareacanga-PA, Altamira-PA, Marabá-PA, Itaituba-PA e Humaitá-AM voltaram à obscuridade na cena nacional, como antes de 1970, como se não existissem, na não menos obscura, apesar de ser tão comentada, região amazônica.

Referências

D'ARAÚJO, Maria Celina. Experimentalismos na política. *Conjuntura política*. 60 anos. Rio de Janeiro, nov 2007. p. 48. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acessado em 30.01.2010.

DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986, p.72..

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*: *ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GRANDIM, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRANN, David. *A cidade perdida*: *a obsessão mortal do coronel Fawcett em busca do Eldorado brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUERRERO, Luiz Antonio. Atravessamos a estrada que a selva engoliu. São Paulo: Jornal da Tarde, 15 de outubro de 1990.

JELIN, Elizabeth & LANGLAND, Victoria. Introducción: las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. In: *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid/Espanha: Siglo XXI de España, 2003.

JORNAL DA TARDE. Atravessamos a estrada que a selva engoliu. São Paulo, 15 de outubro de 1990.

JORNAL DO BRASIL. Transamazônica não é estrada é só caminho na selva – motorista a define como céu, na boca da onça ". Rio de Janeiro, 13 de julho de 1975.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004a. p. 29-52.

REVISTA VEJA. Minério na superfície. Edição 1086. São Paulo: Editora Abril, 05 de julho de 1989, p. 86. Acervo digital da Revista Veja. Disponível em http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx. Acessado em 02.04.2010.

REVISTA VEJA. O Golpe, 40 anos depois. Edição 1847. São Paulo: Editora Abril, 31 de março de 2004, p. 102. Acervo digital da Revista Veja. Disponível em http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx. Acessado em 10.04.2010.

REVISTA VEJA. O menor guichê. Edição 1311. São Paulo: Editora Abril, 27 de outubro de 1993, p. 50. Acervo digital da Revista Veja. Disponível em http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx. Acessado em 04.04.2010.

REVISTA VEJA. O menor guichê. Edição 1311. São Paulo: Editora Abril, 27 de outubro de 1993, p. 50. Acervo digital da Revista Veja. Disponível em http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx.

Acessado em 04.04.2010.

SOUZA, César Augusto Martins de. A estrada invisível: memórias da Transamazônica. Tese de Doutorado. Niterói-RJ: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

1.8 A ANTESSALA DO PARAÍSO: O CENIMAR NA ILHA DAS FLORES*

Beatriz Kushnir**

"As nossas mortes não são nossas. São de vocês. Elas terão o sentido que vocês lhes derem".

Tal ponderação encontra-se no documentário *Lamentamos Informar*, de Barbara Sonneborn (1998), que se centra na Guerra do Vietnã. A cineasta tinha 24 anos quando recebeu um soldado americano à sua porta, com notícias de seu marido, dizendo: "lamentamos informar que..." No Brasil dos anos 1960 e 1970, os parentes dos mortos e desaparecidos na luta armada muitas vezes eram notificados do acontecido aos seus filhos, filhas, maridos, irmãs, por intermédio das notas oficiais de cunho falso, publicadas nos jornais.

Na época, os periódicos divulgavam o relato destes assassinatos, propagando a versão de um tiroteio ou de uma resistência à prisão. Frequentemente, o jornal informava, na véspera, um fato que viria a acontecer no dia seguinte. Ou seja, eram homicídios pré-anunciados[1]. Não raro, os corpos estavam em caixões lacrados ao serem entregues às famílias, ou desapareciam em valas comuns. Tentavam, assim, esconder a prática da tortura.

O tema da militância e do seu braço armado contra a ditadura civil-militar do Brasil pós-1964 ganhou espaço na reflexão acadêmica no início dos anos1980, fruto, certamente, do processo de Anistia, que no país recebeu o contorno da reciprocidade. O que as trajetórias dos militantes demonstram é que não há "nem bandidos, nem heróis".

O período entre novembro de 1969 □ nos primeiros dias do governo do General Emílio Garrastazu Médici [1969/74], empossado em 25 de outubro □ e outubro de 1975 □ no segundo ano da distensão do General Ernesto Geisel [1974/78] – expõe as cores quentes da prática da violência de Estado. Assim, a passagem para o ano de 1970, nas reflexões de Jacob Gorender,

---

* Este texto foi apresentando no Seminário "50 Anos do Golpe de 1964", no Museu do Ingá, em 07/08/2014 e no Seminário NEC 20 anos, ocorrido entre 26 a 28 de novembro de 2014.

**

** Beatriz Kushnir é doutora em História Social do Trabalho [Unicamp] e professora convidada do Departamento de História da Unicamp. Desde abril de 2005, dirige o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro [Prefeitura do Rio/Secretaria Municipal da Casa Civil]. Autora de *Baile de Máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de Ajuda Mútua* [Editora Imago, 1996] e *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* [Editora Boitempo, 2012] e organizadora de *Perfis cruzados: militância e trajetória políticas no Brasil* [Editora Imago, 2002].

1 Acerca da colaboração de parte da imprensa à ditadura civil-militar, ver também: Beatriz Kushnir, *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* [2ª. Ed., SP, Editora Boitempo, 2012].

> [...] chegou longe de ser tranqüila para a maioria das organizações da esquerda brasileira. [...] Permaneci em São Paulo, onde o pequeno núcleo do PCBR crescia modestamente. A morte de Marighella me convenceu em definitivo de que as organizações da esquerda armada sofriam terrível sangria e deveriam cessar os assaltos e atentados, se quisessem evitar o desastre total (GORENDER, 1998: 201).

Em 4/9/1969, realizou-se no Rio uma das mais audaciosas investidas das esquerdas armadas: o sequestro do embaixador norte-americano. Ou, como pondera Daniel Aarão Reis Filho no filme documentário *Hércules 56*, dirigido por Sílvio Da-Rin, em 2006, "não é sequestro. Sequestro é assumir um crime. O que você está cometendo é uma ação revolucionária". A "caça às bruxas", posterior a esta ação, trouxe à tona o papel desempenhado por muitos, como o da grande imprensa colaboracionista, além de evidenciar o clima de terror que o país viveu a partir do 5º Ato Institucional, de 13/12/1968.

No ano de 1970, além das glórias do esporte, também despontaram nas declarações do Ministro da Educação do governo Médici, Coronel Jarbas Passarinho, sobre a participação de universitários nos atos de guerrilha urbana, as informações do General Antônio Carlos da Silva Muricy acerca dos presos políticos e a denúncia da Comissão Internacional de Juristas à Organização dos Estados Americanos (OEA) a propósito da violação de Direitos Humanos no Brasil, seguida, meses depois, da condenação, pelo Papa Paulo VI, das práticas de violência e tortura no país.

Nesse mesmo período, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, igualmente conheceu a ira de manifestantes na Alemanha, que protestaram contra a ditadura civil-militar aqui instalada. A imagem de um Brasil legal – com eleições e Congresso funcionando , sem o uso de métodos de tortura e desrespeito aos Direitos Humanos – tão acalentada pelos "donos do poder" na época –, caiu por terra no início de outubro, obrigando o Ministro Buzaid a retornar mais cedo de sua visita oficial a alguns países europeus. Tarefa árdua continuar pregando que se vivia em um país livre e democrático.

Com a repetição desta ousadia o sequestro de membros do corpo diplomático, como em 11 de março, o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi; em 11 de junho, o embaixador alemão no Rio, Ehrenfried von Holleben; e, em 7 de dezembro, o embaixador da Suíça, Giovani Enrico Bucher –, foi possível libertar um total de 134 presos políticos. Noticiados nas rádios e TVs do país e de todo o mundo, os acontecimentos vividos não podiam ser negados. Alguns militantes fizeram uma releitura, trinta anos depois do sequestro do embaixador americano. Às vésperas do século XXI, para alguns deles, essa foi uma opção contrária às diretrizes propostas por Carlos Marighella para a Aliança Libertadora Nacional (ALN), e a consequência dessa ação armada foi uma violenta resposta das forças de repressão, que aniquilaram as organizações revolucionárias até meados de 1974.

******

Para Flávio Tavares, o "nosso equívoco triunfal foi o sequestro do embaixador americano. A

partir de então, a repressão se transformou. Passou a ser muito mais sofisticada." Para os militantes da DI [Dissidência Comunista] da Guanabara, o AI-5 praticamente lançou a pedra fundamental do sequestro, que foi pensado como saída para libertar quatro lideranças estudantis presas. Entre elas, Vladimir Palmeira, encarcerado desde agosto de 1968.

No início de 1969, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) possuía um "Comando de Expropriações" que executou diversas ações armadas entre janeiro e março. Repelidas por uma série de prisões de militantes, desbaratou-se o primeiro MR-8. Em abril de 1969, apesar dos vários planos de assaltos a bancos, o MR-8, desmantelado, não mais precisava realizá-los, pois possuía uma reserva financeira recebida de Jorge Medeiros Valle o "Bom Burguês".

Após essas quedas, muitos dos remanescentes buscaram outras organizações mais bem estruturadas. Na realidade, o primeiro MR-8 era um pequeno grupo de pouco mais de trinta militantes. A Organização, que surgiu das divergências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tinha como uma das bases a Universidade Federal Fluminense, e ficou conhecida inicialmente como Dissidência/Niterói (DI/Niterói) e depois, Movimento Revolucionário de Libertação Nacional (MORELN).

Para Marcelo Ridenti, o MR-8 (DI/Niterói) tem um caráter eminentemente foquista e, embora tivesse herdado vários militantes do PCB, principalmente o operariado naval de Niterói, "não há indícios de continuidade do trabalho político da DI/Niterói no meio operário, pois a organização volta-se inteiramente para a preparação da guerrilha, durante sua curta existência" (RIDENTI, 1993: 172). Segundo Aluízio Palmar, liderança da Organização, além de terem várias evidências de que a Repressão estava

> [...] de olho em nosso trabalho, foi determinante também a queda em Niterói, em fevereiro de 1969, de Liszt Benjamim Vieira, Vera Wrobel e Clarisse Chonchol, todos militantes do MORELN. Na sequência dessas prisões várias pessoas passaram a ser caçadas pela repressão, entre elas eu e Umberto Trigueiros Lima, um dos dirigentes do núcleo urbano da Dissidência Comunista do Estado do Rio [DI/Niterói] (PALMAR, 2006: 280).

A DI/GB, ao iniciar as ações armadas, em janeiro de 1969, assumiu a sigla MR-8. Após ações revolucionárias – roubo de diversos carros e três assaltos no Rio , expondo os seus militantes que, em breve, cairiam, como: Daniel Aarão Reis Filho, Cid de Queiroz Benjamin, Cláudio Torres da Silva, Stuart Edgard Angel Jones, José Roberto Spiegner, Vera Silvia Araújo Magalhães, Lúcia Murat, Carlos Alberto Vieira Muniz, Carlos Zilio, Fernando Gabeira, Helena Bocayuva, e Franklin Martins – este último teria, inclusive, sentenciado: "E por que nós não fazemos o contrário, em vez de fazer uma ação pra libertar o Vladimir, nós não capturamos o embaixador e trocamos?".

Analisando o material da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), chama a atenção uma série documental com dossiês dos militantes presos na Ilha das Flores,

nos quais a grande maioria é do MR-8 e da AP[2], indicando uma setorização da Repressão. Por que caberia ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) atuar na desarticulação destas duas organizações, é uma questão a esclarecer. Para tentar decifrar este mistério, Daniel Aarão Reis Filho pontua, com certa ironia, que

> […] a caçada ao MR-8 anterior ao sequestro, na verdade, é uma caçada à Dissidência do Estado do Rio de Janeiro (o velho Estado do Rio, capital, Niterói). Eles se autointitulavam Organização, ou, simplesmente, "a O.", como muitos na época, em função do horror ao termo "partido".
> Tinham um campo de treinamento no Paraná que foi estourado pela polícia e daí, em esteira, foi todo mundo caindo. O enigma é saber por que o Cenimar foi sorteado com esta perseguição...
> Quando o Cenimar destruiu tudo e quis fazer a publicidade, se deu conta que a organização que tinham destruído não tinha nome... Como dizer à opinião pública que havia sido destruída uma organização "sem nome". Hein? O que você faria numa situação destas?
> Eles resolveram então batizar a organização com o nome de uma folha mimeografada que o pessoal da DI-RJ tinha: 8 de Outubro, em homenagem, claro, à morte do Che. Tascaram: Movimento Revolucionário 8 de outubro, a primeira e única organização revolucionária batizada pela polícia política...
> O nome pegou e nós, da DI/GB, o "apanhamos" no ar na hora de fazer o sequestro. Como gente de boa imaginação, decidimos pregar uma peça na Repressão. O MR-8, que eles diziam haver destruído [em] maio-junho de 1969, reapareceu, belo e lampeiro, executando o sequestro do embaixador Elbrick. Boa, hein?
> Só que não sabíamos que na pia batismal da Organização estava o Cenimar... E o nome vingou... E ficou até hoje, vestindo há anos uma organização frankstein, que é braço auxiliar do Quércia... E já teve alianças com a Coréia do Norte e com a Líbia (argh!), isto merecia uma história!"[3]

Ou seja, nasceu MR-8, mas acabou no PMDB do Orestes Quércia!

******

Perseguindo a noção da compartimentação da Repressão, algo deve ficar claro: tais divisões não foram lineares e permanentes. Aconteceram câmbios que, por vezes, podem levar-nos a erros de análise. O que defendo é que, no momento circunscrito ao episódio do primeiro sequestro, pode-se constatar esta ideia nas prisões feitas em Brasília, que derrubaram mais uma fatia da ALN; ou na atuação do Coronel Octavio Medeiros, tido pelo General Golbery como trapalhão, e que em Belo Horizonte, destroçou o Colina [Comando de Libertação Nacional], em que militava a Presidente Dilma Rousseff. Tais enfrentamentos, bem como a decretação do AI-5 buscavam frear as ações e manifestações de 1968, obrigando as organizações a rever suas táticas e estratégias. Para Gaspari, numa construção imagética cruel,

> (…) os combatentes refluíram para lamber as feridas. A funcionalidade da tortura dava seus dividendos. (…) Em janeiro de 1969 a Oban começara a destruir a VPR em São Paulo. (…) Em abril o comandante Clemente Monteiro Filho montara com um destacamento de fuzileiros navais seu pequeno campo de concentração da ilha das Flores, e lá moera o MR-8. Em julho, quando os bispos se calaram, podia-se pôr em dúvida a durabilidade da nova política de

2 A figura que aí desponta é Jean Marc Van Der Weid.
3 Troca de e-mails com Daniel Aarão Reis Filho, 16/11/2003.

> repressão, mas não se podia duvidar de sua existência (GÁSPARI, 2002: 50).

Nos sete primeiros meses de 1969 se vivenciou um cabo de guerra entre as ações de expropriação, por um lado, e o endurecimento da Repressão, por outro. No Rio, o primeiro MR-8 foi completamente dizimado. Um ex-militante do PCB que se tornara colaborador da polícia revelou a estrutura de uma nova organização, saída da dissidência estudantil do PCB, em Niterói.[4] O MR-8 teve todos os seus quadros capturados; a fazenda no Paraná onde se pretendia abrir um foco rural, localizada; e a surpreendente figura de Jorge Medeiros Valle, o "Bom Burguês", descoberta. Funcionário da agência do Banco do Brasil no Leblon, manipulava um engenhoso sistema de desfalques que acumulou mais de dois milhões de dólares. Presenteou o 8 com 100 mil, e dele ganhara o apelido. Ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), passara 150 mil dólares.

Encarcerados na Ilha das Flores, pois coube ao Cenimar a repressão ao primeiro MR-8, um operário, veterano militante do PCB, submetido a um inútil aliciamento por um dos guerrilheiros do 8, observava: "Eu prefiro ficar na minha. Pelo menos tem alguém lá fora. A deles está toda aqui".

A Marinha montara um presídio no antigo centro de triagem de imigrantes da Ilha das Flores, no fundo da baía de Guanabara. Nele reinava o Comandante Clemente José Monteiro Filho, um fuzileiro naval que nos anos ~~de~~ 1940 frequentara o Partido Comunista e sobrevivera a três inquéritos e uma crise nervosa (CORREIO DA MANHÃ, 02/12/1964).

Percorrendo uma trajetória conhecida e denunciada nos últimos anos, o Comandante Clemente José Monteiro Filho, antes de 1964, frequentou a Escola das Américas, semelhante a outros 104 brasileiros. Deles, apenas nove oficiais da Marinha e do Exército (5%) cursaram disciplinas na área de informações. Entre 1965 e 1970, os oficiais-bolsistas foram sessenta. Deles, 38 (63%) fizeram cursos de informações. Cruzando os dados, conclui-se, que um em cada dez oficiais direcionados ao Panamá, fora ou se tornaria nominalmente acusado de tortura ou assassinato dos militantes das esquerdas armadas.

O oficial com mais alta patente na turma de 1965 era exatamente o Comandante Clemente José Monteiro Filho. Do ponto de vista administrativo, estava subordinado ao Comando Geral do Corpo de Fuzileiros, mas, na hierarquia do porão, respondia ao Cenimar e à Seção de Operações do 1° Distrito Naval, chefiada pelo Capitão-de-Fragata Francisco Sérgio Bezerra Marinho. Mas, como salienta Gaspari,

> (…) a inversão de comando era tão profunda que durante o inverno de 1969, quando o comandante dos fuzileiros, almirante Heitor Lopes de Souza, mencionou a Marinho a existência de uma queixa contra a escassez de cobertores nas celas, ouviu de volta: 'O senhor fica aqui cuidando do frio desses comunistas,

4 *Quedograma*, item 4 ["Em janeiro/fevereiro de 1969, ocorreram quedas em Brasília. A origem teria sido um ex-militante do PCB, Wanderli Pinheiro dos Santos, que passou a colaborar com a repressão e que teria aberto e provocado a prisão dos seguintes companheiros da ALN: Farid Nebu, Ramon, Miguel Pressburger Werneck, Raimundo e Nonato (há dúvidas quanto à exatidão dos nomes dos 2 últimos). Além desses companheiros, derrubou os seguintes militantes do MR-8 (DI-RJ) na GB: Luís Carlos de Souza Santos, Geraldo Galiza, Ciléia Resnick e Tiago"]. Retirado de: http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/quedograma-tentativa-reconstituicao-0

> mas quem vai para a rua arriscar a vida para capturá-los nos 'pontos' sou eu' (GÁSPARI, 2002: 49).

A herança da Ilha das Flores como ponto de reclusão, não foi disfarçada ou escondida, mesmo depois de 1964. O jornal Correio da Manhã publicou, no dia 2 de dezembro de 1964, uma matéria apontando o local como um presídio político, em 1935, quando encarcerou os revoltosos capturados no levante do 3° Regimento de Infantaria. Em 27 de julho de 1969, o mesmo jornal divulgava como uma ação da Polícia, o desmantelamento do MR-8, restringindo a atuação das expropriações a meros furtos. Assim, dois dias depois, o periódico complementa que

> Prestou ontem depoimento na Marinha confessando ter participado do assalto contra a agência de Ipanema do Banco Lar Brasileiro, o estudante João Manuel Fernandes, que apontou Ivens Marchetti Monte Lima como chefe da operação, que havia sido acertada, dias antes, em uma residência da rua 15 de Novembro em Niterói. No próximo dia 15 de agosto, o presidente do IPM na Marinha encerrará o seu trabalho, enviando os autos para a 1ª Auditoria da Marinha. Os acusados que estão na Ilha das Flores à disposição das autoridades militares, deverão ser removidos nos próximos dias para a Ilha Grande. As mulheres retornarão para o Depósito feminino São Judas Tadeu. (...).
>
> O inquérito, sob a presidência do capitão-de-mar-e-guerra Clemente José Monteiro Filho, continua na fase de investigações sendo que o encarregado do IPM, de acordo com a lei de Segurança Nacional, tem poderes para manter os indiciados presos pelo prazo de 60 dias, quando então poderá requerer a prisão preventiva junto às autoridades judiciárias competentes.

No dia seguinte, o mesmo jornal, sem qualquer atuação investigativa e sendo pautado pelos órgãos de repressão, informava que o Comandante Clemente José Monteiro Filho apresentou à imprensa 22 dos 26 membros do MR-8 que estão detidos na Ilha das Flores. Por que quando eles não vieram a público, não se tornou questão. Eram eles, Aluísio Ferreira Palmar (André), Francisco das Chagas Cordeiro Santos (Cláudio), Jorge Medeiros Valle (Wagner, Burguês ou Setenta) e Helio Gomes Medeiros. Ao relatar as atividades e o desbaratamento do grupo, a equipe do Comandante Clemente sublinhou "(...) que o objetivo do MR-8, (...) era tomar o poder pela a luta armada". E numa tática de enfraquecimento moral e fomento à delação, o jornal comentou que

> (...) os presos do MR-8 têm opiniões diferentes sobre o tratamento que vêm recebendo na Ilha das Flores. Uns disseram que foram vítimas de violências, mas Ubirajara José dos Reis Loureiro afirmou [que] o tratamento é ótimo. Isso aqui nem parece prisão. E Pedro Porfírio fez elogios: "A oficialidade e os soldados são ótimos. Temos toda assistência médica e a comida é boa".

A partir dos comunicados em rede nacional durante o sequestro do embaixador americano e da troca dos quinze militantes, imediatamente expulsos do país, cria-se na opinião pública internacional uma comoção em relação ao que acontecia no Brasil. Em dezembro de 1969, o brazilianista Ralph della Cava recebia onze documentos com o relato das torturas praticadas em Belo Horizonte, a descrição dos assassinatos de Chael e do Padre Henrique, bem como denúncias esparsas vindas dos porões da Ilha das Flores e do quartel da Polícia do Exército (PE) da Vila Militar.

Assim, a militância contra o regime passou a girar em torno da divulgação de seus crimes. Duas semanas depois do assassinato de Carlos Marighella, ocorrido em 4 de novembro de 1969, foi fundada a Frente Brasileira de Informações [FBI]. Fora articulada com a colaboração decisiva de Miguel Arraes, ex-Governador de Pernambuco exilado na Argélia, e sua irmã Violeta, em Paris. Pouco depois chegava à Europa e a Nova York um documento provindo do cárcere da Ilha das Flores.

Era o primeiro depoimento autografado e trazia a autenticidade da valentia. Assinavam-no diversas prisioneiras que continuavam na ilha, em gesto desafiador. Listaram dezesseis mulheres torturadas. Eram militantes do MR-8, do PCB e da AP. Destas, apenas uma não tinha entre vinte e 25 anos. Sete haviam sido submetidas a choques elétricos, duas foram obrigadas a ouvir os gritos saídos das sessões de tortura de seus companheiros, também presos. Uma teve agulhas enfiadas por baixo das unhas. As sessões de tortura levaram a uma crise de insanidade, dedos quebrados, e perda por alguns dias, dos movimentos da mão direita. "Tudo o que se está dizendo sobre métodos de tortura é pouco, comparado com os fatos", avisavam as prisioneiras.[5]

Na sequência, as redações de jornais americanos recebem cópias do resultado do trabalho do Professor Della Cava – um maço de dezenove folhas intitulado Terror in Brazil, A Dossier. Centrado em nove documentos, entre os quais estava a denúncia das prisioneiras da Ilha das Flores, transcrevia o AI-5, trechos da Lei de Segurança Nacional e a descrição do sistema eleitoral que colocara o General Médici na Presidência. O documento trazia um manifesto assinado por 34 professores e políticos americanos, sentenciando: "Nós não podemos continuar calados. Se o fizéssemos, seríamos cúmplices dos autores e dos agentes da repressão. Pedimos aos leitores deste dossiê que ergam suas vozes conosco".

Os ministros brasileiros foram constrangidos, em suas viagens, onde a repressão tornou-se pauta das entrevistas. João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento por uma década (1969-1979) – durante os governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel –, respondeu, atacando em público, numa entrevista coletiva: "As informações da imprensa sobre torturas e repressão no Brasil carecem de fundamento". Delfim Netto, enquanto Ministro da Fazenda do governo Médici, defendeu-se entre quatro paredes, durante um encontro com o Secretário de Estado americano interino Elliot Richardson. Elegante advogado de Boston, Richardson entrou com cuidado no assunto, explicou que não pretendia censurar o governo, mas lembrou a Delfim que o problema da tortura, feria a imagem do Brasil nos Estados Unidos, e poderia afetar as relações entre os dois países. O ministro saiu-se com uma invenção: "Na extensão em que ocorre, a tortura não é apoiada pelo governo, e atualmente ele está conduzindo uma importante investigação a respeito dessas acusações".

A tese segundo a qual a tortura era produto da atividade de agentes desautorizados e passíveis de punição, se nunca convenceu, foi ao menos, desmoralizada. Os presos da Ilha das Flores, como

5 Statement of Female Prisoners Held at Ilha das Flores, Rio de Janeiro", *Terror in Brazil, a Dossier*, datado de 8 de dezembro de 1969.

também da penitenciária de Linhares e do presídio de Juiz de Fora, ao denunciar as torturas, demonstravam a ação ditatorial do Estado, que punia sem investigação e condenação.

Os desdobramentos desta investida ganham outros contornos numa reflexão que privilegia um espaço e seus múltiplos agentes no tempo. A partir deste mote, a Ilha das Flores consagrou-se como uma arena de isolamentos, prisões e quarentenas; existindo tanto a hospedaria para imigrantes em quarentena epidemiológica, como cárceres militares para presos políticos em 1922 [lá estiveram os revoltosos do Levante do Forte de Copacabana, como os tenentistas Cordeiro de Faria e Juarez Távora], 1930, 1935, 1942 [após o governo Vargas ter rompido relações com a Alemanha e a Itália, são instalados "campos de concentração" para "estrangeiros perigosos"] e no pós-1964.

Nas malhas da burocracia do Estado brasileiro, a Hospedaria de Imigrantes foi desativada em meados da década de 1960. O presídio, não, permitindo as duplas lembranças de Reinaldo Guarany.[6] Descritas em dois livros autobiográficos, esse ex-militante da ALN me auxilia a concluir este flash sobre a Ilha. Assim,

> [...] meia hora depois, éramos levados por uma lancha de desembarque, uma MDVP, em direção à Ilha das Flores. Algemados, ficamos escutando o marulhar do lado de fora da lancha. Eu e Xico sem conseguir tocar os pés no chão. Ele me perguntou para onde iríamos, mas eu ainda não sabia. Um fuzileiro gritou para que ficássemos calados. [...] Desembarcamos na Ilha das Flores à noitinha. Subimos uma ladeira em direção ao alojamento dos soldados. Puseram-nos no chão e pouco depois apareceu o mandachuva dali. Fez uma preleção contra a tortura, asseverou-se que na Ilha não se torturava e pediu-nos calma para que a borrasca passasse. [...] Às 6 da manhã [...] o pessoal do Fleury [delegado Sergio Paranhos Fleury, diretor do DOPS de SP e figura chave nos quadros da repressão pós-1964] estourou meu aparelho tão seguro da Ilha das Flores. Grandão e eu fomos arrancados das celas para sermos levados de volta para o Cenimar. [...] Naquele primeiro dia de comunicável, tratei de moldar-me aos costumes dos outros presos da cela 435. Era uma cela espaçosa; afinal, a casa fora construída para ser albergue dos imigrantes que chegaram ao Brasil na primeira metade do século (GUARANY, 1984: 59-61; 73).

Referências bibliográficas:

GÁSPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1998.

GUARANY, Reinaldo. *Fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUSHNIR Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

6 Reinaldo Guarany, *Fornos quentes*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980; e *A fuga*. São Paulo, Brasiliense, 1984 [Agradeço a Denise Rollemberg, por ter me apresentado aos livros do Guarany]. Outro texto literário que cita a Ilha das Flores é o de Aguinaldo Silva, *Lábios que beijei*. [3ª ed.]. São Paulo, Siciliano, 1992]. Agradeço ao Professor Afonso Carlos Marques dos Santos, que me fez chegar ao dramaturgo, quem entrevistei em 20/11/2003.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SILVA, Aguinaldo. *Lábios que beijei*. 3ª ed. São Paulo: Siciliano, 1992.

1.9 O PT NA ENCRUZILHADA: ENTRE O LIBERALISMO E O NACIONAL-ESTATISMO

Raphael Fernandes Xavier Duarte*

O Partido dos Trabalhadores se constitui em um complexo processo de convergência entre diversas tradições políticas, que convergiram na compreensão da necessidade da formação de um novo partido como ferramenta transformadora. O PT resulta fundamentalmente da composição entre três projetos distintos, que, embora com trajetórias históricas diferentes, compreendem a necessidade de formação de uma nova proposta partidária para o cenário político brasileiro. Estes são essencialmente: o *novo sindicalismo* (COSTA, 2007), militantes que participaram de organizações revolucionárias que combateram a ditadura e os movimentos ligados às Comunidades Eclesiais de Base vinculados aos setores progressistas da igreja católica[1].

Este processo teve como fator aglutinador as emblemáticas greves do ABC paulistas, nos anos de 1978-1979, lideradas pelo Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A partir de maio de 1978, os operários pararam a produção desafiando a ditadura e as leis que proibiam as greves. As mobilizações desautorizavam as determinações políticas impostas pelo regime; buscando questionar o arrocho salarial, a manipulação por parte do governo dos índices da inflação, que tinham como consequência o aumento do custo de vida, a partir da equação arrocho salarial, mais aumento dos preços. É nas greves, que se localiza a narrativa de fundação do partido, com sua mística[2] e memória, por parte dos seus militantes e dirigentes. Para esta interpretação, seria o PT uma novidade histórica, pois fugia ao paradigma tradicional de constituição dos partidos de esquerda, em que, os intelectuais e setores dissidentes das elites organizavam os trabalhadores; para o discurso

** Mestrando em História. Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

[1] É evidente que o processo de formação do PT se dá por um processo muito mais heterogênio e muito mais complexo. Para saber melhor sobre as origens do PT, ver: Lincon Secco. História do PT, São Paulo, Ateliê Editorial, 2011.

[2] Para o senso comum da militância petista, como também, para o discurso oficial do partido, as greves do ABC paulista, se constituíram como um importante momento que justificou a criação do partido. Para contribuir com a análise crítica do processo, ver Lincon Secco. História do PT, São Paulo, Ateliê Editorial, 2011; MARTINHO, Francisco. A Armadilha do Novo: Luís Inácio Lula da Silva e uma Esquerda que se Imaginou Diferente. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

oficial do partido, ele se constitui em uma lógica inversa, em que os trabalhadores organizam e articulam os demais segmentos da sociedade. Como afirma o professor Daniel Aarão Reis:

> Foi num contexto como esse que se estruturou o PT, ganhando rapidamente notoriedade os nomes dos líderes sindicais que, desde meados de 1978, iriam decidir da sua construção: Luiz Inácio da Silva, José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre; entre muitos outros, estes, principalmente, cedo despontariam como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que se pretendiam falar em nome dos trabalhadores e por eles (AARÃO REIS, 2007: 506).

No bojo do mesmo processo que forma o PT, está também um golpe na já combalida ditadura civil-militar. Os grevistas confrontam no interior da mesma estrutura sindical, posturas políticas divergentes em relação ao regime; se de um lado, muitos entendiam que as conquistas da classe trabalhadora não passavam pelo enfrentamento e conflito (os ditos *pelegos*); por outro, as mobilizações inauguravam uma "nova" postura por parte de setores do sindicalismo em relação aos caminhos a serem percorridos para as novas conquistas. Entretanto, este processo se forma no interior da velha estrutura sindical controlada pelo governo, produzindo elementos que alteraram o metabolismo político do período, que, se por um lado, a história hoje demonstra a partir da prática atual do PT e da CUT, que a ruptura não era tão profunda, tendo em vista as permanências e continuidades, a tendência conciliadora e o corporativismo sindical, por outro, representavam naquele momento uma inflexão que transcendia a própria realidade do movimento sindical, conseguindo gravitar desejos e expectativas de outros setores políticos da sociedade, colocando os trabalhadores brasileiros no centro do movimento sindical mundial como um dos mais combativos (AARÃO REIS, 2007: 506).

Outro segmento importante no processo de formação do Partido dos Trabalhadores foram as organizações que participaram da luta armada contra a ditadura dentre elas estão: Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PC do B), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); ou correntes revolucionárias trotskistas como: a Convergência Socialista e a Libelu[3]. Estas organizações ingressavam no PT trazendo suas concepções e entendiam a construção do partido como um movimento tático. No entanto, a própria adesão ao movimento de articulação do PT significava também uma autocrítica por parte destas organizações, pois, para além da opção de valorizar a disputa institucional, era também um gesto de tentar construir uma organização de massas com os trabalhadores, que não estaria isolada em uma luta de vanguardista.

O terceiro componente no processo de formação do PT foram os segmentos vinculados a

---

[3] Liberdade e Luta, nome assumido pela OSI (Organização Socialista Internacional), organização Trotskista ligada a 4º Internacional dos Trabalhadores que veio posteriormente mudar de nome e passando a usar o nome do seu jornal *O Trabalho*.

Igreja Popular, que detinham nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), simultaneamente, o lócus de ação e organização política. Estas constituíam uma modalidade importante para as ações da Igreja Católica no período entre as décadas de 1970 e 1980; seguidores da doutrina social da Igreja aprovada no Concilio Vaticano II (1961) e ratificada na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1969). Na verdade, a Igreja Popular, se constituía em um setor da Igreja Católica que ganhava expressão doutrinária na Teologia da Libertação (CAMURÇA, 2007). Embora expressivo, nunca foi dominante como forma de manifestação da religiosidade Católica, o que depois ficou evidente com o refluxo desta tendência nos anos subsequentes. No entanto, as Comunidades Eclesiais de Base espelharam as formas de organização e ação políticas introduzidas no PT, o principal exemplo foi a criação dos Núcleos de Base do partido.

No entanto, é preciso considerar outro aspecto dentro do campo político da esquerda; o PT de fato não foi unanimidade, embora significasse um movimento de vulto naquele contexto. Entretanto, muitas lideranças e organizações políticas defendiam a tese de manutenção da frente constituída no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), como forma e meio de superar os elementos do *entulho autoritário* da ditadura. Neste sentido, criar um novo partido significaria enfraquecer o campo de resistência. Este argumento era defendido, por exemplo, por lideranças vinculadas ao PCB, o que deixa evidente que o campo social que reivindicava as transformações democráticas e sociais estava sendo disputada por estas teses no período de transição democrática e que o sucesso do PT não foi uma consequência natural.

Por outro viés — disputando segmentos de uma mesma base social, mas também comungando da tese de irrelevância da manutenção da frente democrática — vinha Leonel Brizola e seus signatários através da proposta de reconstrução do PTB (TRAJANO, 2007); buscava-se reorganizar e atualizar os conteúdos do campo político que defendia o *trabalhismo* (Cf.: GOMES, 2007). Nas palavras de Darcy Ribeiro, seria o *socialismo moreno*, um partido de esquerda, de perspectiva socialista, mas não marxista, que buscaria dialogar com as especificidades brasileiras, culturais, sociais, políticas e econômicas, sem necessariamente aderir à luta de classes. Esta proposta se vinculava as concepções defendidas pela Segunda Internacional, porém, adequadas a realidade brasileira. No entanto, embora necessitando demonstrar capacidade de atualização, o trabalhismo tinha um trunfo, e sua carta era ninguém menos que Leonel Brizola, que com toda certeza após a morte de João Goulart, era a pessoa que melhor sintetizava a tradição trabalhista.

Porém, para a leitura dominante no PT no contexto de sua formação, o breve período democrático de 1946 a 1964, tratou-se do período *populista* (FERREIRA, 2001), assim, a reorganização do PTB, para os petistas significava o seu retorno. Cabe ressaltar que um dos notórios intelectuais

formuladores do conceito de *Populismo* no Brasil, Francisco Weffort[4], foi fundador do Partido dos Trabalhadores.

O desconforto das lideranças do PT com as tentativas de reorganização do PTB era evidente, como mostra o trecho de sua Carta de Princípios; documento aprovado pela comissão provisória pró-PT, em 1º de maio de 1979:

> ... Cientes disso também setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que, nem de longe, se sensibilizam com elas. [...]
> As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas 'sem erros do passado' ou "de baixo para cima" não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de *setores do empresariado nacional.* (Carta de Princípios: 50 e 54)[5].

Assim, mesmo com estas alternativas colocadas no tabuleiro, significativos setores da esquerda brasileira convergiram na proposta partidária de formação do Partido dos Trabalhadores. A radicalização das disputas no presente e o retorno das mobilizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais unificou em torno do PT diversos setores. O PT se unificava em um programa radicalmente transformador, mas pouco definido em aspectos doutrinários. Assumiu uma perspectiva socialista, mas não necessariamente vinculada a uma doutrina ou tradição política; negou simultaneamente o *Socialismo Real* e a Social-Democracia; acreditou construir um socialismo de novo tipo, não seguidor das propostas tradicionais formuladas pela esquerda ao longo do século XX.

O Partido dos Trabalhadores na sua fundação se pretendia o novo, a superação do *status quo*, em todas as dimensões, à esquerda e à direita, no entanto, muito do que parecia ser genético do PT— não sendo passível de mudança como uma *cláusula pétrea*—, de fato não o era, não continuou sendo, ou mesmo nunca se confirmou como muitos dos seus fundadores acreditavam. E é este o nosso intuito neste breve esforço de estudo, identificar quais os fatores que contribuíram para gerar as metamorfoses do Partido dos Trabalhadores.

I - Uma Caminhada em Direção ao Nacional-Estatismo

Podemos dizer que em sua gênese não havia no Partido dos Trabalhadores qualquer pretensão de identificação com o *Nacional-Estatismo* (Cf.: AARÃO REIS, 2005; GOMES, 2001), todavia,

---

[4] Liberdade e Luta, nome assumido pela OSI (Organização Socialista Internacional), organização Trotskista ligada a 4º Internacional dos Trabalhadores que veio posteriormente mudar de nome e passando a usar o nome do seu jornal *O Trabalho.*

[5] PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

acreditamos que em sua trajetória histórica, o PT cada vez mais foi ocupando no cenário político nacional o "vazio" deixado por esta tradição. Embora não defendesse uma mera compilação desta doutrina, a disputa política com as posições liberais e a não consolidação de projetos partidários rivais no campo da esquerda como PCB e PDT, por exemplo, permitiram ao petismo ir ocupando o espaço deixado por outras siglas identificadas com esta visão, compreendemos que o PT ocupou a condição de referência desta tradição.

O Nacional-Estatismo é uma importante tradição na política brasileira. A despeito da polissemia do conceito — o que permite múltiplas formas de apropriação e definição dos seus significados — este tem como características fundamentais, a afirmação de um projeto nacionalista, a defesa de uma inserção altiva no cenário internacional e a afirmação do desenvolvimento nacional, regulado por um Estado forte, capaz de efetivar o sentido de nação.

Neste sentido o paradigma Nacional-Estatista articula-se em duas dimensões, nacional e internacional, como afirma Aarão Reis:

> A I Grande Guerra e as convulsões subsequentes dos críticos anos 20 e 30 (a emergência da revolução russa, o surgimento dos fascismos, a crise geral das economias liberais) abriram brechas nesses laços de dependência, permitindo a estruturação de projetos autonomistas, assumindo um caráter nacional-estatista. A proposta republicana de Sun Yat-sem na China, a modernização da Turquia, liderada por MustaphaKemal, o Partido do Congresso na Índia, o nacionalismo mexicano de Ernesto Cardenas, o Estado Novo varguista tinham esse sentido: explorar os espaços criados pelo enfraquecimento das potências, ou/e a rivalidade entre elas, para lograr mensagens de autonomia. Para além de suas diversidades, essas diferentes iniciativas esboçaram o projeto ambicioso de construir um desenvolvimento nacional autônomo no contexto do capitalismo internacional, baseado nos seguintes elementos principais: um Estado fortalecido e intervencionista; um planejamento mais ou menos centralizado, um movimento, ou um partido nacional e de lideranças carismáticas, baseadas em uma íntima associação, não apenas imposta, mas também concertada, entre Estado, patrões e trabalhadores. Era aí disseminada a crítica aos princípios do capitalismo liberal e à liberdade irrestrita dos capitais. Em oposição, defendia-se a lógica dos *interesses nacionais* e da *justiça social*, que um Estado intervencionista e regulador trataria de garantir. (AARÃO REIS, 2005: 13-4).

Desta maneira, o Nacional-Estatismo se constitui em um pilar dentre as tradições políticas brasileiras, pois através de suas referências e representações, é portador de normas e valores que permitiram a construção de um campo de significativa identidade política, ou melhor, a formação de uma tradição política. No entanto, esta proposta se constitui em polarização com a concepção liberal, que organizou setores refratários ao papel regulador do Estado e que em suma nuançada de acordo com o contexto histórico pautou as disputas políticas no Brasil desde a revolução de 1930. Assim, ambas as doutrinas correspondem as principais referências e *culturas políticas* que organizam o embate político no país.

São evidentes os indícios desta tradição na trajetória do PT, por um lado, atualizou o seu conteúdo fazendo novas mediações, que geraram variações no seu formato, ou seja, não se tratou de

uma mera continuidade desta proposta política (sem mudanças). Por outro lado, não significou uma ruptura radical com as tradições políticas precedentes como acreditavam os fundadores do Partido dos Trabalhadores. Desta maneira, o Partido dos Trabalhadores não conseguiu fazer a *catarse* sobre o programa Nacional-Estatista, assimilando muitos dos seus aspectos. E isto em grande medida não é um "problema" exclusivo do PT, pois a própria ditadura civil-militar se viu na obrigação de assumir muitos dos seus aspectos.

No entanto, não podemos afirmar que as visões assumidas pelo PT foram mera extensão e continuidade das propostas precedentes, ao contrário, no seu ímpeto fundador o novo partido percebeu a necessidade de atualização e mediação com o contexto histórico. A própria composição do partido, tendo em vista os segmentos envolvidos no seu processo de fundação, já exigia um esforço significativo esforço para a manutenção da coesão interna; formulando assim, um programa partidário abrangente, capaz de dar conta das expectativas dos diversos segmentos políticos envolvidos. Neste sentido, um dos caminhos encontrados foi a afirmação da *democracia* (seja para confirmar o caráter inovador do partido ante as outras tradições da esquerda, seja como meio de estabelecer uma crítica contundente ao regime autoritário), que assumiria um papel constituinte fundamental para construção do PT, não só como elemento do seu discurso justificador da reforma e a mudança de funcionamento do Estado, mas também, como prática organizadora dos processos internos do partido.

Como fica evidente no programa do partido aprovado no Colégio Sion (SP) em 10 de fevereiro de 1980:

> Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. [...] Lutamos por uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base. [...] O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquele que não admite a exploração econômica e a marginalização de muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho... (Programa do PT, 1980: 68).

Esta experiência democrática foi fundamental para manutenção de um arranjo político que reuniu posições políticas tão heterogêneas; o que permitiu, sobretudo, em sua fase inicial, a convivência na diferença.

Outro processo importante que para além das referências progressistas e democráticas que permitiram a coesão do partido foi a também capacidade de produzir um programa bastante abrangente; que se por um lado remeteu a certa indefinição teórica, por outro, permitiu as diversas perspectivas inseridas no processo de fundação do PT a autoidentificação com o programa partidário.

Talvez essas imprecisões fossem também reflexo da crise das esquerdas, pois o PT se definiu como socialista em um período de crise desta cultura, por isso, nunca foi suficiente a ideia de expressar alguma tradição estabilizada e muito menos definitiva de valores e perspectivas. Ou seja, um partido socialista em um contexto de grande crise dessa tradição, um partido de trabalhadores em meio à crise das formas tradicionais do mundo trabalho (GUIMARÃES, 2007). Em certo sentido, essas características eram até exaltadas pelos agentes envolvidos na formação do PT, pois representava a confirmação de uma prática não dogmática, mais democrática; evidenciando assim, um partido portador de uma nova cultura política.

II - O PT e os Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores percorre um longo caminho até a sua vitória eleitoral de maior vulto. São na verdade, 22 anos desde a sua fundação até a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da república com 52.793.364 votos, correspondente a 61,171 % da votação[6], até então o resultado mais emblemático da legenda. No entanto o PT se modificou muito e teve que fazer muitas concessões e revisões em sua estratégia inicial para poder ter êxito e para nós, são essas mudanças e oscilações na trajetória petista que buscamos a partir deste refletir.

Entretanto, se faz necessário observamos alguns aspectos que se desenvolveram externamente ao PT e que transformaram radicalmente as circunstâncias históricas, na qual, o partido foi formado. Na nossa compreensão, não seria possível entender todas as transformações do Partido dos Trabalhadores sem mediarmos com as alterações que simultaneamente também se desenvolveram no Brasil e no Mundo.

Neste sentido, o nosso argumento centra-se na ideia de que as alterações fisionômicas do PT em muito são adequações as mudanças presentes no contexto histórico, que de maneira consciente — e às vezes até inconscientemente — o seu núcleo dirigente buscou reagir. Consideramos que mudanças estruturais no mundo do trabalho, transformações radicais nos modelos de sociabilidade, e guinadas ideológicas criaram um cenário muito desfavorável para a manutenção de um formato original de construção petista. Para termos uma breve ideia, os três segmentos formadores do PT (movimento sindical, setores progressistas da Igreja Católica e correntes políticas revolucionárias) foram por caminhos diferentes duramente atingidos por esses processos. O mundo do trabalho passou por um substantivo processo de reestruturação produtiva, tendo em vista a introdução do padrão produtivo flexível, em que, o modelo do *fordismo- taylorismo*, não governava mais sozinho, passando a ser mesclado com padrões mais flexíveis, gerando a fragmentação da classe trabalhadora nas suas formas tradicionais de organização, tendo em vista o período fordista.

---

[6] Cf.: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002

Outra mudança que atingiu também o PT foi a guinada ideológica da Igreja a partir do pontificado de João Paulo II, que imprimiu uma agenda fortemente conservadora, de ofensiva em relação ao comunismo e de perseguição aos setores vinculados a Teologia da Libertação. Seu governo teve início no final da década de 1970 (1978) indo até a sua morte no ano de 1999. Dessa forma, as Comunidades Eclesiais de Base, perderam espaço como modalidade fundamental de organização do trabalho pastoral na Igreja Católica; incidindo sobre o próprio metabolismo do PT.

A terceira dimensão seria a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, que embora o PT tenha rejeitado essa perspectiva, também foi atingido por sua derrocada. Neste sentido, o partido teve que enfrentar a crise estrutural das perspectivas de esquerda em todo o mundo; restringindo ideologicamente e criando grandes dificuldades para o PT ao longo da década de 1990; obrigando ao partido fazer uma contundente revisão estratégica, se vendo muitas vezes obrigado mediar com o forte consenso do discurso liberal.

Para nós, as mudanças nessas três dimensões são pressupostos que nos permitem a partir das necessárias mediações com a dinâmica interna do partido fazermos as análises das metamorfoses do Partido dos Trabalhadores. No entanto, por hora, tendo em vista os limites do nosso trabalho, daremos ênfase às mudanças do mundo do trabalho, que atingiram fortemente o braço sindical do partido, entretanto, ficam em aberto, os outros caminhos como possibilidade para futuros processos de pesquisa.

Neste sentido, a partir da década de 1980 o mundo do trabalho tem alterações no seu padrão produtivo através da introdução de novos insumos tecnológicos, como a robótica, a automação e a microeletrônica, que levaram a classe trabalhadora a ter contato com transformações no modo de produção que não alteraram sua realidade apenas no plano objetivo, mas também na sua subjetividade. Essas mudanças nas tendências produtivas constituíram um cenário, em que, o sistema como fordismo-taylorismo não governa mais isoladamente, ao contrário, mescla-se com outros processos produtivos. O *cronômetro* e a produção padronizada não determinam sozinhos o funcionamento dos processos, são substituídos por padrões flexíveis, ou melhor, pela *flexibilização da produção,* e pela *especialização flexível* (ANTUNES, 1999).

Para Antunes, a mudança no padrão produtivo resulta da introdução do modelo japonês, convencionalmente chamado de *toyotismo* (ANTUNES, 1999), que passou a mesclar-se ou substituir o modelo fordista, que até então era dominante. Nesse, o trabalho é desregulamentado de forma a permitir ao capital maleabilidade para se adequar a nova fase; as conquistas dos trabalhadores do período fordista são eliminadas. Outro aspecto seria a capacidade desse sistema em articular a estrutura produtiva se utilizando do desenvolvimento tecnológico para imprimir uma dispersão da produção, baseando-se em empresas pequenas, médias e "artesanais". Esse paradigma produtivo recusaria a produção em massa e concentrada, característico do modelo fordista.

A introdução desse modelo gerou um forte impacto na forma de organização dos trabalhadores; adaptados ao paradigma de ação, negociação e organização oriundos do fordismo; pois a descentralização produtiva e os avanços tecnológicos contribuíam para a diminuição da autonomia e coesão do operariado.

No entanto, para além do paradigma produtivo, estas mudanças geraram uma nova dinâmica na forma que o sistema capitalista organiza o seu processo de acumulação, neste sentido, Antunes define estas alterações como uma forma de *acumulação flexível* do capital. Esta se constitui no confronto com a rigidez fordista, apoiando-se na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo; gerando setores inteiramente novos na produção, outros tipos de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, que culminam na inovação comercial, tecnológica e organizacional (ANTUNES, 1999). A acumulação flexível gera mudanças no padrão de desenvolvimento desigual, tanto entre setores produtivos, como entre regiões, ampliando os empregos no setor de serviços, como também, criando conjuntos industriais em regiões até então subdesenvolvidas.

Está realidade só foi possível graças à introdução de novas metodologias produtivas, que para Antunes criaram excedentes na força de trabalho, que levaram ao retorno de formas absolutas de mais-valia; até mesmo em países desenvolvidos; gerando a superexploração e evidenciando, segundo o autor, o caráter sombrio do capitalismo. Neste sentido, estas transformações afetam a forma em que operariado industrial se organiza, acarretando metamorfoses no *ser* do trabalhador, atingindo também o universo da consciência, da subjetividade do trabalhador, das formas de representação dos trabalhadores, colocando os sindicatos na defensiva, ou ampliando a adesão aos sindicatos de participação, que não assumem uma postura crítica ante as mudanças do processo produtivo. Ou seja, abandonam as perspectivas que objetivavam ações de âmbito geral, que visavam à emancipação do trabalho, que lutam pela libertação do gênero humano.

Com isso não queremos decretar o fim do operariado, mas sim, afirmar uma radical mudança no mundo do trabalho e no perfil do próprio trabalhador, sobretudo nos anos de 1990 no Brasil, que passou a exigir alterações consideráveis nas formas de organização política dos trabalhadores e que nem sempre os sindicatos e os partidos de esquerda (no nosso caso o PT) conseguiram responder a contento as novas necessidades apresentadas por esta realidade. O mundo do trabalho se diversificou e o peso relativo dos trabalhadores no setor de serviços, e muitas vezes na informalidade, se ampliou, o que por sua vez, impôs sérias dificuldades para as formas organizativas convencionais mobilizarem para a luta econômica e política, pois, este modelo estava referenciado em um perfil de trabalhador vinculado a relações formais de trabalho. Na verdade, estas alterações se refletem na nova composição do mundo do trabalho, sobretudo metropolitano.

Nesse sentido, a base para a ação política de muitas dessas organizações se alterou em uma

velocidade absurda, seja pela dispersão geográfica dos postos de trabalho, seja pelo deslocamento de número significativo dos trabalhadores para os serviços ou postos informais, seja pelo próprio desemprego, as formas tradicionais de luta política e econômica foram solapadas. Assim, era emblemática a dificuldade do PT e da sua entidade sindical de referência, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) em gerar grandes mobilizações e consequentemente, enfretamentos com o capital a partir dos anos de 1990. Acreditamos que as alterações no padrão produtivo, a hegemonia do discurso liberal e o consequente deslocamento da classe trabalhadora para o setor dos serviços, geraram um problema estrutural para o paradigma organizativo em que o PT se formou — como também outros partidos de esquerda — que colocou muitos desafios para sua estratégia política e que este buscou responder a esta nova realidade através de significativas alterações do seu *modus operandi*.

III - O PT na Encruzilhada

A luz dos novos desafios e dos expressivos resultados eleitorais ao longo da década de 1980, sobretudo, nas eleições presidenciais de 1989, em que o então candidato a presidência da república Luís Inácio Lula da Silva conseguiu chegar ao segundo turno com Fernando Collor de Melo e no caminho superou tarimbadas lideranças políticas, como Mário Covas, Leonel Brizola e Roberto Freire; que o PT se viu cada vez mais comprometido com a agenda eleitoral, e cada vez mais priorizou esta disputa.

Com as alterações nas circunstâncias históricas, o PT encontrou dificuldades em manter um padrão inicial de acumulação alçado somente na luta social. No período de sua fundação o Partido dos Trabalhadores tinha a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais como sua principal agenda, seu foco, sua ordem de prioridade e compreendia as disputas institucionais apenas como uma dinâmica complementar que potencializava as lutas sociais. No entanto, as possibilidades reais de vitória eleitoral, assim como, as dificuldades apresentadas, vão levando o PT a rever sua estratégia política e redefinir suas prioridades e seus espaços de acumulação; e é nesse contexto que o partido começa a produzir o discurso do *modo petista de governar*[7]. Desta maneira, o PT foi adequando o seu discurso às necessidades colocadas pela disputa eleitoral, neste sentido, moderando sua retórica para tornar o partido mais palatável eleitoralmente; menos voltado para a formação de militantes referenciados na luta social e cada vez mais direcionado para a conquista de novos eleitores. O partido buscou tornar o seu discurso mais abrangente, menos comprometido com a formação de um tipo determinado de base social, passando a produzir uma linha mais genérica e cada vez menos radical em suas rupturas, visando assim

7 Modelo que se definia por um radical compromisso pela ética pública e uma contundente inversão de prioridades na administração enfatizando as políticas sócias, vinculando desenvolvimento social e crescimento econômico.

a sua ampliação eleitoral. Buscou construir uma imagem de responsabilidade sobre si.

Esta inflexão gerou seus resultados; o PT é o único partido que desde a sua fundação até 2006 (tendo em vista a sua maior crise no ano anterior, 2005) [8] a apresentar crescimento de maneira ininterrupta, contrariando também uma tendência internacional, na qual, as propostas de esquerda encontravam forte declínio político (GUIMARÃES, 2007). Com isso, o partido foi se consolidando como a principal oposição institucional; em seu 5º encontro nacional, realizado nos dias 04 a 06 de dezembro de 1987, o partido enfrentou o debate sobre as alianças e redefiniu o papel da institucionalidade na sua construção, como afirma este trecho da resolução do encontro:

> A luta por uma alternativa democrática e popular exige um acúmulo de forças, que parte do reconhecimento que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo. Essa política de acúmulo de forças pressupõe que o PT realize três atividades centrais:
> Sua organização como força política socialista, independente e de massas;
> A construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente;
> A ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para cargos executivos.
> [...] O PT deve apresentar-se como uma opção real de governo, [...] deve, igualmente, adotar táticas que permitam aumentar a sua força eleitoral em 1988... (Resolução do 5º Encontro Nacional do PT. 1987: 321)

O fato é que esta tática desdobra vitórias significativas para o PT nas eleições de 1988, e o que se vê, é uma prioridade cada vez maior para a agenda institucional; não podemos perder de vista que no período de sua fundação o que permaneceu por um bom tempo o discurso era de certa rejeição explícita ao diálogo com outras propostas partidárias e que a partir do final da década de 1980, esta postura vai se modificando em muito devido à própria ampliação das perspectivas de poder do partido; não eram somente os limites que geravam a revisão, mas também as possibilidades. As perspectivas de poder, o crescimento real, a confirmação do status de principal força de oposição no país levam o PT a rever o papel das alianças na sua estratégia política.

A construção do partido passava pela ocupação de espaços no interior do Estado como fica claro neste pequeno trecho da resolução do 7º encontro do PT: "... eleger uma forte bancada de deputados e ter presença no senado; eleger governadores do PT ou da Frente nos principais estados do país..." (PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*: 450). As alianças, também, passaram a considerar não somente o âmbito do sistema político partidário, mas também o seu desdobramento na sociedade civil, buscando constituir alianças com outros segmentos e classes sociais. Como mostra a resolução do 5º encontro em que o PT busca diferenciar os setores da burguesia e pavimentar um caminho de revisão das suas análises em relação a esta classe:

---

8 Crise política que ficou conhecida como Mensalão.

> Existe certo consenso, entre os militantes do PT, de que a burguesia é inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência de enfrentamentos com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril e agrícola. Com isso não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido nacionalista (5º Encontro do PT. 1987: 314).

Este trecho é realmente esclarecedor, pois evidencia a necessidade de ampliação da sua base eleitoral, que foi se tornando um tema cada vez mais premente para a viabilização do seu projeto de poder. Por um lado, não podemos esquecer que esta inflexão do partido não se deu de maneira abrupta, mas sim, como um longo processo de transição, que teve também como consequência o deslocamento do centro gravitacional de poder dos movimentos para a disputa eleitoral. Por outro lado, em medida que esta inflexão foi se concluindo as lideranças vinculadas a institucionalidade (vereadores, deputados, senadores e etc.) foram concentrando mais poder em detrimento as velhas lideranças oriundas dos movimentos sociais. O polo de poder dos movimentos vai perdendo força no interior do partido em detrimento dos mandatos. No entanto, não alterou de maneira significativa a composição social do partido, como mostra os estudos de Leôncio Martins Rodrigues em seu livro *Partidos, Ideologia e composição social* (RODRIGUES, 2002); em que, a partir da análise da composição das bancadas dos principais partidos na 51º legislatura (1999-2003)[9], evidenciou que a grande maioria da bancada petista era compostas por pessoas oriundas da classe trabalhadora mesmo depois de sua transição rumo à institucionalização.

Tendo em vista as novas as novas características do partido, os *núcleos de base*; modelo organizativo inspirado na forma de organização das Comunidades Eclesiais de Base; se constituíam em um "obstáculo" para a direção partidária, esta, não podia ser "refém" dos lentos processos de decisão da base partidária. Neste sentido, a partir de 2001 o PT realiza o seu Processo de Eleições Diretas (PED)[10], em substituição ao modelo de eleições congressuais, que elegiam delegados para os encontros partidários que por sua vez, elegiam as direções e decidiam os encaminhamentos políticos. Agora cada filiado era um voto, porém, as instâncias dirigentes foram autorizadas a darem conta do dia a dia dos rumos do partido. A partir deste momento, a construção política do partido não passaria obrigatoriamente pela base partidária (no seu cotidiano), o Processo de Eleições Diretas, alterou de

9 Leôncio Rodrigues analisa a composição dos cinco principais partidos na 51º legislatura, na dimensão da composição social e conteúdo ideológico dos partidos e suas respectivas bancadas; o que faziam, como agiam e se tinha relação de coerência com a agenda partidária.

10 Trata-se de uma mudança significativa na relação das direções do PT com sua base de filiados, antes o modelo se estruturava nos núcleos de base que exigia uma permanente mobilização, no entanto, a votação não era direta, através do Processo de Eleições Diretas, todo filiado votava diretamente, porém não precisa estar mobilizado e participar diretamente do processo de discussão.

forma profunda o seu metabolismo. Outras mudanças também foram percebidas no âmbito do conteúdo e da retórica do partido; o PT foi se tornando menos refratário a uma composição mais abrangente no espectro político-partidário e das classes sociais, produzindo um discurso cada vez mais difuso, esvaziando assim, as velhas categorias como classe trabalhadora. Este discurso difuso e abrangente revelava as novas intenções do PT de se viabilizar quanto potência eleitoral. Um conhecido documento divulgado pelo partido que ficou conhecido como *Carta ao Povo Brasileiro* é o emblema das mudanças por quais passou o PT, pois, nele o partido afirmou que respeitaria os contratos e não faria qualquer tipo de revisão nos pressupostos macroeconômicos neoliberais.

Por fim, a própria chapa vencedora da campanha do Lula em 2002 (PT, PL, PV, PC do B e PCB) confirma de maneira contundente o processo de mudança pragmática do PT, esta também detinha como candidato a vice-presidente, José de Alencar, um conhecido empresário. Para além desta composição, a composição que encabeçava aliança era PT com o PL (Partido Liberal), o que poderia ser considerado até pouco tempo antes algo inusitado.

Estes são indícios, ou melhor, evidências de uma profunda transformação da estratégia petista, em que, não só as dificuldades, mas também as possibilidades de vitórias foram levando o partido para dentro do caldeirão do pragmatismo do jogo eleitoral.

IV - Conclusão

Talvez a postura mais fácil, porém, em muito simplificada, seria julgar o processo de moderação do PT quanto traição, negação de seu sentido histórico, sobretudo, após a vitória eleitoral e a sua chegada à presidência da república em 2002, pois seu governo introduziu reformas impopulares (reforma da previdência e tributária) [11], manteve algumas das políticas macroeconômicas do governo anterior como, por exemplo: autonomia do Banco Central, Flutuação Cambial, Estabilidade Monetária e Superávit Primário. No entanto, no sentido quase que inverso podendo ser entendido como parte das contradições em que passa o PT o mesmo governo recoloca o Estado como um dos principais agentes de indução do crescimento econômico, além de uma efetiva política de distribuição de renda e erradicação da pobreza extrema, que gerou um dos maiores deslocamentos socioeconômicos da história brasileira, permitindo também a formação de uma nova classe trabalhadora.

11 Ambas as reformas geraram muita polêmica, sobretudo, para a base social do PT, que era composta por um significativo movimento sindical vinculado aos servidores públicos. No caso da Reforma da previdência aumentou a idade mínima permitida para a aposentadoria e na reforma tributária não alterou seus aspectos geradores da desigualdade que é a sobre tributação das camadas populares.

Todavia, esses resultados não foram suficientes para gerar a superação das disputas internas que culminaram em dissidências[12], pois as tendências predominantes do partido em seu reformismo fraco, não agradavam leituras radicais que no seu interior não aceitavam ventos de mudança. No entanto, não consideramos que a questão das escolhas feitas pelo PT resida em uma dimensão de traição de classe, pois este tipo de apreensão e leitura não seria suficiente para analisar processos históricos complexos, sobretudo, quando tratamos de sujeitos coletivos.

Assim, tendo em vista a composição social e a forma de organização do próprio PT, caso se tratasse de uma traição dos dirigentes em detrimento do desejo das bases, este intento para nós não seria uma tarefa simples, pois a organicidade e o próprio nível de mobilização do PT é o que dá sustentação política as camadas dirigentes e estas não estão isentas da necessidade de mediação por mais que os sinais de burocratização sejam evidentes. Desta maneira, qualquer mudança abrupta geraria crises e perdas significativas; neste sentido, as mudanças sofridas pelo partido não significaram um atropelo das expectativas da base partidária, mas sim, uma mediação dos seus desejos. Não podemos esquecer que alguns desses processos se desenvolveram para além do PT e atingiram o partido de maneira transversal e não se restringiram somente a direção. Todavia, a militância do partido não assistiu a tudo passivamente, e isto ficou evidente em alguns momentos durante o governo do próprio Lula quando a base do partido se opôs à guinadas radicais[13].

Podemos também dizer que o PT representa uma cultura política dotada de valores e representações que constituíram uma identidade que não permitem alterações de maneira abrupta. Assim, entendemos que este processo de mudança se deu dentro de certos limites, mas, todavia, confirmam um processo de transição do partido em direção a sua institucionalização, porém, através de um percurso complexo, dentro de certos limites, que foram permanentemente negociados, definidos e redefinidos pela tensão base e direção, partido e movimento, como também, pelos resultados políticos.

Coube ao PT a difícil tarefa de se adaptar as mudanças das circunstâncias, de não se cristalizar em dogmas, de arcar com os custos da tarefa de atualização de suas teorias e formas de ação. Desta forma, não cabe ao historiador julgar a partir de juízos previamente definidos de quais caminhos deveriam ser seguidos, mas sim, buscar compreender, os motivos e as razões que assombraram como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2011). O PT enfrentou o desafio de disputar por dentro do sistema capitalista e não se contentou com sua "pureza" inicial, teve a ambição de se converter em instrumento de mudança, o que por sua vez tornou evidente os seus limites, porém, são inegáveis as suas contribuições para política brasileira.

---

12 A partir de dissidências na base parlamentar do partido surge o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e posteriormente, a então ministra do meio ambiente Marina Silva que saiu do partido para o PV (Partido Verde), busca criar uma nova organização política chamada REDE.

13 Inúmeras tensões existiram entre o governo e os movimentos sociais que pelo menos em tese apoiavam o governo do presidente Lula. Não é difícil encontrar momentos de crítica aberta das centrais sindicais; principalmente a CUT; criticando a política econômica; o MST, criticando a política agrária do governo; para citar os principais.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

_____. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedades.* Rio de Janeiro: Zahar 2005.

_____.O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA Jorge. *O Populismo e a sua história, debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus Trabalho. Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.* São Paulo: Cortez Editora, 1999.

BERSTEIN, Serge, A Cultura Política. In: Rioux e Sirinelle. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Os Partidos. In: René Rémond, *Por uma História Política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2012

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A Militância de Esquerda (cristã) de Leonardo Boff e Frei Betto: da teologia da libertação à mística ecológica. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

COSTA, Hélio da. O Novo Sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

FERREIRA, Jorge. O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA Jorge. *O Populismo e sua História. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Juarez. A crise do romance de formação do PT. In: GUIMARÃES Juarez. *Esperança Crítica.* São Paulo: Scriptum, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* Rio de Janeiro. Editora FGV; 2005.

_____. Populismo e Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA Jorge. *O Populismo e sua história. Debate e Crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INFORMAÇÕES sobre o resultado eleitoral 2002. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002 >.acesso em 14 de maio de 2015.

MARTINHO, Francisco. A Armadilha do Novo: Luís Inácio Lula da Silva e uma Esquerda que se Imaginou Diferente. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

PORCHMANN, Marcio. A Sociedade pela qual se Luta. In:SADER, Emir; GARCIA Marco Aurélio. *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998*. São Paulo: Perseu Abramo; 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos Ideologias e Composição Social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *A Vingança da História*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTA-SÉ, João Trajano; Um Encontro em Lisboa. O Novo Trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 Volumes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 3, Revolução e Democracia 1964.

SECCO, Lincon. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. *O Sentido do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.

1.10 ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DA NOÇÃO DE AGRONEGÓCIO NO BRASIL*

Mario Grynszpan**

Conceitos têm uma história, lembra-nos Reinhart Koselleck (2002). Eles surgem e se afirmam com sentidos definidos em contextos específicos, transformam-se ao longo do tempo, são relidos, ressemantizados. Uma dimensão importante da história dos conceitos é a da sua circulação, inclusive internacional. Assim como autores, e muitas vezes de forma autônoma em relação a estes, eles migram para contextos distintos do original, sendo diferentemente apropriados, operados, produzindo, desse modo, efeitos diversos. Uma questão pertinente, portanto, é a de como se dá a circulação dos conceitos, por que meios, como se impõem, são apropriados, e usados, nos contextos de destino.

Um procedimento que pode produzir bons rendimentos heurísticos para o tratamento dessa questão é o da análise, tanto sincrônica quanto diacrônica, do papel que nela desempenham agentes e redes sociais nas quais se inscrevem. Deve-se atentar para a composição destas, dar conta da sua trajetória e das de seus componentes – indivíduos, instituições, grupos, nacionais e internacionais –, identificando os pontos e as configurações em que elas se cruzam, bem como seus interesses, estratégias[1] e investimentos, sem esquecer do lugar que pode ocupar um importante ator, o Estado. Esse é também um bom antídoto contra visões reificadas, substancializadas, que muitas vezes temos dos conceitos. São uma dimensão e uma via importantes para uma história dos conceitos, para além do estudo das suas transformações e deslizamentos semânticos. É essa a linha que se procura seguir neste artigo.

O que se busca aqui, sem pretensão de exaustividade, é contribuir para uma história social da

---

* Este texto é uma versão modificada de uma comunicação apresentada no encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) de 2009, até aqui não publicada. Ele incorpora críticas feitas à versão original, bem como dados produzidos em pesquisas subsequentes. Sua origem foi o projeto temático "Circulação internacional e formação dos quadros dirigentes brasileiros", coordenado por Letícia Bicalho Canedo do Grupo de Estudos Sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares (FOCUS) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com financiamento da FAPESP. Outros dois projetos em cujos dados o texto se baseia são "Atores, redes, Estado e gênese do agronegócio no Brasil", apoiado pelo CNPq, e "Trajetória e pensamento das elites do agronegócio de São Paulo", realizado no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), ambos de responsabilidade do autor. O trabalho não seria possível sem esses apoios. Agradeço ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF a oportunidade de apresentá-lo no seminário dos seus 20 anos e de publicá-lo.

* * ** Professor Associado da Área de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

1 Entende-se aqui estratégia no sentido de Bourdieu (2002), enquanto comportamentos recorrentes associados a um *habitus*, não assumindo sempre, ou necessariamente, uma forma ou um controle consciente.

noção de agronegócio no Brasil, o que implica em tomar como foco cronológico o tempo presente. Agronegócio é hoje um termo conhecido, de ampla circulação. Sabe-se ou imagina-se o que significa. A mídia faz constantes referências a ele, que se tornou tema de seções específicas de jornais e periódicos econômicos. Ele tem sido objeto de inúmeras pesquisas, dentro e fora das ciências humanas, pode ser identificado, visto, quantificado demograficamente, localizado espacialmente, contabilizado quanto à sua participação no PIB nacional, afirmando-se mesmo como um ente com vontade própria, interesses, influenciando campanhas políticas, com uma bancada no Congresso, instituições e porta-vozes. Mais, ele se afirmou como categoria de aglutinação, de agrupamento, de identificação, de autopercepção e de percepção do mundo, de cognição da realidade. E tudo isso é recente. Até a década de 1980, o termo praticamente inexistia no léxico nacional, circulando por espaços muito restritos. Era como complexo agroindustrial que se definia o que depois seria identificado como agronegócio.

O texto se divide em três partes. Na primeira, procura-se identificar alguns agentes e redes centrais por meio dos quais a noção de agronegócio entrou e se difundiu no Brasil. A ação desses agentes foi multidimensional, foi recorrente em diferentes espaços e momentos do tempo, como se busca deixar claro nas demais seções. Na segunda, o que se enfatiza é a dimensão política da afirmação da ideia de agronegócio, tanto nas lutas por hegemonia no interior da classe empresarial rural, quanto na defesa e na promoção do que seriam os interesses da agropecuária no novo marco constitucional que se estabeleceu com o fim do regime autoritário, e nas políticas adotadas pelos governos que se seguiram. Finalmente, na terceira parte, trata-se de uma dimensão acadêmica da afirmação do agronegócio, pela qual se buscou, ao mesmo tempo, justificá-lo, legitimá-lo cientificamente, abastecendo-o de conhecimento, informação e orientações normativas, e formar seus quadros, isto é, aqueles dotados de competências técnicas e mentais que lhe eram necessárias.

Atores, redes, espaços de sociabilidade

Foi a partir dos anos 1990 que o termo agronegócio passou a ganhar visibilidade e se difundir, primeiramente na forma inglesa, agribusiness.[2] Um dos meios pelos quais isso se deu foi a publicação de *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro* (Araújo, Wedekin, Pinazza, 1990). De autoria de três agrônomos, Ney Bittencourt de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, o livro foi pioneiro na análise da configuração recente da agricultura nacional com base na noção de agribusiness. Sua publicação foi financiada por uma empresa que atuava na agropecuária, de início com genética vegetal –

2 A substituição mais geral de agribusiness por agronegócio ocorreu por volta de meados dos anos 2000. Isso não se deu sem efeitos e seria, por si só, tema de interesse para a análise, sobretudo em um estudo de história dos conceitos. Apesar disso, a questão não será tratada neste artigo. Assumindo a limitação, agribusiness e agronegócio serão aqui referidos de modo intercambiável. Para indicações interessantes sobre o tema, ver Lerrer (2009).

pesquisando, produzindo e comercializando sementes de milho híbrido – e, depois, também animal, a Agroceres. Os três autores tinham vínculos com ela: Wedekin e Pinazza ali haviam trabalhado com Bittencourt de Araújo, herdeiro e então presidente da empresa.

Bittencourt de Araújo também foi um dos fundadores e principais promotores da primeira entidade de representação voltada para o agronegócio, a ABAG, Associação Brasileira de Agribusiness, presidindo-a desde a criação, em 1993, até 1996, ano do seu falecimento. Ele foi chamado nessa ocasião, em um livro publicado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) em sua homenagem, de dínamo do agribusiness. A obra foi organizada pelo também agrônomo Roberto Rodrigues (1996), presidente da SRB, reunindo depoimentos de pessoas que conheceram o homenageado. Uma das referências mais recorrentes foi a do empenho de Bittencourt de Araújo em trazer, difundir e consolidar a ideia de agribusiness no Brasil. A imagem que dele ali se produz é a de um apóstolo, que peregrinou incansavelmente por todos os cantos do país levando a mensagem do agribusiness.

O neologismo agribusiness, fusão de agriculture e business, se difundiu a partir dos Estados Unidos, onde foi formulado por dois economistas agrícolas, John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg, professores da escola de administração de negócios da Universidade de Harvard. Lá eles criaram, em 1955, um programa de agribusiness,[3] e publicaram, em 1957, um livro que se tornou referência obrigatória nos debates sobre o tema, *A concept of agribusiness* (DAVIS & GOLDBERG, 1957).[4] O que se designava com o conceito era uma forma de pensar a agricultura não mais como um setor econômico isolado, ou mesmo oposto aos demais, que dizia respeito primordialmente ao mundo rural, mas como parte de uma cadeia de negócios que abarcava várias e distintas etapas e operações, dentro e fora da fazenda, nas cidades inclusive. Interdependentes, os elos dessa cadeia iam desde a produção de máquinas e insumos, e o financiamento, passando pelas fazendas, até o transporte, a armazenagem, o processamento, a distribuição e comercialização dos produtos. Nela estava envolvido, além do fazendeiro e de seus empregados, todo um conjunto de diferentes agentes, como indústrias químicas, mecânicas, de sementes, bancos, universidades e centros de pesquisa, técnicos, transportadoras, armazenadoras, processadoras, supermercados e consumidores, entre outros. Essa integração vertical do negócio agrícola, segundo os autores, era uma realidade incontornável, determinada pelo curso do desenvolvimento histórico.

Mais do que a diagnose de processos em curso, o que se tratava com a ideia era da produção de um discurso normativo, apresentando como inexorável um destino que se buscava produzir. Tratava-se de uma estratégia de convencimento e de generalização de uma visão sistêmica da agricultura, de

3 http://www.hbs.edu/centennial/businesssummit/business-society/agribusiness.html, consultado em 25/06/2015.

4 Um dos primeiros registros do uso público da noção de agribusiness por Davis data de 1955, em uma fala intitulada "Business responsibility and the market for farm products", proferida na *Boston Conference on Distribution*. Ele retomou a questão no ano seguinte, em "From agriculture to agribusiness", artigo publicado na *Harvard Business Review* (GRYNSZPAN, 2012: 126).

integração vertical, de padrões de pensamento, gestão, negócios, conducentes a ações coordenadas entre os diferentes elos da cadeia, em escala mesmo internacional. Para tanto, Davis e Goldberg criaram um seminário de agribusiness na escola de negócios de Harvard, ainda nos anos 1950, aberto a empresários, gestores privados e públicos, estudiosos e interessados em geral, direta ou indiretamente envolvidos com a agricultura. Mantido e consolidado sobretudo por Goldberg, o seminário foi um importante espaço não somente de formação, mas também de sociabilidade, de estabelecimento de redes de relações, de negócios, de interesses, locais e globais, de internacionalização da noção de agribusiness. Por meio dele, os autores, Goldberg em particular, referências acadêmicas no tema, se afirmaram igualmente como consultores internacionais e mesmo lideranças de organizações centradas no agribusiness.[5] Goldberg foi um dos criadores já em 1990, e primeiro presidente, da International Agribusiness Management Association (IAMA), mais tarde International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA).[6]

Bittencourt de Araújo frequentou o seminário de Harvard e promoveu a ida de Wedekin e Pinazza. Foi lá, nos anos 1970, que conheceu o presidente da Pig Improvement Company, da Inglaterra, com a qual se associou, abrindo à Agroceres o espaço da genética animal (Zylbersztajn, 1996). Lá, ainda, estabeleceu vínculos com Goldberg, tendo sido diretor da IAMA na sua presidência. Em 1990, mesmo ano da criação dessa associação, ao completar 45 anos de existência a Agroceres, Bittencourt de Araújo publicou seu livro com Wedekin e Pinazza e trouxe Goldberg ao Brasil, onde este participou de um seminário de lançamento do PENSA, então Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). O PENSA se estruturou com base no formato do programa de *agribusiness* de Harvard.[7] À sua frente estava o agrônomo Décio Zylbersztajn, que também havia trabalhado na Agroceres e, com o apoio de Bittencourt de Araújo, frequentado o seminário de Goldberg em Harvard.

Como vemos, há espaços que foram estratégicos na entrada, afirmação e difusão do conceito agribusiness no país, como padrão de percepção da agropecuária e das relações entre o rural e o urbano, e entre o nacional e o internacional, como modelo cognitivo da realidade, de gestão de negócios e de pessoas, de agregação e defesa de interesses, de produção e emprego de tecnologia. Por eles circularam atores e estabeleceram-se redes que foram promotores dessa difusão. O seminário de

---

5 Para algumas áreas disciplinares mais próximas dos campos do poder e econômico, como o direito, a economia e a administração, entre outros, a produção de conhecimento pode se confundir com a de discursos normativos, gerando efeitos práticos, ações, tomadas de decisão, políticas. Ver Bourdieu (2011).

6 Mais velho que Goldberg, Davis saiu de Harvard em 1959, passando a ocupar um posto na United Nations Refugee Works Agency (UNRWA), a agência da ONU para refugiados. Para um estudo do surgimento e da difusão da noção de agribusiness nos Estados Unidos, a partir das trajetórias de seus dois formuladores, ver Grynszpan (2012).

7 Sobre a criação do PENSA, ver Giffoni (2010). Cf., também, Nassar (2001).

Harvard foi um deles e a Agroceres, na gestão de Bittencourt de Araújo, foi outro.

O encontro entre esses dois espaços não foi fortuito. As relações entre a Agroceres e os Estados Unidos datam da sua origem.[8] Ao se formar pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa, Antônio Secundino de São José, pai de Bittencourt de Araújo, obteve, em 1937, uma bolsa para um período de formação nos Estados Unidos. Lá ele consolidou seu interesse em pesquisa com milho híbrido e conheceu empresas produtoras e comercializadoras da semente. Em 1945 ele fundou a Agroceres Ltda. e, no ano seguinte, a International Basic Economy Corporation (IBEC), do grupo Rockefeller, associou-se à Agroceres. Dessa associação, que durou até o final da década de 1970, surgiu a Sementes Agroceres S.A. (SASA), cujo capital era majoritariamente controlado pela IBEC. A IBEC criou, na década de 1960, uma divisão de agribusiness à qual a empresa ficou vinculada. Em 1970, por indicação da IBEC, Ney Bittencourt de Araújo, que já vinha assumindo funções de direção na Agroceres desde a década anterior, fez um curso de administração na American Management Association, em Nova York. Dentre os consultores e membros do conselho da IBEC, estava Ray Goldberg.

As redes formadas a partir da Agroceres e de Harvard se conectaram com as de outros espaços, igualmente importantes para a compreensão da gênese do agronegócio no Brasil. Wedekin, Pinazza e Zylbersztajn passaram todos pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), onde foram contemporâneos no curso de engenharia agronômica.[9] O primeiro se formou em 1974, e o segundo e o terceiro em 1975. Os dois últimos também cursaram, ao mesmo tempo, o mestrado em economia aplicada da ESALQ. Wedekin iniciou um mestrado no Centro de Pós-Graduação de Desenvolvimento Agrícola (CPDA), então vinculado à Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da FGV, mas não o concluiu.[10] Dos três, apenas Zylbersztajn seguiu carreira acadêmica, após um período de atividade empresarial. Em 1984 concluiu um doutorado em economia na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, com bolsa do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tornando-se professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em 1989, ano anterior ao da criação do PENSA.[11]

A passagem de Wedekin pelo CPDA deveu-se, em larga medida, ao fato ser então um quadro da FGV, atuando no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Pouco depois de concluir a graduação, ele foi trabalhar nessa instituição na segunda metade da década de 1970, no âmbito de um convênio entre o IAA, Instituto do Açúcar e do Álcool, e o IBRE. Pelo convênio, o IBRE ficava encarregado de medir os custos de produção do setor sucroalcooleiro, o que serviria de base para a fixação dos preços

8 Para uma história da Agroceres, ver Castro (1988).
9 Ver Mendonça (1999) para uma análise do papel da ESALQ na formação e nas disputas entre os grupos agrários dominantes, de fins do século XIX ao início do XX.
10 O CPDA foi criado junto à FGV em 1976, ali permanecendo até 1981. Em 1982 ele foi incorporado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Cf. Moreira (2007).
11 http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780197E8, consultado em 30/06/2015.

dos produtos pelo IAA. A instituição, portanto, assumia uma grande importância para os produtores do setor. Ainda no âmbito do IBRE foi criado, naquele momento, o Grupo de Informação Agrícola (GIA), à frente do qual esteve o economista Paulo Rabello de Castro, que havia recém-concluído seu doutorado na Universidade de Chicago, em 1975, com uma tese sobre determinantes do comportamento de atores individuais na agricultura. Wedekin também trabalhou no GIA, sob a orientação de Rabello de Castro.[12]

O IBRE tinha, então, duas publicações: *Conjuntura Econômica*, surgida em 1947, e *Agroanalysis*, criada por Rabello de Castro em 1977. Ambas publicavam análises e resultados de pesquisas ali desenvolvidas, e a segunda, com um foco específico na agropecuária, assumiu grande importância para o setor, sobretudo para os produtores de São Paulo, que ganhavam forte evidência na década de 1970, e se aproximaram do GIA (D'Araújo, 1999, p. 64). Circularam pela *Agroanalysis* nomes importantes na história aqui estudada como, além de Roberto Rodrigues, Wedekin, que é hoje membro de seu Conselho Editorial, e Pinazza, seu Editor Executivo.[13]

No período em que Wedekin atuou no IBRE, Pinazza, após concluir o mestrado, trabalhou no Banco do Estado de São Paulo, BANESPA, que tinha uma área de crédito agrícola, tema da sua dissertação (Pinazza, 1978). Um dos diretores daquela área foi o economista Yoshiaki Nakano, que também foi professor do CPDA e hoje é diretor da Escola de Economia da FGV de São Paulo (EESP). Data daquele período o início da participação de Pinazza com a publicação de artigos na *Conjuntura Econômica* e em *Agroanlysis*, assim como também a sua colaboração sistemática com Wedekin (Pinazza, 2012).

Além de estudos e da sua divulgação por meio sobretudo de *Agroanalysis*, o GIA promovia eventos para o debate de temas relacionados à agricultura. Um deles foi o seminário "Agricultura brasileira – Agenda para o amanhã", realizado em janeiro de 1979, em parceria com a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Porém, em 1981, em meio a uma crise, a FGV descontinuou alguns de seus programas e desligou pesquisadores e técnicos. Foi nesse quadro que se deu a transferência do CPDA para a UFRRJ. Foi também em 1981 que Wedekin deixou a FGV, indo trabalhar na SRB, da qual havia se aproximado enquanto esteve no GIA e onde Bittencourt de Araújo era diretor. Da SRB é que foi para a Agroceres, ali se tornando assessor econômico deste. Em seguida, após deixar o BANESPA e passar pela Companhia Paulista de Fertilizantes, COPAS, Pinazza também se incorporou à Agroceres, cruzando-se as suas trajetórias, novamente, com a de Zylbersztajn. Os três fizeram parte de um grupo no qual Bittencourt de Araújo investiu significativamente (Wedekin, 2012, p. 11). Seus nomes, assim como o deste, aparecem de forma bastante recorrente em diferentes etapas e dimensões dos processos

12 O nome de Paulo Rabello de Castro é referido de modo recorrente nas narrativas daqueles que promoveram a afirmação do agronegócio no Brasil, não como um ator central ou propriamente um militante da causa, mas como um produtor de análises e opiniões que lhes deram suporte.

13 Para um estudo fino sobre a *Agroanalysis* e a afirmação do agronegócio, ver Lerrer (2009).

de disseminação e consolidação da ideia, de objetivação e de institucionalização do agronegócio no Brasil. Wedekin, Pinazza e Zylbersztajn colaboraram na afirmação da ABAG, os dois primeiros atuando diretamente e o terceiro sobretudo por meio do PENSA.

Internacionalização e política

A ideia de agribusiness foi apropriada, de início, por uma parcela do empresariado rural que passou a disputar posições hegemônicas com antigas lideranças do setor, procurando ocupar entidades mais tradicionais, como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Essa parcela vinha, sobretudo, das regiões Sudeste e Sul, de estados como São Paulo, Paraná e Minhas Gerais, e tinha uma forte presença no movimento cooperativista encabeçado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).[14] Em meados dos anos 1980, com o apoio da OCB, à frente da qual se encontrava Roberto Rodrigues, o agrônomo mineiro Alysson Paulinelli, ministro da Agricultura no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), assumiu a presidência da CNA. Paulinelli era visto pelo grupo que o apoiou como um dos melhores ministros da Agricultura da história recente do país, tanto pelo Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, quanto pelo PRODECER, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que estimulou a ocupação das áreas de cerrado. Por meio desses programas aquele grupo se capitalizou fortemente e se expandiu territorialmente nos anos 1970. Com Paulinelli à frente, e com o apoio de Roberto Rodrigues, a CNA, juntamente com a OCB, filiou-se à FIPA, Federação Internacional dos Produtores Agrícolas, em um movimento de internacionalização fundamental para o êxito do agronegócio.

Rodrigues investiu também na Organização das Cooperativas da América (OCA), que existia desde 1963, com sede em Bogotá, Colômbia, mas não exercia uma forte liderança. A partir da OCA, ele se tornou membro do Conselho da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), sediada em Genebra, na Suíça, que reunia centenas de representações de diferentes países, com uma forte presença de cooperativas de consumo, sobretudo do antigo Leste Europeu. Na ACI, Rodrigues veio a ocupar a presidência do Comitê Agrícola, em 1991, a presidência do Conselho das Américas e, por isso mesmo, a vice-presidência da Aliança, em 1992, tornando-se o presidente desta, já em 1997.

Nesse processo de internacionalização, foram produzidos alguns resultados importantes para a afirmação do agronegócio. Um deles foi a criação de um banco cooperativo no Brasil, a partir dos exemplos de instituições semelhantes existentes em outros países, como o Rabobank Nederland, localizado em Utrecht, e o Crédit Agricole, francês, visitados por Roberto Rodrigues. As cooperativas de produtores brasileiros de café, açúcar, soja, frango, porco, entre outros, entraram em contato com as de consumidores de outros países e passaram a vender diretamente a elas, justamente em um momento

14 Sobre essas disputas e o papel da OCB, ver Mendonça (2005).

de abertura da economia. Para tanto, as cooperativas constituíram sua própria *trading*, em 1990, a EXIMCOOP (Exportadora e Importadora de Cooperativas Brasileiras S.A.). As missões internacionais, por conta disso, se intensificaram e as cooperativas e suas organizações foram criando seus departamentos de comércio exterior.

Mas os movimentos tanto de internacionalização quanto de afirmação hegemônica no interior do empresariado rural, até pela conjuntura em que ocorreram, se deram juntamente com um forte investimento político e de projeção e de legitimação na sociedade como um todo. Um momento importante de articulação e de exposição do grupo, com a liderança de Rodrigues pela OCB, de Paulinelli pela CNA e de Flávio Teles de Menezes, presidente da SRB, foi o da atuação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, criada em 1986 com o objetivo de aglutinar os interesses do setor agropecuário e influir na institucionalidade que se construía com a redemocratização e a elaboração de uma nova Constituição. Cabe lembrar, ainda, que se discutia então um plano nacional de reforma agrária e que ocupações de terras vinham ocorrendo, tendo à frente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No combate incondicional à reforma e às ocupações e na defesa da propriedade, não descartando para tanto o emprego de violência, uma das forças de maior evidência foi a União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985. O secretário da Frente Ampla, e destarte nome que alcançou forte projeção nacional em meio às muitas ações e negociações que coordenou, foi Rodrigues. Interlocutor e articulador importante, procurou se afirmar como um contraponto às posições mais extremadas da UDR, além de se tornar um porta-voz reconhecido de uma agropecuária que se apresentava como moderna.[15]

Rodrigues nasceu em 1942, em Cordeirópolis, região rural do interior do estado de São Paulo, filho de Antônio José Rodrigues Filho, engenheiro agrônomo formado pela ESALQ. Antônio José foi gerente de usina de açúcar por alguns anos, até adquirir uma fazenda na região de Guariba, próxima à cidade de Ribeirão Preto, onde se afirmou como plantador de cana. Atuou na criação e na direção de entidades de representação de interesses dos plantadores de sua região, como a SOCICANA, Associação dos Fornecedores de Cana de Guariba, surgida em 1951, que presidiu até 1965, e a COPLANA, Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba, criada em 1963, da qual foi presidente até 1966. Essa atuação foi importante para que se lançasse em outras disputas políticas, como a da Prefeitura de Guariba, que ocupou de 1952 a 1955 e de 1964 a 1967. Antônio José Rodrigues Filho foi secretário da Agricultura do estado de São Paulo por duas vezes, a primeira (1964/1965) no governo de Adhemar de Barros e a segunda (1969/1970) no de Roberto de Abreu Sodré. No governo seguinte, o de Laudo Natel, de 1971 a 1975, foi vice-governador. Mesmo durante o período em que ocupou cargos públicos, Antônio José Rodrigues Filho manteve-se atuante nos movimentos cooperativistas. Ele foi um dos criadores e primeiro presidente da OCB e da OCESP,

15 Sobre essa conjuntura e a ação dos grupos empresariais rurais, ver Bruno (2002 e 2010).

Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo.[16]

A trajetória de Rodrigues seguiu de perto a do pai, tendo também se formado pela ESALQ, em 1965. Em 1966, quando era governador de São Paulo Laudo Natel, que substituiu Adhemar de Barros, com o pai em Guariba, ele ocupou a chefia de gabinete da Secretaria de Agricultura. No governo seguinte, porém, com a perspectiva do retorno de Antônio José Rodrigues Filho à Secretaria, Rodrigues rumou para Guariba para cuidar da fazenda. Ao mesmo tempo em que o fez, militou em movimentos cooperativistas e tornou-se professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, mais tarde, em 1976, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinária da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Uma das disciplinas que ministrou foi, justamente, a de Cooperativismo.

A partir dos movimentos cooperativistas, Rodrigues atuou no sentido de organizar os interesses dos fornecedores de cana frente aos usineiros,[17] aumentar a produtividade com o emprego de tecnologia, sementes e adubo, bem como formar cooperativas de crédito.[18] Com essa linha de atuação, ganhou visibilidade nacional e conseguiu, em 1985, conquistar a presidência da OCB. Dois outros fatos importantes, ocorridos em meados dos anos 1980, contribuíram para ampliar sua notoriedade nacional. Um deles foi o episódio que ficou conhecido como revolta de Guariba, em 1984. O segundo foi a formação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira.

A revolta de Guariba ocorreu em maio de 1984, quando os usineiros da região modificaram o sistema de corte da cana, que era feito manualmente pelo trabalhador, tornando-o mais penoso, mas mantendo a mesma remuneração. Isso em um momento em que os trabalhadores se encontravam endividados pelos altos preços cobrados pelos alimentos nos mercados locais e, também, em função das tarifas elevadas do fornecimento de água. Além disso, havia um forte descontentamento em relação às condições de moradia e ao transporte oferecido pelas usinas. Nesse quadro, milhares de trabalhadores paralisaram o corte, ocuparam ruas da cidade, realizaram invasões e depredações em prédios como o da SABESP, empresa fornecedora de água, e saques em supermercados, além de atearem fogo em um canavial. Na repressão à revolta, uma pessoa foi morta e várias outras ficaram feridas. Rodrigues teve um papel importante na mediação das partes em conflito, exercendo influência junto aos usineiros para que voltassem atrás na decisão, o que foi feito. Sua atuação pesou também como um elemento favorável na disputa pela presidência da OCB.

À frente desta, buscou influir nas eleições gerais de 1986, promovendo candidatos mais próximos aos interesses das cooperativas. Segundo Lopes (2005, p. 66), foram 47 os deputados federais

---

16 A criação da OCB se deu em 1969 e o registro em cartório ocorreu no início de 1970. A da OCESP se deu neste mesmo ano, alguns meses depois. Cf. http://www.ocb.org.br e http://www.portaldocooperativismo.org.br, consultados em 10/04/2009.

17 Rodrigues foi um dos criadores da ORPLANA, Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil, em 1976, cujo primeiro presidente foi seu pai.

18 A Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba, COOPECREDI, criada em 1974.

eleitos com o apoio do movimento cooperativista. Foi desenvolvido um trabalho de *lobby* junto aos parlamentares em geral, de modo a introduzir dispositivos que atendessem aos interesses cooperativistas na nova Constituição. Tais dispositivos diziam respeito, por exemplo, à autonomia das cooperativas em relação ao Estado e ao reconhecimento da isonomia das cooperativas de crédito em relação às instituições do sistema financeiro. Essa atuação se deu em paralelo com o trabalho na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Ambas foram importantes não apenas para a projeção de Rodrigues, mas também para a própria afirmação do agronegócio no Brasil.

Para Roberto Rodrigues, portanto, a Frente Ampla foi um marco importante para a nacionalização da sua liderança, para tornar o agribusiness no Brasil uma realidade. Nesse mesmo processo, fundiu-se a sua liderança, a sua imagem, ao agribusiness. Relembrando em 2009 aquele momento, ele evidenciava a componente política da afirmação do agronegócio:

> Em meados dos anos 80, foi criada pela atuação conjunta da OCB, SRB e CNA, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, uma espécie de colegiado de entidades do agronegócio, juntando cooperativas, sindicatos, associações de produtores, bancos, da indústria de insumos e de transformação. Não tinha estatuto, sede, orçamento nem presidente, e objetivava unificar o discurso do agribusiness nacional. Foi um período rico para o setor. Esta unificação foi conseguida e grandes vitórias foram alcançadas, inclusive, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Aprendeu-se, na ocasião, que um trabalho articulado redundaria em benefícios para a classe rural.Foi neste período que Ney Bittencourt de Araújo trouxe de Harvard o conceito de agribusiness, desenvolvido por Ray Goldberg e seus assistentes, mostrando que a Frente Ampla nada mais era do que um fórum do agribusiness brasileiro.[19]

Assim como Rodrigues, com quem tinha uma ligação prévia, tendo ocupado uma diretoria da OCB na presidência deste, Bittencourt de Araújo teve também um papel importante na Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Além de atuar pessoalmente, deslocou quadros da Agroceres, como Wedekin, para que assessorassem a Frente. Outros, como Pinazza, participaram de forma indireta, com a promoção de seminários (Pinazza, 2012: 8).

Desse modo, partir da década de 1990, agribusiness, mais do que uma noção, um conceito, passou a ser uma categoria de aglutinação e de identificação de agentes e instituições diversos, com porta-vozes e órgãos de representação próprios. O trabalho de imposição do termo foi parte do processo de constituição do grupo que buscava definir. À diferença do que ocorreu nos Estados Unidos, onde o conceito emergiu da universidade, aqui se afirmou, inicialmente, a partir de lutas políticas do empresariado rural tanto internamente, servindo de bandeira a um grupo emergente que buscava impor sua hegemonia sobre os demais, quanto externamente, na defesa de interesses junto ao Estado e à sociedade em geral. Os sentidos associados à noção de agribusiness, como os de cadeia produtiva, sistema e interdependência, forneciam um quadro discursivo unificador que se sobrepunha à fragmentação dos diferentes segmentos do setor, representados por distintas organizações, além de

19 http://abag.sites.srv.br/site/item.asp?c=396, consultado em 31/03/2009.

romper com o isolamento entre agropecuária, indústria e serviços. Assim é que indústria e serviços estão representados na ABAG e, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) teve, a partir de 2007, um departamento (DEAGRO) e um conselho superior do agronegócio (COSAG). No que tange à sociedade de maneira geral e à defesa de interesses junto ao Estado, a ideia de unidade de classe, associada às de modernidade – ou mesmo de novidade radical, buscando se diferenciar de imagens tradicionais de um campo atrasado, conservador, predador da natureza e da mão de obra, desconsiderando seus direitos – de geração de riqueza, de solução para a produção em larga escala de fibras e alimentos e, portanto, de interesse nacional e internacional, de sustentabilidade, legalidade, inevitabilidade, que aqui foram sendo agregadas ao conceito, traziam força e legitimidade aos pleitos.[20]

A ABAG, criada em 1993, buscou representar essa unidade, e essas ideias, congregando mas procurando não se confundir publicamente com interesses setoriais, como os expressos pela OCB, de grupos com forte base regional, como ocorria com a SRB e a SNA, ou corporativos, defendidos pela CNA.[21] Mas a unidade não se fez de imediato, sendo, na verdade, um objetivo a ser construído com os anos. De início, os segmentos ali mais claramente presentes foram, justamente, os que mais investiram na sua criação, e que sentiram fortemente os efeitos da crise de financiamento da segunda metade dos anos 1980, e que vinham buscando se internacionalizar naquele momento de abertura da economia: o de insumos, tendo à frente Bittencourt de Araújo, e os agricultores representados pela OCB, com Rodrigues (NASSAR, 2001; MENDONÇA e OLIVEIRA, 2014).

A ABAG atuava nos meios empresariais, mas também buscava articulações com a política e, sobretudo, com os centros de produção de políticas públicas relacionadas aos seus interesses. Essa marca fica evidente desde a sua origem. Foi no salão Nereu Ramos, no Congresso Nacional, que a sua criação foi anunciada, em maio de 1993. Na ocasião, Bittencourt de Araújo declarou:

> A missão, penosa, ambiciosa e difícil, é sistêmica e se encadeia em múltiplas tarefas. A primeira, e a maior delas, é a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do País – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes da comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness, a relevância do seu papel no desenvolvimento econômico e social, e a necessidade de tratá-lo sistemicamente, sem o que torna-se impossível otimizá-lo. (ARAÚJO, 2013: 12)[22]

---

20 A crítica política ao agronegócio no Brasil incide, em grande parte, sobre essas ideias, relativizando sua modernidade e novidade, enfatizando que a riqueza gerada se concentra nas mãos de poucos, que acumula terras e que privilegia a exportação de commodities ao invés do cultivo de alimentos, e que portanto se trata de um interesse que nada tem de nacional, que é eliminador de postos de trabalho, produtor de pobreza e êxodo rural, que compromete a sustentabilidade desconsiderando o meio ambiente. Um dos principais polos geradores dessas críticas é o MST. Cf. www.mst.org.br.

21 Sobre a criação da ABAG e seu discurso legitimador, ver Nassar (2001), Severino (2004), Bruno (2010), Pinto (2010), Lacerda (2011), Araújo (2013), Mendonça e Oliveira (2014).

22 Em 14 de junho de 1993, um mês após o anúncio da criação da ABAG no Congresso Nacional, realizou-se em São Paulo um Seminário de Agribusiness, onde foi lançada a entidade. O evento dividiu-se em quatro painéis principais: segurança alimentar; agribusiness - conceitos e abrangência; tamanho e custo do Estado; e infra-estrutura e o agribusiness brasileiro. http://www.abag.com.br, consultado em 05/04/2009.

De fato, desde o trabalho da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, o grupo que a coordenou, e que depois criou a ABAG, foi tendo acesso a conselhos e órgãos que debatiam e influenciavam a adoção de políticas e tomadas de decisões públicas, ou sendo nomeados para cargos executivos. Rodrigues, por exemplo, passou a participar de diversos conselhos, como o de Crédito Rural e Agroindustrial, criado em 1986, o Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), do Ministério da Fazenda, entre 1989 e 1990, o Nacional de Política Agrícola, instituído em 1991, a Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), criada junto ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, também em 1991, coordenando o grupo de agribusiness, e o Conselho Monetário Nacional, de 1992 a 1993.[23]

De 1993 a 1994, no governo de Luiz Antônio Fleury Filho, então do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Roberto Rodrigues foi secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Uma das ações que empreendeu à frente da Secretaria foi a realização da Agrishow, uma feira agrícola que teve a sua primeira edição em 1994, na cidade de Ribeirão Preto, então governada por Antônio Palocci Filho, do Partido dos Trabalhadores (PT). Capitaneada pela ABAG, a Agrishow era caracterizada como uma feira dinâmica de tecnologia e negócios, em que máquinas, equipamentos e implementos eram não apenas expostos, apresentados, mas utilizados.[24] A feira tinha o apoio do Banco do Brasil e da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, e tinha na sua comissão organizadora, além da ABAG, a SRB, que à época passava a ser presidida por Roberto Rodrigues, a Associação Brasileira da Indústria de Maquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM), a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN), entre outros. A ideia era reunir, em um mesmo espaço e momento, os diferentes elos da cadeia do agronegócio.[25]

Bittencourt de Araújo, por sua vez, foi nomeado membro do recém-criado Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993, no governo Itamar Franco. Em 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, tornou-se membro do conselho do programa Comunidade Solidária.

Em 2003, Rodrigues tornou-se o titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Luiz Inácio Lula da Silva, o que teve, em grande medida, o sentido de aplacar os temores do empresariado rural em relação ao novo governo (Lacerda, 2011). Com ele, ocuparam postos no MAPA nomes importantes para a história aqui estudada, como o de Wedekin, que foi para a Secretaria de Política Agrícola (Wedekin, 2012). Esta Secretaria criou, no âmbito de um projeto de cooperação técnica entre o Ministério e o IICA, Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura, envolvendo igualmente o Ministério das Relações Exteriores (MRE), uma publicação intitulada *Série*

23 Cf. http://www.coophalicerce.org.br/roberto.html consultado em 10/04/2009.
24 http://www.agrishowribeiraopreto.com.br consultado em 11/04/2009.
25 http://www.abag.com.br consultado em 10/04/2009.

Agronegócios, cuja coordenação coube a Pinazza. Esse momento foi, desse modo, um marco importante na tradução efetiva das propostas do agronegócio em políticas públicas.

Um movimento anterior foi feito em 1996, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. O presidente criou, no segundo semestre daquele ano, um Fórum Nacional da Agricultura, reunindo representantes do setor privado – coordenados por Rodrigues –, do Executivo e do Legislativo. O Fórum produziu um extenso documento, com programas articulados em torno de dez pontos básicos, denominados "dez bandeiras do agronegócio".[26] Entregue ao governo em setembro de 1998, o documento, contudo, não chegou a se objetivar em medidas concretas. De acordo com Rodrigues (2001), a agricultura naquele momento, apesar da sua importância econômica, vinha perdendo poder político, ao mesmo tempo em que seus agentes declinavam no que tangia ao reconhecimento social. Era preciso, portanto, revalorizar o setor, tornando a sua força política e o seu prestígio social condizentes com o seu peso na economia. Isso só se faria, na sua visão, pela incorporação e implementação, de fato, da ideia de agribusiness.

Rodrigues promoveu uma série de alterações na estrutura do MAPA, fazendo com que os assuntos atinentes ao agronegócio se tornassem atribuição de diversos dos seus órgãos e câmaras.[27] Procurou, ainda, criar uma estrutura que favorecesse a internacionalização do agronegócio brasileiro, o que se fez juntamente com o MRE. Criou uma Assessoria de Gestão Estratégica e uma Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Essa Secretaria ficaria, juntamente com o ministro, à frente do também criado Conselho de Negociações Agrícolas Internacionais (CONAI), cujo objetivo era "coordenar, orientar, articular e acompanhar as políticas e atividades do Ministério relativas ao comércio exterior de bens e serviços de interesse do agronegócio".[28] As pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), também passaram a se coordenar mais diretamente com os objetivos do MAPA, sobretudo a partir de 2005, com a nomeação de Sílvio Crestana para presidí-la (Crestana, 2012; Mendonça, 2012). Rodrigues permaneceu no cargo até junho de 2006 quando, após divergências com a equipe do Ministério da Fazenda, pediu demissão.

Fora do Ministério, ele continuou atuando como um especialista e um promotor do agronegócio, associando seu nome fortemente, também, ao debate sobre agroenergia e etanol, temas imbricados. Uma das importantes bases da atuação de Rodrigues, ao lado das diversas entidades onde

---

26 Um dos redatores do documento foi Wedekin. As dez bandeiras eram: 1. Financiamento do agronegócio; 2. Modernização da comercialização externa e interna; 3. Desoneração e simplificação tributária; 4. Redução do Custo Brasil; 5. Desenvolvimento tecnológico; 6. Modernização da defesa agropecuária; 7. Sustentabilidade da agropecuária; 8. Agricultura familiar; 9. Política fundiária; e 10. Coordenação institucional do agronegócio. Cf. http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n3_setembro_2002/ambiente_economico1_Agronegocio_.pdf consultado em 13 de abril de 2009.

27 Produziu-se algo como uma divisão do trabalho ministerial, ficando o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável pelo agronegócio e o do Desenvolvimento Agrário pela agricultura familiar.

28 Cf. Portarias n° 277, de 10/11/2004, e n° 292, de 09/06/2005, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Decretos n° 4629, de 21/03/2003, e n° 5351, de 21/01/2005, da Presidência da República. Disponíveis em SISLEGIS, Sistema de Legislação Agrícola Federal, http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do

militava, foi o GV Agro, Centro de Estudos do Agronegócio da EESP. Além de manter em circulação a revista *Agroanalysis*, o Centro realiza estudos, consultorias e desenvolve cursos de especialização e, também, de pós-graduação *stricto sensu*, como o MPAGRO, Mestrado Profissional em Agroenergia, mais tarde denominado Mestrado Profissional em Agronegócio. O curso é uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação da EESP, a ESALQ e a EMBRAPA. Outra base importante de atuação de Rodrigues na promoção do agronegócio foi o COSAG, da FIESP, do qual foi presidente.

Legitimação científica e formação de quadros

A criação do MPAGRO foi parte de um investimento anterior de justificação e de fundamentação acadêmicas, bem como de formação de quadros para o agronegócio. Bittencourt de Araújo esteve particularmente envolvido nesse trabalho, atento a encontros e congressos nacionais, como os da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), e internacionais, onde não apenas colhia ideias, mas também apresentava trabalhos. A Agroceres, que era já uma empresa reconhecida pelo desenvolvimento de pesquisa aplicada, passou a ser uma base importante para o debate e a afirmação do *agribusiness* não somente nos meios empresariais, mas igualmente nos acadêmicos, buscando fazer uma ponte entre universidade e empresa. O livro de Bittencourt de Araújo com Wedekin e Pinazza e a promoção da criação do PENSA se inscrevem nesse investimento. Em 1981, logo após retomar o controle da Agroceres, Bittencourt de Araújo conseguiu, junto à FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, um grande financiamento para o desenvolvimento de pesquisa aplicada voltada para sementes (Rodrigues, 1996, p. 94). Ele obteve, ainda, assento em conselhos de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, a EMBRAPA e o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron. Bittencourt de Araújo foi, também, presidente do grupo Universidade-Empresa do Fórum de Desenvolvimento de São Paulo, da Secretaria de Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Informação e pesquisa foram duas áreas de forte investimento também da ABAG, tendo Ney Bittencourt de Araújo uma participação ativa até a sua morte, em 1996. A associação estimulou a produção de pesquisas sobre o agronegócio buscando, dessa forma, abastecer-se de informações e análises para balizar as suas ações, fundamentando-as e legitimando-as cientificamente. Uma amostra desse investimento foi a articulação entre a ABAG e o PENSA, ambos resultantes de um mesmo processo. A ABAG também teve em seu conselho administrativo indivíduos oriundos da academia, inclusive que teriam assumido em algum momento posicionamentos públicos favoráveis a uma reforma agrária. Fizeram parte do primeiro conselho Ana Célia Castro, professora do CPDA, e José Graziano da Silva, do Instituto de Economia da UNICAMP (Severino, 2004). A ABAG, por intermédio de

Bittencourt de Araújo, foi ainda importante para que a FGV, em 1994, retomasse a publicação da revista *Agroanalysis*, suspensa em fins de 1989 em meio a mudanças e problemas financeiros da instituição (RODRIGUES, 1996: 212; MOTTA, ROCHA, 2008).

Um processo que começou a se tornar visível a partir do início dos anos 2000, e no qual se inscreveu a criação do MPAGRO, foi a abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* relacionados ao agronegócio. Ao lado das pós-graduações *lato sensu*, que já vinham proliferando, e da criação de disciplinas específicas em cursos de graduação, mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados em agronegócio passaram a ser abertos. O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES), Jorge Guimarães, chamava a atenção para isso em 2006, destacando que, até 2002, havia apenas três cursos voltados para a área, sendo um doutorado, um mestrado acadêmico e um mestrado profissional. Em 2006, esse número havia saltado para 16, sendo quatro doutorados, nove mestrados acadêmicos e três mestrados profissionais. O forte crescimento apontado por Jorge Guimarães ocorreu justamente no primeiro governo Lula.

A fala de Jorge Guimarães se deu a propósito de um seminário realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sobre a formação e a qualificação de recursos humanos em agronegócio. O título da fala era "*A visão da Capes como indutora de transformações na formação de recursos humanos".29 O que nela se indicava era a importância do investimento em cursos voltados à formação de recursos humanos para o agronegócio, tendo em vista a contribuição do setor para a economia nacional. O surgimento de cursos de agronegócio, portanto, se deveu em grande parte à ação indutora do Governo, por intermédio do Ministério da Educação e da CAPES, com o intuito de criar, capacitar, formar, os quadros do setor. Além, é claro, das possibilidades entrevistas pelas Instituições de Ensino (IES) de auferir ganhos financeiros com a venda de cursos sobre agronegócio.*

A ação indutora se deu de diversos modos, indo desde o convite direto a IES no sentido de que apresentassem propostas de abertura de cursos, oferecendo recursos para a instalação dos mesmos e bolsas para alunos, até o lançamento de editais específicos. Além da abertura de cursos, a ação incluiu editais de estímulo à formação de redes de pesquisa voltadas para o agronegócio, com foco em temas diversos como nanotecnologia, saúde, meio ambiente, entre outros.30 E não foi apenas da CAPES que partiu essa ação, mas também do CNPq e da FINEP, executores do Fundo Setorial de Agronegócio (CT – Agronegócio), do Ministério da Ciência e Tecnologia.31 No caso do CNPq, até 2008, cerca de um ou dois editais relativos ao agronegócio foram lançados em alguns anos. Em 2008, porém, o número de editais referentes ao agronegócio saltou para nove.32 Com isso, o agronegócio se afirmou como um tema privilegiado de pesquisa, atraindo mais e mais pesquisadores.33 Houve, portanto, um significativo investimento de recursos públicos, e

29 http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1453 consultado em 13/04/2009.
30 Cf. http://www.capes.gov.br consultado em 13/04/2009.
31 Ver http://www.finep.gov.br e http://www.mct.gov.br consultados em 13/04/2009.
32 Ver http://www.cnpq.br consultado em 13/04/2009.
33 Ainda que seja um dado superficial, demandando uma análise mais cuidadosa, mas que pode ser tomado como um indicador interessante, o número de currículos de doutores registrados na base Lattes, que hoje são associados ao assunto

também privados, na consolidação e na expansão do agronegócio, o que passou, em parte, pela produção de conhecimento e pela formação de quadros, de recursos humanos voltados para ele.

Observações finais

Afirmar-se o agronegócio enquanto realidade inquestionável, incontornável, o que significa também reconhecer a validade do conceito que descreve essa realidade, não é o mesmo que se constituir em unanimidade. Há muitos críticos do agronegócio, falando a partir de perspectivas diversas, em campos distintos. Mas é preciso ver que também as batalhas discursivas que se travam em torno dele são uma dimensão importante do seu processo de afirmação.

Como se viu, essa afirmação é recente e se fez pelo trabalho de imposição de um grupo que trouxe a noção de fora e fez dela um instrumento de suas lutas por hegemonia no interior das classe dominante rural, por pautar a adoção de políticas públicas e por se legitimar socialmente. Isso se deu em dimensões e com estratégias múltiplas, econômicas, políticas, científicas, as que foram abordadas aqui. Um núcleo central de atores se fez presente nessas distintas dimensões, tomando a frente dos processos. Suas trajetórias se cruzaram em espaços definidos, vinculando-os, articulando-os em redes. Muitos outros espaços e redes foram, é claro, importantes para a história que se buscou estudar, mas não haveria como abordá-los no espaço restrito de um artigo. Os que foram analisados, porém, permitem já, de modo evidente, perceber que o estudo de redes e de trajetórias pode ser um método valioso, trazendo bons rendimentos heurísticos para pesquisas de história social dos conceitos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ney Bittencourt de. "A quebra de paradigmas. Trechos do discurso proferido pelo fundador da ABAG na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, no dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional, em Brasília". *20 anos ABAG*. São Paulo: ABAG, 2013.

_____; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil, 2002.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

---

agronegócio, é de 5.151. Expandindo-se a busca para todos os pesquisadores, o número chega a 12.791. Já uma busca no portal de periódicos da Capes pelo tema agronegócio lista um total de 2.460 artigos. Cf. http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar e www.periodicos.capes.gov.br, consultados em 05/07/2015.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

_____"Agronegócio, palavra política". VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

CASTRO, Ana Célia. *Crescimento da firma e diversificação produtiva: o caso Agroceres*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 1988.

CRESTANA, Sílvio. *Sílvio Crestana (depoimento 2012)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. *A concept of agribusiness*. Boston: Division of Research/Graduate School of Business Administration/Harvard University, 1957.

GRYNSZPAN, Mario. "Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil". *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, 2012. pp. 123-148.

KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LACERDA, Elaine."A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a disputa pela direção do 'novo' rural brasileiro". XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba: SBS, 2011.

LERRER, Débora Franco."Representações e concepções políticas em torno do agronegócio". Relatório preliminar de pesquisa. *Sociedade e economia do agronegócio – um estudo exploratório*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2009.

LOPES, Mauro de Rezende; OLIVEIRA, Marilene Silva de; BOGADO, Pedro Rangel. "O papel dos grupos de interesse na consolidação do MAPA". *Revista de Política Agrícola*, n. 3, 2005, pp. 65-74.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

_____."A Organização das Cooperativas Brasileiras e a nova hegemonia ruralista no Brasil". Niterói: PPGH/UFF. 2005.

_____. "Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003)". *Raízes*, v. 32, n. 2, 2012, pp. 72-86.

_____; OLIVEIRA, Pedro Cassiano F. "ABAG: origens históricas e consolidação hegemônica". VI Encontro da Rede de Estudos Rurais. Campinas: Rede de Estudos Rurais, 2014.

MOREIRA, Roberto José."O mundo rural nas ciências sociais praticadas nos 30 anos do CPDA". XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife: SBS, 2007.

MOTTA, Marly; ROCHA, Dora (orgs.)*Memórias do IBRE: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

NASSAR, André Meloni. *Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGAdministração/FEA/USP.

PINAZZA, Luiz Antônio. *Demanda derivada por crédito na divisão regional agrícola de Campinas*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: PPGEA/USP-ESALQ, 1978.

_____. *Luiz Antônio Pinazza (depoimento 2012)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. 2012.

PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

RODRIGUES, Roberto (org.). *Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness*. São Paulo: s. ed., 1996.

_____. "Agricultura e agronomia". *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001, pp. 289-301.

SEVERINO, Cláudio Francisco. "Novas estratégias de organização política dos empresários do agribusiness: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG". XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2004.

WEDEKIN, Ivan. *Ivan Wedekin (depoimento 2012)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012.

ZYLBERSZTAJN, Decio. "PIC/Agroceres: tecnologia em genética de suínos". *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 13, n. 2, 1996, pp. 135-158.

II. Intelectuais, política e sociedade

2.1 NIKOLAI GAVRÍLOVITCH TCHERNICHÉVKSKI E A INTELLIGENTSIA RUSSA: FILOSOFIA, ARTE E REVOLUÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Camilo Domingues

1. A Rússia oitocentista e o papel da intelligentsia

Na passagem dos séculos XVIII ao XIX, o regime tsarista russo encontrou-se perante exigências históricas que, em pouco mais de um século, iriam pôr abaixo o seu temido e lendário Império Absolutista. Os ventos que sopravam da Europa Ocidental passariam definitivamente a obstar o vôo majestoso da poderosa águia de duas cabeças.

Desde o século XVII, a Holanda e a Inglaterra haviam deflagrado o processo de revoluções econômicas, políticas e culturais que poriam fim ao milenar modo de produção feudal. Tais revoluções imporiam o predomínio do modo de produção capitalista nas relações sociais de produção e, em cadeia a partir destas, das relações sociais, culturais e políticas burguesas, inteiramente novas e, para a sua época, verdadeiramente revolucionárias.

O processo de sedimentação do novo modo de produção social em quase toda a Europa a partir do século XVIII transformou todas as virtudes do tsarismo russo em entraves históricos intransponíveis. Diante do capitalismo insurgente, o feudalismo (ou semi-feudalismo) russo transmutou-se em entrave anacrônico à modernidade. Em seu percurso dialético, a história garantia à Rússia imperial, a partir daquele momento, o lugar do atraso econômico e cultural e de subserviência às economias europeias ocidentais que lhe passariam a ditar os rumos de seu próprio e comprometido desenvolvimento capitalista. A maneira como se articularam e se aliaram a autocracia absolutista e decadente russa à sua incipiente burguesia e à grande burguesia ocidental europeia gestou um complexo jogo dialético no qual as decadentes relações feudais (ou semi-feudais) russas se amalgamariam às suas novas relações capitalistas.

Na virada do século XVIII, ocupavam de forma predominante o cenário da luta de classes russa os trabalhadores servis, em sua base, e o senhorio feudal-absolutista, no seu topo. Entre o antagonismo predominante dessas duas classes desenvolviam-se uma pequena burguesia citadina formada por artesãos e intelectuais, um incipiente proletariado limitado à indústria de transformação dos produtos agrícolas básicos e uma também incipiente burguesia nacional. O celeiro agrícola da Europa passaria, sob os interesses e controle rígidos das novas potências ocidentais em aliança com a autocracia, a dar seus primeiros e permitidos passos rumo à economia capitalista e a diversificar sua

produção econômica.

A partir de então, a modernização cultural e econômica do Estado Absolutista russo conduzida a partir do final do século XVIII por Alexandre I através de "reformas do alto"; o surgimento de setores da nobreza e, posteriormente, de uma pequena burguesia pensante com acesso – bastante restrito – às obras dos principais intelectuais e revolucionários do outro lado da Europa; os ventos de liberdade e revolução soprados do ocidente com a revolução burguesa de 1789 e as jornadas revolucionárias de 1848; o recrudescimento da luta de classes no campo frente as novas e constantes exigências do tsarismo – mais truculento à medida que se tornava mais decadente – desencadeariam tensões de classe explosivas.

Postos diante das questões específicas da 'grande' Rússia, seus primeiros reformadores e revolucionários lhe propuseram respostas e ações distintas, de acordo com os seus próprios lugares de classe e estágios de desenvolvimento histórico e político:

> Primeiro, nobres e senhores de terras: os decembristas e Herzen. Formavam um estreito círculo de revolucionários, muito distante do povo. Não trabalharam em vão, no entanto. Os decembristas despertaram Herzen. Herzen deflagrou o movimento revolucionário. Este movimento foi nutrido, estendido, fortalecido e temperado por revolucionários do povo, começando por Tchernichévski e terminando com os heróis do *Naródnaia Vólia.*[1] O círculo de lutadores se expandiu e eles estabeleceram relações mais próximas com o povo. 'Os jovens timoneiros da tempestade iminente', Herzen os chamava. No entanto, ainda não se tratava da tempestade. A tempestade é o movimento de massas em si [dirigido pelo proletariado]. (LÊNIN apud GRIGORIAN, 1953: 12- 13)[2]

A morte do tsar Alexandre I, em dezembro de 1825, e o impasse em relação à sua sucessão forjaram o cenário para a tentativa de um golpe palaciano protagonizado por aristocratas descontentes com os rumos da autocracia e com a permanência do regime de servidão na Rússia. Os decembristas, como ficaram conhecidos os "aristocratas revolucionários", tiveram seus planos frustrados, foram presos e executados.

Apesar do fim drástico e exemplar imposto ao insurgente movimento aristocrático, os decembristas inspirariam as próximas gerações. Frequentava o seu círculo de influências, o poeta e romancista Aleksandr Serguêievitch Púchkin que, juntamente aos escritores Griboiêdov, Gógol e Liérmontov[3] seriam responsáveis por erguer um verdadeiro monumento literário de crítica à autocracia e ao regime de servidão russo. Serviram como grande inspiração política a todos os seguintes reformadores e revolucionários russos, a começar pelo escritor e jornalista Aleksandr Ivánovitch Herzen (1812-1870).

Filho bastardo da aristocracia, Herzen foi o responsável por lançar as bases do pensamento

---

1 *Naródnaia Vólia*: "A vontade do povo". Grupo populista radical, adepto do terrorismo revolucionário. Responsável pelo assassinato do tsar Alexandre II em 1881. O periódico do grupo era denominado da mesma forma.

2 Todas as traduções que compõem este artigo são de responsabilidade de seu autor.

3 Aleksandr Serguêievitch Griboiédov (1795-1829), Nikolai Vassílievitch Gógol (1809-1852), Mikhail Iúrievitch Liérmontov (1814-1841): escritores russos.

socialista russo. O seu patriotismo arraigado e o seu descontentamento com os resquícios do feudalismo em seu país, por um lado e, por outro, com a sanha demolidora e individualista do capitalismo ocidental o fizeram desenvolver a *via russa* para se chegar ao socialismo, com base nas rudimentares e seculares experiências democráticas das comunas rurais. Para Herzen, através de reformas políticas e institucionais – inclusive com alianças com a autocracia, o Estado tsarista russo seria capaz de passar ao socialismo, saltando por sobre a experiência histórica do capitalismo.

Herzen viveu no exílio em trabalho constante de propaganda de suas ideias através de seus periódicos, que eram recebidos por círculos legais ou clandestinos em seu país, entre eles o círculo do poeta Vvediénski,[4] frequentado pelo jovem estudante plebeu Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski.[5] Tchernichévski, inicialmente quando estudante e, depois, quando trabalhou como crítico literário, cedo teve contato com os círculos de intelectuais de São Petersburgo, onde travou contato com as obras de Bielínski e Herzen. A partir de então, dedicou-se exclusivamente e com devoção sem igual ao seu ideal revolucionário socialista na Rússia.

Tchernichévski pertenceu à geração russa dos anos sessenta do século XIX, responsável por incendiar o ambiente político do país. As reformas graduais concedidas pelo Estado tsarista desde o final do século passado não foram capazes de amainar as contradições de classes pungentes e cada vez mais efervescentes. O regime de servidão continuava a castigar os trabalhadores russos. O exército russo dava-se conta de seus atrasos tecnológico e militar que não foram capazes de salvar a si e à Rússia na guerra da Crimeia (1853-1856). Por final, a limitada emancipação dos servos em 1861, conduzida pela aristocracia, e a atmosfera incendiária das incessantes revoltas camponesas, além da desilusão ante as promessas de liberdade burguesa após a capitulação da burguesia ao reacionarismo em 1848 aqueceram definitivamente a temperatura da luta de classes e converteram boa parte da *intelligentsia* russa de reformista em revolucionária, fizeram do socialismo utópico o seu guia teórico e ideológico e de Tchernichévski o seu dirigente máximo.

Mantido preso durante dois terços de sua vida produtiva, Tchernichévski elaborou na Fortaleza de São Pedro e São Paulo, nos campos de trabalho forçado e no exílio siberiano, vasta obra literária, filosófica e revolucionária que influenciaria toda a intelectualidade e juventude russas na segunda metade do século XIX. Suas contribuições à estética, filosofia e política demarcaram uma esquina histórica no desenvolvimento da *intelligentsia* russa. Atrás de si estava a tradição reformista dos decembristas e de Alexandre Herzen e à sua frente seria erigida a tradição revolucionária de Gueórgui

---

4 Irinarkh Ivánovitch Vvediénski (1813-1855), tradutor e escritor russo. Traduziu as obras de Charles Dickens para a língua russa. Em seu círculo, discutiam-se as ideias de Herzen.

5 Tchernichévski também esteve próximo dos frequentadores do círculo do pensador russo Mikhail Petrachiévski (1821-1866), principalmente do seu colega Aleksandr Khanykov (1825-1853), adepto do socialismo utópico de Saint-Simon e Charles Fourier. No apartamento de Petrachiévski, discutiam-se as ideias de Vissarion Grigórevich Bielínski (1811-1848), crítico literário russo redator do período "Sovremennik" (O Contemporâneo), para o qual Tchernichévski elaboraria diversos artigos. Apesar da proximidade de Tchernichévski com Khanykov, não há relatos sobre a sua participação efetiva naquele círculo.

Valentínovitch Plekhánov e Vladimir Ilítch Lênin, estes últimos já de posse da teoria socialista de Karl Marx e Friedrich Engels.

Das reformas autocráticas às Revoluções de 1905 e 1917 que devastaram a aristocracia, a *intelligentsia* russa se constituiu como uma complexa cadeia de desenvolvimento teórico e político capaz de absorver as teorias e experiências políticas da Europa burguesa – e proletária – e de propor saídas ao seu próprio desenvolvimento histórico. Nessa trajetória, elaboraram um conjunto inestimável de obras literárias, científicas, filosóficas e políticas de valor não apenas restrito à Rússia, mas a toda a humanidade.

2. Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski

Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski nasceu em 1828, na cidade de Sarátov, a sudeste de Moscou, na margem oeste do Rio Volga. Filho de um presbítero, recebeu de seu pai uma educação rigorosa e diferenciada que desde cedo o familiarizou com a história antiga e moderna da Europa e com os diversos idiomas do Ocidente. Sua educação doméstica garantiu-lhe destaque no Seminário de "Saint Mitrofan" e na Universidade de São Petersburgo. Formou-se em 1850, voltando a viver em Sarátov. Após casar-se, estabeleceu novamente residência em São Petersburgo em 1853 e lá viveu até o ano de 1862, a partir de quando foi preso, submetido a trabalhos forçados e exilado até o ano de 1883. Faleceu em sua cidade natal em 1889.

Durante os estudos de literatura, na Universidade de São Petersburgo, Tchernichévski conheceu os trabalhos dos principais expoentes da filosofia idealista alemã do século XIX, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872). Ainda na sua juventude, desenvolveu duras críticas à filosofia hegeliana e, por outro lado, assimilou definitivamente diversos aspectos do humanismo feuerbachiano.

Ao encerrar os estudos em São Petersburgo, Tchernichévski já acumulava intensa crítica contra o idealismo filosófico, crítica que o acompanharia durante toda a sua vida fosse em seus ensaios filosóficos, fosse em seus trabalhos políticos ou estéticos. De volta a São Petersburgo, em 1853, passou a frequentar círculos de discussões literárias e políticas, que se reuniam muitas vezes para a leitura e debate de obras clandestinas. Aproximou-se de um integrante do círculo de Petrachiévski, Aleksandr Khanykov, através de quem conheceu e se identificou com o socialismo utópico de Saint-Simon e Charles Fourier e se aproximou da obra de Bielínski. No círculo de Vvediénski, do qual participou ativamente, aprofundou sua admiração por Herzen e iniciou o desenvolvimento de seu ideal revolucionário, fundado no "homem novo" capaz de sacrificar a sua vida para acabar com a tirania. Citando Tchernichévski, Grigorian (1953, p. 16) destaca as ideias do pensador a respeito de "uma

revolução em nosso país" diante da "crueldade e grosseria do tsar", imaginado "como seria bom se houvesse algum homem corajoso o suficiente para sacrificar a sua vida em prol de depor o tsar".

Sob tais influências, Tchernichévski iniciou a sua obra filosófica, destacando-se o seu ensaio de 1860 "Os princípios antropológicos em filosofia". Nele, sistematizou as suas críticas ao idealismo alemão e propôs as bases de seu materialismo filosófico. Diferentemente da filosofia hegeliana, em seu sistema, Tchernichévski propunha a indissociabilidade entre a razão e a realidade e a unidade dialética do ser: "o homem deve ser tomado com um ser único que possui apenas uma natureza; a vida humana não deve ser dividida em metades, cada uma correspondendo a naturezas diferentes" (TCHERNICHÉVSKI, 1953b: 132-3). Para o filósofo materialista, "O homem não é uma entidade abstrata, mas um ser vivo para cujas vida e felicidade o lado material (condições econômicas) é extremamente importante" (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953: 27).

Tchernichévski defendia que os trabalhadores (os camponeses russos) deveriam, para o seu próprio empreendimento revolucionário, armarem-se com uma filosofia própria, com base na realidade. A filosofia deveria estar a serviço da vida e não o contrário (como na filosofia idealista). Diante da tarefa histórica e política de se destronar o tsarismo russo, propunha para as massas uma filosofia própria, pois as massas, "graças à sua natureza robusta e à sua dura experiência de vida, entende[m] a essência das coisas muito mais apropriada, correta e profundamente que as pessoas das classes abastadas" (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953: 22).

No desenvolvimento de seu sistema filosófico materialista, Tchernichévski ainda chegou bem próximo de fundar as bases de uma doutrina dialética, como propuseram Karl Marx e Friedrich Engels, apesar de não ter alcançado uma teoria integral. Defendia, contra a lógica idealista, que "a combinação de propriedades heterogêneas em um mesmo objeto é a lei geral das coisas" ou que "toda a vida é polarização, magnetismo, eletricidade – em todo lugar as forças se bifurcam em direções opostas", ou ainda que há um dado momento em que, em se tratando da matéria em seu movimento, "diferenças quantitativas passam a diferenças qualitativas" e que "o movimento dá saltos atrás de saltos" (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953, p. 34; 35). Ao tratar da importância da obra filosófica materialista de Tchernichévski, o próprio Lênin sustentava:

> Tchernichévski era o meu autor favorito (…) [Ele] me apresentou o materialismo histórico. Foi novamente Tchernichévski que me indicou o papel de Hegel no desenvolvimento do pensamento filosófico e de Tchernichévski extrai os princípios do método dialético; tornou muito mais fácil para mim o domínio posterior da dialética de Marx (…) Fala-se que há músicos com ouvido absoluto: poderia se dizer que também há pessoas com "faro" revolucionário absoluto. Marx e Tchernichévski eram homens desse padrão. (LÊNIN apud VALENTINOV, 1968 apud WALLACE, 1992: 80)

O "faro revolucionário absoluto" de Tchernichévski mesclou, necessariamente, a sua filosofia materialista à sua ação política revolucionária. Filosofia e ação política nutriram-se e temperaram uma a outra durante a vida do escritor. Enquanto estabelecia contato e crítica ao idealismo filosófico e

alicerçava o seu próprio sistema materialista, as revoltas camponesas se multiplicavam na Rússia, o país sofria graves reveses na Guerra da Crimeia (1853-1856) e o tsar Alexandre II promulgava o aguardado e frustrante Manifesto de Emancipação dos Servos em 1861. O processo de decadência do antigo regime e a combustão da luta de classes eram os campos de pensamento e ação que a Rússia tsarista fornecia ao seu mais radical revolucionário entre os anos 50 e 60 do século XIX.

Em especial, a decepção com a emancipação dos servos em 1861 contribuiu para que se rompesse definitivamente os laços de Tchernichévski com a *intelligentsia* reformista e se consolidasse os seus ideais revolucionários. A emancipação conduzida pelo tsarismo tratou-se tão somente de uma "mudança nas formas de relação entre os senhores de terras e os camponeses (servos), com apenas uma leve, quase imperceptível mudança no conteúdo desta relação. A intenção era preservar o conteúdo da servidão e abolir apenas as suas formas" (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953: 8). Contra os liberais e reformistas que a sustentavam, satirizava:

> Oh, senhores, senhores, vocês imaginam que se trata de ter a república no nome e vocês estarem no poder. Mas não é isso. Trata-se de libertar as classes baixas da escravidão não apenas com leis, mas de fato... assim eles poderão comer, beber, se casar, educar seus filhos, cuidar de seus pais e obter educação; os homens não se tornarão cadáveres ou criminosos e as mulheres não terão que vender seus corpos. (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953: 17-18)

E prognosticava aos trabalhadores e revolucionários, de acordo com o seu materialismo e com os rudimentos de sua teoria de luta de classes:

> Deixe iniciar a opressão de uma classe sobre outra, então haverá uma disputa; os oprimidos perceberão que estão muito prejudicados em relação à ordem vigente, mas que pode haver uma ordem diferente das coisas na qual eles não serão oprimidos; eles irão descobrir que não são oprimidos por Deus, mas pelos homens, que nada devem esperar da justiça e que não há indivíduos entre os opressores que os ajudarão. (TCHERNICHÉVSKI apud GRIGORIAN, 1953:18)

A assimilação do socialismo utópico de Saint-Simon e Fourier, herança que trouxe consigo graças à influência de seu colega Aleksandr Khanykov, nunca delas se desvencilhando; o desenvolvimento apenas rudimentar de suas análises econômicas a respeito da Rússia, para o qual ainda se tratava de uma economia exclusivamente feudal, apesar dos avanços das relações capitalistas de produção e constituição de um proletariado incipiente; além da fragilidade de sua dialética, foram fatores que lhes transformaram as categorias *trabalhadores* e *oprimidos* em sinônimos perfeitos de *camponeses*.

Apesar dos rompimentos filosóficos e políticos de importante dimensão histórica deflagrados por sua atividade, Tchernichévski não foi capaz de superar o socialismo utópico. Baseava-se, assim como toda a *intelligentsia* russa pré-marxista, em que as experiências democráticas das comunas rurais, tão fortemente arraigadas ao camponês russo, fariam da revolução que propugnava um salto direto ao socialismo. O espírito popular russo livraria o seu povo dos sacrifícios de sua soberania e cultura

exigidos pelo ameaçador capitalismo.

Desprovido da dialética marxista e incapaz, portanto, de assimilar histórica e dialeticamente as radicais transformações econômicas e sociais impostas pelo modo de produção capitalista, bem como o advento do proletariado, Tchernichévski alcançou o ápice do desenvolvimento da filosofia materialista russa e da concepção revolucionária até a chegada do marxismo na Rússia, pelas mãos de Plekhánov.

Apesar de seu "faro revolucionário" não lhe ter permitido transpor a fronteira do socialismo utópico, as suas demais contribuições às ideais e ação revolucionárias não restaram comprometidas. Tchernichévski foi um dos responsáveis por lançar as bases que constituiriam as futuras formas revolucionárias de organização dos trabalhadores russos, assim como a concepção de revolucionário profissional, inteiramente devotado à causa revolucionária.

> Os "homens ilustrados" de Bielínski, os "homens puros" ou "homens novos" de Tchernichévski e Dobroliúbov, a "verdadeira *intelligentsia*" de Mikhailóvski, "os indivíduos críticos" de Lavrov, os "homens de ideias" de Chelgunov, a "minoria ilustrada" de Tkatchóv, os "tribunos do povo" de Lênin e a "*intelligentsia*" de Polonski[6] são basicamente variações sobre um mesmo tema. Dizem respeito à identificação de um grupo de pessoas hostis à ordem social vigente, unidos exclusivamente por laços ideológicos e prontos para liderar e servir às massas (o "proletariado" ou o "povo") na reedificação total da sociedade russa. (NAHIRNY, 1983 apud WALLACE, 1992: 69)

A truculência e tirania do regime tsarista, com as constantes perseguições, aprisionamentos e execuções da *intelligentsia*, fosse ela reformista ou revolucionária, forjaram em seus líderes e membros a necessidade de articularem suas atividades legais e clandestinas. Era necessário, diante do elevado grau de antagonismo entre as classes em luta, exercerem entre si alto grau de sigilo e disciplina, em proteção aos próprios círculos, ao ideal revolucionário e às tarefas políticas que sustentavam. Como citado acima, não foram poucos os que perceberam – por sua própria atividade política – e se dedicaram ao urdimento inicial do que seriam as primeiras formas de proteção, organização e combate da *intelligentsia* e das massas, na ausência de seus próprios partidos políticos.

Dadas as duras adversidades enfrentadas pela militância intelectual e política russa nos estertores do antigo regime, Tchernichévski requisitava para esse combate a forja de um *homem novo*. Não apenas capaz de resistir às pressões e ataques do tsarismo e de se sacrificar em nome das tarefas revolucionárias, mas ele próprio também capaz de erigir os preceitos da nova sociedade. Preso e censurado pelo regime tsarista a partir de 1862, foi primeiramente através da arte que Tchernichévski rompeu a censura e melhor conseguiu expressar o crucial advento de seu *homem novo*.

> Tchernichévski introduz o personagem Rakhmiétov em [seu romance] "O que fazer?" a fim de expor a sua concepção de como deveria ser um revolucionário. Rakhmiétov é totalmente dedicado à causa, abandona todos os vícios, exceto o fumo. Ele torna-se celibatário para não se desviar de seus objetivos e, certa vez, dormiu sobre uma cama de pregos para se provar. Ele pratica ginástica para incrementar a sua força física, que se tornou legendária. Em resumo, ele

6 Nikolai Aleksándrovitch Dobroliúbov (1836-1861), Nikolay Konstantínovitch Mikhailóvski (1842-1904), Piótr Lavrovitch Lavrov (1823-1900), Nikolai Vassílievitch Chelgunov (1824-1891), Piótr Nikítitch Tkatchóv (1844-1886) e Iakov Petróvitch Polónski (1819-1898): pensadores e escritores russos, democratas revolucionários, membros da *intelligentsia*.

dedicou toda a sua vida em se preparar para a revolução. (WALLACE, 1992: 88-9)

A sua obra literária, principalmente "O que fazer?" (1863) e "Prólogo" (publicado em 1877) – ambas escritas na prisão, deu corpo ao seu *homem novo* e ao seu materialismo estético lançado desde 1853, através do ensaio "As relações estéticas entre a arte e a realidade". Neste último trabalho, criticou as relações idealistas e românticas entre a arte e a beleza e estabelece o seu paradigma filosófico para a arte a partir da relação desta com a realidade. O belo, na arte, deixaria de ser um fundamento abstrato para se tornar um elemento na criação artística necessariamente devotada à realidade. Para Tchernichévski (1953a, p. 281-381), "a função essencial da arte é reproduzir os fenômenos que interessam ao homem em sua vida real" uma vez que "a realidade é superior ao sonho e a função essencial [da arte] é superior aos devaneios da fantasia" e que "a vida é mais plena, verdadeira e inclusive mais artística que todos os trabalhos dos acadêmicos e poetas".

Em "O que fazer?", o escritor conferiu a uma heroína o centro de sua trama. Vera Pavlovna não sonha em se casar ou tampouco encontrar o seu amor romântico. É apresentada como uma mulher emancipada, instruída e adepta de ideais vanguardistas. Assim como seu autor, a personagem empreende o sonho socialista utópico: ergue uma bem-sucedida cooperativa de moda, exclusivamente com trabalhadoras. Apesar do sucesso de sua empresa, Vera tem um sonho (o quarto sonho), no qual percebe a limitação de seu empreendimento e vislumbra a sociedade socialista.

Apresenta também nesta obra o personagem Rakhmiétov, símbolo de seu *homem novo* que, segundo Tchernichévski, já começava a surgir na Rússia. Rakhmiétov será a tribuna de Tchernichévski, através da qual lançará as suas ideias revolucionárias.

Em "Prólogo", Tchernichévski confrontou liberais radicais e revolucionários. Todos os personagens da obra têm inspiração em indivíduos reais que ocupavam o cenário político russo de então. A obra segue a rotina excêntrica de um casal liberal (Aleksei Ivanitch Volguín e Lidia Vassiliévna Volguina), criticando com sarcasmo as suas manias pequeno-burguesas e, obviamente, os limites do reformismo e do liberalismo profundamente arraigados à corte tsarista.

Por outro lado, acompanha os primeiros passos da formação filosófica de um revolucionário através do personagem Vladimir Aleksêievitch Levitski (baseado no jovem crítico Nikolai Dobroliúbov). Nele se condensam os requisitos cruciais do *homem novo* revolucionário. Em seu confronto com os liberais, Levitski reproduz no campo literário a batalha travada por Tchernichévski contra o reformismo radical.

A obra literária de Tchernichévski, assim como a sua própria vida, foi um lugar de síntese entre teoria e prática. Nela se encontraramm e se entrecruzaramm a sua filosofia – estética – materialista e a sua atividade de propaganda das ideias revolucionários. Encarcerado pelo tsarismo e sob forte censura, a *literatura realista e revolucionária* lhe foi a arena possível em que, durante a maior parte de sua vida produtiva, atuou na luta de classes russa.

A arte, a filosofia (a ciência) e a política constituíram campos da atividade humana umbilicalmente ligados entre si na vida e obra de Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski. Dada a profundidade que alcançou em seu sistema filosófico e as contribuições que deixaria para os futuros revolucionárias e para a *arte realista*, o estudo da vida e obra de Tchernichévski torna-se imperativo para se compreender o desenvolvimento embrionário das ideias revolucionárias na Rússia oitocentista (arte, filosofia e política), as suas implicações durante o século XX e até mesmo as suas repercussões nos dias atuais.

A *intelligentsia* russa não era a mesma após as contribuições filosóficas, políticas e artísticas de Tchernichévski. Seus contemporâneos e principalmente os revolucionários que vieram após ele destacavam-no unanimemente. A vida e a obra de Tchernichévski influenciaram os populistas que se organizaram em torno do "Naródnaia Vólia", assim como o primeiro marxista russo, Gueórgui Valentínovitch Plekhánov e o seu mais radical revolucionário, Vladimir Lênin.

> Tchernichévski era, sem dúvida, o mais importante pensador revolucionário na Rússia em meados do século XIX. Ele simbolizou uma mudança de pensamento em relação aos tradicionais intelectuais revolucionários. A *intelligentsia* liderada por Tchernichévski impeliu a luta por reformas à luta por revolução. Ele conduziu a *intelligentsia* a uma nova forma de pensar e pavimentou o caminho para o surgimento dos populistas. (…) Ele influenciou a maioria dos revolucionários russos na segunda metade do século XIX. (WALLACE, 1992: 73-79)

Lênin, em discussão sobre o valor artístico da obra "O que fazer?", tomou a defesa de Tchernichévski:

> "Eu afirmo que é inconcebível considerar "O que fazer?" rude e sem talento. Centenas de indivíduos tornaram-se revolucionários por conta de sua influência. Tal poderia ter ocorrido se Tchernichévski fosse rude e sem talento? Meu irmão, por exemplo, foi cativado por ele, assim como eu. Ele transformou minhas ideias completamente (…) Seu romance proveu inspiração para toda uma geração: livros sem talento não exercem essa influência. (WALLACE, 1992: 80)

Não sem motivo, Lênin batizou a sua obra política "O que fazer?" (1902) em alusão à obra homônima de Tchernichévski. Plekhánov redigiu a sua primeira biografia[7] e o próprio Karl Marx[8] aprendeu a língua russa para assim ser capaz de estudar Tchernichévski em seus originais. Tchernichévski, portanto, situou-se entre reformistas, revolucionários, marxistas, bolcheviques e mesmo entre estalinistas. O lugar histórico de sua obra ultrapassa o seu período de vida. Se se considerar que a intelectualidade, a militância, as vanguardas artísticas e revolucionárias e os partidos políticos progressistas, da social-democracia ao partido bolchevique, possuem raízes lançadas desde os primeiros trabalhos críticos à sociedade capitalista, ainda no século XVIII, não se pode prescindir da obra de Tchernichévski para compreender o seu desenvolvimento histórico internacional.

---

7 "N. G. Chernyshevsky" (1909).

8 No Prefácio da Segunda Edição de *O Capital,* Marx (2008) refere-se a Tchernichévski como o "grande erudito e escritor russo".

Referências Bibliográficas

BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GRIGORIAN, Mamikon Meierovitch. "N. G. Chernyshevsky's world outlook". In: TCHERNICHÉVSKI, Nikolai. *Selected Philosophical Essays*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953.

LAMPERT, Evgenii. *Sons against fathers* – Studies in Russian Radicalism and Revolution. Londres: Oxford University Press, 1965.

LÊNIN, Vladimir Ilytch. Lênin's Remarks in G. V. Plekhánov's book "N. G. Chernyshevsky," St. Petersburg, 1910. In: *Collected Works*. Rússia: Foreign Languages Press, (v. 38).
Disponível em http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1908/remarks/ch05.htm, acessado em 22 de setembro de 2012.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PLEKHÁNOV, Gueórgui. N. G. Chernyshevsky. In: *Selected philosophical works*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1961.

RANDALL, Francis B. *N.G. Chernyshevskii*. Nova York: Twayne Publishers Inc, 1967;

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Lênin e as Heranças do Populismo*. X Encontro Regional de História ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Reis%20Filho%20Daniel%20A.doc (Acessado em 22 de setembro de 2012)

_____. Os intelectuais russos e a formulação de modernidades alternativas: um caso paradigmático? Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/reggen/pp16.pdf (Acessado em 22 de setembro de 2012.)

_____. Revolução e liberdade: a trajetória de Alexandre Herzen. *Verve*. Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária, São Saulo, 2003.
Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/4921/3483 (Acessado em 22 de setembro de 2012).

TCHERNICHÉVSKI, Nikolai Gavrílovitch. "The Aesthetical Relation of Art and Reality". In: *Selected Philosophical Essays*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953a. p. 281-381.

_____. The Anthropological Principle in Philosophy . In: *Selected Philosophical Essays*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953b. p. 49-135;

_____. *Prologue* -A Novel from the Beginning of the 1860s. Evanston: Northwestern University Press, 1995.

_____. *Selected Philosophical Essays*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1953c.

_____. *What's to be done:* A romance. Boston: Benj. R. Tucker Publisher, 1886. Trad. Benj. R. Tucker. Disponível em http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015008498357

(Acessado em 20 de setembro de 2012.)

TROTSKY, Léon. *História da Revolução Russa*. Paris: Éditions du Seuil, 1950. (tomo I). Disponível em http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/index.htm. (Acessado em 22 de setembro de 2012.)

VALENTINOV, Nikolay. *Encounters with Lênin*. Londres: Oxford University Press, 1968.

WALLACE, Ian Graeme. *The Influences of Chernyshevsky, Tkachev, and* Nechaev on the political thought of V.f. Lênin. Dissertação (Mestrado em Artes). School of Graduate Studies, McMaster University, Hamilton, Ontario, Canadá, 1992.

WOERHLIN, William F. *Chernyshevskii* - The man and the journalist. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

2.2 FANTOMAS CONTRA LOS VAMPIROS MULTINACIONALES: JULIO CORTÁZAR E O TRIBUNAL RUSSELL, 1975

Marco Antonio Serafim de Carvalho*

I – Julio Cortázar: em direção à América Latina

No mundo pós-1945 o posicionamento ideológico e um subsequente compromisso político são evocados e debatidos intensamente por intelectuais de origens e ofícios variados (funcionários de governo, jornalistas, professores, escritores de ficção, etc), em um cenário mundial de bipolarização ideológica, gerando disputas e tensões em pontos distintos do planeta. A geopolítica se reconfigurava e a história dos dominados estava sendo escrita pelas guerras de libertação. E o impacto dessas transformações, a tentativa de interpretá-las, se estendeu também para territórios da literatura. Se observamos sobre a trajetória dos países da América Latina, temos as guerras de independência no início do séc. XIX, os projetos nacionais letrados em seguida, e um convulsionado século XX, em que governos nacionais estiveram sob o domínio de oligarquias amparadas pelo capital estrangeiro e pelo aparato militar, e o aparecimento de ditaduras pela América do Sul é uma das marcas do século passado na região – tanto quanto as lutas, armadas ou não, contra esses regimes.

E ainda pensando nessa abrangência conceitual chamada América Latina, verificamos um processo cuja duração se estende desde meados da década de 1940, atravessa a década de 1950 e desemboca nos anos 1960 uma geração de escritores de ficção que protagoniza, junto uma gradativa expansão editorial (desde finais dos anos 1930) e ampliação do público leitor, um fenômeno conhecido como *Boom* da literatura latino-americana – e assim notamos a insuficiência de um termo cujo significado não abrange corretamente o processo a que dá nome[1]. Se, dentro dessa geração de escritores que conformou o chamado boom escolhemos observar uma trajetória, particularmente, as possibilidades oferecidas pelo estudo biográfico podem revelar singularidades e sinuosidades que contribuem para entender processos mais amplos e contextos mais largos, como o do compromisso político dos escritores latino-americanos, tema que a História Intelectual não cessa de visitar. Assim sendo, consideremos a trajetória de Julio Cortázar, autor argentino do célebre e inusitado romance

---

* Doutorando em História pelo PPGH-UFF, com a pesquisa *Julio Cortázar pela América Latina: o Tribunal Russell, literatura e engajamento no período 1963-1983* em andamento.

1 De acordo com o Oxford Learne'rs Dictionaries, *a period when something such as a sport or a type of music suddenly becomes very popular and successful*; (período em que um período em que alguma coisa, como um esporte ou um tipo de música de repente se torna muito popular e bem-sucedido;). Acessado em <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/ >

Rayuela (1963; em português, *O jogo da amarelinha*), e presente em *Los Nuestros* (1966), obra do escritor chileno Luis Harss, que narra sobre dez autores latino-americanos ligados ao chamado *boom*.

Considerando a temática de seus contos e romances em um período que vai de 1938 até 1983, podemos estabelecer três fases: a **estética** (1938-1959), com preocupações centradas na literatura como valor em si; a **metafísica** (1959-1963), em que toma maior conhecimento a respeito de processos políticos como a Revolução Cubana (1959) e a Guerra de Independência da Argélia (1954-1962); em 1963 visita Cuba e lá fica por alguns meses, após ter sido convidado para integrar o júri da revista literária *Casa de las Américas*. Esse contato com os efeitos da Revolução Cubana[2] e a situação do país nos primeiros anos após a derrubada do ditador Fulgêncio Batista têm grande impacto na visão de mundo de Cortázar. Nos conta o próprio:

> (...) estive ali dois meses vendo, vivendo, escutando, aprovando e desaprovando segundo as circunstâncias. Quando voltei à França trazia comigo uma experiência que me havia sido totalmente alheia: durante quase dois meses não estive metido com grupos de amigos ou com cenáculos literários; estive mesclando-me cotidianamente com um povo que nesse momento se debatia frente às piores dificuldades, ao qual lhe faltava tudo, que se via preso em um bloqueio impiedoso e ainda assim lutava para levar adiante essa autodefinição que havia dado a si mesmo pela via da revolução (CORTÁZAR, 2014, p.23)

A partir do contato com a realidade cubana, Cortázar se interessa pela política, dentro da fase que chamamos **histórica**[3] (1963-1983) e dentro da qual podemos destacar *Vampiros Multinacionales*, obra que aqui analisaremos.

II – Cortázar em sua fase "histórica": a reinvenção estética pela política

Cortázar tem publicados, entre 1951 e 1959 – dentro da fase que se convencionou aqui chamar **metafísica** – três livros de contos: *Bestiário* (1951), *Final do Jogo* (1956) e *As armas secretas* (1959). E, se neste último nota-se que o autor traz novas preocupações, centrada em questões existencialistas, caso do conto *O Perseguidor*, onde, através da trajetória do protagonista, Johnny Carter (inspirado no saxofonista Charlie Parker), discute a busca por um sentido filosófico para a existência: ultrapassando um *modus operandi* em que os efeitos da trama prevaleciam sobre os personagens, como ocorre nos contos de *Bestiário* – como em *Casa tomada* e *As portas do céu*, posteriormente assinalados como contos antiperonistas[4].

Em 1973 publica *Libro de Manuel,* escrito em Paris, e em espanhol: sobre um grupo de

2 Para maior aprofundamento sobre a experiência de Cortázar em Cuba, assim como o engajamento político de Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez, cf. VIDAL COSTA, 2013.

3 Esse arranjo morfológico é definido pelo próprio Cortázar, de maneira didática, ao ministrar uma disciplina na Universidade de Berkeley, em 1980. Para mais informações, cf. CORTÁZAR, Julio. *Aulas de Literatura, Berkeley, 1980*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

4 Para uma maior discussão acerca das relações entre os primeiros escritos de Julio Cortázar e o Peronismo, cf. CARVALHO, 2014.

guerrilheiros latino-americanos, o grupo *La Joda*, instalados em Paris; Cortázar insere no texto recortes de jornais, poemas e gráficos que, no interior da narrativa, são parte um livro que os protagonistas preparam para que o bebê Manuel lesse no futuro e se inteirasse sobre o que acontecia no mundo de seus primeiros anos de vida. Vemos uma tentativa do autor em aliar a abordagem de temas políticos (o pragmatismo revolucionário e a crítica a seus métodos) a uma proposta estética não convencional (colagem, narrativa fragmentada, fórmula inovadora desde *Rayuela*), em uma tentativa de buscar conferir maior destaque à questões que julgava cruciais tornar públicas, lidas e debatidas.

Libro de Manuel não foi muito bem recebido pela crítica, especialmente na Argentina, mas representa um ponto em que a transformação textual acompanhava a mudança de conteúdo, neste momento essencialmente político, logo após experimentações estéticas bastante originais dos livros-almanaque *A volta ao dia em oitenta mundos* (1967) e *Último Round* (1969), repletos de colagens, fotografias, poemas, ilustrações e textos narrativos.

III – O Tribunal Russell II e *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales*

Cortázar se incorpora às sessões do Tribunal Russell II em Roma e Bruxelas, entre 1974 e 1975, a convite do jurista e senador italiano Lelio Basso. O Tribunal Russell, de natureza deliberativa, sem qualquer efeito penal – já que não se vinculava à nenhuma organização internacional – foi concebido pelos filósofos Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre para receber e examinar denúncias sobre violações de direitos humanos cometidas pelas ditaduras da América do Sul, contando para isso com intelectuais de diversas nacionalidades em suas sessões, tendo reunido-se três vezes, em 1974 e 1976 em Roma e em 1975 em Bruxelas – cuja reunião se relaciona com a obra *Vampiros Multinacionales*.

Sobre a maneira como Cortázar enxergava aquela forma de organização e ação, formada basicamente por intelectuais, podemos tomar conhecimento a partir de um trecho de uma entrevista curta concedida pelo autor à revista argentina *Redacción*., após uma sessão do TR II em 1974, em Roma. Quando perguntado pelo entrevistador Jorge Raventos se aquelas sessões não seriam contraproducentes, uma vez que tornariam cotidiano o horror da tortura e da violência dos regimes militares, banalizando-os, o escritor respondeu:

> A força mais autêntica do Tribunal Russell não reside no efeito imediato e circunstancial de suas reuniões, mas no trabalho de informação universal que podemos executar, baseados no que escutamos e concluímos na reunião de Roma. A publicação das atas, por exemplo, que será feita em vários idiomas, permitirá que uma grande quantidade de leitores nem sempre bem informados se inteirem do que é a tortura no Brasil ou o banho de sangue no Chile, e isso com nomes, circunstâncias precisas, cargos incontestáveis, que nenhum serviço diplomático de propaganda dos países condenados poderá desmentir sem que agregue o ridículo ao crime. Creio, pois, que responder a essa pergunta segue sendo parte das tarefas de um jurado do Tribunal Russell; creio também que quem faz a pergunta, enquanto jornalista, está trabalhando

> em um bom sentido. Há que se multiplicar a informação sobre essa marca de infâmia que a cada dia transborda na América Latina, e uma vez mais as máquinas de escrever dos homens livres devem abrir fogo, com suas palavras, contra a violência e o desprezo de tanto déspota arrogante." (CORTÁZAR, 1974)[5]

O tom adotado por Cortázar após a participação no Tribunal já se mostrava mais incisivo do que o assumido em *Libro de Manuel*. Já em 1975 os tempos são outros: enquanto as ditaduras sul-americanas surgidas na década de 1960 têm um caráter de contenção, de interrupção dos processos políticos de autonomia popular e reformas, nos anos 1970 as ditaduras têm caráter sumamente deletério, eliminatório: pautam sua ação pelo extermínio de opositores, cujo símbolo mais sangrento é a guerra suja operada durante o *Proceso de Reorganización Nacional* na Argentina, entre 1976 e 1983.

Cortázar toma conhecimento de uma revista publicada no México em fevereiro de 1975, pela *Organización Editorial Nóvaro:* o número 201 da revista em quadrinhos *Fantomas, la amenaza elegante*[6], com a história *La inteligencia em llamas*, protagonizada por um herói controverso, culto e milionário, *Fantomas*, cuja missão é desmascarar o responsável pela incineração simultânea de bibliotecas em Londres, Roma, Paris, Calcutá, Moscou, Bogotá e Buenos Aires. Diante da situação e do alarme das autoridades nacionais, *Fantomas* então faz contato urgente pela ajuda de alguns escritores, que são ameaçados de morte caso escrevessem novos romances: Alberto Moravia, Susan Sontag, Octávio Paz e Julio Cortázar.

O argumento da revista é do jornalista mexicano Mario Trejo González, que assina *Gonzalo Martré*, com ilustrações de Victor Cruz. Na história aparecem referências diversas à literatura: o título do episódio trazido na revista, *La inteligencia en llamas*, ecoa um trecho de *Muerte sin fín* (1939), do poeta mexicano José Gorostiza, falecido em março de 1973, dois anos antes do aparecimento dessa edição da revista nas bancas: *Oh, inteligencia, soledad en llamas / Que todo concibe, sin crearlo* (GOROSTIZA, 2001, p. 29).

Outra referência é o romance *Farenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, em que a narrativa apresenta uma realidade distópica: livros são queimados, em um processo de uniformização de pensamento e conduta. Outra referência no texto de *La inteligencia en llamas* é o dramaturgo alemão Bertolt Brecht. O protagonista, *Fantomas*, sai do teatro, acompanhado da atriz italiana e *socialite* Ira von Furstenberg, após assistir *A Ópera dos três vinténs* (1928) – inspirada na peça inglesa *The beggar's opera*, do início do século XVIII – e ambos conversam em um restaurante francês: a personagem Ira diz ter achado a peça comprida, ao passo que *Fantomas* aprecia o texto de Brecht – uma incisiva crítica ao sistema capitalista – dizendo que a ele lhe pareceu curta.

O argumento avança até que a narrativa chega ao responsável pela queima de livros: George

---

5 Esta é uma tradução que fiz da transcrição da entrevista de Cortázar para a revista argentina *Redacción*, concedida em junho de 1974 e publicada no sítio "El Historiador", do historiador argentino Filipe Pigna. A entrevista pode ser acessada no endereço < http://www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/c/cortazar2.php>. Acessado em 24 de setembro de 2013.

6 O personagem *Fantômas* é uma criação de 1911 dos escritores franceses Marcel Allain e Pierre Souvestre. No caso da versão homônima mexicana, trata-se de *Fantomas, la amenaza elegante*, que não faz referência alguma ao conteúdo das publicações francesas.

Steiner[7], apresentado como "um dos homens mais ricos da França" (Ibid, p. 30) e que justifica a destruição das bibliotecas afirmando que "não há livro bom, são invenções do diabo!". Steiner inclusive tenta convencer *Fantomas*, ao perguntar "que me diz dos livros de física atômica? Levaram o mundo à destruição!" (Ibid, p. 31).

Imagem 1: Capa da revista em quadrinhos. Fantomas, la amenaza elegante, de fevereiro de 1975: trazendo "os maiores escritores contemporâneos".

Cortázar acabara de participar da sessão do Tribunal Russell II em Bruxelas, realizada em janeiro de 1975, quando toma conhecimento de que participara como personagem nessa história em quadrinhos, sem ter sido consultado ou autorizado. E assim parece oportuno reunir dois elementos em uma nova criação: os documentos, denúncias e deliberações das atas das sessões do tribunal junto a uma narrativa acessível e com grande apelo visual, tal como a revista em quadrinhos em que se viu (valendo-se inclusive de ilustrações de *La inteligencia en llamas*, forma de compensar sua participação não autorizada), maneira encontrada para tentar divulgar de forma mais ampla a existência e a ação do Tribunal: estratégia estética aliada ao compomisso político. Em *Vampiros Multinacionales* os inimigos seriam outros: as ditaduras sul-americanas e as corporações internacionais; e os intelectuais passariam a protagonistas dentro da narrativa: uma metáfora do autor sobre o desejo de que os intelectuais

7 George Steiner é o mesmo nome de um crítico literário e teórico da literatura nascido na França e naturalizado norte-americano. Em seu livro *After Babel*, publicado em janeiro de 1975, argumenta, entre outras coisas, que o desenvolvimento das diferentes linguagens foi marcado pelo engano e pelo desejo humano por coesão territorial e isolamento cultural, e empresta nome e sobrenome ao antagonista da história em quadrinhos aqui analisada: a crítica aos homens da crítica.

protagonizassem também as discussões e ações relacionadas aos processos políticos. *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales – una utopia realizable narrada por Julio Cortázar*, é então publicado em junho de 1975 pela mexicana *Editorial Excelsior,* apenas quatro meses após *Fantomas, la amenaza elegante.*

Julio Cortázar cede los derechos de autor de esta historieta al Tribunal Russell

Imagem 2: Capa e folha de rosto de "Fantomas contra los Vampiros Multinacionales". Fim da página: "Julio Cortázar cede los derechos de autor de esta historieta al Tribunal Russell"

A narrativa, em terceira pessoa, inicia com o próprio Cortázar, enquanto o "narrador", personagem que inicia descrevendo sua passagem por Bruxelas e a surpresa ao ver tantos latino-americanos pelas ruas: "Bruxelas parecia sensivelmente colonizada pelo continente Latino-Americano, detalhe que ao narrador lhe pareceu estranho e belo ao mesmo tempo" e também justifica a presença deles por Bruxelas dizendo que:

> alguns haviam vindo para assistir as sessões do Tribunal Russell, para dar testemunho das perseguições e torturas; outros ali já estavam, ganhando a vida como podiam ou sobrevivendo em um mundo que nem sequer lhes era hostil, simplesmente era outro,

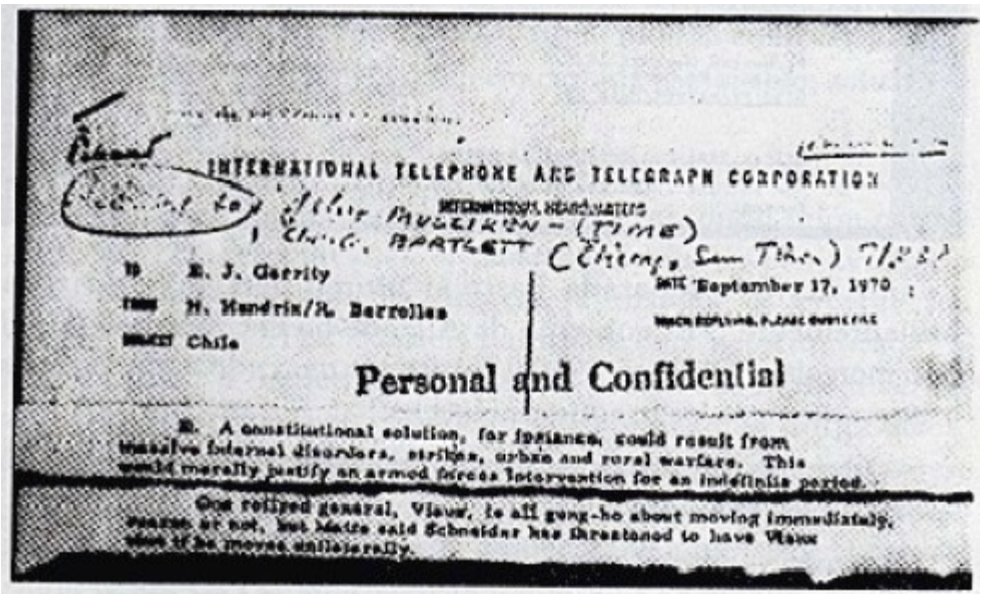
distante e alheio (CORTÁZAR, 1975, pp.8-9).

O narrador compra a história em quadrinhos de *Fantomas*, *La inteligencia en llamas* para ler durante a viagem de trem. É aí então que o autor funde as realidades: a do narrador e a da revista em quadrinhos: a escritora Susan Sontag, que também aparece na revista mexicana, lhe faz uma chamada telefônica: "Você não se dá conta, dromedário argentino, que tudo isso é uma cortina de fumaça? *Fantomas* caiu na pior armadilha, a de acreditar que sua missão havia terminado. É agora que começa o principal, Julio, é agora que entramos em ação" (Ibid. p. 35)

Quando então o narrador responde sobre a participação no Tribunal Russell, Susan responde completando que se tratava da segunda reunião sobre os problemas latino-americanos e que dela decorreu uma sentença muito dura e bastante clara contra o então Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, e contra as "corporações vampiras", como a estadunidense ITT -- *International Telephone & Telegraph* (Ibid. p. 36).

Em outro trecho, Susan Sontag diz:

> – Julio, Julio, quem é verdadeiramente Steiner? Como se chamam os que o Tribunal Russell acaba de condenar em Bruxelas?
>
> – Se chamam de milhares, se chamam dez mil, de cem mil maneiras – disse o narrador com a mesma voz cansada, ainda que suas pernas estivessem intactas –, mas se chamam sobretudo ITT, sobretudo Nixon e Ford, sobretudo Henry Kissinger ou CIA e DIA, se chamam sobretudo Pinochet ou Banzer ou López Rega, sobretudo General ou Coronel ou Tecnocrata ou Fleury ou Stroessner, se chamam de uma maneira tão especial que cada nome significa milhares de nomes, como a palavra formiga significa sempre uma multidão de formigas, embora o dicionário a defina no singular. (Ibid. p. 40)


INTERNATIONAL TELEPHONE AND TELEGRAPH CORPORATION

E. J. Gerrity

H. Hendrix/R. Berrelles

Chile

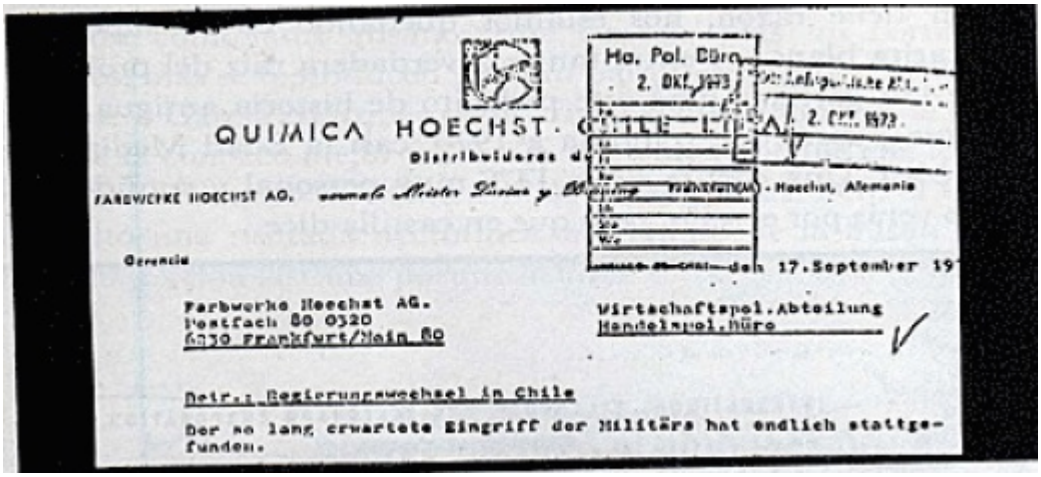
September 17, 1970

Personal and Confidential

A constitutional solution, for instance, could result from massive internal disorders, strikes, urban and rural warfare. This would merely justify an armed forces intervention for an indefinite period.

One retired general, Viaux, is all gung-ho about moving immediately, coup or not, but Mattei said Schneider has threatened to have Viaux shot if he moves unilaterally.

Imagem 3: reprodução de um documento com o timbre da ITT, p. 49.


QUIMICA HOECHST

Ho. Pol. Büro

FARBWERKE HOECHST AG. - Hoechst, Alemania

Gerencia

den 17.September 19

Farbwerke Hoechst AG.
Postfach 80 0320
6230 Frankfurt/Main 80

Wirtschaftspol.Abteilung
Handelspol.Büro

Betr.: Regierungswechsel in Chile

Der so lang erwartete Eingriff der Militärs hat endlich stattgefunden.

I

Imagem 4: reprodução de um documento com o timbre da Química Hoechst, p. 50.

Além das inserções de gravuras e recortes retirados da história em quadrinhos original, *Vampiros Multinacionales* também conta com recortes de jornal e documentos com timbres de empresas bastante conhecidas do grande público, como a ITT ou a indústria química alemã Hoechst, ambas trazendo mensagens com conteúdo favorável à queda de Salvador Allende, que viria a ocorrer com o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile.

E então uma voz se insere em uma chamada telefônica entre Julio e Susan; "uma voz de locutor repetia frases que o narrador conhecia muito bem porque muitos poucos dias antes havia participado de sua redação":

> – O Tribunal Russell condena às pessoas e autoridades que tomaram o poder através da força e que exercem-no desprezando os direitos de seus povos. Condena por estas acusações as pessoas que exercem atualmente o poder no Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Guatemala, Haiti, Paraguai e República Dominicana (Ibid p. 60)

E prossegue a voz:

> O Tribunal declara que no caso da junta militar presidida pelo general Pinochet no Chile, esta se encontra em uma situação de completa violação do direito internacional e não merece ser considerada membro integrante da comunidade integrada das nações; Condena os governos dos Estados que incentivam tais práticas; Condena por este fato os presidentes Nixon e Ford, aos governantes dos Estados Unidos da América e especialmente ao senhor Henry Kissinger, cuja responsabilidade no golpe fascista do Chile é evidente para o Tribunal, julgando-se isso a partir dos documentos publicados nos Estados Unidos (Ibid. p. 62).

O autor encerra a narrativa com *Fantomas* partindo, desiludido frente à realidade violenta da hegemonia das ditaduras e dos interesses das multinacionais, quando vê um menino brincando na rua, para a seu lado e lhe dá um doce. "O garoto seguiu brincando e o narrador viu que o sol da manhã caía sobre seu cabelo loiro" (Ibid. p. 67). A simbologia (nascer do sol; criança) com que o texto é encerrado

indica uma maneira do autor se mostrar esperançoso com o comprometimento e ação das gerações que o sucederão, para o propósito da transformação política.

IV– Conclusão

A questão que chama atenção é o quanto a escrita literária de Cortázar aparece a serviço do pensamento político para a consecução da denúncia como complemento à ação deliberativa do Tribunal. Em *Fantomas* temos não somente a dualidade entre fazer literário e política, mas uma preocupação do escritor em apresentar seus argumentos antiimperialistas e denúncias contra as ditaduras de maneira quase didática, em narrativa simplificada e bastante elucidativa, adaptando ao máximo a expressão de suas ideias à necessidade, urgente, em tornar aquele material massivamente lido e compreendido.

Percebe-se aqui um Cortázar para quem a América Latina renascia através da reinvenção de seu compromisso político (as idas e vindas com o regime cubano, mais detalhadas em COSTA, 2013), mais uma vez, associado à busca pela originalidade estética e mostrando grande preocupação com a recepção, buscando estimular "tomadas de consciência" quanto à situação de repressão espalhada pelo continente em que deixara de viver em fins de 1951, porém, sem nunca perdê-lo de vista e menos ainda, de suas preocupações: eis um Cortázar apologista da utopia, à qual se agarra e persegue, mais uma vez.

Bibliografia:

BERMEJO, Ernesto González. *Conversas com Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BORRELLI, Marcelo. *¿Hacia la "democracia prometida"?: La revista Redacción y la cuestión política durante los años de Videla (1976-1981)*. Rev. Pilquen. secc. cienc. soc. [online]. 2014, vol.17, n.1, pp. 01-15.

CARVALHO, Marco A. S. *Julio Florencio se torna Cortázar: o peronismo visto através da literatura, 1946-1956*. Niterói: UFF, 2014, 99 págs. Dissertação de Mestrado em História, PPGH-UFF. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1843.pdf>

COSTA, Adriane Aparecida Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. São Paulo: Alameda, 2013.

GADEA, Omar Prego & CORTÁZAR, Julio. *La fascinación de las palavras*. Buenos Aires: Editorial Alfaguara, 1997.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil – debates y dilemas del escritor revolucionário em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

GOLOBOFF, Mario. *Julio Cortázar: La Biografia*. Buenos Aires: Seix Barral, 1998.

GOROSTIZA, José. *Muerte sin fin*. Tabasco (México): Casa Juan Pablos, Centro Cultural, 2001.

HARSS, Luis. *Los Nuestros*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1978.

Fontes:

CORTÁZAR, Julio. *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales*. México: Editorial Excelsior, junho de 1975.

Fantomas, la amenaza elegante. Revista em quadrinhos (semanal). *La Inteligencia en llamas* Argumento de Gonzalo Martré (Mario Trejo González) e arte de Victor Cruz. México: *Organización Editorial Nóvaro SA*, ano VII, número 201, fevereiro de 1975.

2.3 EDWARD SAID COMO MIGRANT WRITER - ATUAÇÃO INTELECTUAL E TESTEMUNHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Renata Schittino*

Edward Said tornou-se mundialmente conhecido com seu *Orientalismo* (MOORE-GILBERT, 1980 e CLIFFORD, 1988). Publicado pela primeira vez em 1978, o livro seria traduzido para mais de 30 línguas e se caracterizaria como uma abertura de novos caminhos para pensar a questão colonial e imperialista. Antes de Said, orientalismo era uma especialização científica e indicava o aspecto particularizado da pesquisa sobre o oriente. Depois de Said, o discurso de verdade sobre o oriente perde seu caráter neutro e passa a ser enquadrado no amplo espectro da produção discursiva que legitima/autentica a ocupação e dominação política.

Trata-se de pensar as relações de poder e de hegemonia entre Ocidente e Oriente, observando-as num panorama geral das ações militares, das ocupações, e, também, como um investimento contínuo na criação de

> um sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou - na verdade, tornou verdadeiramente produtivas - as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura em geral.[1]

Orientalismo teria diversas críticas. O próprio Said reconhece posteriormente as limitações em jogo, destacando que houve uma ênfase na questão da dominação ocidental desde o século XIX. A obra teria ainda um olhar muito voltado apenas para o ocidental. O ocidental como o dominante, como sujeito da história. Aliás, é exatamente nesse raciocínio que *Cultura e imperialismo*, outra de suas grandes obras teóricas, surge como uma espécie de continuação de *Orientalismo*, pois contempla o estudo não só da dominação, mas também da resistência, como parte de um exame mais amplo que busca compreender a interconexão das culturas. Na verdade, Said vai analisar a intervenção imperialista nesse fluxo cultural duplo, plural. As culturas, como ele demarcaria em diversas obras, não são homogêneas, não são "pequenos pacotes impermeáveis" (SAID, 2005: 119).

---

* * Professora de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Esse texto é parte de uma pesquisa apoiada pelo Programa de Iniciação Científica da UFF. (PIBIC/UFF)

1 SAID, E. *Orientalismo*, p. 33-4. "O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o 'Oriente' e (na maior parte do tempo) o 'Ocidente'. (...) o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente." p. 29.

O que devemos destacar aqui é como Said se tornaria uma pessoa pública proeminente e não apenas um teórico importante. Com a mesma força e impacto que seu pensamento se disseminava, consolidava-se sua imagem de intelectual atuante no cenário internacional em defesa da causa palestina. A força do pensamento de Said residia exatamente ali no fato de não se propor a ser um escritor neutro, comprometido com o processo de especialização teórica. Parecia alcançar aquele lugar dentre tantos outros pensadores que procuraram não apenas interpretar a realidade, mas também transformá-la. Nessa linha, Arlene Clemesha insere Said no rol dos grandes intelectuais engajados do século XX, "seguindo a tradição de Franz Fanon, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Noam Chomsky, Huda Shaarawi" (CLEMESHA In: SAID, 2013: VII). Michael Sprinker vislumbra no professor de teoria literária a própria encarnação do "intelectual cosmopolita" (SPRINKER, 1992).

De fato, a influência intelectual de Said e sua atuação e envolvimento político são inegáveis. Os livros de Said e sua discussão acerca da cultura, do orientalismo, do imperialismo, do exílio e da Palestina tem contribuído para inovar o debate em diversos campos das ciências humanas, tais como, história, sociologia, política, literatura, constituindo-se inclusive como material para o desenvolvimento do campo de estudos culturais. Surge aí uma concepção crítica específica, que tende a reconsiderar, por meio da análise do discurso imperialista, a questão da reificação de oriente e ocidente. Said tem também uma trajetória que indica a preocupação com a ação direta – entrevistas, filmes e projetos, como o da Orquestra Divã Ocidental-oriental com Daniel Barenboim, e a presença no movimento de libertação da Palestina, tendo sido, inclusive, membro do Conselho Nacional da Palestina na década de 1980.

A proposta desse texto, sem, de modo algum, negar seu engajamento, é destacar a especificidade da intervenção intelectual de Edward Said. Trata-se de conceber o caráter singular de seu envolvimento político. Nossa suposição é que com suas proposições sobre o orientalismo, imperialismo e a questão da Palestina, a atuação de Said e sua obra coadunam-se para erigir um 'novo' tipo de intelectual no cenário da segunda metade do século XX - o *migrant writer*.

Como o próprio nome sugere, o *migrant writer* é um autor migrante. Nascido no mundo outrora colonizado - principalmente Ásia e África - esse intelectual guarda a particularidade de ser um ' autor' em trânsito, qual seja, vive e trabalha longe do local de nascimento, geralmente nos países chamados ocidentais - Europa e EUA. Essa característica da migração, no entanto, não é um mero adjetivo na bagagem de um *migrant writer*. O que se supõe aqui, na verdade, é que o elemento da migração – o estar fora de seu lugar, o afastamento dos laços tradicionais - se configura como uma característica central de sua obra. É a fonte da qual nascem questões, críticas e ideias do escritor migrante. O *migrant writer* está profundamente marcado pelo passado de seu povo, pela memória da colonização e da exploração colonial. Sente-se obrigado a desvendar e compreender com sua escrita muitos dos mitos e problemas legados pelo imperialismo - o sentimento de inferioridade cultural, a temática da identidade étnica, as dificuldades econômicas e as opções políticas. Sendo migrantes e, na maioria dos casos, tendo se

tornado cidadãos em seus países refúgios, esses autores se encontram em lugar privilegiado para circular entre 'dois mundos'; rever os encontros entre passado e futuro, conceber a querela ocidente-oriente, bem como defender posições cosmopolitas e humanistas para além dos nativismos próprios dos movimentos de libertação nacional.

Compreender o significado do *migrant writer* requer, portanto, observar de que modo esse espaço se abre como lugar de um intelectual engajado num sentido bastante particular – pois o *migrant writer* funda a 'autoridade' ou, seria melhor, a legitimidade, do seu discurso não apenas na força teórica ou literária do seu trabalho, mas, principalmente, na experiência do exílio, na memória do passado colonial, na denúncia da manutenção do imperialismo. O intelectual migrante tem uma relação especial com sua história particular e a história de seu povo.

Talvez fosse possível indicar a particularidade desse novo intelectual remetendo ao contexto do que veio ser chamada teoria pós-colonial. Teríamos, nesse caso, que considerar a querela em torno do conceito pós-colonialismo e como já alertava Stuart Hall, corre-se aí o risco de deixar levar "por um labirinto conceitual do qual poucos viajantes retornam" (HALL, 2003: 61). Um atalho seria ainda viável. Como o próprio Hall sustenta, seria plausível manter a noção, colocando de lado as argumentações em torno de uma ideia de pós-colonial como um período/situação de fim do colonialismo, tal qual a hipótese aventada por Anne McClintock por exemplo. Nesse horizonte, a remissão ao pós-colonialismo poderia ter um efeito compreensivo para o caso do novo intelectual migrante[2]. Seria, pois, preciso entender que o pós-colonial não se afirma como uma superação do imperialismo, ao contrário, seu eixo fundamental é a luta - mesmo nas sociedades que já têm independência política - contra a inculcação cultural hierárquica promovida pelo colonialismo. A crítica pós-colonial recai, principalmente, sobre uma concepção moderna da história, ancorada no eurocentrismo e na teleologia, e a grande surpresa é não se contrapor apenas às proposições metropolitanas propriamente ditas, mas reconsiderar também os projetos nacionalistas e anticoloniais, que pendiam em grande medida para a defesa de um etnocentrismo às avessas, com movimentos de libertação nacional, cuja produção de heróis e "invenção" das tradições mantinham o mesmo fundamento essencialista que sustentava o discurso colonial. Como sublinha Hall,

> O termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de formas distintas, é claro). Daí a subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, uma das principais

2 Alguns autores trabalham com a possibilidade do pós-colonial ser uma *epistem*e, outros acreditam tratar-se de um momento – uma época histórica - depois da colonização, e há ainda os que relacionam o pós-colonialismo à especificidade do mundo contemporâneo - à crise das macroestruturas narrativas, à aceleração do tempo, à globalização e aos outros 'pós' como pós-modernismo, pós-estruturalismo, etc. Ver Arif Dirlik. "A aura pós-colonial na era do capitalismo global". *Novos Estudos Cebrap*, n.49, p7-32, 1997. O conceito também tem recebido diversas críticas, que se referem sobretudo a duplicidade de se constituir como um recurso teórico-metodológico (uma forma de análise), de um lado, e/ou um contexto histórico, de outro. A. McClintock fala ainda da complicação de definir quem é pós-colonial em relação a quem e também do fato que o sufixo pós pode deixar supor que não há uma continuidade das relações de poder colonialista no mundo contemporâneo. Ver *Couro imperial.*

> contribuições do termo 'pós-colonial' tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita na cultura dos colonizados. (...) As diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas. Mas nunca operaram de forma absolutamente binária, nem certamente o fazem mais (HALL, 2003: 118).

No que tange ao pós-colonial, portanto, trata-se de uma reformulação da noção de diferença. Muitos autores, dentre eles, o próprio Stuart Hall, vão evocar a proposição derridiana da *différance* com o intuito de demarcar a transformação – e, nesse sentido, o pós-colonial aparece como uma forma de ver e experimentar o mundo. De uma composição binarista, de uma imagem de mundo onde as culturas e os povos são homogêneos e estão separados por fronteiras sólidas, e, portanto, divididos entre metrópole e colônia/bom e mau, passa-se a conceber demarcações porosas entre o dentro e fora/o lá e cá; processos de transculturação e de tradução cultural. A superação do unitarismo e do essencialismo acarretará, e isso nos é particularmente importante para o entendimento do *migrant writer*, variações significativas nas noções de sujeito e identidade. A narrativa teleológica de superioridade do homem, branco e europeu será entrecortada por uma multiplicidade de histórias, pelo aparecimento de pontos de vista e atores submersos.

> Nesse momento 'pós-colonial', os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, inscritos desde sempre na história da 'colonização', mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. Eles reposicionam e des-locam a 'diferença' sem que, no sentido hegeliano, se atinja sua 'superação' (HALL, 2003: 125).

Conceber o panorama de discussão e abordagem pós-colonial significa, para a nossa questão, que é preciso se deparar com o fato segundo o qual a pergunta pelo caráter de novidade do escritor migrante é uma indagação sintomática do mundo contemporâneo descolonizado, que revela como estão em jogo a historicidade e os embaraços teóricos próprios do pós-45 – o *migrant writer* se vê às voltas com a questão da reconciliação com um passado de injustiças; com o problema da permanência da dominação cultural imperialista; com a manutenção do ressentimento.[3] É esse intelectual migrante que tem como anseio motor a necessidade de rever as conexões tradicionais da cultura entre local e global; de rearranjar o núcleo duro da modernidade que pressupõe uma separação entre sociedades tradicionais e sociedades modernas, entre passado e futuro.

Em certa medida, os *migrant writers* parecem herdeiros dos intelectuais engajados de outros tempos, por compartilharem a intenção de aproximar pensamento e ação. No entanto, acreditamos que tal engajamento guarda uma particularidade fundamental - suas obras não são apenas 'armas' críticas,

---

3 Para pensar a questão da historicidade, utilizo aqui a noção de regime de historicidade de François Hartog. Não se trata de configurar períodos históricos no sentido objetivo, mas de compreender a experiência da passagem do tempo vivenciada pelos atores históricos. HARTOG, F. Regimes de historicidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

mas se configuram elas mesmas, através da combinação de literatura, historiografia e memória, como obras testemunhais.[4] A especificidade do *migrant writer* é que sua obra adquire um caráter singular de testemunho, qual seja, o lugar da narrativa do passado - individual e de seu povo -, tem um papel crucial. Evoquemos, por exemplo, o esforço de um Pamuk e sua abordagem da querela ocidente/oriente nas páginas ficcionais, memorialísticas e, ousa-se dizer, historiográficas de Istambul. Pamuk fala da sua infância e juventude em Istambul, conta a história da sua família, compondo um quadro de recordação e testemunho, que se completa com concepções teóricas literárias, doses de ficção e de conhecimento histórico (PAMUK, 2007).

Entende-se que refletir sobre a novidade do *migrant writer* significa considerar principalmente as seguintes questões: 1- até que ponto o lugar do *migrant writer* difere daquele ocupado pelo intelectual engajado de outros tempos; 2- de que modo sua escrita guarda uma particularidade ou como se constitui como uma forma singular de testemunho. As duas indagações só se separam em termos analíticos, pois, na prática, ao destacarmos a especificidade do *migrant writer*, poderemos desvelar que elas estão intimamente conectadas. Ocorre que no caso do escritor migrante as perguntas clássicas "para quem ele escreve"?; "em nome de quem ele escreve"; "como quem ele escreve"?; são as questões centrais; aquelas que movimentam as suas obras. Rushdie sente-se indiano ou inglês? Pamuk escreve em turco para os turcos? Said escreve em inglês para os americanos? Como americano? Em nome do povo palestino? Não está o próprio *migrant writer* tentando resolver os seus problemas de identidade?

*

Pode-se dizer que as grandes indagações no debate sobre intelectuais giram em torno daquela questão acerca da demarcação do território do intelectual. Afinal, quem é um intelectual? Em que ele se difere de outros profissionais letrados? A quem ele se filia?

Sempre vale a pena lembrar que o conceito e a figura do intelectual estão relacionados ao contexto moderno, mais especificamente ao século XIX russo e francês. Apareciam, tanto em um caso quanto no outro, como críticos do Estado, para não dizer também, como revolucionários e dissidentes. O texto de Zola *J'accuse*, divulgado durante a querela do caso Dreyfus, se tornaria um marco para pensar o aparecimento dos intelectuais.

> O caso Dreyfus assistiu, assim, ao nascimento da moderna concepção do intelectual comprometido como membro de um grupo, formado por escritores, artistas e os que viviam do próprio intelecto. (...) O intelectual engajado situa-se (...) fora das estruturas de poder de sua sociedade, dando sua opinião em nome de elevados princípios éticos e intelectuais, sem

4 Deve-se considerar a bibliografia que busca destacar a especificidade da literatura de testemunho a partir do exame, principalmente, dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Veja, em especial, Márcio Seligmann, cuja análise indica que na "Era das Catástrofes", a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na "grande narrativa" dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas. Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos "vencidos". SELIGMANN-SILVA, M (org.) História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 3.

preocupar-se com as verdades oficiais (CAHM apud JACOBY, 2001: 138).

Intelectual era não exatamente o homem de letras, mas sim aquele que se manifestava criticamente no cenário público em torno de causas políticas de seu tempo. Embora haja aí uma querela entre aqueles que supõem a vinculação dos intelectuais com determinados valores universais - aqui os intelectuais figuram como consciência moral da humanidade, situados acima dos assuntos humanos numa espécie de torre de marfim que os distancia estrategicamente dos embates políticos diretos - e os que entendem que ser intelectual significa tomar partido, revelar a disputa de classes e posições em jogo na sociedade. Sartre aparece como um defensor do segundo grupo. No seu *Em defesa dos intelectuais*, desenvolve o argumento segundo o qual os intelectuais se diferenciam dos clérigos, que detém o saber antes da modernidade, e mesmo dos *philosophes* iluministas, cuja concepção racional do universo, a seu ver, ampara as ações da burguesia, configurando-se, portanto, pelo caráter conservador. Os intelectuais em Sartre não são meramente especialistas aptos em determinado saber técnico. Os cientistas, por exemplo, não seriam intelectuais só por terem inventado a bomba atômica. Na verdade, alcançariam a esfera intelectual se, e apenas se, por acaso preocupados com as consequências de sua invenção, assinassem algum tipo de manifesto público para alertar a população sobre o potencial destrutivo da bomba. No vocabulário sartriano, isso significa que o intelectual, embora seja recrutado dentre o conjunto de técnicos do saber prático - que surge do desenvolvimento da burguesia -, é alguma coisa a mais que um funcionário empenhado em fazer o seu serviço, qual seja,

> o intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia
> (SARTRE, 1994: 30-1).

O intelectual, em Sartre, vai se configurar, assim, como uma espécie de testemunha da sociedade "despedaçada". De tal modo que ele pode vislumbrar o fim dos intelectuais no caso de um vindouro futuro justo, onde todos os homens experimentariam uma real igualdade. A contradição do intelectual, que é a contradição da sociedade, é, de um lado, trabalhar com categorias de objetividade, imparcialidade, e, de outro, vivenciar uma sociedade em luta de grupos particulares, com injustiças e divisões. Trata-se de um processo de falência do humanismo burguês, cujo universalismo é reconhecidamente ultrapassado, já que se apresenta como projeto de neutralidade, mas se efetiva como superioridade do homem branco europeu. A universalidade surge como a manutenção da hegemonia de uma classe específica.

> o intelectual, todo o tempo, por seus trabalhos técnicos do saber, por seu salário e por seu nível de vida, ao se designar como pequeno-burguês selecionado, deve combater sua classe, que, sob a influência da classe dominante, reproduz nele necessariamente uma ideologia burguesa, pensamentos e sentimentos pequeno-burgueses. O intelectual é, portanto, um técnico do saber universal que se apercebe de que, em seu próprio domínio, a universalidade ainda não está pronta, está perpetuamente a fazer (SARTRE, 1994: 35).

O engajamento e a necessidade de se colocar ao lado dos oprimidos tornam-se elementos fundamentais para o intelectual. Sartre vai indicar, e ele mesmo vai operar, a ideia de que não basta escrever livros, deve-se "denunciar", revelar a violência e a força daqueles que detém o privilégio por um verdadeiro humanismo. Deve-se notar que é luta contra a opressão surge como um combate aos particularismos. De modo que não se trata de elevar os despossuídos ou injustiçados ao patamar atual da burguesia. Por isso há um embate também com relação ao que Sartre denomina "magnificência do proletariado". Não se trata de inverter a balança da opressão, mas do empenho por um verdadeiro humanismo. Pela concretização do universalismo. Em suas palavras, "lançar as bases de uma cultura universal" (SARTRE, 1994: 49).

*

Em Sartre está claramente colocado o lugar do intelectual engajado. Seu maior inimigo seria o pseudointelectual. Aquele detentor do saber técnico amparado no discurso da neutralidade. Diante do discurso dos valores universais e da justiça racional resta ao verdadeiro intelectual denunciar a contradição entre a legalidade e facticidade – entre um pressuposto universal e a uma realidade desigual, onde reinam os particularismos. O engajamento, portanto, aparece primeiramente como uma competência crítica. Repreender o poder implica para o intelectual viver numa constante tensão. Ele não se identifica plenamente com a burguesia, embora em certa medida faça parte dela, tendo se formado em seus preceitos. Também não se integra completamente entre as classes desfavorecidas – sendo sempre visto com desconfiança. O intelectual não pode assumir-se inteiramente ao lado de nenhum particularismo, não pode ser um "meio para um fim particular", daí sua função eminentemente crítica, voltada para a produção de acontecimentos, a construção de um universalismo verdadeiro e definitivo. Daí a possibilidade de dissolução do intelectual quando a contradição entre universal e particular chegar ao fim (SARTRE, 1994: 50-1).

No seio da questão sobre Edward Said e a especificidade do *migrant writer* é importante ter em vista que se trata de compreender um tipo de intelectual para quem a experiência de uma determinada tradição ou a vivência particular do mundo – o passado colonial, a desigualdade entre os povos – tem um lugar fundamental. O engajamento parece manter sua posição de destaque, no sentido da crucialidade da crítica, mas assume um tom distinto daquele que ecoa em Sartre, onde a missão

intelectual está ancorada no pressuposto do universalismo.

Um dos dilemas que surge em Said é exatamente essa configuração entre a defesa dos palestinos, dos injustiçados e um discurso em prol do humanismo. Mantendo a linguagem sartriana seria possível vislumbrar que o *migrant writer*, embora possa ser um intelectual engajado, não pretende exatamente superar a questão da particularidade. Na verdade, o pressuposto é exatamente que essa particularidade lhe confere escopo. Voltemos a Said.

Observar a totalidade da obra saidiana significa considerar que seus trabalhos se abrem em dois eixos complementares. Esquematicamente, pode-se dizer que o autor cunha, por um lado, suas considerações teóricas sobre o imperialismo principalmente em *Orientalismo* e *Cultura e imperialismo* e, por outro, traça seu perfil mais biográfico, emplaca sua experiência de vida e a defesa em prol da recuperação da narrativa palestina em projetos como, *Permission to narrate (1984), After the last sky: palestian lives* (1986*)*, *Reflexões sobre o exílio(2000)*, *Fora do lugar* (2004), etc

Essa distinção, no entanto, sempre corre o risco da falha, posto que a separação definitiva entre elementos memorialísticos, historiográficos e teóricos já seria uma desconsideração da especificidade que esse mosaico, ou mais propriamente, essa combinação de formas de discursos permite engendrar.

A proposição analítica sobre o discurso imperialista, longe de se configurar como uma afirmação de gabinete, está diretamente envolvida com o plano da ação. Se o "Oriente é uma invenção do Ocidente", se o aparato discursivo do imperialismo visa sufocar a fala dos colonizados, Said não fará apenas uma projeção dos meandros de inculcação cultural e suas resistências pelos movimentos de libertação nacional, mas estará empenhado em revelar o esquecimento da narrativa Palestina - narrativa que é também a sua -, saindo em "defesa dos destituídos" e dando ao seu "povo voz ativa" (HOBESEPIAN, in: SAID, 2013: 23).

> As lembranças da minha infância na Palestina, da minha juventude, dos primeiros doze ou treze anos da minha vida antes de eu ter deixado a Palestina, talvez por causa de uma compreensão tardia e de uma nostalgia retrospectiva, sugerem-me uma tentativa de me blindar. Todos estávamos tentando nos blindar da realidade óbvia, de que o local estava sendo tomado e que haveria uma briga entre nós e os colonos da Europa. Então, em 1948, acordamos para uma realidade. Minha família inteira foi expulsa. (...) Embora estivesse ciente disso, demorei 35 anos para compreender que, em questão de meses, minha família inteira, tanto do lado do meu pai quanto do lado da minha mãe, primos, avós, tios, tias, etc; foram todos expulsos da Palestina em 1948. Muitos deles certamente nunca se recuperaram do trauma. E, em muitos da geração mais jovem, os problemas se replicam: repetem-se problemas psicológicos, econômicos e inúmeros outros (...) (SAID, 2013: 57)

> Muito da nossa história tem sido ocultada. Somos um povo invisível. A força e o poder da narrativa israelense são tais que ela depende quase exclusivamente de um tipo de visão heroica pioneiros que vêm para um deserto (...) da parte de muitos israelenses com quem falei, em particular da minha geração você percebe que parte do estabelecimento do Estado (...) foi precisamente construir essa exclusão dos palestinos. É uma ideia bem difícil de se aceitar, de que você está lá não por ser uma grande e heroica figura fugindo do Holocausto, mas você está lá às custas de outras pessoas que você deslocou, matou ou afugentou. (...) Então é muito importante que os

> israelenses sejam forçados intelectualmente e moralmente a confrontar as realidades de sua própria história. (...) Acho que é uma das consequências de 1948, nesse prazo tardio, cinco décadas após isso, que podemos começar a falar sobre a história dos palestinos e israelenses em conjunto. Histórias distintas, mas vistas como interligadas e servindo de contraponto uma à outra. Sem isso, o Outro será sempre demonizado, desumanizado, invisível. Precisamos encontrar um caminho (SAID, 2006: 34-5).

Vale sublinhar que, embora Said não tenha uma escrita ficcional propriamente dita, seus textos estão perpassados pela ideia de que as narrativas e os discursos são elementos fundamentais no contexto do imperialismo e dos processos de libertação nacional. Na verdade, desde *Orientalismo*, o autor se volta para conceber um corpus discursivo - literário e científico - que se compõe como um mapeamento e um método de dominação dos colonizadores. Trata-se de notar como o processo de catalogar, mapear, classificar, conhecer foi utilizado como estratégia de dominação. No mesmo sentido, principalmente, em *Cultura e imperialismo*, destaca como as narrativas de libertação constituem-se como núcleo central dos movimentos de libertação nacional dos nativos e seriam recursos para afirmar histórias e identidades próprias em oposição às narrativas oferecidas pelo colonizador[5].

Nesse sentido, história e literatura estão intimamente relacionadas em Said, pois está pressuposto aí que a narrativa é o elemento que engendra sentido à realidade. É a forma através da qual os homens organizam o mundo firmando sua identidade, sua existência mesma. As narrativas e as histórias por sua vez nada têm de ingênuas. É buscando compreender esse processo que o autor recorre à análise do discurso imperialista no intuito de revelar como a inculcação cultural da dominação se perfaz através dos meandros dos textos.

> meu argumento é que muito dos comportamentos em relação ao mundo não europeu foram moldados e formatados pelo que chamamos documentos culturais , inclusive literatura – sobretudo narrativas – fato espantoso como a Inglaterra consegue controlar a índia por 300 anos à 15 mil km de distância – com 100 mil pessoas (...) também analiso Irlanda – dou ênfase ao fato da Inglaterra e Franca serem pioneiras na ideia de colonização e dominação transoceânica - depois de 45 – com a era da descolonização – os Estados Unidos assumiram essa característica (SAID, 2013: 68).

Sua leitura de *O Coração das trevas* é bem característica dessa abordagem. Ao ler Conrad com os olhos no processo imperialista, Said não vai encontrar, como tantos outros autores, propriamente uma crítica da dominação metropolitana; ao contrário, vai sugerir que o texto conradiano está permeado da pressuposição, segundo a qual, os colonizados não têm condição de ter um mundo próprio. Encontra-se aí uma narrativa ainda profundamente europeizada que supõe que o nativo não pode falar por si mesmo; não tem vida própria.

Pois, se é verdade que Conrad enxerga ironicamente o imperialismo dos proprietários

5 Muitos autores vão discutir em que medida os projetos de libertação nacional se livram dos modelos e conteúdos metropolitanos. Sobre essa questão ver em especial: ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008; COHN, B. NOME DO ARTIGO? In: HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*; FERRO, M. *História das colonizações*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

> ingleses e americanos da mina de prata de São Tomé, condenado por suas visões pretensiosas e impossíveis, também é verdade que ele escreve como homem cuja visão ocidental do mundo não ocidental está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações. Tudo o que Conrad consegue ver é um mundo totalmente dominado pelo Ocidente atlântico, onde toda oposição ao Ocidente apenas confirma o poder iníquo do Ocidente. O que Conrad não consegue ver é uma alternativa a essa cruel tautologia. (SAID, 2011, 18)

Importa aqui perceber que a proposta teórica de Said, de descontruir os binarismos, reconsiderando os meandros dos discursos europeus, americanos e nativistas corresponde ao seu projeto de recontar sua própria história individual e a história do seu povo – do anseio de pensar a questão do intelectual no exílio, em diáspora, e de desencobrir o apagamento da memória palestina; de contar e abrir caminho para que se contem novas histórias, narrativas outrora soterradas.

O lugar do *migrant writer* se abre, nesse sentido, no entrelaçamento da proposta teórica, da análise discursiva com o empenho para fazer ouvir - deixar falar - a narrativa dos vencidos, dos outrora subjugados. Trata-se de buscar uma permissão para narrar - a permissão para contar, na expressão de Said, a 'nossa história', sem que ela seja sucumbida por qualquer preconceito ou representação orientalista da Palestina.

> A ausência da narrativa, na minha opinião, tornou possível uma condição que parece tirada de *As viagens de Gulliver*, segundo a qual os palestinos não podem representar nas conversações de paz planejadas. Eles só podem fazê-lo através do filtro da negação israelense e da cumplicidade norte-americana (e todos os pré-requisistos para negociações – não ser da OLP, não ser de tal, não ter bandeira...) 54- a ideia aqui é que a representatividade do povo palestino é equivalente ao seu papel como seres humanos. Se você impedir sua representação não preciso percebê-los como tal (SAID, 2013: 53-4).

Esse projeto não pode se realizar abrindo mão da particularidade. Quando Said apresenta sua história, a história da Palestina está exercendo sua tarefa crítica, mas ao mesmo tempo não está caminhando exatamente na contramão dos particularismos. Coloca em questão uma determinada versão universalista da história – que é aquela do progresso, da razão, da superioridade do homem, branco, europeu. Ao fazer isso está, com a força de uma história particular, colocando em questão uma narrativa una e total – fechada sobre si mesma e fechada ao outro como tal. O particular – a experiência da vida - é, portanto, fundamental, mas se deve compreender que ele não substitui o universal. Não é o caso de fazer uma inversão dos particularismos – colocar o oprimido no lugar daquele que oprime. O que seria a manutenção da lógica binária.

Vale finalizar com a formulação do autor por ocasião de uma indagação acerca da possibilidade de reconhecimento por parte de Israel da "injustiça" cometida contra os palestinos. Observemos que sua resposta não sugere uma revanche ou uma glorificação do povo subjugado. Said diz simplesmente que, nesse caso, "Aí nós pertenceríamos à mesma história" (SAID, 2013: 51-2).

Bibliografia

AYYASH, Mark M. Edward Said: Writing in exile. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, 01/2010, volume 30, n. 1, pp. 107-118.

BHABHA, H; MITCHELL, W.J.T. (org.) *Edward Said. Continuing the conversation*. University of Chicago Press, 2005.

DIRLIK, A. "A aura pós-colonial na era do capitalismo global". Novos Estudos Cebrap, n.49, p7-32, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUTCHEON, Linda. Requiem for Edward Said. *Comparative studies of South Asia, Africa and the Middle East*. volume 23, n.1&2, 2003.

JACOBY, Russel. *O fim da utopia*. São Paulo: Record, 2001.

MCCLINTOCK, A. *Couro imperial*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

PARRY, Benita. Edward Said and Third-World Marxism. *College Literature*, volume 40, n. 4, 2013, pp. 105-126.

PAMUK, O. Istambul. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *Cultura e resistência*. Edward Said: entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. *Fora do lugar*. São Paulo. Cia das Letras, 2004.

_____. *Out of place: A memoir*. New York: Vintage Books, 1999.

_____. *A pena e a espada*. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *After the last sky: palestian lives*. New York: Pantheon Books, 1996.

_____. Permission to narrate. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 13, No. 3 (Spring, 1984), pp. 27-48.

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *Reflections on exile and other essays*. Cambridge, Harvard University Press, 2000.

_____. Representações do intelectual: as Conferências Reiht de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, J.P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SELIGMANN-SILVA, M (org.) História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 3.

2.4 EDWARD SAID: AÇÃO INTELECTUAL E EXÍLIO

Alana Pacheco dos Reis Verani*

Resumo: Propõe-se trabalhar com a noção de ação intelectual e o conceito de exílio, usando de concepções de Edward W. Said - intelectual palestino radicado nos Estados Unidos, cuja trajetória é marcada pela experiência de viver o exílio. Assim, usando de obras do autor como base para reflexão, o que propomos é pensar a vinculação estabelecida por ele entre ação intelectual e o "entre lugar".

Edward W. Said, intelectual nascido em Jerusalém, quando a cidade ainda era território palestino, e radicado nos Estados Unidos, teve sua vida marcada pelo exílio. Suas obras e atuação intelectual sempre tiveram a impressão deixada por essa experiência de vida juntamente com reflexões acerca da questão da Palestina e imperialismo.[1]

O autor pode ser pensado como *migrant writer*, isto é, um escritor migrante que nasceu em um país asiático e se tornou migrante. Faz reflexões sobre a experiência colonial do seu país de origem usando seu próprio testemunho e experiência de vida como fonte de suas questões. Seus trabalhos fazem um misto de literatura, historiografia e memória, se configurando como testemunhais.

As obras de Edward Said, desde o final da década de 1970, têm sido uma grande contribuição para o pensamento e discussão sobre temas como cultura, imperialismo, orientalismo, exílio e a questão da Palestina, trazendo um novo olhar para o debate em diversas áreas do conhecimento, como ciências econômicas, história, política, sociologia e crítica literária. Além de serem usadas como embasamento teórico e metodológico para muitas análises e estudos pós-coloniais.

A relevância do trabalho do autor se dá pela presença da desconstrução dos binarismos, trazendo uma reconsideração dos discursos universalizantes europeus ou americanos, que abafam o testemunho e as narrativas de povos dominados e/ou minorias sociais. Com a leitura de seus textos percebemos a importância de abrir caminho para testemunhos e novas narrativas, que vão além das "grandes e tradicionais" acolhidas pela historiografia; a importância da revisão historiográfica e da necessidade de trazermos novos sujeitos a temas como o imperialismo e o colonialismo.

Em muitos momentos, principalmente em relação à Palestina, percebe-se no autor a predisposição de não falar pelos excluídos, mas de abrir espaço para que sejam ouvidos, que seus testemunhos se tornem relevantes para o resto do mundo e as opressões vividas por eles sejam

---

* · Graduanda do curso de História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista Pibic/UFF.

1 Dentre suas obras estão: *Orientalismo, Cultura e imperialismo, Cultura e política, Humanismo e crítica democrática, A questão da Palestina, Fora do Lugar* e outras, cabe ressaltar que a primeira foi traduzida para mais de trinta línguas.

questionadas pelo restante da humanidade.

Todas as reflexões trazidas à tona pelo autor ao longo de sua vida são marcadas pelas experiências pessoais pelas quais passou. Isso porque suas obras possuem um núcleo central diferenciado: sua experiência de vida e seu testemunho; são esses dois aspectos que norteiam suas críticas e pensamentos sobre a realidade.

Aqui tratamos de ter como problemática e fio condutor para reflexão a tríade Edward Said, ação intelectual o conceito de exílio. Isto é, pensar no que se trata ação intelectual e exílio para o próprio autor aqui estudado. A base do raciocínio da relação desses três pontos foram as próprias obras de Edward Said.[2]

Antes de começar a expor a questão do intelectual, que já foi debatida inúmeras vezes por diversos autores, se faz necessário resgatar ideias centrais de obras teóricas de Said, para que tenhamos uma visão mais ampla sobre o autor e o próprio papel que desempenhou na desconstrução do discurso imperialista.

As obras teóricas de Said que tiveram maior repercussão, *Orientalismo*[3] e *Cultura e Imperialismo*[4], fariam com que o autor fosse comparado a outros pensadores que procuram a transformação da realidade além de sua interpretação. Na primeira, Said elabora a tese de que o Oriente é uma invenção feita por ocidentais – categoria que inferioriza as civilizações a leste da Europa. Percebemos que para o autor o Orientalismo é um discurso literário e científico, "um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente" [5], em suma, um método de dominação dos colonizadores em que utilizam o conhecimento e a cultura como estratégia de subjugação já que somente o estrangeiro falava e representava "esse Oriente".

Já na segunda, o autor dá destaque para as narrativas de libertação nacional, em como elas se estabelecem como elemento central dos movimentos de libertação nacional dos nativos, sendo uma forma de confirmação das histórias e das identidades próprias em oposição às narrativas oferecidas pelos colonizadores imperialistas.

Durante a leitura de ambas as obras fica evidente a importância do discurso e das narrativas, destacando ainda que nenhuma delas é ingênua. Isso porque, há o silenciamento dos subalternos, pode-se até ter sua incorporação, inclusão, mas sempre haverá também a coerção, raríssimas as ocasiões em que os povos excluídos possuem voz e suas ideias conhecidas.

Comecemos então a reflexão sobre a questão do intelectual, ela já foi debatida inúmeras vezes

---

2 Utilizamos a primeira e a terceira conferencia publicadas em 1994 no livro *Representações do intelectual*, tendo como títulos *Representações do intelectual* e *Exílio intelectual: expatriados e marginais* respectivamente.

3 SAID, Edward. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

4 SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

5 Ibidem, p. 29.

por vários autores, mas para compreender a visão de intelectual de Edward Said devemos resgatá-las.[6]

Assim como outros autores que trabalharam a temática do intelectual, Said inicia a conferência *Representações do intelectual* falando sobre o grupo intelectual, quem seriam esses, ou seja, quais características em comum teriam.

Mas para elaborar sua própria concepção do que seria o grupo intelectual Said usa como base para sua reflexão ideias de Benda e Gramsci, ficando evidente que apesar de o autor não usá-los na íntegra, o intelectual para Said seria uma mistura das concepções dos dois autores.

Em relação à Benda, Said concorda com a ideia de que intelectuais são os que "defendem padrões eternos de verdade e justiça" [7], "denunciam a corrupção, defendem os fracos e desafiam autoridades imperfeitas ou opressoras" [8]. São pessoas colocadas à parte, capazes de falar a verdade ao poder. Concordando com Benda também sobre o problema dos intelectuais na atualidade, em que esses concederam sua autoridade moral ao que ele chama de *organização de paixões coletivas*, bem como a governos, visto que hoje são importantes servidores para a consolidação política governamental e até dissimular a verdade do que acontece em nome de conveniências institucionais ou honra nacional. [9]

Já em relação ao pensamento de Gramsci fica evidente a concordância de Said com a ideia de que "todos os homens são intelectuais, embora se possa dizer: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" [10].

Said não toma as concepções desses autores na íntegra, mas é influenciado por elas. Ele segue utilizando ambas as concepções, desenvolvendo as duas em relação à ação intelectual.

No que se refere à ação intelectual ou função intelectual fica evidente durante a leitura de sua obra o entendimento sobre o que seria o intelectual, para ele, "o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público" [11].

Cabe ressaltar que o "representar" atribuído ao intelectual por Said não é o ato de representar as pessoas, mas sim de defender ideias e incorporá-las. O intelectual, para Said, é alguém que não representa as pessoas, mas sim aquele que abre espaço desconstruindo ideias preconcebidas para que os

---

6 Variados autores vão discutir sobre o que seria um intelectual e os limites fronteiriços de pertencimento ou não ao grupo. Sobre essa questão ver em especial: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.; GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Volume II*. 3° Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.; SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.; SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

7 SAID, Edward. *Representações do intelectual*: A convenção de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Página 21.

8 Idem.

9 Ibidem, p. 22.

10 GRAMSCI apud SAID, ibidem p.19.

11 Idem, p. 25.

outros possam falar por si mesmos, representando a si próprios. Como diria Deleuze em uma conversa com Focault, o intelectual deve criar condições para que as pessoas possam falar por si mesmas. De acordo com Focault, existe um sistema de poder que barra e invalida esse discurso e o saber das pessoas comuns e/ou subjugadas; por isso o intelectual, para Focault, deveria antes de tudo lutar contra essas formas de poder e esses tipos de discurso que inviabilizam e invalidam outros discursos[12]. Percebemos então, que o mesmo ocorre para Said, visto que para o autor, como fica explícito na citação acima, o que deve haver é a representação – pelo intelectual – de uma ideia, isto é, o intelectual deve encarnar ideias em que acredita.

Acrescentamos ainda que essa ação de representação do intelectual, para Said, deve ter como base os princípios universais, em relação a direito de liberdade e justiça e que violações a esses aspectos devem ser denunciadas:

> o intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas.[13]

Percebemos ainda que na questão de "verdade, justiça e liberdade" há uma aproximação de ideias defendidas por Norberto Bobbio em sua obra *Intelectuais e o poder*, publicada pela primeira vez em 1909, em que o autor defende que o trabalho do intelectual não deve obedecer outro fim que não a verdade, em que o intelectual deve utilizar de sua consciência moral enquanto exerce sua função.

Chegamos então ao ponto de pensar a subjetividade do intelectual. Quando Said trata da ação intelectual, ele também remete à ideia do caráter subjetivo e pessoal dessa ação, visto que o intelectual faz uma reflexão sobre as questões e problemas de seu contexto, como opressão, violência, etc. E que a partir dessa reflexão é que ele passa a acreditar subjetivamente que deve denunciá-las. Ou seja, o intelectual passa a refletir sobre o contexto no qual está inserido, sendo essa reflexão baseada em seus valores e trajetória de vida. Depois o intelectual incorpora a ideia e passa a representá-la. É depois da reflexão, que acredita nas ideias e passa a manifestá-las em público para que outras pessoas também possam refletir sobre a questão, bem como também possam ser ouvidas. Quando o intelectual traz uma nova questão à tona, faz com que pessoas envolvidas nela, tenham a chance de se expressar por si só. É através da representação de uma ideia, ou uma causa, que o intelectual abre espaço para que os oprimidos falem por si mesmos.

O autor nos coloca que essa é uma característica própria do intelectual, uma mistura do mundo

---

12 FOCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Focault e Gilles Deleuze. Tradução Roberto Machado, publicado em *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

13 SAID, ibidem, p. 26.

público e privado. Público, pois estamos diante da divulgação das ideias e posicionamentos tomados pelo intelectual, através de publicações, ou seja, seu próprio engajamento. E privado ou particular devido à própria sensibilidade do individuo que dá sentido a sua fala, bem como sua própria experiência. Atentemos ao fato de que Said dá enfoque às experiências, pois seria com elas que conseguimos situar o intelectual no mundo; é o que leva o intelectual aos seus questionamentos e posições.

Nesse ponto, é interessante pensarmos no próprio Edward Said, a experiência de vida que o marcou foi o exílio. Arlene Clemesha, professora da USP, no prefácio da edição brasileira do livro *A pena e a espada* na edição brasileira de 2013, fala justamente que Said teria um modo de ser marginal, que fora moldado pela sua origem familiar e sua trajetória intelectual. Não podemos falar de Said sem falar de exílio.

Porém devemos nos atentar para o fato de que o "exílio" que vemos nas obras de Said possuem dois sentidos: o real e o metafórico. O real é melhor explorado por ele em *Reflexões sobre o exílio*, e seria referente ao exílio enquanto migrações, expatriados, emigrados, refugiados e enfim o exílio político. Nesse texto o autor assinala as diferentes formas de exílio, que apesar das diferenças possuem em comum a questão do não pertencimento, onde sempre há a diferença entre "nós" e "eles".

É interessante trazermos ideias da autora Denise Rollemberg, de sua obra *Exílio*. Nela a autora, assim como Said, faz uma diferenciação entre exilado, migrante e refugiado. O exílio tem uma função histórica de afastar, excluir e eliminar aqueles que manifestam opiniões contrárias ao *status quo*, e o universo do exilado se constrói sobre os pilares do afastamento/exclusão/eliminação e castigo.[14] Além, da despersonalização e anonimato decorrentes do exílio, produzindo também uma crise de identidade no exilado. O estrangeiro passa a viver em um estado de transição, em que não está nem "lá" ou "aqui", onde se tem também um duplo de sistemas de referências.

A autora chama atenção para a questão de que apesar da condição de exilado ser traduzido como refugiado, isso é um erro, já que dessa forma há uma vitimização e passividade do individuo, perdendo sua condição de construído pela/na ação . Algo que não deve ocorrer, pois o exilado "é um ser político que, de uma forma ou de outra, desafia e enfrenta o poder constituído, segundo suas ideias e posições e, por isso mesmo, está nessa condição." [15]. Aqui já entramos numa concepção próxima ao exílio metafórico de Said.

Num outro eixo, em Said, há o exílio metafórico que seria o desassossego, o movimento, a condição de não se assentar e causar inquietação nos outros, também o rompimento com tradições ou ideias preconcebidas.

Para entendermos a ação intelectual para Said, devemos compreender esse exílio metafórico.

---

14 ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record. 1999. p. 25.
15 Idem, p. 39.

Visto que na sua concepção o intelectual deve ter a capacidade de ficar ou se colocar no "entre lugar", ou seja, no exílio metafórico. A importância de se colocar nessa posição se deve ao fato do intelectual poder se afastar da realidade dada e analisá-la como historicamente e culturalmente construídas, ter mais de uma perspectiva, que vai além do que tem introjetado, ou seja, "não permitir que meias verdades ou ideias preconcebidas norteiem as pessoas" [16]. Significa que o intelectual que se coloca na posição do "entre lugar" poderá

> observar as situações como contingentes e não como inevitáveis, encará-las enquanto resultado de uma série de escolhas históricas feitas por homens e mulheres, como fatos da sociedade construída por seres humanos e não com naturais ou ditadas por Deus e, por consequência, imutáveis, permanentes, irreversíveis.[17]

Quando temos a perspectiva dupla ou do exílio, somos impelidos a ver um quadro muito mais amplo do que aqueles que nos é dado. Para Said, o intelectual é "alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis" [18].

Podemos concluir que a proposta de Said é que a ação intelectual se dá pelo "entre lugar" que ela o é. Em outras palavras, significa ter uma perspectiva dupla de "não lá e nem aqui", contrapondo sempre as situações que lhes são apresentadas e assim perceber novas questões e alternativas que vão além do que é dado.

Ficando com a perspectiva dupla, ou a perspectiva do "entre lugar", o intelectual é impelido a ter uma visão mais ampla e independente, tanto de ideias preconcebidas quanto de governos, poder e nacionalismos.

Quando o intelectual se propõe a ficar no "entre lugar" é que possui a capacidade de refletir sobre as questões de maneira que a tradição não domine suas análises. E somente usando o exílio metafórico é que se pode combater ideias preconcebidas se alinhando com aqueles que são oprimidos ou subjugados. Usando do desassossego criado pelo "entre lugar" para refletir de maneira pessoal sobre as questões que o envolve e assim incorporar as ideias para representação.

Obras de Edward W. Said:

SAID, Edward W. *A pena e a espada*. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. *A questão da Palestina*. São Paulo: Unesp, 2012.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Cultura e resistência*. Edward Said: entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

16 Idem, p. 36.
17 Idem, p. 68.
18 Idem, p. 36.

_____. *Fora do lugar*. São Paulo. Cia das Letras, 2004.

_____. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Orientalismo:* o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Representações do intelectual*: A convenção de Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia:

AIBE, MayumiSenra. A figura do intelectual exilado em Edward Said. *Estação literária*. Londrina, Volume 10ª, p.66-76, dez. 2012.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

FOCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Focault e Gilles Deleuze. Tradução Roberto Machado, publicado em *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Volume I*. 3° Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere Volume II*. 3° Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HALL, Stuart. "Quando foi o pós-colonial? Pensando o limite". In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. P. 101-128.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC - Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Volume 5, n° 10, p. 134-146.

PROTO, Leonardo Venicius. História dos Conceitos: fundamento teórico-metodológico para construção da historiografia. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 122, jul. 2011.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record. 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SELIGMANN-SILVA, M (org.) *História, memória, literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. *Cadernos Cedes*. Campinas, Volume 26, n° 70, set/dez. 2006.p. 373-391.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

2.5 SÉRIES DO BANAL MEMORÁVEL: NOTAS SOBRE FOTOS DA DIPLOMACIA

André Jobim Martins[1]

Ialta, fevereiro de 1945. Alemanha e Japão estão derrotados para efeitos práticos. EUA, URSS e Grã-Bretanha reúnem-se na forma de seus líderes e respectivas comitivas. Churchill à esquerda, Roosevelt ao centro, Stálin à direita. Churchill e Stalin vestem uniformes militares, Roosevelt contenta-se com trajes civis. Todos sentados. Parece fazer frio. A 70 anos de distância, podemos projetar conjecturas simbólicas. Os uniformes de Stalin e Churchill representam as sociedades britânica e soviética, consumidas pelo esforço de guerra. Roosevelt fica ao centro, em trajes civis: os EUA são a nação mais poderosa do mundo, fiadores da nova ordem internacional. O frio prenuncia a temperatura da política mundial nos próximos 40 anos. A foto, entretanto, poderia ser outra, e encontraríamos outros motivos para projetar as mesmas observações. A foto nem precisaria ser de Ialta: poderia ter sido em Teerã ou Potsdam. Em Potsdam, no lugar dos aristocráticos Churchill e Roosevelt, derrubados por eleição e morte, teríamos os mais modestos Atlee e Truman.

A banalidade do imprescindível

Imagens de cúpulas diplomáticas sofrem de um paradoxo: não há imagem mais obrigatória e ensaiada, mais desprovida do inusitado, tampouco há imagem que melhor represente o que está acontecendo "ali". O que está acontecendo, no caso, é um evento político cujas consequências podem ser ao mesmo tempo globais e locais. Pode também ser apenas mais uma iteração de um ritual de Estado(s) sem maior importância. O repertório cênico dessas imagens pouco muda ao longo da História: os chefes de governo e estado ou seus representantes reúnem-se no mesmo quadro, às vezes com as respectivas bandeiras nacionais por trás, às vezes sentados à mesa, celebrando acordos. Há uma dimensão de serialidade nessas fotos que tanto se parecem, que nos permite entendê-las como *frames* de uma narrativa pictórica. Sua existência e continuação fica justificada por uma necessidade histórica.

A razão mais óbvia para a existência dessas fotos individualmente banais parte da compreensão vulgar que se tem da função da fotografia: atestado de verdade. "Isso foi", eis a prova

1 André Martins é Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-Rio e mestrando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Email: andrejmartins@gmail.com

(BARTHES, 1984:15). Por conta de uma necessidade de registro, há uma colaboração entre as instituições promotoras (os Estados e suas respectivas equipes cerimoniais e de Relações Públicas) e os meios de comunicação que produzem as imagens. As instituições montam a *mise en scène* e os meios contribuem com fotógrafos e equipamentos. Qualquer detalhe adicional é mero acidente: a foto de uma gafe, o vislumbre de um olhar suspeito, o registro de um ato falho perceptível em instantâneo, tudo isso pode comprometer a mensagem desejada pelas instituições promotoras, mas é encarado dentro do "jogo" que configura a produção desse tipo de imagem. Diferentemente da foto tirada na "caça" de um instante memorável, o "isso foi" em questão é também um "isso foi fabricado para que saibam que foi".

Não estamos diante do que Hariman e Lucaites denominaram "fotos icônicas", que se caracterizam por combinar efeito político e poder evocativo de fortes emoções, firmando-se como ícones de uma cultura pública (HARIMAN, 2007:26-28). As fotos de cúpulas diplomáticas estão inseridas, contudo, na mesma "cultura pública" que os autores apontam como o meio em que prosperam essas imagens icônicas. Algumas fotos, como as de Ialta, adquirem um status especial no mapa cognitivo dessa cultura pública, semelhante ao dos ícones. Esse status é conferido não pela qualidade da foto de evocar sentimentos no observador, mas pelo evento político que ela retrata. Seu efeito político é proporcional ao do evento (ou das consequências do evento) que retrata.

Na maior parte das vezes temos à disposição um número descomunal de registros de cada dia de uma dada cúpula, tirados por um número igualmente grande de fotógrafos, cada um dos quais registrou um número razoável de fotos com o disparo automático de sua câmera. Qual a melhor foto, qual o melhor fotógrafo ali presente? Qual dessas inúmeras fotos escolhemos para inserir em nossa narrativa visual? Raramente essa pergunta importa. O objetivo original está cumprido: a imagem foi feita. A pergunta politicamente relevante diz respeito ao que será feito dessas imagens.

Podemos inserir essa lógica na categoria conceitual dos "rituais de mediação", locais de um processo que possibilita a transmissão de significado social (DEBRIX, 2003: xxiii). Na falta de veículos que melhor condensem e provem o evento de forma apreensível pelo público, é necessário que a foto cumpra esse papel. Trata-se de uma produção *ad hoc* com vistas à projeção de uma imagem que transmita uma série de afirmações de teor político, em certo sentido, uma série de garantias. Garantias de paz, de cooperação, multilateralismo, protagonismo diplomático, respaldo na comunidade internacional. Nesse sentido, cada cultura política pode adotar um repertório particular: no caso brasileiro, há uma ênfase histórica na abertura dos trabalhos da Assembléia Geral da ONU, tradicionalmente reservada ao chefe de Estado do Brasil. Como nota Robin Brown, uma interpretação cínica das sessões de abertura pode sugerir que os chefes de

Estado comparecem somente para serem fotografados lado a lado (BROWN, 2003: 159-60). O dividendo político não é colhido a partir do discurso proferido, mas de uma foto capaz de mediar um conjunto de sentidos sociais desejados.

A supremacia da foto como meio documental privilegiado da contemporaneidade nos obriga a ver essas imagens repetitivas à exaustão. Como observou John Tagg, a disciplina da história se desenvolve concomitantemente à da prática fotográfica, no decorrer do século XIX, de forma que as duas práticas são, de certa maneira, inseparáveis (TAGG, 1995:286-7). Consequentemente, O Estado, que produz uma versão própria e cerimonial da História como crônica de suas realizações (FOUCAULT, 2010:56), se vê na necessidade de registrar seus rituais, gerando uma miríade de imagens-documento. Sua previsibilidade e monotonia não abalam a tradição de sua ampla divulgação pelos meios de comunicação. O indivíduo que procura se informar sobre a alta política a nível mundial acaba impelido pela leitura dessas imagens a construir uma linha do tempo através de imagens. Fotos de trincheiras da I Guerra; Wilson Clemenceau e Lloyd George em Paris; Hitler, Mussolini, Chamberlain e Daladier em Munique; Hitler e seus generais em Paris; veículos anfíbios desembarcando na Normandia; bandeira soviética hasteada em Berlim; Churchill, Roosevelt e Stalin em Ialta. Imagens que ressoam no imaginário político internacional, às quais remetemos quando pensamos no período 1914-1945.

Vemos aqui uma narrativa de guerra e paz, na qual as fotos da paz são marcadas pela já mencionada mise-en-scène enfadonha dos rituais. Podemos dizer que as fotos de cúpula diplomática são todas a mesma: chefes de governo no mesmo enquadramento. Um sorriso ou olhar apreensivo pode dar um toque levemente inusitado. A ausência desses elementos, contudo, não necessariamente diminui o poder narrativo da imagem. Elas constituem uma categoria iconográfica dotada de um pré-formato amplamente aceito pelo que opto por chamar de um arcabouço político-pictórico de mediação.

O simbolismo pré-fabricado

Alan Trachtenberg, ao comentar a função das fotografias como ícones de uma "história simbólica" americana, observa a necessidade de um exame arqueológico das funções sociais da foto quando inserida numa narrativa histórica:

(…) the historical and documentary value of these photographs does not lie wholly in their visual subject matter - in what they are as recorded perceptions - but also in the buried and hidden social uses they originally performed. Each picture, then, represents more than itself: each is a symbol of meanings, of frameworks within which the picture performed its original work, that in

turn lead as if by infinite regress to patterns, values, and beliefs of American Culture at any given moment of its history (TRACHTENBERG, 2007: 114).

Discorrendo de maneira geral sobre a interpretação das fotografias, Victor Burgin desenvolve um argumento semelhante:

The intelligibility of the photograph is no simple thing; photographs are *texts* inscribed in terms of what we may call "photographic discourse", but this discourse, like any other, is the site of a complex "intertextuality", an overlapping series of previous texts "taken for granted" at a particular cultural and historical conjuncture (BURGIN,1982:114).

É necessário ressaltar que os "discursos fotográficos" são construções de teor político, apesar de se apresentarem como neutros. Allan Sekulla comenta a contradição, que é inerente ao discurso:

A photographic discourse is a system within which the culture harnesses photographs to various representational tasks. (...) Every photographic image is a sign, above all, of someone's investment in the sending of a message. Every photographic message is characterised by a tendentious rhetoric. At the same time, the most generalised terms of the photographic discourse constitute a denial of the rhetorical function and the validation of the "truth value" of the myriad propositions made within the system. (SEKULLA, 1982: 87)

Transportando-se o foco de análise para as fotos aqui discutidas, vemos que seu uso social se dá, sim, no que Burgin e Sekulla denominam o "discurso fotográfico". Podemos dizer que elas fazem parte *do* discurso fotográfico, mas também *de um* discurso fotográfico particular, dotado de convenções próprias. As fotos de cúpula desempenham uma função social fixa: trata-se do registro de um momento envolto em protocolo cerimonial, imbuído de uma tradição hoje secular: a negociação diplomática. Com o advento da fotografia, sua apropriação pelo aparato discursivo do Estado insere a fotografia nessa tradição. A repetição de um mesmo repertório cênico - a fileira dos delegados, a mesa de negociação, a captura do momento do aperto de mão ou da assinatura de um acordo - sugere que essa tradição é pouco permeável a modificações. O discurso em questão é fotográfico, mas se inscreve no contexto de um discurso político que o precede.

A tradição informa a obrigatoriedade dessas fotos, uma obrigatoriedade de existir em série. As imagens em questão de certa maneira já existiam antes de serem "tiradas": a foto de Ialta existe a partir da realidade política que a configura. Quem a tira e em que exato momento não faz muita diferença, é importante somente que os retratados se juntem por um segundo para realizá-la,

confirmá-la. A conferência está lá, é preciso que ela seja registrada. Os registros nos dizem, ao menos num primeiro momento, sempre a mesma coisa: "veja este momento importante".

Assim como as fotos, algumas dessas conferências são também obrigatórias: agrupamentos multilaterais como alianças militares e pactos econômicos realizam reuniões anuais, adicionando banalidade à serialidade: os líderes do G6/G7/G8 reúnem-se anualmente desde 1975. Se quisermos, podemos ver uma série de 30 instantâneos, um por ano, lado a lado. O observador leigo não extrairá da série nada de significativo senão uma versão de altíssimo nível da dança das cadeiras. A intertextualidade sugerida por Burgin pode se configurar aqui como vínculo entre todas essas fotos. A série de fotos pode nos dizer: o G-8 existe desde 1975, provavelmente ano que vem ele continuará existindo e mais uma foto se somará à série. Há uma evocação não apenas de outras fotos de eventos correspondentes, mas desses eventos *em si*.

A dimensão simbólica é sóbria e óbvia: o chefe de Estado ou representante plenipotenciário personifica a nação. O fato de que estão juntos no mesmo sugere que as nações são amigas; se não o são, a foto projeta um esforço para que sejam. Fossem inimigos, estariam reunidos em lugares distantes uns dos outros, com seus respectivos oficiais de Estado-maior. A mesa representa o processo de negociação, a comitiva, quando aparece, denota o árduo trabalho coordenado necessário aos grandes êxitos diplomáticos.

A foto de um acordo importante resume em instantâneo o resultado de um processo possivelmente longo e complexo. Há a intenção de projetar uma mudança na realidade política: onde havia desacordo há acordo; em casos mais extremos, onde havia guerra agora há paz. A dimensão intertextual surge aqui de maneira crucial: a nova realidade se materializa em texto (foto), parte de uma narrativa de paz, que se opõe a outros textos (fotos) cuja série configurava uma narrativa de guerra. Os "três grandes" de Ialta surgem retratados em oposição a fotos de bombardeio, de miséria, de destruição. Eles nos asseguram o surgimento de uma nova ordem internacional. O efeito político alcançado pela imagem, aqui, se dá no período imediatamente posterior a sua fabricação e propagação.

O julgamento da História

A foto de um evento político entra imediatamente no arquivo geral da memória política coletiva. Circunstâncias e vontades políticas precedentes envolvem as imagens, dando-lhes uma função mediadora apriorística. Seu efeito narrativo e político não se encerra aí. O significado imediato da foto, ou ainda, sua função original, dada a sua natureza de tolhimento por um repertório cênico inserido num repertório discursivo monótono e serial, é a indicialidade de um evento. Procura retratar uma realidade fixa no tempo e no espaço. Esse resultado, entretanto, é

impossível, como alerta Lyotard: "Reality is not a matter of the absolute eyewitness, but a matter of the future". (LYOTARD, 1988: 53).

O texto da foto, acrescido de tempo, fica interpretado à luz de seu diálogo com os diversos textos e eventos que se lhe sobrepõem. Ialta "foi", mas, desde Ialta, o que mais "foi"? Lá, a tônica do evento podia ser vista como a da vitória. Não negamos que os "três grandes" de Ialta haviam vencido. Hoje, entretanto, vemos algo mais. A ruptura da Grande Aliança vencedora, a ascensão de duas superpotências hostis, a Cortina de Ferro. Evidentemente, a divisão do mundo numa ordem internacional bipolar podia ser vislumbrada naquele momento. Que essa bipolaridade se estenderia por quatro décadas como pivô da história global, uma negociação tensa entre dois gigantes e seus respectivos peões, não estava claro. Churchill, visto daqui, parece fora de lugar: logo sua nação seria pouco mais que um peão destituído de autonomia na arena internacional.

Aqui, o ritual de Estado desenhado pelo lápis da história oficial sofre a intervenção dos rabiscos de outro lápis. Será o lápis da história? O anjo da história de Benjamin alça voo de costas para o futuro, observando a sobreposição de catástrofe sobre catástrofe no passado, um passado em contínua expansão (BENJAMIN, 1969: 257-8). A catástrofe do século passado é um escombro soterrado pelos escombros das catástrofes. A história, diz Benjamin, não é a busca pelo que o passado "realmente foi", mas a aparição do passado num dado momento (IDEM: 255). Cada aparição do passado nas imagens, portanto, mesmo que a imagem seja de um instante fixo, é alterada pelo passado mais recente. Se entendermos que o lápis da história desenha a fotografia-documento, será preciso reconhecer que ele se restringe à foto nem ao momento de sua captura: segue desenhando enquanto observa as catástrofes subsequentes.

O famoso beijo fraternal entre Brejnev e Honecker em celebração ao trigésimo aniversário da Alemanha Oriental (1979) não é exceção: a foto tem para o leitor contemporâneo um conteúdo chocante, entretanto, o beijo não constituiu numa quebra de protocolo ou padrão de representação. Inseria-se na cultura política da época: o beijo entre chefes de Estado era uma tradição no bloco socialista, tanto que há também fotos de outros beijos, anos depois, entre Gorbachev e Honecker. Evidentemente a foto já nasce carregada de um conteúdo icônico sujeito a interpretações variáveis: a fraternidade cerimonial do ritual pode ser questionada pelo contexto de assimetria de poder, que combinada com a forma do ritual retratado evoca a figura do estupro. Ainda, o aspecto potencialmente grotesco de um beijo entre dois velhos tiranos pode sugerir a decrepitude moral das instituições envolvidas.

Sua posterior transformação (1990) em obra de arte pública se dá a partir das conotações que a imagem ganha após a reunificação alemã, evocando o poder ilimitado, parasitário e assustador de um beijo que a URSS, irmão maior, "rouba" da República Democrática Alemã, irmão menor.

Revela-se uma dimensão de abuso no ritual. A legenda explicita o tom político do grafite: "Deus, ajudai-me a sobreviver a este amor mortal". O local faz da obra um memorial dos escombros do socialismo real: o beijo mortal está pintado sobre um trecho remanescente do Muro de Berlim.

A potência de catarse em fotos que, destituídas de contexto, consideraríamos parte de uma série banal, como as de Ialta, Versalhes ou Munique, é não apenas a palpabilidade surpreendente do passado ou o indício de um fato, mas a consciência de que aquele momento faz parte da série trágica das catástrofes humanas. De que a vitória e a paz são efêmeras, de que a realidade conquistada se impõe somente até que outra sobre ela se imponha. Os três grandes sorriem. Não sabem, como nós, que a história não terminou.

Jacques Le Goff alerta para a presença constante da dicotomia documento/monumento nas fontes históricas (LE GOFF, 1990: 468-474). O caráter cerimonial da foto de um ritual de Estado lhe dá ares de monumento, além de documento. Ialta, nos jornais de 1945, é um arco triunfal. Nos arquivos de 2014, é um memorial aos que tombaram na luta fracassada pela paz mundial. Serve, em 1945, ao que Nietzche chama de história-monumento, história que faz loas aos grandes líderes e seus grandes feitos. Em 2014, serve melhor à história crítica, história que destrói monumentos ao constatar que suas fundações eram podres (NIETZSCHE, 2003: 17-31).

Conclusão

As reflexões acima desenvolvidas concentraram-se sobre uma categoria particular de fotos: os retratos de negociadores em cúpulas de estado e outras cerimônias diplomáticas. Elas valem, em grau variável, para outras categorias similares. De maneira geral, podemos aplicar as mesmas observações a registros de rituais de Estado. Vimos que, assim como a diplomacia segue um conjunto de protocolos, suas fotos são limitadas pelas práticas institucionais de representação. Se o protocolo dita a *mise en scène*, a realidade política projeta conteúdo. A marcha da história projeta, daí em diante, conteúdos adicionais, cuja assimilação pelo espectador dependerá também de seu ponto de observação histórico e político. Num cenário onde acontecimentos são mediados por uma hiperrealidade, adotando a tipologia de Baudrillard, o mesmo evento pode ter interpretações pré-prontas a partir de cada ponto do espectro político-ideológico (BAUDRILLARD, 1994: 16).

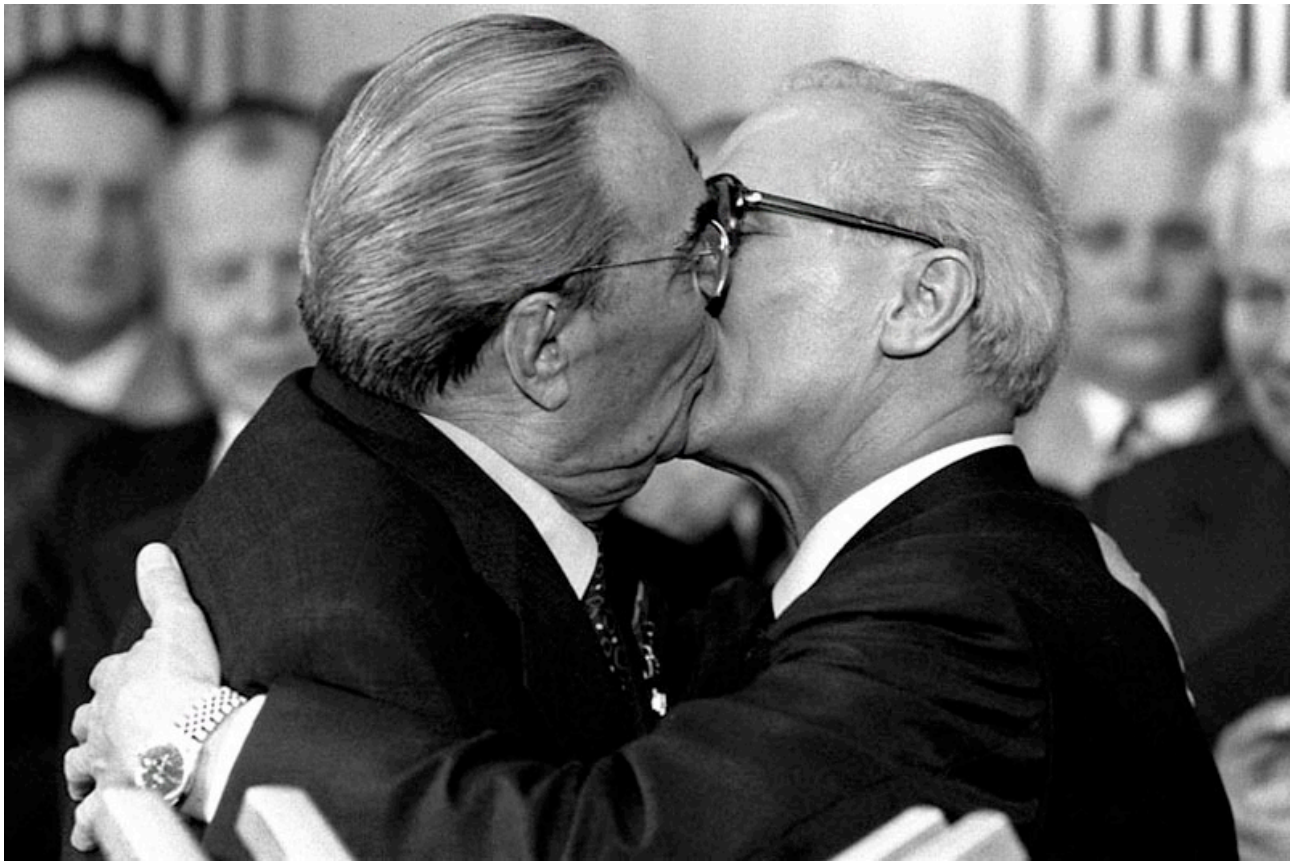
As fotos, carregadas de conteúdo simbólico e político, cumprem uma função primordial de mediação: condensam o acontecimento para que ele possa ser absorvido pela cultura pública. Elas já nascem como arenas de uma confrontação constante entre o contexto político em que surgem, esse próprio marcado por antagonismos, e a soma das tensões de cada momento subsequente. Os três grandes em Ialta jamais descansam: cada convocação da foto pelo observador em busca do passado significa a convocação das forças que, no presente, lutam pelo

seu significado, arregimentando os escombros das catástrofes humanas de antes, então e depois na batalha feroz pelo veredicto do presente.

Apêndice: três series

Série I: três instantes em Ialta

Série II: três acordos pelo desarmamento nuclear: Nixon, Ford, Carter e Brejnev



Série III: quatro beijos fraternais: Brejnev beija Honecker com e sem óculos, Gorbachev beija Honecker; um beijo mortal sobre o muro

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *A câmara clara*: Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. Nova York: Shocken Books, 1969.

BROWN, Robin. "Spinning the World: Spin Doctors, Mediation, and Foreign Policy". In: DEBRIX, François e WEBER, Cynthia. *Rituals of Mediation: International Politics and Social Meaning*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

BURGIN, Victor. *Thinking Photography*: Londres: MacMillan Press, 1982.

DEBRIX, François e WEBER, Cynthia. Rituals of Mediation: International Politics and Social Meaning. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HARIMAN, Robert; LUCAITES, John Louis. *No Caption Needed*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LYOTARD, Jean-François. *The differend: phrases in dispute*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*: Da utilidade e da desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

SEKULLA, Allan. On the Invention of Photographic Meaning .In: BURGIN, op. cit., p. 87.

TAGG, John. "The Pencil of History". In: PETRO, Patrice (ed.). *Fugitive Images*. Indiana: Indiana University Press, 1995.

TRACHTENBERG, Alan. *Lincoln's smile and other enigmas*. Nova York: Hill and Wang, 2007.

2.6 LUIS CARLOS PRESTES, UM REVOLUCIONÁRIO ENTRE DOIS MUNDOS[1*]

Daniel Aarão Reis[2**]

Gostaria de começar agradecendo o convite dos organizadores deste evento. E aproveito igualmente para enaltecer a iniciativa, pois é sempre estimulante comemorar (relembrar juntos) a criação de grupos ou núcleos de pesquisas que permanecem no tempo, o que não deixa de ser uma certa proeza, considerando as dificuldades materiais e outras que sempre se antepõem ao trabalho coletivo universitário.

À biografia de Luis Carlos Prestes dediquei um pouco mais de cinco anos de vida. A rigor, não me devotei exclusivamente a este propósito, pois um sem número de demandas e compromissos acadêmicos me impediram de fazê-lo, porém, poderia dizer que, neste período de tempo, a vida de Prestes foi uma espécie de obsessão, solicitando dedicação, empenho, preocupações de toda a ordem.

Para concluir a biografia pesquisei arquivos nacionais (Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Campinas, Recife, Porto Alegre) e internacionais (Washington e Moscou); consultei vasta bibliografia; entrevistei parentes (palavra especial merece Maria Ribeiro, mulher da vida de Prestes), ex-companheiros, amigos, conhecidos e não tão amigos do biografado. Finalmente, também percorri o país, visitando alguns marcos e estatuária da Coluna Miguel Costa-Prestes (Crato, no Ceará; Porto Nacional e Palmas, em Tocantins; Sta. Helena e Barracão, no Paraná; a região das Missões, no Rio Grande do Sul), reunindo referências para pensar o legado e a memória que se construiu e se constrói sobre Prestes[3].

Apesar do trabalho realizado, não penso que esta possa ser considerada "a" biografia de Prestes. Terá sido, a meu ver, apenas a primeira. Com erros e lacunas que serão, certamente, corrigidos, uns, preenchidas, outras, por próximas biografias que, espero bem, haverão de vir, pois trabalhos deste tipo sempre servem para estimular o debate e a reflexão sobre Prestes e, em especial, sobre a história do Brasil do século XX, da qual, certamente, ele foi um grande personagem.

Dividirei a palestra em duas partes.

A primeira oferecerá um resumido panorama da trajetória do biografado. Creio que

---

[1] * Palestra realizada na Universidade Federal Fluminense/UFF, em 28 de novembro de 2014, por ocasião do encerramento das comemorações dos 20 anos da fundação do Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF/NEC-UFF. O título é o do livro biográfico, de minha autoria: Luís Carlos Prestes, um revolucionário entre dois mundos, São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

[2] **Professor Titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense/UFF.

[3] A ideia de formular um ultimo capítulo a respeito de como permanece viva a memória de Prestes na sociedade brasileira foi, afinal, deixada de lado. O material recolhido talvez constitua, em futuro próximo, fonte para eventuais artigos e ensaios.

servirá, sobretudo para os mais jovens, nascidos depois da morte de Prestes, há quase vinte e cinco anos, para muitos dos quais Prestes é ignorado, ou, na melhor das hipóteses, pouco ou mal ouviram falar dele.

Na segunda parte, abordarei algumas questões que me parecem interessantes para pensar e discutir a trajetória de Luis Carlos Prestes.

I - A trajetória de Luis Carlos Prestes

Seria impossível resumir em poucas palavras a trajetória de um homem que viveu 92 anos, assumindo, quase sempre, um papel de protagonista em circunstâncias e conjunturas diversas, escondido em boa parte do tempo numa rigorosa clandestinidade, tendo viajado por muitos países do mundo e vivido anos inteiros na União Soviética. O que vou tentar é apresentar algumas referências básicas para que se possa minimamente compreender as questões que irei suscitar na segunda parte da palestra.

Prestes nasceu em 3 de janeiro de 1898, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, filho de Antonio Pereira Prestes, militar, positivista, militante da causa republicana, e de Maria Leocádia Felizardo Prestes, católica, mas crítica às instituições eclesiásticas e de espírito voluntarioso e progressista.

O pai morreu, em 1908, quando Prestes tinha apenas 10 anos, deixando a mãe e três filhos (Prestes e duas irmãs) numa situação difícil, haja vista a modéstia da pensão legada e outras complicações familiares que acabaram impedindo o retorno da família para o Rio Grande do Sul, onde Leocádia tinha parentes que viviam em condições bastante razoáveis[4].

Em 1911, com 13 anos, Prestes ingressou no Colégio Militar, formando-se oficial da Arma de Engenharia em dezembro de 1919. Oito anos, portanto, de formação em escolas militares. Uma vida dura, de classe média baixa, família relativamente numerosa, formada pela mãe, as duas primeiras irmãs (Clotilde e Eloísa), a sempre fiel Amélia, antiga empregada, tornada membro da família, como era costume, e mais duas outras filhas (Lúcia e Lygia), nascidas depois da morte de Antonio Prestes[5].

Uma vez formado oficial, Prestes cedo mergulharia no movimento tenentista, cujo programa preconizava a proclamação de uma "verdadeira república", com respeito pelas liberdades, soberania nacional e honestidade no trato da coisa pública. A República, nas mãos de uma tenebrosa oligarquia, fora distorcida e avacalhada, havia que restaurá-la.

Por uma questão de saúde, Prestes não participou do levante de 5 de julho de 1922.

---

[4] Na "história oficial" de Prestes, ou na hagiografia prestista, estas complicações acabaram assumindo um caráter de tabu, ocultando-se um novo relacionamento amoroso de Leocádia Prestes, ao que se saiba, nunca formalizado, e dissimulando-se as origens de mais duas filhas, atribuídas a Antonio Prestes quando, na verdade, nasceram anos depois de sua morte.

[5] Lucia era filha de Leocádia com Eugênio Agostini, uma união, oculta pelo referido tabu, que durou cerca de dois anos. Quanto à Lygia, não me foi possível determinar cabalmente sua origem.

Entretanto, identificado como "conspirador", foi transferido, em caráter punitivo, para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu conspirando. Uma nova revolta, o segundo 5 de julho, em 1924, na cidade de São Paulo, o surpreendeu em Santo Ângelo, na região das Missões, no Rio Grande do Sul. Meses depois, lideraria um outro levante, em outubro daquele ano, em solidariedade aos revoltosos de São Paulo, que, a esta altura, já se haviam retirado para o oeste do Paraná.

Os rebeldes do Sul, cercados por forças superiores, e sempre liderados por Prestes, entenderam que era melhor alvitre partir para o Paraná, reforçando ali os paulistas. A junção entre as duas tropas ocorreria entre março e abril de 1925, mas logo se constatou que a situação era desesperada. As opções da rendição ou do exílio pareciam mais sensatas, mas houve muitos, destemidos, que preferiram continuar a luta. Entre estes, caberia destacar algumas figuras: Prestes, Miguel Costa, Siqueira Campos, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra, entre muitos outros. Eles liderariam uma grande marcha pelos Brasis afora, a partir de abril de 1925. Empreendendo uma guerra de movimento, em forma de guerrilha, a Coluna Miguel Costa-Prestes tentaria suscitar novas revoltas urbanas, desfraldando, em vão, o programa liberal defendido desde 1922[6]. Depois de pouco mais de dois anos, em fevereiro de 1927, a guerrilha, afinal, exilou-se em território boliviano.

Foi neste exílio que teve início uma etapa decisiva na vida de Prestes – sua conversão ao comunismo, progressivamente afirmada entre 1927 e 1930.

A decisão de se tornar comunista, consumada neste último ano, foi longamente amadurecida, através de leituras e de conversas com comunistas brasileiros, argentinos e, principalmente, com militantes da Internacional Comunista que mantinha, na época, um Bureau para a América do Sul, em Montevidéu. Mas ela apartou Prestes da imensa maioria de seus companheiros de Coluna, que não aceitavam as propostas e a filosofia do movimento comunista, e do movimento de outubro de 1930, a mal chamada "revolução de 1930".

Prestes denunciaria com vigor a "revolução" de 1930. Para ele, de "revolucionária" ela não tinha nada, pois não passaria de uma reacomodação das elites dominantes. Não escapariam de suas críticas, permeadas de sectarismo, como reconheceria mais tarde, seus agora ex-companheiros, que dela participaram. Por causa disso, seu grande prestígio, adquirido após a derrota do movimento guerrilheiro, seria parcialmente abalado.

Isolado em Montevidéu, e perseguido pelas polícias brasileira e argentina, Prestes, atendendo convite dos soviéticos, migrou, com sua família, em 1931, para a União Soviética, onde permaneceu até fins de 1934.

---

[6] A Coluna passou à história como "Coluna Prestes", mas este nome oculta o seu verdadeiro comandante, Miguel Costa, referência sempre lembrada pelo próprio Prestes, que era chefe do Estado-Maior das tropas rebeldes. Considerei, assim, de justiça, nomear a guerrilha como Coluna Miguel Costa-Prestes.

Breves palavras são necessárias aqui para referirmo-nos ao movimento comunista que Prestes conheceu e do qual passaria a participar. Era um comunismo comprometido com a revolução social, considerada inevitável. Os comunistas podiam, em certos momentos, por considerações de ordem tática, adiá-la, mas ela estaria sempre em seus radares, como uma lei de bronze da história. Ao mesmo tempo, na União Soviética da primeira metade dos anos 1930, Prestes conheceria uma das conjunturas mais drásticas, e difíceis, da construção do socialismo naquele país, açoitado então pelo vendaval da coletivização forçada e das exigências do I Plano Quinquenal. Tempos de escassez, de luta encarniçada contra o chamado "inimigo interno", sob a liderança, cada vez mais idolatrada, de Joseph Stalin.

Foi a este comunismo que Prestes aderiu: puro e duro, disciplinado, militante, asceta, destemido, comprometido até à medula com a luta pelo poder político, a revolução social e a destruição do capitalismo em escala internacional, sob a inspiração da Revolução de Outubro e da União Soviética, fortaleza sitiada, e sob a liderança dos bolcheviques e de Stalin. Tais referências marcariam sua trajetória até os últimos dias.

Prestes voltou ao Brasil, em 1935, para tomar parte num plano revolucionário de grande envergadura, a ser liderado pelos comunistas brasileiros e por ele próprio, e apoiado com recursos e militantes da Internacional Comunista[7]. O país vivia então, como em muitas partes do mundo, um processo intenso de lutas sociais e políticas. Dois movimentos polarizavam os debates – pela direita, a Ação Integralista Brasileira/AIB. Pela esquerda, a Aliança Nacional Libertadora/ANL. O governo central parecia cambaleante, criticado pelas tendências mais radicais. Os comunistas tenderam a superestimar a fraqueza do governo e suas próprias forças. Em condições desfavoráveis, depois da proscrição legal da ANL, ocorrida nos começos de julho de 1935, tentaram, em nome da ANL, já desfeita, um "assalto aos céus", em fins de novembro do mesmo ano.

A tentativa foi rapidamente derrotada nos três focos em que brotou – Natal, Recife e Rio de Janeiro. Seguiu-se a demolição do Partido Comunista. O próprio Prestes e Olga Benário, militante alemã da IC, que o acompanhara e dele se fizera mulher, seriam presos em março de 1936.

Enquanto Olga Benário foi deportada para a Alemanha nazista, onde morreria num campo de concentração, Prestes permaneceu preso, longos anos na solitária, até 1945, quando recobrou a liberdade, através de uma anistia, em abril daquele ano[8].

---

[7] Prestes ingressou formalmente no Partido Comunista em agosto de 1934, por pressão dos soviéticos e da Internacional Comunista. É que os comunistas brasileiros não estavam convencidos da autenticidade de sua "conversão", imaginando-o ainda como um "caudilho pequeno burguês".

[8] Com Olga, foi também deportada, e teria a mesma sorte depois, morta em campos nazistas, a comunista alemã, Elisa Saborovsky Ewert, a Sabo; mulher de Arthur Ernst Ewert, o Harry Berger, outro militante da IC deslocado para o Brasil. Ambos foram brutalmente torturados. Berger permaneceu preso até 1945, mas, desde muito antes, pelas torturas, perdeu a

Nestes nove anos, muita água passou debaixo da ponte.

Houve a II Guerra Mundial, a maior carnificina na História da Humanidade, surgindo dela um mundo completamente diferente, bipolarizado pelos EUA e pela URSS. No Brasil, a ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas, depois de *zig-zags*, acabou se comprometendo com a Grande Aliança contra o nazi-fascismo. Reorganizou-se na clandestinidade o Partido Comunista, fazendo de Prestes, *in absentia*, seu Secretário-Geral. Depois do ingresso do Brasil na Guerra, articulou-se no país uma frente única, reunindo quase todas as forças políticas sob a bandeira da "união nacional".

Derrotado o nazi-fascismo, abriu-se uma nova conjuntura em todo o mundo e também no Brasil. Desgastado pelo longo exercício do poder, desde 1930, Vargas foi deposto em outubro de 1945. Já Prestes, ressurgiu para a liberdade com uma aura de mártir e de militante sem mácula, pois, enquanto muitos aderiram à ditadura, ele amargara longa e dura prisão. Beneficiou-se igualmente do prestígio conquistado na guerra pela URSS e da militância aguerrida dos comunistas.

Assim, nas primeiras eleições realizadas depois do Estado Novo, em dezembro de 1945, Prestes seria eleito senador da república pelo Rio de Janeiro, com votação recorde para a época. Em escala nacional, os comunistas chegaram à cerca de 10% dos votos. No ano seguinte, em eleições estaduais e municipais, os comunistas evidenciaram uma força inesperada, conquistando as maiores bancadas em municípios importantes como, entre outros, no Rio de Janeiro, Recife e Santos. Disputavam palmo a palmo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), varguista, a liderança do mundo sindical, projetavam-se com força entre os intelectuais, formadores da opinião pública, alcançando, segundo estimativas da época, 200 mil filiados.

Toda esta força política e eleitoral seria, no entanto, tragada pelo vórtice da Guerra Fria, pelas tendências reacionárias das elites políticas e também por avaliações equivocadas dos próprios comunistas. Posto na ilegalidade em maio de 1947, em decisão casuística do Tribunal Superior Eleitoral, excluído do jogo político institucional e legal, o Partido optou por uma política de enfrentamento aberto e armado contra o poder político vigente.

Com o mandato cassado, Prestes foi para a clandestinidade, onde permaneceu até 1958. Depois de 9 anos de prisão, mais 11 anos de clandestinidade...

No período, sob liderança de Prestes e dos homens do "aparelho partidário" (Diógenes Arruda, João Amazonas, Pedro Pomar, entre outros), o Partido conheceria novas reviravoltas.

---

saúde mental. Levado para a República Democrática da Alemanha/RDA, a chamada Alemanha Oriental, morreu em 1959, sem recuperar o juízo.

No plano interno, a proposta do enfrentamento armado, a contrapelo da dinâmica da sociedade brasileira, isolou politicamente o Partido. O sectarismo só foi superado depois do suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, quando os comunistas, tendo sedes e jornais quebrados pelos populares revoltados com a morte de seu grande líder, renderam-se às evidências e passaram a defender uma aliança com os trabalhistas, selada em movimentos sociais e disputas eleitorais.

Internacionalmente, o Partido foi sacudido pelas revelações do Informe de Nikita Khrutchev, proferido em fevereiro de 1956, quando Stalin, de "guia genial dos povos", foi denunciado como um dos maiores criminosos da história. O terremoto que se seguiu sangrou ainda mais o partido, sobretudo entre os intelectuais. Entretanto, colocou na defensiva os defensores de propostas sectárias, possibilitando a atualização, o *aggiornamento*, dos comunistas, aprovada em março de 1958.

Das duas convulsões, interna e externa, Prestes saiu fortalecido, pois as responsabilidades dos erros do Partido tenderam a cair sobre os dirigentes da máquina partidária, preservando-se a sua figura de dirigente máximo que, na clandestinidade, não pudera intervir com pleno conhecimento de causa.

Entretanto, o velho capitão não saiu inteiramente incólume dos entreveros. Muitos o criticavam velada ou abertamente e, até hoje, é matéria de controvérsia sua real participação nos procedimentos e determinações "sectárias" e "stalinistas".

Seja como for, ao reemergir para a legalidade em 1958, Prestes conservava prestígio e até uma certa aura, sobretudo entre os comunistas que ainda permaneciam no Partido, muito enfraquecido em relação aos melhores tempos de 1945/1946.

Entre 1958 e a vitória do golpe civil-militar, em fins de março de 1964, o Partido Comunista, liderado por Prestes, obteve uma legalidade "de fato"[9]. Ocorreu, então, a conjuntura mais "quente" da história republicana. De um lado, os partidários das chamadas "reformas de base", propunham uma transformação nas "bases" econômicas, sociais, políticas e culturais do país. Grandes movimentos sociais se desencadearam, compreendendo trabalhadores urbanos e rurais, posseiros, alguns setores médios, (destaque para os estudantes universitários), e graduados das forças armadas e das polícias militares. Eles eram incentivados por um conjunto de partidos de esquerda, os principais dos quais eram o partido trabalhista brasileiro/PTB e o partido comunista brasileiro/PCB[10]. Agregavam-se outros grupos organizações de esquerda, que, em

[9] Depois de uma grande campanha pública, tendo reunido as assinaturas indispensáveis, segundo a Lei, o Partido Comunistas requereu junto ao Tribunal Superior Eleitoral/TSE novo registro legal, mas a solicitação não fora julgada até o advento do golpe.

[10] Na época da fundação, em março de 1922, o nome de "batismo"foi Partido Comunista do Brasil/PC do B. Mais tarde, depois de 1960, na perspectiva de obter a legalidade, alterou –se o nome para Partido Comunista Brasileiro/PCB.

determinado momento, articularam-se na Frente de Mobilização Popular/FMP.

Contra o reformismo de esquerda, plural, ergueu-se uma frente, também plural, reunindo lideranças e partidos de centro e de direita. O que unia toda esta gente era o medo de que as reformas, caso implementadas, virassem o país de ponta-cabeça. Citava-se o exemplo de Cuba, cuja revolução nacional-democrática, vitoriosa em 1959, transformara-se rapidamente num país socialista, governado por uma ditadura revolucionária.

Os embates políticos no Brasil, cada vez mais radicalizados, inseriam-se numa conjuntura internacional polarizada entre estados capitalistas, liderados pelos EUA, e estados socialistas liderados pela URSS. No campo conservador, associava-se, então, o reformismo ao "perigo comunista". Era necessário "salvar" a democracia e os valores, ameaçados, da civilização cristã.

Prestes e o PCB, desde 1958, pressionavam por políticas reformistas e nacionalistas. Distinguiam-se, porém, de outras forças de esquerda, inclinadas já na época, por enfrentamentos radicais. As direitas, por seu turno, também se radicalizavam, intratáveis, na recusa de qualquer tipo de reforma.

Como no período entre 1945-1947, Prestes percorria o país, falando em comícios e manifestações, confirmando-se como líder político do PCB. Casado com Maria Ribeiro, a mulher de sua vida[11], agitava e mobilizava as consciências.

A vitória do Golpe de Estado, em 1964, representou para as esquerdas e os movimentos populares, uma derrota catastrófica, histórica, abalando, de forma drástica, o prestígio das suas lideranças, entre as quais destacava-se Luis Carlos Prestes. Ele teve que voltar à clandestinidade, até 1971, e a um novo exílio na União Soviética, entre 1971 e 1979.

Neste período, o PCB perdeu muito da força conquistada antes de 1964. Já na clandestinidade, antes de partir para o novo exílio, Prestes teve muita dificuldade para manter a sua condição de líder indiscutível do PCB, que perdia milhares de militantes, desencantados ou seduzidos por novas organizações, partidárias da luta armada e do exemplo da revolução cubana. No VI Congresso do PCB, realizado em dezembro de 1967, mantendo-se, embora como secretário-geral, suas posições políticas não prevaleceram.

Suas condições de liderança, depois que partiu para o exílio em Moscou, tornar-se-iam ainda mais precárias. Entretanto, em 1974-1975, quando uma onda repressiva destruiu praticamente o comitê central do PCB, pareceu que Prestes poderia assumir novamente, um papel central de rearticulação dos comunistas. A hipótese, contudo, não se concretizou. Reestruturado o CC no exílio, Prestes teve que se haver com dificuldades crescentes para afirmar

---

Insatisfeito, um grupo de dirigentes afastou-se do PCB, fundando um novo partido, alternativo, em fevereiro de 1962, ao qual atribuíram o nome original, PC do B.

[11] Juntos desde fins de 1952, permaneceriam casados até a morte de Prestes, em marco de 1990, ou seja, 38 anos. Tiveram 7 filhos, mas Prestes adotou dois outros, que Maria trazia de um primeiro casamento.

suas posições políticas. Ele apostava num eventual processo revolucionário no país, o que era desconsiderado de modo muito claro pela grande maioria do CC.

Quando veio a Anistia, em agosto de 1979, já se tornara claro que Prestes não representava senão uma minoria do Comitê Central.

Embora já nesta altura tivesse 81 anos, ele travou com grande decisão a sua última batalha no PCB. Quanto retornou ao país, em outubro daquele ano, continuava convencido de que a conjuntura de transição da ditadura para a democracia no Brasil suscitaria um grande potencial de radicalização das contradições sociais e políticas. Voltou, então a percorrer o país defendendo seus pontos de vista. Entretanto, como já referido, a maioria do CC não concordava com suas análises e propostas, situando-se em posições bem mais moderadas.

Para adquirir maior liberdade de movimentos, Prestes desligou-se do Partido, em março de 1980, publicando a "Carta aos Comunistas". Não apenas evidenciava suas contradições políticas com a maioria dos dirigentes do PCB, mas também fazia críticas contundentes aos seus valores éticos e morais.

Muitos imaginaram que Prestes formaria então um partido alternativo. Não lhe faltavam adeptos para isto. No entanto, constatando seu isolamento internacional, e a falta de amadurecimento que viabilizasse um partido radicalmente diferente daquele ao qual pertencera por tantos anos, preferiu situar-se como "franco-atirador" e se manteve assim até o resto de seus dias.

Nesta condição, esteve presente em todas os momentos políticos relevantes dos anos 1980[12]: dos movimentos grevistas à fundação da Central Única dos Trabalhadores/CUT; das campanhas eleitorais – estaduais e nacionais - à grande luta pelas eleições diretas. Sempre na contracorrente, defendendo referências e propostas revolucionárias numa sociedade que, visivelmente não estava empolgada por este tipo de orientação.

Sua última participação deu-se por ocasião das primeiras eleições presidenciais depois da ditadura, realizadas em 1989. Apoiou Brizola no primeiro turno e, após sua derrota, e embora formulasse muitas reservas em relação ao PT e a Lula, contribuiu para que o líder trabalhista apoiasse Lula no segundo turno.

A vitória de Collor e o desmoronamento do socialismo na Europa Central, com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, devem ter impactado o velho líder. Mantinha a lucidez e a capacidade de conversar e defender pontos de vista políticos, mas evidenciava nítidos sinais de estafa.

Um descanso nas praias perto de Fortaleza, em fevereiro de 1990, aconselhado por sua

---

[12] Não se filiou a nenhum partido específico, embora Leonel Brizola o tivesse feito presidente de honra do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

mulher, Maria e por amigos, lhe foi de valia, mas não lhe permitiu um novo começo.

Luis Carlos Prestes morreu em 7 de março de 1990. Tinha 92 anos completos.

II - Luis Carlos Prestes: algumas questões para o debate

Uma vida tão longa – e tão intensa – e tão sujeita a controvérsias, enseja, evidentemente, várias questões, muitas das quais discutidas pela biografia que escrevi.

Limitar-me-ei a apresentar algumas delas, e de forma breve, para encaminhar a reflexão e o debate.

Preliminarmente, porém, gostaria de começar ressaltando que há poucos personagens na história do Brasil que provocaram tantas paixões – positivas e negativas - ódio e amor, admiração e ressentimento. A história de Prestes sempre foi uma história polarizada e esta foi a grande preocupação –e o grande desafio - de escrever a sua biografia: fugir da demonização e da hagiografia, evitar os extremos de polarização, construir uma biografia com uma visão crítica, mas sem extremismos de qualquer natureza.

1. Feita a preliminar, eu proporia como *primeira questão* o questionamento de uma certa tradição, a de atribuir a rigidez de Prestes, o seu eventual sectarismo (às vezes, assumido pelo próprio personagem), ao seu passado de militar. Questiono a equação (Prestes/militar = sectarismo) de vários ângulos: *primo,* pela premissa que os militares teriam uma tendência irrecorrível, pela natureza de sua formação, à "rigidez" e ao "sectarismo". É evidente que as corporações militares tradicionais, baseadas na hierarquia e na disciplina, constroem tendências particularmente mais "verticais" e "fechadas" que outras profissões. Entretanto, na história do Brasil e de outros países, há muitos militares que se destacaram, à direita e à esquerda, pela capacidade de persuasão e de diálogo. *Secundo*, ao analisar a trajetória de Prestes, como militar, por exemplo, na época da Coluna, o que se constata é um homem aberto ao diálogo e ao contraditório, e não apenas com colegas e pares, mas também com soldados e lideranças intermediárias que o consideravam positivamente, e em alto grau, exatamente por esta capacidade de diálogo. *Tertio*: em muitos momentos da história dos comunistas e de seu partido, surpreendemos o nosso personagem como homem de "centro", de "equilíbrio", movimentando-se entre os extremos, demonstrando flexibilidade e habilidade. Aconteceu na redemocratização de 1945 e, outra vez, e mais expressiva, no período que se estende de 1958 a 1964. Quer isto dizer que Prestes não terá demonstrado sectarismo e rigidez ao longo de sua vida? Recusar a caracterização seria cair na hagiografia, eis que o próprio personagem, como se disse, reconhece ter agido, em não poucos momentos, com "rigidez" ou/e "sectarismo". A que atribuir, então, esta "marca"? Eu não hesitaria em situá-la muito mais na formação como comunista, na

conjuntura em que isto se deu, entre 1928 e 1934, do que na formação militar. No DNA do comunismo de Prestes, e disto ele não conseguirá livrar-se ao longo da vida, está uma dose elevadíssima de autoritarismo, de centralismo, de valorização do mando vertical, de militarização e de "cientifização" da política. Terá sido esta a fonte principal do "sectarismo" de Prestes, muito mais do que sua formação militar.

2. Derivada desta, porque também relacionada à formação comunista de Prestes, eu chamaria a atenção para uma *segunda questão*: o fato de que a formação do personagem é profundamente marcada pela perspectiva da revolução social violenta e da ditadura revolucionária, que remete não apenas à grande revolução de Outubro – em sua versão marxista-leninista – mas também à revolução pelo alto, empreendida na virada dos anos 1920 aos anos 1930, revolução que Prestes viveu intensamente no seu primeiro exílio na União Soviética.

Mesmo nos momentos em que Prestes pareceu incorporar táticas mais flexíveis, como na conjuntura da redemocratização do imediato pós-Estado Novo (1945-1947) ou no período entre 1958 e 1964, creio que as referências aos valores democráticos surgem como meramente instrumentais, imaginados como necessários no processo de "acúmulo de forças", mas devendo desembocar, necessariamente, em enfrentamentos violentos e na ditadura revolucionária. Em outras palavras: mesmo quando "reformista", Prestes nunca teria deixado de ser, no íntimo, e estrategicamente, um revolucionário. Não será este o segredo da amizade – e da admiração mútua - entre Prestes e Fidel Castro? Apesar das discrepâncias de avaliação e de propostas táticas que houve entre os dois líderes nos anos 1960?

3. *Uma terceira questão* remeteria mais à reflexão sobre a sociedade brasileira do que à vida de Prestes. Quero me referir ao que tenho chamado de "a popularidade na derrota". Em dois momentos cruciais, as propostas às quais Prestes se associou foram fragorosamente derrotadas, não encontrando eco na sociedade brasileira, no sentido de que esta manifestou-se contrária, ou permaneceu indiferente, em relação ao que desejava o personagem. Refiro-me ao episódio da Coluna e à tentativa revolucionária de novembro de 1935. Fragorosas derrotas. No entanto, uma vez derrotado, Prestes apareceria como herói, ungido com a aura das lideranças míticas. Entre 1927 e 1930, depois da derrota da Coluna, Prestes virou uma unanimidade nacional, só quebrada com sua conversão ao comunismo. Em 1945, ele sairia de 9 anos de cadeia como uma espécie de mártir, celebrado pelas multidões ululantes. Em outras palavras, a derrota, consumada, enseja a celebração do vencido.

4. Eu proporia, como *quarta questão*, a análise das relações entre Prestes e suas duas

"pátrias" - seu país de nascimento, o Brasil, e o país de adoção – a União Soviética. Enquanto revolucionário e comunista, Prestes vinculou-se a dois mundos – o brasileiro e o soviético. Para ele, não havia contradições inarredáveis entre estes dois mundos. Eles se complementavam, reforçando-se mutuamente. Nada seria melhor para a "pátria do socialismo" do que uma revolução social vitoriosa no Brasil. Por outro lado, quanto mais forte a URSS, melhores condições (apoio, retaguarda) estariam criadas para uma revolução no Brasil. Feita a ressalva, os dados de sua vida, as evidências colhidas, apontam para Prestes como um grande patriota, advertindo os filhos para não se envolverem demasiadamente com a URSS, a não esquecerem, em nenhum momento, sua condição de brasileiros. Um homem, nos seus bons momentos, capaz de preferir assoviar o Hino à Bandeira em vez do hino da Internacional.

5. O que impressiona na vida de Prestes é sua capacidade de ser fiel – sempre – às suas convicções. Está aí uma *quinta questão* para reflexão. Segundo a classificação elaborada por Bobbio, Prestes seria um homem muito mais regido pela "ética das convicções" do que pela "ética das responsabilidades". Podia mudar de ideias ("só não muda de ideias quem não tem ideias"), persuadido pelas circunstâncias e/ou por leituras ou por intercâmbios. Entretanto, uma vez convencido, afrontava com serenidade todo o tipo de oposições ou dificuldades. Não temia, ao contrário, às vezes parecia procurar, uma situação de "esplêndido isolamento". A última década de sua vida, deste ponto de vista, é um epítome de sua longa trajetória.

6. Uma *sexta questão* diz respeito à vida pessoal de Prestes. Ela é surpreendentemente movimentada, assemelhando-se a um folhetim. No entanto, sabemos que os velhos comunistas tinham como norma não misturar a vida pessoal e a vida pública. Defendiam com unhas e dentes sua privacidade. Mas há condições de escrever uma biografia sem se referir à vida particular dos personagens? Ora, a vida de Prestes, de Maria, a mulher de sua vida, de Olga (primeira, heróica, mas efêmera mulher), de Leocádia, a mãe, dos filhos, evidenciam dramas ocultados, relações afetivas de que não se fala, esquecimentos, rancores, ressentimentos, silêncios, cronologias incongruentes, tabus. Com cuidado e delicadeza, e muito respeito, tentei explorar estas dimensões, para descobrir conexões possíveis e esclarecedoras. Creio que os resultados, embora ainda muito lacunares, ensejaram um outro ângulo, ainda não entrevisto, que contribui muito para a compreensão da trajetória do personagem.

7. Finalmente, uma *sétima e última questão*: o que restou de Luis Carlos Prestes? Qual o seu legado? O inventário de logradouros públicos, a estatuária e os museus revelam sua presença, mesmo que muitos, ao lerem o nome na placa de uma rua, uma avenida, uma estrada, ou ao

verem uma estátua, não sejam capazes de situar historicamente o personagem que está ali sendo lembrado. A ideia central a que se associou a vida de Prestes – a revolução social - parece revogada nos tempos atuais. Mas quem poderá asseverar que estará fadada a não se reatualizar? De qualquer forma, mesmo relativamente à margem, a vida de Prestes, e de tantos outros revolucionários, são uma imagem, *a contrario*, da história deste país, e a iluminam como as alternativas vencidas podem iluminar as sociedades que as derrotaram.

Fontes e bibliografia:

Na biografia que escrevi de Prestes, há uma relação completa de fontes – escritas e orais – e também a bibliografia consultada. Para os leitores do texto acima, contudo, pensei ser conveniente uma bibliografia resumida, de apenas vinte indicações, correndo, é claro, um sério risco de praticar injustiças. Contudo, creio que a seleção será de grande valia para quem desejar formular uma visão própria sobre a trajetória do "revolucionário entre dois mundos".

AARÃO REIS, Daniel."Entre reforma e revolução. A trajetória do PCB entre 1943 e 1964". In:AARÃO REIS, Daniel e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *História do Marxismo*, vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Ed. Unicamp, Campinas, 2007, pp 73-108.

BRAGA, Sérgio Soares (org.) *Luiz Carlos Prestes, o senador, o constituinte*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2003.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*. As duas almas do Partido Comunista, 1920-1964. São Paulo, Hucitec, 1997.

CARONE, Edgard (org.). *O PCB, 1922-1982*, 3 volumes. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1982.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *História das Esquerdas no Brasil*, 3 volumes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário*, 1964-1984, 3 vols. 1987-1991.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1987.

HOBSBAWM, E. J. *História do Marxismo*, 12 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979-1989.

LEWIN, Moshe. *The soviet century*. London/N.York, Verso, 2005.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes, marchas e combates*. São Paulo, São Paulo, Brasiliense, 1945.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos*. Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo, Cortez, 2003.

MORAES, Dênis de. *Prestes com a palavra*. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande, Letra Livre, 1997.

PRESTES, Anita e PRESTES, Lygia. *Anos tormentosos*. 3 volumes. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2002.

PRESTES, Maria.*Meu companheiro*. 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

QUARTIM, João; AARÃO REIS, Daniel; DEL ROIO, Marcos; RIDENTI, Marcelo (orgs.) *A História do Marxismo no Brasil*, 6 volumes. Campinas, Editora da Unicamp, 2007, 2ª edição.

SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução*: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35. Sonho e realidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

2.7 O *MANIFESTO DOS MINEIROS* E A UDN: CULTURA POLÍTICA E DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO (1945-1964)

Weder Ferreira da Silva*

No dia 7 de setembro de 1945, ainda durante a ditadura do Estado Novo, surgiu no Brasil a União Democrática Nacional (UDN), composição política que faria rija oposição tanto ao governo de Getúlio Vargas, quanto aos outros governos de experiência democrática de viés trabalhista que o sucederam na presidência da República. Entre 1945 a 1964, a referida agremiação atuou de forma decisiva e polêmica nas principais frentes políticas ao postular candidaturas para os principais estados da federação e para a presidência da República. Por outro lado, a UDN também é rotulada pelo seu caráter autoritário e golpista. Neste sentido, pretendemos apresentar as estratégias da UDN no processo de desestabilização política brasileira entre 1945 a 1964. Portanto, será nosso objetivo central apresentar a atuação da UDN como elemento desestabilizador da política brasileira, que marcou de forma indelével o contexto político nacional, sobretudo durante o suicídio de Vargas (1954) e, posteriormente, com o apoio dado pelo partido ao golpe que instaurou a ditadura civil-militar de 1964, momento em que o país passaria a experimentar uma das fases mais violentas de sua história política.

Do ponto de vista formal, dividiremos nossa análise contextualizando o documento que antecipa a fundação da UDN, o chamado *Manifesto dos Mineiros*. Deteremos nossa análise no *Manifesto* a fim de demonstrar mais detidamente as bases retóricas da UDN e o início da oposição política nos anos que antecederam a fundação do partido. Na sequência, analisaremos o instrumental simbólico e retórico do partido na contestação à ditadura Vargas, bem como sua atuação durante a redemocratização, sobretudo as tentativas golpistas que condicionaram o suicídio de Getúlio Vargas e, posteriormente, o apoio ao golpe civil-militar de 1964, que dissolveu os partidos políticos, inclusive a própria UDN. No que diz respeito às fontes, além do próprio *Manifesto*, recorreremos à imprensa política, sobretudo ao jornal *Correio da Manhã*, um dos principais periódicos da então capital da República, que trazia em suas páginas a evolução dos acontecimentos políticos de então.

I – Do Império à República: o *Manifesto dos Mineiros* e as reapropriações da linguagem política oitocentista

* * Doutor em História pela UFRJ. Pós-Doutorando em História pela Université Paris-Est Marne-La-Vallé/Universidade Federal Fluminense.

Faz parte da tradição e cultura política brasileira a publicação de manifestos e libelos políticos que ao longo do tempo tinham como objetivo trazer para a esfera pública temas da vida política que se julgaram pertinentes não apenas ao debate, mas também para o enfrentamento político. Neste aspecto, os antigos libelos escritos no calor dos acontecimentos do pós-independência e durante o primeiro Reinado e afixados de forma clandestina nos muros e paredes dos antigos sobrados do Rio de Janeiro e das capitais provinciais podem ser considerados a gênese desta prática do perfil político brasileiro. Desde então, políticos, intelectuais e agentes públicos recorriam à imprensa para externar sua posição política no debate da esfera pública.

Na perspectiva da política liberal, segundo José Murilo de Carvalho (1999), deve-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos a publicação do primeiro manifesto desta natureza política no Brasil, em 30 de dezembro de 1827, quando veio a lume a *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas*, publicada pela tipografia do *Universal.* Além de se constituir no primeiro manifesto de cunho liberal da história política do Brasil, também foi a nossa primeira circular política. O documento foi importante no processo de expansão da esfera pública na primeira década do Brasil enquanto corpo nacional autônomo, já que o autor a escreveu endereçada aos eleitores de sua província. Se devemos a Vasconcelos o primeiro manifesto liberal, a inspiração para a divulgação do *Manifesto dos Mineiros* de 1943 deve ser creditada à figura do político liberal Teófilo Ottoni (1807-1869). A *Circular aos Eleitores Mineiros*, publicada em 1860 foi considerada em sua época um dos três principais libelos políticos da História do Império do Brasil. Com ela, Ottoni reacendeu as disputas entre luzias e saquaremas ao expor de forma enérgica sua trajetória política. Ao relatar suas ideias sobre os fatos políticos, Ottoni definiu abertamente a necessidade de "republicanização" da monarquia. O ideal de Ottoni evocava uma sociedade pautada pela virtude cívica. O político dizia sonhar "senão com uma democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só" (OTTONI, 1860: 254-255).

II – O *Manifesto*, seus agentes e as consequências políticas

O título dado ao primeiro documento de impacto nacional contra Getúlio Vargas intitulou-se *Manifesto dos Mineiros*, originalmente intitulado *Manifesto ao Povo Mineiro*, e veio a público em 24 de outubro de 1943. Afonso Arinos e Odilon Braga reivindicaram a ideia de escrever o manifesto, surgida durante os eventos de comemoração do centenário da Revolução Liberal de 1842, momento em que os liberais mineiros e paulistas pegaram em armas para derrubar o Ministério que havia dissolvido a Câmara dos Deputados durante as chamadas "eleições do cacete", em 1841. Daí o fato de o *Manifesto*

ter sido publicado inicialmente, não de forma pueril, na cidade mineira de Barbacena, pois foi esta a cidade que serviu de enclaustro dos rebeldes de 1842.

O *Manifesto* teve a adesão de 92 signatários. Destacam-se entre eles importantes e tradicionais figuras políticas – como o ex-presidente Arthur Bernardes e Affonso Pena Júnior, filho do ex-presidente Affonso Pena; pessoas do meio intelectual, além de advogados, que compunham a maior parte do elenco que assinou o manifesto. Outros políticos remanescentes da Primeira República também fizeram coro na assinatura do manifesto, Alaor Prata Soares, Adolfo Bergamini, Daniel de Carvalho, Francisco Mendes Pimentel, Gudesteu Pires e Mário Brant; o "tenente civil" Virgílio de Melo Franco, preterido em 1933; e os que se afastaram em 1937, como Pedro Aleixo e Odilon Braga, respectivamente presidente da Câmara e ministro da Agricultura. (DHBB).

De acordo com Maria Victória de Mesquita Benevides, embora deixasse claro o objetivo da ação, os signatários preferiram conferir ao texto um tom ameno, de modo que o texto não pudesse ser considerado um libelo político em sua essência. Talvez, mas não só por isso, a repressão aos signatários não tenha sido tão violenta quanto a perseguição que o Estado Novo empreendeu contra outros movimentos contestatórios como estudantes, militares e comunistas (BENEVIDES, DHBB). Foi esta a tese do redator do *Correio da Manhã*, em sua edição de 12 de julho de 1945. Ao noticiar um comício em apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes em Belo Horizonte, remonta à importância do *Manifesto*, qualificando-o de "suave" e "sereno", mas de conteúdo forte em defesa da democracia (CORREIO DA MANHÃ, 12 de julho de 1945). Já em sua edição de 10 de novembro, o redator acrescenta que o uso do artigo 177 da Constituição, afastou de seus cargos públicos e privados quase a totalidade dos envolvimentos na trama do *Manifesto*. Em tom de rija oposição ao Estado Novo, o redator compara a legislação varguista às de Hitler e Mussolini: "a monstruosa legislação fascista que o sr. Getúlio Vargas, olhos fitos em Hitler e Mussolini, impôs ao povo brasileiro está sendo felizmente reduzida a escombros" (CORREIO DA MANHÃ, 10 de novembro de 1945).

Do ponto de vista ideológico, o *Manifesto* deve ser analisado a partir da própria vinculação ideológica de quem o produziu, em sua maioria pessoas ligadas à área do direito. Conforme apontou Thomas Skidmore, o documento assinado pelos mineiros foi bastante "cauteloso" ao enunciar a importância da redemocratização do país utilizando, para tal, a trajetória política de Minas Gerais, região em que o ideário da liberdade de opinião e apelo constitucional eram uma das marcas de sua cultura política (SKIDMORE, 1982: 72). Os signatários argumentavam que o manifesto possuía o equilíbrio e a ponderação necessários para qualifica-lo de sereno, sóbrio e claro. Acrescentavam que não se tratava de um documento subversivo, pois não era do interesse dos signatários "agitar" nem "conduzir", mas sim demonstrar ao povo mineiro importância da participação da vida pública para o bom desenvolvimento das sociedades e o quanto a privação desse direito pode ser nocivo a ela.

Os temas centrais do manifesto giram em torno a) da defesa dos princípios da Federação e da

República realçando-se os males da centralização e da hipertrofia do Executivo; b) a denúncia do fascismo, como doutrina, e seus arremedos autoritários na prática política, como os ensaios de corporativismo; c) as queixas por um tipo de liberalismo político aliado à "democratização da economia" (BENEVIDES, DHBB).

Embora soubesse da importância e do impacto do documento assinado pelos mineiros, devido o caráter contestatório de parte da elite política de Minas Gerais, Vargas preferiu não comentar de forma direta, ao menos em público, a publicação do manifesto. Uma rara exceção se deu quando o então ditador referiu-se de forma indireta ao manifesto, qualificando-o como uma mera forma ideológica de finalidade eleitoral elaborado por "demagógicos lugueiros de férias" (BENEVIDES, DHBB).

Mesmo aceitando a tese de que o *Manifesto* não seja essencialmente um libelo político, no sentido clássico do termo, devido ao tom ponderado adotado, suas críticas diretas ao Estado Novo e à supressão dos direitos democráticos que interditavam a democracia e a liberdade de iniciativa e de pensamento foi o evento que pode ser identificado não apenas como o início do fim do Estado Novo, mas também um elemento que viria a catalisar boa parte das oposições liberais e de direita para formar o partido que atuaria vivamente nos sucessos políticos do país. Meses após a publicação do *Manifesto*, precisamente no dia 26 de janeiro de 1945 o 1º Congresso Brasileiro de Escritores reatualizava as exigências do documento ao defender a liberdade de pensamento e o sufrágio universal para o cargo de presidente da República.

III - A UDN, entre o lenço branco e o golpismo

Embora a UDN seja uma composição política complexa e com diversas teses defendias em seu seio, para efeitos deste trabalho, destacaremos o elemento antidemocrático e golpista desta composição política, sobretudo nos anos que antecederam a queda do governo de João Goulart, fase em que a referida composição política comungava de um forte sentimento anticomunista, malgrado tenha advogado contra a cassação dos mantados de deputados comunistas, em 1947.

A UDN, fundada em 7 de abril de 1945 – em forte gesto simbólico que remonta à Revolução de Sete de Abril de 1831 – congregou em torno de si dissidências oriundas de associações partidárias estaduais que faziam oposição a Getúlio e o getulismo, participou de forma decisiva dos sucessos políticos do Brasil desde sua fundação até sua extinção pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Embora tenha sido derrotada por três vezes consecutivas nas eleições presidenciais, tendo como principal rival o PSD, a UDN conseguiu eleger vários governadores, sobretudo no Nordeste, e montar uma ampla bancada na câmara dos deputados, chegando a ser a segunda maior bancada do congresso

nacional.

Após a deposição de Getúlio em outubro de 1945, no dia 2 de dezembro de 1945 foram realizadas eleições presidenciais, pleito que não havia sido empreendido no Brasil desde 1930. Além disso, foi realizado um pleito para convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, a fim de reestruturar o país e extirpar o elemento autoritário da Constituição de 1937. Embora conseguisse formar uma ampla base de apoio, o candidato Udenista, o Brigadeiro Eduardo Gomes não conseguiu fazer frente ao seu principal oponente, o general Eurico Gaspar Dutra, que foi apoiado pela aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelos antigos interventores varguistas e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja base política compunha-se principalmente por trabalhadores urbanos, filiados a sindicatos e ao próprio Ministério do Trabalho. Embora estivesse recolhido em São Borja, o apoio de Getúlio, através de um manifesto dias antes da eleição, ajudou a alavancar a vitória de Dutra, que obteve 55% dos votos, contra 35% de Eduardo Gomes e 10% de Iedo Fiúza – candidato do Partido Comunista do Brasil (PCB). Embora tenha sido derrotado e recorrido à imprensa para questionar a lisura do processo eleitoral, a UDN conseguiu fazer a segunda maior bancada na Assembleia Nacional Constituinte: 23,8% na Câmara dos Deputados e 26,9% no Senado Federal.

Em sua campanha através do Brasil, Eduardo Gomes utilizou um dos símbolos mais fortes da UDN, o famoso lenço branco que passaria a caracterizar o partido. Importante notar este elemento simbólico constituía em mais um recurso recuperado da memória de Teófilo Ottoni, que agitava lenços brancos pelas ruas do Rio de Janeiro, a fim de chamar a atenção do público para a importância das eleições e mostrar aos eleitores sua trajetória política coerente e ilibada (DUARTE, 2002)

O "partido dos lenços brancos" ainda iria amargar mais duas outras derrotas presidenciais. No pleito de 1951, Getúlio Vargas volta ao poder "nos braços do povo", derrotando Eduardo Gomes, que disputava sua segunda eleição presidencial. Foi a partir de então que a UDN passaria para a história pela sua face golpista, sobretudo pela figura de Carlos Lacerda, que iria se envolver diretamente na crise institucional que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954. Após a intensa crise política após a morte de Vargas, foram realizadas novas eleições presidenciais no ano seguinte. Dessa vez, foi Juscelino Kubitschek (35,68%) quem triunfou sobre o candidato Udenista, o militar cearense Juarez da Távora (30,27%). Também participaram do pleito Adhemar de Barros (25,77%) e Plínio Salgado (8,28%). Mesmo com as movimentações golpistas, inclusive por parte de políticos da UDN, JK conseguiu tomar posse do cargo e inaugurar um período de grande progresso econômico e sentimento de euforia nacional que ganharia o epíteto de "anos dourados" do Brasil, materializado a partir dos chamados Planos Quinquenais e, sobretudo, na construção da nova capital, Brasília.

Com a sucessão do governo JK, pela primeira vez uma coligação apoiada pela UDN chegaria ao cargo de presidente. Com o apoio dos Udenistas e com uma plataforma de governo baseada no moralismo, Jânio Quadros, candidato pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), foi eleito

presidente com 48,27% dos votos. O Candidato governista, marechal Henrique Lott, mesmo com a força do apoio do PSD e do PTB, não conseguiu ser eleito, ficando com 32,96% dos votos. Os governos lograram melhor êxito na chapa para vice-presidente, à época disputada separadamente da de presidente. O candidato João Goulart foi eleito, o que causa um desequilíbrio de forças desde o processo de redemocratização, já que pela primeira vez o vice-presidente não fazia parte do mesmo grupo de apoio do presidente.

Com a renúncia de Jânio Quadros, depois de uma manobra mal sucedida em que imaginou que iria liquidar seus oponentes, Goulart, que estava na China em viagem diplomática assumiu o cargo de presidente. A partir da posse de Jango, a UDN passaria a fazer intransigente oposição, tanto no congresso, quanto nos meios de comunicação. Foi sobretudo nesta época que o partido ficaria conhecido pelo seu aspecto golpista. Desde quando assumiu o mandato, Jango enfrentou dura oposição daqueles que eram contrários ao plano de Reformas de Base, que pretendia realizar mudanças estruturais na sociedade brasileira, garantindo direitos básicos como, por exemplo, a reforma agrária. Esta iniciativa, somada à nítida aproximação do presidente com setores de esquerda desencadeou entre políticos conservadores, notadamente os da UDN e de oficiais das forças armadas a necessidade de uma intervenção para derrubar o presidente instituído constitucionalmente no cargo.

O ano de 1964, como é notório, foi dramático para a vida política brasileira. Já nos primeiros dias de janeiro a UDN lançava uma série de acusações contra o governo, tendo em vista a sua desestabilização. A primeira edição do *Correio da Manhã* é sintomática no que acabamos de afirmar. Embora trouxesse informações sobre os projetos do governo, a referida edição traz ainda uma notícia sobre o posicionamento do político udenista Bilac Pinto sobre o presidente. O texto menciona a opinião de Bilac Pinto sobre um possível golpe que Jango estaria planejando. Acrescenta o político que vê com "amargura" e "pessimismo" o futuro das instituições brasileiras diante do governo de Jango, daí a necessidade premente de se instalar em todo o país aquilo que classificava como "vigília cívica" contra possíveis ações de Jango em relação à sucessão presidencial:

> O sr. Bilac Pinto opina, por exemplo, que o presidente João Goulart não está absolutamente interessado no desdobramento do processo sucessório e que todas as suas atitudes, nos últimos tempos, tem revelado um "desinteresse total" por tudo que cheire à evolução do esquema eleitoral (Correio da Manhã, quarta-feira, 1º de janeiro de 1964).

A estratégia de parte dos apoiadores elevaria o tom do conflito político que marcou o início do ano de 1964. A este fator somou-se ainda as greves, o desabastecimento de produtos nos supermercados e a inflação. Neste período, as esquerdas se uniram em torno da Frente de Mobilização Popular, entidade criada em 1963 e liderada por Leonel Brizola para apoiar as ações do presidente. Na definição de Jorge Ferreira, a estratégia utilizada pela Frente de Mobilização Popular seria a do confronto com a direita e setores conservadores da sociedade, estes últimos encastelados em

instituições como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962 e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Estas instituições aliadas a políticos vinculados à UDN conseguiram disseminar no país, sobretudo através da imprensa, uma campanha de histeria anticomunista, convencendo setores significativos de empresários, jornalistas, religiosos, sindicatos, profissionais liberais e militares de que Goulart estaria conspirando em um processo de "comunização" do país (FERREIRA, 2004: 193).

Outro fator a catalisar a crise foi a própria movimentação da UDN no processo de sucessão presidencial. Disputas internas entre Carlos Lacerda, governador da Guanabara e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais para a indicação do partido antecipava os debates sobre a sucessão de Jango. Enquanto o PTB carioca dizia que era cedo para discutir tal questão, membros da UDN e militares apelavam ao governador mineiro a não fazer o pronunciamento nacional que havia prometido, pois teriam "informações seguras" de que o presidente arquitetava um plano para perpetuar-se no poder [Correio da Manhã, quinta-feira, 30 de janeiro de 1964].

Ao iniciar o ano de 1964, a antessala para o golpe que se faria no final de março já estava preparada. O movimento liderado pela UDN e setores conservadores, bem como a radicalização das esquerdas geravam um clima de nítida instabilidade política, econômica e social. Numa das manchetes da edição de 21 de março de 1964 do *Correio da Manhã*, o então deputado vaticinava o golpe que ocorreria dias depois. Brizola dizia não acreditar que haveriam eleições presidenciais marcadas para 1965. De acordo com o deputado gaúcho, o processo de radicalização de grupos e de posições sobre uma crise econômico-financeira de vastas proporções levará, invariavelmente, a política brasileira a um ponto explosivo e caótico. Talvez Brizola estivesse imaginando que as esquerdas, diante da crise, tomariam as rédeas do processo e ela mesma poderia levar a cabo as transformações que almejava. Dez dias depois os militares, com o apoio da UDN e de outros setores conservadores, deram um golpe de estado que derrubou o presidente constitucionalmente eleito, inaugurando uma das fases de maior violência política da história do Brasil.

Referências Bibliográficas:

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

___. *Manifesto dos Mineiros*. Acesso em 05 de janeiro 2015, http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

CARVALHO, José Murilo de. 1999 *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34.

DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. *Estudos Ibero-Americanos*, nº.1, v.XXVIII (2002).

FERREIRA, Jorge. "A Estratégia do Confronto: a frente de mobilização popular". *Revista Brasileira de História*, vol 24 n. 47: (2004)

SKIDMORE, Thomas. 1982 *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Fontes:

Correio da Manhã. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/. Visitado em 03 de janeiro de 2015.

Diário do Rio de janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira, Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/. Visitado em 13 de março de 2014.

Manifesto dos Mineiros. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx

Visitado em 05 de janeiro de 2015.

OTTONI, Teófilo Benedito. 1860 [1915] Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais [...] In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t.LXXVIII, parte 2.

III. Modernidade, identidades e resistência

3.1 ZOMBARIA COMO INSTRUMENTO DE DESCRÉDITO DAS LUTAS DAS MULHERES PELA EMANCIPAÇÃO

*Rachel Soihet**

> Não será da nossa parte que as legítimas aspirações do sexo gentil, da mais simpática e apreciável metade do gênero, encontrarão qualquer embaraço, por mais insignificante que seja, à sua justa expansão. Confiamos muito no bom senso e na inteligência servida pela educação para recear que as mães, as irmãs e as esposas abandonando a serenidade dos lares se atirem à política, aos meetings obrigando-nos a velar pela cozinha e pelos recém-nascidos. Não! a mulher manter-se-á na órbita que lhe convém e se alguma exceção houver, estamos certos que esse papel ficará reservado às sogras (REVISTA ILLUSTRADA, 1986).

A *Revista Ilustrada*, dirigida por Angelo Agostini, na qual foi publicada esta crônica, constituía-se num importante periódico que utilizava o humor e a irreverência na abordagem de temas candentes da política e sociedade brasileira. Dentre tais temas, destacam-se as questões da escravidão e do governo imperial que, em suas páginas, mereceram críticas consideráveis, em que o deboche era uma arma significativa. Verifica-se aqui, porém, que a pretensão manifestada por algumas mulheres de terem seus direitos reconhecidos, em termos de participação na esfera pública mereceu o mesmo tratamento, num jornal que se caracterizava por ter posições políticas avançadas na época. Fato que revela que as contradições de gênero atravessavam as diversas colorações políticas e de classe. Assim, o comportamento feminino reivindicador de uma participação mais plena na sociedade é visto como uma ameaça à ordem estabelecida, sob o signo dos interesses masculinos, na qual se teme a perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros. Inclusive, tais pressupostos adquiriam naquele momento legitimidade nos saberes hegemônicos da época. A filosofia afirmava nas mulheres a inferioridade da razão como um fato incontestável, cabendo-lhes, apenas, cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos. A medicina, por sua vez, durante o século XIX, conferia a essas idéias respaldo científico, assegurando serem características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional, e uma sexualidade sem freios. Tal quadro serve de apoio às medidas que buscam ridicularizar as

* Professora do Programa de Pós graduação em História da UFF - Universidade Federal Fluminense e pesquisadora com bolsa de produtividade do CNPq.

militantes, fato manifesto no texto acima, quando o autor declara a sua confiança de que a *mulher manter-se-á na órbita que lhe convém,* o que na sua concepção significa manter-se na esfera doméstica exercendo funções que lhe são naturais. E aquelas que assim não pensassem são identificadas a uma figura merecedora de inúmeras zombarias: a sogra. A utilização de discursos cômicos para desmoralizar a movimentação feminina quanto à obtenção de direitos constituía um instrumento de potencial inegável, com vista à reconstrução cotidiana dos mitos da inferioridade e domesticidade feminina. (BAKHTIN, 1987:10-11)1

Um outro aspecto do texto a ser ressaltado é o emprego da ironia (WHITE, 1994:31-32), tropo literário que empresta ao discurso um caráter satírico, como se pode depreender do seguinte trecho: "Confiamos muito no bom senso e na inteligência servida pela educação para recear que as mães, as irmãs e as esposas abandonando a serenidade dos lares se atirem à política, aos meetings obrigando-nos a velar pela cozinha e pelos recém-nascidos." Nele, o autor procura demonstrar o que considera absurdo na pretensão de participação política, por parte de mulheres dotadas de *bom senso* e *inteligência,* buscando, caricaturalmente, assinalar o avesso da ordem das relações entre os gêneros. O epílogo seria trágico, ou seja, levaria a uma mudança nos papéis de gênero: homens teriam que *velar pela cozinha e pelos recém-nascidos.* Este argumento far-se-á recorrente em inúmeros momentos. E a crônica apresentada a seguir segue o mesmo diapasão.

Através do malicioso título de *Emancipada*, pretende-se passar na mensagem o terror e o grotesco das mulheres no exercício de atividades profissionais consideradas próprias dos homens. Para muitos, tal situação configurava-se catastrófica e era objeto de grosseiras caricaturas. Assim, Madame Linhares, após um longo dia no escritório, encontra a casa em polvorosa "os meninos ainda não haviam jantado. E não haviam jantado porque o Cazuza Linhares não havia acertado com o meio de fazer a sopa e o assado (CARETA, 1909)" 2.

A cozinheira tinha saído às compras e, numa situação de inversão que a crônica buscava ridicularizar *O Cazuza ficara em casa tomando conta dos filhos,* todo atrapalhado presta contas das suas desventuras, informando à esposa que o almoço tinha sido a carne fria da véspera e ovos quentes. Já estava há três horas tentando sem êxito preparar o jantar, pois o *fogo custou a acender como o diabo...* O fato, sem dúvida, se destinava a provocar preocupações aos mais "sensíveis", acerca dos prejuízos da ausência materna do lar.

O diálogo que se segue acentua a subserviência do marido e o autoritarismo da mulher. Era a inversão do quadro habitual, que ameaçava as famílias de bem.

---

1 A abordagem do cômico como arma ideológica remete à observação de Mikhail Bakhtin que detecta no caráter moralizante e hierarquizante a característica definidora da sátira moderna, burguesa, diferenciando-a da medieval e renascentista. Momento em que uma das diferenças essenciais que evidenciavam o riso festivo popular, era a igualdade, em que se ria dos próprios burladores, não se transformando o objeto do riso num fenômeno particular.

2 "Emancipada" in *Careta.* RJ. 20. 02. 1909.

-Também você para nada presta
-Mas Milú se eu nunca aprendi a fazer isso...
-E o que foi que aprendeu, não me dirá? O senhor é um imprestável.
-Mas Milú...
-Cale-se homem, cale-se!
-Mas eu...
-Irra! Molenga! Banana! Pastelão!
-Eu só queria ver você na cozinha...
-Sim? Queria? Pois esse gosto não há de ter meu caro. Então eu, uma mulher superior, vou lá me ocupar com esses cuidados domésticos.
-E as crianças?
-Pois, aí não tem queijo? Não tem pão? Vá ferver água para o chá.
-Chá, pão e queijo? Mas isso é lá um jantar?
-E basta. Também você só cuida da barriga.

Madame Linhares desloca-se em seguida para os seus aposentos "majestosa e lenta ...acompanhada pelos olhares dos filhinhos que o dedo à boca não ousaram aproximar-se, temerosos." Servido o chá, segue-se outra discussão entre os cônjuges, derramando a madame o chá fumegante pela cabeça do Linhares e aquela para finalizar decide: "E passará a dormir na sala de visitas durante três meses. É para ensiná-lo a respeitar uma mulher emancipada."

Apesar do tom caricatural, tal comportamento feminino não distava daquele propagado, no momento em foco, por criminalistas e médicos, acerca do perigo representado pelas mulheres intelectualizadas como parece ser a personagem. Para Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia em fins do século XIX, embora a mulher normal apresentasse algumas características negativas que a aproximavam da criança, tais como, senso moral deficiente, tendência exagerada à vingança, ao ciúme, de maneira geral esses defeitos eram neutralizados, entre outros, pela maternidade, sua frieza sexual e sua menor inteligência. Em contraposição, as mulheres dotadas de forte inteligência se revelavam extremamente perigosas, constituindo as criminosas natas. Eram incapazes da abnegação, da paciência, do altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial das mulheres a que estaria subordinada toda a organização biológica e psicológica daquelas normais.

Higienistas, no Rio de Janeiro, concordavam com tais asserções. Discorrendo sobre os motivos que levariam a mulher a cometer o terrível crime do infanticídio, o Dr. Augusto Militão Pacheco aponta as "*mulheres originais*" como capazes de fazê-lo. Estas divergiriam das demais e se caracterizariam: "pela sua extrema devassidão ...pelo gosto infrene de pintar, escrever, viajar, etc." Nesse caso, enquadra, em primeiro lugar, a mulher infiel e, em segundo, a mulher emancipada. Nesse particular, para os higienistas a independência da mulher não poderia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher mãe. A mulher intelectual, emancipada, em fins do século XIX e início do XX, constituía-se num mau exemplo para outras mulheres, levando-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas sem o concurso do marido, comprometendo toda a organização da sociedade. Voluntariamente, recusando-se a restringir seu universo à maternidade e à

casa, desprezando suas funções naturais, as intelectuais eram a fonte de todos os flagelos sociais3.

Nenhum meio foi desprezado na difusão do princípio de que os cuidados com os filhos exigiam que a esfera feminina fosse aquela da casa, nessa campanha desenvolvida, a fim de salvaguardar os privilégios masculinos, inclusive, a música popular carnavalesca vai abordar a questão. A campanha era feita, mantendo-se o tom de zombaria carregado de fortes tintas de exagero, caso se concretizassem os anseios femininos. Deixava-se claro que, além dos males acarretados aos filhos, a competição, que se desenvolveria entre homens e mulheres, prejudicaria o relacionamento conjugal, levando à ruína da instituição do matrimônio.

Numa dessas músicas, de 1923, intitulada *A Mulher de Hoje*, fica assinalada a reação masculina, ante as iniciativas femininas de ganhar o espaço público através do voto e do trabalho. Ameaça-o *a mulher toda garbosa que vai para rua passear*, ficando preocupado com a possibilidade, sempre repisada, do homem ficar em casa *para as crianças tratar*. A inversão dos papéis e a independência que as mulheres aspiram adquirir o apavoram. Frente à perda possível de sua preeminência, *já que pode a mulher todo trabalho do homem querer fazer,* decide não se casar...

O homem já perdeu o jeito
Já não pode fazer nada
O homem hoje fica em casa
Para as crianças tratar
E a mulher toda garbosa
Vai para rua passear
Pode a mulher todo trabalho
Do homem querer fazer
Mas...eu só tenho uma vingança
Homem não pode ela ser
Por isso mesmo não me caso
P'ra mulher não me mandar
Este conselho dou a todos
Que se quer amarrar
Ai, ai, ai,
Tudo ela quer
Pois seja tudo
Mas seja sempre mulher (TAVARES, 1923)4.

Claro está que o autor parece referir-se aos segmentos médios, pois para as mulheres pobres, via de regra, chefes de família, o exercício do trabalho configurava-se como base da sobrevivência e, portanto, era parte indissociável de suas vidas. O que não significa, porém, que as idéias contrárias ao feminismo não circulassem também nas camadas populares, e o papel de provedor, destinado aos homens na organização familiar patriarcal constituía-se em um ideal que não escapava a essas camadas, embora dificilmente se concretizasse.

---

3 Cesare Lombroso et Guglielmo Ferrero. *La femme criminelle et la prostituée* (traduction de l´italien) 1896; as referências a Lombroso, ao longo do texto foram retiradas do meu trabalho: *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989; Augusto Militão Pacheco. *Do Infanticídio*. Tese, 30.11.1893; Jurandir Freire Costa *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, p. 269.
4 Euclydes Tavares. "A Mulher de Hoje", in *A Noite*, 18.01.1923.

A caricatura foi outro recurso utilizado nesse processo que buscava ridicularizar mulheres que lutavam por direitos. Sobre a eficácia do caráter corrosivo dessa forma de representação, são significativas as palavras de um dos seus cultores5. Joaquim da Fonseca, ao mesmo tempo em que afirma a sua importância em termos de expressão artística, inteligência e criatividade, acentua a sua dimensão cruel e, até injusta, já que seus alvos, mesmo na condição de donos do poder, raramente, dispõem desta mesma arma para resposta. Por outro lado, esta modalidade de linguagem adquire enorme importância, diante da sua facilidade de absorção, multiplicando significativamente, o seu raio de alcance.

Dos caricaturistas que satirizaram o feminismo, destaca-se em primeiro plano Raul Pederneiras, intelectual de larga atuação no cenário do Rio de Janeiro, em cuja obra *Scenas da vida carioca (álbum)* tal temática mereceu espaço significativo6. Foi um crítico implacável das iniciativas de mulheres que visavam ampliar a sua esfera de atuação, ultrapassando o âmbito da esfera privada que lhes era destinada em caráter exclusivo. Dentre as cenas que privilegia, busca realçar a incompatibilidade entre o exercício de atividades extradomésticas, o trabalho em especial, com as suas funções de mãe.

A Mulher polícia

– *Acuda! Estão apitando lá fora!*
– *Não vê que estou presa?*

Assim, na caricatura intitulada *A mulher polícia,* observa-se uma mulher gorda, pesadona, de rosto carrancudo, vestida com um uniforme policial, enquanto amamenta uma criança ao colo. O conjunto pretende denunciar o caráter grotesco da situação, já que a figura está longe de representar a idealização difundida da fragilidade e docilidade das mães. A policial é instada por um homem a tomar uma medida, o que é mostrado, não apenas através da postura deste na figura, como da frase: "Acuda! ...estão apitando lá fora! Ao que ela responde: Não vê que estou presa?" Assim, o autor procura desmoralizar as pretensões das mulheres de acumularem as duas funções de mãe e de profissional, demonstrando a sua impossibilidade e o perigo que representaria para a sociedade nelas confiar. O caso ilustra uma situação limite, apresentando uma séria ocorrência que exigia presteza na ação. A policial permanece imóvel, ante o chamamento da natureza, ou seja, a fome de seu filho, podendo os supostos marginais agirem a seu bel-prazer.

---

5 Joaquim da Fonseca. *Caricatura - a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Ed. Artes & ofícios, 1999.O trabalho com caricaturas foi realizado pela minha bolsista de Iniciação Científica, na UFF, Cecy Barbosa do Nascimento Monroy que elaborou sua monografia de final de Curso de Graduação sobre o título: *Um olhar indiscreto a respeito dos conflitos de gênero no cotidiano do Rio de Janeiro 1925-1935, através das caricaturas*

6 Raul Pederneiras. *Scenas da vida carioca (álbum*). Série: Caricaturas e desenhos humorísticos no Brasil. Ano 1926, v.1. Raul Pederneiras atuou em diversos periódicos: *Mercúrio, Revista da Semana, Fon - Fon, Dom Quixote, O Malho e O País.* Cabe esclarecer que a modalidade de caricatura que apresentamos é conhecida como *charge*, representação pictórica de caráter burlesco e caricatural em que se satiriza um fato específico com caráter temporal.

Por outro lado, quando a mulher decidia-se por sair de casa o velho fantasma reaparecia, ou seja, o homem teria que ficar com as crianças, invertendo-se os papéis. E tal representação não poderia deixar de aparecer numa das *charges* de Pederneiras7. Nela um homem sentado em uma poltrona, dá a mamadeira a seu filho, impaciente, olhando fixamente, o relógio, frente a uma outra poltrona vazia, indicativo da saída da esposa. Abaixo, um dístico: ...*porque a "patroa" ainda não voltou da modista*.

A patroa ainda não chegou

Mesmo não se tratando de uma ausência motivada por questões profissionais e, sim, por algo visto como um motivo frívolo, que na época se costumava considerar próprio das mulheres, o desacerto era total. Cena similar é objeto da atenção de outro prestigiado caricaturista, J. Carlos, uma exceção na representação que faz das mulheres. Em geral, suas imagens femininas pertencem aos segmentos superiores, são extremamente sofisticadas, belas, preocupadas com a aparência, sedutoras, conforme o esperado da mulher segundo o ideário dominante. Mas as preocupações com o avanço do feminismo são tamanhas que ele se rende às mesmas, fato explícito em duas de suas *charges*.

Na primeira, o pai está sentado, totalmente rendido ao cansaço, curvado, com um pijama amarfanhado, chinelas saindo dos pés, segurando o bebê ao colo com a infalível mamadeira. Em torno, observam-se brinquedos espalhados e mais três crianças, uma puxa a orelha do cachorro, outra parece querer serrar o rabo do mesmo, enquanto a terceira enfia um chapéu feminino enfeitado de fitas no pai. Uma confusão total.... Ao mesmo tempo, chega a mãe, super bem vestida, *canotier* masculino, recurso utilizado para acentuar a masculinização de todas as que exerciam funções no espaço público, pintada, bengalinha em punho, indiferente à confusão...E o título da caricatura*: Emancipação8*. A segunda *charge*, intitulada *Mater Dolorosa,* apresenta também a mesma temática, um homem derreado ao lado do bebê, cercado de grande quantidade de brinquedos espalhados.9

7 ----------.Lugar Vazio, Seção: *Um lugar. Scenas da vida carioca (álbum),* 1926

8 J. Carlos. *Revista para Todos* (1926). J. Carlos, abreviatura com que ficou famoso José Carlos de Britto Cunha, foi também importante nome da caricatura, atuando nos mais importantes periódicos do Rio de Janeiro, tais como: *O Malho*, *A Careta, Fon-Fon, Ilustração Brasileira, O Cruzeiro, Para Todos* e a revista infantil *Tico-Tico*

9 ----------Seção: "primeira página", Revista *Fon-Fon, 1935.*

Mater Dolorosa

Voltando a Pederneiras, este aponta a solução para esses problemas. Em meio a um painel de quatro caricaturas, cada um representando um dia na rotina da mulher, um único é intitulado "Dia útil".

"Dia da Mulher"

Justamente aquele que representa uma mulher com traços delicados, o filho ao colo, à frente do fogão mexendo uma panela. Esta era a mulher ideal para a boa ordem da sociedade, segundo os desígnios masculinos10.

Havia, portanto, que se alertar sobre os perigos advindos da participação feminina em esferas consideradas do domínio dos homens, expondo-os a situações incompatíveis com a sua natureza. Mas não apenas a questão da profissionalização feminina mereceu severas críticas, também, as demais reivindicações desse gênero com vista ao exercício da plena cidadania, particularmente a luta pelo voto, eram objeto de chacotas, com o propósito de ridicularizá-las. Um exemplo é a crônica *Mais uma reivindicação feminina.*

"Dia útil"

> Já não são somente nas profissões, já não se limitam aos direitos civis e políticos; não param também nos vestuários as reivindicações das nossas ardentes feministas. Há agora uma tendência pronunciada para usar coisas até agora permitidas ao sexo feio. É assim que brevemente aparecerá uma obra da ilustrada sra.X.... reivindicando o direito de senhoras usarem barbas também11

Utilizando-se de um exemplo absurdo e grotesco, no caso, a aspiração pelas mulheres ao uso da barba, o autor busca induzir os leitores a encarar, igualmente, como tolas ou supérfluas as demais reivindicações. Ao longo da narrativa, não faltam alusões à indignação por tal pretensão de "*trazerem os*

10 Raul Pederneiras. O Dia da Mulher, Seção: "o dia útil", *Álbum Cenas da Vida Carioca*, 1926.
11 Mais uma reivindicação feminina*" Fon-Fon.* 04.01.1908.

rostos femininos os pelos macios que o homem ciosamente reserva para o seu exclusivo uso". Na utilização da barba, como exemplo de demanda das feministas, pode estar implícita a pretensão de mostrá-las como masculinizadas ou invejosas, postulantes não apenas de papéis vistos como privativos dos homens, mas igualmente de seus atributos físicos. Afinal, Freud não enxergaria nas mulheres uma forte inveja do pênis? E, para terminar, o autor assinala mais uma das propaladas fraquezas femininas - a tagarelice -, não escondendo o esforço em apresentar as mulheres como seres inconseqüentes. Assim, afirma que o referido uso da barba "servirá ...para demonstrar a falsidade da alegação de que toda mulher é tagarela, pois necessariamente terão de ficar caladas, ao menos, enquanto fizerem a barba."

Alguns tentam manifestar sua oposição às mudanças pretendidas pelas feministas, apelando para um tom cavalheiresco, próximo ao pieguismo. Aqui, o articulista não deixa de ressaltar a dimensão sacralizada da mulher - a maternidade -, através da qual inicia o homem na sua caminhada pela vida, e este *obedece-a, e, sem nunca mais poder esquecê-la...* Seu "*poder mágico*" exerce-se não *pela arrogância, não pela imposição máscula e viril que são os predicados do homem, mas pelo tom sentimental com que move todas as suas ações, mesmo matando quando ri, mesmo traindo quando beija.*

Em tom grandiloqüente, acentua a importância da sensibilidade, privativa da mulher, através da qual *dominando o homem, guia as crianças e governa o mundo.* Em seguida, ressalta o caráter específico das qualidades femininas que não passam pela atividade intelectual ou política.

> Não concebo a mulher fora do seu ciclo, apostrofando os deuses ou discutindo a origem das espécies. Ela foi feita para domar o homem. Que será da humanidade o dia em que ela, rasgando o peignoir de rendas, envergar o grosso capotão masculino e sair para a rua, não mais com a leve sombrinha de seda, mas com o humilhante cacete do capanga eleitoral? Desaparecerá o encanto dos salões, a alma da paisagem, o amor do lar....12

Repetem-se velhos estereótipos, acerca da importância de serem respeitados os diferentes atributos dos homens e mulheres, concepção presente na religião, atualizada e sofisticada pelos filósofos iluministas e utilizada pela ciência. O tom da crônica caracteriza-se pela sisudez, em que pese sua excessiva pieguice, até chegar ao seu final, quando lança mão de um artifício por demais vulgar, àquele de que "só ...as muito feias hão de querer se emancipar... coitadas! As bonitas não..." porque a elas nunca faltará um adorador. E, sem mais delongas.... "Que nos importa as feias! Salvem-se as belas, que a humanidade se aperfeiçoará."

Aliás, é recorrente a preocupação em acentuar o caráter imprescindível da beleza para as mulheres. A ausência desse atributo representa um pesado ônus, já que, infalivelmente serão rejeitadas pelos homens. E, caso ocorra a possibilidade de serem escolhidas, existe sempre o perigo de que o tenham sido pelo dinheiro. Crônicas se detêm na questão, propondo estratégias para superação desse

12 "Páginas da Cidade". *Careta.* 11.01.1919

obstáculo e garantir às feias a possibilidade de realização daquela que é considerada a única aspiração legítima para as mulheres - o casamento. O feminismo não deixará de ser utilizado como ameaça à concretização de tal anseio. Assim, um cronista destaca que na Europa e nos Estados Unidos as sufragistas vinham demonstrando energia e preparo suficientes para não comprometerem as suas idéias, tornando-se ridículas. Já as militantes brasileiras merecem dele comentários desrespeitosos, ao afirmar que sua atuação decorreria da ociosidade, recomendando maldosamente que se "não tiverem com o que se distrair em casa, vão para as fábricas, namorem ou façam-se telefonistas. Finaliza ameaçando com o supremo castigo, ou seja, se persistirem nessas bobagens…ficarão todas solteironas, o que é o diabo!"

Um outro, após discorrer sobre uma prática existente na antigüidade, destinada a possibilitar o casamento de moças bonitas mas também das feias, através de leilões, assim termina seu arrazoado: "Talvez fosse esse o único, excelente, maravilhoso meio de acabar duma vez com as sufragistas, as literatas, as neurastênicas, as cochichadeiras e as beatas, horríveis espécies femininas nascidas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das vieilles-filles".13 Depreende-se, desta colocação, que as mulheres que se decidem à luta pelo reconhecimento de direitos, e buscam disseminar suas ideias, fazem-no apenas por frustração. Ou seja, não sendo privilegiadas com a beleza, vendo-se relegadas à triste situação de *vieille-fille*, vista na época como extremamente humilhante para as mulheres, buscam vingança através do questionamento de sua condição. Em nenhum momento, preocupam-se os "donos destas verdades" em lembrar que o casamento e a maternidade, vistos como obrigatórios para as mulheres, são uma construção predominantemente masculina. Através da religião, da filosofia e das ciências, os formuladores desses saberes buscaram demonstrar a vocação "natural" e única das mulheres para tal forma de existência. Os adeptos dessas ideias passam a apresentá-las como "caçadoras de homens" incautos, ridicularizando-as a todo o momento quer por essa atitude, quer por seu fracasso, mantendo-se "solteironas".14

Na caricatura, tais imagens, também, estão presentes. Numa delas, intitulada "Miss Alma (Tipo Feminista)" vê-se uma mulher extremamente magra, feia, sapatos masculinos, chapeuzinho, portando um livro, conjugando a imagem estereotipada da solteirona e a de intelectual, que, como já foi exposto, não representava um signo feminino positivo15. Na outra, temos uma mulher mais velha, gorda, ar arrogante, apresentando as mesmas características: feiúra, masculinidade e o indefectível livro, sendo alocada, muito a propósito, na seção *Sapatos*.

---

13 "O leilão das moças". *Fon-Fon*. 05.01.1918.
14 "*vieille fille*", expressão francesa com que se denominava pejorativamente as mulheres celibatárias.
15 Raul Pederneiras. Seção "Almas deste Mundo", *Álbum Cenas da Vida Carioca*. 1926

A crítica não se limitava aos homens. A revista feminina *Única,* publicação mensal, contendo matérias sobre literatura, arte, elegância e sociologia, dirigida por uma mulher incorre, igualmente, na questão; em que pese contar com diversificada colaboração de mulheres significativas na época, como a poetisa Cecília Meireles e até de militantes do movimento feminista. Nesse sentido, noticia a invasão dos prados de corridas e quarteirões elegantes londrinos por mulheres apaches de porte másculo e muito bem vestidas, pertencentes a um bando de nome bizarro, *bando dos quarenta elefantes*. Tais "criaturas, dedicam-se ao roubo nos grandes estabelecimentos, à violação das fechaduras, à chantagem e até ao assalto à mão armada... resultado dos direitos equiparados da mulher."16

À primeira vista, esta maneira burlesca de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos não guardaria maiores conseqüências, visava apenas divertir o público leitor. Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isto porque, a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem de falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas. Por outro lado, não poucas mulheres tendem a incorporar esse discurso, divulgado nos diversos meios de comunicação, identificando as feministas como "viragos", pesadas como elefantes, perigosas, inclinadas a incorrer em transgressões criminais. Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente atualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que, muitas vezes, levam-nas a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo17.

16 "Feminismo e suas desvantagens", *Única: Revista Feminina*. outubro 1925.

17 Roger Chartier. "Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica)" in *Cadernos Pagu (4)*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995. No artigo citado, o autor identifica a "violência simbólica" como aquela que supõe a adesão pelos dominados das categorias que embasam sua dominação. Nesse sentido, acentua que definir a

Aqui, também, cabe lembrar Lombroso que menciona o fato de muitas mulheres honestas estarem incorrendo em delito, devido ao seu acesso à instrução elevada. Segundo ele, na medida em que estas encontram dificuldades de atuação profissional, face à manutenção dos preconceitos nesse campo, muitas acabam reduzidas à miséria. Outrossim, "tendo perdido ou quase a esperança de encontrar um último recurso no casamento (pela habitual repugnância do homem vulgar pela mulher instruída) não lhe resta senão o suicídio, o delito ou a prostituição" Assim, mais uma vez, a ciência mescla-se com o senso comum, corroborando o perigo de uma escolha daquela espécie.

Apesar desse bombardeio, mais e mais mulheres reagem no sentido de alterar a sua posição no tocante às esferas pública e privada. Assim sendo, não poucas assumem abertamente a campanha pela obtenção de seus direitos. Organizam-se em associações; fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa; buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública, etc. Mas, apesar disso, em sua maioria, procuram revestir o seu discurso de um tom moderado. Não apenas porque tenham incorporado que esta seria a forma adequada de expressão feminina mas, igualmente, por estratégia política.

Destaca-se nesse sentido a atuação de Bertha Lutz, cujo movimento assumiu caráter hegemônico naquele momento. O exercício do trabalho, o acesso à educação, a plenitude de direitos políticos e civis constituíram-se nas suas principais reivindicações. Apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta, a conquista do voto, de acordo com o espírito da época, mereceu prioridade. Acreditava que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei. Esta sua opção foi objeto de críticas, uma vez que que esta foi uma luta inglória, limitada às *reivindicações formais do liberalismo burguês*. De acordo com esta perspectiva, esta conquista se reduziria, a uma concessão "quando assim interessou à classe dominante, em seu confronto com as massas urbanas que ameaçavam o equilíbrio do jogo político liberal" (ALVES, 1980:181).

Uma posição desta natureza desdenha, porém, as lutas empreendidas por várias gerações de mulheres já preocupadas com a questão. Particularmente quanto a Bertha, não há como negar sua ação num momento decisivo, em meio aos preconceitos nos mais diversos âmbitos, a começar pelo Congresso, nas páginas da Imprensa, nos teatros de revista, etc. Afinal, penetrar na esfera pública era um velho anseio, por longo tempo vedado às mulheres. Significava uma conquista, possibilitando-lhes assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual haviam sido violentamente excluídas (ARENDT, 1991).

Também, o período correspondente aos anos 1960 até os anos 1980 é pleno de manifestações,

---

submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

em termos da utilização dos discursos cômicos e/ou da palavra espirituosa como arma, a fim de manter a inferioridade feminina. Esse momento tem como marca a efervescência e a forte reação contra a ordem e a moral tradicional. Nos anos 1960, em meio à prosperidade do pós-guerra, em plena guerra fria, reage parte significativa da juventude contra a repressão e o controle ostensivo de que se considerava refém. A desilusão com os valores do mundo capitalista, mas também com os daquele que se dizia socialista era a marca, para a qual, especialmente no Ocidente, muito contribuíram as ideias de Herbert Marcuse, cujas obras, entre elas, *Eros e Civilização,* tornaram-se emblemáticas. E, assim, toma vulto a marcha em prol de um mundo novo, de uma utopia que, iniciada nos Estados Unidos posteriormente estourou com intensidade em outras partes do mundo, como a França e a Alemanha, mas que também na América Latina e na porção do "socialismo real" esteve presente. É o sonho libertário que se busca, através de uma nova concepção de política e de cultura que concilie justiça social e liberdade, arte e vida. Em suma, emerge a célebre rebelião contracultural dos anos 1960, propondo toda uma série de mudanças no plano da criação literária, artística, do comportamento individual e da atuação política, descendente em linha direta da *beat generation* dos anos 1950 com Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William Burroughs à frente. Na esteira dessa rebelião, em meio à luta dos negros norte-americanos em busca dos direitos civis e aos protestos contra a guerra do Vietnam, uma outra emerge, qual seja, a rebelião das mulheres. Assim, irrompe uma nova vaga feminista nos Estados Unidos e na Europa, a qual, também, se manifestou, vivamente, no Brasil. No momento, o país via-se acossado pela ditadura militar que assumiu o poder, após o golpe de 1964. Dentre as várias modalidades de luta contra o regime, destacou-se o empenho de alguns em opor-se ao regime, através, da ridicularização, como, por exemplo, o jornal alternativo *O Pasquim*, publicado semanalmente, naqueles "anos de chumbo"18. Boa parte de seus membros, inspirada na contracultura norte-americana, afastava-se do dogmatismo de muitos marxistas, caracterizando uma pluralidade ideológica, suprapartidária voltando-se para o combate ao autoritarismo e à crítica de costumes.

Paradoxalmente, porém, comprometeram seu propósito libertário, ao assumir uma postura misógina, voltando sua mordacidade, igualmente, para as mulheres que se decidiram pela luta com vistas a atingir direitos e/ou que no seu cotidiano assumiam atitudes consideradas como inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. Estas, por sua vez, em muito lembrando reflexões de Virgínia Woolf, denunciavam como uma mistificação a separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, cujo caráter sistemático apresentava-se obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais (VARIKAS, 1997:97). Articuladas a esse clamor, estavam as manifestações contrárias à permanência de padrões patriarcais na organização da família, além das exigências que reforçavam estereótipos para as mulheres, como: maternidade compulsória, modelos de beleza,

18 O primeiro número d' O Pasquim data de 26 de junho de 1969.

delicadeza etc. Dispostas a derrubar tabus como os da virgindade obrigatória para as mulheres solteiras, buscavam a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade, bem como superar a tradicional concepção da mulher-mãe. Neste sentido, enfatizavam a questão da mulher sexualizada, ressaltando a questão do aborto e da contracepção. Igualmente, tem lugar uma forte movimentação contra a violência contra mulheres espancadas e ameaçadas de morte. A luta contra *a legítima defesa da honra* mobilizaria mulheres em todo o Brasil em passeatas e comícios às portas de Tribunais de Justiça (COSTA, 2003:20).

Contra estas mulheres, as temidas "feministas", lançavam seus dardos inúmeros articulistas de *O Pasquim*. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiura, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconsequência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. Não poucas matérias registram tais "qualidades" das feministas, o que aproxima os libertários desse jornal do momento da contracultura dos misóginos de outras épocas. Na verdade, lançar o descrédito sobre aquelas que ousavam ameaçar a ordem tradicional dos gêneros era o objetivo de sempre. Isto porque, segundo Virginia Woolf:

> As mulheres durante séculos serviram de espelho para os homens, elas possuíam o poder mágico e delicioso de refletir uma imagem de homem duas vezes maior do que a da natureza. Eis porque os homens buscavam assegurar a inferioridade das mulheres, pois se elas não fossem inferiores, cessariam de ser espelhos de aumento (WOOLF, 1985:48).

As imagens de radicalismo, agressividade, masculinidade atribuídas a tais mulheres podem ser apreciadas, através de uma matéria noticiada pelo O Pasquim sobre a invasão pelas feministas do gabinete do editor da revista Ladie's Home Journal

> para protestar contra a imagem cri-cri que a publicação projeta da mulher americana. Fumaram charutos do cara, puseram os pés em cima da mesa dele, disseram-lhe toda a espécie de desaforos, exigiram uma edição especial sobre o orgasmo, etc.etc. etc. usaram o banheiro dos homens… 19

Seguia-se uma observação jocosa, reiterando a concepção tradicional, masculina, que nada tinha de inovadora, acerca do tipo de mulheres – belas e bem torneadas - que teria boa acolhida naquele jornal:

> Olha aqui, a gente aqui d'O Pasquim é toda pelo feminismo, desde que seus representantes sejam do nível de Tânia Caldas ou Marina Montini. O Tarso já está mandando alargar o nosso banheiro, acrescentando-lhe toda espécie de comodidades. Podem vir a qualquer hora. Welcome!

E matérias se sucedem, buscando acentuar, de forma das mais desrespeitosas, que papéis mais se adequavam às mulheres...

---

19 Pedro Ferreti. "Podem Vir". *O Pasquim*. Rio, 14 a 17/04/70.nº 42, p.30.

> Em Connecticut, nos EUA, as licenças de cachorro têm a forma de um hidrante. Organizações feministas prontamente protestaram contra a discriminação sofrida pelas cadelas. Depois as mulheres se queixam quando a gente manda elas pro tanque, pra cozinha, pra cama, esses lugares enfim onde são mais úteis, chateiam menos e podem usar melhor a cabeça20 (os grifos são nossos)

Esse mesmo articulista, em período anterior, comenta um festival de filmes dirigidos por mulheres ocorrido em Londres, em que demonstra o preconceito contra as mulheres intelectualizadas, marcando sua crônica com uma conotação ofensiva, com relação a algumas delas, valendo-se de referências ligadas à sexualidade, mas de forma indelicada. Uma das diretoras, Susan Sontag, na sua opinião, "lembra uma daquelas moças do Norte, vagamente lésbicas, que a gente vivia encontrando nas "vernissages" loucas pra darem pra alguém "artístico". Outra, a conhecida literata Marguerite Duras "parece uma dessas senhoras dedicadas à perversão das crianças pelo teatro infantil, escrevendo peças com títulos feito "A formiguinha que foi a lua", "O coelhinho que dava", etc"21.

Ainda, numa outra ocasião, destaca: "Ei, feministas: em primeiro lugar os direitos humanos. Depois, então, a gente vê o caso de vocês, tá?"22. No que deixa claro uma das razões de sua intolerância para com as feministas, deixando entrever sua filiação a ideias da esquerda tradicional; ou seja, de que resolvida a problemática da desigualdade de classes, outras contradições seriam enfrentadas no seu devido tempo, fato que não se comprovou historicamente, analisando-se a trajetória do "socialismo real".

Ao comentar uma série de reportagens que a revista *Realidade* vinha fazendo sobre o que as mulheres pensavam do homem brasileiro, Millor Fernandes um dos principais membros de *O Pasquim*, refere-se às feministas de uma forma grosseira, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo de uma simples promiscuidade sexual "por serem emancipadas e se terem dado assombrosamente bem na emancipação, elas resolveram que não bastava só deitar com quem bem entendeu (pois o que se chama emancipação é, em geral, deitar com quem bem entender) e resolveram também deitar filosofia".

Simplificava, assim, o destacado intelectual uma das questões mais complexas para as mulheres na época. Estas eram formadas em uma cultura na qual mulheres não poderiam dispor livremente de sua sexualidade. Manter-se virgem, enquanto solteira e fiel quando casada, era sinônimo de honra feminina; a qual se estendia a toda família, constituindo-se num conceito sexualmente localizado, violência que se constituiu em fonte de múltiplas outras violências. Enquanto aos homens estimulava-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher tal atitude era condenada,

---

20 Ivan Lessa. "Cadelas, uni-vos!". *O Pasquim*. RJ, 06 a 12 /02/76.nº 345, p.31.
21 Ivan Lessa. "De Londres: Festival de filmes femininos". *O Pasquim*. RJ, 18 a 24/12/69. nº 26. p.l4
22 Ivan Lessa. "Questão de prioridades". *O Pasquim*. RJ, 06 a 12 /02/76. Nº 345. p.31.

cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, não se sentiam os homens responsabilizados por sua atuação, devendo aquelas arcar com o peso das consequências do seu "*erro*". Afinal, "*pureza*" era fundamental para a mulher, constituindo-se o desconhecimento do corpo em signo de alto valor, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era exemplar para as mulheres. E, assim, mulheres abandonadas expunham suas vidas em práticas abortivas toscas e apressadas, chegando mesmo algumas poucas a se desfazer do recém-nascido nas situações mais trágicas. Transformavam-se em monstros, numa cultura alimentada pelo estereótipo do amor de mãe como instintivo, "porquanto as feras indomáveis, essas mesmas com a sua asperidade tem amor". Outras que arriscaram viver sua sexualidade fora do casamento foram assassinadas em nome da "legítima defesa da honra" (SOIHET, 1989: 338).

Deparam-se estas mulheres com uma série de transformações, em tempos de contracultura, com destaque para os filmes da *Nouvelle Vague* de Bergman, Goddard, Truffaut, Antonioni, em que as heroínas decidiam o seu destino, sem esquecer nos anos 1960 a descoberta da pílula anticoncepcional. Especialmente, aquelas que frequentavam certos meios – universitários e artísticos – passam a considerar o "deixar de ser virgem" como um rito de passagem para uma etapa superior. Como bem expressa Annete Goldberg, este era um símbolo de vanguarda e as mulheres que o ousassem garantiriam seu acesso a um novo grupo, relacionando-se sexualmente com seus namorados ou variando de parceiros, assumindo-se como "liberadas" (GOLDBERG, 1987:22-24).

Este foi, porém, um passo para a maioria extremamente doloroso. Vergonha, medo, culpa foram alguns dos sentimentos que nelas se manifestaram. Fato compreensível, diante dos valores que lhes eram passados, através da educação, ao que se acresciam as leituras da adolescência, com destaque para as fotonovelas do Grande Hotel e os romances de M. Delly. Neles, os perfis femininos e masculinos positivados se caracterizarão pelo contraste, ou seja, mulheres frágeis, delicadas, puras e homens orgulhosos, fortes e dominadores. O binômio amor/casamento caracterizaria a relação homem/mulher, da qual o erotismo encontrava-se ausente ou camuflado (PRADO, 1981: 24).

Portanto, a decisão de assumir a sexualidade se constituiu em algo demolidor para as mulheres, o que não sensibilizou Millôr que não perdia qualquer oportunidade para fustigá-las23. Inclusive, transcrevendo trecho de uma entrevista do cineasta Roman Polanski, em que este afirma: "Causa uma tremenda indignação dizer que as mulheres, em média, são menos inteligentes do que os homens, mas acontece que isso é verdade"24.

Enfim, a mulher que pensa, que fala, que escreve, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia e altamente perigosa. Realidade que há não longo tempo era endossada pelos médicos.

---

23 Millôr Fernandes. "Barbarelas". *O Pasquim*. RJ, 25 a 31/l2/69. nº27, .p.2.
24 Millôr Fernandes. "Ói, ô lib". *O Pasquim*. RJ, 02 a 09/02/72. . nº 135, p.22.

Para a maioria deles, as mulheres normais eram pouco inteligentes e houve os que asseguraram que aquelas dotadas de forte inteligência e dotadas de erotismo intenso se revelavam extremamente perigosas, constituindo as criminosas natas. Eram incapazes da abnegação, da paciência, do altruísmo que caracterizam a maternidade, função primordial das mulheres a que estaria subordinada toda a organização biológica e psicológica daquelas normais25.

Em fins da década de 1960, como nos anos 1970, os libertários de *O Pasquim* voltam a se utilizar desses velhos argumentos, buscando através da zombaria o descrédito dos movimentos de mulheres em busca de uma cidadania plena, expressando, de forma similar aos misóginos que os antecederam, o pavor de uma mudança que ameaçasse a ordem tradicional dos gêneros. Ressuscitam velhos estereótipos, sem deixar de acentuar a obrigatoriedade da beleza para as mulheres, o que as dispensaria de outros atributos. Esse é o tom da matéria sobre a estreia de Mônica Hirst, (também repórter do Correio da Manhã) como humorista n' O *Pasquim*, afirmando-se que "é muito bonitinha, de maneira que não precisava saber escrever"26. Já uma entrevista com a atriz Tônia Carrero acrescia uma outra qualidade, embora aquela devesse estar presente, intitulando-se: "Beleza e inteligência são dois ingredientes que, salvo raríssimas exceções, exigimos para as mulheres entrevistadas pel´ O Pasquim"27. Em 1973, Jaguar afirmava que em matéria de reivindicação pelos direitos da mulher era muito mais a Brigitte Blair, atriz que se destacava por suas formas, que a escritora Rose Marie Muraro28. E o próprio Jaguar pergunta à jornalista Cidinha Campos se o "show" que estaria promovendo, era em parceria com Heloneida Studart, Rose Marie Muraro e Betty Friedan. Ao que ela respondeu "Betty Friedan não. As feias que me perdoem, mas beleza é essencial".

Outras mulheres entrevistadas assumiram discursos que garantiam a desigualdade entre os gêneros, referendando os preconceitos acerca das mulheres, particularmente, de sua inteligência. Esse é o caso da jornalista Adalgisa Nery, que apresenta uma posição crítica, quanto às aspirações de muitas mulheres. Indagada por Paulo Francis acerca do que pensava sobre "um dos problemas mais discutidos hoje no mundo (...) o problema do status da mulher na sociedade, a chamada emancipação da mulher", responde Adalgisa: "eu sou contra feminista, acho horroroso feminista. Acho que a mulher é um complemento do homem", arrematando que ambos formariam uma unidade. No que deixa entrever uma visão equivocada de feminismo, como se através deste se pretendesse uma "guerra dos sexos" e não garantir a equidade entre os mesmos com vista ao respeito mútuo e melhor convivência.

---

25 Françoise Parturier lembra nesse particular o Dr Guillois, que em 1904 no *Étude médico-psychologique sur Olympe de Gouges*, concluía que as mulheres que participaram da Revolução Francesa eram histéricas. In DAUMIER, Honoré. *Intellectuelles (Bas-Bleus) et Femmes Socialistes* (Préface de Françoise Parturier; Catalogue et Notices de Jacqueline Armingeat). Paris, Ed. Vilo-Paris, s/d. p.20; Cesare Lombroso et Guglielmo Ferrero, 1896; as referências a Lombroso, ao longo do texto foram retiradas do meu trabalho: *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana. 1890-1920,* 1989, 81-113.
26 Introdução á seção "Gente Nova". *O Pasquim*. 11 a 17 de dezembro de 1969, p.24.
27 *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 19 a 25 de março de 1970. p.12
28 "Querem mesmo". *O Pasquim*. R.J., 05 a 11/06/1973, nº 205. p.26.

Mais adiante, dizia que liberdade para a mulher seria algo muito difícil. E, após um complicado jogo de palavras acerca da dificuldade de saber ser mulher, "porque ela tem que usar uma liberdade como afirmação da sua personalidade"; sendo a personalidade muito ligada a vivência (...) pode ter experiência, mas experiência não é vivência", concluía dizendo que ela própria nunca sentiu necessidade da liberdade. Ao_que Paulo Francis lembrou a sua peculiaridade, uma vez que ela atuava como qualquer homem, tendo feito literatura, política e, também, constituído uma família. Desenvolvendo-se o debate da intelectual com outros membros daquele jornal, como Sérgio Cabral e Fausto Wolff, especialmente, sobre o feminismo, esta sustenta a ignorância da burguesia brasileira e, particularmente, da mulher, incapaz de formar uma opinião sobre a leitura de um livro e, mesmo, de um jornal. Fato que lhe impedia de alcançar a emancipação, pois "pra haver emancipação, pra que seja uma coisa objetiva, produtiva, precisa haver conhecimento, não ser ignorante". Verifica-se nesse argumento uma atitude manifestada, via de regra, por seus companheiros de ofício, inclusive, da própria esquerda na época, que se viam acima da massa ignara, no caso em foco as mulheres, a quem se devia trazer as "luzes" do conhecimento, livrando-as da ignorância em que estavam mergulhadas, com vista a possibilitar sua conscientização e libertação. Voltando à entrevista, levanta-se o tema do homossexualismo feminino, sendo perguntada sua opinião a respeito, ela, imediatamente, lança o anátema: "acho porco".29

Também aqui, a intelectual, mostra-se fortemente contrária à luta das mulheres pela emancipação, portanto, infensa às discussões, naquele momento acesas sobre a questão da igualdade de gêneros. Assim, observa-se a concordância de uma mulher com representações que garantem a dominação masculina, ou seja da violência simbólica, aquela que supõe a adesão pelos dominados das categorias que embasam sua dominação. E, mais, assumindo uma posição das mais reacionárias quanto à sexualidade.

Aliás, sobre a sexualidade feminina, a desinformação grassa no jornal em foco. A passividade feminina na relação sexual é considerada como algo consagrado. Pedro Ferreti discutindo a questão pontifica: "Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriminando lésbicas. Estou tentando expor um fato psicológico e biológico". Igualmente, Paulo Francis, recorrendo a Freud cita a conclusão deste, acerca da anatomia como destino e ironiza uma entrevista com Simone de Beauvoir, na qual esta reafirma sua célebre reflexão de que "A mulher não nasce, mas se torna mulher. Nenhum fator biológico, psicológico, ou econômico, determina o papel desempenhado pela fêmea na sociedade, é a civilização, como um todo, que produz essa criatura, intermediária entre o macho e o eunuco, chamada feminina". Tal citação serve de motivo para chacotas sobre a genialidade da referida intelectual, alegando Francis ter entendido Freud, apesar da sua concisão, o que não lhe ocorre quanto a Simone, pois considera que "há uma certa diferença entre homem e mulher, determinada por características independentes do que ela chama civilização". A

29 Entrevista com Adalgisa Néri. *O Pasquim*. R.J.,11 a 17/03/71. nº 88, p14 e 15.

não ser que tenha passado seus quarenta anos vendo miragens, "enxergando coisas que os homens têm e as mulheres não e vice-versa"30.

Na verdade, a ignorância tão difundida com relação às mulheres, apresenta-se, igualmente, num intelectual de elevada erudição como Francis. Ou seja, no momento em foco, ele acreditava na estrita relação entre biologia e características masculinas/femininas, ignorando as discussões que se iniciavam com vista a quebrar os laços entre elas. Nesse momento, década de 1970, buscava-se acentuar as dimensões sócio-culturais das identidades sexuais, a fim de demonstrar que o gênero não era o efeito necessário do sexo. Observa-se que não apenas Francis, como os demais personagens focalizados, desconheciam ter dominado no pensamento filosófico e médico, até fins do século XVIII, segundo uns e fins do XVI, segundo outros, a concepção acerca de semelhanças estruturais entre o corpo feminino e o masculino, ou seja, a unicidade dos sexos. Acreditava-se na homologia dos órgãos genitais, cuja diferença pensava-se residir apenas em estar oculto nas mulheres o que nos homens era aparente. O que não significava, porém, que a indiferenciação sexual na ordem natural implicasse em igualdade na ordem social. "Um sexo, portanto, mas dois gêneros assimétricos", como bem resume Colette St. Hilaire (HILAIRE, 200:89). O reconhecimento das diferenças entre o corpo masculino e feminino, reconhecendo a especificidade do corpo feminino, deu lugar, porém, à redução das mulheres a sua função reprodutora, propiciando novas mazelas, de cuja crença eram tributários, também, os intelectuais acima focalizados. Agora, as novas diferenças reconhecidas nos genitais reforçavam a "certeza" no caráter natural das ocupações diversas de cada sexo: esfera privada para as mulheres e pública para os homens. O corpo feminino é utilizado para negar toda possibilidade de comparação entre homens e mulheres, em termos de um critério comum de cidadania (LAQUEUR, 1990:38).

Outra questão merecedora de farpas, de certa forma, vinculada ao debatido acima, acerca da redução das mulheres ao útero, dizia respeito à problemática da inteligência feminina, algo que aparece com frequência no jornal em foco. Assim, o próprio Francis revela de forma zombeteira uma descoberta, termo com que intitula sua matéria:

> Sou candidato ao Nobel de biologia, este ano. É que descobri uma moça de 28 anos, bonita, normal, inteligente e que trabalha. E sabem o que mais? É virgem. (FRANCIS, 1973). 31

Ainda, o mesmo articulista, disse da líder feminista Betty Friedan achá-la tão inteligente que nem parecia mulher (...) (Já Simone de Beauvoir parece mulher)32.

Um recurso muito utilizado pelos componentes de *O Pasquim* era o das entrevistas, via de regra, com personagens do meio artístico e intelectual que, devidamente provocados, reiteravam as falas misóginas habituais naquele jornal. Erasmo Carlos, em sua entrevista afirmava não lhe agradar "mulher

---

30 Paulo Francis. "Entre a bronca e o buraco". *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 29 de julho a 04 de agosto de 197. p.30.
31 Paulo Francis. "Descoberta". O Pasquim. R.J., 31/07 a 06/08/73. Nº 213. p.23.
32 Paulo Francis. "Francis X Friedan". *O Pasquim*. R.J., 22 a 28/4/71, nº 94.

que tem a mania de ensinar a gente". Para ele, "a mulher inteligente se finge de burra para que o homem sinta aquela superioridade natural". Completava enfatizando que toda mulher devia estudar um pouco, embora não houvesse "necessidade da mulher ir pra faculdade se não vai exercer profissão, inclusive, o que é muito importante, ela não ocuparia vaga dos que precisam". Aproveitava para argumentar que

> A prova de que a mulher é inferior ao homem é que pra guerra é o homem que vai. Os grandes médicos, os políticos, jogador de futebol, tudo é homem. Quando a mulher está no escuro e ouve um barulhinho, ela pede pra ser abraçada. Se joga pro homem.

E, para finalizar, "a mulher não possui o homem ela é possuída, então ela é inferior", no que articulava duas das supostas características femininas: passividade sexual e menor inteligência, comprovação de sua inferioridade33.

Entrevistas desse teor eram estimuladas por nossos libertários e num rumo similar ocorre aquela com Jorge Ben; o qual inquirido por Millôr Fernandes se achava que as mulheres deveriam ter exatamente os mesmos direitos dos homens emite um parecer, no qual referendava o senso comum. Contribuía, de forma pouco polida, aliás, para "torpedear" uma das mais significativas demandas feministas, relativa ao caráter político presente nas relações pessoais, íntimas, caracterizadas pela desigualdade, às quais eram justificadas em nome da natureza diversa de mulheres e homens.

> As mulheres não podem ter os mesmos direitos que os homens. É essencial que permaneçam mais ou menos no estágio em que estão. É a mulher, por exemplo, que tem de ser côrno; o homem, não. É claro. Acabou aquela onda de que a mulher era a rainha da beleza e o homem rei dos animais. O homem é o homem e a mulher tem de ser a mulher dele. É impossível o homem ser fiel, nessa época atual. Fora de brincadeira: é uma beleza, não é? Agora é claro que a mulher tem de ser fiel. Você sabe, a mulher não gosta de homem certinho, não.

Do mesmo padrão era a entrevista com o cantor Waldick Soriano que perguntado sobre a lenda de que em cada cidade tinha um filho, respondia:

> Minha filha, eu sou homem. Sou homem! E uma coisa muito bacana eu vou dizer agora: nenhuma esposa deve pensar que o marido fora de casa vai ser fiel a ela, entendeu? O homem tem sempre necessidade de procurar outra mulher, entende? E se a outra fica grávida, o homem não é culpado, entende? Nós somos assim: um servindo ao outro.
> *(Faz que não nota os sinais aflitos do advogado)34.*

Por outro lado, Ruy Castro invectivava contra Raquel Welch, alegando que ela fazia parte

> daquele time de mulheres que ainda não tiveram tempo de emancipar-se, porque

33 "Entrevista com Erasmo". *O Pasquim.* RJ, 01/01/70. nº 28. p. 10.
34 "Entrevista com Waldick Soriano". *O Pasquim.* RJ, 20 a 26/06/72.Nº 155. p.7.

> passam o tempo todo falando em emancipação e pregando contra a tendência masculina a transformar a mulher em "objeto". E como só as mulheres feias tinham motivos para não se transformarem em "objetos", ficava a dúvida: os médicos que desenharam as tetas de Raquel esqueceram-se de desenhar – lhe um Q.I. acima de zero35.

No que investia contra a sua capacidade intelectual, inclusive, por ela ter se recusado "a dar para os produtores, tendo ficado mortalmente chocada quando um astro de TV (seu ídolo de infância) passou – lhe uma violenta cantada". Assim, as mulheres em *O Pasquim* ficavam à mercê dos misóginos de plantão que sob o rótulo do "humorismo" terminavam por ridicularizar as atitudes de mulheres que buscavam demarcar seus direitos. Aqueles, na verdade, com essas atitudes visavam reconstruir os estereótipos da subordinação e domesticidade feminina. Ainda, com relação à inteligência feminina, Flávio Moreira da Costa, numa crônica em que afirma ser feminista, embora estas se recusem a lhe conceder entrevistas por ser homem, relata sua conversa com uma das figuras de proa do movimento no Brasil, não perdendo a ocasião para fazer uma galhofa ("figura de proa" é ótimo, lembra chanchada da Atlântida). A referida feminista que ele não nomeia teria reconhecido "que escrevia mal, porque não se considerava "simplesmente" uma escritora. "Sou uma pensadora" - me dizia, espremendo os olhos atrás das lentes grossas". E o tom mordaz continuava: "Era uma novidade para mim que achava que pensador no Brasil fosse só o Dr. Corção e o Nelson Barbante, que viveu lá no Céu da Boca, perto do Buraco Quente, em Mangueira"36.

Em que pese o reiterado posicionamento contrário ao autoritarismo no âmbito da política institucional e de crítica dos costumes, afirmando sua oposição ao moralismo hipócrita dos segmentos médios, com relação às minorias, particularmente, às mulheres que ousavam propor mudanças nas relações de gêneros, era implacável a mordacidade da maioria dos membros desse jornal.

Líder do movimento norte-americano National Organization of Women (Organização Nacional de Mulheres), em 1971, Betty Friedan veio ao Brasil a convite da Editora Vozes, para o lançamento de seu livro *A Mística Feminina,* lançado nos Estados Unidos, em 1963. Nele, denuncia os males para as mulheres americanas do forte movimento, após a segunda guerra mundial, através de diversos veículos, como o cinema, a publicidade e até os consultórios de muitos psicanalistas, para que estas abandonassem seu trabalho e regressassem aos seus lares. Estas, que durante a guerra foram conclamadas a suprir a demanda de mão de obra, diante da convocação dos homens, eram agora estimuladas a transformar-se em prisioneiras de "um confortável campo de concentração", ou seja, ao cuidado exclusivo da casa, dos filhos e do marido. Friedan reivindica o reconhecimento das potencialidades femininas e a ampliação do campo de atuação das mulheres, devendo estas assumir ocupações, responsabilidades sociais e participação na vida política e econômica em igualdade de

35 Ruy Castro. "Raquel é homem". *O Pasquim*. RJ, 22 - 28/01/1970. p. 10 nº 31.
36 "Como e porque sou e não sou feminista". *O Pasquim*. R.J, 4 a 10 /07/75. Nº 314. p.14.

condições com os homens, não se restringindo a meras consumidoras de produtos industrializados. Igualmente, lhes caberia possuir poder de decisão, sobre seu próprio corpo e sobre seu futuro, especialmente no que diz respeito à maternidade, a qual não deveria ser encarada como um ônus, um pesado fardo a ser carregado pelas mulheres, mas como uma opção. Por outro lado, sua oposição também se estende à associação da mulher com a imagem de símbolo sexual, utilizada como instrumento nas propagandas, para divulgar produtos e auxiliar as vendas, e para a concepção da mulher como uma mercadoria, exposta em revistas como a americana Playboy37. Tais transformações beneficiariam homens e mulheres que atuariam como companheiros, ultrapassando-se a rígida divisão de tarefas que atribui à mulher as atividades domésticas e o cuidado com as crianças, e ao homem o sustento da família, fazendo com que ambos compartilhassem os problemas, as alegrias, as responsabilidades e as ocupações38.

Foi exemplar a entrevista com a feminista realizada pelo *O Pasquim,* e os desdobramentos provocados por sua suposta feiura... Ante a afirmação de Paulo Francis, acerca do excessivo individualismo e da preocupação obsessiva de certas feministas americanas com problemas sexuais, Friedan sustenta uma posição contrária a respeito, acentuando a preocupação do feminismo, não apenas com as questões específicas das mulheres. Ressalta sua estreita vinculação com os movimentos políticos de oposição ao domínio norte-americano sobre os demais povos, como com as lutas dos negros pelos seus direitos que ocorriam no momento nos Estados Unidos:

> Minha definição da mulher, primeiro como uma pessoa, significa que eu devo me sentir responsável, como americana, e preocupada, como americana, com a repressão tanto dentro de meu próprio país como fora, no Camboja, Vietnam, etc, no sentido que esse país, o meu, está se tornando um poder do mal no mundo. Eu devo ter uma voz, não só no que afeta meu corpo como o aborto, etc., mas também no que diz respeito à guerra ou à paz, o problema das cidades, a opressão dos negros – pois todos esses problemas estão relacionados. Mas se eu não tiver essa voz? Como tantas mulheres que não se libertaram. Então, a energia, a raiva irão alimentar e ser usadas pelos fascistas.

Destaque-se a sua lucidez em mostrar a correlação existente entre as mulheres que permanecem alheias à problemática do contexto em que vivem e o seu apoio à direita. Fato que lhe faz merecer elogios de Paulo Francis, que lembra a célebre marcha de mulheres, que tomaram as ruas do país, apoiando o golpe militar de 1964: "As nossas malamadas que o digam. Lembram-se delas? Marchando, marchando, marchando, como sonâmbulas"39.

Ainda em sua entrevista, frente à provocação de Millôr Fernandes de que o movimento das mulheres não teria um objetivo, Friedan replica, afirmando ser o feminismo parte integrante da

---

37 "Betty Friedan está aqui, e o homem corre perigo". *Diário da Noite,* sexta-feira, 16 de Abril de 1971, Edição Matutina, 1º Caderno, pág. 10.

38 "Betty Friedan: nós não estamos contra os homens". *Correio da Manhã,* quarta-feira, 14 de Abril de 1971, 1º Caderno, pág. 5. / "Betty Friedan: a mulher no poder". *Correio da Manhã,* quarta-feira, 14 de Abril de 1971, Caderno Anexo, pág. 1; Flávia Copio Esteves. *A visita de Betty Friedan ao Brasil: Anos de Contestação e Movimento Feminista.* Mimeo.

39 Paulo Francis. "Francis X Friedan". *O Pasquim.* R.J., 22 a 28/4/71, nº 94.

contracultura, reiterando sua vinculação com o todo e representando a libertação de mulheres e homens:

> O movimento da mulher é apenas uma parte do todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo. É uma parte integrante da contracultura. Em várias faculdades e uma universidade de absoluta maioria masculina em Berkeley, em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher mas também do homem.40.

Mas, o que ela falou não ecoou positivamente para o célebre entrevistador, já que o próprio Millor, posteriormente, em fevereiro de 1972, frisa: "o orgulho de ser considerado porco chauvinista, já que quem assim o julgou foi Betty Friedan em pessoa, e ela em pessoa é muito mal apessoada.

Mais uma vez, execra-se uma mulher, diante do maior defeito que poderia apresentar – e que defeito poderia ser pior que a feiura física, questiona criticamente Parturier? Esta é a própria prova do erro, do desvio, da monstruosidade41.

Apesar da seriedade dos argumentos das feministas, estas continuaram como alvo de chacotas, esperando-se que não reagissem, ou o fizessem com *savoir faire*, como se depreende da observação de Paulo Francis, lembrando Betty Friedan:

> Betty não sabe o que é humor. Confunde o dito com "piada". Humor é uma realidade crítica, e não uma chalaça. (...). E humor, Betty, é ainda uma forma de sanidade mental. Pobre da cultura, do movimento que não sabe rir de si próprio. This way lies the firing squad42.

Francis parece, também, querer que se interprete tais formas burlescas de apresentar as mulheres empenhadas na luta por direitos, como algo sem maiores consequências visando apenas divertir o público leitor. Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isto, porque a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem em voga, acerca das feministas como masculinizadas, pesadas como elefantes, perigosas, feias, bruxas... Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente re-atualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo. Evidencia-se que algo aparentemente inofensivo como a zombaria, o deboche configura-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do *status quo,* através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade.

---

40 "Betty Friedan". O Pasquim. RJ, nº 94, In *As Grandes Entrevistas do Pasquim.* (2ª edição). RJ, Ed. Codecri, 1976.
41 Françoise Parturier In Daumier, s/d,.*20*.
42 Francis X Friedan. *O Pasquim. R.J.*, 22 a 28/4/71 p.7 nº 94.

Referências bibliográficas

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo*. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

CHARTIER, R. "Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica)" in *Cadernos Pagu* (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

COSTA, Suely Gomes. "Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva" Estudos Feministas. V.10, n.2/2002. Florianópolis, UFSC. CFCH, CCE, 2003.

PRADO, Rosane Manhães. "Um ideal de mulher. Estudo dos romances de M. Delly" In: Perspectivas Antropológicas da Mulher v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HILAIRE, Collete St. "A dissolução das fronteiras do sexo" IN SWAIN Tania Navarro (ORG.). *Feminismos*: Teorias e Perspectivas. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, vol. 8, n. 1/ 2. Brasília: UnB, 2000.

LAQUEUR, Thomas. *La fabrique du sexe*. Essai sur le corps et le genre en Occident. Paris, Gallimard, 1990.

PRADO, Rosane Manhães. "Um ideal de mulher. Estudo dos romances de M. Delly" In: *Perspectivas An-tropológicas da Mulher* v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOIHET, R. *Condição Feminina e Formas de Violência*. Mulheres Pobres e Ordem Urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

_____. "Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Re-presentações Femininas" In: *Estudos Fe-ministas*. v. 5, n. 1/97. RJ, 1997.

VARIKAS, Eleni. "O pessoal é político": desventuras de uma promessa subversiva" TEMPO. Revista do Departamento de História da UFF. Vol.2 – no 3. Rio de Janeiro: Relume Dumará, junho 1997.

WHITE, H. "Teoria literária e escrita da história" Estudos Históricos 13. Rio de Janeiro, vol.7, n.13: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

WOOLF, Virginia. Um teto todo seu. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985.

3.2 "É COR DE ROSA CHOQUE".

A história do rock brasileiro não é feita majoritariamente por homens

Aline Rochedo[1]

O rock chega ao Brasil pela voz dela

Em novembro de 2014, ao apresentar a comunicação que deu origem a este artigo no seminário em comemoração aos 20 anos do NEC-UFF (Núcleo de Estudos Contemporâneos em História da Universidade Federal Fluminense), fiquei surpresa com a reação do público ao relatar que o rock, no Brasil, ficou conhecido pela voz de uma mulher. Como aconteceu em seu país de origem, os Estados Unidos, o rock foi difundido no cenário musical brasileiro via telas de cinema, através do filme "The Blackboard Jungle" (1955). O filme ficou conhecido como "Sementes da Violência" e obteve tanta repercussão, que reuniu adeptos e versões variadas para a trilha sonora. A primeira delas interpretada por Nora Ney, uma versão da música "Rock Around the Clock", sucesso do conjunto Bill Harley e seus Cometas também por conta da divulgação. É interessante dizer que a canção de Bill Haley atingiu notoriedade nos EUA, apenas após sua inclusão na abertura do filme. Não tratou propriamente de uma trilha sonora, mas uma abertura com cenas selecionadas tendo a canção como fundo musical.

Como narrava, Nora Ney, cantora de jazz e samba-canção, acompanhada do Sexteto Continental, gravou 'Rock Around The Clock', em inglês, o primeiro registro de um rock gravado no Brasil em 24 de outubro de 1955. Em um momento particularmente favorável de sua carreira, recebeu inúmeros convites para gravar canções que prometiam estar ligadas à nova onda musical que chegava ao Brasil: o rock. A cantora gravou, em 1955, pela gravadora Continental, a música no período já era um sucesso do conjunto Bill Harley e seus Cometas. A canção foi gravada na letra original, mas o título foi transformado em "Rondas da hora". Nora Ney, que possuía uma voz expressiva e grave foi convocada pela gravadora devido a dois motivos: a versão brasileira da música não foi aprovada e ela era a única que sabia cantar em Inglês.

> One, two, three o'clock, four o'clock rock,/Five, six, seven o'clock, eight o'clock rock./Nine, ten, eleven o'clock, twelve o'clock rock,/We're gonna rock around the clock tonight./Put your glad rags on and join me hon',/We'll have some fun when the clock strikes one./We're gonna rock around the clock tonight,/We're gonna rock, rock, rock, 'till broad daylight,/We're gonna

---

1 Historiadora e poetisa. Doutoranda em História Cultural pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Analisa os gêneros musicais de origem negra no continente americano, com ênfase no rock como música brasileira dos anos 1980, no âmbito da política, economia e sociedade, tendo a história das mulheres e das juventudes como norteadores. Autora do livro "Derrubando Reis" A Juventude Urbana e o Rock Brasileiro dos anos 1980, Multifoco, 2014. Coautora do livro "Visões do Mundo Contemporâneo", São Paulo, 2013 e do livro "Não foi tempo perdido" os anos 80 em Debate. UFF, Editora 7 Letras, 2015. Atua nas áreas de História, Cultura e Comunicação. E-mail: alinerochedo@outlook.com

> rock we're gonna rock around the clock tonight./When the clock strikes two, three and four,/If the band slows down we'll yell for more./When the chimes ring five, six, and seven,/We'll be right in seventh heaven./When it's eight, nine, ten, eleven too,/I'll be goin' strong and so will you./When the clock strikes twelve we'll cool off then,/Start rockin' 'round the clock again.2

Ainda em 1955, no Brasil, tais canções eram disputadas como artigos valiosos. Outras gravadoras ficaram extremamente interessadas no novo gênero musical que despontava no Brasil por conta do sucesso de "Rock around the Clock". Em dezembro do mesmo ano, a gravadora "Odeon" (atual EMI) lançou uma versão em português do sucesso, de autoria de Júlio Nagib, chamado "Ronda das Horas", que foi gravada por outra mulher, Heleninha Silveira, cuja carreira, até o momento, tenho poucas informações. A Columbia, atual gravadora Sony Music, também investiu no gênero rock, produzindo outra versão, com o acordeonista Frontera, também lançada em dezembro. As duas gravações não tiveram repercussão, porque a juventude se identificou mais com a versão próxima do original que conheceram via cinema, interpretada por Nora Ney.

Os primórdios do rock brasileiro remontam também à Celly Campello, uma jovem criada no interior de São Paulo, que teve trajetória meteórica, ao lado de seu irmão Tony Campello. Celly ficou conhecida ao gravar seu primeiro LP, aos quinze anos, e manteve um programa de rádio no qual cantava desde os doze. Tornou-se conhecida nas grandes cidades brasileiras, no final dos anos 1950, ao gravar versões de rocks americanos, como "Banho de lua", de 1958, e "Estúpido Cupido", de 1959 (ROCHEDO, 2014, p.22). O profissionalismo, no entanto, não dispensava as mulheres das obrigações sociais como também não minimizou as cobranças coletivas. Celly Campello é um exemplo desta pressão social, ao abandonar o rock para se dedicar ao casamento.

O primeiro grande sucesso de Celly Campelo foi a versão da canção "Stupid Cupid", de Neil Sedaka e Howard Greenfield . No período, Neil Sedaka, fez grande sucesso com a canção, gravada também por Patsy Cline, Connie Francis, Wanda Jackson, Teresa Brewer dentre outras cantoras. Apesar de ser da autoria de homem, a canção retratava o universo da mulher, mostrando a relação de rompimento com o amor idealizado, romantizado, no qual a mulher era sempre a figura passiva frente ao posicionamento do homem. A versão brasileira não conseguiu ser fiel ao conteúdo original, mas chegou próximo. A música "Estúpido Cupido" fez tanto sucesso que uma parcela significativa de pessoas creditam à Celly Campello às primeiras versões do rock no Brasil. Isso se comprova pelo título

---

2 Uma, duas, três, quatro horas de rock,/Cinco, seis, sete horas, oito horas de rock./Nove, dez, onze horas, doze horas de rock,/Nós vamos dançar rock pelas horas hoje à noite./Ponha seus trapos alegres e aproveite comigo,/Teremos diversão quando o relógio bater uma./Nós vamos dançar rock pelas horas hoje à noite,/Nós vamos dançar rock, rock, rock, até amanhecer,/Nós vamos dançar rock, nós vamos dançar rock pelas horas hoje à noite./Quando o relógio bater duas, três e quatro,/Se a banda diminuir vamos gritar por mais./Quando o alarme tocar cinco, seis e sete,/Nós estaremos no sétimo céu./Quando for oito, nove, dez, onze também,/Estarei forte e você também./ Quando o relógio bater doze nós nos acalmaremos então,/Começaremos a dançar o rock pelas horas de novo. (Tradução nossa)

de "Rainha do Rock" (o rei era Sergio Murillo) recebido em 1962 pela Revista do Rock, número 19º:

> Oh! oh! Cupido!/Vê se deixa em paz/(Oh! oh! Cupido!)/Meu coração que já não pode amar/(Oh! oh! Cupido!)/Eu amei há muito tempo atrás/(Oh! Oh, Cupido!)/Já cansei de tanto soluçar/(Oh! Oh, Cupido!)/Hey, hey, é o fim/Oh, oh, cupido!/Vá longe de mim/(Oh! Oh, Cupido!)

No auge do sucesso, Celly decidiu encerrar a carreira para se casar e se despediu dos discos com outro sucesso, a canção "Canário", em dueto com o irmão Tony Campello. A canção, uma versão de Fred Jorge para "Yellow Bird", de Norman Lubolf, Marilyn Keith e Alan Bergman, marcou em 1962 a despedida da primeira rainha do rock brasileiro.

Pouco depois da passagem de Celly Campello, na primeira metade dos anos 1960, surge o fenômeno da Jovem Guarda, nome derivado de um programa de TV dominical, que divulgava os artistas jovens. Celly chegou a ser convidada para apresentar o Jovem Guarda com Roberto Carlos, mas manteve-se firme com a ideia de se dedicar ao matrimônio.

A linguagem própria, que foi chamada de "iê-iê-iê", atingiu repercussão entre a juventude, e se fez por meio de seu lançamento no programa de música jovem de mesmo nome, "Jovem Guarda", exibido pela Rede Record, entre 1965 e 1968. O programa, nas tardes de domingo, era apresentado pelo trio Erasmo Carlos, Roberto Carlos e Wanderléa, a "Ternurinha" como era chamada. Wanderléia chocava o público conservador ao se apresentar vestida com roupas ousadas, minissaias e ainda sendo a suposta namorada de Roberto e Erasmo. A cantora Wanderléia lembra que,

> Foram lançados uma série de produtos em expansão no *marketing* dentro da Jovem Guarda: revistinhas, roupas, papel de carta (...). Foi grande o momento de expansão da moda jovem no país porque o que antecedeu a nós era uma roupa criada pelos pais, era a mãe quem escolhia aquilo que o jovem iria usar. Eu me senti muito envolvida com a coisa de criar e projetar moda de uma maneira muito espontânea.3

Eram muitos os conflitos que as mulheres do período enfrentavam por estarem quebrando os "tabus" de uma sociedade conservadora e ao inserirem-se no meio artístico. Além das questões sociais, no auge da fama, Wanderléia ainda precisou lidar com questões de cunho pessoal como o choque de ver seu noivo, José Ricardo, ficar paraplégico. Ao recordar sobre a relação de parceria com Roberto e Erasmo Carlos no programa dominical dos anos 1960, a artista declara que,

> Eles eram machistas e ainda são! Como todo homem brasileiro, né? Por mais que as coisas mudem e eles sejam descolados, você pega umas coisas machistas neles. Na época da jovem

3 "Documentário: 40 Anos de Rock Brasil- Jovem Guarda" (Wanderléa). J.C. Marinho: Brasil. Emi Music. 2009. 2 filmes (229 min.)

> guarda, o Erasmo adorava as minhas roupas modernas, dizia até que queria uma namorada que se vestisse daquele jeito. Já o Roberto ficava muito preocupado com o tamanho do meu decote. Quando eu namorava o filho do Chacrinha [Zé Renato, com quem ficou por sete anos], ele também ficava preocupado com o meu decote. Era uma coisa de pensar: "Ah, não vai ficar bem". Mas não vai ficar bem de acordo com a cabeça deles, né? Porque todo mundo adorava.4

Dentre as músicas interpretadas por Wanderléia, "Pare o casamento" uma versão da canção "Stop The Wedding", lançado em 1963, de Fred Johnson, Leroy Kirkland e Pearl Woods, interpretado pela cantora estadunidense Etta James. A versão brasileira atingiu tanto sucesso que recebeu várias regravações em períodos posteriores aos anos 1960. Neste caso, a tradução é fiel à letra original, mas o ritmo da música é alterado na versão brasileira, que ao invés de manter o blues, investe na aceleração rítmica própria do rock.

Ainda na década de 1960, outra mulher surgia no cenário do rock brasileiro, Rita Lee Jones Carvalho, a Rita Lee. Influenciada pelos Beatles, no início de 1964, durante um dos shows no Teatro João Caetano, com a participação de conjuntos de vários colégios, Rita Lee formou seu primeiro grupo musical, formado apenas por mulheres e conheceu os colegas que futuramente seriam seus companheiros de profissão Arnaldo e Sérgio Baptista.

> Em 1962, com catorze anos, Rita formou com três meninas do Liceu Pasteur um conjunto vocal, o "Teen Ager Sisters" (na verdade, "Teenage Singers"), que só cantava música folclórica americana. Eram todas muito louras como Rita, e por isso os amigos apelidaram o conjunto de "rataria branquela". Duas delas, uma inglesa e outra suíça, voltaram aos seus países um ano depois. Rita ficou sem o conjunto: restara apenas sua colega paulista Sueli, hoje também cantora.5

Em fins de 1966, Arnaldo após várias tentativas com integrantes variados para o grupo, decidiu formar um conjunto de apenas três integrantes, ele, Sérgio e Rita. Os três tocavam instrumentos variados e os três cantavam. Formaram então, com guitarra, baixo, flauta ou pandeiro, um trio sem nome. Era o embrião de Os Mutantes.

Em 15 de outubro de 1966, Os Mutantes fizeram sua primeira apresentação, na noite de estreia do programa, de "O Pequeno Mundo de Ronnie Von", na TV Record. "O Pequeno Mundo de Ronnie Von", de 1966, foi um programa apresentado por Ronnie Von no qual este interpretava um personagem baseado no livro O pequeno príncipe. A partir daí ficou conhecido como "O pequeno príncipe", apelido que o acompanhou durante alguns anos, como uma forma de comparação ao apelido de "rei" dado a Roberto Carlos. A mídia na época tinha criado um clima de rivalidade entre os

---

4 Wanderléia em entrevista a Nina Lemos a o em 12.03.2009/ Revista TPM /Uol)

5 "Documentário: 40 Anos de Rock Brasil- Jovem Guarda" (Wanderléia). J.C. Marinho: Brasil. Emi Music. 2009. 2 filmes (229 min.)

programas dos respectivos cantores. O trio era a grande novidade musical do programa. Causou impacto imediato com a versão para duas guitarras, no qual Rita tocou a segunda, e baixo elétrico. Além de transitar por vários programas da TV Record, o trio também começou a ser convidado a fazer aparições em outras emissoras. (CALADO, 1995: 66)

No período, o destaque para música acorria através dos Festivais da Canção, transmitidos pela TV Record. Com a apresentação do grupo em outubro de 1968, Gilberto Gil e Caetano Veloso perceberam que a atuação dos Mutantes com a canção "Domingo no Parque" não foi a de um conjunto acompanhante de Gil "o trio trazia informações novas, que interferiram diretamente no futuro grupo tropicalista". (CALADO, 1995: 70)

Rita, Arnaldo e Sérgio tinham um jeito diferente de se vestir, de falar e de se comportar. Pareciam jovens ingleses da geração Beatles. Um dos diferenciais em relação aos baianos, que olhavam o universo do rock de fora, os Mutantes passavam a impressão de viverem dentro daquele mundo.

A saída de Os Mutantes, em 1972, exauriu Rita Lee. Ao lado de Arnaldo Baptista, viveu tempos intensos numa relação amorosa, que chegavam ao fim após quatro discos com a banda e dois solos. Segundo a própria Rita Lee, ela teria sido "convidada a deixar" os Mutantes porque não teria habilidades musicais para acompanhar a banda em sua nova direção, rumo ao "Rock Progressivo"6:

> Fui expulsa dos Mutantes. Um comunicado tipo 'você não tem o virtuosismo para instrumentos e não sei o quê, então você está fora'. Foi então a facada no coração da Virgem Maria, ela segurou a pose e falou 'legal'. Pegou os "instrumentinhos" dela e foi embora num Jeep. Na primeira esquina eu desabei, doeu muito, doeu muito. Eu chorei tanto, xinguei tanto. E eis-me aqui achando hoje que foi um presente dos deuses ter sido expulsa dos Mutantes. Eu me mandei e me dei bem, cara![7]

A canção "Luz del Fuego" expressa, em parte, o problema a qual a artista passou. Composta por Rita Lee em 1976, a canção é uma homenagem a Dora Vivacqua uma bailarina, naturista e feminista brasileira que muito ousou com suas ideias para o período e que, por vingança, foi assassinada em 1967 por dois homens. O caso não foi bem esclarecido no período e não se sabe as penalidades impostas aos criminosos. O movimento feminista brasileiro tem respeito e valoriza a história de Luz del Fuego, esta que na década de 1950 já lutava pela liberdade da mulher, sendo muito conhecida por uma frase que dizia: "daqui a 50 anos serei lembrada". Nesta canção, Rita Lee sintetiza a problemática da mulher que ao conquistar seu espaço na sociedade é considerada louca, ou mesmo precisa se declarar como louca "Eu hoje represento a loucura. Mais o que você quiser/Tudo que você vê sair da boca/De uma grande mulher/Porém louca!" Nesse sentido, a "loucura" representa a

---

6 Rock progressivo é uma vertente do rock que surgiu no fim da década de 1960, na Inglaterra. Tornou-se muito popular na década de 1970. A vertente é marcada por composições longas, com harmonia e melodias complexas.

7 Rita Lee em entrevista concedida em outubro de 2006 ao programa Fantástico, da TV Globo
Disponível em whiplash.net/materias/news_906/045460-ritalee.html

coragem que as mulheres enfrentam diariamente para conquistarem espaços que são vinculados aos homens social e historicamente.

Os anos 1980 tem a cor de rosa-choque

A partir dos anos 1980, a grande influência do rock brasileiro vem do movimento "punk", anglo-americano e suas derivações surgidas em meados dos anos 1970, denominadas pós-punk ou "new wave" O movimento exerceu grande influência sobre os jovens da geração de 1980, pois propõe a composição de uma música por acordes simples, sem a necessidade de grandes aparatos e virtuosismo, característicos do rock progressivo. O punk trouxe as questões do cotidiano social em suas letras carregadas de críticas à opressão do capitalismo foi apropriado por muitas mulheres, em especial as operárias. No período, grupos de mulheres no movimento punk e new wave, ganharam destaque, mas ainda sendo lembradas como coadjuvantes.

As mulheres que formam as bandas de rock efetivamente corroboraram para a conquista de seu espaço enquanto artistas, no cotidiano brasileiro, por meios midiáticos, que despontaram em especial na década de 1980. Nesta década, por exemplo, os movimentos feministas embarcam na luta contra a violência às mulheres e pelo princípio de que os gêneros são diferentes, mas não desiguais. Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais.

As reivindicações das mulheres em cada período em que atuaram são percebidas, como o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais das mulheres; o direito universal à educação, saúde, benefícios e contribuições previdenciárias; a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; o reconhecimento do direito das mulheres sobre a gestação, com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção; a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública. Mas essas são apenas algumas questões discutidas nos anos 1980. Concluo a breve comunicação com a canção "Cor de Rosa Choque" composta por Rita Lee, lançada em 1982, um prenúncio do que a década nos traria. Mas esse tema é para o próximo artigo.

> Nas duas faces de Eva
> /A bela e a fera/Um certo sorriso/De quem nada quer.../Sexo frágil/Não foge à luta/E nem só de cama/Vive a mulher.../Por isso não provoque/É Cor de Rosa Choque/Oh! Oh! Oh! Oh! Oh!/Não provoque!/É Cor de Rosa Choque/Não provoque!/É Cor de Rosa Choque/Por isso não provoque/É Cor de Rosa Choque.../Mulher é bicho esquisito/Todo o mês sangra/Um sexto sentido/Maior que a razão/Gata borralheira/Você é princesa/Dondoca é uma espécie/Em extinção.../Por isso não provoque/É Cor de Rosa Choque/Oh! Oh! Oh! Oh!

> Oh!/Não provoque! É Cor de Rosa Choque/Não provoque!/É Cor de Rosa Choque/Por isso não provoque/É Cor de Rosa Choque/Oh! Oh! Oh! Oh! Oh!/Não provoque!/É Cor de Rosa Choque/Não provoque!/É Cor de Rosa Choque/Por isso não provoque!

Algumas considerações

Dirigir-se pelo estudo do papel da mulher roqueira na perspectiva da história contemporânea e compreendê-la em seu tempo e lugar na sociedade é um desafio. Relatar suas experiências, fazendo ouvir as suas vozes, muitas vezes confinadas ao silenciamento e à esfera privada é inserir a participação das mulheres no processo de consolidação do rock, não apenas como coadjuvantes. Neste papel, a dignidade, a força, a coragem e os valores marcados pela pluralidade específica, faz-nos reconhecer sua trajetória diferente da experiência do homem. Trata-se, neste contexto, de uma relação de poder, conflituoso para elas e favorável para eles.

BIBLIOGRAFIA

BURNS, Mila. *Nasci para sonhar e cantar*: Gênero, projeto e mediação na trajetória de Dona Ivone Lara. Record**:** Rio de Janeiro, 2009.

CALADO, Carlos. *A Divina Comédia dos Mutantes*. São Paulo: Editora 34,1995.

CHACON, Paulo**.** *O que é Rock***.** São Paulo: Nova Cultural, Brasiliense, 1983.

CORRÊA, Tupã G. *Rock, nos Passos da M*oda. Mídia: Consumo X Mercado**.** Campinas, Papirus, 1989.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and Roll: Uma História Social*. Tradução de A. Costa. 4º ed, RJ: Record, 2006.

HOBSBAWN. Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

MULLER, Elaine. "Juventude e algumas questões e relações de gênero", *Mneme,* V. 05., N. 11, Rio Grande do Norte, 2004, p.214-244.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.) *História dos jovens*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

PUJOL, Sergio. *Rock y Dictadura. Crónica de uma generación***.** Ed. Booket. Argentina, 2007.

ROCHEDO, Aline. *Derrubando Reis, A juventude urbana e o rock brasileiro nos anos 1980*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco. 2014.

_____. *História e juventudes no século XX*. Editora L.P Books. São Paulo. 2013.

*SALAS. Fabio. El grito del amor- Una actualizada historia temática del rock***.** Chile: Ed. Coleccion entre Mares, 1998.

SHAPIRO, Harry. *História del rock y las drogas*. Barcelona: Ed. Robinbook, 2006.

FONTES:

A) Imagens em movimento:

DVD Documentário: 40 ANOS DE ROCK BRASIL - JOVEM GUARDA. Direção: J.C. Marinho: Brasil. Emi Music. 2009. 2 filmes (229 min.)

DVD Documentário: THE HISTORY OF ROCK 'N' ROLL. Direção: David R. Axerold: EUA. Wonner Bros Vídeo Filmes, 1995. 5 filmes (121 min. cada)

B) Discografia

Ruth Brown, Mama He Treats Your Daughter Mean, Gravação 1955.

Nora Ney "Rock around the clock", Gravadora Continental, 1955.

Celly Campello, 78 RPM n.º 14.434 de 03/1959 - The Secret / Estúpido Cupido, Gravadora Odeon, 1958.

Rita Lee, álbum "Fruto Proibido", Gravadora Estúdio Eldorado, 1975.

_____. "Rita Lee e Roberto de Carvalho", Gravadora Estúdio SIGLA, 1982.

3.3 REIVINDICAÇÃO, CONTROLE, COOPTAÇÃO E LAZER: O ESPORTE EM ANGOLA (1950-1960)

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt*

I – O terreno historiográfico

A ideia de estudar o esporte no cenário colonial está associada a novas perspectivas de análise quanto ao estudo do colonialismo. Trabalhos recentes, partindo de pesquisas que priorizam as múltiplas experiências africanas e os embates localizados, em interseção com projetos, práticas e espaços implementados pelos colonizadores, têm apresentado novas questões e também resultados (COOPER, 2008: 21-73).

O novo foco de observação busca um maior distanciamento em relação às molduras metropolitanas, que favorecem uma perspectiva imperial, problematizando a ideia generalizante da existência de colonialismos nacionalistas, de tipo inglês, francês, belga ou português. Tal postura escapa também de uma associação, por vezes imediata, entre regime político europeu e forma de colonização na África. Da mesma maneira, foge ainda a uma sobreposição automática entre as expectativas e as orientações políticas e legislativas elaboradas pelas metrópoles para o domínio das colônias e a complexidade do cotidiano colonial africano (LAWRENCE, OSBORN e ROBERTS, 2006).

Evidentemente, os estudos acerca das diferentes legislações coloniais continuam tendo importância para o entendimento do aparato de controle mobilizado pelo exercício imperial dos países europeus envolvidos nessa experiência, mas os usos e abusos dessas leis, normas e políticas pelos africanos ganham novos contornos quando nossa lente se desloca do palco metropolitano para as vidas africanas (THOMAZ, 2012).

O estudo das práticas esportivas, e em especial o futebol, dado o seu elevado grau de aceitabilidade e popularidade, possibilita um frutífero diálogo com essa nova produção, ao questionar os enquadramentos congelantes no que diz respeito às análises sobre os atores coloniais e que, invariavelmente, acabam por derivar para oposições binárias "perfeitas" do tipo colonizador x colonizado. Postura até certo ponto confortável, no seu aspecto político, mas empobrecedora na sua homogeneização quanto aos projetos, aos desejos e as práticas que tanto a categoria colonizador quanto a colonizado encobrem (COOPER, 1996).

Especificamente no caso angolano, o estudo do esporte promove ainda um deslocamento da

* * Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

concentração existente na historiografia em relação aos trabalhos sobre os movimentos de libertação, seus conflitos internos, as lutas no campo nacionalista e seus embates com as forças militares portuguesas, para os angolanos que não ingressaram explicitamente nessas formações políticas e militares (MAMDANI, 19998). Passam a ganhar destaque, portanto, os angolanos mais jovens e próximos aos centros urbanos, alvos da propaganda e contrapropaganda dos movimentos de libertação e das autoridades portuguesas, mas cientes da luta de libertação que estava sendo travada nas fronteiras da colônia (MOORMAN, 2008).

O que se pretende nesse texto é realçar o quanto a prática esportiva se africanizou e passou a refletir desejos e aspirações de diferentes atores sociais. Como afirmado anteriormente, nos interessa também demonstrar, através da pesquisa que temos realizado sobre o esporte em Angola, o quanto as práticas esportivas possibilitam novas perspectivas, novos olhares acerca do colonialismo. Surge, dessa forma, um colonialismo muito mais nuançado, racista, mas com forte presença do discurso lusotropicalista, hierarquizante, mas capaz de valorizar as coisas da terra e, sobretudo, comportando projetos divergentes sobre o que e como deveria ser a colônia.

Importa ainda salientar a necessária observação das diversas alterações registradas na sociedade colonial no pós-Segunda Guerra. É fundamental referir que o avanço da economia angolana nos anos 1950 repercute no esporte e na vivência colonial. Crescimento baseado, numa primeira fase, sobretudo na exploração e exportação do café, mas que a partir do final dos anos 1960 passa a ser impulsionado pelo petróleo. Tal crescimento provoca mudanças nas cidades angolanas, que passam a comportar um número cada vez maior de habitantes negros, mestiços e brancos, bem como a abrigar novas atrações culturais e esportivas, implicando em novas tensões e ambiguidades.

Vale ainda lembrar que olhar para o esporte permite escapar a uma perspectiva rígida quanto ao campo do político, que tende a privilegiar as ações dos movimentos de libertação angolanos, desvalorizando a análise de outras ações e confrontos, também de ordem política, como é o caso do que temos chamado de luta dentro dos marcos da legalidade colonial. Uma luta pela igualdade de direitos, pautada em grande medida pelo discurso de valorização da civilização e da cidadania portuguesas, que foi implementada por angolanos, sobretudo nos centros urbanos, e que buscava combater os privilégios da situação colonial (BITTENCOURT, 2010: 114-5).

Nosso principal campo de observação será a cidade de Luanda, na sua última fase colonial, após a Segunda Grande Guerra, com maior destaque para o período que se inicia com a luta de libertação, em 1961, quando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)[1] passaram a enfrentar as forças militares coloniais portuguesas, ainda que também conhecessem embates violentos entre eles, os próprios movimentos de libertação (MABEKO

1 De fato, a FNLA surgiu em 1962, após a aliança da União das Populações de Angola (UPA) com o Partido Democrático de Angola (PDA).

TALI, 2002: 76-8).

II – Quadras, campos de terra e espaços de reivindicação política.

Luanda começou, ainda em finais do século XIX, a presenciar as primeiras atividades esportivas. A cobertura dessas apresentações e competições aparece na imprensa da época como mais um símbolo da "civilização" e da "modernidade" que as elites nativas e os poucos colonos ali residentes envergavam. Negros e mestiços que dominavam a língua portuguesa e ocupavam cargos administrativos na estrutura colonial, os autodenominados filhos da terra, acreditavam ser possível garantir uma posição destacada para eles nos novos tempos que se avizinhavam. De fato, os clubes e as associações ainda guardavam tal proximidade entre nascidos na metrópole e nascidos na colônia. No entanto, a virada do século e, em especial, as duas primeiras décadas seguintes, evidenciaram o distanciamento desses segmentos. As práticas esportivas, como as regatas, o atletismo e o futebol, passaram a ser organizadas e disputadas como mecanismo de distinção por parte dos colonos e estratégia de reconhecimento por parte das elites nativas (MARZANO, 2010: 71-99).

Esse cenário de distanciamento se mantém até o final dos anos 1940. Em 1951, a revisão constitucional determinaria, entre outras coisas, a mudança do nome das colônias africanas de Portugal[2]. Elas passam a se chamar Províncias Ultramarinas, numa tentativa do regime salazarista de informar que o espirito colonial português era diferente dos demais impérios europeus (NETO, 1997: 327-359). Essa reivindicação, relativa ao caráter excepcional da sua colonização, evidenciava o quanto o regime português estava entrelaçado à ideia e à vida imperial (CABAÇO, 2009: 160).

É o período da valorização da figura de Gilberto Freyre. Suas ideias quanto à plasticidade portuguesa e sua capacidade de miscigenação, que tinham sido recebidas criticamente em Portugal nos anos 1930, quando da publicação de Casa Grande e Senzala, seriam retomadas nessa nova conjuntura do pós-Guerra. A descolonização já anunciava as primeiras vitórias asiáticas face aos impérios europeus e Portugal passava a apostar na "cientificidade" do sociólogo pernambucano para reforçar a ideia da excepcionalidade de suas colônias, pois os portugueses, segundo o lusotropicalismo freyreano, eram diferentes dos demais colonizadores (CASTELO, 1999: 87-96).

O esporte também passou a ser mobilizado pelo regime português com o objetivo de dar corpo à ideia de império. Competições e instalações esportivas passaram a ser mais intensamente apoiadas e divulgadas pelas diferentes instâncias governamentais. Equipes metropolitanas de diferentes modalidades, com especial destaque para os principais times de futebol, participavam de excursões às colônias. Ocasiões sempre pautadas pela aparição de autoridades governamentais a fim de ressaltar o espírito da "pátria portuguesa" (MELO e BITTENCOURT, 2013: 70-1).

Tendo em atenção essa reorientação do discurso colonial português, nossa abordagem inicial,

2 Em https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1951/06/11701/04070412.pdf é possível acessar a revisão constitucional.

através do texto "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola", buscou aproximar o esporte do terreno da luta anticolonial, tentando perceber os enfrentamentos que se construíram no esporte e na imprensa dentro dos marcos da legalidade colonial, ou seja, em grande medida usando da lógica do discurso colonial português dos anos 1950, pautado pelo lusotropicalismo, para cobrar, via esse discurso, melhorias, atenção e sobretudo igualdade.[3]

As fontes para alcançar tal objetivo foram os periódicos angolanos, como o Diário de Luanda e a Província de Angola, mas em especial o Jornal de Angola. Esse último, de periodicidade mensal e depois quinzenal, publicado entre 1953 e 1965, ao contrário dos dois anteriormente citados, que eram diários, pertencia à Anangola (Associação dos Naturais de Angola), uma associação cultural e de assistência dos naturais de Angola, que tem sido analisada pela historiografia como arregimentando, sobretudo, mestiços, mas alcançando também negros e brancos, em certa contraposição à Liga Nacional Africana, uma outra associação cultural dessa época, que contaria com a participação mais intensa dos negros angolanos. Foram utilizadas, também, algumas entrevistas realizadas na década de 1990 e que se encontram depositadas no Labhoi (Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense).

Vale destacar que o olhar sobre o campeonato de futebol luandense reforçou a percepção do quanto os anos 1950 consistiram num cenário de grande mutação. Naquele período passam a figurar nos times "de brancos" jogadores mestiços e negros. Ainda que limitada ao campo de jogo, essa presença de atletas negros e mestiços, bem como de torcedores, coloca em discussão a imagem polarizada da sociedade colonial, opondo brancos e negros. Não era só no trabalho que os espaços de convivência se faziam presentes. Não podemos esquecer a existência de brancos pobres, moradores dos mesmos bairros que os negros, ou ainda a presença de um razoável número de mestiços. Evidentemente, o racismo é o delimitador e o impulsionador dessa situação. Ou seja, a vivencia de negros e brancos em diferentes espaços não significa um abrandamento do racismo. Tendencialmente, o resultado será exatamente o oposto. As fronteiras raciais se fortaleceram, em grande medida como mecanismos de demarcação social (BITTENCOURT, 2010: 105 e 112).

Dinamiza-se, no entanto, uma cena esportiva. Clubes são criados em bairros, empresas e pequenas cidades. Modalidades como basquete, atletismo, vôlei e hóquei em patins ampliam as ofertas de divertimento e atenção para torcedores e o público em geral. Também as touradas e as provas de automobilismo, como o Grande Prêmio de Angola – disputado entre 1957 e 1965 – e os inúmeros ralis adensam esse mercado do entretenimento e do esporte.

O crescimento urbano promove essas novas interações e os meios de comunicação da época, a rádio e o jornal, amplificam os contatos entre as diferentes formas de se praticar e assistir a tais

3 O texto foi publicado no livro *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, que seria um dos resultados do projeto coletivo "Esporte, colonialismo e pós-colonialismo nos países africanos de língua portuguesa", financiado pelo CNPq.

esportes, alimentado uma cultura popular que se intromete e se mistura às orientações disciplinares e organizativas das autoridades coloniais do campo esportivo, como era o caso dos Conselhos Provinciais de Educação Física (DOMINGOS, 2012: 119-129). Surgem desportistas famosos, que extrapolam os olhos e ouvidos de seus bairros, alcançando até mesmo gramados e quadras metropolitanos. Tornam-se heróis populares que, ainda que pareçam forçar as barreiras raciais da colonização, acabam demonstrando que se tratava de percursos individuais, particulares, incapazes de derrubar o pesado muro do racismo.

A estruturação do campo esportivo acompanha uma vida cultural que também começa a se intensificar. Salas de cineteatro, casas de espetáculo e programas de auditório são inaugurados (ALVES, 2015: 133-158). Assim como as modalidades esportivas, tais espaços também eram compartimentados racialmente, não legalmente como na África do Sul, mas sub-repticiamente, ainda que de forma tão eficaz quanto, tendo em conta o objetivo da separação. A localização do espaço num determinado trecho da cidade e o valor cobrado pelo ingresso eram obstáculos mais do que suficientes para impedir uma alteração do cenário racial previsto. Por vezes, os preços diferenciados, ainda que comportassem a presença no mesmo recinto de negros, mestiços e brancos, delimitavam as áreas de ocupação.

Essa nova cena cultural ganha lugar também nos jornais. Neles surgem com o passar do tempo as páginas esportivas, com entrevistas dos atletas, fotos das competições, tabelas dos campeonatos e vários colunistas. O que a pesquisa nos periódicos demonstrou é que esse "espaço" do esporte abrigava com frequência críticas diversas à situação colonial. De certa forma salvaguardados pelo caráter aparentemente apolítico do esporte, alguns desses dirigentes, atletas e jornalistas aproveitavam para disparar acusações e queixas às autoridades coloniais e metropolitanas que iam do êxodo de jogadores de futebol para a metrópole sem indenização aos clubes de Angola, passando pela diferença de acesso à licença graciosa[4] e chegando ao contraste da oferta de vagas no ensino regular e no mercado de trabalho (BITTENCOURT, 2010: 108-10).

Jornalistas, atletas e dirigentes de associações e clubes esportivos angolanos, jogando dentro do campo da legalidade, valendo-se da percepção colonial e mesmo metropolitana de que o campo esportivo é menos politizado e politizável, irão pleitear conquistas no terreno jurídico que atacavam os privilégios coloniais. Evidentemente, tal situação estava ligada ao fato de que em Portugal, assim como nas colônias, não existiam espaços políticos formais de discussão, fazendo com que determinados espaços associativos, como os clubes esportivos, assumissem uma conotação política.

Por fim, é preciso destacar o fato de que muitos atletas, jornalistas e dirigentes esportivos eram

4 O caso da licença graciosa tratada no texto refere-se a licença que o Banco de Angola concedia aos nascidos no continente ou ilhas adjacentes, filhos de pais europeus, que servissem na colônia. A licença poderia variar de 6 a 8 meses, dada a cada 3 ou 5 anos. O estatuto do banco previa ainda que os nascidos nas colônias, filhos de pai e mãe europeus, seriam considerados para esse efeito, nascidos na metrópole. Ou seja, o que está por traz desse privilégio colonial é uma questão racial. A estratégia de alguns jornalistas angolanos seria lutar não pelo fim da licença, mas sim pela sua expansão para todos os portugueses, incluindo evidentemente os negros e mestiços angolanos. BITTENCOURT, 2010, op. cit., p. 110.

nomes ligados ao nacionalismo angolano. E o quanto alguns nomes da luta anticolonial frequentaram as páginas desportivas até muito tarde, ou seja, mesmo após o início da luta armada em fevereiro de 1961. O que nos permite discutir o quanto é frágil a ideia de fronteira, dividindo os que optaram por uma esfera legal de atuação crítica ao colonialismo e os que optaram pela clandestinidade ou abraçaram a luta armada (BITTENCOURT, 2010: 126-9).

Tal constatação também nos força a refletir sobre o porquê da sobrevivência dessas associações e clubes esportivos, num cenário ditatorial e de crescente tensão como era Angola. A resposta que temos encaminhado vai no sentido de destacar a heterogeneidade de gerações, horizontes políticos, grupos raciais e expectativas que essas agremiações congregavam. Essa diversidade se constituiu num importante trunfo para que elas pudessem jogar o jogo da legalidade, quer dizer, que conseguissem apresentar algumas reivindicações, num ambiente tão severamente fechado. E que, como veremos a seguir, se fecharia ainda mais.

III – Os clubes sob pressão

O início da luta armada pela independência de Angola em 1961, como não poderia deixar de ser, alteraria drasticamente a vida na colônia. Perseguições, prisões e arbitrariedades policiais e militares contra os angolanos negros e mestiços passaram a ser mais visíveis e, em grande medida, demandadas pela elite colonial e também pelos brancos pobres, temerosos quanto à perda dos privilégios que o contexto lhes reservava.

No campo esportivo, a onda de detenções realizadas pela polícia política portuguesa, a Pide[5], e um melhor conhecimento da trajetória dos militantes dos movimentos de libertação, em especial o MPLA, fariam as autoridades governamentais guardarem maior atenção em relação aos clubes. Casos como o do Clube Atlético de Luanda e do Botafogo, agremiações que concentraram nomes associados às organizações políticas clandestinas, explicitavam o quanto tais locais tinham funcionado como espaços de conscientização e arregimentação para a luta pela independência (BITTENCOURT, 2008: 288-290).

A resposta do regime português foi intensificar o controle sobre os clubes esportivos e associações culturais. Toda uma burocracia passou a ser implementada para a criação e funcionamento das agremiações esportivas. Em linhas gerais, para que um clube fosse criado, seus estatutos aprovados ou mesmo os nomes de seus dirigentes confirmados pelas autoridades governamentais era preciso que a documentação exigida passasse pelo crivo do Conselho Provincial de Educação Física, da Administração Civil, do Governo da Província e da Pide (MELO e BITTENCOURT, 2012: 191-215).

---

5 Polícia Internacional e de Defesa do Estado substituiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), em 1945 e funcionou como tal até 1969. Com as mudanças no quadro político português, desencadeadas com o afastamento de Salazar, por problemas médicos, e a assunção de Marcelo Caetano à presidência do Conselho de Ministros, passa a se chamar Direção Geral da Segurança (DGS).

A trajetória das solicitações e consentimentos por essas diferentes instâncias resultou num fabuloso volume de documentos. Nossa segunda abordagem sobre o tema se concentrou nessa documentação, reunida em 16 pastas, com 650 a 750 folhas, aproximadamente, em cada uma, dando conta dos anos de 1961 a 1974. Esse material está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo da PIDE/DGS (IAN/TT, PIDE/DGS), em Lisboa.[6]

Uma primeira constatação da leitura desse material diz respeito à expansão das práticas esportivas por toda a colônia e todos os estratos sociais e raciais. O que nos leva a ponderar sobre a necessária inserção de uma terceira perspectiva quanto à análise do esporte no continente africano. Muitos trabalhos tendem a se concentrar na visão do esporte como espaço de resistência, enquanto outros privilegiam o sentido inverso, percebendo-o como mecanismo de controle e de disciplinarização. A quantidade de clubes de maior ou menor porte que surgem na colônia nos leva a valorizar a ideia da diversão e do prazer, percebendo o esporte como algo menos manipulável por forças e sentidos alheios ou não fazendo parte, tão intensamente assim, do cotidiano dos próprios praticantes.

Essa perspectiva, no entanto, não impede o nosso reconhecimento quanto ao fato de que a documentação consultada foi elaborada como forma de controle dos clubes e dos seus participantes. E quanto a isso surpreendem o acompanhamento e o detalhamento das informações que a Pide produziu sobre um número impressionante de pessoas. Todos os dirigentes, eleitos a cada dois anos, em média, para os cargos diretivos desses clubes esportivos, eram avaliados e reavaliados por aquela polícia.

O acervo consultado é formado basicamente por listas que eram enviadas pela administração civil para a Pide, afim de que essa avaliasse, a partir das informações que possuía, se os nomes em questão deveriam ser ou não chancelados pelo Governador, ainda que já tivessem sido eleitos para os quadros dirigentes de determinado clube.

A Pide por sua vez, elaborava uma espécie de ficha desses nomes contendo duas entradas que levavam em consideração, para tal julgamento, os aspectos moral e político. E é a partir dessa resposta por parte da polícia política que se pode perceber a sua tentação totalitária. A Pide mantinha uma espécie de cadastro para todos os nomes que surgem nessa documentação. Negros, mestiços e brancos estavam sempre vulneráveis a esse controle policial.[7]

Como os comentários se dividiam nessas duas entradas, é possível perceber que existe uma

---

6 A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto coletivo "O sport que virou esporte, o sport que virou desporto: as experiências (d)esportivas em países lusófonos". O texto aqui comentado está inserido no livro que reuniu parte dos trabalhos apresentados na II Conferência Internacional sobre o Desporto em África, no Centro de Estu- dos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em junho de 2012. BITTENCOURT, Marcelo. "Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano". In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO; Victor Andrade de (orgs.). *Esporte e lazer na África : novos olhares*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, pp. 155-178.

7 A documentação em alguns períodos ou mesmo de acordo com a orientação de determinado responsável estabelece itens que passam a constar da apresentação dos indivíduos, entre eles: "raça", filiação, estado civil, profissão, local de trabalho, data de nascimento, naturalidade e local de residência. BITTENCOURT, 2013, pp. 159-161 e 166.

tipologia dessa polícia para "enquadrar" os indivíduos do ponto de vista político. Surgem assim, de forma recorrente, expressões do tipo "situacionista", "adepto do Estado Novo", "oposicionista", "crítico às instituições vigentes", "desafeto ao atual regime", "adepto das chamadas liberdades democráticas" ou "separatista". Essa ordem de apresentação dos termos corresponde, também, à gradação entre os mais próximos ao regime e aqueles que defendiam a independência ou o fim do regime, o que, por muitas vezes, aparece de forma entrelaçada, demonstrando mais uma vez, o quanto o império passou a ser algo fundamental para a sobrevivência do salazarismo.

No tocante ao aspecto moral, a diversidade de avaliações era muito maior. As descrições tendiam a ser mais detalhadas, do tipo: "Moralmente, consta que em tempos teve várias desavenças familiares, por sua esposa lhe ter sido infiel, mas, presentemente, como aquela está mais avançada na idade, pôs cobro a tais folias, e o seu lar voltou à normalidade" (BITTENCOURT, 2013: 163). Ou ainda: "sob o aspecto moral, consta que em tempos manteve relações amorosas com a mulher do (...), nada mais constando em seu desabono". Os comentários sobre os relacionamentos amorosos estavam atentos ainda aos casos homossexuais. De fato, raramente tais casos eram tratados dessa maneira, sendo substituídos por referências do tipo "prática de vícios contra a natureza". Aparecem também nos aspectos morais várias outras adjetivações ou acusações como "boêmio", "que abusa das bebedeiras", "que participou de ações de tráfico de diamantes" e de "falsificação de documentos" (BITTENCOURT, 2013: 164).

As avaliações designadas como de cunho moral raramente pesavam para a aprovação ou não do nome em questão por parte da Pide. O que realmente importava para o parecer daquela polícia era o que ela definia como restrições de caráter político. No entanto, o acompanhamento da documentação demonstra que, com o passar dos anos, mesmo os comentários de ordem política vão deixando de se transformar em obstáculos a aprovação dos nomes em análise.

Em determinados casos é possível perceber essa alteração como parte de um método para melhor acompanhar os suspeitos de subversão. Como ocorre em 1968, quando a Subdelegação da Pide no Cuanza Norte solicita aos superiores daquela polícia em Luanda a aprovação de um nome já anteriormente investigado por aquela subdelegação no intuito de melhor acompanhar os seus movimentos, "de mais facilmente, esta Polícia, poder detectar as suas atividades". Nesse caso, o investigado era avaliado pela Pide como um "indivíduo de raça negra, é 1o Oficial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade (...). É bastante evoluído, exerce grande influência sobre os nativos pela proteção que lhes dispensa". Seus "pecados": "conserva amizades com indivíduos suspeitos. Considerado de há muito um separatista, com suas falas mansas simula colaborar com esta Polícia, evitando, contudo, conversas de caráter politico" (BITTENCOURT, 2013: 172-3).

No entanto, essa alteração de critério, fazendo com que avaliações de caráter político deixassem de ser obstáculos às nomeações dos indivíduos em questão, é mais efetiva a partir dos anos de 1967 e

1968. Não se tratava apenas de uma mudança de método. Ela acontecia também em função de uma mudança no discurso e mesmo na estratégia das autoridades coloniais. Estas passam a investir na ideia de atração das populações colonizadas para o projeto colonial. Em paralelo à luta militar contra a independência, levada adiante pela tropa portuguesa, face aos movimentos de libertação angolanos, vai se consolidando entre diferentes esferas do poder colonial, incluindo chefias militares, a ideia de que a guerra só seria vencida com a conquista do coração e da mente da população africana (BITTENCOURT, 2013: 175-6). É o que veremos a seguir.

IV – O esporte e o discurso de mudança colonial

A estratégia portuguesa de tentar uma aproximação em relação às populações que formavam seu império colonial na África, buscando criar um caminho paralelo, mas não necessariamente alternativo à condução da guerra, seria conhecido pelo nome de "ação psicossocial". O surgimento dessa doutrina, ainda em 1961, cerca de 5 meses após o início dos conflitos em Angola, sinaliza que os militares portugueses já tinham no horizonte de possibilidades o surgimento de lutas de libertação em suas "províncias ultramarinas". Por outro lado, o intervalo de tempo entre a divulgação da "doutrina psicossocial" e a sua ampliação e uso como estratégia de atuação para as áreas urbanas, com a institucionalização de órgãos de discussão, acompanhamento e execução das propagandas envolvidas, sugere que, como em outras políticas de intervenção coloniais, essa também não conseguira construir um consenso entre as chefias militares e políticas portuguesas, desafiando, por outro ângulo, uma vez mais, a ideia quanto à homogeneidade da figura do colonizador (BITTENCOURT, 2008: 222-3 e 302-6).

O objetivo principal da "ação psicossocial" era eliminar o recrutamento de pessoas pelos movimentos de libertação. Para isso, duas estratégias foram seguidas: uma era o deslocamento ou isolamento de populações, que nas áreas rurais passou a ser conhecido como aldeamento estratégico; a outra foi a montagem de uma rede de propaganda em diferentes setores e órgãos de informação, a fim de divulgar ações, concretas ou não, que fizessem crer aos africanos que a situação econômica e social estava melhorando para todos, inclusive negros e mestiços, indiscriminadamente, em função da gestão colonial e da presença dos militares portugueses para lhes defender.

Os principais alvos para essa ação de convencimento eram os setores da saúde e da educação, que partindo de índices muito baixos ou inexistentes, acabariam alcançando alguma elevação nessa fase final da colonização portuguesa em Angola. Em ambos, os militares tinham a possibilidade de intervir e associar a melhoria à sua presença.

No entanto, o que interessa destacar é que também as práticas esportivas foram alvo da "ação psicossocial". Essas sinalizavam para certa normalidade no mundo colonial e ao mesmo tempo pareciam funcionar muito bem como correias de transmissão para a divulgação da ideia de melhoria das

relações sociais.

Nosso terceiro passo na pesquisa sobre o esporte na última fase colonial em Angola foi, portanto, analisar uma outra documentação de tipo policial para perceber as estratégias de uso do esporte como mecanismo de aproximação por parte das autoridades coloniais portuguesas da população angolana, sobretudo nos chamados bairros populares ou muceques. Nossas fontes foram as atas do Conselho de Orientação de Ação Psicológica (COAP). Uma organização que recrutava autoridades civis e militares de Angola com o explícito propósito de conquistar os angolanos para a órbita portuguesa.[8]

O COAP aprovava, acompanhava e eventualmente formulava os conteúdos e as estratégias de divulgação da propaganda de apoio ao regime português, às tropas coloniais e de reconhecimento da melhoria da vida colonial. Realizava também a discussão quanto ao conteúdo da propaganda dos movimentos de libertação, principalmente seus panfletos e as emissões das rádios.[9] As armas do COAP eram quase sempre cartazes, periódicos, programas radiofônicos e até mesmo pequenos filmes de 2 a 3 minutos a serem exibidos nos cineteatros de Angola.

As atas demonstram de forma muito explícita o quanto a "ação psicossocial" era confrontada cotidianamente pela ação dos colonos portugueses. Roubos na venda ou compra de mercadoria, violência policial, descaso com as demandas pelos serviços públicos, uma grande variedade de acusações são levantadas ou chegam ao conhecimento do COAP, explicitando os limites de uma política de suposta ampliação dos direitos civis numa situação colonial. Entre as ações que enfrentavam os maiores obstáculos estaria a política de ampliação dos postos de trabalho para negros e mestiços.

No tocante aos esportes, duas medidas discutidas e implementadas a partir do COAP seriam importantes para a divulgação da existência de uma cena esportiva nos muceques luandenses. A criação do jornal *Tribuna dos Musseques* e a transformação de um programa de rádio numa emissora, a 'Voz de Angola', não por acaso com um nome que buscava se sobrepor ao nome da rádio do MPLA, em Brazzaville. A orientação de ambos os serviços de informação era a de fazer os angolanos se sentirem portugueses e assim tentar afastá-los da ideia de luta de libertação. Nos dois casos, se valoriza a existência de competições esportivas nos bairros mais pobres de Luanda, buscando dessa forma integrar essa população à vida da cidade. Rádio e jornal se transformam em veículos de mão dupla, dinamizando e divulgando as ações esportivas e culturais que acontecem na periferia da cidade, ao

8 Essa pesquisa gerou entre outros trabalhos o seguinte texto: BITTENCOURT, Marcelo. "Futebol e colonialismo em Angola". In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria; DRUMOND, Maurício (orgs.). *Esporte, cultura, nação, estado: Brasil e Portugal.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, pp. 101-113. O trabalho foi apresentado originalmente no "Seminário Internacional Esporte, Cultura, Nação e Estado – Encontro de Pesquisadores de Brasil e Portugal", ocorrido em setembro de 2013, no Rio de Janeiro.

9 O MPLA possuía o programa "Voz da Angola Combatente", transmitido pela Rádio Brazzaville, na República do Congo, onde estava instalada uma parte de seus dirigentes. A FNLA também possuía um programa de rádio em Léopoldville, na República Democrática do Congo, "A Voz de Angola Livre". O programa do MPLA tinha uma repercussão muito maior em Angola, assim como seu alcance, em virtude das capacidades técnicas da rádio que utilizava. BITTENCOURT, 2008, op. cit., pp. 271-278.

mesmo tempo que informam a esses indivíduos o que está acontecendo em Angola e fora da colônia em termos esportivos e culturais, de certa forma ajudando no processo de múltiplas influências, que apesar das barreiras coloniais, se estabelecem entre os diferentes espaços da cidade (BITTENCOURT, 2014: 105-6).

É preciso ter atenção com o fato de que na década de 1960 o futebol ganhou uma importância muito grande na estratégia governamental de defesa de seus ideais lusotropicais[10]. É o período de ouro do futebol português, com a equipe do Benfica chegando a 5 finais da Taça dos Campeões Europeus e vencendo duas[11]. O time mais popular do país e a seleção nacional eram impulsionados pela estrela do jogador moçambicano Eusébio, o pantera negra. Coadjuvado por Mário Coluna, outro grande jogador nascido em Moçambique, e Hilário, do rival Sporting, mas também nascido em Moçambique. Evidentemente, essa presença de jogadores talentosos e africanos no selecionado nacional reforçava o discurso lusotropical português, aproximando os habitantes de suas colônias da seleção de futebol e do campeonato português, que passara a abrigar desde a década anterior um maior número de jogadores negros oriundos das colônias. O que nos permite insistir na ideia apresentada no início desse texto quanto às diferentes formas de se olhar para o cenário colonial, que uma visão estática acerca da bipolarização entre colonizador e colonizado tem dificuldade em observar.

Também nesse sentido, a leitura das atas elaboradas a partir das reuniões do COAP reforça a ideia da tentativa de uso do esporte, em especial do futebol, como mecanismo de aproximação e conquista dos angolanos. Cartazes são elaborados fazendo menção aos clubes portugueses mais populares e suas torcidas na colônia, incluindo negros e mestiços entre seus jogadores e torcedores. Tais imagens são sempre de valorização da paz, do congraçamento entre brancos e negros e de exaltação da "pátria portuguesa" (BITTENCOURT, 2014: 107-10).

No entanto, o que nos interessa realçar é o fato de que essas imagens pretendem explicitar um suposto contato fraternal entre iguais. Buscam estabelecer um imaginário popular português, como sendo também colonial, angolano. Por outro lado, o uso da imagem prende-se ao fato de Angola possuir um elevado índice de analfabetismo, o que exige ainda mais da composição desse tipo de mídia. Por isso a importância dos cartazes e dos programas de rádio.

Manifestamente os cartazes eram uma tentativa de instrumentalização do esporte, a fim de obter o apoio dos angolanos, mas é preciso ter em conta, também, o fato de que seu uso por parte das autoridades coloniais portuguesas, civis e militares, partia do pressuposto de que os angolanos conheciam o futebol português e tinham em relação a ele alguma empatia, alguma proximidade.

A grande maioria dos cartazes que são avaliados pelo COAP aborda a atuação de militares portugueses. Apresentam soldados e oficiais fardados, negros e brancos, em ações de apoio à

10 É o Portugal dos 3 Fs: Fado, Fátima e Futebol.
11 Perderia o mundial de 1961 para o Peñarol do Uruguai e o de 1962 para o Santos de Pelé.

população carente, quase sempre crianças. Essa repetição do tema da atuação dos militares em defesa das populações angolanas reforça a importância do futebol ter sido usado como tema visando essa instrumentalização por parte do COAP. Ele talvez fosse o mais óbvio dos elementos culturais a auxiliar nessa mobilização dos sentimentos que se pretendiam favoráveis à percepção de uma boa vivência colonial (BITTENCOURT, 2014: 110). Ao mesmo tempo, parecia ser o menos politizável. Exatamente por isso, o gosto pelo futebol por parte dos angolanos atraiu a atenção das autoridades coloniais portuguesas.

V – O que está por fazer

Impossível concluir um texto como esse, que buscou situar o que tem sido feito em termos de pesquisa sobre o esporte e o colonialismo português em Angola. A pesquisa continua. Novos periódicos foram coletados e estão sendo analisados, como são os casos do *Angola Desportiva*[12] e do *Tribuna dos Musseques*. Competições e modalidades, sobre as quais não tínhamos informação a respeito de sua existência ou prática em Angola, continuam nos surpreendendo, como as provas de automobilismo e o chamado "desporto corporativo". Indiscutivelmente, muito ainda há por ser feito.

O fundamental, no entanto, parece ser a orientação, expressa no início do texto, de tentar relacionar as práticas esportivas ao estudo do colonialismo. Afinal, os esportes que estamos acompanhando e analisando em Angola são fruto também da experiência colonial, chegam e se disseminam em paralelo à expansão colonial. Todavia, como outras práticas trazidas pela colonização, o esporte se africanizou, se popularizou e foi ressignificado. Ao mesmo tempo, não deixou de ser alvo do controle colonial, nem da tentativa de cooptação dos angolanos. E é exatamente essa perspectiva multifacetada que o torna um objeto tão apaixonante e desafiador.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Amanda Palomo. *"Angolano segue em frente": Um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970*. Niterói: Tese de Doutorado/PPGH/UFF, 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.

12 Foi o mais importante periódico esportivo da colônia. Publicado em Luanda, entre os anos de 1930 e 1971.

_____. "Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola". In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 114-115.

_____. "Moral e política: a vigilância colonial sobre o esporte angolano". In: NASCIMENTO, Augusto; BITTENCOURT, Marcelo; DOMINGOS, Nuno; MELO; Victor Andrade de (orgs.). *Esporte e lazer na África : novos olhares*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, pp. 155-178.

_____. "Futebol e colonialismo em Angola". In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria; DRUMOND, Maurício (orgs.). *Esporte, cultura, nação, estado: Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, pp. 101-113.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Unesp, 2009.

CASTELO, Cláudia. "*O modo português de estar no mundo*": *o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1999.

COOPER, Frederick. "Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África". In: Anos 90, Porto Alegre, v.15, n.27, p. 21-73, 2008.

_____. *Decolonization and African Society. The labor question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: ICS, 2012.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) *Intermediaries, interpreters and clerks. African employees in the making of colonial Africa*. Wiscosin: The University of Wisconsin Press: 2006.

MABEKO TALI, Jean Michel. *O MPLA face a si próprio*. Luanda: Nzila, 2002.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México D.F.: siglo veintiuno, 1998.

MARZANO, Andrea. "Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda". In: MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo*: o esporte e o continente africano. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 71-99.

MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo. "Sob suspeita: o controle dos clubes esportivos no contexto colonial português." In: *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 33, Dez. 2012, pp. 191-215.

_____. "O esporte na política colonial portuguesa: o Boletim Geral do Ultramar". In: *Tempo*, Niterói, v. 18, n. 34, p. 69-80, jun. 2013, pp. 70-71.

MOORMAN, M. *Intonations. A social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Athens: Ohio University Press, 2008.

NETO, Maria da Conceição. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX". In: *Lusotopie,* Bordeaux, 1997, p.327-359.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Casaco que se despe pelas costas: a formação da Justiça colonial e a (re)*

ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c. 1940. Niterói: Tese de Doutorado/PPGH/UFF, 2012.

3.4 UMA RESISTÊNCIA FEITA POR LENTES: O CINEMA AFRICANO NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA

*Núbia Aguilar Moreno**

*Felipe Paiva***

Roteiro

Os colonialismos[1] engendraram mudanças profundas no continente africano. Em um curto espaço de tempo, decênios em muitos casos, a estrutura social foi radicalmente transformada. Com a chegada do colonizador, o tecido da África "tradicional" foi rasgado e cosido em nova costura. Os africanos viram o mundo se despedaçar e logo se adiantaram a construir novos mundos possíveis.

As resistências africanas aos colonialismos foram diversas. É possível tanto referir-se àqueles "rebeldes africanos em ondas sucessivas no fedor colonial, sob a proteção resplandecente de tantos escudos de pantera"(BADIOU, 2010:13), isto é, aos que responderam ao colonialismo em primeiro momento, que chamamos por imediatamente pré-colonial, portando as armas que possuíam: os tradicionais escudos e azagaias. Como, também, é possível referir-se, com este conceito, à oposição feita pelos africanos do pós-segunda guerra: por aqueles que passaram das armas da crítica para a crítica das armas: os intelectuais, políticos e militantes, da chamada *década africana*, como ficaram conhecidos nos anos de 1960.

Neste período, diversos africanos produziram no campo da cultura e das artes de maneira geral, e, através dessa produção, opuseram-se tanto ao colonialismo quanto, também, procuraram contribuir para a libertação do continente. A esta seara pertence Ousmane Sembène.

Nascido em 1923, Ousmane Sembène é considerado o "progenitor rebelde do novo cinema africano"[2]. Para além de intelectual, Ousmane também foi sindicalista, homem de ação, engajado no discurso anticolonial e na libertação do continente, com a construção do Estado-Nação em África. Por esta pluralidade, sua obra mostra-se como espaço privilegiado para discussão acerca da resistência africana ao colonialismo, como também, para análise das ideologias que subsidiaram as independências nacionais. Afinal, seu campo de atuação artística caminha par a par com seu engajamento político.

Voltando o olhar para a produção cinematográfica de Ousmane nesse trabalho, com a verticalização no filme *"La Noire de..."*[3],o método evocado para a análise da fonte assentará na

1 O termo "colonialismos" faz referência à multiplicidade de experiências coloniais que foram vivenciadas no continente africano. O uso desse termo possui como expectativa frisar o aspecto heterogêneo de cada colonização, podendo ser verificado também em várias colônias de uma mesma metrópole.
2 David Murphy, Un Brecht Africano. El cine de OusmaneSembène.
3 La Noire de... – Senegal/França – 1966.

necessidade de realizar uma crítica interna das obra trazida para a discussão, destrinchando as origens dos elementos discursivos que nela se faz notar. Esta crítica interna será associada, e inserida, no quadro em que a obra surge. Quadro este, que inclui a história de vida de Ousmane, os principais aspectos de sua formação política e cultural, a realidade concreta de suas causas e lutas específicas e, por fim, a história do continente africano. Reconstrói-se, neste sentido, "a atuação do autor para estudar o texto como um evento (algo que sucede) e como ação (algo que se faz)" (POCOCK, 2011: 122).

Com a articulação dos aspectos internos e externos do roteiro cinematográfico será realizada uma discussão acerca da obra de Ousmane e de seu momento de produção. Para tanto, a análise será realizada em dois atos. Em primeiro momento discutiremos a noção de "Cinema africano" e alguns aspectos do contexto de produção dessa cinematografia. Em um segundo momento, nos deteremos especificamente em Ousmane e em sua produção.

Cena 1: Em torno do Cinema africano

O termo "Cinema Africano" ou "Cinema da África" é arraigado de grandes significados. Geralmente, fazer referência a tal expressão nos leva a pensar no conjunto de obras efetuadas por cineastas africanos engajados na luta anti-imperialista, sobretudo durante os anos de 1960.

Enquadrar uma obra dentro deste termo, "Cinema Africano", é um exercício complexo que abre a possibilidade para inúmeras reflexões. Além do critério da obra ser ou não produzida por um cineasta da África, deve-se considerar, também, a fonte de financiamento do filme, o público para o qual foi produzido, o engajamento e o comprometimento do produtor com questões culturais, políticas, econômicas, deve ser levado em conta a "essência do cinema africano" (THIONG'O, 2007), dentre outras. São estes critérios que podem ajudar a enquadrar uma obra ou um cineasta nesta seara.

Em meados do século XIX e da primeira metade do século XX, quando imperava o discurso da superioridade europeia e vigorava o colonialismo, a África era comumente representada na cinematografia ocidental como um continente selvagem à espera da civilização. Com isso, muitos curtas e filmes como "Uma aventura na África" e "Zulu", assumiram o dever de tomarem contado imaginário europeu com a construção de uma África selvagem, bárbara e de certa forma inferiorizada. Cabe ressaltar que essas imagens, assim como grande parte das imagens em movimento, possuem uma carga extremamente concentrada de tendência à formação de ideias. Possuindo, assim, a capacidade de mexer com o imaginário do sujeito, criando representações tanto para os europeus quanto para os africanos. Tal aspecto pode ser relacionado à empreitada colonial que tendeu, em sua natureza, abranger uma dominação total. Desde níveis comerciais até a inferiorizar o africano enquanto sujeito.

Com as lutas de libertação ao domínio colonial, que se acentuaram a partir da década de 1960, alguns africanos banharam-se de novas estratégicas. Essas investidas não contaram apenas com a luta

armada, mas também dialogaram com outros aspectos intrínsecos da vida colonial. Para tal feita o uso da cinematográfica, como arma de luta contra essa imposição cultural, fora ganhando espaço e lutadores para utilizá-la.

Nesse contexto, é preciso entender o nacionalismo nos termos colocados por Partha Chatterjee, isto é, como um projeto cultural amplo que implica a construção de uma modernidade que tenha por divisa o recorte nacional (CHATTERJEE, 2004:61). A peculiaridade, neste caso, reside no fato de o recorte desta cinematografia ser, também, continental, visto que sua denominação se faz a partir do continente.

Grosso modo, durante os anos de 1960, o discurso nacionalista e a cinematografia africana se coadunavam de maneira a um ser termômetro exato do outro. Havia entre ambos uma língua comum, um léxico próprio que sustentava a aproximação. Colocando a questão nos termos de John Pocock, havia uma "linguagem política". Esta linguagem não era homogênea, mas assentava em uma série de "idiomas" ou "sub-linguagens", que coexistiam de forma a convergir ou mesmo a entrar em conflito (POCOCK, 2011:7).

Os países do continente partilhavam, portanto, uma linguagem que remetia a um conjunto de valores, práticas e, principalmente, representações políticas que expressavam identidades coletivas e leituras do passado feitas com as mesmas lentes. Sobretudo, essa cultura política fornecia inspiração para projetos voltados para o futuro (MOTTA, 2009:21).

Esta lente compartilhada por vários olhos que miram o horizonte futuro nos leva a crer que estamos diante do que Jacques Rancière chamou de "partilha do sensível". Uma partilha do sensível diz respeito tanto à existência de uma experiência comum partilhada por dada coletividade, como também, nas partes exclusivas. O sensível partilhado refere-se ao espaço e tempo (RANCIÉRE, 2009: 15-6).

Neste sentido, o discurso político emanado pela libertação nacional funciona como evidência que revela tanto a existência do comum partilhado, como dos recortes que definem as perspectivas específicas diferenciadas.

Sem negar as inúmeras particularidades de cada caso, é possível admitir que grande parte dos políticos e intelectuais nacionalistas africanos, incluindo-se aí os envolvidos na sétima arte, possuíam uma retórica próxima por experimentarem o comum sensível a todos: o fato colonial. Com a compreensão da forma e função da produção cinematográfica essa foi sendo incorporada a luta contra um imperialismo cultural.

Como um dos marcos inaugurais dessa nova cinematografia engajada é possível citar o curta *L'Afrique sur Seine,* produzido em Paris em 1955, sob a direção de Paulin Soumanou Vieyra. A película mostra um pouco dessa nova tendência cinematográfica,sendo sua temática central a vivência de alguns jovens africanos em Paris. Por meio de uma sofisticada bricolagem cultural - que se manifesta através da articulação da música de origem africana que compõem a trilha sonora, da imagética enfatizada pelo

cenário parisiense, dentre outros elementos. Simultaneamente, o sujeito africano é destacado por meio do protagonismo de atores negros em detrimento dos personagens brancos/europeus.

De certa forma este curta remete a essa nova estratégia de luta frente a uma imposição da cultura, ele busca exemplificar que os africanos em sua vivência naquele ambiente, não estão limitados aos estereótipos tão propagados na época e põe em pauta uma crítica contra a visão do negro inferiorizado. Em uma de suas cenas, quando um negro faz uma doação a um mendigo branco, presume-se que a intenção do diretor eramostrar um paradoxo frente ao discurso de superioridade: O negro, então dito como bárbaro, ajudando o branco, que era o considerado civilizado. Essa militância urge da necessidade de colocar o africano como protagonista de sua própria história e combater as falácias oriundas de suas representações feitas pelo colonizador em um quadro, geralmente, efetuado com uma pintura distorcida e obscura.

. O surgimento de uma militância com os cineastas africanos terá uma forte busca de rompimento com esses estereótipos e com a valorização de suas culturas. Da mesma forma, a linguagem do cinema não ficou imune à nova retórica política nacionalista e independentista. Desse modo, podemos definir o cinema africano de forma mais completa:

> Mas por que ainda estamos falando de um cinema Africano?É porque o Egito, apesar de uma nação do continente Africano, parece para muitos não pertencer a África, mas sim para o mundo árabe ... De facto, há uma divisão que divide o continente em branco ou Norte da África e África Negra ou sul-saariana.
> Falando de cinema Africano, significa entender que estamos falando de cinema de países africanos situados ao sul do Saara, desde cinema a partir desta parte do continente ainda está para ser descoberto (VIEYRA, 1972).

Cena 2: O caso de Ousmane Sembène.

O senegalês Ousmane Sembène é considerado como um dos maiores expoentes do Cinema Africano. Sujeito histórico que buscamos entender não como oriundo exclusivamente do sistema colonial, mas como agente desse sistema, atuando nele através de sua oposição.

Escritor, cineasta, militante político, Ousmane buscou em sua literatura e cinematografia lutar contra o domínio do colonial-imperialismo francês em África, em especial no Senegal. Sua obra traz traços de sua vivência, sua cultura, buscando privilegiá-las em detrimento de práticas e costumes coloniais.

Dentro desses apontamentos feitos sobre a estética de Ousmane, cabe lembrar, recorrendo a Marc Ferro, da duvidosa pureza que o filme traz. O filme é um emaranhado de ideias transpostas e executadas através da edição (FERRO, 1992) Atrás de uma cena existe um universo de símbolos e significados associados e escolhidos, de acordo com a intencionalidade de alguém. Os gestos, as falas os movimentos, as roupas, as expressões, o comportamento, tudo faz parte de uma representação proposta ao ator, que de maneira nenhuma deve ser encarada como pura em sua essência.

Tendo o filme como um conjunto, devemos apontar que não só os atores são susceptíveis a essas representações. Na junção de elementos que levam a sua construção cria-se um universo de significados que desempenham formas e funções de acordo com o desejo de alguém. Como exemplo, podemos falar da música, que desempenha um papel de extrema importância durante a narrativa. É interessante observar o quanto uma música por si só possui grande capacidade de aflorar sensações no ser humano. Uma musica mais calma, por exemplo, pode nos trazer sensações de sossego, enquanto que uma música mais romântica, acompanhada com uma cena trágica de separação de um casal ou uma morte, pode despertar a sensação de dor e sofrimento. Por isso, um cinema, predominantemente, movido pela trilha sonora consegue, com mais ênfase, passar a mensagem das sensações desenvolvidas na cena.

Essas características ajudam a compreender um pouco de toda a complexidade que existe em uma película. Seu conjunto parte da costura feita pela relação dos objetos, que desempenhamuma função pedagógica de passar a intencionalidade proposta pelo diretor. Inobstante, é importante notar, também, o inegável papel que a recepção da obra pelo público desempenha sérias consequências. O público possui suas leituras daquilo que é passado, e através disso pode criar suas interpretações. Talvez essa seja a dimensão mais complexa do cinema: Suas múltiplas capacidades de passar interpretações, que podem ir muito além do seu propósito inicial, pelo fato de sua construção ser um emaranhado de símbolos e significados.

O filme *La noire de...* (1966) de Ousmane Sembène é considerado como primeiro longa-metragem do Cinema Africano. Lançado em 1966 o filme traz a história de uma migrante africana que vai para Paris trabalhar. O enredo gira em torno das expectativas e decepções dessa jovem ao correr de sua jornada. Ao final ela acaba suicidando-se, encarando a morte como válvula de escape para as circunstâncias enfrentadas ao longo de sua estadia em Paris.

Considerado como inaugurador dos longas nessa vertente cinematográfica, *La noire de...*traz grandes percepções do universo que engendra a produção audiovisual. Um dos entrelaçamentos ligados a essa produção, e talvez uma das partes essenciais, encontra-se no financiamento da produção.

Ousmane, como já dito, é senegalês. O Senegal foi colonizado pela França, alcançando sua independência em 1960. Entretanto, os laços, principalmente, econômicos e culturais, continuaram coexistindo com o cenário pós-colonial[4]. Muito além de ter uma ideia de produção fílmica, deve-se pensar quem paga para materializá-la. O projeto francês de estabelecer relações estáveis com suas ex-colônias abarcava o plano cultural, e com isso, o financiamento da produção. Esse impasse levou Ousmane a readaptar o filme *La noire de...* para conseguir o financiamento, no entanto, isso não implicou na mudança de sua essência e temática. Os cortes foram feitos em algumas cenas que seriam

4 Para uma discussão mais aprofundada sobre o período pós-colonial ver: M'BOKOLO. Elikia. *De que falamos quando falamos de pós-colonial, sentidos do pós-colonial e do pós -colonialismo.* Aula Inaugural: Programa Pós-colonialismos e Cidadania Global. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 3 de fevereiro de 2006.

coloridas e comisso, o filme permaneceu totalmente em preto e branco.

Cabe salientar dentro desse quadro a busca da proposta fílmica. Em seu argumento fílmico pode-se notar a idealização e a exploração como aspectos alcançados ao longo das cenas,retratando características negativas do colonialismo, como a exploração e idealização criada. Esse prisma dialoga com o contexto da colonização. O projeto colonial em África trouxe grandes promessas de desenvolvimento, sendo o parâmetrodesse desenvolvimento o modo de vida europeu, tendo em vista, de maneira geral o alcance da "civilização" para os povos africanos "atrasados". A exploração colonial foi ampla e profunda. Seu alcance foi de grande extensão, de forma a produzir impactos sociais de longa duração, que, de certa forma, persistem até hoje.

A crítica ao colonialismo presente da cinematografia de Ousmane pode ser notada também na personagem principal, Diouana. Ela é uma empregada contratada pelos seus patrões de Dakar (região do Senegal) para ir trabalhar na casadeles em Paris.

Com esse intuito, Diouana alimenta sonhos, cria expectativas e esperanças de uma vida com condições melhores, além de conhecer Paris que é uma cidade idealizada no enredo. Nesse contato podemos observar a supervalorização criada pelo autor por um país europeu. Uma superioridade entre um país europeu em detrimento a um país africano, Senegal.

Diouana quer ir para Paris, pois lá, de acordo com sua visão ilusória, tudo será melhor. Uma interpretação possível seria a máscara do colonialismo. Uma deia propagada aludida com uma amalgama de perspectivas, de modo geral, ilusórias. Se o colonialismo trouxe avanços na saúde, educação entre outros aspectos (ILIFFE, 1999), não podemos deixar de salientar que sua intenção primária estava banhada de paradoxos e controvérsias. É perceptível, diante do empirismo, que o colonialismo criou "condições análogas à escravidão"(COOPER; SCOTT; HOLT, 2005), e as criticas por ele recebida por autores como Ousmane, revelam muito de seus efeitos negativos.

Sonhando com os bons tratos que poderia receber no novo lar, Diouana segue em direção à nova cidade. No entanto, o que encontra em Paris esta muito distante daquilo que imaginava. Sua patroa a ridiculariza e submetida a péssimas condições de trabalho. Diouana vive em função do trabalho e não chega nem perto do que esperou. O racismo, o machismo, a exploração são colocadas no filme, servindo como uma denuncia a ideologia que alimentou/alimenta tantas expectativas, que envolve e persuade tantos desejos de tantas pessoas .

Ousmane consegue dar voz, através de sua personagem, a muitos sujeitos históricos que sofreram propostas ilusórias. Em uma cena paradigmática, é retratada a busca de Diouana por uma equivalência na forma de vestir de sua patroa. No entanto, ela é contraposta com o pedido de colocar um avental. Com isso, temos mais um aspecto da ideologia colonial é aguçado. Por mais que Diouana tente parecer uma francesa ela não é uma, tem muito que aprender ainda para um dia poder chegar lá, se é que o sistema permitirá que ela alcance isso. Por mais que o sistema colonial tinha por "intensão"

levar a "civilização" para o continente africano, dificilmente o africano alcançaria essa posição de "civilizado".

Certo tratamento exótico com a cultura africana também pode ser observada ao longo do filme. Uma máscara que um garotinho utiliza possui um valor simbólico sempre evocado pelos closes da câmera. Quando a máscara esta com o garoto ele a utiliza, brinca com ela, põe na face. Mas, a máscara quando Diouana dá para seus patrões como um presente, é colocada na parede, como um enfeite, assegurando seu conteúdo exótico.

No momento em que Diouana revolta-se com o sistema opressor com o qual vive em Paris, ela toma a máscara de seus patrões. Após sua morte, seu patrão retorna ao Senegal levando suas coisas, entre elas a máscara. O garotinho a coloca no rosto e persegue o patrão de Diouana, como uma representação da cultura africana perseguindo o colonizador. O patrão tenta andar mais rápido, mas o garoto continua seguindo, dando a sensação de continuidade sem fim, algo que o perseguirá para sempre.

As cenas, a valorização do objeto, dos personagens, são traços presentes na obra de Ousmane Sembène. A busca da valorização da cultura do povo senegalês em detrimento ao europeu é uma caraterística levantada. O povo possuía sua carga de inferior, a colonização não ficou restrita ao nível econômico e político, ela tentou, e por vezes conseguiu, exercer uma dominação cultural.

A luta de Ousmane assentava dentro desse contexto, na tentativa de efetuar uma resistência a essa hegemonia cultural. Ele tentou aproximar sua cultura, criar uma identificação com ela, e para isso o instrumento audiovisual foi de grande eficácia. Ousmane encabeçou uma resistência à imposição cultural europeia e buscou ao longo de sua cinematografia valorizar os costumes regionais que tanto foram inferiorizados pela lente do colonialismo.

Última tomada desse filme

Diante dessa temática, tão vasta e tão pouco explorada no Brasil, cabe ressaltar que muito tem a ser feito no campo historiográfico no que tange aos estudos sobre Cinema Africano. Uma produção considerável no campo da cinematografia permeia o continente desde o início das independências, buscando uma maior valorização da cultura africana face ao imperialismo cultural que solapou a África deixando suas marcas até hoje. Tal fato não cai no discurso ilusório que busca salientar só os malefícios do colonialismo, mas tenta aludir a visão minimizadora que muitas vezes fora recorrida ao retratar o colonizado.

Essa cinematografia que representa uma grande militância propiciou o surgimento de grandes núcleos cinematográficos. Como, por exemplo, o Festival de Cinema Africano (FESPACO), o Cartago

Film Festival e Nollywood.

Diante desse material, muito ainda pode e deve ser feito em termos de análises sociais. Muito longe de esgotar o tema, nossa análise, escorada em um filme de Ousmane, buscou tangenciar as lentes fílmicas e algumas de suas análises possíveis, tentando apontar os vértices que engendram a crítica colonial nessa fonte histórica, e dessa forma contribuir para os estudos sobre cinema africano. No entanto, muitas cenas desses filmes ainda devem ser analisadas.

Referências bibliográficas

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BAMBA, Mahomed; MELEIRO, Alessandra. *Filme da África e da diáspora: objeto de discuso.*1 ed. Bahia: EDUFBA, 2012.

CHARTTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EdUFBA, 2004.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAGE, J. D.; TORDOFF, William. *História da África.*1 ed. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2010.

FERRO, Marc. *Cinema e História.*1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HENNEBELLE, Guy. *Os cinemas nacionais contra Hollywood.*1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ILIFFE, John. *Os africanos. História dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

MELEIRO, Alessandra. *Cinema no mundo: indústria, política e mercado.*1 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela história" In ___ (Org.), *Culturas Políticas na História. Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

POCOCK, John. *Pensamiento político e historia*. Madrid: Akal, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

VIEYRA, Paulin Soumanou. *Ousmane Sembène: cineasta. Primeiro período de 1962-1971*. Paris: Présence Africaine, 1972.

3.5 REPENSAR A RESISTÊNCIA:
POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA EM ALI MAZRUI

Felipe Paiva*

I

Entre o pós-segunda guerra e os anos de 1970 teve vez um período marcante para o continente africano. Neste momento, consolidava-se o crepúsculo dos tempos coloniais e discutia-se a formação da Nova África: independente, descolonizada, liberta. Não olvidando esta da Velha África, a colonial e pré-colonial. A historiografia, naturalmente, não ficou indiferente a estes anseios.

Nesse contexto, nasce uma corrente historiográfica nova, aqui denominada como *historiografia de resistência*. Nela incluímos autores que fizeram do conceito da resistência seu norte teórico na escrita de narrativas que buscavam opor-se à lógica colonial. A adoção deste conceito implicava em uma importante inovação metodológica e temática, pondo em relevo, especialmente, iniciativas de insubordinação anticolonial. (FEIERMAN, 1993:183-4) Sendo constituinte dessa vanguarda historiográfica a obra de Terence Ranger é um ponto de inflexão a ser considerado.

Para Ranger, haveria duas tipologias básicas para a resistência africana ao colonialismo europeu. Seriam estas as "resistências primárias" e "secundárias". A dita "resistência primária" diria respeito àquelas iniciativas e reações desenvolvidas durante a expansão colonial. Já o "moderno nacionalismo de massas" – ou "resistência secundária" – corresponderia às reações desenvolvidas principalmente no pós-segunda guerra.

Os movimentos primários teriam formado o ambiente em que a política anticolonial se desenvolveu. Neste sentido, teria existido uma "interação complexa" entre as manifestações primárias e secundárias. A "resistência primária" teria semeado projetos que seriam desenvolvidos futuramente, inspirando o "moderno nacionalismo de massas" (RANGER, 1993:19). Em uma palavra, trata-se de demonstrar o "sentido da resistência",de onde surge e para onde ela caminha. Um sedutor paradigma conceitual linear, por certo. Inobstante, esse paradigma formou o núcleo central do argumento de outro importante autor dessa escola: AliMazrui.

II

O queniano Ali Al'amin Mazrui possui uma vastíssima produção. Enquanto recorte bibliográfico - para melhor enquadrar a discussão nos limites desse texto - nos deteremos em uma de suas obras, especificamente, tida como um divisor de águas quando o assunto é a historiografia de

resistência africana: *Protestand Power in Black Africa* (1970).[1]

Preliminarmente, cabe notar que "resistência" aparece nesta obra como um dos aspectos a serem abordados e não como o laço conceitual que só trancaria as diferentes temáticas. Assim acontece, pois Mazrui elegeu, neste momento, o "protesto" para nomear a oposição africana ao colonialismo, tornando, assim, este vocábulo o alicerce conceitual de sua faina.Consistindo esta, num primeiro ato, em dividir os movimentos de protesto africano em quatro categorias: protestos pela conservação; pela restauração; de caráter transformador e, finalmente, protestos de censura corretiva (MAZRUI, 1970:1185).

Os "protestos pela conservação" estariam vinculados a uma sensação de ameaça que seus participantes nutririam frente a um perigo externo. Este fenômeno seria, essencialmente, uma reação; um ato pela defesa de um sistema de valores comuns. Já os "protestos pela restauração" aconteceriam quando o estado de coisas já tivesse tombado, vencido pelo inimigo externo (IDEM). Os que encabeçassem este tipo de protesto lutariam, nostalgicamente, para fazer o relógio da história retornar seus ponteiros.

Em contrapartida, os "protestos de transformação" seriam manifestações de uma insatisfação profunda com o sistema de valores existentes(IDEM). O que moveria este tipo de manifestação seria o ímpeto a uma mudança social radical. Enquanto os dois tipos anteriores estariam com os olhos voltados para o passado, este outro voltaria sua íris para o futuro. Já a última categoria, os denominados "protestos de censura corretiva", não estaria relacionada com a manutenção ou transformação de um sistema de valores. Seria antes uma iniciativa "*ad hoc*" [*sic*] demandada para modificar aspectos específicos do conjunto do sistema opressor(IDEM).

Considerando as transformações radicais ocorridas na África durante o colonialismo, Mazrui assegura que o fator "protesto" pode ser encarado como um dos indicativos da mudança que leva da "tradição" à "modernidade". Segundo ele, "sociedades tradicionais" estariam, quase invariavelmente, determinadas a preocuparem-se com problemas de conservação social e moral. Isto porque "tradição" é definida por Mazrui como sendo a aceitação daquilo que é "santificado pelo tempo", em suas palavras. Igualmente, as formas mais importantes de protesto em ditas "sociedades tradicionais" seriam aquelas que prezassem pela conservação ou pela censura corretiva. (IDEM: 1186).

A "modernidade" aconteceria quando o espírito de resignação, típico da tradição, sucumbisse frente ao desejo de reforma social. O "protesto" seria, assim, um mecanismo necessário para a transição entre o mundo da aceitação e da conservação (a tradição) e o mundo da reforma e do desenvolvimento (a modernidade) (IDEM:1187).

---

[1] Por conseguinte, o exercício crítico aqui realizado concerne a este trabalho específico. Os limites desse texto e de seu autor não permitem estender a análise ao restante da*oevre*, titânica e fecunda, de Mazrui.

O que subjaz a essa discussão levantada por Mazrui é o problema da determinação da "consciência política" dos movimentos africanos de protesto. Remontando à clássica tipologia de Ranger, Mazrui argumenta que caso a "resistência primária" tenha sido um indicativo de perturbação da fé no mundo que se despedaçava, a "resistência secundária" teria sido um sinal do "despertar das consciências". (IDEM: 1191)

A "consciência política africana", no dizer do autor, estaria vinculada ao advento da modernidade na África. Seria decorrência de uma queixa comum derivada de um pano-de-fundo de humilhação e desigualdade. Essa consciência ter-se-ia tornado uma "consciência nacional africana" quando as razões dessas queixas tornaram-se comuns e partilhadas, desembocando no "nacionalismo africano" (IDEM). Com esse estalar, as consciências passariam a ser, finalmente, politizadas. Logo, a "política" é definida como expressão das aspirações nacionais e, sendo o "nacionalismo africano" o nível de consciência mais elevado para Mazrui, ele seria, por certo, o *protesto político* por definição (IDEM: 1194).

III

A tese de Mazrui mostra-se como aprofundamento das categorias introduzidas por Terence Ranger. Se este último se limitou a uma terminologia binária para a resistência – "primária" e "secundária" – o primeiro a dissecou de forma a construir categorias analíticas mais precisas. No entanto, para além das aproximações e diferenciações possíveis para com a historiografia de resistência que lhe era contemporânea, por que Mazrui se fez valer, neste momento,[2] do termo "protesto" e não "resistência", como faziam seus pares?

Nesse caso, "protesto" parece ter sido utilizado por nele subsistir, aparentemente, a mesma ideia básica de insubmissão e oposição que existe em "resistência". Dois vocábulos para um mesmo conceito historiográfico profundo, isto é, uma mesma episteme basilar que daria ossatura à narrativa histórica.[3] Entretanto, essa ambivalência terminológica advém de um julgamento apressado que só à primeira vista pode fazer sentido.

Segundo Crummey, os estudos sobre protestos devem ser diferenciados daqueles que dizem respeito à resistência. Sua justificativa é que o protesto implicaria a vocalização da insubmissão, enquanto que a resistência poderia subsistir em meio ao silêncio (CRUMMEY1986:10).Semanticamente falando, pois, "protesto" tem por origem o latim *protestari*, que significa "declarar publicamente". Uma declaração pública precisa ser, necessariamente, um

[2] Posteriormente o intelectual queniano irá rever o seu vocabulário de análise, substituindo "protesto" por "resistência". Ver Ali A. Mazrui, "Procurai primeiramente o reino político..." In____; C. Wondji (Edits.), *História Geral da África. Vol. VIII,* São Paulo, Cortez, 2012.

[3] Seguindo este raciocínio podemos abranger ainda mais o leque vocabular e incluir: rebeliões, sublevações, insurgências, etc., em uma lista infindável de aparentes sinônimos de "resistência".

exercício de vocalização de uma determinada demanda reprimida. Um protesto deve ser público e declarado vocalmente, para fazer sentido à própria denominação. A resistência, por seu turno, não precisa desse imperativo.

Além disso, a resistência possui um núcleo ético que escapa a todos os seus possíveis sinônimos. Como assegura Alfredo Bosi, o sentido mais profundo de "resistência" é "aquele que apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*; o antônimo familiar é *de/sistir*" (BOSI, 2002: 118). Ao assumir este conceito o intelectual retorna à esfera da "responsabilidade institucional", de que fala Spivak, assumindo um compromisso ético diante do seu estudo e da sociedade em que ele mesmo se insere(SPIVAK, 2012:58).

Declinam-se dessas considerações duas conclusões: 1) Todo protesto é, por definição, um ato de resistência. Entretanto, nem todo ato de resistência é, necessariamente, um protesto. O protesto seria somente aquela resistência que chegou a ser vocalizada, experimentada no terreno público aberto. 2) Por possuir um núcleo ético mais profundo e um significado bruto mais abrangente é a "resistência" que deve ser encarada como palavra representativa de um conceito historiográfico.[4] Todavia, além de historiográfico o conceito possui também uma dimensão política.

IV

A ênfase na dimensão política do fenômeno da resistência é, certamente, a característica mais saliente do "modelo Mazrui". Entretanto, há um ruído de fundo em sua abordagem que deve ser considerado. Em resumo: sua tese pressupõe que os movimentos de resistência estavam marchando para o Estado-nação e, por conseguinte, tornando-se mais "políticos", "conscientes".

O autor segue, implicitamente, a clássica definição de Hobsbawm, para quem os agentes "pré-políticos" seriam aqueles que não contariam com uma semântica clara, precisa, para expressar suas aspirações. Logo, só os movimentos sociais "modernos" – leia-se: aqueles feitos em moldes do ocidente pós-revolução industrial - poderiam ser considerados políticos por excelência (HOBSBAWM, 1978). Essa é a lógica dual evolutiva que subsiste em toda a historiografia da resistência, tendo em Mazrui uma de suas formas mais bem acabadas. Sua ambição, com isso, consiste em vincular as insubordinações africanas de fins do séc. XIX e princípios do XX – denominadas por ele como "protestos pela conservação/restauração" - com as lutas de libertação nacional então em curso.

Com efeito, todas as categorizações elencadas e definidas por Mazrui possuem sua importância assegurada *a posteriori*, não pelo que são, mas pelo vir a ser, por se encaminharem para a

[4] Consoante, todos os demais termos que em Mazrui – e na historiografia de resistência como um todo - aparecem como sinônimos da resistência devem ser vistos como expressões conjunturais ou significados contextuais da mesma.

modernidade, o Estado-nação, ou, então, por já estarem dentro dele, como no caso do "nacionalismo africano". Trata-se de um esquema teleologicamente delineado.

"Tradição", para Mazrui, está associada a ideias de continuidade, manutenção e linearidade. A "tradição" só existe no tempo estático-linear da continuidade e só é atribuída de sentido se associada aos movimentos de libertação nacional e às noções de modernidade política ocidentais. Persiste em Mazrui o tom teleológico da dicotomia "resistência primária" / "nacionalismo de massas" de Ranger. Tal dicotomia se alicerça na passagem do "pré-político" para "político".

Talvez a lógica binária em questão seja menos relevante do que os modelos elencados parecem supor. Acreditamos ser mais frutífero atentar para o caráter desigual e irregular das transformações da resistência, tomada enquanto fenômeno concreto. Descobrindo, assim, elementos "tradicionais" no período "moderno" e vice-versa sem engendrar em uma fórmula opositiva em que um seria desenho acabado e o outro rascunho preparativo feito às pressas, intempestivamente. Nos afastaríamos, assim, de tipos ideais historicamente evolutivos.

Se encararmos a construção do Estado-nação como fim último da resistência, estaríamos retirando elementos históricos de seu contexto original, submetendo-os a um processo de estetização para, em seguida, recorrer às suas supostas semelhanças classificando-os em tipologias e inserindo-os em uma narrativa política que lhes era originalmente estranha, violentando-os, por conseguinte.

Qualquer constructo teórico-historiográfico que encare a "modernidade" - encarnada pelo "Estado-nação" -, como ponto culminante de uma cadeia processual da resistência estará fadado a confundir duas instâncias diferentes do conceito da resistência. Uma dessas instâncias diz respeito à historicidade própria a um evento específico de iniciativa e oposição anticolonial. A outra é relativa aos fenômenos de ruptura, continuidade ou antecipação que acontecem no interior dessa historicidade.[5]

Obliterando-se estas duas instâncias e incorrendo em um processo de "afinidade seletiva" desagua-se em um vínculo, uma suposta filiação, entre as independências do pós-segunda guerra e as iniciativas anticoloniais do final do século XIX. Não raro, essa filiação foi utilizada enquanto justificativa por movimentos nacionalistas africanos.

O grande risco que há em operar por meio do conceito da resistência é moralizar a pesquisa. Saber que "resistência" possui um conteúdo ético não implica, necessariamente, em fazer da investigação auto-de-fé de uma crença política. É desnecessário crer numa agenda político-pragmática *a priori* para, consensualmente, admitir que tanto as primeiras oposições anticoloniais quanto os movimentos nacionalistas possuem um mesmo vínculo causal objetivo: o colonialismo.

---

[5] Para chegar a essas conclusões adotamos irrestritamente os preceitos de Jacques Rancière. Ver Jacques Rancière, *A partilha do sensível*, São Paulo, Ed.34, 2009.

É preciso atentar, nesse contexto, para uma distinção simples, mas importante, que Wittgenstein não deixa esquecer: aquela que existe entre a *causa* e o *motivo*.[6]O que torna possível o entrelaçamento de todas as iniciativas de ações que fizeram oposição ao colonialismo sob a alcunha de um mesmo conceito é o vínculo causal. Por outro lado, as motivações que subsidiaram estas oposições devem sempre ser demonstradas quando forem diferentes e, tendo em vista a enorme variedade de contextos específicos, essas motivações são, quase sempre, distintas. Mazrui toma o cuidado de elencar as motivações subjacentes a cada tipologia de seu modelo. Contudo, não consegue escapar do tom evolutivo-teleológico.

O potencial de mudança social e emancipação humana que subjaz no conceito da resistência não existem no tempo da filiação teleológica, sua temporalidade é causal.[7] O que há de historicamente objetivo nesse fenômeno é o evento causal que desencadeia as iniciativas que fizeram oposição ao fato colonial e que justifica, no plano da práxis, a utilidade de um conceito estruturante para narrar a insubmissão anticolonial.

V

A teleologia aqui criticada consiste na utilização,às vezes pouco crítica, do binômio "tradição e modernidade". A modernidade pode, e deve, ser discutida sem as ideias de progresso e narração no tempo linear (JEWSIEWICKI, 2010: 115). Da mesma forma, a tradição, pode, e deve, ser pensada para além do estático e do residual.

O termo "tradição", advindo do *traditio* latino, significa, originalmente,"descontinuidade através de uma continuidade dinâmica". É somente com a *doxa* colonial que se inventa o conceito petrificante de tradição. Dentre outras coisas, para descrever "povos primitivos" e diferenciá-los do mundo ocidental – moderno, civilizado.[8] O termo "tradição" vinha lastrear uma suposta unidade intrínseca aos povos colonizados, para, assim, melhor subjuga-los, reificá-los. Assim definida, a palavra "tradição" denota tão só o esforço do invasor estrangeiro em "confiscar a mudança social e a modernidade" próprias aos colonizados,antes de estas converterem-se, eventualmente, em elemento crítico e mobilizador da resistência (BAYART, 2000: 33).

A divisa entre a modernidade ocidental e a tradição dos povos coloniais "primitivos"repousaria

---

[6] Para chegar a essas conclusões foi preciso fazer as mesmas indagações do filósofo austríaco em suas *Investigações filosóficas*: "Qual é a diferença entre motivo e causa? – Como é que se encontra o motivo, como é que se encontra a causa?". Ludwig Wittgenstein, *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações filosóficas*, Lisboa, CalousteGulbenkian, 2008, p. 598.

[7] Conforme argumentou Lukács: o processo histórico "é causal, não teleológico, é múltiplo, nunca unilateral, simplesmente retilíneo, mas sempre uma tendência evolutiva desencadeada por interações e inter-relações reais de complexos sempre ativos". Por este motivo, as orientações que o curso dos acontecimentos parecem tomar "jamais podem, pois, ser avaliadas diretamente como progresso ou regressão". Aceitando essa premissa, é necessário, para nossos fins, dispensar o adjetivo "evolutivo" que faz par ao substantivo "tendência" na passagem do pensador húngaro. GyörgyLukács, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, São Paulo, Boitempo, 2010, p. 70.

[8] V. Y. Mudimbe, *A invenção de África*, Mangualde, Pedago, 2013, p. 234.

em fatores como: novos arranjos de organização política – partidos, sindicatos, movimentos sociais; novas ideologias de mobilização coletiva – socialismo, comunismo, sindicalismo; e, claro, um novo desenho territorial institucionalizado inscrito na nova ordem geopolítica: o Estado-nação. Em suma, a divisa estaria em toda e qualquer novidade saída da abrasadora fornalha ocidental pós-revolução industrial. Moderno, por definição, seria o martelo que as moldava.

Contraditoriamente, esta definição de tradição – bem como de modernidade -usada por Mazrui, mas não só por ele, foi inventada pela ideologia colonial. Nisto reside a problemática mais profunda a ser considerada: ao criticar o colonialismo, denunciá-lo e rechaçá-lo, a historiografia em questão quase nunca pôs em xeque alguns dos próprios termos básicos em que a experiência colonial era, e ainda é, colocada. Se a inserção de um novo conceito na análise foi o grande passo dado por Mazrui e consortes, a superação das antinomias da *doxa* colonial deve ser o passo seguinte. Entretanto, talvez seja por andar coxeando que Godot torne a espera de Vladimir e Estragon tão longa. De todo modo, ainda que em ritmo claudicante, os passos estão sendo dados, cabendo neles a paciência dos vadios beckettianos.[9]

Referências bibliográficas

BAYART, Jean-François. El Estado en África. Barcelona: Bellaterra, 2000.

BOSI, Alfredo. Literatura e Resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CRUMMEY, Donald. (Edit.).*Banditry, rebellion and Social Protest in Africa.*Londres: James Currey/Portsmouth: Heinemann, 1986.

FEIERMAN, Steven."African histories and the dissolution of world history" In BATES R. H;*etalii*(Edits.).*Africa and the disciplines.The contributions of research in Africa to the Social Sciences and Humanities.*Chicago: Universityof Chicago Press, 1993.

JEWSIEWICKI, Bogumil. "Debates sobre a modernidade e relações de gênero na cultura urbana pós-colonial congolesa" In AARÃO, Daniel, *et alli* (Edits.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social.* São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZRUI, Ali A.; ROTBERG, Robert I. (Edits.).*Protest and Power in Black Africa.* Nova York: Oxford University Press, 1970.

MAZRUI, Ali A. "Postlude: Toward a theory of protest" In ____; ROTBERG, Robert I. (Edits.), *Protest and Power in Black Africa.* Nova York: Oxford University Press, 1970.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção de África.* Mangualde: Pedago, 2013.

[9] As inovações na escrita da história são como Godot, sempre anunciadas, mas nunca completamente presentes. Afinal, nenhuma inovação metodológica dá conta do real em toda a sua completude e complexidade. Mas, ainda assim, precisamos delas. De forma que, tal como Estragon e Vladimir, só nos resta esperá-las e, em simultâneo, anunciá-las.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos. Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível.* São Paulo: Ed. 34, 2009.

RANGER, Terence."Connections between 'Primary Resistance' movements and Modern Mass Nationalism in East and Central Africa, Parts I & II"In MADDOX, Gregory. (Edit.). *Conquest and resistance to colonialism in Africa.*Nova York: Garland, 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

3.6 XICONHOCA: O EMPECILHO PARA CONSTRUÇÃO DO *HOMEM NOVO* EM MOÇAMBIQUE (1975-1980)

Cristiane Nascimento da Silva[1]

1. Xiconhoca, o inimigo

Em meados do ano de 2014 foi publicado na Venezuela[1] um livro a partir dos desenhos originais do Xiconhoca, personagem de contornos arredondados criado pelo cartunista Sérgio Zimba em 1976, e amplamente divulgado pelo Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.[2]

A publicação recente por uma fundação ligada ao governo venezuelano possui justificativas que extrapolam a importância histórica do desenho considerando o seu contexto de criação. Nas palavras dos editores, a figura moçambicana ganhou contornos políticos atuais.

> (…) Consideramos pertinente a publicação deste material porque em qualquer lugar do mundo onde exista a possibilidade de empreender processos revolucionários [...] existe também a terrível possibilidade do desastre, que se apresenta quando o povo permite que se instaure pequenos ou grandes gestos de corrupção moral, esta que Chavez denunciava. Xiconhoca é o especulador, o mestre que não aprende, a polícia que não serve, o escritor pequeno burguês que só critica, o fiscal que matraqueia, o estrangeiro que depois de 20 ou 30 anos em Venezuela continua sendo estrangeiro, o pobre que celebra a riqueza na televisão. Façamos a Revolução verdadeira para que o que aconteceu em Moçambique não se repita jamais em nosso país. [Tradução da autora.] (FRELIMO, 2014:13)

---

[1] * Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista CNPQ. cristianenasc@yahoo.com.br FRELIMO. *Xiconhoca.. El inimigo.* Colección Armando Reverón. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2014.

[2] Frente de Libertação de Moçambique. Fundada em 1962 foi o movimento que liderou a luta pela independência do colonialismo português em uma guerra que durou de 1964 até 1974. Assumiu a liderança do país independente em 1975 com a presidência de Samora Machel. Em 1977, depois de seu III Congresso tornou-se um partido de orientação marxista-leninista. Até hoje tem sido governado o país, mesmo depois do estabelecimento do multipartidarismo em 1992.

Não é apenas o governo venezuelano que mantém vivo os traços de nossa figura. Atualmente, o jornal moçambicano *A Verdade*[3] mantém uma seção intitulada "Quem é o Xiconhoca da Semana?" na qual os leitores fazem a seleção dos indivíduos que durante este período "encarnam o espírito" do personagem. De acordo com a redação do jornal, esta seção se justifica pelo fato de ainda existir o Xiconhoca, que ganhou novos rostos e um grande poder, que se beneficia do tráfico de drogas, dos carros que não pagam direitos alfandegários, dos megaprojetos. Os Xiconhocas, podem ser professores, médicos, políticos, advogados ou policiais, do chefe de repartição ao escrivão.

As recentes referências ao desenho mostram o quanto a sua presença e o antimodelo que propagava são atuais. Mas além dos usos políticos e contemporâneos que o personagem possa suscitar, tem-se o intuito aqui de apresentá-lo brevemente e relacionar a sua construção e divulgação como uma importante marca da antítese do cidadão moçambicano que a FRELIMO desejava forjar depois da independência, um Homem Novo.

Este desenho foi muito divulgado sobretudo nas publicações de propaganda da FRELIMO (COLAÇO, 2001:97). Como por exemplo, o jornal *A Voz da Revolução,* produzido pela FRELIMO durante toda década de 60, que tinha como objetivo divulgar as ações políticas da organização, e a *Revista Tempo,* periódico semanal lançado em setembro de 1970 em Maputo. Em seus editoriais esta publicação se colocou como opositora às práticas coloniais portuguesas e a favor da causa da independência. Com a independência do país, a revista foi nacionalizada, ou seja, passou a ser propriedade do Estado, porta voz de seus discursos e práticas.

O termo Xiconhoca é formado por dois nomes, "Xico" e "Nhoca". Xico era uma referência a um indivíduo que pertencia a Polícia Internacional de Defesa do Estado Português – Direção Geral de Segurança (PIDE – DGS)[4], Francisco Lanza – mais conhecido como Chico Feio. E o sufixo Nhoca significa cobra em muitos dos idiomas falados no país.

Chico Feio era um homem negro, com cerca de 1,95 cm de altura, responsável pelas maiores torturas aos membros da FRELIMO presos pela PIDE. Em entrevista a Dalila e Álvaro Mateus, o

---

[3] http://iphone.verdade.co.mz/opiniao/xiconhoca/29984-xiconhoca acessado em 03/05/2015

[4] Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política portuguesa. No ultramar, a PIDE possuía poderes independentes da estrutura administrativa provincial. Nesse sentido, tinha autonomia para prender, deter, expulsar e até mesmo fazer julgamentos sem controle do Judiciário, realizados de maneira secreta por seus agentes. Ver : SOUTO, Amélia Neves . *Caetano e o ocaso do "Império": Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968 – 1974*). Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 164.

jornalista Albino Magaia, membro da FRELIMO e preso pela PIDE em 1965, relatou as atrocidades de Chico Feio:

> Começava nas dez palmatoadas e podia ir até às cem ou mais, tudo dependia dos humores do famigerado Chico Feio. Era Francisco Langa, um preto que era o torturador oficial da PIDE. Tudo dependia dos humores do Chico Feio, de má fama, dos inspetores que comandavam as investigações e dos agentes"(MATEUS, 2006: 38).

Da mesma maneira, Mheti Jucgua Mbazima, também preso pela PIDE contou:

> Quem nos recebeu foi o Francisco Langa, negro mais conhecido por Chico Feio. Às vezes não nos deixava dormir. Punha-se a dançar e a comer pão com chouriço. E nós sem comer nada. Depois obrigava-nos a bater palmas. (MATEUS, 2006: 492)

Xiconhoca representava todos os males que se queria combater na sociedade moçambicana: era alcoólatra, preguiçoso, corrupto e marginal, um inimigo da revolução moçambicana. Além disto, a figura possuía características vistas como negativas, associadas diretamente às heranças do colonialismo português como o racismo, o tribalismo e o regionalismo.

Os conflitos internacionais também eram tratados no desenho. As tensões políticas e militares existentes entre Moçambique, Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e África do Sul (regimes de minoria branca na África Austral) assim como as restrições econômicas decorrentes deste cenário era expostas a partir da "esperteza" do anti-herói. Xiconhoca se vendia por dinheiro e encontrava estratégias para fugir dos preços taxados pelo governo e da falta de alimentos, associada às carências decorrentes do bloqueio econômico regional. Em alguns desenhos, Xiconhoca investia no mercado paralelo, fortemente reprimido pelo governo.

> O Xiconhoca é o traidor que guia as tropas racistas de Smith quando atacam o nosso território; o agitador e boateiro que semeia a confusão no seio das massas; o açambarcador e especulador que contribui conscientemente para a falta de produtos necessários ao nosso Povo com vista a um lucro fácil; o burocrata que complica a vida dos trabalhadores; o marginal alcoólico e criminoso; o operário preguiçoso que boicota a produção; o oportunista que só vê as suas ambições pessoais e recorre a todos os meios para satisfazer; o racista, o tribalista, o regionalista. (FRELIMO, 1979: 06)

Se Xiconhoca representava a personificação dos resquícios da sociedade colonial, a sua antítese era o Homem Novo, que surgia a partir de uma nova sociedade. No desenho ao lado podemos observar dois elementos importantes para esta nova construção social: a valorização do trabalho e o combate ao alcoolismo.

Em várias charges Xiconhoca aparece com uma garrafa na mão ou no bolso, demonstrando o consumo contínuo de álcool, visto como um elemento contrarrevolucionário no período. No artigo de Domingos Antonio Chabela, intitulado "O Povo e o momento actual", (TEMPO, nº 222: 04-05), o autor faz associação entre o alcoolismo e a dominação colonialista que marcava a época.

O texto afirmava que o álcool funcionava como um refúgio, pois sob efeito da bebida, o indivíduo deixava de ter consciência de seus problemas e se despersonalizava. Também o ébrio traria um incômodo social, já que na impossibilidade de reagir agressivamente contra o sistema, o indivíduo sob uso de álcool se revoltaria contra os seus iguais, se tornaria agressivo com as outras pessoas e cometeria crimes, segundo o artigo.

Em um discurso de 1974[5], Samora Machel ressaltou a importância de se combater um "passado de miséria e decadência dos costumes", que se manifestava, segundo ele, na difusão de vícios como o alcoolismo, a droga e a prostituição. Este novo presente construído a partir da independência, surgia com um discurso moralizador em que os indivíduos deveriam ser trabalhadores dedicados afastados dos "vícios coloniais".

Em termos práticos, o discurso de combate aos antigos vícios coloniais se concretizava através das prisões, penas físicas e no envio de homens e mulheres acusados de feitiçaria, prostituição, vadiagem, alcoolismo ou os comprometidos com o antigo regime para os campos longínquos, chamados campos de reeducação. Criados em 1975, estes campos localizavam-se em regiões distantes dos centros urbanos à época, como a região do Niassa. Seu objetivo principal era transformar os "inimigos" ou sabotadores em *homens novos* enquadrados no projeto nacional moçambicano (THOMAZ, 2008:178-213).

Os campos de reeducação funcionavam como lugar de valorização extrema do trabalho, já que os enviados para lá eram "ressocializados" pelo trabalho nas machambas e pela educação nos moldes socialistas.

2. Xiconhoca, a antítese do *homem novo*

O indolente Xoconhoca era tudo aquilo que o novo Estado queria negar e reprimir. Depois de uma década de luta pela independência (1964-1974) contra os portugueses havia o imperioso desafio de se construir um país, uma nação moçambicana.

Ao longo de sua trajetória, a FRELIMO calcou os seus alicerces na oposição radical ao colonialismo europeu a partir de um discurso de união de todas as etnias e credos. Como afirmou Marcelino dos Santos, um dos fundadores do partido, em uma entrevista:

---

[5] Discurso do Camarada Presidente na 24ª sessão do Comité de Libertação da OUA. *In. Revista Tempo* nº 225, 19/01/1975. p. 62.

> Os moçambicanos que se reuniam na FRELIMO vinham de todo o país e traziam consigo as experiências e expectativas mais diversificadas, mas tinham em comum a vontade de libertar a pátria e conquistar a independência. Era esta a base ideológica da FRELIMO em 1962. (CABAÇO, 2009:300)

Neste momento, havia a ideia de que se deveria buscar as raízes para o nacionalismo nas histórias e culturas trazidas por cada militante vindos de diferentes regiões do país. Dentro desta perspectiva, ainda antes da independência o conceito de *homem novo* começou a ser elaborado, e tinha como objetivo reunir de forma gradual as diferentes identidades dos grupos etno-linguistícos em uma realidade 'modernizadora' (CABAÇO, 2009: 306).

Em termos ideais, essas vivências se reuniam a partir dos valores nacionalistas, da educação nos moldes científicos, da hierarquia, da organização que a guerra impunha, mas também pelas relações de solidariedade. Todos esses elementos impediriam, segundo a FRELIMO, uma reestruturação do pensamento tradicional que era formado pela opressão colonial.

De acordo com Cabaço, o laboratório experimental do *homem novo* foi o campo de treinamento central de Nashingwea, na Tanzânia. Neste local se tentou criar uma interação entre uma experiência de vida que contemplasse às condições socioeconômicas e culturais das populações, mas também a formação de valores e comportamentos que os identificassem como pertencentes à FRELIMO. Neste campo, os militantes eram preparados para a guerra, mas também educados ideologicamente sobre os objetivos da luta, sobre o projeto de um país independente (CABAÇO, 2009:307).

Em seu relato, Cabaço não esconde seu entusiasmo ao conhecer o campo em 1974. O autor afirmou que foi só a partir daquela visita que ele foi capaz de compreender o que os militantes chamavam de "nossa Universidade", lugar onde se forjava a unidade nacional a partir da gestação do *homem novo* em oposição ao *velho* (CABAÇO, 2009:307).

Apesar do termo *homem novo* não ser uma exclusividade moçambicana – utilizado também em outros países como Argélia, Angola e Cabo Verde, com o intuito de designar o indivíduo que surge a partir da emancipação colonial – esta conceituação se aplicava ao contexto moçambicano da luta armada, em que a necessidade de se instaurar uma nova ordem exigia a construção de novas realidades e conceitos que se sobrepusessem a dominação colonial. Tratava-se de uma demanda por uma ação real, a guerra, mas também uma elaboração no campo discursivo, o *homem novo*.

As origens do termo remontam a um contexto marxista da década de 1920, associado ao *novo homem comunista* ou *socialista*. O conceito tinha por intuito descrever uma mudança não apenas no

aspecto econômico, mas também individual. O homem, como possuidor de uma essência histórica se transformaria em uma criatura diferente sob uma nova ordem econômica, cujos valores e aspirações se tornavam incompatíveis com a ordem anterior (MACAGNO, 2004:03).

Ao pensarmos na realidade moçambicana é possível afirmar que desde a década de 1960, já havia o marxismo como horizonte de expectativas, formulado anteriormente a adoção oficial do marxismo-leninismo como ideologia do Estado, no III Congresso da FRELIMO em 1977. Este marxismo "tácito" (KRUKS, 1987), iria além da dependência de países como União Soviética e China.

Em termos de discursivos, a FRELIMO defendia que a construção do socialismo era uma consequência natural e necessária da luta de libertação, que nascia da experiência das zonas libertadas conquistadas conforme a frente se ampliava. Essas regiões, de acordo com os dirigentes da FRELIMO, era um modelo na construção de uma sociedade socialista.

Deste modo, o marxismo não seria uma experiência estrangeira, mas o resultado de uma prática de libertação por ela mesma. (BRITO, 1988). Um exemplo elucidativo deste argumento está em uma entrevista de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO concedida em 1968 em que afirmava:

> Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social(...)mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. (....) Há uma evolução do pensamento que se operou durante os últimos seis anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista , revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista (BRAGANÇA, 1978:200).

Parece evidente que a influência marxista tinha a ver com a conjuntura internacional de Guerra Fria e a ajuda recebida por Moçambique dos países socialistas como apoio logístico e treino militar. Mas não era apenas isto. Não é possível reduzir a ideologia da FRELIMO, e consequentemente a adoção do marxismo-leninismo a um único fato, trata-se de um processo, um esforço de mudanças nas mentalidades e na realidade social (EGERÖ, 1992:23).

Aquino de Bragança, um dos mais importantes intelectuais do pós-independência, em um artigo intitulado "O Marxismo de Samora", inseriu Moçambique no contexto de luta pela independência no continente africano, e destacou as condições enfrentadas pelas colônias portuguesas que, diante de sua condição servil, foram obrigadas a repensar a sua situação se inspirando na capacidade de

autodeterminação de outros povos na África. Ele discutiu a emergência de um pensamento marxista em Moçambique a partir de um levantamento a respeito das condições que conduziram à radicalização e à tomada de consciência da luta de classes (MACAMO, 2012:65).

Ainda de acordo com Bragança (BRAGANÇA, 1980:45; 49), desde o seu 1º Congresso (23-28 de setembro de 1964) a FRELIMO havia definido o seu inimigo em termos de classe, o sistema colonial-fascista, sem associação com questões raciais. Antes da independência, a FRELIMO era um movimento dirigido por um "cerne marxisante". A questão de transformar a Frente num partido de vanguarda marxista-leninista tinha sido levantada por Mondlane na véspera do seu assassinato ainda em 1969, e a primeira escola marxista da Frente foi aberta em Janeiro de 1974. Para Bragança, a institucionalização do marxismo-leninismo em 1977 foi apenas a oficialização de um direcionamento já existente.

Como afirmou Sérgio Vieira a fundamental reivindicação dos povos revolucionários era se dissociar completamente do inimigo, romper com os seus valores. Em termos reais esse rompimento se dava através da negação radical do imperialismo e das suas práticas. No entanto, essa ruptura não significava uma simples rejeição, mas a criação de uma nova ética revolucionária, de um novo homem que fosse capaz de compreender o valor da classe trabalhadora e lutar contra a opressão e a exploração. (VIEIRA, 1980)

Vieira situou Moçambique em um contexto de diversos outros movimentos de libertação nacional do período, que se constituíram como uma força militar contra o imperialismo e que encontraram apoio nos países socialistas.

Para ele a existência de um "campo socialista" seria também economicamente significativo, já que como a independência, esses novos países poderiam se reconstruir sob a perspectiva de uma menor subordinação dos países capitalistas permitindo assim uma reorganização da economia e um rápido desenvolvimento econômico.

Além dos contatos logísticos com a China e com a União Soviética havia uma identificação por parte dos combatentes, que ao lerem Mao Tsé-tung e outros líderes, se identificavam com as revoluções comandadas por camponeses. No entanto, esta identificação não pode ser vista como uma simples "imitação".

Alguns estudiosos associam a implantação do socialismo na África a uma compatibilidade desse sistema com as práticas tradicionais africanas. No entanto, o que se pode observar é uma escolha pragmática envolvendo interesses políticos e econômicos. Dentre os diversos motivos, podemos

considerar o fato de que muitos desses novos países não poderiam contar com o apoio do bloco ocidental, que ligados ao imperialismo, se colocavam aparentemente hostis à causa e/ou sem intenção de oferecer auxílio.

Ki-Zerbo (MACAMO, 2012:65) chamou atenção para a existência de um "quebra cabeça histórico", em que se tentaria estabelecer uma relação entre a natureza da política colonial e as consequências ideológicas pós-coloniais. Como por exemplo, porque nenhum país do continente africano colonizado pelos ingleses se declarou marxista-leninista, enquanto os que tiveram Portugal como metrópole tiveram uma experiência marxista-leninista ou o adotaram como ideologia oficial? Os países colonizados pela França se dividiram entre o paradigma anglófono, de ausência de marxismo-leninismo e o paradigma lusófono, de adoção do marxismo-leninismo. Os autores sugerem que teria sido a opressão e a longa permanência do regime português o responsável pela radicalização ideológica.

Independente da resolução adequada deste "quebra-cabeça", cabe considerar a importância da vivência do processo de libertação nacional como um fator fundamental para a opção ideológica do novo país que se formou após a independência. No caso de Moçambique, além da adoção do marxismo-leninismo, os dirigentes da FRELIMO defendiam a existência de um marxismo adaptado às especificidades moçambicanas. O discurso de Joaquim Chissano, membro do Comitê Permanente da FRELIMO, em uma entrevista a Revista *Afrique Australe* em 1970 é muito ilustrativo desta percepção:

> Mas não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países. [...] Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha de nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento. (CABAÇO, 2009: 314)

O próprio Samora Machel ofereceu uma perspectiva da apropriação do marxismo pela FRELIMO. Em uma entrevista com o presidente, na década de 1980, o sociólogo suíço Jean Ziegler em companhia de Regis Debray e José Luís Cabaço, desejava saber a respeito da influência do pensamento socialista na revolução moçambicana. Ele tinha como hipótese a influência do Partido Comunista Português na formação da elite dirigente. Ziegler perguntou a Samora quando tinha lido a primeira vez um texto de Marx. Samora ignorou a pergunta e começou a narrar sobre sua infância,

enfatizando a exploração de seu pai e citando momentos de discriminação e humilhação em que ele havia passado.

Ziegler interrompeu a fala de Samora e repetiu a pergunta. O presidente continuou a contar sobre a fuga para Tânzania, a renúncia aos estudos para ingressar na luta armada e a sua viagem de treinamento para Argel. Samora disse que foi neste momento em que chegou a ele um livro de Marx. O presidente afirmou que ao ler o livro passou-se diante dele toda a sua experiência de vida e ele se deu conta de que estava lendo Marx pela segunda vez.

Samora Machel não foi o único a responder perguntas deste tipo. Em 1971, após um discurso no Central Hall em Londres, Amilcar Cabral, líder do PAIGC[6], foi perguntado a respeito do fundamento ideológico do movimento que liderava, e em até que ponto o marxismo e o leninismo foram importantes para o desenvolvimento da guerra na Guiné Bissau. Cabral respondeu da seguinte maneira:

> Confesso que não conhecíamos lá muito bem estes grandes teóricos quando começamos. Não os conhecíamos nem metade do que conhecemos agora. Precisávamos conhecê-los, como afirmei, para avaliarmos em que medida podíamos aproveitar da sua experiência para beneficiar a nossa situação - mas não necessariamente para aplicar a ideologia cegamente apenas porque é uma ideologia muito boa.
>
> (...) O nosso desejo de desenvolver o nosso país com justiça social e com o poder nas mãos do povo é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe explorando e dominando o trabalho do nosso povo. É esta a nossa base. Se quiser chamar isto de marxismo, chame. A responsabilidade é sua. (BRAGANÇA, 1978:131)

---

[6] Agrônomo de formação, Cabral também foi poeta e fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). É considerado o "pai" da independência conjunta de Cabo Verde (5 Julho de 1975) e Guiné-Bissau (oficialmente a 10 Setembro de 1974).

Neste sentido, é possível observar que tanto no discurso de Amilcar Cabral, quanto no de Samora Machel acreditava-se que o marxismo nesses países nascia da opressão colonial, da prática revolucionária e que era capaz de se adaptar às especificidades locais. Oficialmente, a FRELIMO se definia como uma síntese das experiências revolucionárias do povo moçambicano com princípios universais do marxismo-leninismo, marcando um distanciamento dos outros modelos socialistas como o soviético ou o chinês.

Com a independência se acentuou os ideais pronunciados por Machel ainda na década de 1970 durante a II Conferência do Departamento de Educação e Cultura. Ele afirmou que para "Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas isso requer que nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação." (MACHEL, 1973: 05).

Em 1978, a revista Tempo (398: 27-38) publicou um discurso de Sérgio Vieira, membro do Comitê Central da FRELIMO cujo título era "O *homem novo* é um processo". Em sua fala afirmava que era a partir da emergência deste *homem novo* que a revolução triunfaria ou fracassaria, e que deveria ser um ideal a ser alcançado.

A partir de 1977, quando a FRELIMO assumiu o marxismo leninismo como política de Estado, o conceito de *homem novo* ganhou outros significados com contornos mais moralistas, não mais apenas relacionados a oposição ao colonialismo. A partir deste momento, este novo homem representava um indivíduo distante dos valores tribais e religiosos, possuidor de uma educação formal e que a partir da ética do trabalho poderia construir a nação moçambicana.

Segundo Colaço, se por um lado o governo implementado pela FRELIMO buscava construir uma nova ordem social que rompesse com o aparelho do Estado Colonial a partir de projetos socialistas com fortes bases populares, por outro lado, as características autoritárias e repressivas do Estado Colonial foram mantidas no período da independência" (COLAÇO, 2001: 93).

Tanto na política colonial quanto na revolucionária o indivíduo era obrigado ao trabalho, sob o risco de ser considerado vadio. Havia sempre uma coerção, já que aqueles que não estavam enquadrados dentro desta nova ordem, os Xiconhocas eram enviados para os campos de reeducação espalhados pelo país como os de Niassa (Unango), M'sawize (Mavago), Mutatel, Mwembe e Majune (M'telela); do Cabo Delegado (Montepuez e Mocibua da praia); do Sofala (Sakuzo); de Inhambane (Inhassune). Os homens entravam como inimigos do povo e saíam, em tese, como *homens novos*.

Se a criação do personagem Xiconhoca pretendia ilustrar "os males da sociedade moçambicana", ele também servia como instrumento de controle social, já que se desejava romper com os valores coloniais, mas também os valores tradicionais, vistos por esta elite do sul do país que assumia o poder, como tribais. Dentro desta proposta havia uma necessidade de vigiar e controlar práticas como criminalidade, poligamia, ritos de iniciação, práticas consideradas obscurantistas, crenças religiosas entre outros. Para o Departamento de Propaganda, a anatomia política de Xiconhoca possuía orelha de boateiro, mãos de especulador, olhos de racista, nariz de tribalista, dentes de regionalista, pés de confucionista.

Joaquim Maloa afirma que o personagem foi um investimento político que interferiu no comportamento juvenil, já que produziu uma imagem negativa para diversas condutas sociais, qualificando e desqualificando comportamentos. Ser chamado de "Xiconhoca" era depreciativo, degradante e representava ser identificado como "inimigo do povo" e "impuro". (MALOA, 2012:72)

A partir das considerações acima podemos notar a importância do Xiconhoca para divulgação e formação dos novos ideais do Estado, que ao se afastar dos valores considerados como coloniais, tribais, visava construir um novo indivíduo.

Referências Bibliográficas

BRAGANÇA, Aquino de. WALLERSTEIN, Immanuel. *Quem é o inimigo* (III). Iniciativas Editoriais: Lisboa, 1978.

BRITO, Luis. "Une relecture nécessaire la gênese du parti Etat FRELIMO". *Politique Africaine*, Nº.29, March 1988.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CABRITA, Dalila. MATEUS, Alvaro. *Memória do Colonialismo e da Guerra*. Lisboa: Editora Leya, 2006.

COLAÇO, José Carlos. "Trabalho como política em Moçambique" *In.* FRY, Peter. Moçambique Ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

EGERÖ, Bertil. *Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia*. Arquivo Histórico de Moçambique: Maputo, 1992

FRELIMO. *Xiconhoca: o inimigo*. Maputo: Departamento do trabalho ideológico, 1979.

KRUKS, Sonia. "From Nationalism to Marxism: The ideological History of FRELIMO, 1962-1977". *In. Studies in Powwer and Class in Africa.* Irving Leonard Markovitz (ed.): 1987.

MACHEL, Samora. "Educar o Homem para vencer a Guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a Pátria" . 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC. Coleção "Estudos e Orientações" nº2. Novembro de 1973. Disponível em:

http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos_cientificos_imprensa/fd_4725.pdf

MAZRUI, Alli R (ed.). *História Geral da África Vol. VIII - África Desde 1935*. Col. História Geral da África, UNESCO, 2011.

MACAGNO, Lorenzo. "Fragmentos de uma imaginação Nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), 2009.

MACAMO. Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade". In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.) *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: Codesria, 2012.

MALOA, Joaquim Miranda. "O lugar da desordem: Um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga". Dissertação. São Paulo: USP, 2012.

SOUTO, Amélia Neves de. Caetano e o ocaso do "Império": Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968 – 1974). Porto: Edições Afrontamento, 2007.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "Escravo sem dono" a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.51 nº1, 2008.

VIEIRA, Sérgio. *Intervenção na Conferência Científica em Berlim, 20-24 Outubro de 1980*. Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane, Cota 16A.

3.7 TRABALHO FORÇADO, TRABALHO ANÁLOGO AO ESCRAVO E MIGRAÇÕES

Norberto Ferreras

"Gatinho de Cheshire", (...) "O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?"
"Isso depende muito de para onde você quer ir", respondeu o Gato.
"Não me importo muito para onde...", retrucou Alice.
"Então não importa o caminho que você escolha", disse o Gato.
"...contanto que dê em algum lugar", Alice completou.
"Oh, você pode ter certeza que vai chegar", disse o Gato, "se você caminhar bastante."
(Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll)

Uma das maiores dificuldades do empresário capitalista tem sido a de conseguir trabalho barato. Quando falamos em trabalho barato estamos falando em mão-de-obra de baixo custo e disciplinada, ou seja, com baixa taxa de controle. Esta é uma questão que sempre preocupou aos empresários e que tem se acentuado com os avanços da organização dos trabalhadores, da lei e da fiscalização. O que desvela cada vez mais aos empregadores não coincide com as expectativas dos trabalhadores. Para empresários gananciosos, o trabalho forçado aparentemente pode vir a resolver a questão dos custos trabalhistas. O trabalho barato na economia, segundo a teoria clássica, está ligado à criação de um exército de reserva por várias vias. Os primeiros industriais entendiam que com a expulsão dos trabalhadores das suas próprias unidades produtivas estes necessariamente se empregariam nas novas indústrias ao preço da manutenção da vida. Neste sentido a expansão e consolidação do sistema fabril e manufatureiro dependia da expansão da oferta de mão-de-obra. A vida dos trabalhadores era vista como muito próxima daquela que se pensava ser a dos escravos. Dickens e Engels foram dois dos mais conhecidos cronistas desta visão apocalíptica do trabalho durante a Revolução Industrial e se bem não identificavam nas suas vidas a falta de liberdade, mas, as condições de vida esmagadoras eram as que igualavam ambas categorias de trabalhadores.[1]

---

[1] Leituras catastrofistas do trabalho escravo de do trabalho assalariado eram muito frequentes nos primeiros momentos da Revolução Industrial. Algumas descrições destas leituras podem ser encontradas em vários autores do período. Uma aproximação às mesmas em: HOBSBAWM, Eric "A História e as '*Satânicas Fábricas Escuras*'" IN: HOBSBAWM, Eric *Os Trabalhadores. Estudos sobre a História do Operariado.* RJ: Paz e Terra, 1981, pp. 113 a 127.

A primeira pergunta é: o que é o trabalho barato? Esta é uma categoria multidimensional que dificilmente podemos responder do ponto de vista do empregador. O trabalho barato implica na utilização de trabalhadores que conseguem desempenhar as suas atividades de forma eficiente, por pouco dinheiro em relação à produto desenvolvido e que aceitam as condições de trabalho sem contestar a jornada e o ritmo de trabalho impostos. A escravidão é vista como a reunião de todos estes elementos, pelo fato de que o trabalhador seria uma propriedade e não teria vontade própria. Com a abolição legal da escravidão outras alternativas foram acionadas. A dívida e o tráfico de pessoas tem sido as principais formas de forçar o outro ao trabalho, geralmente estas formas estão no limite da legalidade.

Mas, isto não explica porque alguém se submete às dívidas e ao trabalho forçado. A forma de entender isto é que na maior parte dos casos o trabalho forçado é provido por migrantes (internos ou externos). A forma em que um trabalhador ingressa na rede da dívida e do trabalho forçado está vinculada com algumas questões que aparecem simplesmente mencionadas em outros casos: a promessa de um ingresso monetário melhor que na região da recruta; o mediador entre o trabalhador e o local de trabalho, que tem que ser confiável para quem procura emprego; a possibilidade de retorno num prazo adequado. Estes são os elementos para alguém ser contratado e entrar na rede de exploração, depois temos que caracterizar aqueles outros elementos que são necessários para permanecer no local da exploração: a falta de contatos ao exterior do local de cativeiro ou dívida; contexto contrário ao trabalhador, como poderia ser uma sociedade organizada para a retenção e controle dos cativos; a repressão no local e ainda a subjetividade do cativo: a honra e o orgulho de ser trabalhador que lhes obriga para com uma dívida excessiva e com um trabalho esmagador.[2]

Esta breve introdução tem por objetivo avançar sobre algumas questões próprias do tema que analisaremos aqui, a questão do trabalho forçado ou trabalho análogo à escravo. A utilização desta terminologia nos leva a pensar a mesma com um campo de disputas e debates, de apropriações e redefinições, assim como de intervenções em torno do mesmo, como se se tratasse de uma obra de arte que de tanto ser revisitada passa a ser outra coisa diferente do original. Uma destas apropriações e redefinições é a realizada por Kevin Bales no seu conhecido *Disposable People* apresenta as diferenças entre a escravidão "antiga" e a "nova", como ele as denomina, e até pareceria que os senhores de escravos são benfeitores diante da situação contemporânea. E não o eram. Poderíamos dizer que um e

---

[2] Sobre estes aspectos da cultura do trabalho entre muitos dos migrantes, especialmente entre os trabalhadores nordestinos, ver: ROCHA, Cristiana Costa da *A vida da lei, a lei da vida. Conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente* Tese Defendida no PPGH-UFF Niterói, 2015, pp. 191 e 192.

outro eram produtores capitalistas em duas situações diferentes e com possibilidades diferentes. Vamos as diferencias estabelecidas por Bales.[3]

Velha escravidão	*Nova escravidão*
Propriedade legal habilitada	Propriedade ilegal
Alto custo de aquisição	Baixíssimo custo de aquisição
Benefícios baixos	Altíssimos benefícios
Escassez de escravos potenciais	Disposição de escravos potenciais
Relações de longa duração	Relações de curta duração
Manutenção dos escravos	Os escravos são descartáveis
Importância das diferencias étnicas	Sem importância das diferencias étnicas

Esta é uma descrição do atual sistema de trabalho forçado mas não passa de uma apresentação do fenômeno, mas não é uma compreensão do mesmo. De fato, é mais uma mistificação do trabalho forçado que a transforma em escravidão, sem uma compreensão do que é o trabalho forçado, ou ao

[3] BALES, Kevin *Disposable People. New slavery in the Global Economy* Berkley, University of California Press, 2000, p. 15. Bales não é o único a intervir na questão da escravidão contemporânea de forma tal que a mesma acaba sendo vista como um manual prescritivo de comportamentos adequados para a sua erradicação pelo consumo consciente. O texto foi livremente traduzido pelo autor deste trabalho. O *Reporter Brasil* adaptou este quadro para a realidade brasileira da seguinte forma:

Brasil	*Antiga escravidão*	*Nova escravidão*
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão-de-obra	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte
Lucros	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos	Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito
Mão-de-obra	Escassa. Dependia do tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução. Bales afirma que, em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a r$ 120 mil	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por r$ 150,00 em Eldorado dos carajás, sul do Pará
Relacionamento	Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável são os que se tornam escravos, independentemente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos

menos do que temos no Brasil. O livro de Bales tinha como objetivo comover o leitor para as causas do neo-abolicionismo, mas o problema é que o neo-abolicionismo não consegue uma compreensão adequada do mesmo, centrado na discussão terminológica e na associação do fenômeno do trabalho forçado com a escravidão, e igualando diversas práticas no seu interior. O neo-abolicionismo, do qual Bales é uma das caras visíveis, centra a análise numa visão moralista e individualista da questão. Em princípio, temos a dúvida moral sobre o que devemos fazer em relação ao trabalho forçado (no caso substituindo o "forçado" por "escravidão" sozinho ou com alguma outra qualificação): comprar os escravos, comprar as suas dívidas, comprar as fazendas em que produzem, e assim por diante. Por outro lado, há uma crítica moral ao uso de trabalhadores em cativeiro, produto da concepção de mercado em que os fatores de produção devem ser livres. Esse moralismo se manifesta e potência na insistência da utilização do termo "escravo", com ou sem adicionais, tentando uma associação semântica às práticas que têm sido abolidas no século XIX e rejeitadas, com este nome e nos seus territórios, nas sociedades ocidentais. Estas soluções são voluntaristas e não conseguem compreender a dimensão do fenômeno, porque reduzem o problema à ideologia (o progresso contra o atraso) e à moral (a luta do bem contra o mal).[4]

No Brasil enfrentamos a exploração excessiva de parte dos seus trabalhadores que denominamos "trabalho análogo à escravo" o que está vinculado à sua própria estrutura produtiva e ao tipo de inserção no mercado mundial. As análises sobre o mesmo não têm partido de uma abordagem econômica ou social centrando-se no fenômeno, digamos que as pesquisas tomaram um rumo fenomenológico. Esta fenomenologia tem três fontes diferentes. Por um lado, a Igreja Católica que tem sido muito atuante na identificação e denuncia desta questão. Por outro lado, a Justiça brasileira e os fiscais do trabalho, que identificam os casos e atuam sobre os mesmos. E, finalmente alguns acadêmicos e membros do terceiro setor que se aproximam a esta questão reivindicando o termo "escravidão" para analisar o trabalho forçado reduzindo-o a um dos seus aspectos, que entendo ser o menor deles: a liberdade. Nos três casos deixam de ser verificadas as razões econômicas, sociais e culturais e as ramificações do uso deste tipo de trabalho.

Porque no Brasil temos esta acepção de "trabalho escravo" por "trabalho forçado"? A introdução do tema, a identificação do trabalho forçado e a sua divulgação no Brasil se deu a partir da intervenção e mobilização criada pelo Padre Pedro Casaldáliga com a sua Carta Pastoral "Uma Igreja da

---

[4] Kevin Bales não é o único que poderia ser colocado nesta seção do moralismo tranquilizador, em várias sessões do TED (acrônimo de "Technology, Entertainment, Design") há apresentações sobre a escravidão, há fotógrafos que retratam a escravidão contemporânea (como Lisa Kristine: http://ideas.ted.com/2014/06/26/images_of_modern_slavery/), ONG's que lidam com esta questão, como a Slavery International e a Walk Free entre outros.

Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social" de outubro de 1971 onde ele associava o regime de trabalho nas fazendas com a escravidão. A Carta ganhou mais notoriedade quando no mesmo mês o Padre virou Bispo de São Felix do Araguaia. Um ano antes o Padre Casaldáliga tinha lançado um documento titulado "Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso" que fazia referência ao comportamento de autoridades e latifundiários na exploração dos trabalhadores. O primeiro documento é mais revelador que o segundo, o Padre vinculava os casos de trabalho forçado aos elementos teóricos e analíticos do período: a grande discussão dos modos de produção latino-americanos[5], a associação de determinadas formas de trabalho com alguns desses "modos de produção" e a interpretação marxista da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja.[6] Duas caraterísticas do atraso se conjugavam de uma vez neste documento: o feudalismo e a escravidão. O Padre Pedro, depois Bispo, identificava no Norte de Mato Grosso o que os livros estavam lhe ensinando: ao feudalismo correspondia algum tipo de servidão revenida em escravidão. Não foi uma reflexão moralista ou uma leitura desde o Direito aquela que norteou a sua intervenção, foi muito mais uma interpretação dos debates sobre a transição possível para o socialismo na América Latina, desde a sua posição no catolicismo progressista, da Teologia da Libertação, que nesse momento tomava corpo como denominação ao interior da Igreja Católica.

O Padre Pedro condensava uma interpretação e dava um nome aquilo que enfrentava, e a definição vinha do seu background teórico antes que do seu conhecimento da legislação brasileira. Ao longo das duas décadas seguintes assistiremos a um duplo movimento de adaptação desta forma de denominação do fenômeno da exploração no interior rural brasileiro com a forma legal adequada ao seu combate. Assim o trabalho forçado foi transformado em "trabalho escravo" devido a ação do setor progressista da Igreja Católica, que disseminou a utilização do termo "escravo". E, também, pela associação deste termo com a existência de um artigo no Código Penal de 1940, o 149, que punia o ato de reduzir alguém à condição análoga a de escravo com pena de reclusão de entre dois a oito anos de prisão. "Escravo" e "análogo a escravo" foram definitivamente associadas.[7]

---

[5] Ver ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. *Modos de produccion en America Latina* Siglo XXI, Buenos Aires, 1986. A primeira edição é de 1973, porém os artigos já circulavam e eram parte das definições dos partidos de esquerda sobre a América Latina.

[6] A Teologia da Libertação ganhou visibilidade em 1971 com o lançamento do livro *Teologia da Libertação* do sacerdote peruano Gustavo Gutierrez. Desde 1968, quando teve lugar a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, o progressismo católico teve uma presença forte na Igreja latino-americana com a organização das comunidades eclesiais de base. Igualmente nunca teve uma institucionalização como corrente de ação. Para mais detalhes sobre a Teologia da Libertação e este momento fundacional ver LÖWY, Michael *A Guerra dos Deuses. Religião e política na América Latina* Petrópolis, Ed. Vozes, 2000, cap. 2.

[7] SENADO FEDERAL. SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES *Decreto-Lei 2.848, de 7/12/1940. Código Penal* IN: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343. Consultado em 29/05/2012. É bom lembrar que o Código só passou a vigorar em 1 de Janeiro de 1942.

Temos melhor documentado o que aconteceu depois deste momento na sociedade brasileira e os desdobramentos produto deste big-bang. O interessante é que este momento representa uma inversão dos debates internacionais sobre a questão do trabalho e as suas formas de sujeição. O que representou um avanço no Brasil na luta contra a exploração intensiva e excessiva dos seus trabalhadores foi, ao mesmo tempo, uma confusão dos termos que estavam delimitados desde a década de 1930 quando a Liga das Nações ficou a cargo da questão da escravidão e a Organização Internacional do Trabalho com o trabalho forçado.[8] Sendo a "escravidão" associada ao processo de "civilização" das sociedades não ocidentais e o trabalho forçado vinculado à questão colonial e à valorização das colônias.

A questão da exploração é o ponto cego de certas análises sobre a escravidão contemporânea porque reduzem a questão a um problema legal, entendendo que há um nível de exploração aceitável (COOPER, 2000: 108). Esta questão poderia ser alargada incluindo outros trabalhadores que estão submetidos a um alto grau de exploração pela carga excessiva de trabalho (seja pelo volume de trabalho exigido ou pela quantidade de horas destinadas ao mesmo), pelas péssimas condições de reprodução da mão-de-obra, e pelo tratamento recebido. A legalidade formal do ato de trabalhar (ter a carteira assinada e os pagamentos das cargas sociais em dia), pode estar comprometida pela forma em que a atividade é exercida e as consequências a curto e mediano prazo da mesma. Um trabalhador que corta cana de açúcar ou que colheita laranjas, por citar dois exemplos, pode estar exercendo as suas tarefas dentro do marco legal, mas o médio em que são desenvolvidas provoca um desgaste brutal no trabalhador. O problema técnico neste momento é que os indicadores disponíveis são aqueles que registram a ilegalidade.

No que neste momento queremos mostrar é que em grande medida a exploração que sofrem os trabalhadores no Brasil, e poderíamos levar isto para outros locais, é devido ao fato de serem trabalhadores-migrantes, tanto os legais quanto os ilegais, mas teremos que nos restringir aos ilegais. Queria apresentar rapidamente para vocês uma série de dados ministrados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Ministério do Trabalho e Emprego para verificar a hipótese da estrangeria absoluta ou relativa do trabalhador em situação de vulnerabilidade e exploração excessiva e intensiva. Podemos comprovar que o trabalhador nesta situação de exploração é um migrante.

---

[8] Para mais detalhes ver FERRERAS, Norberto e SECRETO, María Verónica *Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho forçoso, trabalho degradante, trabalho análogo à escravidão e outras categorias no Mundo do Trabalho Contemporâneo* IN: FERRERAS, Norberto O. e SECRETO, María Verónica **Os Pobres e a Política**:Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

É interessante verificar a forma em que as organizações internacionais apresentam a questão da escravidão e do trabalho forçado. Em princípio os números existentes sobre trabalho forçado ou trabalho escravo, são muito difíceis de serem aceitos, devido a que são números que reúnem realidades muito diferentes e de difícil verificação. Vejamos o que acontece com os dados globais que apresenta a OIT. Os números mundiais absolutos estabelecidos por esta instituição OIT são de 21 milhões de trabalhadores forçados. 15,400 são adultos (74%) e o resto crianças. 11,400 são mulheres (54%) e o resto homens. Estes dados nos darão a dimensão das diferenças com o Brasil. Na estatística da OIT a utilização de trabalho forçado migrante estaria concentrada na exploração sexual, sendo que os trabalhadores locais seriam os principais escravizados. As estatísticas são muito difíceis de serem transladadas do global ao nacional e do nacional às diferentes regiões do Brasil. Os números da OIT são apresentados de forma tal que não podem ser desagregados (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2014:9)[9]

TABELA 1

Dados Estatísticos do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil (2013)

POR GÊNERO		%
Masculino		95,3%
Feminino		4,7%
Total		100,0%
POR IDADE NO RESGATE		%
<17	345	1,2%
18-24	8732	30,4%
25-34	9518	33,2%
35-44	5803	20,2%
45-54	3251	11,3%
55	1189	4,1%
MÉDIA	32 anos	

Fonte: Trabalho Forçado a escala nacional (2003/2012) por Gênero e Idade. REPÓRTER BRASIL *Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo. Síntese Estatística em 31/12/2013*

[9] Os números correspondem à consolidação dos dados realizada em 2012.

Os dados nacionais disponíveis e organizados até 2013, apresentam uma perspectiva diferente. O caso brasileiro mostra que os trabalhadores são migrantes, mesmo ao interior de cada um dos estados da União. Os dados disponíveis nos remetem ao trabalho masculino adulto, sendo insignificante a quantidade de menores. Sobre migrações os dados são restritos, mas quando cruzamos os dados das unidades federativas em que estão situadas as unidades produtivas com o estado em que o trabalhador recebe o benefício do auxílio-desemprego, sem mencionar o estado da naturalidade, os dados nos permitem inferir numa alta percentagem de migrantes aparecendo também imigrantes entre os libertados.[10]

Os imigrantes nos permitem pensar nas mudanças que estão em andamento na estrutura produtiva nos últimos anos. Para ter uma ideia destas mudanças temos que registrar: 1) que o número de resgates tem diminuído nos últimos anos, principalmente desde o pico de meados da década passada até um mínimo em 2012. Atribuímos isto em principio à repressão à utilização de trabalhadores escravos, e principalmente, às políticas sociais de distribuição de renda por parte da União e dos Estados, o que tem limitado a saída dos migrantes. Isto tem levado a outros graus da exploração dos trabalhadores legalizados.

2) A segunda grande mudança é a emergência da "escravização" urbana. Em 2013 foi constatada a maior libertação de trabalhadores no setor urbano no lugar do rural, principalmente entre trabalhadores da construção civil e na produção têxtil. Neste ano o 51% dos trabalhadores que foram resgatados estavam em trabalhos urbanos como na indústria têxtil ou na construção civil. Embora o número de estabelecimentos urbanos fiscalizados fosse 34% do total.[11]

Falamos em imigrantes porque nos últimos tempos percebe-se a presença de trabalhadores estrangeiros entre os resgatados, principalmente entre os trabalhadores da construção civil, da confecção e de trabalhadores de bares e restaurantes.

No primeiro caso são trabalhadores haitianos que chegam contratados ou convocados por familiares. A contratação é realizada muitas vezes no exterior, no Haiti ou no Peru, levando ao trabalhador a receber um adiantamento para chegar ao local de trabalho. Este adiantamento iniciará o

---

[10] Os dados sobre o Brasil estão consolidados em REPÓRTER BRASIL *Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo. Síntese Estatística em 31/12/2013 (atualização final 27/03/14)* Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/01/S%C3%ADntese-estat%C3%ADstica-do-TE-2013-ATUALIZADA-em-27.03.20141.pdf (Consultada em 20/11/2014).

[11] Idem.

seu ciclo de servidão por dívida, que ligará o trabalhador ao local de produção. Entre os têxteis predomina o trabalhador boliviano que é recrutado no seu local de moradia e novamente recebe um adiantamento ou a passagem mais dinheiro para as despesas da viagem. A dívida está assim formada. Finalmente entre os trabalhadores de bares e restaurantes, novamente a dívida é central na estratégia para fixar o trabalhador, mas esta é uma migração de longuíssima distância e tem lugar ao interior da própria comunidade chinesa.

Se nós temos fiscalizações e penalizações que apresentam os aliciadores e empregadores como criminosos, se nós temos marcas prestigiosas no mercado que acabam sendo vinculadas com a utilização de trabalho escravo, porque eles recorrentemente utilizam trabalho escravo? Porque arriscam a sua reputação com a Lista Suja do Ministério do Trabalho[12]?

A questão deve ser recolocada tentando a compreensão do funcionamento do Capital. Mencionamos anteriormente a questão da formação do mercado de trabalho e a procura por trabalho barato. A primeira questão que temos que considerar é a questão das *leis do movimento* do Capital: A concorrência, a acumulação e a maximização do lucro. (WOOD, 2000:14) O princípio predominante da economia anterior à hegemonia do capitalismo era: "comprar barato e vender caro", transferindo produtos de um mercado a outro. Com a centralização dos Estados contemporâneos vemos que esta tendência passa a ser cada vez mais limitada. Passou-se a uma competência pela produção com melhores preços, dentro de um mesmo mercado. As regulações e controles implementados no Brasil ao longo do Século XX e a crescente legislação trabalhista fizeram com que a produção barata fosse possível unicamente pela via do aumento da produtividade e ou pelo deslocamento da produção a regiões com baixa organização sindical que permitia uma maior disciplina e menores salários era uma estratégia de curta duração. A desregulação de mercados ao longo da década de 1990 e o crescimento econômico comparado da economia brasileira facilitaram um retorno ao "comprar barato e vender caro". Neste caso pela via de importação de trabalhadores. Os migrantes internos são conscientes de ser parte do mercado nacional do trabalho, recebem certos benefícios sociais que estão limitando a exploração destes grupos, assim como existem estratégias de sobrevivência, por parte dos trabalhadores no setor informal que são vistas como alternativas e oportunidades para os mesmos. Daí a queda nos

---

[12] É conhecida como a *Lista Suja* o Cadastro de Empregadores que tenham submetido os seus trabalhadores a condições análogas às de escravidão criada pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2, de 12 de maio de 2011 e da qual participaram o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Cadastro tinha sido criado em 2003 e alcançado estatuto de política de Estado com a Portaria de 2011. Ficou suspenso durante 3 meses em inícios de 2015 pelo Supremo Tribunal Federal e reconduzido em Março de 2015. Maiores detalhes em: BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO *Portaria do MTE cria cadastro de empresas e pessoas autuadas por exploração do trabalho escravo* Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm (Consultado em 05/07/2015).

resgates. O acesso à mão-de-obra barata como acontece em outros países, como na China ou no Sudeste Asiático, está disponível a todos os empresários por igual.

Por tanto, a vantagem estaria na compra de trabalho barato no mercado internacional, utilizando elementos de afixação e controle dos trabalhadores imigrantes pelo recurso da informalidade e da ilegalidade. Em alguns casos as empreiteiras importam trabalhadores porque já tem presença nos países de origem, dando início a um sistema de encadeamento, ou valem-se da *coiotagem*[13] para a contratação dos mesmos na fronteira. Também temos o recurso das correntes imigratórias já estabelecidas e tradicionais como as de bolivianos e peruanos. O recurso à ilegalidade, terceirizada na mais das vezes, está vinculada com a concorrência. Se alguém tem acesso a trabalho barato ilegal, a única forma de neutralizar essa vantagem é pela mesma via, permitindo manter a taxa de lucro e a ampliação da escala da produção. A ilegalidade e o risco de ser alvo de campanhas por parte dos organismos dos DDHH são problemas menores se o lucro compensa e o consumidor é complacente, preferindo melhores preços ao trabalho livre.

As leis do Capital, porém, não explicam tudo. Os trabalhadores também fazem os seus cálculos econômicos e estabelecem as suas prioridades. A resposta de que estes trabalhadores ganham melhor do que o que ganhariam no local de origem seria uma aproximação economicista, que pouco poderia explicar. São muitos os que poderiam falar o mesmo, sem sair de casa. Geralmente esta é a explicação dada pelos empregadores como justificativa para a exploração intensiva. Há outras respostas possíveis. Em entrevistas com descendentes de escravos Hebe Mattos e Ana Lugão identificaram o uso das palavras "cativo" e "cativeiro" para se referir ao período anterior à abolição (MATTOS, 2005: 44-5). O cativo era o "capturado" e "escravo" era utilizado para quem nascera nessa instituição. A partir desta chave interpretativa estabelecidas por Mattos e Lugão, relacionada com as definições construídas pelos próprios descendentes de escravos e a forma em que eles próprios interpretam o significado do cativeiro dos seus antepassados é que temos que estar atentos para a construção e adjudicação de roles aos trabalhadores em situação irregular no mercado de trabalho. Assim como não podemos deixar de perceber que há forma de pensar o trabalho realizado desde a forma de compreensão do próprio migrante.

Os trabalhadores irregulares, não se consideram a si próprio como cativos. Eles se definem como "trabalhadores", sem mais adjetivos. Os trabalhadores contemporâneos, migrantes na maioria

---

[13] Para uma definição de *coiotagem* ver: SPENER, David "El apartheid global, el coyotaje y el discurso de la migración clandestina: distinciones entre violencia personal, estructural y cultural" IN: *Migración y Desarrollo, N. 10*, Zacatecas, Red Internacional de Migración y Desarrollo, 2008.

dos casos, também invertem os significados: o trabalho, mesmo em condições degradantes, é associado com a "dignidade", a sua falta é que é a escravidão. Evidentemente estes trabalhadores não partilham a visão empobrecida da escravidão que foi utilizada nos últimos anos para estigmatizar estas práticas e que acabam transformando os trabalhadores migrantes em objetos. O Padre Roque Patussi, Coordenador do Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI), aponta para esta situação no relatório da CPI do Trabalho Escravo realizada em 2014 no Estado de São Paulo:

> (...) *os imigrantes não se sentem escravizados*, temos que partir desse ponto. Todos eles dizem – *eu era escravo quando não tinha emprego no meu país, por que eu não tinha dinheiro*, dependia do meu pai e da minha mãe, vivia numa situação de extrema miséria, vivia numa situação de violência.[14]

A compreensão do Capitalismo contemporâneo e as suas leis da concorrência, o enquadramento jurídico adequado e o reconhecimento das necessidades econômicas e culturais dos trabalhadores estão na base da solução. A insistência na "escravidão" implica na alienação do sujeito com a categoria, assim como o empoderamento das instituições do Estado e do Terceiro Setor, que nem sempre estão preocupadas com as taxas de exploração e sim com as categorias instrumentalizadas.

Referências bibliográficas

COOPER, Frederick "Conditions analogous to Slavery. Imperialism and Free Labor Ideology in Africa". IN: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca Beyond *Slavery. Explorations of Race, Labor and Citizenship in Postemancipation Societies Chapel Hill*, The University of North Carolina Press, 2000.

[14] Sublinhei determinados aspectos da fala para mostrar a forma em que os trabalhadores se vem a si próprios. Ver: SÃO PAULO. PODER LEGISLATIVO "Relatório Final da Comissão parlamentar de Inquérito. Trabalho Escravo" IN: Diário Oficial. Suplemento. Diário da Assembleia Legislativa. Vol. 125, N. 47 " SP, Imprensa Oficial, 14/03/2015, Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3042.pdf (Consultado em 05/07/2015), p. 36.

FERRERAS, Norberto O.; SECRETO, María Verónica. *Os Pobres e a Política.* Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Os Trabalhadores. Estudos sobre a História do Operariado* RJ: Paz e Terra, 1981.

LÖWY, Michael *A Guerra dos Deuses.* Religião e política na América Latina Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

MATTOS, Hebe "Memórias do cativeiro: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro" In: Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. *Memórias do Cativeiro.* Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEIKSINS WOOD, Ellen *As origens agrarias do Capitalismo* IN: **Crítica Marxista N.10** Campinas, Unicamp, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO *Profits and poverty: the economics of forced labour Geneva*, ILO, 2014.

ROCHA, Cristiana Costa da. *A vida da lei, a lei da vida.* Conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente Tese Defendida no PPGH-UFF Niterói, 2015.

3.8 REVOLUÇÃO POLÍTICA E REVOLUÇÃO DOS COSTUMES: A CONSTRUÇÃO DA "GERAÇÃO 1968 BRASILEIRA"- SEXUALIDADE E MEMÓRIA

Johnnatan Monteiro*

Cerca de quarenta países, no curioso/turbulento ano de 1968, foram palcos de movimentos de contestação social, cujos jovens, em sua maioria estudantes, foram os principais atores envolvidos (REIS FILHO, 2008: 27). De forma geral, suas bandeiras de antimperialismo, com um ataque contundente à guerra do Vietnã; de anticapitalismo, questionando à inserção da classe operária na lógica do trabalho e consumo; e de crítica ao socialismo real, em suas lógicas burocráticas e autoritárias; permitiram que alguns autores, colocassem estes movimentos como partes de um mesmo processo de contestação (GARCIA, 1999: 11). No entanto, é preciso pontuar que em cada país, para além das citadas bandeiras unificadoras, tais movimentos possuíam bandeiras específicas ligadas diretamente às suas demandas cotidianas. Tal ressalva se faz necessária na medida em que falas, a partir do presente, e suas consequentes determinações sobre a Memória (ROUSSO, 1996: 98), acabam por resumir os movimentos, em certos aspectos, de forma bastante homogênea.

Sendo este multifacetado processo atualmente revisitado, citado e reivindicado por grupos muito distintos. No âmbito da produção acadêmica, a própria historiografia vem reconhecendo cada vez mais a importância e a influência da produção teórica do período. Por outro lado, também dentre a Esquerda internacional, nos partidos, sindicatos, e movimentos sociais. E mesmo na história pessoal, política e intelectual dos militantes, organizados ou autônomos, são promovidas reatualizações da importância de 1968 e suas consequências enquanto acontecimento. Neste contexto de reapropriações e disputas, a questão da revolução sob os costumes e comportamentos, que se encontra como diretamente relacionada às agitações sociais ocorridas ao longo do ano de 1968 e a seus desdobramentos, se encaixa enquanto um típico exemplo de uma lógica da Memória que constrói representações unificadas do passado (ROUSSO, 1996: 96).

Assim, para avançarmos no entendimento das rupturas e continuidades comportamentais que se processaram nos últimos 50 anos, torna-se preciso colocar em questão de forma mais profunda, até

---

* * Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

que ponto estavam em primeiro plano, dentro de cada contexto doméstico, as lutas contra as formas de autoridade e poder. Os questionamentos à escola, à universidade, à família, ao casamento, às empresas, às organizações e à sociedade política. Como também as perspectivas contra a tradição e a coação moral de base religiosa, que neste sentido inscreviam-se no direito ao prazer, ao corpo e ao desejo. Pontos estes que os estudos sobre o ano de 1968 costumam ressaltar (WEBER, 1999: 22-3), de forma bastante abrangente.

O Brasil, neste mesmo ano, foi palco de um intenso processo de contestação da ordem vigente, estabelecida pela Ditadura Civil-Militar, há quatro anos instaurada. Neste curto percurso, o regime passou por um gradual processo de radicalização que culminaria no fim de 1968 com o Ato Institucional nº. 5, legalizando o aparato repressivo do Estado. As principais metrópoles do país conviveriam, cotidianamente, com conflitos entre o poder repressivo e parte da sociedade civil. O Movimento Estudantil, neste contexto, assumiu grande importância representando uma forte voz contrária ao governo ditatorial. E, posteriormente, com seu enfraquecimento, acabara por ter uma parcela, dos seus militantes optando por engrossar as fileiras do combate armado a Ditadura Civil-Militar, através da filiação a Organizações Revolucionarias de Esquerda (REIS FILHO, 1990). Essas frentes obtiveram um crescimento vertiginoso em números e atividades armadas, no decorrer imediato do período. Muitos de seus militantes que antes, atuavam simultaneamente também no Movimento Estudantil, agora se dedicavam mais ou exclusivamente as Organizações. Além dos novos quadros que a elas se integravam.

Esta conjuntura de enfrentamento e radicalização, tanto das formas de repressão do Estado, quanto dos consequentes métodos de organização de seus opositores, nos indica que a principal demanda interna daquela pequena, mas considerável parcela da juventude brasileira envolvida nas agitações sociais, era a luta contra a Ditadura Civil-Militar. Tal juventude, configurada principalmente pelos filhos das esferas médias da sociedade, que inicialmente eram representados em sua maior parte, pelo Movimento Estudantil. E que posteriormente, acabou por ter parcelas atraídas como quadros políticos para a resistência armada.

A condição política e o caráter de enfrentamento que se chegou a alcançar durante a década de 1960 até meados da década 1970, como a Luta Armada contra o Estado ditatorial, minimamente indica que a mudança comportamental, conhecida como "Revolução Sexual", pode ter ocupado dimensões diferenciadas entre os diversos grupos, que compunham a parte da juventude com alguma forma de atuação política no período. Pois, embora o advento de novos aspectos como o surgimento da pílula anticoncepcional – que possibilitava liberação do sexo para as mulheres, modificando os padrões das relações afetivas e familiares -, a propagação do *Rock and Roll* - com seu ritmo e mensagens de

questionamento, mudança e liberdade, - e a própria influência do movimento Estadunidense- feminista, homossexual e de revolução da sexualidade -(REIS FILHO, 2008: 43-4; 52-3), dependendo do segmento e de suas orientações político–ideológicas, não foram capazes ganhar tanta força para promover objetivas mudanças comportamentais.

Bons exemplos da parca dimensão assumida pelas questões que envolvem a sexualidade feminina e homossexual dentro das organizações revolucionárias de esquerda, no contexto das transformações atribuídas ao movimento de 1968 brasileiro, estão representados, na entrevista dada por Jessie Jane Vieira de Souza e no documento escrito no exílio por Herbert Daniel, ambos publicados pela revista Gênero (vol.8, nº2, 2008).

Jessie Jane Vieira de Souza, militante da organização armada Ação Libertadora Nacional (ALN) e presa política durante nove anos, afirmava ser uma militante "filha do Partidão" e não filha de 1968 e da revolução sexual. Com isso, comenta a questão da preocupação de sua mãe, enquanto militante comunista, para que ela não tivesse fama de "menina de aparelho", - expressão que designava pejorativamente, ainda em tal período, as mulheres que exerciam sua sexualidade livremente dentro das Organizações Armadas de Esquerda[1].

Já Herbert Daniel faz a crítica da perspectiva, assumida de forma geral pelas esquerdas, de tratar o homossexual como uma minoria com um interesse de grupo[2]. Reproduzindo, assim, a moral herdada da burguesia e com isso não compreendendo os mecanismos pelos quais esta exerce seu poder de modelação sobre os sujeitos. E por sua vez, estando então, pouco capacitadas para combatê-lo. Para Daniel, a homossexualidade perpassa a sexualidade humana como um potencial comum a todos os indivíduos. E não como uma característica que os define enquanto essência e que permiti classificá-los como um grupo de diferentes. Daí a necessidade de serem entendidas as questões que tangem a sexualidade, de forma mais ampla, e a homossexualidade, de maneira mais específica, como políticas. De tal forma que os indivíduos passassem a se colocar, dentro das próprias Esquerdas, enquanto "militantes políticos homossexuais" e não como "homossexual que milita".

---

[1] "Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Viera de Souza". In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008, p.: 26.

[2] DANIEL, Hebert. "Homossexual: defesa dos interesses?" In: GOIS, João Bosco Hora & QUADRAT, Samantha Viz. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1º sem. 2000)- Niterói, EdUFF, 2008, pp.: 17, 18 e 19.

Nesses dois exemplos, que tratam especificamente de críticas as Organizações Armadas, podemos identificar em seus códigos morais, aspectos que reproduzem a mentalidade comportamental das esferas médias da sociedade burguesa. Tais esferas que eram a origem social de boa parte da juventude brasileira militante na luta armada (REIS FILHO, 1990).

Desta forma, cabe o questionamento de quais eram os reais parâmetros e qual era o espaço de tal discussão, entre os variados grupos de jovens que participaram do movimento de 1968 brasileiro, em suas mais diversas formas de ação. E, por sua vez, tentar compreender a lógica das representações deste passado e como ela se desenvolveu através do tempo (ROUSSO, 1996: 95). Problematizando a imagem, que parece ter aos poucos se solidificado, de que 1968 teria sido um movimento praticamente unificado mundialmente, em termos de demandas. Em que as mudanças comportamentais, nesse sentido, principalmente as que incidiram sobre as relações sexuais, se apresentam como um ponto alto. Ressaltando neste processo, a importância significativa das datas comemorativas. Momentos que por sua vez contam sempre com uma vasta gama de produções relativas ao período.

A análise de tais produções enquanto fontes, a luz dos momentos sócio-políticos que foram produzidas, como o processo de anistia acerca do ano de 1979; o processo de elaboração da nova constituição, representando a reconstrução do modelo político democrático, em 1988; o processo de estabilização da democracia de caráter Neoliberal, em 1998; e em 2008 enquanto diretamente influenciado pelo consolidar do processo de Globalização; nos permite estabelecer, mesmo que de forma generalizante, alguns segmentos que compunham a parte da juventude brasileira envolvida no movimento de 1968 ou em processos entrelaçados a ele.

Entre os segmentos, com suas formas de ação específica, e por vezes estabelecendo interseções entre si, podemos elencar a participação da juventude no movimento estudantil, formado por estudantes de nível superior e secundaristas. Também a participação na luta armada, dividida em inúmeras organizações revolucionárias, onde por vezes, parte desses jovens também atuavam no movimento estudantil. E por fim a participação no movimento artístico, através principalmente do teatro, do cinema e da música. Sendo essa última por sua vez, polarizada entre a MPB "politizada" e Tropicália do chamado "desbunde".

A noção de "geração" figura em nosso cotidiano, para além de uma característica biológica. Esta ideia, acima de tudo, é detentora de fortes perspectivas sócio- culturais. Ela é um parâmetro significativo de como as civilizações se autodividem no tempo (SIRINNELLI, 1996: 131-2). Jean-François Sirinnelli propõe que a consolidação de uma geração está ligada essencialmente à aquisição de "existência autônoma e uma identidade - ambas geralmente determinadas por um acontecimento

inaugurador" (SIRINNELLI, 1996: 133-7). E, ainda coloca que além dos contornos dados à geração por tal acontecimento se faz presente, também, os sentimentos de "autorrepresentação" e "autoproclamação". O forte sentimento de fazer parte de um grupo identitário que se diferencia dos demais. (SIRINNELLI, 1996:133).

Ao falarmos dos movimentos de contestação social de 1968, seus paralelos e desdobramentos, a primeira referência necessária é a da Geração 68. Geração que, a partir desse ano, passa a existir e que em contrapartida, fez o próprio ano também existir como acontecimento. Em algumas análises sobre o período parte dos jovens dessa Geração, foram entendidos como os principais atores, responsáveis pelos acontecimentos de 1968. Chegando ao extremo de ser proposta enquanto uma "classe de idade", de força política autônoma (WEBER in: GARCIA & VIEIRA (org.), 1999: 22-3).

No entanto, indo mais fundo nesta questão, a ideia de "Geração 68" refere-se aos jovens de mais de 40 países que se envolveram nos processos de contestação de acordo com cada contexto doméstico. Assim, parece um tanto quanto problemática a lembrança de uma única "Geração 68". Essa noção de pertencimento, por sua amplitude, permite resumir bastante, o complexo e variado cenário de lutas que eram vividas no período. Maurice Halbwachs coloca que, ao lembrarmos, o fazemos enquanto grupo a partir de suas referências. Assim, nessa operação é significativa a possibilidade de confundirmos o nosso passado com o do nosso grupo (HALBWACHS, 1997: 33). Na medida em que a mentalidade que se assenta é de que a "Geração 68" configura-se como um único grupo de diferenciação social, é compreensível, embora incômodo, que haja transposições internacionais de realidades configurando uma memória homogênea dos movimentos.

Porém, se um dos aspectos mais emblemáticos de 1968 era sua pluralidade, por que não usarmos o plural para definir suas gerações? As Gerações 68. No caso específico desse estudo preliminar, a Geração 68 Brasileira. Dando ênfase em suas divisões internas e como se inseria entre tais segmentos- privilegiando aqui o da Luta Armada, mesmo sem analisar uma Organização em específico-, a discussão sobre as mudanças de costumes e comportamentos. Tendo a sexualidade sob foco privilegiado. Pois, trabalhando com o grupo da "Geração 68 Brasileira", em vez de lidar com o generalizante grupo da "Geração 68", coloca-se a possibilidade de reduzi-lo, delimitá-lo, e conhecê-lo em sua multiplicidade, balizando as referências que condicionam sua Memória.

Segundo Halbwachs:

> a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecem com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada

> memória individual e um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de se surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todos de natureza social (HALBWACHS, 1997: 69).

Com base nessa referência, acredito que o eixo da questão sobre a Memória de 1968, em vários aspectos, e principalmente no que nos interessa - o comportamento e os costumes/ sexualidade -, está na amplitude do grupo no qual os indivíduos se "autoproclamam" como parte integrante (SIRINNELLI, 1996:133): a Geração 68. Ao se ver parte desta Geração sem fronteiras, e sem subdivisões internas, faz-se coerente a Memória de que as bandeiras de luta eram também sem fronteiras e unificadas, com o mesmo grau de importância e êxito. Ao propor uma fronteira, no mínimo, nacional para a geração, como a Geração 68 Brasileira, e ao tentar especificar, mesmo que de forma generalizante os grupos que a compõe, podemos reduzir os limites da massa de lembranças comuns nas quais seus membros possam se apoiar (HALBWACHS, 1997: 69).

Jean Marc von der' Waid, presidente da União Nacional dos Estudantes, no período, em debate por conta do quadragésimo aniversário de 1968[3] afirmara que, ao contrário do que pensavam os militares, não havia nenhuma conexão entre as ações do movimento de 1968 no Brasil com qualquer outro no mundo. E que no bojo do processo, os estudantes só tinham conhecimento do que estava acontecendo no mundo, muito mal pelos jornais. Também afirma que se maio, é o mês de referência, a partir dos acontecimentos na França, no Brasil o mês das grandes agitações seria junho.

Alguns dos acontecimentos que seriam identificados como estopins para o deflagrar dos movimentos, diferem bastante em termos de contextos. Na França, desde o início do ano, em Nanterre, uma série de conflitos envolveriam estudantes, como manifestações contra expulsões de alunos, boicote de provas, textos questionando o ensino, comícios e ocupações (COHN-BENDIT, SAUVAGEOT, GEISMAR & DUTEUIL, 1968: 147). No entanto a situação se agravaria com a disputa sobre as mudanças do estatuto da cidade universitária - questão fundamental que envolvia a vida cotidiana, pois os estudantes queriam o direito de receber pessoas do sexo oposto em seus quartos, poder discutir política, economia, cultura, etc.

---

[3] Cine-Debate (Cinehist) promovido pelo GT Cultural do Centro Acadêmico de Historia da Universidade de Federal Fluminense. Niterói 21 de maio de 2008.

No Brasil, o início deste mesmo ano se daria com um sensível endurecimento do regime. Ampliação dos poderes da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, greve dos teatros contra a censura, assassinato do estudante Edson Luís e as manifestações em decorrência do fato, chegando a um junho marcado por intensos embates com o poder repressivo, como a conhecida "Sexta- feira Sangrenta", além de outros enfrentamentos entre o Movimento Estudantil, em especial, e as forças de repressão. Percurso bastante difícil neste primeiro semestre marcado pela passeata dos Cem Mil no dia 26 de junho de 1968. Ou seja, vivências bem diferenciadas para a formação de uma só Geração.

Fernando Gabeira em seu livro "O que é isso companheiro?", coloca o fechamento das esquerdas brasileiras, de forma geral, para "a grande quantidade de problemas novos que o movimento europeu estava trazendo" (GABEIRA, 1981: 67). Assim, podemos perceber que os gritos de "Proibido Proibir" das manifestações da juventude francesa contrastariam com os gritos de "Só o povo armado derruba a ditadura" que ecoariam, entre outros, de uma parcela da juventude brasileira, dentro da "Passeata dos Cem Mil", como também relata o autor (GABEIRA, 1981: 72).

Angélica Muller[4] coloca que o Congresso Estudantil de Ibiúna, enquanto conseguiu existir, foi marcado por uma grande atividade sexual. Referiu-se à lista que existia para o uso da enfermaria para encontros privados entre os estudantes. Isso, em sua opinião, comprovaria um ato que exemplifica a mudança de comportamentos. Jean Marc von der' Waid, também presente neste debate, coloca não ter conhecimento de tal atividade. E que essa se dava às escuras, como sempre aconteceu. A meu ver, a controvérsia sobre caráter clandestino da atividade acaba por exemplificar, o quanto ainda era complicada a relação dos militantes da "Geração 68 Brasileira" com a prática do sexo, entre outras questões ligadas ao comportamento, além de marcar posições conflituosas em relação aos desdobramentos de sua Memória. Embora considerando que Congresso de Ibiúna foi composto por diversos indivíduos que estavam ou não ligados a Organizações Armadas. Assim entendo que as vivências para estes teriam sido bastante diferenciadas. Na medida em que trabalho com a hipótese de que os "Códigos Morais" (Foucault, 1984, p.: 26), dentro da luta armada, seriam muito mais rígidos do que nos movimentos de caráter mais autônomo, como o Movimento Estudantil e o Movimento Artístico.

---

[4] Do projeto Memória do Movimento Estudantil/ Fundação Roberto Marinho/ Museu da Republica: Fala na Mesa-redonda "Movimento Estudantil": O congresso de Ibiúna. Seminário Internacional 1968- 40 anos depois: Memória e História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, de 06 a 09 de maio de 2008.

Natália de Souza Bastos, em seu artigo que trata da militância feminina nas Organizações Armadas no período, relata o episódio que a militante Vera Sílvia, da Organização "Dissidência da Guanabara", foi questionada em um congresso, por ser uma mulher "instável", referindo-se a sua vida sexual, não estando apta assim, na opinião do companheiro, a assumir um posto de prestígio dentro da Organização (BASTOS, 2008: 63). Essas organizações possuíam dentro das diversas diretrizes, o seu código moral e de comportamentos, que deveria reger a vida dos seus membros (REIS FILHO, 1990). Perspectivas que, por vezes, não eram cumpridas, e que neste sentido, segundo Foucault:

> Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explicito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar de "código moral" esse conjunto prescritivo." (FOUCAULT, 1984, p.: 26)

Mas que, pelo visto, reproduziam em muito os valores das camadas medias da sociedade burguesa. Neste sentido, o caso de Herbert Daniel e suas repercussões, nos revela uma serie de nuances sobre os parâmetros comportamentais praticados dentro, deste segmento especifico da Geração 68 Brasileira: o das Organizações Armadas Revolucionarias de Esquerda. Tanto durante o período de clandestinidade, mas também no exílio. Sendo a Luta Armada, uma fração relevante em termos qualitativos, da juventude evolvida politicamente no processo de contestação da ordem, nos anos que antecederam e principalmente que se seguiram após 1968. Assim como outros militantes, Daniel só assumira sua sexualidade homossexual, na condição de exilado. O que por sua vez, não o livrou de críticas e acusações posteriores. Pois tal conduta permanecia como inaceitável, dentro da Organização que militou, de acordo com seus reconhecidos códigos morais (DANIEL, 1982), mesmo após uma década passada, do chamado advento da "Revolução Sexual".

O exílio da homossexualidade:

> Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam, como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militar, senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular- e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente "pequeno burguesa", para não dizer "reacionária", ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria esquecer minha sexualidade (DANIEL, 1982: 96)

Herbert Daniel neste trecho de seu livro *Passagem para um próximo sonho*: um possível romance autocrítico, em que conta sua experiência de militância armada e exílio, expressa de forma veemente a questão do choque de sua homossexualidade com as possibilidades de ser um revolucionário de esquerda integrante de uma Organização Armada. Segundo Daniel a homossexualidade configuraria um grave problema em sua prática revolucionária. Pois, tal prática exigia do militante uma postura sexual regular. E por sua vez, qualquer debate sobre a questão dentro da Organização Armada, seria considerado como despropositado. Na medida em que o sexo não era visto como uma questão política, sim como uma questão estritamente pessoal, e seu desdobramento em particular, a homossexualidade, como um desvio pequeno-burguês. Que por sua vez, no cotidiano da militância em uma Organização Armada Revolucionária de Esquerda, tomava o caráter de grave acusação. Neste sentido o militante afirma ter renunciado a atividade sexual homossexual, não sendo mais essa um problema para os outros. Afirma ele, ter assumido um comportamento assexuado que seguia os modelos imaginados de uma classe operaria sem desvios sexuais, por que acima de tudo esta não possuiria sexualidade: "Tinha um comportamento exemplar. Nenhuma relação homossexual obscureceu meus dias de militância" (DANIEL, 1982: 96-7).

Nesta perspectiva, Herbert Daniel conta ainda em seu primeiro livro que até mesmo sua relação com Cláudio, seu cônjuge por muitos anos, teria sido cerceada pelos valores correntes em sua Organização Armada, a VPR, Vanguarda Popular Revolucionária. Valores que acima de tudo eram internalizados pelos militantes, sem margem para um debate sobre suas referências. Referências que, como expressa no texto acima, para o autor reproduziam uma lógica "puramente "pequeno burguesa", para não dizer "reacionária" (DANIEL, 1982: 96). Nas palavras de Daniel:

> O meu romance – dito real – continuou, sem que eu fosse Crusoé, numa sexta-feira em que conheci Cláudio. Também numa sexta-feira véspera de carnaval, fugimos da última queda, escapamos. Com Cláudio iria conhecer, iríamos, um diálogo enorme, que durou anos, onde falamos um do outro, contando casos de si mesmos. Descobrimos o sexo. Não que tenhamos nos tocado: durante anos falamos apenas, contávamos nossas experiências com terceiros. Só muito tempo depois de ter conhecido Cláudio que despontou em mim a hipótese de praticar um sexo- homossexual- verbalizava, sem reconhecer. A homossexualidade me resolveu angústias, mas não me afastou do exílio, e, sim, me fez conhecer outros (DANIEL, 1982: 127).

Embora tenha reconhecido a opção da homossexualidade desde o início de sua militância política no Brasil (DANIEL, 1982: 25-7), e aqui vivido o revolucionário ano de 1968 e seus desdobramentos, teria sido no exílio, que esta seria de fato explorada. E mesmo, assim a partir de um rompimento com os grupos de esquerda que lá tentavam ainda sobreviver. Sobrevivência essa que segundo Herbert Daniel não teria modificado os principais problemas internos, vivenciados nos

tempos de Brasil. Havia-se pelo contrário aumentado os dogmatismos e os sectarismos, e também as resistências às novas questões que continuavam não formuladas. Tal rompimento, argumentado na medida em que havia a necessidade de resolver questões políticas, sem espaço como diversas outras, nestes grupos. No caso a homossexualidade. Assim encarada por Daniel (DANIEL, 1982: 154-5).

Herbert Daniel no seu exílio em Paris, trabalharia em saunas homossexuais e dessa experiência atribui boa parte do seu entendimento sobre o cotidiano da homossexualidade e sobre as diversas possibilidades de ser limitado ao gueto (DANIEL, 1982: 155). Segundo o autor tal espaço é dotado de "profunda ideologia conservadora". Seria ele "forjado, estimulado e protegido pelo conjunto mais irracional de preconceitos da ideologia dominante... que apresenta os valores mais tradicionais travestidos sob sua capa negativa, como recusa absoluta. A imoralidade do gueto é um dos esteios da nossa bem amada moral... Todo gueto é um serviço de utilidade pública. Menos para seus membros (DANIEL, 1982: 163)."

Desta experiência, entrelaçada com a experiências dos anos de militância no VPR, podemos identificar as bases de sua crítica, ao lugar social em que foi colocada a prática homossexual e ao discurso produzida pela esquerda brasileira sobre a questão. Pois para Daniel, se ele escapou "de uma seita, não foi para cair em um gueto" (DANIEL, 1982: 155). Ao entender que é um processo histórico que cria o homossexual como substantivo, que passa a definir o indivíduo enquanto essência, ao em vez de um adjetivo que o caracteriza, assim como qualquer outro. Herbert Daniel, acaba por propor uma ampla desconstrução do discurso social sobre a questão, suas práticas e seus desdobramentos. A homossexualidade, para ele, de uma inicial condição marginal e clandestina evoluiria em paralelo ao sexo aceito. O sexo heterossexual, que é legitimado pela composição familiar de modelo burguês que ele resulta. Desta forma a homossexualidade era encarada como uma parte não oficial da sexualidade. Em posterior nasceria o gueto, ordenando a sexualidade e relegando a homossexualidade ao submundo. Submundo que, gradualmente em países desenvolvidos[5], se transformaria em um mercado, dotado das mais diversas formas de comércio voltadas para os homossexuais. Mercado este, que por sua vez na defesa de seus interesses, assume a perspectiva do discurso político. Apoiando-se na "luta contra a repressão sexual" e pela "organização dos homossexuais como interesse social definido" (DANIEL, 1982: 170-3).

---

[5] A restrição à formação dos chamados mercados homossexuais apenas aos países desenvolvidos leva em consideração apenas o período em que o autor escreve: o final da década de 1970 e inicio da década de 1980. No entanto é preciso considerar no momento atual a expansão destes para outras regiões sob a permanência do discurso travestido de político, mas que continua classificando com isso o homossexual enquanto "o diferente".

Da antiguidade pagã, onde possuía "relativa liberdade", passando pela Idade Média com sua mentalidade judaico-cristã, tendo como exemplo a punição divina a Sodoma, e chegando ao capitalismo com a condenação médico-legal, a homossexualidade passou por um longo e complexo processo condenação. Condenação que assumiria seu auge com a instituição da chamada "ordem sexual burguesa, racional e autoritária." Neste momento passaríamos a tê-la combinada nas instâncias da fé, da ciência e da lei. No livro *Lobisomens e Jacarés*: dois ensaios sobre a homossexualidade, Hebert Daniel continua a narrar suas experiências. Escrito em parceria com Leila Miccolis, faz uma análise teórica das questões sócio-históricas, que envolvem a homossexualidade.

Neste trabalho o autor coloca que a perseguição à homossexualidade se dirigia "diferentemente a alvos diferentes" dentre os momentos acima citados. Essa passaria de uma variante do comportamento sexual dos seres humanos, a variante utilizada como critério para definir a categoria social do homossexual. O capitalismo cristalizaria essa diferenciação e com isso o homossexual surge enquanto minoria. Assim a repressão se tornaria mais ampla, específica e instrumentalizada. Sem conseguir esmagar a homossexualidade, ela deixa de ser uma forma de desejo e passa a ser "um grupamento a ser preservado." O homossexual passa a ser o outro, o diferente, a minoria, o gueto. E é nessa diferenciação que se manifesta a repressão imposta pelo poder. O termo homossexual, inaugurado tecnicamente pela psiquiatria do século XIX, passa a definir o desejo e em seus desdobramentos os indivíduos, "a partir do ato ou relação sexual" (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 45-9).

Ciente do desenrolar deste processo, e com intenção de desconstruí-lo criticamente e sob a perspectiva de rever o tratamento social que era dado à questão da homossexualidade no decorrer das décadas de 1960 e 1970, e início da década de 1980, inclusive pela esquerda brasileira, Herbert Daniel se coloca da seguinte forma: "O desejo homossexual (tanto quanto o desejo heterossexual) não caracteriza o conjunto do desejo, nem uma "entidade" do desejo. Nem caracteriza uma estrutura do indivíduo, nenhuma qualidade imanente dessa pessoa" (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 50).

A homossexualidade enquanto uma das práticas da sexualidade humana haveria existido de forma inerente a todas as sociedades, nos diversos momentos históricos. No entanto, cada sociedade possuiria sua forma de adaptação a esta, em relação ao seu próprio padrão de sexualidade. E assim, de acordo com cada caso, sua forma de repressão. Porém o salto da chamada repressão moderna "é a tendência de fazer do homossexual uma pessoa completa, "um outro sexo" intermediário entre o masculino e o feminino" (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 54). Sobre esta lógica, observamos o homossexual enquanto minoria como uma invenção do capitalismo. Pois segundo o que coloca o autor, as diversas formas de repressão até então historicamente executadas, jamais teriam se dirigido a

indivíduos, vistos como especiais, ou a um grupo específico. E sim ao ato sexual homo em si. Em que todos eram vistos como possíveis praticantes. Com o capitalismo não se pune apenas o ato homossexual, mas também seu ator que passa a ser definido por ele enquanto o diferente. O outro com essência, psicologia e realidade social própria: o homossexual. Ou seja, tal característica possível à sexualidade de todos passa a ser específica a de um grupo. E com isso a repressão acaba por abrigar aquele que pratica a homossexualidade em sua sexualidade como parte de uma minoria (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 53-5).

Para Daniel essa complexa fórmula de repressão envolve, para além da punição daqueles que fugiriam ao padrão sexual socialmente aceito. Há uma capacidade do "Poder" de modelar os papéis sociais assumidos pelos indivíduos, e também de impor a reprodução de seus valores. De acordo então com tal ponto de vista, essa prática se apresenta como uma questão política que não pode ser secundarizada. Pois não há possibilidade de falarmos em liberdade sem pleno conhecimento das questões que a perpassam. Que é neste sentido a forma de repressão a liberdade sexual (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 56).

No relato do autor, tanto sua vida no Brasil quanto seu exílio na Europa, no que tange a sua militância política junto a esquerda, passaram por sérias dificuldades por conta de sua homossexualidade. Mesmo nos primeiros anos de sua volta ao Brasil em 1982, após sete anos de exílio teriam sido marcados por questões relativas ao conteúdo de seu primeiro livro. Pois "Passagem para um próximo sonho: um possível romance autocrítico" foi classificado entre, outros adjetivos, como uma confissão de sua homossexualidade (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 25). Perspectiva que nos demonstra um pouco da mentalidade que envolve a lógica de comportamentos e costumes ainda vigente. Ou seja, a homossexualidade como um pecado a ser confessado.

No Brasil nos anos de militância, segundo Daniel, existia não somente o receio de sofrer as consequências por ferir os códigos morais de sua organização por conta de sua homossexualidade, mas também a desmoralização do indivíduo e da luta armada:

> Anos a fio, carregando a pecha de terrível "terrorista", um pânico que assombrou: "descobrissem" que eu ERA! Vivi um quase pesadelo, pensando que os jornais, que certa vez me classificaram de "braço direito de Lamarca", poderiam estampar esta manchete assustadora: "Guerrilheiro Bicha". Ou: "O terrorista era um tremendo invertido"... Na época a gente imaginava que essas coisas eram ofensivas e "taras sexuais" eram reservas (i)morais da Pátria da direita. À esquerda éramos abstratos, voláteis, imunes: o corpo-militante era o corpo de um anjo exterminador de sexo exterminado. Não é por outra razão que eu- e todos!- silenciava. Bicha admissível, só a caladinha (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 25-6).

Neste trecho, o autor expressa além da moral burguesa proferida pelos jornais a qual temia ser vítima, mas também aspectos da moral vigente que teria vivenciado na Organização Armada Revolucionária de Esquerda que era militante. Ambas em análise, muito distantes de entender a homossexualidade como uma das possibilidades da sexualidade humana, como defende Herbert Daniel. Mas sim como um desvio de uma sexualidade natural padrão: a heterossexualidade. No caso da esquerda um desvio típico, entre os diversos vícios, da burguesia. E ainda quando praticada em seu interior, somente possível de forma silenciosa. Ou seja, visões e práticas incongruentes sobre os aspectos da Revolução Sexual, que hoje de forma memorialística, é proposta como um processo amplamente generalizado dentre a "Geração 68" de todo o mundo.

Mesmo em seu exílio na Europa, onde os ares de mudança comportamental teriam estremecido as estruturas sociais, Herbert Daniel conta ter enfrentado tanto afastamento silencioso quanto a exclusão lenta, travestida de "aceitação", de seus amigos de militância na medida em que opta por vivenciar abertamente sua homossexualidade (DANIEL & MICCOLIS, 1983: 59). No ano de 1979, em Paris, junto a Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia, promoveu o debate "Homossexualidade e Política" (DANIEL, 1982: 213). Debate que em sua noite, Herbert Daniel foi responsável pela condução dos trabalhos e que posteriormente lhe renderia a autoria do documento "Homossexual: defesa de seus interesses?", publicado em maio do mesmo ano, na revista *Notas Marginais- nº 3,* pelo mesmo grupo. Tal documento teria sido o primeiro a propor a discussão da homossexualidade dentro das esquerdas brasileiras (GOIS & QUADRAT, 2008: 13).

A promoção do debate foi marcado por grande resistência de grupos que compunham o Comitê Brasil pela Anistia, com argumentos desde que "o homossexualismo é uma doença" ou "é resultado da decadência do capitalismo", a que sexualidade "não é um assunto diretamente político". Este episódio acabaria por desvelar de forma direta a vasta gama de preconceito que envolve a questão - conduta esta tão associada a valores burgueses reacionários - pois envolveu desde o silêncio daqueles que não queriam participar da discussão à censura dos que tentaram impedi-la. Tamanha teria sido a mobilização contrária ao debate que o Comitê Brasil pela Anistia chegaria à beira de um racha. Para evitar a divisão do Comitê, a Comissão de Cultura tomaria a iniciativa de realizá-lo de forma autônoma, em uma sala da Casa Brasil na Cidade Universitária (DANIEL, 1982: 214-8).

Herbert Daniel no debate teria falado em primeira pessoa como forma de oposição ao silêncio da Esquerda. A forma pela qual a Esquerda estabelecia de maneira sutil sua censura. Impondo a autocensura. Deslegitimando o debate, através do argumento de que não era uma discussão política. Assim ele propõe: "Falei da minha sexualidade como acho que a esquerda tem de falar da sua homossexualidade" (DANIEL, 1982: 216-7).

Para Daniel os que eram contra mantiveram-se em seu silêncio costumeiro. Não compareceram ao debate nem responderam seus muitos escritos sobre a questão: "Reagiu-se violentamente, falou-se muito, mas nada se escreveu. Medo de deixar pistas? Hum... o totalitarismo não escreve: fez conchavos. Como também não fala: repete o jargão. E nem discute: dá conselhos" (DANIEL, 1982: 218).

A exceção ao silêncio, segundo o que conta Herbert Daniel, teria vindo de um amigo, que foi até o debate para dizer que aquela não era uma discussão política. E questionava o porquê de tal questão, não ter sido levantada no foco da guerrilha rural de Ribeira onde conviveram, mas somente agora em Paris. Para responder a seu amigo, que julgou ser um indivíduo de grande dignidade ao ter coragem de se expor em um ambiente hostil, utilizou-se de uma experiência em que viveram juntos na Ribeira. Uma possibilidade de racha dentro da organização teria se instalado através de problemas que envolviam as relações pessoais no interior do grupo, mas, no entanto, estes estavam camuflados como argumentos políticos. Após o fim da reunião, o autor do documento que propunha o tal racha, fora conversar a parte com Daniel. Pois ele quem teria conciliado as questões, na medida em que as colocou como mal-entendidos. Após muita resistência e envergonhado, o militante confessou que sua maior questão era a abstinência sexual a qual estavam submetidos. Então teriam conversado longamente sobre a sexualidade do companheiro. O ajudado a minimizar as contradições enfrentadas (DANIEL, 1982: 220-1).

Herbert Daniel através de tal experiência exemplifica a seu amigo no debate, a dificuldade existente segundo os padrões morais da organização, de se falar sobre o assunto sexualidade. Dificuldade esta, que quase os levou ao racha. Então por fim responde a ele:

> "Viu? O tabu do sexo tem regras assustadoras."
>
> Talvez você compreenda porque naquele momento eu não dizia nada. Porque não achava que naquela repressão, que eu me fazia tão bem, houvesse o que comunicar. Nunca deu problema, não é?
>
> Mas que isto: eu era feliz em Ribeira porque *não* me sentia reprimido. Sentia, como todos deviam sentir, que a ausência de sexo era uma necessidade da luta, assim como os desconfortos que sofríamos, a falta de comida por exemplo. Para mim a repressão existia nas cidades, porque a ausência de relações sexuais não era nenhuma condição de luta. Era um silêncio. Um exílio. Sabe, meu amigo, eu não era exatamente um militante homossexual. Era um homossexual exilado (DANIEL, 1982: 221).

Em análise, tanto o processo de organização do debate quanto do seu desenrolar, a partir da narração de Herbert Daniel, percebe-se que a discussão pertinente à transformação dos comportamentos e costumes/sexualidade, ainda permanecia para muitos na esfera do não político. Pois perspectivas afastadas por cerca de dez anos, como a questão da impossibilidade de diálogo sobre

sexualidade no foco guerrilheiro da Ribeira, retomada no próprio debate, e a própria oposição à discussão do tema, ainda pareciam bastante afinadas.

O documento escrito por Herbert Daniel após o debate lança as bases fundamentais de suas críticas, que foram posteriormente desenvolvidas em seus livros. As análises sobre a modelação do homossexual pelos mecanismos de poder burguês, que promove a repressão específica a tal grupo, já estão presentes nele. Assim como a afirmação de que a esquerda se apropria desta mesma lógica para elaborar seu discurso. Discurso que faz o autor duvidar de qualquer possibilidade de mudança sobre o olhar social dirigido a homossexualidade:

> Para a esquerda, a questão da homossexualidade não é a de um grupo, uma minoria social, que pode ser contada como força política na luta contra o capitalismo. O problema, em seu fundo mesmo, é de *compreender* a ação do Poder, para melhor poder combatê-lo. Ao falar sobre a homossexualidade, enquanto homossexual, não se faz uma tentativa de introduzir um discurso homossexual na esquerda, MAS UMA CRÍTICA AO DISCURSO HOMOSSEXUAL QUE A ESQUERDA TEM (DANIEL in: GOIS & QUADRAT, 2008: 19).

Segundo Foucault em relação à sexualidade:

> Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (Foucault, 1988, p.: 116 e 117)

Desse modo, ainda para o autor, o dispositivo existente na sociedade atual se aloca a partir da família, que para o mesmo, representa a base fundamental de outro dispositivo que anteriormente definia a sexualidade: *o dispositivo de aliança.* Tal dispositivo por conta de sua inadequação aos novos "processos econômicos e estruturas políticas" foi recombinado nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII com um novo: o *dispositivo da sexualidade.* Assim se o primeiro se apoiava nas regras que definiam o que era permitido, em sua lógica de matrimônio, parentescos e bens; o segundo se assenta no controle dos corpos e dos prazeres. Assim o *dispositivo da sexualidade* vigente propõe os pais em sua relação como os agentes da sexualidade a serem legitimados. E por outro lado criam os personagens dotados de uma sexualidade anormal, fora dos padrões consolidados pela burguesia: entre eles o homossexual (Foucault, 1988: 117-22).

Em suma, adotando tal referencial teórico no entendimento do conceito de Sexualidade, sob um olhar que pretende analisar o desenvolvimento da Memória dos segmentos que compuseram à Geração 68 Brasileira, no que tange as transformações dos comportamentos e costumes, a vida e a obra de Herbert Daniel assumem uma crucial relevância. Tanto pelos testemunhos de suas experiências de militância e exílio. Quanto por suas severas críticas aos padrões morais adotados por diversos grupos armados da esquerda brasileira.

Por outo lado, Herbert Daniel, empresta a este trabalho, uma inestimável fundamentação teórica (DANIEL & MICCOLIS, 1983) que permite a discussão mais aprofundada da homossexualidade, e suas implicações em relação ao processo de transformação dos costumes e comportamentos/ sexualidade, que aqui se pretende explorar. Enquanto intelectual, o autor se aproxima em sua obra da ótica marxista, ao mesmo tempo em que se utiliza de instrumentos foucaultianos, para promover a análise das questões sociais relativas à sexualidade e a homossexualidade, de forma mais específica.

Considerações finais

A ditadura civil- militar brasileira é ainda uma ferida aberta na História recente desse país. Ainda há muito do que se entender sobre as duas décadas que ficou em vigor e sobre as outras duas décadas que dela se seguiram. No entanto, é bastante evidente que esses cinquenta anos ainda estão em disputa. E é nesse sentido que se encaixa a noção de Alessandro Portelli de memória dividida. O autor coloca que a disputa não se faz apenas entre a memória oficial, com todo o seu caráter ideológico, e a memória social comunitária. Na verdade, lidamos com aspectos múltiplos e ideológicos da memória que estão em disputa em ambas às partes (PORTELLI, 1996: 106). É sob essa lógica que se encontraria a memória da ditadura civil-militar no Brasil. Os militares afirmam ter perdido essa batalha apesar de terem ganhado a guerra (ROLLEMBERG, 2006: 1). A memória oficial da ditadura não teria alcançado o espaço desejado e a memória da sociedade sobre o período, apesar da assentada perspectiva de que a sociedade teria resistido ao regime (ROLLEMBERG: 4), está em disputa.

Entender 1968 dentro deste processo é entender uma parte deste passado sombrio e brasileiro. É entender um pouco do significado das luzes que pairavam sobre as mentes de uma, de tantas, "Gerações 68". Geração que possuiu revolucionários de acordo com o que era possível se revolucionar. E não com o que a partir do agora se quer lançar ao passado. O nosso 1968 marca mudanças

consideráveis, revolucionarias, que custaram vidas, abreviadas em sua mais profunda juventude. No Brasil ele marcou o início de mudanças. Mudanças que por seu contexto particular enfrentaram as mais sólidas resistências, oriundas de diversas partes. Até mesmo dos próprios revolucionários de nossa esquerda. Os comportamentos e costumes/ sexualidade estão entre os enfrentamentos que aqui também se processaram. E por isso é preciso observar todas as nuances das disputas que o envolveram. É preciso perceber que nada estava consolidado como as diversas falas a partir do presente propõem. É preciso entender, por exemplo, o que as mulheres e os homossexuais enfrentaram em seus cotidianos de luta, para tentar mudar parte da realidade que os cercavam. E ainda enfrentam. E preciso entender as características dos mecanismos de poder, e as lógicas e finalidades pelas quais o passado é usado. É preciso pôr fim entender o que a Memória Social diz de nós e a quem essas palavras servem.

Pierre Nora teceu importantes formulações sobre as perspectivas que caracterizam e que ao mesmo tempo dicotomizam Memória e História (NORA, 2004: 9). Todavia, podemos considerar que tais antagonismos na prática da História da Memória já foram superadas. Na medida em que passaram a ser percebidas não como polos antagônicos, mas como exercícios essencialmente diferentes. É o que coloca Henry Rousso, ao propor que é parte do ofício do historiador explicar o desenvolvimento das representações do passado junto à sociedade (ROUSSO, 1996: 97). É através desse olhar que se organiza o presente trabalho. Entendendo como se deu o desenvolvimento do ano de 1968, de suas Gerações e o que se diz de ambos, no decorrer desses 50 anos. Pois, ainda segundo Henry Rousso o passado pertence acima de tudo àqueles que o viveram e, no entanto, acaba por se tornar um patrimônio comum que o historiador retoma e tenta tornar inteligível à sociedade (ROUSSO, 1996: 98).

Referências bibliográficas:

BASTOS, Natalia de Souza. Perdão meu Capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em Organizações da Esquerda Armada (Brasil, anos 1960-1970). In: GOIAS, J. B. H & QUADRAT, Samantha V. Gênero- NUTEG- v.8, n.2 (1. sem. 2000).-. Niterói: EdUFF, 2008, pp. 23-71.

DANIEL, Hebert & MICCOLIS, Leila. Lobisomens e Jacarés: dois ensaios sobre a homossexualidade. Achiamé, Rio de Janeiro, 1983

FOUCAULT, Michel - História da Sexualidade. vol. 1. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 17ª edição, 1988.

_____ - História da Sexualidade. vol. 2. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 11ª edição, 1984.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

HALSBWACHAS, Maurice. A Memória Coletiva. Ed Centauro, São Paulo, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dez. 1993, p. 7-28.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e Amado, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996, pp. 103-130

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 1968: A Paixão de uma Utopia. Editora Fundação Getúlio Vargas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2008.

_____. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990

_____. Entre passado e futuro: os 40 anos de 1968. In: Espaço Acadêmico, junho de 2008.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)

_____. "Esquecimento das memórias". In: João Roberto Martins Filho. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da Historia Oral*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996, pp. 93-101.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da Historia Oral*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

3.9 "POR TI, AMÉRICA": LUTA ARMADA, LATINO-AMERICANISMO E INTERNACIONALISMO NA TRAJETÓRIA DA *JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONÁRIA* NA DÉCADA DE 1970

Izabel Pimentel da Silva*

Quando os versos da canção "*Soy loco por ti, América*" foram cantados pela primeira vez, em 1968, por Caetano Veloso[1], o cenário latino-americano era atingido por uma onda avassaladora de intensos movimentos de contestação à ordem vigente, inseridos num contexto mundial onde a ideia de *revolução* – política, econômica, cultural, pessoal – ganhava corações e mentes. Neste contexto, parcelas significativas das esquerdas da América Latina optaram por formas mais radicais de luta política.

Uma das principais características comuns às organizações revolucionárias que ascenderam no Cone Sul da América Latina era uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, condenadas por sua "ineficácia revolucionária". Isso nos leva a outra característica da *esquerda alternativa*[2] surgida na América do Sul: a valorização da *ação*. Uma das grandes acusações que se fazia aos partidos de esquerda tradicionais era a de imobilismo. Nesse sentido, essas organizações revolucionárias defendiam a *prática* revolucionária – partir pra ação, imediata e radicalmente, sem perder tempo com discussões que a nada levavam. Qualquer retardamento ou recuo era encarado como um ato de covardia.

Além disso, de um modo geral, a maioria dessas organizações recusava-se a estabelecer qualquer tipo de aliança com frações das classes dominantes, pois acreditava na total falta de vocação revolucionária da burguesia. Por fim, enquanto os partidos comunistas sul-americanos, de forma geral, continuavam mantendo, mesmo depois dos golpes de Estado nos respectivos países do Cone Sul (que

---

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); professora substituta de História da América da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e professora de História da América da Universidade Castelo Branco (UCB).

[1] A letra da música é de Gilberto Gil, José Carlos Capinan e Torquato Neto, composta em 1966 para Caetano Veloso, que só a gravou em seu primeiro álbum solo, lançado em 1968.

[2] Estas esquerdas alternativas e radicais, que ficaram conhecidas como "novas esquerdas", surgiram, ao longo das décadas de 1960 e 1970 em quase todo o mundo ocidental, em oposição aos partidos comunistas tradicionais e seus modelos clássicos de atuação política.

deram origem às ditaduras civil-militares que se espalharam pela região), a proposição da via pacífica para o socialismo, as organizações da chamada "nova esquerda" defendiam a *luta armada* como a principal forma de luta, embora divergissem sobre a maneira pela qual ela deveria ocorrer.

Assim sendo, as organizações da esquerda armada sul-americana, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. O presente texto tem por objetivo elucidar uma dessas experiências internacionalistas revolucionárias na América do Sul, através da análise da trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), organização que reuniu quatro dos grupos guerrilheiros mais significativos de *nuestra América*.

No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latino-americanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido.

O líder Fidel Castro também incentivava a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Nessa perspectiva, ocorreu em Havana, entre julho e agosto de 1967, a conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que estenderia a revolução pelos países latino-americanos. A declaração final da Primeira Conferência da OLAS afirmou a oposição da organização ao imperialismo estadunidense na América Latina e reforçou a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos. Em sua concepção, os movimentos guerrilheiros deveriam espalhar-se como "ondas" ("olas" em espanhol), estendendo a revolução por todo o continente. Embora entre 1967 e 1970, o Estado cubano tenha consolidado o caminho de aproximação com a União Soviética, Cuba apoiou direta e indiretamente (inclusive financeiramente) a guerrilha na América Latina. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um contingente de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos teria sido treinado na ilha (ROLLEMBERG, 2001:18).

Contudo, indubitavelmente, o maior símbolo ou aquele que melhor encarnou a proposta de internacionalismo revolucionário foi Ernesto "Che" Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, "Che" renunciou seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos. Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a

espalhar a revolução pela América do Sul. Os combates iniciaram-se em março de 1967. Isolados, sem água, sem remédios, com pouco armamento, sem conseguir estabelecer contatos com os setores populares, sem apoio do Partido Comunista Boliviano (de tendência soviética), lutando em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: "Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...". No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo da revolução sem fronteiras, do guerrilheiro cuja pátria era a América Latina.

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as ideias, o exemplo de "Che" Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em mensagem enviada à Conferência Tricontinental[3], Guevara incentivou a criação de "dois, três, muitos Vietnãs" e conclamou os grupos armados da América Latina a "*formar uma espécie de Junta de Coordenação* para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa" (GUEVARA, 2006:305).

O ponto de partida para a formação de uma "junta de coordenação" entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, que culminou no assassinato de dezenas de guerrilheiros, incluindo o próprio Guevara, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, depois de caminhar mais de 1000 km em condições subumanas. Os sobreviventes foram detidos, mas receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do MIR. Após uma forte campanha de solidariedade organizada pelos militantes da esquerda chilena e os esforços do então senador Salvador Allende, o grupo conseguiu ser repatriado para Cuba.

Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos os *miristas* chilenos. A partir de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio[4], sobretudo em vista das várias ditaduras militares que já se espalhavam pela América do Sul,

---

[3] Realizada em Havana (Cuba) em 1966, a Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina refletia os impactos das vitórias das revoluções cubana e argelina, da resistência vietnamita à ocupação militar dos EUA e da expansão dos movimentos guerrilheiros pela América Latina. Em sua concepção, a Ásia, a África e a América Latina configuravam regiões decisivas na luta contra o imperialismo estadunidense. Contudo, diante da contra-ofensiva contra as guerrilhas nos três continentes – que culminaram, inclusive, no assassinato de "Che" Guevara – a Tricontinetal, assim como a OLAS (criada em 1967), não conseguiu consolidar-se como uma coordenação real dos movimentos antiimperialistas.

[4] Em 1970, um novo foco guerrilheiro rural foi implantado na Bolívia por um grupo de militantes do Exército de Libertação Nacional, apoiado pelos chilenos. Esta segunda campanha guerrilheira, que foi deflagrada na região de Teoponte, durou apenas três meses e terminou com o assassinato de trinta e nove guerrilheiros, além da morte de outros dois por fome. Os

tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana. Guerrilheiros do ELN boliviano, tupamaros uruguaios e membros do ERP argentino conviviam, debatiam, confirmavam afinidades políticas e aproximavam-se dos militantes do MIR chileno, entre outras organizações.

No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam "hermanas", começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de "Che" Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada Junta de Coordinación Revolucionaria. (MARCHESI, 1972-77: 8)

Segundo John Dinges, a JCR não era

> uma simples aliança, nem a reunião das organizações separadas. A proposta (...) era que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao outro. Cada grupo lutaria com a sua agenda e seus métodos. (...) Cada organização-membro escolheria como e quando pegar em armas. Mas juntas elas criariam uma infra-estrutura, um aparelho internacional que propiciaria apoio logístico, financeiro e militar mútuo. (DINGES, 2005: 87-8)

Em um estatuto provisório, aparentemente datado de 1974, a organização apontou suas principais aspirações:

> Impulsionar la lucha por la revolución continental, antiimperialista y socialista, que supone el derrocamiento violento de las clases dominantes mediante uma estratégia político-militar de lucha, la destrucción del estado burgues y el establecimiento de la dictadura del proletariado y la construcción de um nuevo estado basado em la democracia directa, em donde el proletariado dirige al conjunto de las clases aliadas y domina a las clases enemigas.[5]

---

poucos guerrilheiros sobreviventes atravessaram a fronteira chilena, assim como fizeram os remanescentes da guerrilha de "Che" três anos antes, e receberam asilo político do governo de Allende.

[5] JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "Estatuto Provisório", [1974]. Archivo CEIU/UDELAR (Montevidéu), Coleción David Cámpora, Fundo JCR.

Nos primeiros anos da Junta de Coordinación Revolucionaria, o Chile exerceu um papel fundamental, afinal tinha sido o "anfitrião" das outras três organizações que, juntamente com os *miristas* chilenos, dariam origem à JCR. No entanto, com o golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, a violência repressiva que se seguiu alterou radicalmente o cenário chileno. Até meados de 1975, a maioria dos militantes do MIR estava presa ou desaparecida. Com o avanço repressivo, os chilenos foram perdendo sua centralidade dentro da JCR.

Após o golpe no Chile em 1973 – antecedido, entre outros, pelo golpe na Bolívia em 1971 e no Uruguai em junho de 1973 – a Argentina, que então vivia um momento democrático, tornou-se um porto para os refugiados políticos e as organizações revolucionárias (embora este período também tenha sido marcado na Argentina pela repressão à esquerda armada).[6] De qualquer maneira, era grande o otimismo revolucionário: "Imaginávamos uma espécie de Vietnã embrionário em toda a América Latina. Íamos levar a idéia da JCR ao Brasil, Peru, México, Caracas. Para nós, a revolução estava prestes a se iniciar em toda a América Latina", relembra Luis Mattini, uma das lideranças do ERP (MATTINI apud DINGES, 2005: 91).

Em fevereiro de 1974, a Junta de Coordinación Revolucionaria anunciou publicamente sua criação, após convocar uma "coletiva de imprensa" clandestina em Buenos Aires[7], na qual foi distribuído o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde assim apresentavam-se:

> El Movimiento de Liberación Nacional (Tuparnaros) de Uruguay, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Bolivia y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) de Argentina, firman la presente declaración para hacer conocer a los obreros, a los campesinos pobres, a los pobres de la ciudad, a los estudiantes e intelectuales, a los aborígenes, a los millones de trabajadores explotados de nuestra sufrida patria latinoamericana, su decisión de unirse em uma Junta de Coordinación Revolucionaria.

---

[6] A repressão à esquerda armada recrudesceu na Argentina após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como Triple A, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de "Isabelita" Perón (1974-1976).

[7] O anúncio da criação da JCR teve uma modesta repercussão internacional. O New York Times, em sua edição de 15 de fevereiro de 1974, fez uma breve menção da formação da frente guerrilheira em uma pequena matéria publicada numa página interior do jornal. O anúncio da fundação da JCR também foi publicado em Lisboa.

> Este importante paso es producto de una sentida necesidad, de la necesidad de cohesionar a nuestros pueblos en el terreno de la organización, de unificar las fuerzas revolucionarias frente al enemigo imperialista, de librar con mayor eficacia la lucha política e ideológica contra el nacionalismo burguês y el reformismo.[8]

Num editorial intitulado "En el camino del Che", de março de 1974, o jornal *Estrella Roja*, órgão do Ejército Revolucionário del Pueblo alertava para a articulação entre as ditaduras no Cone Sul e seu alinhamento com os interesses imperialistas estadunidenses e anunciava, em resposta a isso, a união das quatro organizações revolucionárias sul-americanas, seguindo as trilhas das ideias guevaristas:

> Así actúa el enemigo, y frente a él; habremos de responder dando a la guerra revolucionaria que ya estamos librando, un carácter solidario y continental, centralizando y coordinando nuestros esfuerzos. Para ello surge esta Junta de Coordinación Revolucionaria, como expresión de la decisión de lucha de los pueblos del Cono Sur de América Latina. (...) Tal el legado del Che Guevara, cuyo camino estamos transitando.[9]

Ainda durante o ano de 1974, a Junta de Coordinación Revolucionaria procurou desenvolver uma infra-estrutura de propaganda. Nesse sentido, criou seu órgão de divulgação internacional – uma revista significativamente intitulada *Che Guevara*. A revista, traduzida em três idiomas, teve apenas três números, publicados de forma irregular em novembro de 1974, fevereiro de 1975 e outubro de 1977, respectivamente.

Num contexto em que as ditaduras sul-americanas intensificavam suas redes de colaboração e delineavam a internacionalização da repressão, este periódico – configurando-se como "espaço privilegiado de elaboração de ideias, projetos e embates, em contato com outras instâncias e atores coletivos" (MOREL, 2007: 20) – atuou como veículo de divulgação das propostas internacionalistas

---

[8] JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR", Che Guevara – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

[9] EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). "En el camino del Che. Editorial". Estella Roja, nº 31, 4 de março de 1974, p. 2.

revolucionárias da JCR, que se inspiravam nas ações e palavras de Che Guevara, o símbolo máximo da revolução sem fronteiras e que significativamente batizava sua revista. E para além do combate às ditaduras militares que se alastravam pela América Latina, a revista *Che Guevara*, enquanto porta-voz de uma organização revolucionária internacionalista, conclamava os povos latino-americanos a lutar contra o imperialismo dos Estados Unidos, que, numa alusão ao passado colonial, atuava como uma metrópole exploradora no subcontinente.

As organizações revolucionárias que integraram a JCR acreditavam que iniciariam, nos anos 1970, uma segunda independência na América Latina. Nesse caso, ao contrário do que ocorreu no passado colonial, a luta não seria contra o Império espanhol, mas contra um inimigo em comum: o imperialismo estadunidense. Nesse sentido, as publicações e documentos internos destes grupos guerrilheiros resgatavam as figuras emblemáticas dos *libertadores da América* no século XIX, com destaque para José de San Martin, José Artigas e Simón Bolívar.

O jornal *El Rebelde*, órgão do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), publicou o texto "Juramento Libertário", que enaltecia a união latino-americana, referindo-se à luta pela independência no século XIX, que apontaria o caminho a ser trilhado no século XX:

Por la senda que Cuba señalara

estamos todos dispuestos a seguir

entregando, si es preciso nuestras vidas

por conquistar esa amada libertad

Sierra Maestra ha encendido ya la hoguera,

crisol de esperanza y libertad

que a los pueblos de América ilumina

el camino de su libertad

Basta ya de dolor,

basta ya de miseria y obscuridad,

basta ya de terror,

basta ya de aplastar la libertad

Por Martí y San Martín,

por Lautaro y Bolívar Juro yo,

Por Juarez, Sandino y Recarraben,

Te juramos conquistar la libertad

Por la senda que Bolívar soñara,

nuestros pueblos um dia marcharán,

y América será uma solo pátria

con um noble y grande corazón

Del Rio Grande a la Estrella Solitária

del Atlântico al Pacifico también,

un solo sol brillará em nuestros cielos,

de justicia, socialismo y libertad.[10]

[10] El Rebelde, nº 19, novembro de 1963. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci).

O *Partido Revolucionário de los Trabajadores - Ejército Revolucionário del Pueblo* (PRT-ERP), por sua vez, recorrentemente também resgatava o passado de lutas anticoloniais da América Latina nas páginas de seu periódico *El Combatiente*:

> Las luchas ctuales de nuestro pueblo contra la opresión fascista y por la liberación nacional son continuidad de la gran gesta libertadora que San Martín dirigió como patriota y militante de la libertad. Nuestro Partido recoge su ejemplo, de conductor político y militar, de genial organizador y dirigente del pueblo em armas.[11]

A alusão às lutas anticoloniais na América espanhola também se fazem presentes nos documentos produzidos pelo MLN-Tupamaros. Em 1973, por exemplo, em uma declaração conjunta com o PRT-ERP publicada no exílio afirmava-se:

> El MLN y el ERP nacieron como organizaciones guerrilleras del seno de los pueblos uruguayo y argentino. La similitud de su lucha y su programa la has ido uniendo cada día más, y a ambas com el MIR chileno en esta guerra de la Segunda Independencia, reviviendo la indestructible y centenária unidad de nuestros pueblos, que aliados y organizados libraron triunfalmente la guerra de la Primeira Independencia contra la dominación colonial española y el regimén de servidumbre y esclavitud que oprimía a nuestros pueblos. Ahora continuamos esa lucha contra los enemigos de hoy, el imperialismo yanki y el bárbaro sistema de explotación capitalista, bajo la advocación del Comandante Guevara, héroe y precursor de la revolución socialista continental.[12]

A Junta de Coordinación Revolucionaria, organização internacionalista integrada pelo PRT-ERP argentino, o MIR chileno, o MLN-Tupamaros uruguaio e o ELN boliviano, como não poderia deixar de ser, também encarava a proposta revolucionária dos guerrilheiros sul-americanos da década de 1970 como uma segunda independência da América espanhola. Em fevereiro de 1974, quando do anúncio público de sua criação, a JCR assim definiu os significados da formação desta organização:

---

[11] El Combatiente, nº 260, 21 de fevereiro de 1978. Hemeroteca do Centro de Documentación e Investigación de la cultura de Izquierdas em Argentina (Cedinci).

[12] MNL-Tuparamos e PRT-ERP. "Ante el asesinato en la tortura de los compañeros Gerardo Alter y Walter Arteche", agosto de 1973. Archivo CEIU/UDELAR (Montevidéu), Coleción David Cámpora, Fundo MNL Exterior, Série Balances e Informes.

> Este importante paso es la concreción de una de las principales ideas estratégicas del comandante Che Guevara, héroe, símbolo y precursor de la revolución socialista continental. Es también significativo paso que tiende a retomar la tradición fraternal de nuestro pueblos que supieron hermanarse y luchar como un solo hombre contra los opresores del siglo pasado, los coloniales españoles.[13]

No que tange à atuação da JCR no Cone Sul da América, a política exterior e as alianças internacionais representaram, desde o início, uma das prioridades da organização. Ainda em 1973, logo após as reuniões realizadas em Rosário (Argentina), o tupamaro Efraín Martinez Platero foi escolhido como representante internacional da JCR. A partir de então, Platero realizou diversas viagens visando conquistar apoio para a Junta. Seu primeiro destino foi Cuba – a ilha era considerada pelas quatro organizações que formavam a JCR a vanguarda revolucionária da América Latina. No entanto, a idéia de criação de uma junta revolucionária latino-americana não foi bem recebida por Fidel Castro. Apesar de Platero ter invocado a memória de "Che" Guevara como inspiração para a JCR, o líder cubano não aprovava os planos da Junta.

Segundo Aldo Marchesi, alguns fatores explicam essa desaprovação cubana em relação à JCR. Em primeiro lugar, Fidel Castro era contrário aos planos do ERP de deflagrar uma guerrilha nas montanhas de Tucumán na Argentina, pois o governo argentino abrira relações comerciais com Cuba e o apoio ao ERP poderia prejudicar o desenvolvimento destas relações. Ademais, a aproximação do governo cubano com a União Soviética – ainda que não representasse o fim do apoio de Cuba à esquerda armada latino-americana – significou um estreitamento das relações com os partidos comunistas latino-americanos e, como apontamos anteriormente, uma revisão das propostas defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). E, por fim, Fidel Castro imaginava que o desenvolvimento de uma coordenação revolucionária na América Latina, como propunha a JCR, poderia significar uma disputa de hegemonia – até então exercida por Cuba – dentro dos movimentos revolucionários latino-americanos (MARCHESI, 1972-77: 14)

Apesar da resistência de Cuba, a Junta de Coordinación Revolucionaria prosseguiu sua busca por contatos e apoio no exterior e conseguiu estabelecer uma rede internacional basicamente na Europa. No entanto, é importante destacar que "o entusiasmo europeu e a ajuda financeira limitavam-

---

[13] JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. "A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR", Che Guevara – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974, p. 3.

se à 'solidariedade' para com os refugiados, exilados políticos e outras vítimas dos abusos crescentes dos direitos humanos. (...) A Europa fornecia uma retaguarda para as operações financeiras e de propaganda (...), mas a ação militar estava fora de questão" (DINGES, 2005: 136-7).

Em maio de 1975, a direção da Junta de Cordinación Revolucionaria decidiu enviar dois emissários em uma viagem pela América Latina a fim de espalhar a estratégia revolucionária da JCR pela região: "Era tanto uma incursão como uma viagem de informação para realizar um levantamento do nível de determinação (*voluntad*) dos revolucionários latino-americanos. Era como uma sondagem preliminar. Mais tarde eles deviam entregar um relatório e então sair de novo para cimentar alianças ou membros [na JCR]" (MATTINI apud DINGES: 2005: 139). Os escolhidos para desempenhar esta missão foram Amílcar Santucho (irmão mais velho de Mario Roberto Santucho, principal líder do ERP) e Jorge Fuentes (o "homem" do MIR em Buenos Aires). A primeira parada dos emissários foi o Paraguai. Contudo, a missão tornou-se o alvo de uma ação combinada entre as forças de segurança da Argentina, Chile e Paraguai, que contaram com o apoio do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos Estados Unidos. Amílcar Santucho e Fuentes foram presos pouco depois de ingressarem no Paraguai. Junto com eles foram apreendidos documentos e listas de endereços e de contatos da JCR. O tratamento dado pelas agências de inteligência na América do Sul a estes prisioneiros já apontava para uma nova tática das forças repressivas dos países do Cone Sul, que superavam suas longas histórias de rivalidade e animosidade, substituindo-as por um nível sem precedentes de colaboração e compartilhamento de informações. Essa nova realidade daria origem ao *Plano Condor*, uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil.[14]

Alguns autores, como John Dinges, apontam que a principal justificativa e/ou pretexto para a criação desta operação e/ou plano foi a união de quatro organizações revolucionárias sul-americanas, formalizada através da fundação da Junta de Coordinación Revolucionaria. Ao internacionalismo revolucionário, as ditaduras militares responderiam com o internacionalismo da repressão. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os governos militares superestimaram a ação da JCR, que se tornou o principal alvo do Plano Condor.[15] O chileno René Valenzuela, um dos principais representantes da JCR

---

[14] Embora a colaboração entre os serviços de inteligência e os órgãos de repressão da região já estivesse em andamento, a Condor foi oficialmente instituída em novembro de 1975, após um encontro dos principais representantes do setor de inteligência da América do Sul, em Santiago do Chile, comandado pelo general Pinochet e pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional chilena.

[15] Vale destacar que além da perseguição, prisão, tortura, assassinato e/ou "desaparecimento" dos militantes da Junta de Coordinación Revolucionaria e da esquerda armada em geral, o Plano Condor se voltou também para a perseguição aos líderes democráticos e legalistas, com pouca ou nenhuma conexão com os grupos guerrilheiros.

na Europa, avalia: "Eles [os governos militares] achavam que a organização era maior do que na realidade éramos, e reagiram muito rapidamente, com uma força devastadora. Estávamos ainda nas fraldas, com muitos problemas, e nunca tivemos de fato a oportunidade de fazer o que pretendíamos fazer" (VALENZUELA apud DINGES, 2005: 91). Com outra concepção, Joan Patrice McSherry sugere que o peso da JCR no surgimento da Operação Condor deve ser relativizado, pois a coordenação repressiva para além das fronteiras nacionais já estava em marcha antes dos órgãos de segurança sul-americanos descobrirem a existência da Junta de Coordinación Revolucionaria. (MCSHERRY, 2009). Por sua vez, Melisa Slatman sugere que, ainda que a experiência concreta da JCR tenha sido limitada no tempo e em seu impacto político e social, a *representação* que desta fizeram as Forças Armadas do Cone Sul e, mais especificamente, seus órgãos de inteligência, foi uma das determinantes para as ações repressivas transnacionais implementadas na América do Sul (SLATMAN, 2010: 19-20).

Acreditamos que o peso da JCR no surgimento da Operação Condor deve ser relativizado, pois a coordenação repressiva para além das fronteiras nacionais já estava em marcha antes dos órgãos de segurança sul-americanos descobrirem a existência da Junta de Coordinación Revolucionaria. Além disso, a JCR não foi o único alvo do vôo da Condor. A perseguição, prisão, tortura, assassinato e/ou "desaparecimento" desencadeados pela internacionalização da repressão atingiram também líderes democráticos e legalistas, com pouca ou nenhuma conexão com os grupos guerrilheiros e que possuíam maior capacidade de organização e visibilidade no exterior.

Para além da repressão sem fronteiras desencadeada pela Operação Condor, a Junta de Coordinación Revolucionaria sofreu um novo e duro baque em março de 1976, após o golpe de Estado deflagrado na Argentina. Com a intensificação da repressão, em pouco mais de um ano o ERP argentino foi praticamente desarticulado e grande parte de suas lideranças, incluindo seu secretário-geral Mario Roberto Santucho, foi assassinada. As demais organizações que formavam a JCR também foram duramente atingidas. Ainda havia saída? O exterior. Com o golpe e a extrema repressão que se seguiu, os remanescentes do ERP bem como os chilenos, uruguaios e bolivianos que estavam na Argentina partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba. Entre 1976 e 1977, intentou-se reorganizar a Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio, através de comitês organizados pelos militantes exilados primeiramente na Europa e depois no México. Mas as tentativas de reorganização fracassaram, sobretudo porque esbarraram nas fragmentações políticas das próprias organizações que integravam a Junta.

O ELN boliviano, após vários "rachas" e influenciado pelo ERP argentino, reorganizou sua estrutura e fundou o *Partido Revolucionário de los Trabajadores de Bolívia* (PRT-B), em 1975. No início de

1977, a organização praticamente já estava dizimada na Bolívia. No exterior, as divergências internas da organização permaneceram. Os Tupamaros, por sua vez, após sofrer violentos golpes de repressão, também "racharam" no exterior, dividindo-se em duas frações: uma defendia uma autocrítica, que representaria o abandono da luta armada; a outra acreditava num retorno ao Uruguai a médio ou longo prazo, a fim de desencadear uma ofensiva revolucionária. O primeiro grupo acabou afastando-se ou sendo afastado da organização. Tanto o ELN como os Tupamaros não possuíam mais uma direção unificada e os diversos grupos em que as organizações fragmentaram-se não reconheciam mais a representatividade dos outros em relação à JCR. No que tange ao MIR, após o golpe na Argentina, os dirigentes sobreviventes e exilados em Cuba optaram pela aproximação com o governo cubano, a fim de reestruturar a organização pra um possível retorno ao Chile. Nessa ótica, a JCR passou a ser um assunto secundário. Somente o ERP parecia ainda apostar na Junta de Coordinación Revolucionaria. Contudo, no bojo de intensos debates no interior do ERP, dividido entre correntes que defendiam a continuação da luta armada e as que propagavam o abandono desta tática, a Junta de Coordinación Revolucionaria desapareceria.

Assim sendo, os conflitos internos das organizações membros da JCR, que dissolveram seus laços de cooperação, foram determinantes para a desagregação da organização. Mas não foram somente os conflitos *dentro* destas organizações que se configuraram como fatores preponderantes para o fracasso da experiência internacionalista da JCR. Nesse sentido, sustentamos a hipótese de que o discurso e prática internacionalistas das organizações armadas do Cone Sul não foram capazes de superar as divergências presentes *entre* elas, o que também contribuiu para o fracasso da experiência da Junta.

Aníbal Garzón afirma que, pela realidade da estrutura da organização, poderíamos mudar o nome da JCR de Junta de *Coordinación* Revolucionaria para Junta de *Subordinación* Revolucionaria.[16] Isso porque teria se construído dentro da organização uma hierarquia de poder, na qual as decisões do ERP definiam os rumos da revolução. Segundo Aldo Marchesi, o ERP elaborou um diagnóstico crítico das outras três organizações e promoveu as mudanças e guinadas que julgava necessárias na trajetória política de seus *hermanos*. Na ótica dos guerrilheiros argentinos, os Tupamaros revelavam uma debilidade ideológica e não haviam superado o nacionalismo dos "democratas revolucionários". O MIR era acusado de falta de "proletarização" e indecisão de deflagrar a luta armada. O ELN, por sua vez, era questionado pelo seu "foquismo", pela falta de inserção nos setores proletários e por ser uma guerrilha

---

[16] GARZÓN, Aníbal. "La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur". Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf> Acessado em 05/09/2011. p. 18.

sem política. Assim sendo, o processo de internacionalização foi concebido, de certa forma, através da homogenização ideológica proposta pelo ERP (MARCHESI, 1972-77: 13).

Eleuterio Fernández Huidobro, um dos fundadores e principais dirigentes dos Tupamaros durante as décadas de 1960 e 1970, apontou a *colonização ideológica* sofrida pelos "tupas" diante do MIR chileno e, sobretudo, do PRT-ERP argentino como um dos principais fatores responsáveis pela derrota do projeto revolucionário da organização uruguaia (HUIDOBRO, 2001). Luis Mattini, que assumiu a direção do PRT-ERP após a morte de Santucho em 1976, relembra que Santucho reforçava as afinidades políticas e ideológicas entre o PRT-ERP e o MIR em detrimento dos Tupamaros:

> Santucho le dice: "(...) nosotros tenemos la mayor afinidad com el MIR chileno, porque el MIR es um partido marxista-leninista y los tupas todavia no dejaron de ser nacionalistas". (...) Porque para Santucho y la estructura del PRT, los tupas eran una maravilla de gente pero tenia una flojera, no eran marxistas, no eran proletarizados, y nuestro deber, nustro deber revolucionario, era dar la lucha ideológica para que se hicieran marxistas (...).[17]

Esta não é a visão de Daniel de Santis, outro ex-militante do PRT-ERP. Para ele, a organização argentina não considerava os Tupamaros pequeno-burgueses. Por outro lado, ainda segundo Santis, os "tupas" nunca se reivindicaram marxistas e por isso seria natural que Santucho afirmasse ter mais diferenças com os uruguaios que com os chilenos do MIR. Ainda assim, o PRT-ERP não teria orientado nenhuma homogeneização ideológica (SANTIS, 2009).

O fato é que, ao contrário do que ocorreu com as outras três organizações, o ERP manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR, em especial devido ao fato da Argentina, entre 1973 e 1976, ter gozado de uma relativa liberdade democrática. Nesse contexto, o ERP era a mais rica das organizações que integravam a JCR, sobretudo após algumas capturas de executivos/empresários estrangeiros, cujos resgates eram destinados, em grande parte, para os projetos da Junta. Assim sendo, o nível de desenvolvimento da experiência da JCR era diretamente proporcional ao aumento do nível de influência do ERP dentro da Junta:

> La disparidad de recursos, la cantidad de cuadros formados, el menor peso de la represión y uma imagen de relativo êxito em su accionar hasta el año 75 aseguró al PRT-ERP uma presencia sin contrapesos em la JCR. A diferencia de las otras

[17] Entrevista de Luis Mattini concedida à autora. Buenos Aires, 13 de abril de 2014.

> organizaciones que habían sufrido importante derrotas el PRT-ERP se mostraba como uma organización em ascenso y eso le generaba respeto entre vários de los militantes de los otros países que sufrían los avances de los regimenes dictatoriales (MARCHESI, 1972-77:13).

As significativas divergências entre as organizações que integraram a Junta de Coordinación Revolucionaria exacerbaram-se durante o exílio dos militantes destas organizações revolucionárias, obrigados a abandonar o Cone Sul diante da intensificação da repressão das ditaduras militares sul-americanas. De fato, a trajetória da JCR foi marcada pelo controle e repressão das ditaduras que se espalharam pela América do Sul ao longo da segunda metade do século XX. Na realidade, a criação da Junta de Coordinación Revolucionaria representou, por um lado o auge do internacionalismo revolucionário no Cone Sul, mas, por outro lado, o momento mais limitado para a institucionalização deste internacionalismo através da fundação de uma organização que defendia a revolução para além das fronteiras nacionais.

Ao recuperar os caminhos e descaminhos da esquerda armada no Cone Sul, e mais especificamente da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente da América do Sul, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos de esquerda que atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações.

Nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar os intercâmbios entre os governos militares e os órgãos de repressão do Cone Sul, contemplando, sobretudo, a chamada Operação Condor. No entanto, o mesmo não acontece referente à integração dos grupos da esquerda armada da região. Ainda que exista uma bibliografia abundante acerca da trajetória das organizações da esquerda armada na conjuntura nacional de cada país da América do Sul, estas pesquisas têm demonstrado pouco interesse em analisar as similaridades e a coordenação das ações destas organizações num contexto mais amplo. Ao privilegiar os cenários nacionais, esta bibliografia ofusca os intercâmbios internacionais e acaba por menosprezar os projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Assim sendo, acreditamos que nosso trabalho poderá contribuir para a análise da perspectiva de internacionalismo revolucionário defendida por importantes organizações revolucionárias da América do Sul.

Referências Bibliográficas

DINGES, John. *Os anos do Condor*: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GARZÓN, Aníbal. "La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur". Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA). Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf> Acessado em 05/09/2011.

GUEVARA, Ernesto "Che". "Mensagem aos povos da Tricontinental" (1967). In: LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

HUIDOBRO, Eleuterio Fernández. *Historia de los Tupamaros*: En La Nuca (Acerca de las Autocríticas). Montevidéu: Banda Oriental, 2001.

MARCHESI, Aldo. "Geografias de la protesta armada, guerra fria, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977)". Disponível em: < http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf>. Acessado em 05/09/2011, p. 8.

MOREL, Marco. "O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais". *Maracanan*. Rio de Janeiro: UERJ, Ano III, nº 3, p. 20, janeiro 2005 março 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SANTIS, Daniel de. *Entre tupas y perros: um debate com Eleutério Fernandez Huidobro y Luis Mattini sobre Tupamaros y el PRT-ERP*. 2ª edição. Buenos Aires: R y R, 2009.

SLATMAN, Melisa. "Para um balance necesario: la relación entre la emergencia de la junta de Coordinación Revolucionaria y el Operativo Cóndor. Cono Sur, 1974-1978". Testimonios. Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina. Buenos Aires, 2010, vol. 2.

3.10 O ESTADO PLURINACIONAL E COMUNITÁRIO NA BOLÍVIA: ANTECEDENTES E DESAFIOS

Mariana Bruce*

I - Introdução

A crise do neoliberalismo na América Latina no final do século XX contribuiu para uma retomada de movimentos nacionalistas com forte apelo popular em vários países e na ascensão de governos alinhados com um discurso à esquerda, comprometidos com reformas sociais para beneficiar os mais pobres. Venezuela, Bolívia, Equador são os mais claros exemplos dessa conjuntura, aonde chegaram a ser convocadas Assembleias Constituintes para que se redigissem novos Pactos Sociais que expressassem as transformações almejadas[1]. Além destes, ainda que sob um viés mais moderado, vários outros países também viram ascender governos que se apresentavam como alternativas ao modelo então vigente, tais como o Brasil, Argentina, Uruguai e Peru[2].

Portanto, a despeito de ser um período marcado pela vitória do capitalismo sobre o socialismo com a queda do Muro do Berlim (1989) e a dissolução da URSS (1991), e de implantação do modelo neoliberal em vários países do continente, a América Latina reagiu e se manteve como um laboratório fértil de formulações e concepções de mundo alternativas escapando às teses que previam um "fim da história" (FUKUYAMA, 1992) – senão de maneira plena por parte dos governos propriamente ditos, sem dúvida, da parte de muitos movimentos sociais que os impulsionaram e que continuam tensionando com os mesmos após eleitos.

Nessa conjuntura fértil e plural, um olhar mais atento às especificidades do processo em curso na Bolívia, demonstra-se válido na medida em que, sem perder de vista essa conjuntura mais ampla, observamos um elemento original e de grandes implicações: a eleição do primeiro presidente indígena

---

* * Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

[1] Refiro-me às eleições de Hugo Chávez Frias, em 1998, Evo Morales, em 2005, e Rafael Corrêa, em 2007, respectivamente.

[2] Refiro-me às eleições Luis Inácio Lula da Silva, em 2002, de Néstor Kirchner, em 2003, de Tabaré Vasquez, em 2005 e de Ollanta Humala, em 2011, respectivamente.

do continente, Evo Morales Aymá, e a assinatura de uma Nova Constituição Política do Estado que prevê o estabelecimento de um Estado Plurinacional e Comunitário naquele território.

Assim como a experiência zapatista no México, em curso desde os anos 1990, a eleição de Evo Morales coloca em cheque o que Pablo González Casanova (2007) chama de "colonialismo interno" enquanto problemática que extravasa o colonialismo/neocolonialismo e que foi reproduzida pelos Estados-Nação liberais independentes. O colonialismo interno representa a negação ou silenciamento do outro em um processo que envolve várias dimensões – política, economia, cultural, social -, provocando ao longo dos anos um profundo "epistemicídio" (SANTOS, 2005) de saberes e cosmovisões de muitos povos que habitavam e habitam este continente.

Em entrevista a Boaventura de Souza Santos (2013), a socióloga *aymara* Silvia Rivera Cusicanqui afirma que o liberalismo carrega consigo um universalismo excludente e um objetivo inerente de acumulação de riquezas: subjacente aos discursos de "igualdade" e "liberdade" estaria a perpetuação do racismo, do machismo e das desigualdades sociais. Quando todos viraram compulsoriamente "bolivianos", ignorou-se uma realidade na qual muitos não se identificavam enquanto tais e, no entanto, para ter acesso a alguns direitos, era necessário submeter-se à nova alcunha imposta. Ainda assim, mesmo na condição de "bolivianos", o acesso aos direitos se fazia e se faz difícil. Portanto, em tese, houve uma "inclusão", mas, na prática, uma inclusão que "excluía" as pessoas. É sintomático, por exemplo, que

> (...) de las 100 millones de personas latinoamericanas que tienen que vivir con un dólar por día, un 80% pertenece a la población nativa y mestiza, tiene color moreno o negro y vive en el campo o en las grandes barriadas o villas urbanas (ESTERMAN, 2006, p. 9).

Paradoxalmente ao colonialismo, a conjuntura global atual na qual se prevê um colapso climático e civilizacional devido à destruição da biodiversidade, à crise hídrica, ao controle e monopólio das sementes e tecnologia, à falta de comida na mesa de milhões de pessoas, à alta concentração de terra, entre tantos outros fatores, leva também à busca crescente por um diálogo com outras tradições epistêmicas para que seja possível vislumbrar caminhos possíveis para a emancipação social. Apesar de Morales não ter rompido completamente com os paradigmas hegemônicos[3], seu governo e a nova

---

[3] Pablo Mammani Ramirez (2014) em seu balanço sobre os *Cuatro Años del 'Estado Plurinacional* aponta para o fato de que apesar de ser um governo que assumiu constitucionalmente o compromisso de extinguir o "colonialismo interno", ainda se utiliza de práticas repressivas sobre indígenas que denunciam a insistência em um modelo desenvolvimentista e predatório

Constituição abrem a possibilidade para se rediscutir os limites do "modelo moderno-colonial"[4] desenvolvimentista do Estado-Nação, colocando em evidência outros princípios e valores inspirados nas tradições andinas e amazônicas dos povos indígenas deste território.

Na Bolívia existem 36 grupos étnicos reconhecidos. Os *aymaras* e os *quéchuas* são os mais numerosos, estão localizados principalmente na região andina e correspondem respectivamente a 17 e 18% de um total de quase 7 milhões de bolivianos entrevistados (INE, 2012)[5]. Logo em seguida vêm os *guaranis*, localizados na região amazônica que, por sua vez, se subdividem em vários grupos (*guarayos, pausernas, sirionós, chiriguanos, matacos, chulipis, taipetes, tobas, yuques*, entre outros)[6]. Foram estas as principais bases de apoio que possibilitaram a eleição de Morales. Com isso, em meio a um processo permeado por tensões, polêmicas e ampla participação, foi possível construir um projeto de Estado Plurinacional e Comunitário que ganhou um primeiro esboço na Nova Constituição Política do Estado/NCPE, aprovada por referendo em 2009.

Como todo esse processo não pode ser interpretado como um raio em céu azul, a proposta deste artigo é analisar os antecedentes que viabilizaram a eleição de Evo Morales e a constituição deste Estado Plurinacional e Comunitário, com particular enfoque na forma pela qual se deu um rico processo de "indianização da política" na Bolívia; em seguida compreendermos as condições de elaboração desse projeto no primeiro governo de Evo Morales (2006-2009); e, finalmente, apontar os limites e desafios colocados entre os princípios enunciados e as práticas sociais, sobretudo a partir das polêmicas engendradas pelo caso TIPNIS (2011).

(cuja maior expressão foi a tentativa de construir uma estrada no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure/TIPNIS, desencadeando vários conflitos, conforme discutirei mais a frente).

[4] A concepção "moderno-colonial" advém dos acúmulos do pensamento crítico latino-americano que compreende que a constituição da modernidade ocidental é indissociável de sua faceta colonial, tendo início no continente americano a partir da Conquista no século XVI (Cf. QUIJANO, 2005).

[5] A população total da Bolívia é de aproximadamente 10 milhões de pessoas, porém, somente aqueles acima de 15 anos são perguntados quanto a autodeterminação em relação a alguma identidade étnica, o que corresponde a 69% do total da população levantado pelo Censo. Das 6.916.732 pessoas perguntadas, 40% reivindicaram pertencer a alguma etnia, enquanto 58% afirmaram não pertencer a nenhuma. (INE, 2012, p. 31). Outro aspecto a ser destacado é que o censo boliviano não utiliza a categoria de autoidentificação *racial* (branco, negro, mestiço, pardo), mas sim *étnico-social* (*quéchua*, *aymara*, guarani etc.).

[6] Vale notar que no Censo de 2001, havia uma maioria autodeterminada enquanto indígena, correspondendo a 62% da população. Como vimos na nota anterior, no Censo de 2012, essa porcentagem caiu para 40%. É necessário um estudo mais minucioso para compreender as razões desta transferência de uma identidade indígena para uma identidade mestiça.

II - A "indianização da política" na Bolívia

A modernidade é o extasiante holocausto da racionalidade indígena,

por mais que o que a substitua seja um vulgar arremedo

das inalcançáveis angústias da região oeste industrial;

a nacionalidade é a erradicação das identidades coletivas

irredutíveis à abstração do Estado, enquanto o diferente

é a folclorização paternalista das distinções civilizatórias

Alvaro Garcia Linera, em 1997

A Bolívia corresponde a um território atravessado por inúmeras lutas insurgentes. Poderíamos remetê-las desde a resistência *aymara* ao Império Inca no extinto *Qullasuyu* (um dos quadrantes mais rebeldes dos quatro que constituíam o *Tawantinsuyu*), passando pelo período de colonização, República, até os dias atuais. Na primeira metade do século XX, um dos movimentos sociais mais expressivos era o sindicalismo mineiro, fruto das características do desenvolvimento do capitalismo neste país que se baseou principalmente no extrativismo de minerais, particularmente na exploração do estanho.

O acirramento das contradições durante a Segunda Guerra Mundial, na qual o esforço de guerra em favor dos EUA multiplicou a exploração dos trabalhadores, serviu de combustível para que as organizações mineiras se destacassem em greves e reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. As manifestações eram respondidas com duras repressões por parte do Estado, cuja maior expressão foi o *Massacre de Catavi*, em 1942, que ficaria gravado na memória do movimento operário boliviano, quando os trabalhadores, junto com suas mulheres e filhos, foram mortos indiscriminadamente depois de uma passeata que contava com oito mil pessoas.

O *Massacre* serviu para impulsionar o movimento mineiro, sob a liderança do *Partido Obrero Revolucionario* (POR). Em 1946, depois de um grande Congresso, foi lançado um conjunto de teses que marcava uma posição bem definida do movimento operário boliviano fortemente inclinado à Revolução Socialista. Nas famosas *Tesis de Pulacayo*, observamos que, apesar de indígenas, aqueles trabalhadores se utilizavam principalmente de um arsenal marxista-trotskista para interpretar as

contradições nas quais estavam imersos e os caminhos para sua libertação. Eram mineiros, operários, sindicalistas, proletários.

> 1.- El proletariado, aún en Bolivia, constituye la clase social revolucionaria por excelencia. Los trabajadores de las minas, el sector más avanzado y combativo del proletariado nacional [...] 2.- Bolivia es país capitalista atrasado. Dentro de la amalgama de los más diversos estadios de evolución económica, predomina cualitativamente la explotación capitalista, y las otras formaciones económico-sociales constituyen herencia de nuestro pasado histórico. De esta evidencia arranca el predominio del proletariado en la política nacional.[...] 6.- Los países atrasados se mueven bajo el signo de la presión imperialista, su desarrollo tiene un carácter combinado [..]. El proletariado de los países atrasados está obligado a combinar la lucha por las tareas demo-burguesas con la lucha por las reivindicaciones socialistas. Ambas etapas -la democrática y la socialista- "no están separadas en la lucha por etapas históricas sino que surgen inme-diatamente las unas de las otras" (FSTMB, 1946).

Foi com esse arcabouço teórico e epistêmico que, em meio a uma conjuntura que beirava a guerra civil, o POR, junto a outros movimentos sociais, alçaram Victor Paz Estenssoro, líder do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), em 1952, ao poder visando um governo de coalisão entre setores progressistas da Bolívia e as classes populares organizadas. Na ocasião, havia-se formado a *Central Obrera de Bolívia* (COB) com ampla representatividade e houve esforços no sentido de se criar um co-governo junto ao MNR. Contudo, apesar de seu conteúdo radical e de ter conquistado algumas vitórias sobre setores mais moderados, a COB e os movimentos sociais não foram capazes de evitar os revezes de um distanciamento promovido pelo próprio MNR e, em seguida, o golpe militar que destituiu inclusive este último, deu início à ditadura e colocou fim ao processo (ANDRADE, 2007).

A conjuntura que se seguiu foi marcada por grande instabilidade com subsequentes golpes, insurreições, guerrilhas, perseguições, massacres, breves períodos democráticos, ditaduras. O aprofundamento das desigualdades no país, somado ao esgotamento das minas fez com que muitos trabalhadores tivessem que fugir para outras regiões no campo ou nas cidades em busca de emprego, o que provocou uma rearticulação dos movimentos sociais e a ascensão de novas frentes de batalha.

Nos anos 1970[7], uma das mais significativas era a Federação Camponesa Tupac Katari[8]. Tratava-se de um movimento que procurava representar o campesinato indígena boliviano e que tinha duras

---

[7] Os anos 1970 também correspondem a uma conjuntura global marcada pela ascensão de novas subjetividades pós-estruturalistas com o surgimento de movimentos ecologistas, feministas, antirracistas, étnicos, em defesa dos direitos humanos, pós-coloniais.

críticas aos tradicionais movimentos de esquerda que jamais contemplaram a questão étnica em suas plataformas de luta. O sindicalismo katarista denunciava "a exploração econômica e política dos povos indígenas, o genocídio cultural e a discriminação que os privava de toda a vida pública" (ANDRADE, 2007, p. 167).

> Inspirado nas ideias de Fausto Reinaga, é considerado o primeiro movimento indianista contemporâneo da Bolívia. Os kataristas introduziram a leitura da história da Bolívia como a passagem da dominação colonial ao colonialismo interno mantido pelas elites republicanas e contribuíram para a construção de uma identidade "indígena" aimará-*quéchua* (STEFANONI in LINERA, 2010, p. 12 [nota 3]).

Em La Paz e El Alto, várias organizações *aymara*s, como *Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a*, *Centro Campesino Túpac Katari*, *Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia*, *Asociación nacional de Profesores Campesinos*, assinaram um documento de grande repercussão intitulado "Primer Manifesto de Tiahuanaco[9]" (1973) no qual se sintetizam algumas das principais propostas oriundas dessa crescente "indianização da política", reivindicando valores ancestrais dos povos originários e empreendendo a partir daí um processo de descolonização política, econômica e cultural.

> 'Un pueblo que oprime a otro pueblo no puede ser libre' dijo el Inca Yupanqui a los españoles. Nosotros, los campesinos quechuas y *aymara*s lo mismo que los de otras culturas autóctonas del país, decimos lo mismo. Nos sentimos económicamente explotados y cultural y políticamente oprimidos. En Bolivia no ha habido una integración de culturas sino una superposición y dominación habiendo permanecido nosotros, en el estrato más bajo y explotado de esa pirámide [...] Los campesinos queremos el desarrollo económico pero partiendo de nuestros propios valores [...] Somos extranjeros en nuestro propio país. No se han respetado nuestras virtudes ni nuestra visión propia del mundo y de la vida [...] Para que exista un equilibrio de intereses y de representación los campesinos deben tener su propio partido que represente sus intereses sociales, culturales y económicos. Este será el único medio para que puede existir una participación política real y positiva, y la única manera de hacer posible un desarrollo autentico e integral (PRIMER MANIFESTO..., 1973)

---

[8] No século XVIII, junto a uma grande quantidade de comunidades e ayllus, Bartolina Sisa e Tupac Katari lideraram uma insurgência contra a administração colonial espanhola. A revolta articulou-se com outros movimentos no país vizinho, o Peru, e tinha como projeto construir um governo indígena com base nos *ayllus*. Apesar de derrotados militarmente, Sisa e Katari tornaram-se referência histórica para as lutas populares.

[9] A civilização Tiahuanaco é uma das principais precursoras do Império Inca, constituiu-se como um poder regional no território que hoje corresponde à Bolívia por mais de cinco séculos e cujo apogeu se deu entre os anos 300 e 1000. Seu principal sítio arqueológico localiza-se próximo a cidade de La Paz onde até hoje se realizam cerimonias religiosas e políticas.

Em 1979, foi fundado o *Movimiento Indio Tupaj Katari* (MITK), partido político que buscava condensar essas ideias em uma plataforma eleitoral, através do qual foi possível eleger alguns representantes para o Parlamento, o que provocou reações da direita e da esquerda tradicional. No mesmo ano, foi fundada também a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*/CSUTCB como parte dos esforços da reminiscente COB de somar esforços juntos aos karatistas em um objetivo comum pela descolonização da Bolívia e em favor dos povos indígenas. A partir dos povos amazônicos do Oriente, foi formada a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolívia*/CIDOB em 1982. Várias outras pequenas organizações de conteúdo indigenista também começaram a surgir[10] e, já nos anos 1990, muitas destas, sobretudo as andinas, desembocaram no *Ejército Guerrillero Tupac Katari*/EGTK com o objetivo de, através da luta armada, implementar na Bolívia um socialismo baseado nos *ayllus*[11]. Diferentemente do foquismo clássico, o EGTK chegou a distribuir armas para as comunidades indígenas conferindo-lhes um papel revolucionário, porém, não lograram alcançar seus objetivos e foram desarticulados pela repressão.

Como parte desse contexto e, mais particularmente, como reflexo da política de repressão do Estado à produção da coca[12] surgiu também o movimento cocaleiro de *El Chapare,* no Departamento de Cochabamba. Defendida como planta sagrada e milenar, a coca tornou-se símbolo da resistência indígena diante dos interesses imperialistas e dos governos neoliberais. A luta em defesa da coca se converteu em luta em favor da soberania nacional, estruturada a partir de uma forma de sindicalismo que miscigenava tradições mineiras e indígenas (dos *ayllus*).

---

[10] Partido Indio de Bolivia/PIB; MINKA/Movimiento Indio Katari; KIPUS (Kollasuyo Indio Poder Único Socialista); MRTK/Movimiento Revolucionario Túpac Katari; Federación de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa; Federación Sindical de Trabajadores Campesinos de La Paz Túpac Katari; Federación de Estudiantes Secundarios de la ciudad de La Paz; Federación de Estudiantes de la Universidad Popular Túpac Katari, entre outros.

[11] O *ayllu* é a célula da vida para os povos indígenas, expressão básica do "eu coletivo" que lhe é constituinte. Trata-se da comunidade aldeã, reunindo várias famílias vinculadas por algum grau de parentesco. Da época pré-incaica até os dias atuais, houve muitas transformações, mas o *ayllu*, sobretudo no campo, permanece como unidade básica de organização socioeconômica, estabelecimento de laços de reciprocidade e de construção de identidade (Cf. ESTERMAN, 2005).

[12] A coca é uma planta sagrada milenar utilizada por povos indígenas nos Andes. Estudos comprovaram que sua utilização data de 3.000 a.C. Durante o período Inca, nos séculos XV e XVI, a folha era adorada como filha da Pachamama, através da qual os povos indígenas entravam em contato com os deuses. Ainda no Império, e mesmo antes dos Incas, as propriedades da planta foram descobertas e era utilizada como analgésicos para fazer cirurgias de grande agressão. Com a chegada dos espanhóis, o uso da folha era tão disseminado, que foi impossível proibi-la, apesar dos esforços de certos setores da Igreja. Sobretudo depois com a exploração das minas de prata e de ouro, a coca se tornou ainda mais fundamental para a sobrevivência dos indígenas naquelas condições totalmente inóspitas de trabalho e exploração. A coca é, deste modo, um elemento cultural que media as relações sociais. Foi somente em 1858 que o alemão Albert Neimann, produziu pela primeira vez a cocaína, a partir da folha de coca.

Também nos Andes, a partir de 1993, autoridades originarias de vários *ayllus* das "terras altas" iniciaram a formação de um Conselho que se consolidou como *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*/CONAMQ em 1997, a partir da defesa de um Estado Plurinacional regido por valores e princípios ancestrais.

Enquanto isso, desde as "terras baixas" amazônicas, em 1990, ocorreu a *I Marcha Por La Vida Dignidad y Territorio* protagonizada por guaranis de diferentes grupos em repúdio às ações de madeireiras e de pecuaristas em suas terras de origem, exigindo a demarcação das mesmas, a soberania sobre o território e o autogoverno segundo princípios e normas tradicionais. Partindo de Trindad, no Beni, rumo à La Paz, a marcha reuniu milhares de pessoas em luta não apenas pela terra, mas pelo *território*, o que pressupõe toda uma concepção do espaço visando uma "reapropriação social da natureza" (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Como consequência da ascensão desses movimentos e também de uma política global que caminhava no sentido de reconhecer as "minorias" excluídas de representação liberal, houve na Bolívia alguns avanços significativos referentes à questão indígena do ponto de vista do reconhecimento de direitos fundamentais. Em 1989, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho/OIT assinou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes que se tornou importante ferramenta de pressão sobre os governos locais. A Bolívia ratificou a convenção em 1991, teve seu primeiro vice-presidente *aymara*, Victor Hugo Cárdenas, durante o primeiro mandato de Gonzalo Sánchez de Losada (1993-1997), e promoveu uma reforma constitucional em 1994 que acabou por reconhecer, pela primeira vez, o caráter multiétnico e pluricultural da Nação, bem como o direito à posse da terra aos territórios ocupados pelas comunidades originárias – até então, os indígenas só tinham o direito ao usufruto do território- e promulgou a Lei de Participação Popular que abriu espaço para a municipalização do poder, favorecendo às organizações indígenas.

Contudo, apesar de avanços significativos na legislação, houve um esforço por parte dos governos instituídos em esvaziar o conteúdo revolucionário de algumas organizações indígenas em favor de uma concepção que assimilasse esse componente multicultural, sem, contudo, alterar de fato as estruturas que contribuíam para reproduzir o colonialismo interno. Os anos 1990 e 2000 representam o auge das reformas neoliberais do país que resultaram em um recrudescimento das desigualdades sociais, afetando diretamente as classes populares e indígenas.

Os limites evidentes desses governos no sentido de atender às demandas crescentes, somado ao impacto econômico-social do neoliberalismo, levaram a um período de *levantamientos* populares, no qual as classes populares e indígenas foram às ruas reivindicar suas bandeiras, constituindo-se enquanto

poderes paralelos que não mais respondiam ao Estado. Os dois principais episódios foram a Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba, em resposta à tentativa do governo de privatizar a água, e a Guerra do Gás, em 2003, em La Paz/El Alto em resposta ao aumento dos impostos e ao projeto do governo de exportar o gás e outras fontes naturais através do Chile – inimigos eternos dos bolivianos por ter-lhes anexado sua única saída para o mar. Ambas as insurreições foram vitoriosas politicamente, porém, deram-se às custas de muitas vidas devido à repressão do Estado.

Na esteira dessa efervescência social, coube ao *Movimiento al Socialismo*/MAS, criado, em 1995, como Instrumento Político para Soberania dos Povos, sob o protagonismo dos cocaleiros de El Chapare, o papel de constituir um bloco histórico capaz de agregar diversos setores indígenas e populares descontentes em prol de uma candidatura comum que representasse o protagonismo indígena na tomada de decisões, explicitando a necessidade de modificar as estruturas que regiam o país, a começar pela própria Constituição. Evo Morales Ayma que já havia se destacado como sindicalista, presidente de seis federações cocaleiras desde 1996, eleito senador pelo MAS em 1997, que participou ativamente das manifestações de rua durante os anos 1990 e 2000, foi escolhido como candidato à presidência. Perdeu por 1,6% as eleições de 2002 e, em 2005, foi eleito com 53,74% dos votos (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2002 e 2005).

III - A Nova Constituição Política do Estado/NCPE (2009): Rumo a um Estado Plurinacional e Comunitário?

Com a eleição de Evo Morales, o MAS já reunia um conjunto muito mais amplo de movimentos sociais que os que deram impulso a sua formação, incorporando as classes médias urbanas e até mesmo o pequeno e médio empresariado. A fórmula do *poncho* e da *gravata* representado pelo presidente indígena e o vice-presidente, Álvaro Garcia Linera[13], respectivamente, expressa um esforço em agregar diferentes setores da sociedade boliviana em prol de um projeto comum de transformações orientado a favorecer as classes populares e indígenas. Na prática, essa premissa tendeu a uma postura mais

[13] Linera é um dos principais ideólogos do governo Evo Morales e do MAS através do grupo Comuna. Professor titular de ciência política e sociologia da *Universidad Mayor de San Andrés*/UMSA. Em sua trajetória intelectual procurou conciliar os estudos marxistas ao indianismo e defendeu durante muito tempo um socialismo baseado nos *ayllus* e protagonizado pelos indígenas, com forte inspiração em José Carlos Mariátegui. Nessa época, chegou a participar do EGTK, quando foi preso. Posteriormente, passou a defender um "capitalismo andino-amazônico". Escreveu vários livros e tornou-se um intérprete-sociólogo dos movimentos sociais.

moderada e conciliatória do MAS, afastando-se em certa medida do radicalismo indígena que lhe deu origem. Havia, nesse sentido, um duplo papel a ser cumprido por este Instrumento Político: o de mobilizar e, ao mesmo tempo, moderar os movimentos sociais.

Tal como defendido na campanha, uma das primeiras medidas do governo foi convocar uma Assembleia Constituinte. Esta última foi inaugurada em Sucre, capital jurídica da Bolívia[14], em 06 de agosto de 2006, contando com a participação de novos atores políticos, como os indígenas e camponeses, devidamente caracterizados segundo os seus costumes e que carregavam consigo contribuições inovadoras para redefinir o Estado e estabelecer um novo Pacto Social.

Segundo Salvador Schavelzan (2010, p. 2), pela primeira vez na história da Bolívia, os constituintes tinham a "fisionomia das maiorias do povo". Além destes, os representantes da Meia Lua boliviana, referentes aos Estados de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija, regiões que concentram as principais riquezas naturais do país com forte protagonismo de setores oligárquicos, também se fizeram presentes.

Depois de sete meses de discussões a respeito dos critérios de funcionamento da Constituinte, ficou estabelecida uma maioria de dois terços para aprovar os artigos individualmente e a Constituição como um todo, conforme defendido pelos representantes da Meia Lua. Esta decisão prejudicou o MAS, que havia conquistado a maioria simples de 50,7% (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2006) das cadeiras, mas não era suficiente para impedir os inúmeros atrasos dos encaminhamentos em função da dificuldade de se construir consensos naquela proporção. Aberta em 2006, a nova Carta só foi levada a referendo popular em 2009, após atravessar intensos conflitos.

Foram criadas 21 comissões responsáveis por realizar Encontros Territoriais Temáticos em várias partes do país, contando, assim, com ampla participação da sociedade civil e também se tornando alvo de pressões cada vez maiores de ambas as partes. Uma das principais dizia respeito à "capitalidade", quer dizer, qual o local apropriado de fato para encaminhar a Constituinte, Sucre ou La Paz? Enquanto setores da Meia Lua defendiam a manutenção na sede jurídica, as classes populares e indígenas defendiam a transferência para La Paz, onde teriam maior influência. Outra tensão dizia respeito à defesa das autonomias, bandeira tradicional do movimento indígena, mas que naquela conjuntura havia sido apropriada pela minoria branca da Meia Lua oposicionista com contornos separatistas.

---

[14] A Bolívia possui duas capitais: Sucre e La Paz. Isso se deve à Guerra Federal (1898-1901), uma guerra civil que opôs os liberais de La Paz (norte) contra os conservadores de Sucre (sul) em disputa pela liderança da Bolívia. Resultou na derrota do sul e, com isso, na mudança da capital do país, ou pelo menos dos Poderes Executivos e Legislativos, para La Paz. Sucre permaneceria apenas como sede do Poder Judicial.

Desde a constituição do Pacto de Unidade, em 2002, entre diversos movimentos indígenas em favor de um bloco histórico unificado na candidatura de Evo Morales, havia se elaborado uma proposta de Constituição que foi defendida pelo MAS tanto na "agenda de outubro" que orientou as eleições de 2005, quanto nos trabalhos da Constituinte. Uma das principais metas dos constituintes deste grupo era aprovar o caráter Plurinacional e Comunitário do Estado Boliviano.

A "plurinacionalidade" não era um conceito novo. Ao contrário, os limites do modelo monocultural do Estado-Nação já vinham sendo questionados em diversas partes do mundo e vimos como, na década de 1990, já se discutia com maior intensidade o caráter multiétnico da população boliviana e a necessidade de se criar mecanismos que garantissem maior visibilidade às diferenças existentes no interior do Estado. Porém, se, por um lado, a proposta era se afastar do "monoculturalismo da assimilação" que visava integrar o indígena à vida nacional de forma colonial e silenciadora, como foi na Revolução de 1952; por outro, também procurava se diferenciar de um multiculturalismo que reconhecia a diferença desde que "continue subordinada, restringida", como foi na ocasião das reformas da década de 1990 (SCHAVELZON, 2010, p. 5).

Para os representantes do MAS e do Pacto de Unidade, reivindicar a plurinacionalidade e comunitarismo na Constituinte tinha profundas implicações, pois envolvia: denunciar o colonialismo interno e apontar para os mecanismos de descolonização e retratação histórica necessários; resgatar as tradições comunitaristas dos *ayllus* e organizações indígenas; defender a autodeterminação dos povos originários e a autogestão; incorporar a noção de direitos coletivos (e não apenas individuais) e de pluralismo jurídico; diversificar as práticas democráticas, incluindo procedimentos quantitativos e qualitativos de participação e de tomada de decisões; estabelecer novas territorialidades que pudessem reconhecer os diferentes tipo de autonomia; incluir novos sujeitos políticos no pacto social, como a natureza e os "seres da terra"; determinar o fim do latifúndio e garantir o controle dos recursos naturais pelo povo, entre outros.

Para Boaventura de Souza Santos (2010, p. 23), emergia dessas pautas um "novo constitucionalismo" que procurava dar respostas ao embate entre uma constitucionalidade invisível dos *ayllus*, povoados, *markas*[15] e territórios originários e a constitucionalidade moderna-liberal que até então havia orientado o Estado-Nação. Porém, foi um tortuoso caminho combinar ambas as tradições.

---

[15] É um espaço local, transcomunitário, que abarca vários *ayllus*.

A paralisia da Assembleia Constituinte levou a um aumento das tensões entre a oposição e as classes populares e indígenas. O governo chegou transferi-la do centro de Sucre para um quartel militar nos arredores da cidade para que pudesse ser aprovada, mesmo sem a participação da oposição, deixando os assuntos mais polêmicos (como os relativos ao tamanho da propriedade agrária e a questão das autonomias) para serem decididos em referendo dirimitório posteriormente. Contudo, a estratégia não deu certo.

Setores da oposição partiram para radicalização: greves de fome, hostilização do presidente, impedindo sua presença nos departamentos oposicionistas, tomada de prédios públicos e instalações de produção e distribuição de hidrocarbonetos (gerando graves prejuízos), chegando até mesmo a reivindicarem a independência da Meia Lua do território nacional boliviano.

Já desgastado inclusive com suas bases sociais, Evo Morales e o MAS decidiram propor um referendo revogatório presidencial e do governo dos departamentos. Ao mesmo tempo, a oposição puxou um "referendo autonômico" para aprovar o Estatuto da Autonomia sobre as regiões da Meia Lua. Era uma demonstração de força. Tanto de um lado, quanto de outro. Com isso, esperava-se superar o imbróglio.

Realizados em 2008, no referendo revogatório presidencial, Morales saiu vitorioso com 67,43%, porcentagem maior da que tinha recebido quando eleito em 2005 (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2008). A maior parte dos *prefectos* (representantes dos departamentos) também foi ratificada, inclusive os da oposição. Já em relação ao referendo autonômico na Meia Lua, apesar dos resultados favoráveis ao Estatuto, houve altos índices de abstenção (em Santa Cruz e Beni, 35%, em Pando, 46%) que, quando somados aos votantes que não apoiaram o estatuto, resultava em uma vitória para oposição muito frágil (CHAVES; SÁ; ARAUJO, 2009, p. 153-154).

Desgastados pelos conflitos, como os violentos confrontos que ocorreram em Pando resultando na morte de 18 pessoas favoráveis ao governo e mais de 40 feridas (*Masacre del Porvernir*), sem apoio internacional para levar adiante o projeto de se tornar independente do território nacional boliviano[16] e com os resultados dos referendos, oposição e governo tiveram de voltar ao diálogo. Foi decidido que os assuntos mais polêmicos, como o das autonomias e do latifúndio, seriam relegados para um segundo momento.

---

[16] Tanto a UNASUL, criada em 2008, quanto a OEA se posicionaram contrariamente às pretensões separatistas da Meia Lua, deixando-os isolados.

A Nova Constituição Política do Estado/NCPE foi, finalmente, encaminhada a referendo no dia 25 de janeiro de 2009. Foi aprovada com 61,43% dos votos, com uma participação de mais de 90% dos habilitados a votar (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2009a). Porém, perdeu em todos os departamentos da Meia Lua, o que gerou mais uma situação de tensão na região, pois a oposição, se valendo dos princípios de autonomia, passou a reivindicar um estatuto diferenciado para aquela região uma vez que a Constituição não havia sido aprovada. Mais uma vez, estes setores não tiveram força para levar a cabo as ameaças e acabaram submetendo-se ao novo Pacto Social.

Em seu Preambulo, a NCPE ratificou a derrubada do Estado Colonial e a ascensão do Estado Plurinacional nos seguintes termos:

> Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos (GOB, 2009)

Em seus vários artigos, podemos observar a introdução de conceitos originários dos povos indígenas, como o *Buen Vivir*[17], bem como a regulamentação de todos aqueles princípios intrínsecos à plurinacionalidade que me referi há algumas linhas. Cabe agora indagarmos a respeito dos desafios efetivos de se levar esse projeto à prática de fato.

IV - Limites e Desafios do Estado Plurinacional e Comunitário: O Caso TIPNIS

Compreender a Bolívia desde as terras baixas e da Amazônia,

sobretudo através dos povos que habitam a região atual de TIPNIS,

é compreender a Bolívia desde os mais subalternos entre

---

[17] O Buen Vivir ou Sumak Kawsay "es una expresión quechua cuyo contenido no es otra cosa que la ética —no la moral individual— que debe regir la acción del Estado y conforme a la que también deben relacionarse las personas entre sí y en especial con la naturaleza. No se trata del tradicional bien común reducido o limitado a los humanos, sino del bien de todo lo viviente (si se prefiere, hoy se diría respeto por la biodiversidad), incluyendo por supuesto a los humanos, entre los que exige complementariedad y equilibrio, no siendo alcanzable individualmente" (VARGAS, 2010, p. 120-121).

Em dezembro de 2009, Evo Morales foi reeleito com 64,08% dos votos (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2009b). O que poderia ser uma vitória consagradora do governo que levaria ao início de um período com maior estabilidade para promover as mudanças, logo se converteu em mais uma aguda crise: desta vez, não mais com a oposição da Meia Lua, mas com a própria base social do governo.

As primeiras tensões ocorreram logo no primeiro ano em função do Decreto 748/2010, apelidado de *gasolinazo*, que autorizava a elevação do preço da gasolina e do diesel repercutindo diretamente sobre o valor das passagens, dos alimentos e de outros produtos. O argumento do governo é que era necessário nivelar o preço dos combustíveis aos praticados internacionalmente para impedir o contrabando. Porém, como se tratava de um aumento que há muito não se instituía e que incidia diretamente sobre as magras economias dos bolivianos, as classes populares e indígenas voltaram às ruas em várias cidades através de marchas, bloqueios e queima de edifícios públicos para exigir a derrubada do decreto – e, em alguns casos, até a renúncia do presidente. O governo acabou voltando atrás, mas às custas de um grande desgaste político (RAMÍREZ, 2010).

Logo depois, em 2011, eclodiu um novo conflito, quando 500 mil indígenas chegaram a La Paz depois de marchar desde as "terras baixas" amazônicas contra a construção de uma estrada que atravessaria o *Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure*/TIPNIS, localizado entre os departamentos de Cochabamba (ao sul) e Beni (ao norte). O TIPNIS tem pouco mais de um milhão de hectares e é propriedade coletiva de aproximadamente 15 mil pessoas de três povoados indígenas: moxeños, yurakarés e chimanes. O projeto de construção da estrada vinha sendo esboçado desde 2007 e previa um traçado de 306km, unindo Vila Tunari, no Departamento de Cochabamba a San Ignacio de Moxos, em Beni (norte).

Fonte: Pagina Siete (In: http://eju.tv/2011/09/vicepresidente-habla-de-5-rutas-pero-todas-pasan-por-tipnis-ambientalistas-de-brasil-respaldan-a-indgenas-bolivianos/ - consulta em 18/05/2015)

Para o governo, o projeto está inscrito no Plano Nacional de Desenvolvimento/PND e no Plano de Governo 2010-2015 que prevê uma "revolução viária" no país com a construção de dezenas de estradas e pontes para promover a integração territorial e otimizar as políticas de escoamento de produtos. Por outro lado, o projeto também se inscreve no âmbito das iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana/IIRSA que tem por objetivo promover a integração física do continente para atender às demandas crescentes do mercado asiático, com forte apoio de potências regionais, como o Brasil.

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves e Milson Betancourt (2013, p. 38-39),

> la IIRSA no es solamente un conjunto de carreteras, puertos, aeropuertos, hidroeléctricas y redes de comunicación. Es todo un modelo societario, político, económico y cultural, que engendra conflictos de territorialidades que suelen ser violentos, y que se viene imponiendo desde arriba a partir de la reconfiguración espacial del subcontinente, a través de las infraestructuras como primer paso, pero que inexorablemente tiende a ser una política de transformación/eliminación de las

> territorialidades existentes. Hay un fuerte componente moderno-colonial subyacente a este proyecto, al que se le suman las diferencias entre indígenas donde el prejuicio y la discriminación también se hacen presentes

Além disso, em TIPNIS, estão em choque vários interesses. Os geógrafos Porto-Gonçalves e Betancourt mapearam as tensões existentes nesse território e em suas fronteiras, que, por sua vez, apontam para um conflito epistêmico e político entre os povos amazônicos e as visões de desenvolvimento de matriz eurocêntrica, bem como os desafios de se levar a cabo uma soberania plurinacional e comunitária de forma ampla e irrestrita: em primeiro lugar, há os interesses dos indígenas que vivem nas Terras Comunitárias de Origem (TCOs), espalhados por dentro de TIPNIS, que não foram consultados sobre o projeto da estrada e baseiam sua vida numa economia étnica fundamentada nos ritmos biovegetativos dos ecossistemas que ali existem[18], com um forte componente familiar, comunal e coletivo (p. 25-26); em segundo lugar, na região nordeste (Alto Securé), houve concessões do governo a empresas que exploram a extração de madeira e que, muitas vezes, leva a desocupação e expropriação de comunidades existentes (p. 26-27); no noroeste (Bajo Securé e Bajo Isiboro) predominam atividades de pecuária, onde ocorre muita concentração de terras e de poder nas mãos de algumas famílias que permanentemente tensionam com as fronteiras agrícolas do parque para expandir a criação do gado (p.27-28); ao sul, ocorreu a colonização da área por parte de agricultores andinos *quéchua*s e *aymara*s interessados em expandir a produção da coca, priorizando uma produção para o mercado a partir de propriedades individuais (p.28-32); por fim, há também uma zona petroleira, na serra, dentro do TIPNIS, cujas áreas de exploração vem sendo ampliadas através de concessões e contratos com empresas como a Petrobrás (Brasil) e Total (França) e que se constituem no mote principal para a construção da estrada (p. 33-34). Vale mencionar que na região de Santa Cruz, a leste, um pouco mais distante, mas que também avança em direção ao TIPNIS, criando mais tensões, estão grandes investimentos na área do agronegócio que demanda crescentes quantidades de terra e de água para atender ao mercado de commodities (produção de soja e cana, por exemplo) e que também se beneficiaria com este projeto de integração (p. 34).

Com aprovação do crédito pelo BNDES do Brasil que financiaria 80% do empreendimento, e a chegada das primeiras máquinas, foi organizada a *VIII Marcha por la Vida Dignidad y Territorio* rumo a La Paz com apoio de organizações importantes, como a CIDOB, a COB e a CONAMAQ, com ampla

---

[18] Trata-se de uma lógica submetida à produtividade biológica dos bosques tropicais que propicia a pesca, a caça, a coleta e uma agricultura itinerante.

repercussão e apoio de setores urbanos do altiplano. O momento de maior tensão foi quando já nos arredores do Departamento de La Paz, em Yucumu, a polícia reprimiu 1.500 marchistas para impedir sua chegada à capital, argumentando que havia ameaça de confrontos com setores indígenas cocaleiros favoráveis à construção da estrada. Vídeos foram divulgados demonstrando a violência com a qual foram tratados os indígenas de TIPNIS e estima-se que até 600 pessoas foram detidas, ainda que liberadas depois (BREDA, 2011).

Diante do episódio, que remontava aos tempos sombrios das ditaduras e dos governos oligárquicos anteriores, foi convocada uma greve geral e o presidente se viu obrigado a dar explicações. Evo Morales alegou não ter dado a ordem para reprimir com violência os manifestantes, porém, três ministros pediram demissão e, em cadeia nacional, o presidente se comprometeu em suspender as obras. Com o Pacto de Unidade fragilizado, a chegada a La Paz de milhares de manifestantes e simpatizantes reivindicando o cumprimento dos princípios constitucionais do Estado Plurinacional e Comunitário constrangeu profundamente o governo que havia se tornado símbolo internacional do compromisso com a descolonização do Estado e o respeito à *Pachamama* e aos povos indígenas.

Em meio a interesses tão díspares, como articular demandas tão divergentes sob o signo da plurinacionalidade inscrita na Constituição? Diante da VIII Marcha, o governo recuou, mas o apoio que recebe, sobretudo dos cocaleiros que vivem ao sul do TIPNIS provoca oscilações na condução do caso que está longe de ser encerrado – caso este, vale mencionar, que longe de se resumir a um conflito local, pode se tornar paradigmático dos rumos assumidos pelo governo e dos percalços da construção de um Estado Plurinacional e Comunitário na América Latina.

V - Em meio a profundas contradições, Evo segue...

O projeto de Estado Plurinacional e Comunitário é resultado das grandes mobilizações das classes populares e indígenas que promoveram uma crítica severa não apenas às reformas neoliberais dos anos 1980 e 1990, mas à Modernidade Ocidental como um todo, apresentando outras perspectivas civilizatórias com base na cosmovisão dos povos ancestrais que "r-existem" (PORTO-GONÇALVES, 2002)[19] nesse continente.

---

[19] Com este conceito, o autor busca enfatizar que a resistência promovida pelas classes populares e indígenas ao longo dos séculos – desde a Conquista até os dias atuais - representa também uma ressignificação ou reinvenção de sua própria

Toda aquela insatisfação serviu de combustível para a formação de um Pacto de Unidade entre diferentes grupos, organizações, povos, classes, que contribuiu para a eleição de Evo Morales. Porém, as diferenças, deixadas de lado em um primeiro momento, começaram a solapar as bases desse Pacto uma vez que, sobretudo no segundo governo (2010-2014), o Presidente e o MAS não foram capazes de conciliar interesses cada vez mais divergentes.

Alguns autores, como o sociólogo *aymara* Pablo Mamani Ramirez (2013), sustentam que a despeito da roupagem indígena, a prática do governo não condiz à descolonização anunciada. As estruturas de poder tenderiam a beneficiar setores indígenas vinculados ao campesinato da coca e às suas respectivas organizações sindicais, enquanto as críticas mais duras advêm do movimento dos *ayllus* dos Andes e do movimento indígena da Amazônia (p. 33). Desta forma, o governo já não seria mais autenticamente indígena. Além disso, o autor questiona o favorecimento de diversos setores das elites com os quais o governo teve de conciliar com intuito de obter recursos para promover reformas sociais. Mamani Ramirez cita a Lei de Desmonte 337/2013, o *perdonazo*, que perdoou empresários de Santa Cruz que desmataram, pelo menos, cinco milhões de hectares para atender ao agronegócio (p. 40-41); o aumento expressivo dos lucros dos bancos (p. 41); o fracasso do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos haja vista que o governo continua vendendo o gás e o petróleo sem valor agregado e articulado a grandes transnacionais, como a Petrobrás, a Repsol, a Total e a Brist Petrolium – que, juntas, controlam 80% da atividade (p. 43-45); a vinculação ao projeto de integração territorial do continente nos termos da IIRSA que desencadeou o conflito de TIPNIS (p. 47-48); a dificuldade de se promover uma verdadeira Reforma Agrária, uma vez que a lei não incidiu sobre propriedades constituídas anteriores à promulgação da mesma (a menos que não cumprissem com sua função social, o que leva a outro problema que é o da fiscalização), permanecendo as terras férteis nas mãos de velhas oligarquias (p. 49-51); e, por fim, o setor mineiro que seria mantido sob a hegemonia de grupos de transnacionais que controlam a produção (p. 54-55).

Paradoxos de um "capitalismo andino-amazônico", modelo assumido pelo governo, tal como sustenta um de seus principais porta-vozes, o vice-presidente, Álvaro García Linera? Será mesmo possível combinar um conceito como o *Buen Vivir*, inscrito na Constituição de 2009, que prevê a vida em equilíbrio e harmonia com a natureza, com as necessidades de um Estado que precisa de recursos para promover as tão necessárias reformas sociais? Ou, nas palavras de Raul Zibechi (2013), será "possível combinar uma política não desenvolvimentista, com baixo crescimento econômico, com uma mínima satisfação das necessidades de alimentação, saúde e educação de toda a população?".

---

existência – de suas condições de vida e de luta - em conjunturas que se alteram ao longo do tempo, porém, sem perder de vista um elemento original: o colonialismo interno.

Em tese, o Plano Nacional de Desenvolvimento/PND do Governo questiona a natureza primária e extrativista da economia boliviana e visa superá-la com uma diversificação da produção associada ao *Buen Vivir*. Ao mesmo tempo, no mesmo PND está o plano de "revolução viária" que desencadeou o conflito de TIPNIS que, mais uma vez, não representa um embate meramente local, mas de grandes implicações, pois questiona o modelo de desenvolvimento extrativista em prol da territorialidade indígena e do plurinacionalismo.

A vantagem na Bolívia é que essas contradições e paradoxos assumem um novo lugar no debate epistêmico e político, pois, hoje, são protagonizados não apenas por aqueles setores historicamente privilegiados, mas por setores indígenas que, inclusive, dispõem de uma Constituição que reconhece muitos de seus princípios e valores morais que conflitam com os paradigmas globais.

Apesar de todo o desgaste e de todos os desafios colocados para se levar à prática esse modelo de Estado Plurinacional e Comunitário, o Governo Evo Morales e o MAS seguem, ao menos quantitativamente, com grande legitimidade. Nas eleições de 2014, o presidente foi vitorioso pela terceira vez com 61,04% dos votos (ELECTORAL GEOGRAPHY, 2014), o que demonstra que, apesar das diferenças e fraturas em sua base social, ainda é considerado a melhor aposta para seguir buscando pelas respostas tal almejadas para se construir "un otro mundo posible".

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. Coleção Revoluções do Século XX. São Paulo: UNESP, 2007.

BREDA, Tadeu. "Evo no Espelho". 2011. In: http://outraspalavras.net/posts/evo-no-espelho/ - consulta em 20/05/2015.

CHAVES, Daniel; SÁ, Miguel de; ARAUJO, Rafael. *Bolívia: Passos das Revoluções*. Niterói: Muiraquitã, 2009.

ELECTORAL GEOGRAPHY. Bolívia: Presidential Elections. 2002. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2002-president-elections-bolivia.html - consulta em 19/05/2015.

_____. Bolívia: Presidential Elections. 2005. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2005-president-elections-bolivia.html - consulta em 19/05/2015

_____.. Bolívia: Legislative Elections. 2006, In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/2006-parliament-elections-bolivia.html - consulta em 19/05/2015.

_____.. Bolívia: Vote of Confidance Referendum. 2008. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-vote-of-confidence-referendum-2008.html - consulta em 20/05/2015.

_____. Bolívia: Constitutional Referendum. 2009a. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-constitutional-referendum-2009.html - consulta em 20/05/2015.

_____. Bolívia: Presidential Elections. 2009b. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-presidential-election-2009.html - consulta em 19/05/2015.

_____.. Bolívia: Presidential Elections. 2014. In: http://www.electoralgeography.com/new/en/countries/b/bolivia/bolivia-presidential-election-2014.html - consulta em 19/05/2015.

ESTERMANN, Josef. *Filosofia Andina: Sabiduria Indígena para un Mundo Nuevo*. La Paz: ISEAT, 2006.

FSTMB [Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia]. *Tesis de Pulacayo*. 1946. In: https://www.marxists.org/espanol/lora/1946/nov08.htm - consulta em 19/05/2015.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Home*m. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. "Colonialismo Interno: Una Redefinición". In: *La Teoria Marxista Hoy*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 409-434

[GOB] GACETA Oficial de Bolivia. *Constitucion Política del Estado*. Edicion Oficial. La Paz, 2009.

MAMANI RAMÍREZ, Pablo. "'El Alto de Pie, Nunca de Rodillas': Um Nuevo Levantamiento contra el Gasolinazo en Deciembre en El Alto (2010)". 2010. In: http://www.alainet.org/es/active/43243 - consulta em 20/05/2015.

_____. "Nuevos Reacomodamientos en el Poder: Cambios para Arriba y Nada para Abajo". In: *Falsa Descolonización: Después de Siete Años, ¿por qué Bolívia no há cambiado?*. Revista Anual WILLKA, Año 6, n° 6, El Alto Bolívia, p. 31-69, 2013.

_____. "Cuatro Años del Estado Plurinacional". Diario Pagina Siete, 2014. In: http://www.paginasiete.bo/ideas/2014/1/26/cuatro-anos-estado-plurinacional-12253.html - consulta 19/05/2015

PRIMER MANIFESTO DE TIAHUANACO. 1973. In: http://movimientoindianistakatarista.blogspot.com.br/2014/06/manifiesto-de-tiahuanaco-1973_29.html - consulta em 19/05/2015.

INE. *Censo Nacional de Población y Vivenda*. La Paz: INE, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Latifundios genéticos y r-existencia indígena". In Revista Chiapas, nº 14, UNAM, D.F., México, p. 7-30, 2002.

_____. "Ou Inventamos ou Erramos: Encruzilhadas da Integração Regional Sul-Americana". 2011. In: http://www.reggen.org.br/ - consulta em 19/05/2015.

_____ e BETANCOURT, Milson. *Encrucijada Latinoamericana en Bolívia: El Conflicto del TIPNIS y sus Implicaciones Civilizatorias*. La Paz: CIDES, 2013.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.). *Semear Outras Soluções: Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivais*. Coleção Reinventar a Emancipação Social / Para Novos Manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *La Reinvención del Estado y el Estado Plurinacional*. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, septiembre, 2010.

_____ e CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Conversatios of the World IV/Conversas del Mundo IV: Valle de las Animas (La Paz/Bolívia)*. 2013. In: http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/santos-work/conversation-of-the-world-iv-boaventura-de-sousa-santos-and-silvia-rivera-cusicanqui-2/?lang=pt – consulta em 19/05/2015.

SHAVELZON, Salvador. "A Assembleia Constituinte na Bolívia: Etnografia do Nascimento do Estado Plurinacional". Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2010.

STEFANONI, Pablo. "Prefácio". In: LINERA, Álvaro Garcia. *A Potência Plebeia: Ação Coletiva e Identidades Indígenas, Operárias e Populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VARGAS, Idón Moisés Chivi (coord.). *Bolívia: Nueva Constitucion Política del Estado – Conceptos Elementales para su Desarrolo Normativo*. La Paz: Vice Presidencia del Estado Plurinacional, 2010.

ZIBECHI, Raul. "Bolívia: A Obstinada Potência da Descolonização". 2013. In: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501557-bolivia-a-obstinada-potencia-da-descolonizacao - consulta em 20/05/2015.

3.11 OPOSIÇÃO NO ESTADO NOVO E A DEMOCRACIA CRISTÃ

Gabriel Vitorino Sobreira

Introdução

Neste texto, analisaremos a oposição que um grupo de democratas cristãos impôs aos objetivos corporativistas de matriz fascista de alguns funcionários públicos e apoiadores do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945). Para tanto, recorreremos à noção de oposição (que aqui será tratada como conceito-chave) de François Marcot, para compreender a militância específica desse grupo no contexto do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, em 1941.

Entre os dias 24 e 26 de setembro de 2003, por ocasião do colóquio internacional de Besançon, François Marcot publicou nos anais do congresso um artigo intitulado *Résistance et autres comportements des Français sous l'Occupation*. Nesse artigo, Marcot se interroga sobre uma variada gama de comportamentos possíveis entre a resistência à ocupação nazista na França, na Segunda Guerra Mundial, de um lado, e a colaboração com os invasores, de outro.

Para tanto, o autor parte de uma definição negativa do campo a ser explorado: não seria nem a resistência, nem a colaboração, mas sim a zona cinzenta entre ambos os opostos, tomando emprestada a ideia contida em Primo Levi, via Claudio Pavone, (2005) de zona cinzenta, para delimitar, inicialmente, o objeto de investigação.

Dessa maneira, Marcot parte da concepção de resistência em Pierre Laborie (2003) para excluir a resistência de seu campo de investigação e, uma vez excluído este conceito, definir o que é colaboração, para aplicar a este último conceito as mesmas finalidades. Podemos resumir os critérios de classificação de resistência, em Laborie, a partir de três elementos indissociáveis: 1) resistir é reagir, 2) intenção de resistir e 3) resistência como transgressão.

O primeiro elemento leva em consideração, fundamentalmente, a atividade de reagir, qualquer que seja sua forma. Assim, Marcot descarta a possibilidade de uma resistência passiva como noção contraditória e confusa, de pouca utilidade para o entendimento de comportamentos políticos visados. O segundo elemento leva em consideração uma intenção consciente e altruísta do agente que resiste, de forma que o resistente não age movido apenas por motivos pessoais, mas por um bem maior que os ganhos particulares. O terceiro elemento leva em consideração a ordem legal estabelecida e coloca o agente que resiste como transgressor dessa ordem, isto é, o resistente não é tolerado pela ordem contra a qual ele luta.

Assim, a colaboração seria o exato oposto da resistência, mas obedece aos mesmos critérios: uma ação intencional e consciente comprometida com os valores ligados a um bem maior que ganhos

pessoais ou sobrevivência, na ordem legal imposta. O "colaborador" que assim age por motivos pessoais ou por sobrevivência seria considerado não um colaborador, mas inscrito em outra série de comportamentos.

Entre a colaboração e a resistência existe uma infinidade de comportamentos possíveis, que Marcot mapeou a partir de um número limitado de conceitos, mais como um guia e simplificador da realidade empírica do que como um sistema classificatório estanque. Entre estes conceitos está o de oposição, o que nos interessa aqui. Por oposição, Marcot entende:

> O tipo de engajamento daqueles que, respeitando as formas, a margem de manobra tolerada, contrariam as ações e os interesses do ocupante. […] A oposição, ao contrário da resistência, não está portanto em ruptura com a ordem dominante, ela não procura a sua reversão mas a coexistência com ela. (MARCOT, 2003, p. 50).

Trata-se de um comportamento político, portanto, na zona entre colaboração e resistência. Assim, uma oposição teria, no nível formal da conceituação, todas as características formais de uma resistência, com exceção da transgressão: uma reação intencional e consciente, em prol de um objetivo altruísta nos limites legais impostos.

Cabe lembrar que tal conceito foi pensado para analisar os comportamentos políticos dos franceses durante o período de ocupação nazista da França e da República de Vichy. Neste sentido, a ocupação nazista e seus colaboradores são o objeto da resistência ou da oposição. Além disso, como bem salienta o próprio autor, os comportamentos muitas vezes ocorrem de maneira ambígua e variam de momento a momento. Isto significa que sempre corremos um risco ao classificar os comportamentos e desvendar suas motivações. Um agente qualquer pode, ao mesmo tempo, participar da resistência e da oposição; pode, em um momento, ser da resistência e em outro, colaboracionista. O que interessa, de fato, são os limites da ação do sujeito, suas ambivalências, contraditórias ou não.

Em 1941, o Brasil não se encontrava em guerra, muito menos ocupado por uma força estrangeira. Consideraremos as ideias de Marcot como um referencial para pensar os conflitos, de uma forma geral. Resistência, colaboração e oposição são três conceitos que podem ser usados não necessariamente inseridos no contexto de guerra.

Esse conflito deve ter, entretanto, uma estrutura lógica peculiar. O conceito de resistência de Marcot parte de uma premissa: que a ordem dominante contra a qual se insurge a resistência e se contraria na oposição tem condição de estabelecer as regras do jogo. É exatamente sobre a postura diante das regras do jogo impostas pela ordem dominante que será efetuado o corte separador entre resistência e oposição.

No caso do Brasil de 1941, vivia-se a última fase da Era Vargas, a ditadura do Estado Novo (1937-1945), que surgira de um golpe, com a substituição de uma constituição liberal e democrática por uma constituição corporativista de matriz fascista e ditatorial. O uso da repressão policial foi amplo

contra aqueles que questionaram o novo regime. No caso do Estado Novo, consideraremos que a nova ordem dominante, imposta em 1937, despertou resistências e oposições. É ampla a historiografia que registra as diversas organizações e pessoas que foram perseguidas, violentadas e muitas vezes assassinadas pelo Estado Novo. Entretanto, ainda se conhece pouco sobre os colaboradores do regime e seus opositores.

Acreditamos ser possível, a partir de uma nova ordem imposta à força, estabelecer usos para o conceito de oposição de Marcot em contextos diferentes do aplicado originalmente. Em nosso caso, tentaremos demonstrar que os democratas cristãos se organizaram como oposição no interior do regime, de acordo com as margens de manobra toleradas. Para tanto, analisaremos a militância democrata cristã no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social (1CBDS), em 1941, quando o conflito entre corporativistas e democratas cristãos sobre o futuro da legislação social se desenrolou de maneira institucionalizada.

O primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, democratas cristãos e corporativistas

O Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social ocorreu entre 15 e 22 de maio de 1941, na cidade de São Paulo. Foi realizado pelo IDS (Instituto de Direito Social), com patrocínio do governo federal e do estado de São Paulo e com o apoio de demais governos estaduais, através de indicações de comitivas oficiais ou representantes. O objetivo do evento era, nas palavras de seu presidente executivo, o então professor de Direito da USP, dr. Antônio Cesarino Junior, *discutir e firmar doutrinariamente seus pontos básicos* do direito social. Tal evento foi um marco político e acadêmico no que diz respeito ao entendimento que, desse momento em diante, se teria da legislação social brasileira.

Arnaldo Sussekind, membro da comissão, que em 1942 elaborou o anteprojeto da CLT, afirmou, em 19 de novembro de 2003, por ocasião da solenidade realizada no Tribunal Superior do Trabalho, na comemoração dos 60 anos da CLT:

> Quais foram as fontes formais e algumas materiais que ditaram a elaboração da CLT? Em primeiro lugar, as mais importantes fontes foram as resoluções do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social, realizado em 1941.(SUSSEKIND, 2003. pg 16-17).

O próprio Sussekind participara do referido congresso no qual apresentou uma tese que seria publicada em 1943, pelo Ministério do Trabalho, nos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social*, edição única, lançada em conjunto com a publicação em Diário Oficial da própria Consolidação do Direito do Trabalho (CLT).

A preocupação dos juristas, que na década de 1930 se debruçavam sobre o tema do Direito Social, ia além do campo ideológico. Em menos de dez anos, centenas de leis sociais, de variadas matrizes, povoaram o cenário jurídico brasileiro. Nas palavras de Prado (1988), era uma *época em que o ambiente sócio-jurídico estava bastante perturbado.* Leis ordinárias, decretos, decretos-leis, duas constituições

completamente diferentes criaram a convivência de diferentes dispositivos legais, muitas vezes conflitantes e/ou contraditórios, que correspondem ao período de Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional Liberal (1934-1937), Estado Novo (1937-1945).

O Instituto de Direito Social, realizador do 1CBDS, foi fundado em 15 de maio de 1939, na cidade de São Paulo, por Ruy de Azevedo Sodré e Padre Roberto de Sabóia. Contava com colaboradores importantes, como Alceu Amoroso Lima, um dos líderes da Ação Católica no Brasil, e teve o jurista Antônio Ferreira Cesarino Júnior à frente de seus trabalhos. Cesarino Jr., nesse tempo, já era um nome destacado no meio jurídico devido a seu trabalho voltado para uma compreensão sistemática das novas leis sociais, que foram produzidas na década de 1930. Em 1939, considerado a maior autoridade no estudo do Direito Social brasileiro, Cesarino se uniu aos nomes citados acima para formar o IDS. Nas palavras do professor José Martins Catharino,[1]

> A criação do Instituto de Direito Social surgiu em conseqüência do propósito de Cesarino Junior, e de uma plêiade de juristas, de divulgar e sustentar suas idéias, sob a influência da então doutrina social da Igreja Católica, Apostólica e Romana, iniciada antes da Rerum Novarum, que a consolidara e aperfeiçoara. Vigorosa reação ao individualismo político, econômico e jurídico.

O Instituto de Direito Social se formou, portanto, durante o período de vigência do Estado Novo (1937-1945) e contribui de forma decisiva para a construção do Direito Social brasileiro através da realização do 1CBDS em 1941 e da publicação da revista especializada *Arquivos do IDS,* na qual foram publicados inúmeros artigos sobre o tema. Em 1942, a comissão para produzir o anteprojeto da CLT se reuniu e, em janeiro de 1943, apresentou o resultado de seus trabalhos. É de se notar o apoio que o Instituto de Direito Social recebeu do Estado Novo para realizar o 1CBDS. Tendo como presidente de honra o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, o congresso foi aberto com um discurso do ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Waldemar Falcão, e contou em sua comissão de honra com a presença de altos dignitários do Estado, como interventores e ministros, além de altos prepostos da Igreja, como o Cardeal Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro.

A data 15 de maio nos ajuda e compreender esse fato. Foi em 15 de maio de 1891 que o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum,* que aperfeiçoou e consolidou a doutrina social da Igreja. Este documento era a fonte material fundamental para os juristas do IDS, que condenava a visão jurídica, econômica e política dos liberais ao pregar a normatização das relações de trabalho e intervenção do Estado para garantir direitos sociais mínimos. A encíclica também condenava os socialistas, já que, do ponto de vista cristão, a solução proposta por eles seria injusta por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do

---

[1] INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL CESARINO JÚNIOR. *Para a história*. Disponível em: <www.institutocesarinojunior.org.br>.

edifício social.[2]

A data de fundação do IDS e da abertura do 1CBDS foi 15 de maio, em homenagem à encíclica. Mas esta data não foi razão suficiente para o endendimento num momento em que a doutrina social católica alicerçara a compreensão jurídica do IDS, mas também da profusão de discursos de Cesarino Júnior (1943, vol. 1, p. 1) em defesa da encíclica, das publicações do próprio instituto e dos próprios anais do 1 CBDS, que cito a seguir:

> Proclamado o acerto e segurança da doutrina social da igreja, reconhece nosso instituto o "universalismo" ou a "catolicidade" do Direito Social, não só no sentido da inegável influência religiosa em sua constituição, como também naquele significado, por todos reconhecido, de uma aplicação no conhecimento, que o novo direito logrou conquistar. Nessa ordem de ideias, que integralmente se filiam à tradição da Igreja, não há ciências herméticas nem privilégios, injustificados, no terreno da investigação científica: o conhecimento é patrimônio comum, pela participação "social" de todos em seus tesouros. As encíclicas sociais dos Sábios Pontífices, que neste passado meio século firmaram os princípios de uma sociologia católica, são dirigidas a toda cristandade, toda ela capaz de compreender as leis e as normas desse recente direito social, difundido para o século do industrialismo, e cujos males justamente se propõe a dirimir.

Como se pode perceber, a doutrina social católica colocava-se, naquela altura, na mesma trincheira ideológica daquela dos defensores do Estado Novo, em relação ao liberalismo e ao socialismo. Entretanto, no que diz respeito aos membros do IDS de São Paulo, estes divergiam ideologicamente dos estadonovistas nos significados dados a "Universalismo". Pretendo demonstrar, a partir desse momento, que o 1CBDS conformou-se como espaço de maior liberdade, no qual as contingências de uma militância democrata cristã de *oposição* (seguindo Marcot) se afrouxaram, permitindo que se organizassem esforços para contrariar as tentativas de estender, sobre a legislação social, os entendimentos corporativistas da Constituição de 1937. Para isso, faremos uma breve exposição sobre a relação entre democracia cristã e o pensamento jurídico da "Escola de São Paulo".

A democracia cristã e a Escola de São Paulo

A união entre valores democráticos e catolicismo se deu pela primeira vez durante a vaga revolucionária que se seguiu a 1848. A emergência de movimentos sociais ligados à questão social na Europa foi o campo fértil em que pensadores católicos democratas, reunidos em torno da revista *L'ère Nouvelle,* deram os primeiros passos na organização da corrente democrata cristã, ao propor a reconciliação da Igreja com o povo e a aceitação da democracia pelo catolicismo (BUSETTO, 2001).

Essa corrente democrata cristã propôs o entendimento entre o capital e o trabalho mediado pelos valores cristãos, a participação dos operários nos lucros, a livre associação dos trabalhadores, a aliança dos interesses dos povos às aspirações liberais, e um movimento ligado mais a uma ação social do que à política de Estado (BUSETTO, 2001).

---

[2] Rerum Novarum, Cap. 3. A solução socialista.

A Igreja católica resistiu, entretanto, às tentativas de conciliação de sua teologia com as "filosofias do século", entendidas como frutos da modernidade que deveriam ser combatidos. Durante o século XIX, pontificaram papas cuja direção pastoral foi fechar a possibilidade de qualquer contato entre o "século" e a Igreja, para preservar a doutrina católica das contaminações do materialismo, do racionalismo, do liberalismo e do comunismo. Este isolamento correspondia à concepção de que a sociedade se paganizara, devendo a Igreja se resguardar para proceder à sua recristianização (MANOEL, 1999).

Dessa forma, a primeira expansão considerável da corrente democrata cristã, no seio da Igreja, aconteceria após a renovação doutrinária promovida pelo papa Leão XIII, com sua encíclica *Rerum Novarum* de 1891. A partir de então, os movimentos apresentaram um crescimento relativo no número de seus militantes na Europa e na sua influência junto a políticos de partidos católicos, que ensaiavam sua organização desde o último terço do século XIX.

Os partidos católicos rapidamente sucumbiram, entretanto, diante da condenação do Papa Leão XIII, que ordenou aos democratas cristãos (e a outros católicos ligados a movimentos políticos) a manutenção de uma "ação social benéfica ao povo", separada, portanto, da política partidária. Tal ordem condiz com a tática da Igreja de fortalecer um movimento católico plenamente ligado e submetido à sua hierarquia, nesse caso, a Ação Católica, cujo objetivo último não era disputar posições de poder, mas ser a organização do apostolado leigo, isto é, a organização da dispersão do evangelho, a recristianização da sociedade ocidental.

Apenas depois do fim da Primeira Guerra Mundial e da democratização da vida política europeia, os primeiros partidos políticos democratas cristãos surgiriam. O primeiro seria o Partido Popular Italiano, em 1919, com o aval do Papa Bento XV, seguido de outros na Espanha, em 1922, França, Polônia, Suíça, Lituânia e Tchecoslováquia em 1924. Tais partidos não alcançaram grande sucesso e foram sufocados pelo fascismo.

Após 1945, surgiu a União Democrata Cristã na Alemanha (Christliche-Democratische Union, CDU), que foi a força política alemã que saiu vencedora do pleito de 1949 e governou o país por mais de uma década. A partir de então, houve um fortalecimento dos partidos democratas cristãos em toda a Europa, com ampla base social e eleitoral.

Na América Latina, o movimento democrata cristão só ganharia força depois do I Congresso da Democracia Cristã na América, durante seis dias em Montevidéu, em abril de 1947. Este congresso tinha como objetivo elaborar estratégias conjuntas para a expansão da democracia cristã na América Latina. Nesse momento, era também conhecida pelo nome de "Terceira Via", isto é, ideologia política democrata cristã embasada nas reflexões do filósofo católico Jacques Maritain, que se colocava como alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária.

A escolha do maritainismo não era fortuita. A União Democrática Alemã (CDU) era

ideologicamente embasada nas mesmas reflexões, assim como a maioria do movimento democrata cristão da Europa que, entre outros tópicos, defendia a abertura do catolicismo para as mudanças do mundo moderno. Foi inspirado no sucesso político e eleitoral do maritainismo europeu que se realizou o Movimento de Montevidéu, como ficou conhecido depois o grupo democrata cristão que lá se encontrou.

Jacques Maritain nasceu na França e se converteu do protestantismo ao catolicismo por volta de 1936, quando escreveu sua primeira grande obra, o livro *Humanisme Intégral*, que trouxe inovações ao pensamento católico, principalmente na crítica do humanismo moderno, visto como incompleto posto que desprovido da dimensão espiritual do humano. Seria através desse humanismo integral que a Igreja se posicionaria melhor na sociedade moderna. O pensamento de Maritain sofreu ampla oposição de setores mais conservadores ou direitistas do catolicismo, como a Ação Francesa de Maurras. Maritain foi professor universitário, embaixador francês no Vaticano, e publicou outras obras sobre o tema.

Entre as ideias defendidas por Maritain está a participação efetiva dos trabalhadores organizados na construção de um mundo novo, com justiça econômica e social de maneira comunitária e pluralista. Maritain via na democracia o regime mais apropriado por natureza à liberdade do homem e explicava como a filosofia tradicional da Igreja é fonte de exaltação à liberdade, à dignidade da pessoa humana, aos direitos humanos e à justiça. Defendia também que os valores espirituais penetrassem e vivificassem os temporais, salientando que esse processo deveria se dar por meios espirituais, e nunca por políticas clericalistas ou coação.

A *Rerum Novarum* e a doutrina social da Igreja católica são, portanto, antecessoras do corporativismo como sistema político. O corporativismo do papa Leão XIII era uma proposta bem diferente do que foi o corporativismo clássico de Manoilesco ou do Brasil, é necessário ressaltar. O corporativismo católico não foi sistematizado nem teve suas linhas gerais bem definidas. O que está presente na *Rerum Novarum* sobre as corporações é a defesa de alguns princípios básicos, isto é: o direito de associação e formação de corporações é natural; as corporações devem se dedicar fundamentalmente à instrução religiosa, observar o cumprimento de todos os sacramentos e promover a caridade; as lutas por conquistas trabalhistas deveriam se pautar sempre pela noção de equidade entre patrões e empregados e seriam uma consequência natural da boa aplicação dos valores cristãos, que envolvem a não violência, espírito de solidariedade e comunhão entre as classes.

Os juristas do Instituto de Direito Social (IDS) tinham, portanto, os valores cristãos como base ideológica fundamental para atuarem na cena político-jurídica do Estado Novo. O uso da *Rerum Novarum*, porém, não excluía outras fontes materiais do direito. As convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Carta Del Lavouro, e o Direito internacional como um todo influenciavam não só o IDS, mas todo o cenário jurídico brasileiro. O IDS não ficou de fora. O que se quer afirmar é que o que diferenciava a Escola de São Paulo dos demais grupos era a ideia da

"catolicidade" da doutrina social brasileira.

Fora essa especificidade, os juristas fundadores do IDS também eram conhecidos como "Escola de São Paulo", devido à sua militância naquele estado. Cesarino Júnior, no início da década de 1930, já era catedrático de Direito Social na USP. Não havia outras faculdades, nesse tempo, que dedicassem uma cadeira ao tema. A escola de São Paulo congregou juristas que, ao início da década de 1930, defendiam a desvinculação do Direito Social de qualquer outro ramo do Direito, e isso só era possível devido às publicações e monografias de Cesarino, que abriram as portas para o debate.

Durante o 1CBDS, a Escola de São Paulo submeteu a oito subcomissões, diversas teses que foram analisadas, debatidas e submetidas à votação em plenária final. Os juristas citados acima, além de participarem elaborando teses, também participaram da organização do congresso e proferiram diversos discursos em sessões solenes, principalmente, a de abertura e a de encerramento dos trabalhos.

O 1CBDS foi realizado no dia 15 de maio para comemorar o aniversário de publicação da encíclica *Rerum Novarum,* pois como já foi dito, o IDS entendia que a doutrina do direito social brasileiro estava profundamente ligada à doutrina social da Igreja católica, ou melhor, era inspirada nela.

Houve durante o congresso diversas conferências sobre o assunto. Uma dessas exposições foi a do padre Roberto de Sabóia, um dos diretores do instituto. Sua locução apontava essa ligação, principalmente, na forma como o Estado Novo entendia a função do Estado como mediador e pacificador da luta de classes.

> Leão XIII fala, porém, de modo particular da proteção outorgada pela defesa dos empregados contra o capital e dos empregadores contra o trabalhador indisciplinado dado a greves e a sabotagem. (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.118 Vol I).

E continua mais adiante:

> Essas atividades intervencionistas do estado visam o bem comum de toda a nação e estabelecem na realidade social um vínculo de subordinação; em outras palavras exigem obediência.(CESARINO JÚNIOR, 1943, p.118 Vol I).

Neste ponto, vemos a primeira contingência da atuação política desses atores. Era necessário não só reconhecer a autoridade da pessoa de Vargas, mas também a glória que trazia seu governo:

> A copiosa legislação social emanada do estado nesses dez anos, além dos resultados particulares a que visou teve um efeito na ordem geral, pouco observado talvez, mas por todos os lados benéficos. A legislação educou. […] as nossas [leis] foram encontrar um povo parcamente dotado de espírito associativo […] Pouco a pouco estas leis foram dizendo ao povo […] que [o povo] tem deveres sociais de colaboração, que constituem uma nação.

E, no entanto, termina com um pedido ao presidente:

> Um aperfeiçoamento de máquinas e uma dextração técnica dos trabalhadores poderá realizar o ideal moral da Democracia Cristã: "tudo para todos, conforme a prestação de cada um; tudo para todos, juntos e caritativamente, através das associações profissionais".

E continua mais adiante:

> O que há de mais urgente nessa hora […] é a educação das massas, iniciada genericamente pela legislação, mas que deve tomar forma e consistência numa multiplicação de escolas técnico-profissionais, criadas pelos grupos, pelas iniciativas particulares, pelo Estado. […] Permita, Exmo. Sr. Presidente que lhe dirija o apelo (com tanta maior confiança , quanto sei que V. Ex. quer ouvi-lo e que o entende até o fundo). (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.120 Vol I).

Fica claro, a partir dessas citações, que o Padre Roberto de Sabóia tinha uma linha argumentativa muito parecida com as encontradas nas cartas enviadas ao presidente Getúlio Vargas, analisadas na obra *Trabalhadores do Brasil,* de Jorge Ferreira (FERREIRA, 1997). Neste trabalho, o historiador demonstra o estatuto de sujeito político do povo na relação com o presidente Vargas. Para tanto, oautor demonstra que, ao assumir o discurso dominante, os correspondentes de Vargas interpretam o discurso de acordo com seus interesses e o reelaboram em proveito próprio.

Como destacou Mônica Pimenta Veloso (OLIVEIRA;VELOSO; GOMES, 1982), ao analisar as publicações oficiosas das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*, construíra-se o mito Vargas, durante o Estado Novo, como um chefe da nação capaz de sentir os impulsos e desejos inconscientes coletivos e realizá-los no momento certo, utilizando-se dos recursos técnicos de que dispunha. Tal característica o tornava não apenas um chefe, mas a própria encarnação da vontade da nação e justificava sua posição de chefe máximo do Estado nacional.

Dessa maneira, agir nos limites da ordem política estabelecida significava reconhecer a posição e as características magníficas do presidente. Rejeitá-las significava contrariar o discurso oficial e, portanto, transgredir. O que esta passagem nos mostra é que, apesar de não querer ferir qualquer regra do jogo político estabelecida naquele contexto, a democracia cristã tinha seus próprios projetos para o Brasil, que envolviam uma noção de desenvolvimento calcado na educação profissional com apoio do Estado.

Outro exemplo de militância democrata cristã durante o 1CBDS foi a de Alceu Amoroso Lima. Em 1941, Amoroso Lima era um dos líderes da Ação Católica.Intelectual e membro da Escola de São Paulo, também participou do 1CBDS. Em conferência de homenagem à *Rerum Novarum*, defendeu que esta encíclica não era apenas fruto dos humores progressistas do papa Leão XIII mas, antes de tudo, a correta aplicação da Tradição Católica no contexto do industrialismo (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.123-137 Vol I). Esta era a mesma base retórica de Maritain, ideólogo da democracia cristã.

Embora a ligação de Amoroso Lima com o pensamento da democracia cristã seja contestada por alguns autores (BASETTO, 2001;COELHO 2003), esta fica ainda mais patente em algumas passagens de sua conferência, como cito a seguir:

> [católicos tradicionalistas] atribuíam então a encíclica ao feitio pessoal de Leão XIII e às suas simpatias pelo espírito dos novos tempos dominados pela maré crescente de Democracia e da ascensão das classes operárias ao poder. Nada haveria nisso de condenável […] mas sua grande força não foi inovar. Foi enfrentar as condições dos novos tempos com o espírito imemorial dos novos tempos, dentro da linha mais rigorosa e da mais autêntica tradição católica. (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.124 Vol I).

Nesta passagem, Amoroso Lima apoia a ideia maritainista de adequar a Igreja aos novos tempos e parabeniza Leão XIII por esse esforço. Além disso, também defende outra ideia Maritainista, ou seja, ver com bons olhos a ascensão das classes operárias organizadas ao poder, num regime democrático. Mais adiante, ele continua:

> Outra coisa não está na base da Rerum Novarum senão esse mesmo conceito cristão de trabalho, tão afastado da concepção liberal do trabalho-mercadoria como da concepção socialista da *ditadura trabalhista.* (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.135 Vol I, grifo nosso).

Alceu Amoroso Lima faz questão, ao longo da exposição, assim como outros, de elogiar o regime, mas nem por isso deixa de dar suas "alfinetadas". Para ele, os princípios da *Rerum Novarum* não só estavam em contradição com o socialismo, mas a própria noção de trabalho defendida por Leão XIII – fonte de liberdade – contrariava a ditadura. Nesse ponto, vemos como Alceu Amoroso Lima cavou sua brecha para combater, nos limites da ordem imposta (sem transgredir, portanto), a ditadura e as influências fascistas e antidemocráticas da Constituição de 1937 sobre a legislação social brasileira. Utilizando-se da base filosófica de Jacques Maritain, Alceu Amoroso Lima estabelece um sinal de igualdade entre democracia, trabalhadores no poder e catolicismo.

Seguindo a argumentação, o intelectual católico vai adiante e condena os "erros totalitários nacionalistas e internacionalistas":

> Essa linha média […] é o que se afirma […] como espinha dorsal de amanhã. Entre os erros totalitários nacionalistas e internacionalistas, […] segue a Igreja serena e impávida a voz da consciência eterna […] vai realizando, em silêncio e lentamente, o que tantos regimes e tantos sistemas se esbofam inutilmente por alcançar. (CESARINO JÚNIOR, 1943, p.137 VOL I).

É de se notar que Alceu Amoroso Lima, a essa altura membro do IDS, líder de diversos círculos da Ação Católica, colaborador do jornal *A Ordem,* ligado ao Centro Dom Vital, coordenado pelo próprio cardeal Leme, tenha tanta liberdade para falar o que pensa. Esses posicionamentos não são, entretanto, centrais em sua exposição. A palestra, durante o 1 CBDS, tinha por foco expor a importância das reformas realizadas por Leão XIII no pensamento católico e reiterar a posição de que tais reformas eram adequações da tradição católica a novos tempos, e não inovação teológica. Suas posições soam, entretanto, muito mais brandas do que uma crítica veemente ao Estado Novo.

Apesar de não ser um texto combativo, não podemos fechar os olhos para o fato de que tais palavras saem de sua pena e são a sua voz em 1941. Poderíamos, entretanto, perguntar: afinal, o que faz um homem que condena os "totalitarismos nacionalistas" e as "ditaduras trabalhistas" em um evento produzido e encomendado pelo Estado Novo? Faz política, poderíamos responder. Defender e promover os avanços da legislação social, ainda mais uma legislação que é entendida por esses mesmos homens como inspirada em tudo aquilo que julgam mais sagrado, já seria razão suficiente para deixar momentaneamente a agenda democrata em prol da solidificação do entendimento de um direito solidarista. O cálculo político, ao que parece, aos olhos desses militantes, garantiria muito mais

benefícios aos seus interesses altruístas do que passar a uma militância de resistência.

Em outras palavras, o cálculo da correlação de forças, em 1941, parecia, aos olhos desses políticos pragmáticos, pender para o lado do regime. Os fatores que são tradicionalmente enumerados como catalisadores da crise que levaria ao fim do Estado Novo – entrada na Segunda Guerra ao lado dos aliados, vitória dos aliados, manifesto dos mineiros – se dariam majoritariamente a partir de 1943. Importava, então, avançar naquilo que fosse possível, isto é, na sistematização do entendimento acerca da legislação social, com base nos princípios democratas cristãos, e impedir o avanço do entendimento corporativista de matriz italiana sobre a doutrina jurídica. Para isso, Cesarino Júnior foi essencial durante o congresso.

Foram enviadas por Cesarino seis teses a oito subcomissões que tratavam de temas específicos da legislação social. A que mais se aproximou do objetivo de aliar o entendimento dessa legislação aos princípios cristãos foi a tese enviada à subcomissão "Conceito de Direito Social". Essa tese sustenta que o Direito Social era um ramo novo do Direito e que, por isso, não se enquadraria em qualquer rol de princípios previamente estabelecidos pela tradição jurídica.

A justificativa para tanto estaria no fato de que a legislação social construída ao longo da década de 1930 não se fiaria no Direito particular ou público, mas em ambos, criando um campo novo com elementos dos dois que estariam, na verdade, a serviço de um novo *sujeito de direito,* isto é, a legislação social brasileira criara uma categoria nova de beneficiado: o economicamente hipossuficiente.

Por economicamente hipossuficiente entende-se todo indivíduo, e/ou grupo, que é inserido na economia nacional de forma desigual e precária. Isto fica muito claro na definição ainda mais precisa de Cesarino Júnior (1943, p.26), na tese *Direito Social: Denominação, Conceito e Conteúdo:*

> […] os indivíduos economicamente débeis são exatamente os trabalhadores: trabalhadores atuais, potenciais ou ex-trabalhadores. […] Assim sendo, mesmo o indivíduo que não trabalha, por impossibilidade física, como doença ou invalidez; econômica, como o desemprego; ou moral, como a vadiagem (que, via de regra, é também uma doença) deve, […] ser incluído no número dos trabalhadores e, portanto, dos beneficiários das leis sociais. Logo, só se devem excluir do campo do Direito Social, como protegidos por ele (como "protegidos", note-se bem, por isso que, sob outros aspectos, v. g., como "empregadores", eles entram no campo de aplicação), os indivíduos economicamente fortes, ou sejam os "remediados" e os ricos "autossuficientes" em suma.

Tal análise concorria, no âmbito da primeira subcomissão, com a análise de outro membro do IDS, o advogado Carvalho Borges. A visão de Borges diferia fundamentalmente na definição do objeto do Direito Social. Enquanto Cesarino via esse objeto como um sujeito específico, Borges entendia que não se tratava de um sujeito, mas de um conjunto de relações de cooperação.

Para Borges, a opinião de Cesarino fundava uma cisão, um conflito entre autossuficientes e hipossuficientes, e colocava a justiça de forma parcial, nãoneutra. Ainda segundo Borges, a legislação buscava harmonizar a relação entre as diferentes partes envolvidas no mundo econômico e social. A visão de Cesarino Junior não só defendia que os hipossuficientes eram sujeitos, como também

enquadrava os autossuficientes na situação de objeto de aplicação, isto é, criava um claro desnível jurídico de um, que possui direitos, e outro, que possui deveres.

Assim, segundo Cesarino Junior, isso significava que, no enfrentamento direto entre hipossuficientes e autossuficientes, a orientação dos magistrados deveria ser sempre no sentido de beneficiar os trabalhadores. Tal princípio defendido por Cesarino Junior em 1941 é parte da doutrina do Direito do Trabalho até hoje, leva o nome de "Equidade Relativa" e funda-se na concepção de que o Estado deve garantir a equidade de fato, e não apenas de direito. Assim, defender direitos iguais na relação entre hipossuficiente e autossuficiente seria beneficiar o autossuficiente, enquanto beneficiar o hipossuficiente no processo o elevaria a equidade de fato. Exatamente como Cesarino Junior defendeu.

Borges de Carvalho não estava sozinho. Como nos diz padre Roberto de Sabóia, relator da primeira subcomissão:

> Donde a conclusão de numerosas teses desse terceiro grupo,[3] quase todas de autoria de membros do Instituto de Direito Social, que vê o Direito Social específico na regulação de fenômenos de colaboração; porém não numa regulação qualquer, mas que estabelece *uma espécie* de colaboração: a integrativa. (CESARINO JÚNIOR, 1943, v. 2, p.11, grifo do autor).

O Direito Social seria, para Borges e seus seguidores, um conjunto de leis e princípios jurídicos que entende os indivíduos como membros de um mesmo grupo e de forma integrada. Em outras palavras, diante do Estado corporativista fundado na Carta de 1937, a luta de classes estaria superada graças à ação legisladora do Estado, que as integrara no corpo de uma mesma nação, não havendo, portanto, razões para diferenciar hipossuficientes de autossuficientes.

A decisão dos membros da primeira subcomissão foi por uma conceituação *lato sensu* de Direito Social. Padre Roberto de Sabóia escreve em seu relatório: "Não foi possível chegar a um acordo [...] A subcomissão levou a plenário uma definição de Direito Social genérico."

O conceito ficou definido como:

> Direito Social *Lato Sensu* é o conjunto de princípios e normas imperativas que tem por sujeito os grupos e os membros dos grupos, tem por objeto (fim) a adaptação da forma jurídica (leis, códigos) à realidade social e visa (atuação), nesta adaptação a colaboração de todos ao bem comum.

Esta disputa demonstra uma nítida cisão no seio do IDS, que foi superada pela relatoria de Sabóia através de um acordo em torno de um conceito *lato sensu* de Direito Social. De um lado, Cesarino Junior e outros, que defendiam uma concepção não corporativista e viam o objeto do Direito Social fora do Direito público, isto é, fora do Estado. Esta concepção não entendia o sujeito de direito como *a corporação* ou membro a ela integrado, mas sim qualquer pessoa ou grupo entendido como hipossuficiente.

De outro lado, Carvalho Borges e seus seguidores tinham uma concepção de Direito Social ligada aos aspectos corporativistas da Constituição de 1937. Assim, para esses, as diferenças de classes

[3] O primeiro grupo era de teses rejeitadas e o segundo, dos que concordavam com Cesarino Júnior.

eram dirimidas pelo Estado corporativista e não haveria necessidade de se relativizar a equidade, posto que, naquele contexto, as classes, indivíduos e grupos estavam em colaboração, e essa colaboração era regida pela legislação social.

Cabe ressaltar que entre 1930 e 1943 foram produzidos mais 800 artigos sobre relações trabalhistas e sindicais, que foram objeto da Consolidação (CLT) realizada em 1943. Além desses artigos, outras centenas foram objeto de outra comissão, que só em 1945 publicaria uma Consolidação do Direito Previdenciário. A produção legislativa, nesse período, foi enorme e não se limitou às questões sociais. Estava, portanto, também em disputa como organizar toda essa legislação dispersa em centenas de publicações. Definir o que era o Direito Social implicava definir o que, entre esse monumental trabalho, seria guiado pelos princípios do congresso.

Consta ainda uma nota que foi trazida à luz, durante os trabalhos dessa subcomissão. Ao produzir o relatório final, padre Roberto de Sabóia escreve:

> A segunda conclusão, ou seja, a definição de Direito Social [...] foi aprovada contra um voto, do congressista Silvino da Silva Lira, assim redigida:
> […]
> 2º A Escola Paulista que tem em Cesarino Junior uma de suas brilhantes expressões crê na especificidade daquele direito quanto às relações sociais de caráter econômico onde a honra jurídica se evidencia da esfera da comunidade no campo restrito da atividade produtiva da Nação, economicamente falando. (CESARINO JÚNIOR, 1943, v. 2, p.12).

Esta passagem indica que o congressista Silvia Lira não participou do acordo entre os dois grupos e fez questão de não votar contra suas convicções. Mais do que isso, o IDS possuía filiais espalhadas por todo o território nacional, e o voto de Silvino era uma demarcação ideológica em nome da Escola de São Paulo, num contexto de embate com juristas de matriz filosófica próxima ao corporativismo.

Podemos concluir, desses embates, que os membros do IDS de São Paulo, isto é, Cesarino Junior, Alceu Amoroso Lima, padre Roberto de Sabóia e Silvino da Silva Lira, entre outros, não compactuavam com o corporativismo da Carta de 1937 e buscavam interpretações mais democráticas do Direito Social, respaldados sempre nas suas convicções, na Doutrina Social Católica.

Considerações finais

Padre Roberto de Sabóia, Cesarino Júnior e Alceu Amoroso Lima foram fundadores, em 1945, do Partido Democrata Cristão. No limiar do Estado Novo, tais figuras proeminentes da militância católica no Brasil deixaram de fazer oposição *no* regime para fazer oposição *ao* regime. Não podemos, entretanto, dizer com isso que, em 1945, os democratas cristãos saíram do campo da oposição e passaram ao campo da resistência. Na mesma época, surgiram diversos outros partidos, como o PTB, PDS e UDN, no contexto de abertura democrática que culminou com a renúncia do presidente Vargas.

A criação do PDC e sua defesa intransigente da democracia, associada a uma condenação sumária do Estado Novo e do varguismo, em nada tem a ver com transgressão, pois naquela altura, o regime já tinha se flexibilizado o suficiente para tolerar tanto o pluripartidarismo quanto a liberdade de expressão.

Tal contexto flexível não existia em 1941. Diversas contingências inviabilizavam uma militância ideal ou idealizada de democracia cristã, a saber: uma defesa intransigente da democracia associada aos valores cristãos da não violência e solidariedade. Os partidos estavam proibidos, a liberdade de expressão suspensa, o devido processo legal desrespeitado, a repressão policial era completamente discricionária. No que diz respeito à hierarquia da Igreja católica, houve uma aproximação entre as autoridades da Igreja e as autoridades do Estado Novo, o que também desencorajava qualquer mobilização católica no sentido de uma resistência.

A petição feita pelo padre Roberto de Sabóia, assim como a sua relatoria no conflito entre a Escola de São Paulo e os corporativistas do IDS, demonstra mais uma tendência à negociação, ao diálogo, às soluções não conflituosas e de meio-termo do que um enfrentamento direto por parte dos democratas cristãos no contexto do 1CBDS e, acima de tudo, a não transgressão.

Assim como padre Sabóia, Alceu Amoroso Lima também acatou as regras do jogo e tentou, à sua maneira, fazer a crítica ao regime sem, contudo, subvertê-lo. Mas o exemplo mais acabado e que atesta a existência de um grupo articulado na chamada Escola de São Paulo do Instituto de Direito Social, que se fiava no pensamento de Maritain e na doutrina social da Igreja católica é, sem dúvida, o exemplo do embate entre os seguidores de Cesarino Júnior e os seguidores de Carvalho Borges.

Estes dois membros do IDS estavam em lados opostos na disputa pelo próprio significado da expressão "Direito Social". De um lado, o direito social de matriz corporativista, que buscava anular as diferenças entre trabalhadores e empregadores através da inclusão no sistema corporativo. De outro, aqueles que, assim como Silvino da Silva Lira, se identificavam como Escola Paulista e tinham em Cesarino Júnior uma figura de liderança, acreditavam na existência dessas diferenças e que o Estado deveria agir de forma desigual para beneficiar o lado mais fraco da relação (hipossuficiente) e, assim, equilibrá-la como um fiel da balança promovendo justiça.

O conceito de hipossuficiência é usado até hoje, como atesta, no âmbito do direito trabalhista, o *princípio da proteção do trabalhador,* segundo Maurício Godinho Delgado, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 2007, ex-desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, juiz desde 1989 e ex-professor na Universidade Federal de Minas Gerais:

> […] que o Direito do Trabalho estrutura em seu interior, com suas regras, institutos, princípios e presunções próprias, uma teia de proteção à parte hipossuficiente na relação empregatícia – o obreiro –, visando retificar (ou atenuar), no plano jurídico, o desequilíbrio inerente ao plano fático do contrato de trabalho. O princípio tutelar influi em todos os segmentos do Direito Individual do Trabalho, influindo na própria perspectiva desse ramo ao construir-se, desenvolver-se e atuar como direito. Efetivamente, há ampla predominância nesse ramo jurídico especializado de regras essencialmente protetivas, tutelares da vontade e interesse

> obreiros; seus princípios são fundamentalmente favoráveis ao trabalhador; suas presunções são elaboradas em vista do alcance da mesma vantagem jurídica retificadora da diferenciação social prática. Na verdade, pode-se afirmar que sem a idéia protetivo-retificadora, o Direito Individual do Trabalho não se justificaria histórica e cientificamente. (DELGADO, 2004, pg 197-198)

Embora a disputa pelo significado de "Direito Social" tenha sido inconclusivo durante o congresso em 1941, a comissão composta em 1942 para preparar um anteprojeto de consolidação optou claramente pela proposta da Escola de São Paulo e inseriu na legislação processual da Justiça do Trabalho o conceito de "equidade relativa", isto é, inversão do ônus da prova e outros benefícios ao trabalhador num eventual litígio. Este fato configurou-se como uma vitória dos democratas cristãos sobre os corporativistas.

Se tomarmos a Constituição de 1937 como uma carta-projeto político dos golpistas, veremos que a base do projeto estadonovista era antidemocrática, antiliberal, anticomunista e corporativista. O corporativismo era a receita para, em um só golpe, livrar-se do comunismo e do liberalismo. Se lembrarmos que a democracia cristã, calcada na encíclica *Rerum Novarum*, se colocava como terceira via entre o liberalismo excludente e o comunismo ditatorial e estatizante, perceberemos as afinidades ideológicas entre a militância democrata cristã e a proposta estadonovista.

Foi essa mesma trincheira ideológica que de fato uniu democratas cristãos e corporativistas no contexto do Estado Novo. Se lembrarmos das palavras de Marcot: "*L'Opposition est possible pour ceux qui, utiles à l'ocuppant, disposent ainsi d'une certainemarge de manouvre*" (MARCOT, 2006, p. 50[4] [PARA A EDITORAÇÃO: esse número 4 é da nota de rodapé. Não consegui transformar em sobrescrito]) e aplicarmos as traduções lógicas explicadas no início deste texto, isto é, focar na ordem estabelecida e na transgressão em vez de ressaltar a figura do ocupante em face do sujeito nativo, veremos que o conceito é cada vez mais aplicável.

A ordem estabelecida pelo golpe de 1937, ao mesmo tempo que colocava na mesma trincheira ideológica os corporativistas e democratas cristãos por oposição ao comunismo e ao liberalismo, antagonizava esses mesmos atores na questão da democracia e na participação popular no poder. A possibilidade de uma militância que se opusesse aos interesses corporativistas sobre a legislação trabalhista só era possível porque, além da afinidade por oposição aos comunistas e liberais, os democratas cristãos como Alceu Amoroso Lima, Cesarino Junior e Roberto Sabóia eram influentes para além dos meios intelectuais, o que já significava muito, mas também no interior da Ação Católica,

[4] Tradução livre: A Oposição é possível para aqueles que, úteis aos ocupantes, possuem assim alguma margem de manobra.

no qual Alceu Amoroso Lima tinha um papel exponencial.

A Ação Católica compareceu em peso ao congresso e demonstrou sua força. Sindicatos, organizações estudantis, representantes de confederações de sindicatos e intelectuais participaram dos debates e das votações. Podemos especular que, com o combate às tendências esquerdistas no sindicalismo brasileiro, sobrava espaço para o crescimento da Ação Católica nesse ramo de militância. Independentemente disso, o peso jogado pela Igreja no congresso já demonstra sua utilidade para o regime: disputar na intelectualidade e nos movimentos sociais corações e mentes contra os adversários do Estado Novo.

Graças a essa utilidade, puderam os democratas cristãos organizados na Escola de São Paulo criar margens de manobra para perseguir objetivos que contrariassem os interesses corporativistas no interior do Estado Novo, como atesta o protagonismo dos líderes da Escola Paulista citados neste texto, mas também a militância de tantos outros que compareceram ao Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, MariaV. *O PTB e o trabalhismo:* partido e sindicato em São Paulo, 1945-64. São Paulo: Brasiliense, 1989.p.41-43.

_____. *A UDN e o udenismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: UNESP, 2001.

CESARINO JÚNIOR, A. F. Direito social: denominação, conceito e conteúdo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1943, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943. 2 v.

COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão*: teores programáticos e terceira via brasileira (1945-1964). 2003.

CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO SOCIAL, 1., 1943, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1943. 2 v.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTR, 2004.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LABORIE Pierre, Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Le Seuil, 2003. 286 p.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum:* sobre a condição dos operários. Roma, 15 maio 1891. Disponível em:<www.vatican.va>. Acesso em: 16 dez. 2012.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Ação católica brasileira:* notas para estudo. São Paulo: UNESP, 1999.

MARCOT, François. *Résistance et autres comportaments des français sous l'Occupation.* In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE BESANÇON, 2003, Besançon. *Anais*... Besançon: Universitaires de Franche-Comté, 2006. p. 47-59.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo:* ideologia poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PAVONE, Claudio. *Une guerre civile: essai historique sur l'éthique de la résistance italienne*. Paris: Le Seuil, 2005.

PRADO, Roberto Barreto. *Quarenta anos de atividades do Instituto de Direito Social.* São Paulo: LTR,1988.

SUSSEKIND, Arnaldo Lopes. 60 anos de CLT: uma visão crítica. *Revista TST*, Brasília, v.69, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade)

3.11 EXODUS, O GRANDE TERROR COMEÇA NOS CAMPOS – COLETIVIZAÇÃO DE TERRAS NA U.R.S.S NA DÉCADA DE 30

Vanessa Ferreira[*]

Gênesis - origens do Terror

A fim de tentarmos compreender a lógica do Terror nos campos/no mundo rural, em toda sua complexidade é mister investigarmos como surgiu esse fenômeno tão profundo e complexo que fez parte da sociedade soviética na década de 30. Durante muito tempo, assimilou-se o Grande Terror como o rompimento de Stálin com o legado da Revolução de 1917, principalmente pelo fato de Vladimir Lênin ter alertado sobre a personalidade sombria do mesmo, e sua rejeição quanto a "nomeá-lo" como seu sucessor, a despeito da predileção que manifestara no início.

Entretanto, podemos observar sementes da lógica do Terror stalinista ainda no período pós-revolucionário de outubro. O terror como práxis política não era algo totalmente novo para os russos: ressalvada a experiência com a terrível polícia política do tzar Alexandre III, a Okhrana, no período pós-Revolução de 1917, o Terror foi tido como "algo" necessário para sedimentar e levar adiante o processo revolucionário. A prática do Terror como *modus operandi* era tido pelo menos teoricamente, como passageiro e fundamental, serviria para administrar o ambiente caótico do pós-guerra, expurgar os inimigos infiltrados no partido e ganhar força contra o Terror, branco, contrarrevolucionário.

A própria formação da *Tcheka* (polícia política) foi vista como uma medida "necessária" para a sobrevivência da Revolução, encarada como fundamental para a proteção desta e também para "reeducar ou afastar" os indivíduos que não tinham uma conduta condizente com o partido. Dentro da conjuntura que se apresentou, isso é relativamente compreensível: se, no começo, aderir ao partido era uma provação, agora fazer parte do mesmo era um trampolim para adquirir benesses. Era necessária uma *purificação,* ainda que à custa das prisões em massa, interrogatórios e até morte dos então *companheiros de Revolução.* Lênin é bem explícito quanto às medidas coercitivas *necessárias* na carta que escreve para Dzerzhinsky, em 07 de dezembro de 1917:

> Luta contra a contrarrevolução e sabotagem

---

[*] Graduanda do curso de História pela Universidade Federal Fluminense.

> (...) Em segundo lugar, essas pessoas são obrigadas a adquirir (...), dentro de uma semana a partir da promulgação da presente lei, o trabalhador - consumidor deve ter livros (modelo em anexo), em que a sua renda semanal e despesas deve ser inscrito, juntamente com as funções públicas desempenhadas pelo indivíduo em questão, certificada pelas comissões apropriadas ou instituições. (LENIN, 1972:374-6)

Não obstante, baseando-se nas fontes primárias que são apresentadas, ainda que não se tenha a intenção de fazer uma história contrafactual e cair no exagero de afirmar: "Lênin faria isso", "Se Lênin tivesse....", podemos apontar que elementos do Grande Terror já se encontravam no contexto da práxis política russa, antes de Stálin ascender como secretário geral da U.R.S.S: *o partido-Estado* que vigiava a sociedade, e é o legítimo representante do proletariado, a polícia política e a depuração *necessária* para se construir um socialismo cada vez mais perfeito.

A própria relação tensa com os camponeses nos anos 1930 no contexto da coletivização, tema do presente artigo, já pode ser observada no *comunismo de guerra*, resultado dos percalços com a Guerra Civil e o retrocesso econômico. Com essas medidas, os camponeses tiveram seus excedentes expropriados pelo novo governo, provocando racionamento e escassez. A NEP foi benéfica para salvar a economia russa e a revolução, porém a Nova Política Econômica fez com que fossem ressuscitados ressentimentos em algumas parcelas da população, que além de observar que algumas pessoas eram mais bem sucedidas do que outras, como no caso dos *nepman* (pequeno comerciante que prosperava relativamente durante a NEP), sem contar o fato de que seus sonhos de concretização de um ideal de igualdade, incentivados pelo processo revolucionário, estavam sendo cada vez mais frustrados. É nesse contexto de tensão social e incertezas, que Stálin redireciona esse *revanchismo classista* (VIANNA, 2004: 85) para atingir seus objetivos.

Levítico

O período do Terror pode ser compreendido como uma *sistematização* da depuração partidária e militar, usada pela sociedade soviética na década de 30, com efeito avassalador, principalmente nas cidades, envolvendo dramaticamente os membros do governo e do partido. Porém, neste artigo baseado na bibliografia mencionada, a coletivização é analisada mais detalhadamente e vista como um prelúdio do Grande Terror (1936 – 1938) que desmembrou a sociedade soviética e o próprio Partido Comunista.

A industrialização preconizada por Stálin tinha como base os Planos Quinquenais e seus voluntariosos ideais de crescimento; os camponeses iriam abandonar a sua tão sonhada subsistência para custear a alimentação das cidades, e arcar com o tributo da *Revolução Industrial soviética*, bem de acordo com as teses de Preobazhenski, no debate acerca da construção do socialismo após a morte de Vladimir Lênin.

A primeira etapa da *Segunda Revolução russa* teve início em janeiro de 1930 com a coletivização dos campos. Esse processo resultou em uma guerra dos camponeses afetados pelos modelos de *kolkhoz* e *sovkhoz*, contra o Estado soviético, um furacão de morte e destruição. A reação desesperada dos camponeses foi mais um motivo para levar a cabo o projeto de liquidar os *kulaks* como classe. *Os kulaks, nessa época, eram camponeses proprietários de no máximo, 10 hectares de terra e de duas ou três vacas. (*FERREIRA, 2000: 85). Foram promulgadas leis de forte orientação *antikulak* como a que diz que após a assembleia das aldeias decidirem por qual meio será feita a divisão do que foi produzido, se alguém fizesse uma objeção..."Todos os que não se submeterem às decisões tomadas verão elevar-se para cinco vezes mais a imposição inicial e terão os seus bens vendidos em praça pública"(ELLEINSTEIN, 1973:138).

Apesar de *kulak* denominar o camponês um pouco mais bem sucedido em relação aos outros, este era um termo propositalmente frouxo e que poderia abrigar os *seredniaks,* camponeses de produção mediana, vistos, por alguns, também como ricos. O grau de elasticidade do termo *kulak* poderia abarcar até os camponeses pobres *(biedniaks)* que resistissem em ir para as unidades coletivas de produção. Vale dizer, também que: *diante do homem na cidade, a aldeia e a comuna rural não raramente apresentam-se como um bloco sem falhas, um universo, o mir (*REIS, 1997: 119) o que facilitava toda sorte de preconceitos nas cidades, de certa forma legitimando o ódio ao campo, colocando nos camponeses o velho rótulo de uma classe reacionária e inimiga do progresso.

Essa conjuntura não significou *apenas* a destruição da propriedade que muitos camponeses conseguiram com a desapropriação realizada em 1921, ou seja, as terras da Igreja e da nobreza, mas também o fim de toda uma identidade relacionada com o modo de lidar com o campo, herdeira dos idos do *populismo russo. A política stalinista para o campo forçou mais de 100 milhões de pessoas, a abandonar suas terras e se fixarem nas fazendas coletivas* (FERREIRA, 2000: 86).

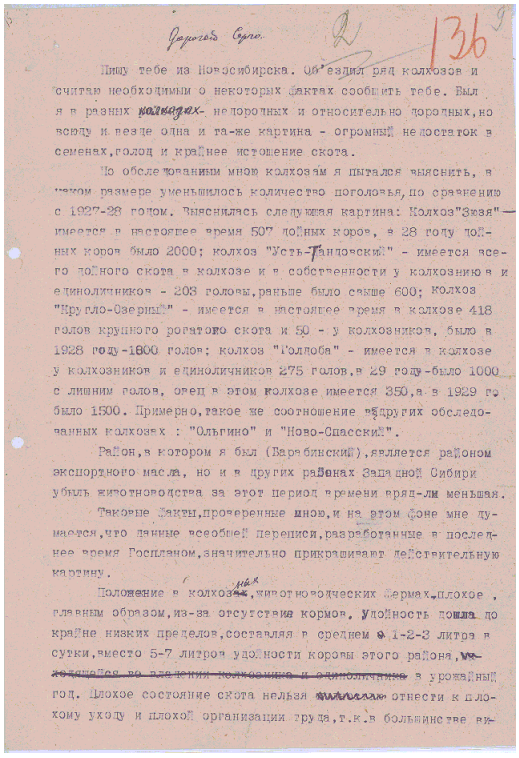
Totalmente esmagados e sem alternativas, os camponeses foram direcionados ao *kolkhozes*, embora a resistência tenha sido agressiva e sangrenta. A destruição de ferramentas e a matança de animais eram as principais formas de resistência, sendo que esta última com consequências tão drásticas que o rebanho na União Soviética só recuperou os números de antes da Revolução na década de 50. Mikhail Cholokov ilustra com primor essa agonia no seu romance *Terras Desbravadas:*

> Tio Chukar foi dos primeiros a sacrificar o seu gado: vaquinha que tivera no Verão passado. Ele e mais a sua velhota lutam por mais tempo com todas as suas forças para a pendurarem numa trave e a fim de esfolar mais à vontade. O seu trabalho foi em vão, pois a vítima era pesada demais, tinha engordado demais (CHOLOKOV, 1970).

Antes dono do seu pedaço de terra, o camponês tornou-se servo do Estado, todos os seus bens passaram para as fazendas coletivas. Na categoria de financiadores de uma revolução industrial ultrarrápida e feita pelo alto, o homem do campo, na condição de assalariado do Estado tinha o dever de cumprir metas cada vez mais rigorosas, caso não o fizesse seria acusado de sabotagens, traição, ou...atitudes kulakizantes! A carta de Feigin para Ordzhonikidze (um amigo próximo de Stálin), sobre as condições dos *kolkhozes,* ilustra a situação:

Coletivização da Pecuária: Carta ao bolchevique

Para o Presidium do Comitê Executivo Central do Partido Comunista (bolchevique)



Пишу тебе из Новосибирска. Объездил ряд колхозов и считаю необходимым о некоторых фактах сообщить тебе. Был я в разных районах- недородных и относительно городных,но всюду и везде одна и та-же картина - огромный недостаток в семенах,голод и крайнее истощение скота.

По обследованным мною колхозам я пытался выяснить, в каком размере уменьшилось количество поголовья,по сравнению с 1927-28 годом. Выяснилась следующая картина: Колхоз"Звезда"— имеется в настоящее время 50" дойных коров, в 28 году дойных коров было 2000; колхоз "Усть-Тандовский" - имеется всего дойного скота в колхозе и в собственности у колхозников и единоличников - 208 головы,раньше было свыше 600; колхоз "Кругло-Озерный" - имеется в настоящее время в колхозе 418 голов крупного рогатого скота и 50 - у колхозников, было в 1928 году-1800 голов; колхоз "Голлоба" - имеется в колхозе у колхозников и единоличников 275 голов,в 29 году-было 1000 с лишним голов, овец в этом колхозе имеется 350,а в 1929 го было 1500. Примерно,такое же соотношение в других обследованных колхозах : "Ольгино" и "Ново-Спасский".

Район,в котором я был (Барабинский),является районом экспортного масла, но и в других районах Западной Сибири убыль животноводства за этот период времени вряд-ли меньшая.

Таковые факты,проверенные мною,и на этом фоне мне думается,что данные всеобщей переписи,разработанные в последнее время Госпланом,значительно прикрашивают действительную картину.

Положение в колхозах,животноводческих фермах,плохое , главным образом,из-за отсутствия кормов. Удойность пошла до крайне низких пределов,составляя в среднем 1-2-3 литра в сутки,вместо 5-7 литров удойности коровы этого района, в урожайный год. Плохое состояние скота нельзя отнести к плохому уходу и плохой организации труда,т.к.в большинстве вы-

Nós apelamos a você, pedindo-lhe para ter um mínimo de atenção para o nosso pedido.

Somos prisioneiros que estão retornando do campo de concentração de Solovetsky por causa da nossa saúde. Nós fomos lá cheios de energia e de boa saúde, e agora estamos retornando como inválidos, partidos e aleijados emocionalmente e fisicamente. Estamos pedindo para chamar a atenção para o uso arbitrário do poder e da violência que reina no campo de concentração de Solovetsky em Kemi e em todas as partes do campo de concentração. É difícil para um ser humano sequer imaginar tal terror, tirania, violência e ilegalidade. Quando nós fomos lá, não poderíamos conceber tal horror, e agora nós, aleijados nós mesmos, juntamente com vários milhares que ainda estão lá, apelamos para o centro de decisão do Estado soviético para conter o terror que ali reina(…). Tudo descrito acima é a verdade e nós, nós mesmos, que estamos perto do túmulo após três anos em Solovky e Kemi e outras seções, estamos pedindo para melhorar a existência patética dos torturados que estão lá, que definham sob o jugo da tirania OGPU, a violência, e completa ilegalidade...

Para isso, inscrever: G. Zheleznov, Vinogradov, F. Belinskii.

14 de dezembro de 1926[1]

.

[1] Retirado de http://www.ibiblio.org/expo/soviet.exhibit/d2presid.html em 18/02/2013 ás 17h08min.

Mediante a tremenda reação dos camponeses, foi concedido aos mesmos um pequeno pedaço de terra para cultivo próprio. Uma lei de 1935 permitiu que cada família possuísse um quarto de hectare ou meio hectare. Esse pequeno pedaço de terra, concebido originalmente para apaziguar a grande fúria do campesinato; já em 1938 apesar das unidades de subsistência representarem menos de 4% da terra cultivada em matéria de produção, as mesmas demonstravam-se muito superiores à terra coletivizada, posto que era de onde vinha a maior parte da produção concedida ao Estado.

Ainda assim, o velho ideal dos *narodniks*, ou seja, do socialismo agrário, a possibilidade de os camponeses terem suas demandas atendidas pelo poder estabelecido como no triunfo da revolução agrária de 1917, ficou distante, não tanto pela distância temporal do acontecido, mas porque era totalmente diferente da dura realidade posta.

Considerações finais

Ao analisar a coletivização dos campos na União Soviética na década de 30, deparamos com uma questão nevrálgica para o movimento socialista, tanto na teoria quanto na prática: o camponês. No campo da teoria marxista, somente o proletariado é visto como uma classe revolucionária, a qual estava grávida do socialismo, e "só" precisava da *consciência de classe* para dar à luz. Ao se debruçar sobre a questão do campesinato e suas especificidades, os pensadores Karl Marx e Friedrich Engels tiveram posturas diferentes, principalmente em suas cartas, ora dando um veredicto nada favorável aos camponeses, ora reconhecendo que em lugares como na Rússia, eles poderiam ter um papel importante no processo revolucionário, devido as suas especificidades.

Como lidar com essa parcela da população (maioria em muitos países) que possuía uma terra de onde tirava o seu sustento ou que aspirava a tal situação? Se o proletariado, guia e razão da revolução, é aquele que se torna tal quando perde seus meios de produção, e é obrigado a vender sua força de trabalho... como fica o camponês, que, ainda que mesmo explorado, possui o seu meio de produção, a terra? E acima de tudo, como equilibrar os anseios de uma classe que luta por sua pequena propriedade e tem com ela uma ligação tão forte, a ponto de sua relação com a terra constituir sua própria identidade? Questões nada fáceis. No século XIX e XX teóricos socialistas já discutiam esses pontos. Houve posturas veementes, como a de F. Engels em seu artigo *A Questão Camponesa na França e na Alemanha*, de 1894: "Como futuro proletário, deveria dar ouvidos à propaganda socialista. Mas há algo que o impede, no momento, e esse algo é o instinto de propriedade que está em seu sangue." (ENGELS, 1985)

E outras, dependendo do camponês em questão, mais flexíveis, como a de Karl Marx:

> Porque na Rússia, graças a uma combinação única de circunstâncias, a comunidade rural, que ainda existe em nível nacional pode gradualmente se livrar de suas características primitivas e desenvolver diretamente como parte da produção nacional coletiva. Precisamente graças à sua produção capitalista contemporânea pode se apropriar de todas as conquistas positivas deste, sem passar por todas as aventuras terríveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, nem é a presa de conquistadores estrangeiros, como as Índias Orientais. (MARX, 1985)

Por outro lado, a despeito de determinismos teóricos, um novo elemento entraria no debate da questão camponesa: as três principais revoluções socialistas do século XX, a russa, a chinesa e a cubana ocorreram em países de base econômica fundamentalmente agrária. Teimando em não se "encaixarem" nas teorias, os movimentos políticos citados, transformaram-se em icônicos para o movimento socialista mundial. Os fatos, teimosos como só eles, não se importam com as *heresias*: perante uma China fundamentalmente agrária, Mao Zedong, postula que a força motriz da revolução seria o campesinato. E assim o foi. Cuba, um país também de maioria agrária irrompe um processo revolucionário que irá tornar essa ilha do Caribe, em um dos *problemas americanos* durante a Guerra Fria. Para além de desafiar teorias, esses movimentos acenam com a possibilidade de voz para os povos do Terceiro Mundo em estágio similar de desenvolvimento.

A coletivização dos campos na Rússia soviética e a experiência das revoluções mencionadas, trazem um forte questionamento àqueles que adotam o socialismo por questões ideológicas: a de se construir um projeto de justiça social que abranja o camponês e suas diversas especificidades e vertentes, ainda que inspirados por uma determinada matriz teórica. Pois os camponeses, apesar de nem sempre, pelo menos em curto prazo e teoricamente, estarem emprenhados do socialismo, as suas aspirações são válidas, fundamentais para sua dignidade e quem sabe um caminho para um mundo mais justo.

Referências bibliográficas

CHOLOKOV, Mikhail. *Terras Desbravadas*. Moscou*:* Editora Moscovo Literatura de Ficção, 1970.

DAVIES, R. S. *Censura e falsificações na história da URSS*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

ELLEINSTEIN, Jean. *A história da URSS* - O socialismo num só país (1922 -1937**)**. Paris: Publicações Europa- América, 1973.

ENGELS, Friedrich. Revista Die Neue Zeit, Bd. 1. n.° 10, 1894-1895 - A Questão Camponesa na França e na Alemanha in MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Trad. José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante!, 1985.

HOOBLER, Thomas e Dorothy. *Os grandes líderes – Stálin*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

KNIGHT, Amy. *BERIA: o lugar-tenente de Stálin***.** Tradução de Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record , 1997.

LENIN. V.I. *Collected Works, Progress Publishers*, Moscow, 1972.

LEWIN, Moshe. *O fenômeno Gorbachev*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas***.** Lisboa: Editorial Avante!,1985.

NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida*: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu-Abramo, 1997.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). *O Século XX*: O Tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 2 vol.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (org). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*: as grandes transformações no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.